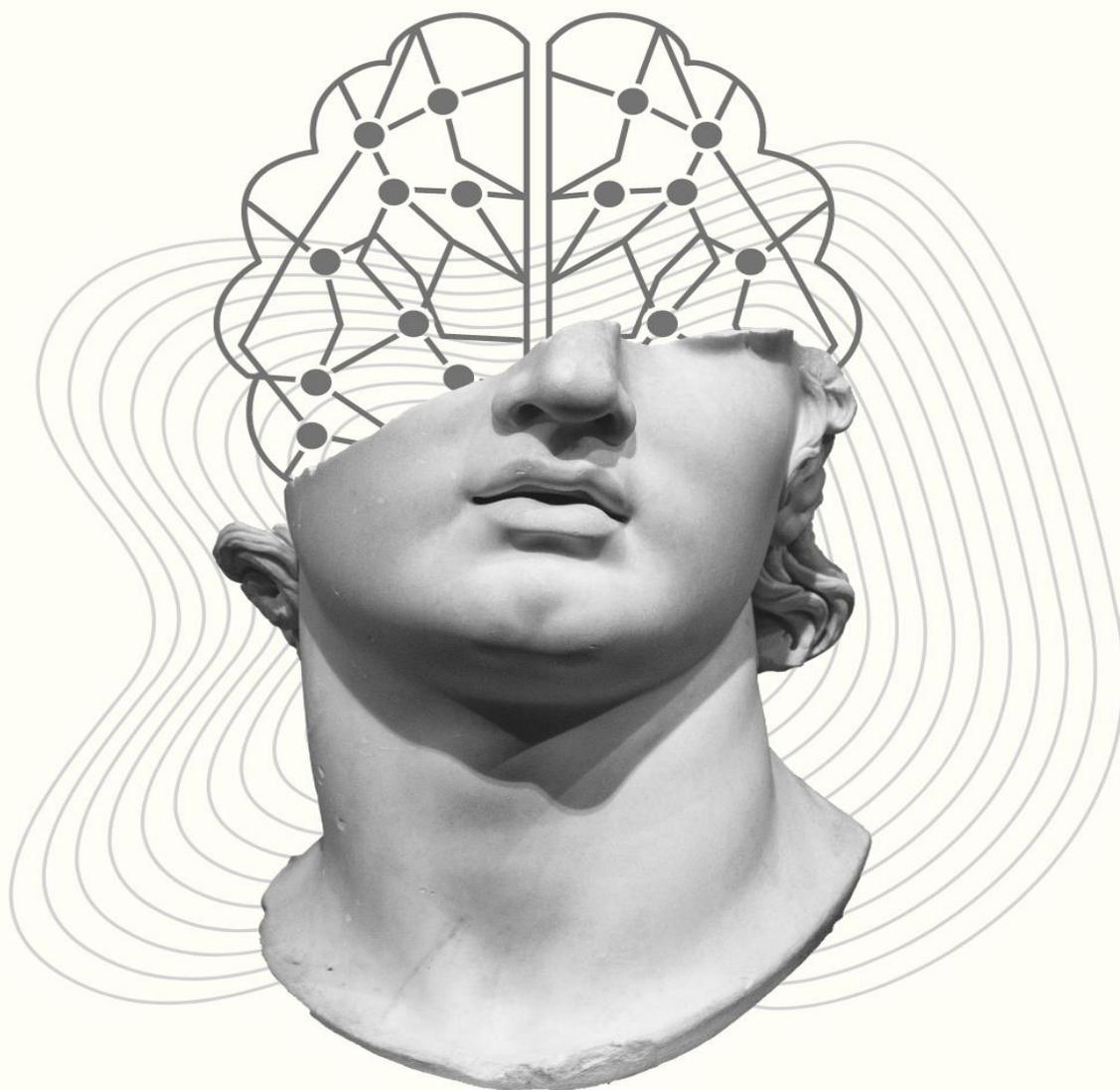


DIÁLOGOS:
EDUCAÇÃO, HISTÓRIA
E PSICANÁLISE



DÉBORAH GOMES OLIVEIRA
JULIANA NASCIMENTO DE ALMEIDA
MATHEUS G. N. SALES
MATUSALÉM ALVES OLIVEIRA
(ORG.)



EDITORA
ANTROPUS



Conselho Editorial

Cleverton Lopes de Oliveira
Déborah Gomes Oliveira
Fábio Alves Gomes
Juliana Nascimento Almeida
Matheus Gleydson do Nascimento Sales
Matusalém Alves Oliveira
Raphael Bispo Milhomens

Conselho Científico

Fábio Alves Gomes (UFCG)
Juliana Nascimento Almeida (ANTROPUS EDUCACIONAL)
Matheus Gleydson do Nascimento Sales (UEPB)
Matusalém Alves Oliveira (UEPB)
Washington Luiz M. da Silva (UFPE)

Expediente

Diretora Geral	Déborah Gomes Oliveira
Editor Chefe	Matheus Gleydson do Nascimento Sales
Revisora	Solange Diniz de Oliveira
Capa	Thaynan Lucas Antunes da Silva



1ª Edição

Todos os direitos da Obra

EDITORA ANTROPUS

www.antropuseducacional.com.br

Copyright da obra © Editora Antropus

Arte da capa – Thaynan Lucas Antunes da Silva

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

D537 Diálogos [recurso eletrônico] : educação, história e psicanálise / organizadores, Matusalém Alves Oliveira, Matheus Gleydson do Nascimento Sales, Déborah Gomes Oliveira, Juliana Nascimento de Almeida. – 1. ed. – Campina Grande : Editora Antropus, 2023.
648 p. : il. ; v. 1 ; 3,9 MB.

Vários autores.
Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-84581-17-3

1. Educação. 2. Educação ambiental. 3. Docência. 4. Psicanálise e educação. 5. Sistema freudiano. 6. Letramento digital. 7. Educação e pandemia. I. Título.

21. ed. CDD 370.7

Elaborado por Estela F. P. Santos, Bibliotecária - CRB 15/841

DIÁLOGOS: EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E PSICANÁLISE

Volume I

Déborah Gomes Oliveira
Juliana Nascimento de Almeida
Matheus Gleydson do Nascimento Sales
Matusalém Alves Oliveira

(Org.)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	08
A DICOTOMIA DA SALA DE AULA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA	12
A EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI: EM MEIO AOS DESAFIOS VIVENCIADOS PELO AVANÇO E USO DA TECNOLOGIA	22
A ESCOLA VIVE EM OUTRO TEMPO E ESPAÇO: ANTIGOS PROBLEMAS, NOVAS APRECIÇÕES	36
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO E DA AVALIAÇÃO CURRICULAR	46
A INSTITUIÇÃO ESCOLAR COMO AGENTE DE REPRODUÇÃO SOCIAL	54
A PRÁTICA DE CAMPO COMO INSTRUMENTO DE ENSINO DA GEOGRAFIA	62
AÇÃO DO DOCENTE: PERSPECTIVAS E LIMITAÇÕES	72
PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO	81
O CONHECIMENTO TECNOLÓGICO E CIENTÍFICO: CONCEPÇÕES TEÓRICAS	87
UM BREVE ESTUDO SOBRE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA AMAZÔNIA	95
PLANEJAMENTO: AÇÃO DE MEDIDAS DURANTE A PANDEMIA COVID-19 DO CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO AMAZONAS PARA COM AS UNIDADES DO INTERIOR DO AMAZONAS	102
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO	111
ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE PLANEJAMENTO NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM VOLTADA PARA O CURRÍCULO	122
AS INCERTEZAS DO COTIDIANO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO 4.0	130
AULAS REMOTAS E OS DESAFIOS DE EDUCAR EM TEMPOS DE PANDEMIA: RELATOS DE PROFESSORES DA ESCOLA CONCEIÇÃO XAVIER DE ALENCAR, NO MUNICÍPIO DE TABATINGA-AM	139
CONTRIBUIÇÕES QUASE ESQUECIDAS DE CÉLESTIN FREINET NO ENSINO FUNDAMENTAL	147
CURRÍCULO EM CONSTRUÇÃO – REFLEXÕES SOBRE HISTÓRIA, TEORIA E PRÁTICA	158
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O INCONSCIENTE COLETIVO DE EDUCANDOS	172
EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESCOLAR: ARTICULAÇÕES NECESSÁRIAS NO ÂMBITO EDUCACIONAL	182
EDUCAÇÃO AMBIENTAL, O ENSINAR, PARA PRESERVAR	192
EDUCAÇÃO COMPARADA: OBJETO DE ANÁLISE, FUNDAMENTOS E PANORAMA HISTÓRICO	200
EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA E OS DESAFIOS DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	209

FREUD, DA HIPNOSE À ASSOCIAÇÃO LIVRE	219
GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM OLHAR AFETIVO NA ATUAÇÃO DO GESTOR DA ESCOLA ESTADUAL CONCEIÇÃO XAVIER DE ALENCAR NO MUNICÍPIO DE TABATINGA	226
LEITURA, ESTUDO E PRODUÇÃO DE TEXTO NA PRÁTICA EDUCACIONAL PEDAGÓGICA	234
LETRAMENTO DIGITAL: UMA REFLEXÃO SOBRE AS NOVAS PRÁTICAS DE LEITURA	248
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE	258
NARRADO, VIVIDO E APRENDIDO: PERCEPÇÕES CRÍTICAS SOBRE A METODOLOGIA FÍLMICA NAS AULAS DE HISTÓRIA	266
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO COMO ALIADOS NA CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA	276
PLANEJAMENTO E EMPATIA: AULAS PRESENCIAIS NA PANDEMIA DA COVID-19	285
PONDERAR ATITUDES PENSANDO COLETIVAMENTE NA CONSCIENTIZAÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE IMPORTÂNCIA DA DISCUSSÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA	294
REFLEXÕES SOBRE A ETNOMATEMÁTICA NO NOVO ENSINO MÉDIO	302
AS PRINCIPAIS TEORIAS E VERTENTES DO CURRÍCULO NO CAMPO EDUCACIONAL	315
VIDA ACADÊMICA E SAÚDE MENTAL: UM OLHAR SOBRE O CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ (CAMPUS HERÓIS DE JENIPAPO), NO INÍCIO DO SÉCULO XXI	323
A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM	337
AS TICS E AS AULAS REMOTAS EM ÉPOCA DE PANDEMIA	345
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CONTEMPORANEIDADE: UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR	355
A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO: UM DIÁLOGO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	363
A PERCEPÇÃO SOBRE A CAATINGA E O CONSUMO CONSCIENTE DA ÁGUA PELOS ALUNOS DO 9º ANO DA ESCOLA Pe. GODOFREDO JOOSTEN	371
A SIGNIFICÂNCIA E OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: EQUALIZAR PARA HARMONIZAR A DIVERSIDADE NO HOJE EM PROL DO AMANHÃ	379
AMBIENTE, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE	387
ESTUDOS COMPARADOS EM EDUCAÇÃO: NOVOS ENFOQUES TEÓRICO-METODOLÓGICOS	394
DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM NA VISÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ABORDAGEM PEDAGÓGICA E PSICANALÍTICA	402
FUNDAMENTOS E PARADIGMAS CONTEMPORÂNEOS DA EDUCAÇÃO: O DESENVOLVIMENTO DO SER HUMANO E A SAÚDE ESPIRITUAL	414
EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA NO PROCESSO EDUCATIVO PÓS-PANDEMIA	425
EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE: O ENLACE EDUCACIONAL PARA COM A SUSTENTABILIDADE	434

ESTRATÉGIA DO PENSAMENTO CRÍTICO PARA A INVESTIGAÇÃO EDUCATIVA	440
TEORIA E PRÁTICA DO CURRÍCULO	448
FUNDAMENTOS E PARADIGMAS CONTEMPORÂNEOS DA EDUCAÇÃO	455
GESTÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	463
INTERVALO ESCOLAR: UM DIÁLOGO SOLIPSISMO OU DIALÉTICO ENTRE O LAZER E O RISCO DA COVID 19	471
MULHERES: DESAFIOS E CONQUISTAS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	477
O DESAFIO DO ENSINAR ATRAVÉS DO USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DURANTE A PANDEMIA	484
O USO DAS FERRAMENTAS DIGITAIS EDUCACIONAIS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	495
OS DESAFIOS PEDAGÓGICOS EM TEMPOS DE PANDEMIA	504
PLANEJAMENTO, PROJETO, DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO CURRICULAR	510
PROCESSOS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO COMPARADA	518
A TEORIA EMOCIONAL NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL: A INFLUÊNCIA DA SUA INSERÇÃO NAS ESCOLAS	528
TEORIAS EDUCACIONAIS E A DIMENSÃO INTERATIVA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO PROCESSO EDUCATIVO	536
A INFLUÊNCIA DA LINGUAGEM VIRTUAL E DO USO DAS REDES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO ADOLESCENTE MODERNO: UM ESTUDO DE CASO	544
BOAS PRÁTICAS DE PLANEJAMENTO, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO: PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ESCOLARES	551
EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E O ENSINO MUDIÁTICO	559
EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: DESAFIOS NECESSÁRIOS REALIZADOS PELA PANDEMIA COVID19/ BENJAMIN CONSTANT	567
A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO	573
GESTÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	580
OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: COMO PROPOSTA DE MELHORIAS PARA A VIDA NESTA SOCIEDADE DE CONSTANTES MUDANÇAS	588
O ENSINO MEDIADO PELA TECNOLÓGICA: SEUS DESAFIOS E PONTECIALIZDADES NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA	594
OS DESAFIOS DO EJA EM TEMPOS DE PANDEMIA	604
REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO E DA AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR	611

A IMPORTÂNCIA DE HUMANIZAR O HOMEM: UMA ABORDAGEM DESSE PROCESSO NA FAMÍLIA, NA SOCIEDADE E NA ESCOLA	618
A TECNOLOGIA NO ESPAÇO ESCOLAR: UMA FERRAMENTA DE INCLUSÃO DIGITAL E DINAMIZAÇÃO DO ENSINO	624
UMA ANÁLISE DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE	631
A ONILATERALIDADE EM MARX: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO	640
POSFÁCIO	648

PREFÁCIO

DIÁLOGOS: EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E PSICANÁLISE

A publicação dos “Diálogos” que o leitor tem em mãos, se traduz como a busca da harmonia das notas musicais tão insistentemente interpretada pelo pré-socrático Pitágoras, aqui projetadas em três facetas do conhecimento humano. De certo, a Educação como filha da Paideia grega; a História fundada por Heródoto e Tucídides; e a Psicanálise, inaugurada no século XIX por Sigmund Freud, remonta suas bases no mundo das ideias de Platão e dos *Psicons* de Aristóteles.

O conjunto de artigos aqui exposto tem evidentemente o objetivo de contextualizar também a crítica das ciências, identificando a gênese do atual paradigma dos conhecimentos do mundo hodierno, fazendo expor o desenvolvimento dos saberes, visando a integração dos mesmos com um rigor de qualidade no âmbito de suas práxis. Aponta assim as influências sociais e culturais que se exercem na sociedade global estabelecendo paralelos, ligações, analogias entre o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da história das civilizações e culturas, tentando demonstrar suas rupturas e permanências quando da passagem do passado para o presente, em um ato reflexo, contribuindo de forma relevante com as pesquisas promissoras do desvelar da mente humana.

Os autores desenvolvem uma abordagem analítica dessas três esferas destacando formas e conteúdos próprios, refletindo sobre aspectos que atingem as bases de sustentação dos discursos que se apresentam em defesa da quebra das limitações epistemológicas de um sistema estruturalmente fragmentado e reducionista de formação. Todos comungam numa relação entre as aprendizagens implícita e explícita, de qualidade.

A dialogicidade entre educação, história e psicanálise vem sendo nos últimos tempos fomentada pelo mundo acadêmico e científico. Como supramencionamos, os gregos desde os pré-socráticos já compreendiam esse diálogo ao insistirem que não se fazia Paideia (educação a serviço do cidadão) sem estar associada da história (argumentava Hesíodo) e sem um olhar psicôntico da mente humana (Aristóteles); que muitos séculos

depois, a psicanálise freudiana vem a desenvolver. De um modo geral, Sócrates na antiga Grécia é o pai da psicologia, com a sua famosa frase “conhece-te a ti mesmo”, da mesma maneira que Tales de Mileto é o pai da física. E Aristóteles foi quem primeiro escreveu sobre a psicologia no tratado PERI PSYQUE (De Anima, Da alma).

A Escola psicanalítica procede de Freud, salientando que o comportamento humano tem uma motivação, sendo influenciado por motivos ocultos no inconsciente. A maioria das perturbações resulta de recalques na sexualidade reprimida desde a primeira infância, atuando sobre o comportamento. A cura se realiza com a descoberta de tais recalques. Entre as perturbações menciona-se os tiques nervosos, fobias, melancolia, temores, como suas causas brotando do inconsciente. Freud assim salientou a importância do inconsciente, das energias subconsciente e inconsciente do homem. Lembrando, o aparelho psíquico do homem se desdobra nas camadas do **id** (o inconsciente), do **ego** (a consciência) e o **superego** (as forças morais, éticas e religiosas). O homem contemporâneo, sem dúvida alguma, testemunha no mundo tecnológico e digital uma tensão entre essas três dimensões existenciais.

Quando hoje o farol do discurso global são os direitos humanos, testemunhamos compreendemos que as Constituições modernas se baseiam na proteção dos direitos do homem, cuja proteção depende da paz e da democracia. Dessa forma, a paz, os direitos do homem e a democracia formam, conjuntamente, momentos interdependentes, onde um é pressuposto do outro, e o sujeito individual se esvai na mistura de um objeto coletivo, gerindo crises existenciais onde a Psicanálise aparece como busca de solução.

Nesse caso, o pensador Norberto Bobbio menciona três premissas no decorrer da história: de que os direitos naturais são históricos, que estes nascem no início da era moderna e de que se tornam indicadores do progresso histórico. E o Estado Moderno trouxe, dentre outras coisas, uma mudança no modo de encarar a relação política, que antes tinha como centro a figura do soberano, passando agora a considerar o cidadão e seus direitos.

Assim, pela história, notamos a afirmação de que os direitos do homem surgiram de uma inversão de perspectiva, ou seja, a relação, como dito anteriormente, passou a ser entre cidadãos e entre o Estado e os cidadãos, porém se camufla ainda entre súditos e soberanos. Evoluindo essa ideia, chegamos ao ponto em que os direitos do cidadão de um Estado cederão espaço para o reconhecimento dos direitos do cidadão do mundo, como na Declaração Universal dos direitos do homem? Eis aí a necessidade de interligar a Psicanálise às esferas da Educação e da História.

Segundo Norberto Bobbio, os direitos oriundos de uma evolução histórica, uma vez que não nascem de uma única vez, foi classificado como os direitos de primeira geração (representados pelos direitos civis; as primeiras liberdades exercidas contra o Estado); segunda geração (representados pelos direitos políticos/sociais; direitos de participar do Estado); terceira geração (econômicos, sociais e culturais(cujo mais importante seria o representado pelos movimentos ecológicos); e quarta geração (exemplificados pela pesquisa biológica, defesa do patrimônio genético etc.). Dessa classificação, podemos apreender que os direitos surgem de acordo com o progresso técnico da sociedade, isto é, as fases ou gerações refletem as evoluções tecnológicas da sociedade, que criam necessidades para os indivíduos. Assim, os artigos dessa obra, de uma forma ou de outra, levam a todos esses questionamentos.

A teoria psicônica da mente humana, mostra uma estreita ligação da personalidade com sua base biológica, mas não chega a uma interpretação estreitamente biológica da personalidade, haja vista o homem ter evidentemente uma natureza biológica, que conjugadas ao seu sistema nervoso reflete as emoções mais internas no homem, como o medo, a cólera, a alegria, o prazer e a dor. O medo resulta de situações ameaçadoras de integridade física, social ou moral das pessoas. A Cólera prende-se ao encontro dos obstáculos e barreiras aos desejos e impulsos das pessoas. A alegria resulta de sentimentos ou dá sensação de um crescimento de poder de personalidade. A dor ou pesar resultam do contrário a passagem do estado melhor para o pior, do mais perfeito para o menos perfeito.

A convivência de mentes é difícil porque há uma fisiologia do organismo conglobando o funcionamento em conjunto ou em separado de todos esses elementos do organismo, onde no homem o cérebro tem importância relevante, já sendo comprovado por diversas teorias explicando as relações entre o psíquico e o fisiológico, como a teoria do paralelismo psico-físico, a teoria interacionista, a teoria do duplo aspecto.

Antigamente, as emoções eram os afetos. As paixões que perturbavam a natureza racional, a razão do homem e o submetiam às excitações externas. As emoções são estados de excitação física e psíquica, exigindo uma mobilização extrema da mente e do corpo, provocando uma alteração no comportamento do ser. Tal perturbação atinge três graus, conforme a sua intensidade branda, média e obsessiva. Porque o estado efetivo brando chama-se simplesmente afeto; o estado ativo de

intensidade maior é a emoção; a paixão é o ponto mais alto e obsessivo da emoção; e o stress exagerado do homem contemporâneo é o estado do organismo ameaçado de desequilíbrio sobre ação de condições e agentes que colocam em perigo os seus mecanismos *homo estaticus*. Por isso, diversos fatores podem concorrer para destruir o equilíbrio, sejam de origem física (traumatismo, calor, frio, etc.), ou químicos (veneno), infecciosos ou psíquicos (emoção). As emoções apresentam um estado fisiológico e um estado psíquico. Os estados emotivos provocam modificações fisiológicas no organismo, as emoções têm assim uma natureza *fisiopsíquica*, e essa é a razão pela qual as emoções desagradáveis e prolongadas podem causar doenças.

No processo educacional há vários tipos de emoções, geralmente as emoções primitivas ou elementares e as emoções secundárias ou complexas. As emoções primitivas ou inatas são formas de comportamento aprendido, são estados emocionais não adquiridos, herdados, sem nenhuma aprendizagem prévia: a cólera, o medo, o prazer, a fuga. Já as emoções complexas e secundárias resultam de aprendizagem, de herança cultural, com as emoções intelectuais, políticas, religiosas, morais e estéticas.

Mas este despertar da consciência do homem para o exame mais profundo da mente e da personalidade não pode ficar em um plano puramente especulativo, porém científico e objetivo. O abismo do sub-consciente da *psique* humana, camada por camada, apenas começou a ser explorado recentemente. A altura e a elevação do super-consciente e de uma possível percepção extra sensorial é apenas aflorada. Sempre que há um desafio à personalidade, a resposta ou os reptos podem ter sucesso ou insucesso. Os obstáculos, quando provocam fracassos, frustrações e conflitos que se acumulam, tendem a gerar complexos e bloqueios, como barreiras à conquista do ideal e da realização.

As frustrações acumuladas pela história podem ser endógenas e exógenas. As frustrações endógenas resultam das limitações das pessoas, que pretendem alcançar uma realização acima das possibilidades do seu intelecto, da sua vontade e da sua indignação. As frustrações são exógenas quando o excesso de barreiras, impedimentos e obstáculos afloram acima do nível normal, para circunstâncias determinadas que são desfavoráveis.

Nesses Diálogos, que vários artigos estudam o comportamento do indivíduo socialmente, é possível traçar estratégias, e elaborar um projeto para que sejam encontradas a maneira de trabalhar para o sucesso do conhecimento, fazendo com que, o educando absorva positivamente as informações que foram passadas. Porque a motivação, o estímulo, é imprescindível para que o aluno consiga realizar as atividades propostas com entusiasmo e prazer, trazendo, conseqüentemente a absorção do que lhe foi ensinado, tornando eficaz o processo de aprendizagem.

Desde a teoria psicossocial de Erikson se defende que a personalidade é influenciada e se desenvolve por meio de uma série de crises. E a teoria psicosexual de Freud, orientada por estágios de desenvolvimento, defende que o comportamento é controlado por impulsos inconscientes poderosos, sendo influenciado por fatores inatos modificados pela experiência o passo que para o Behaviorismo ou a teoria da aprendizagem tradicional os comportamentos não são controlados pelo ambiente. A respeito do estudo do desenvolvimento humano e da aprendizagem, a perspectiva que se concentra nos processos de pensamento e no comportamento que reflete esses estágios, abrange tanto teorias mecanicistas quanto organicistas, incluindo a teoria psicogenética de Jean Piaget e a teoria sociocultural de Vygotsky

Assim, essa série de textos comungando educação, história e psicanálise entende que o trabalho pedagógico através de todos os profissionais ligados ao desenvolvimento humano deve partir do princípio ético, estético e humano visando superar a exclusão social e respeitando os diferentes tempos, ritmos e formas de aprender de cada criança, com intervenções sólidas que reafirmam a sua

condição de permanência no mundo em que vive, em função disso, o estágio supervisionado tem como objetivo central analisar a questão do conhecimento no interior das instituições, do ponto de vista de alguns dos seus fundamentos epistemológicos e políticos, de modo a subsidiar o pedagogo na reflexão sobre o sentido social e conceito do que fazem.

Parabéns aos autores desses artigos e que os leitores tenham todos uma boa reflexão!

Prof. Dr. Matusalém Alves Oliveira
Chefe do Departamento de História – UEPB

Campina Grande, 06 de março de 2023.

A DICOTOMIA DA SALA DE AULA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

Luana Ferreira do Nascimento

RESUMO

O presente trabalho é resultante de uma pesquisa bibliográfica e de campo, onde foi realizada uma reflexão sobre a teoria e a prática de professores de 1º ao 5º ano do ensino fundamental. No intuito de conhecer os anseios e de enaltecer uma melhor maneira de conduzir inovações aos professores, tornando-os protagonistas das mudanças. O mesmo aborda concepções sobre a educação na visão de diversos autores, onde todos refletem sobre as ideias e a atuação do profissional da educação no quadro histórico e social. Comparando as duas realidades distintas, porém inseparáveis que é a teoria e a prática pedagógica, busca-se criar uma relação a qual seja possível utilizar de fato as teorias aprendidas, que elas sejam instrumento de aprendizagem e assim de modificação da sociedade.

Palavras-chave: Refletir; Inovar; Atuar.

INTRODUÇÃO

Ao ser observado a dificuldade em acompanhar e realizar todas as exigências feitas ao professor considerou-se assim a necessidade de estabelecer uma relação entre a teoria e a prática de um educador, mostrando dificuldades, que diariamente são apresentados ao educador, e alimentadas pelos maus administradores das verbas direcionadas à educação.

Atualmente há muitas discussões pertinentes entre os educadores, não se questiona se “o aluno não aprende ou por que não aprende” ou “o quanto aprende”, mas está voltada a questões mais amplas como: “de que forma podemos favorecer a aprendizagem?”, “que ações pedagógicas adotaremos para facilitar a construção de conhecimento?”.

Essa perspectiva qualitativa (e não quantitativa) do ato de aprender é de extrema relevância ao educador porque ele tem um papel de destaque nas descobertas e na aprendizagem de seus educandos. O caráter “quantitativo” da aprendizagem, amplamente difundido na escola convencional, é um equívoco na condução do processo educacional, como nos ilustra a afirmação de Albert Einstein:

Por vezes, vemos na escola simplesmente o instrumento para a transmissão de certa quantidade máxima de conhecimento para a geração em crescimento. Mas isto não é correto. O conhecimento é morto; a escola, no entanto, serve aos vivos. (EINSTEIN, 1994, p. 36).

Os estudos na área da pedagogia e da psicopedagogia, nos traz novos conceitos sobre as dimensões da aprendizagem humana e fornecem dados importantes para qualificarmos as interações nos ambientes educacionais.

No entanto, com todos os aparatos tecnológicos, com recursos sendo direcionados para educação, nem assim, traz a realidade necessária para ser posta em prática a teoria aprendida em uma sala de aula de uma universidade.

EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA SOCIEDADE ATUAL

Diversas expressões podem designar o acontecer educativo: processo educativo, prática educativa, atividade educacional. Partindo do sentido etimológico alguns autores que se ocupam em esclarecer o conceito, apontam a origem latina de dois termos: educar é: (alimentar, cuidar, criar, referindo tanto a plantas, e animais, como a crianças; educar é (tirar para fora e conduzir para, modificar um estado).

Educar é agir de forma sistemática sobre o ser humano, tendo em vista prepará-lo para a vida num determinado meio. A educação tem, de fato, uma função adaptadora. O ser humano se educa em seu meio natural e social.

Libâneo afirma que: “A educação é, também, uma prática ligada à produção e reprodução da vida social, além de proporcionar condições para que os indivíduos se formem”. (1998, p.65). Partindo dessa afirmação, é inevitável que as gerações futuras se preocupem em transmitir às gerações mais novas os conhecimentos, experiências e modos de ação que a humanidade foi acumulando no decorrer das relações entre o homem, sociedade e natureza.

O acontecer educativo corresponde à ação e ao resultado de um processo de formação do sujeito ao longo das idades para se tornarem adultos, pelo qual adquirem e aprimoram capacidades, qualidades e habilidades humanas para enfrentar as exigências postas pelo contexto social; dentre elas a de ser um cidadão crítico que possa posicionar-se e lutar pelos seus direitos.

As definições sobre a educação variam entre os autores que se dedicam ao seu estudo, mas, entre eles há uma unanimidade em considerar a educação, um processo de desenvolvimento e transformação do ser personalidade partindo de determinadas condições internas do indivíduo. Algumas concepções pedagógicas mostram definições para uma finalidade ou ideal que se busca na educação.

As concepções naturalistas são atribuídas aos fatores biológicos do desenvolvimento. A influência externa vindo de fatores sociais, culturais age apenas para regular o ritmo e a manifestação de processos internos inatos. A educação e o ensino adaptam-se à natureza biológica e psicológica, a finalidade da educação seria retirar o já existente no indivíduo.

As concepções programáticas, são aquelas que compreendem a educação como um processo de desenvolvimento humano que resulta na adaptação do indivíduo ao meio social. É pela experiência, nas interações entre organismo e meio, que o indivíduo desenvolve suas funções cognitivas.

Para Dewey, “toda experiência humana decorre de interação em que, estão envolvidas condições externas, ou objetivas e condições internas”. (1979, p. 37). A interação é decorrente desse

equilíbrio. Isso significa que, o meio se forma pela situação em que o indivíduo se encontra envolvido e na qual participa dentro de sua comunidade.

As concepções espiritualistas concebem a educação como um processo interior que necessita aderir às verdades ensinadas de fora, que dizem como o homem deve ser, partindo para uma pedagogia católica que busca como finalidade regenerar o homem, preparando-o para a vida eterna.

Por fim, temos as concepções internacionais, que afirmam que o ser humano se desenvolve tanto biologicamente como psicologicamente interagindo com o ambiente.

As amostras que foram apresentadas sobre definições de educação, não estão restritas, se percorrermos outras teorias, encontrará diversas outras definições. Alguns atribuem o ideal educativo fora do indivíduo, outras identificam educação como desenvolvimento individual.

Seja como for, o processo educativo está ligado a um fenômeno social, enraizado nas condições e nas lutas sociais. Nos tempos atuais, ninguém pode pensar em adquirir, na juventude, uma bagagem inicial de conhecimentos que lhes baste para toda a vida, por que a evolução rápida do mundo exige uma atualização mútua e contínua. A própria educação está em plena mutação: em todos os domínios, em quanto à noção de qualificação, no sentido tradicional é substituída em muitos setores modernos de atividade, pelas noções de competência evolutiva e capacidade de adaptação.

O mundo da cultura e do ensino quer meios para o desenvolvimento da escolarização e formação geral, as associações de pais querem sempre uma educação de qualidade, isto é, cada vez mais e melhores professores. As políticas públicas têm ocupado destaque na discussão no que diz respeito às reformas, ao currículo e aos financiamentos dos sistemas de ensino.

Têm sido debatidas as atuais reformas educacionais. De forma geral, as políticas públicas em diferentes níveis e modalidades de ensino, no Brasil, têm mostrado sua organicidade realizada por meio da instituição de parâmetros e diretrizes curriculares, sistema nacional de avaliação e Programa Nacional de Livro Didático.

Popkewitz tem discutido o sentido e o significado das reformas educacionais e seus trabalhos têm sido divulgados no Brasil, tornando-se referência de muitas análises sobre a questão das reformas educacionais (1979, p.37).

As reflexões apresentadas por Popkewitz vão no sentido de eliminar diferenças entre as reformas que poderiam ser designadas de mais conservadoras ou mais críticas. E ainda defende que toda essa onda de reformas com novas formas de administração social da liberdade, nas quais existem apenas diferentes modelos nas formas de se pensar ou de se propor a liberdade.

Dentro dessa relação de poder, se configura o discurso de pedagogia. Nesse sentido, as reformas falam de um professor-pesquisador, um profissional flexível e reflexivo. Para Popkewitz, essas novas propostas pedagógicas são novos mapas de normalização que se configuram na busca de estimular no outro as características desse novo modelo de sujeito.

Ao discutir políticas públicas para o ensino fundamental, seria justa pensar que, definido um currículo nacional, selecionados os livros didáticos, treinados professores, com vista ao desenvolvimento de competências fundamentais, houvesse uma melhoria no desenvolvimento do sistema público, uma vez que o desempenho é avaliado com base nas normas do próprio sistema.

Ivor Goodson destaca a necessidade de discutir as propostas curriculares ou que é chamado de currículo prescrito, advertindo que “aquilo que está prescrito não é necessariamente o que é aprendido, logo, se planeja e não é necessariamente o que acontece”. (1979, p.37).

O autor chama atenção para a importância de se entender os fatores e as relações de poder que permitiram a aceitação de certas ideias em um determinado momento, bem como a compreensão das razões que levaram certas posições a não terem espaço para impor ou fazerem ouvir.

Correia discute a questão da inovação que busca se universalizar no sistema de ensino, mas que: "paradoxalmente, nem sempre produz mudanças nas práticas pedagógicas e nas relações sociais estabelecidas entre os agentes implicados na ação educativa". (1991, p.22). O autor salienta que a mudança como processo inovador exigiria uma ruptura com práticas instaladas, tornando-se, portanto, necessário analisar o grau e o poder de decisão dos atores nela envolvidos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) constituem um referencial para a educação no Ensino Fundamental em todo país e tem a função de orientar, além de garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações.

Não configuram, portanto, um modelo curricular homogêneo e impositivo, entretanto podem funcionar como elemento canalizador de ações na busca de uma melhoria na qualidade da educação brasileira, de modo algum, podem resolver todos os problemas que afetam o ensino e a aprendizagem no país.

As buscas de qualidades impõem a necessidade de investimento em diferentes frentes, como na formação inicial e continuada de professores, uma política de salários dignos, um plano de carreira, a qualidade do livro didático, de recursos televisivos e de multimídia, a disponibilidade de materiais didáticos. Mas esta qualificação almeja, implica colocar também, no centro do debate, as atividades escolares de ensino e aprendizagem e a questão curricular com inegável importância para a política educacional da nação brasileira.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.9.394/96 prevê que os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica (artigo nº 12).

Nos artigos 13 e 14, a LDB diz que a elaboração da proposta pedagógica contará com a participação dos profissionais da Educação, que deverão ainda definir e cumprir o plano de trabalho para concretizá-lo.

Com tais dispositivos, a lei quis realçar o papel da escola e dos educadores na construção de projetos articulados com as políticas nacionais.

No cumprimento das políticas públicas os municípios são espaços de construção de projetos políticos pedagógicos (PPP) que é um projeto de ação política que tem por finalidade a definição de orientações sobre processos e práticas educativas.

Partindo da afirmação de Padilha (200 p. 85):

O PPP (projeto político pedagógico) da escola contribui para a definição de processos educacionais e para a necessária continuidade administrativa. Metas e objetivos são definidos e avaliados para períodos que transcendem a duração dos mandatos dos cargos públicos executivos e legislativos.

O projeto deveria ser pensado pelo menos de dez em dez anos dependendo da capacidade dos seus segmentos e de sua comunidade de resgatar as experiências instituídas, além de considerar as vivências do presente e pensar no futuro, atribuindo assim a construção da autonomia da escola, dos educadores, e dos educandos.

IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA REFLEXIVA NA ESCOLA DA ATUALIDADE

Valorizar a importância da prática reflexiva na escola significa, entre outras coisas, assumir que é uma profissão, e não um simples ofício. Ser professor supõe uma formação séria, complexa, e difícil, mas também, altamente valiosa. Agora a escola tornou-se compulsória e obrigatória, cumprindo o direito de nela as crianças poderem aprender o que é significativo para suas vidas. Para realizar bem essa tarefa, há que se profissionalizar. A prática reflexiva é um dos recursos para isso; outrora o ato de planejar, sempre será processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; um processo de previsão de necessidades e racionalização do emprego de meios, recursos, visando à concretização de objetivos. (PADILHA, 2001, p.30). Que assim nos possibilita refletir sobre todo e qualquer imprevisto, novidades que possam contribuir na dinâmica da aula, e até mesmo na maneira de uma avaliação mais subjetiva.

Todavia uma escola para todos, supõe, a disponibilidade a prática de uma pedagogia diferenciada e de uma avaliação formativa. Pedagogia diferenciada por que leva em consideração a diversidade e a singularidade de todas as crianças que, agora frequentam a escola, e nela esperam aprender coisas significativas à sua vida, além de tentar quebrar um estado confortável, para arriscar-se; atravessar um período de instabilidade em busca de melhora.

Avaliação formativa, porque regula, observa, seleciona, valoriza o que de melhor pode estar a serviço dessas aprendizagens e que indica os progressos ou as mudanças de posições quanto ao que cada criança pôde aprender e desenvolver em favor de conteúdos, competências e habilidades julgadas necessárias a serem dominadas.

A vida na escola, nos termos configurados, supõe saber enfrentar e resolver situações problemas cada vez mais complexa e para as quais as respostas tradicionais são cada vez mais insuficientes, absolutas ou inaplicáveis. Para isso, temos que nos tornar profissionais e superar a crítica vazia e externa, a queixa, a culpa, a ingenuidade, e o amadorismo.

Historicamente, prática e reflexão foram trabalhadas como adversárias. Ainda hoje é frequente a divisão entre aqueles que se interessam mais pela reflexão teórica, pelo domínio do conhecimento, e aqueles que preferem pôr a "mão na massa", isto é, considerar o plano da experiência e suas realizações. É preciso, portanto, uma relação de cooperação ou reciprocidade entre a reflexão e a prática, uma que complete a outra.

Conforme Macedo "Praticar a reflexão supõe admitir que, como prática, ela se expressa como qualquer outra forma de conhecimento que se realiza no tempo e no espaço, por meio de estratégias ou procedimentos que favorecem sua melhor realização e, pode ser mais realizada pela mediação de um formador." (2002, p.13). Apesar do que fala Macedo, a prática ainda se faz de modo irregular, quase individual e perturbado por todos os tipos de pressões. Irregular porque é frequente surgir algo urgente para ocupar o seu lugar. Quase individual porque as iniciativas e as boas intenções institucionais nem sempre correspondem à satisfação das necessidades realizadas dessa prática.

Assim, a função do bom professor, não é apenas a de ensinar, mas de levar seus alunos ao reino da contemplação do saber. Para tanto, deve caminhar, com passos firmes, entre o desenvolvimento tecnológico e suas práticas pedagógicas. Há trilhas importantes, que devem encaixar-se dentro da teoria e prática, tais como: Aprimorar o educando como pessoa humana, prepará-lo para o exercício da cidadania, além de incentivar a construir uma escola democrática, outrora zelar pela aprendizagem do aluno além de participar ativamente da proposta pedagógica da escola.

Nesse contexto, o educador deve ter a preocupação de reeducar-se de forma contínua, uma vez que a sociedade ainda traz no seu tecido social, as teorias da homogeneidade para as realizações humanas, teoria que, depois de 500 anos, só conseguiu apenas reforçar as desigualdades sociais.

Em geral, refletir sobre objetos, acontecimentos que são os objetivos da prática, estando voltados "para fora". Buscamos externamente boas respostas ou boas formas de ensinar melhor. Sofre-se com os maus resultados, com a desatenção ou o desinteresse dos alunos, com as dificuldades pedagógicas ou com a falta de recursos, mas ignora-se os fatores que favorecem ou dificultam. A prática reflexiva supõe voltar-se "para dentro" de si mesmo ou do sistema do qual você faz parte. Supõe dá um tempo, implica valorizar a posição, o pensamento, as hipóteses do sujeito que age.

Como regular o presente, o que podemos aprender com as ações já realizadas, simultaneamente, o que podemos antecipar a favor disso?

Sobre esse aspecto Macedo comenta: "Saber refletir sobre a ação significa atualizar e compreender o passado, fazer da memória uma forma de conhecimento. Implica saber corrigir erros,

reconhecer acertos, começar e antecipar nas ações futuras o que se pôde aprender com as ações passadas. (2002, p.15).

Tudo isso tem sentido de que organizar o presente em nome do futuro é uma meta que cada educador deve pretender alcançar, além de imaginar os obstáculos a serem enfrentados e os modos de superá-los.

PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Transformar a prática dos educadores, as escolas, o sistema de ensino e a sociedade em geral são uma realidade. Essa é uma tarefa difícil, mas não impossível. Há uma grande insistência da sociedade de recuperar a possibilidade de recuperar a possibilidade da escola e do professor ser agentes de mudanças. Se o professor não acreditar e não assumir esta perspectiva, não estará em condições de atuar como autêntico educador.

Freire em sua reflexão crítica sobre a prática, fala que:

É pensando criticamente a prática de hoje ou de que se pode melhorar a próxima. O próprio discurso teórico é necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. O seu "distanciamento epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise, deve aproximá-lo ao máximo. (FREIRE, 1996, p. 43).

O autor apela para o bom senso do professor em se comprometer com a mudança, de promover-se, saindo do estado de curiosidade ingênua para o de curiosidade epistemológica.

Assim, frente às condições da realidade, os professores vão se apercebendo que a mesma é um tanto mais complicada do que inicialmente imaginava, qual seja suas explicações, começam a não dar conta das várias manifestações da prática educativa, desta forma acabam.

Freire em sua reflexão sobre a prática fala que: “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (1996 p. 43). O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunde com a prática. O seu distanciamento epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise deve aproximá-la ao máximo.

O autor apela para o bom senso do professor em se comprometer com a mudança, de promover-se saindo do estado de curiosidade ingênua para o de curiosidade epistemológica. Frente às contradições da realidade é exigido hoje um posicionamento do educador;

Quando se critica a educação tradicional, o professor pode entender que tudo o que fazia estava errado, isso traz uma sensação de insegurança, simplesmente por estar negando a experiência anterior. O novo está na postura do professor.

A mudança é um longo caminho, sobretudo deve-se dar o primeiro passo; há que se levar em conta que é preciso fazer o novo, mas o novo, por sua vez, não surge do nada: faz-se a partir do velho.

Max disse que transformando o mundo, os homens se transformam a si mesmo. Hoje alterando sua frase, poderemos afirmar que não podemos só transformar o mundo, se ao mesmo tempo, não nos transformarmos em nós mesmos. (Vasconcelos apud Heller, 1989, p.117).

O professor deve se assumir como sujeito de transformação no sentido mais radical, e se comprometer também com a alteração das condições de trabalho, tanto do ponto de vista objetivo, quanto subjetivo.

Assim nunca é demais lembrar que este novo horizonte desejado, que este novo professor não está pronto, mas em permanente construção, pois o mais importante é estar a caminho.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS AO PROFESSOR

Podemos dizer que competência é a capacidade de atuar diante das situações complexas, mobilizando conhecimentos habilidades intelectuais e físicas, atitudes e disposições pessoais, de forma que identifique corretamente os elementos que estão em jogo e dê-lhes tratamento adequado.

As atividades do professor, na sala de aula e na escola, são quase sempre desse tipo, exigindo dele reações imediatas e, ao mesmo tempo, fundamentadas em um saber específico, adquirido em fontes diversas, como os cursos de formação inicial e continuada, o contato com o colega com mais experiências, as orientações recebidas do supervisor pedagógico ou de órgãos de administração da educação (conselhos e secretarias de educação, etc.), a leitura de livros, jornais, revistas especializadas a participação em sindicatos e associações de classe e outras experiências de vida cotidianas.

Além de tudo isso, o professor aprende com a prática, na medida em que toma consciência de suas ações, reflete a respeito delas e de seus efeitos sobre os seus alunos, sobre a escola, e sobre ele mesmo. Conforme Salgado (200, p. 20): “essa multiplicidade de fontes dos saberes docentes e pedagógicos mostram-nos que o corpo de conhecimento do professor se constrói a partir de do encontro de diferentes tipos de saber”;

Resumindo as competências específicas do professor configuram um campo teórico-prático e interdisciplinar, que implica no desenvolvimento da identidade e consciência profissional.

CARACTERÍSTICAS DO PROFISSIONAL PREPARADO PARA ATUAR NAS SÉRIES INICIAIS DO FUNDAMENTAL I

O profissional preparado para a atualidade, caracteriza-se como um professor que domina os instrumentos necessários para o desempenho competente de suas funções e tem capacidade de tematizar a própria prática, refletindo criticamente a respeito dela. Conhece bem os conteúdos curriculares, sabe planejar e desenvolver situações de ensino e de aprendizagem, estimula as interações sociais de

seus alunos, administrar com tranquilidade as situações de sala de aula. Conhece, valoriza e aceita as formas de aprender e interagir de seus alunos respeita suas diversidades culturais, além de comprometer-se com o sucesso dos educandos e com o funcionamento eficiente e democrático da escola em atua.

Com tudo ainda não se prender a uma forma rígida e seca de manejar os ensinamentos, conforme:

Há muitas escolas que não passam de jacarés. Devoram as crianças sem nome do rigor, do ensino apertado, de boa base, de preparo para o vestibular. É com essa propaganda que elas convencem os pais e cobram mais caro..., mas, e a infância? E o dia que não se repetirá nunca mais? (ALVES, 2003. p. 56-60).

Para tanto, de acordo com a citação acima mencionada, podemos considerar que exemplifica a escola como sendo o ensino de qualidade nas séries iniciais fundamental para o desenvolvimento do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com tudo ao ser pesquisado e refletido constatou-se que o educador que tem o domínio sobre conteúdos, planos de aulas, o será na mesma proporção em que tem o domínio do conhecimento que apoia sua ação; desagregando assim o paradigma que a teoria e a prática não podem andar juntas. “Aliado a essas questões, na docência a incessante situação da separação entre teoria e prática é oriunda de um trabalho docente justificado pelo senso comum ou pela intuição pessoal.” (Becker, 1993).

Dessa forma, parece que os professores estão atrás de uma identidade que os caracterize de um referencial teórico que os proteja de pedagogos, psicólogos e outros profissionais “opressores” que vivem a exigir uma fundamentação que sustente o processo de ensino que praticam (Arroyo, 2000).

Nessa busca por uma identidade, por uma teoria que defenda o professor, acaba-se por fazer uma análise superficial dos pressupostos teóricos. Percebe-se que, frequentemente, a escolha recai sobre uma teoria que, através de diversas deformações feitas pela incompreensão inconsciente do professor, acaba por justificar a sua prática intuitiva. Sendo assim o educador sem constatação alguma é um ser que nunca ficará pronto totalmente sempre terá que se submeter a uns “upgrades” da vida.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **A alegria de ensinar**. 3ª ed. São Paulo: Ars poética, 1994. _____. **Estória de quem gosta de ensinar- o fim dos vestibulares**. 8ªed. Campinas: papyrus, 2003.

CORREIA, j. **Inovação pedagógica e formação de professores**. Rio tinto, Portugal, Asa 1991.

DEWEY, J. **Experiência e educação**. 3ª ed. São Paulo, Nacional, 1979.

EINSTEIN, Albert. **Escritos da maturidade**. 2ªed. Rio de Janeiro: nova fronteira, 1994.

FREIRE, Paulo: **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: paz e terra, 1996. (Coleção Leitura).

GOODSON, J. F. Currículo: **Teoria e história**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor; Adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo, Cortez 1998.

MACEDO, Lino de. **As competências para ensinar no século XXI**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PADILHA, Paulo. Roberto. **Projeto Político Pedagógico (PPP), Leitura do mundo e a Festa da Escola Cidadã**. São Paulo: instituto Paulo freire, 2002.

POPKEWITZ, T.S. **Lutando em defesa da alma: A política do Ensino e a Construção do professor**. Porto Alegre: Artes médicas, 2001.

SITE: **a utilização dos referenciais teóricos na prática docente**. (Andrea Rapoport e João Alberto da Silva).

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Para onde vai o professor? Resgate do professor como sujeito de transformação**, 8ª ed. São Paulo: Libertad, 2001.

A EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI: EM MEIO AOS DESAFIOS VIVENCIADOS PELO AVANÇO E USO DA TECNOLOGIA

Antônio Marcos do Nascimento
Fabiana Gomes da Silva Cabral de Souza
Marinalva de Farias Souza

RESUMO

O presente artigo enfatiza a educação do século XXI, em meio aos desafios vivenciados pelo avanço e uso das tecnologias. O objetivo é propor a ampliação de conhecimentos; encontrar informações e vencer as barreiras, com ações significativas para enfrentar os desafios que o ato de educar abrange diante dos avanços tecnológicos na atualidade. Este trabalho tem embasamento teórico pautado em documentos legais dentre eles, a Base Nacional Comum Curricular (2018) e os autores como: TAJRA (2012) que trata dos primeiros usos da tecnologia, KENSKI (2003) ressaltando a evolução tecnológica dentre outros, que fundamentam o assunto, enfatizam a educação atual e os desafios enfrentados pelo uso e avanço da tecnologia, e como resultado, em tela, é imprescindível um estudo sobre o assunto.

Palavras-chave: Educação; Desafios; Tecnologias.

INTRODUÇÃO

A inovação tecnológica está presente na vida de alunos e professores diariamente. Ela possibilita o uso de recursos didáticos modernos na escola, os quais promovem a melhoria no processo de ensino e aprendizagem.

Com o avanço das tecnologias de informação tornou-se possível a criação de ferramentas, as quais devem ser usadas pelos professores no cotidiano da sala de aula, fazendo com que o processo de ensino e aprendizagem se torne mais eficaz, prazeroso e dinâmico.

O presente trabalho tem como objetivo principal ampliar conhecimentos, encontrar informações e vencer as barreiras, com ações significativas para só assim poder enfrentar com sabedoria os desafios que o trabalho de educar vem sofrendo diante aos avanços da tecnologia. O estudo é de cunho qualitativo e para entrelaçar o assunto abordado recorreremos a um preparo teórico baseado em documentos legais e estudiosos que deram grandes contribuições sobre a educação do século XXI, em meio aos desafios vivenciados pelo avanço da tecnologia. E os objetivos específicos por sua vez estão voltados a compreender como as práticas com o uso das tecnologias levam a pensar e valorizar um novo processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano por meio do uso das práticas com as tecnologias, nas quais o sujeito aprende de forma descontraída e eficiente.

Trabalhar o tema “A Educação do século XXI: Em meios aos desafios vivenciados pelo avanço e o uso da tecnologia”, é perceber que o avanço e o uso da tecnologia está cada vez maior e

que os educadores devem se capacitar, realizando cursos profissionalizantes e inserir em suas aulas esses recursos, para poderem assim atrair seus educandos e despertar em cada um o gosto em querer aprender, sem falar que eles aprendem melhor, pois se sentem motivados e despertados para aprendizagem. A tecnologia como recurso pedagógico auxilia na construção do desenvolvimento, da atenção, da memória e da imaginação.

Estudo realizado no decorrer dos tempos sobre a educação do século XXI, em meios aos desafios vivenciados pelo avanço e o uso da tecnologia, nos mostram que a criança vê o mundo com um olhar diferenciado. Dentro desse contexto, no âmbito educacional, as atividades com uso das tecnologias são de suma importância para o desenvolvimento das crianças.

De acordo com os PCN'S (2000, p. 11-12)

As novas tecnologias da comunicação e da informação permeiam o cotidiano, independente do espaço físico e criam necessidades de vida e convivência que precisam ser analisadas no espaço escolar. [...]os sistemas tecnológicos, na sociedade contemporânea fazem parte do mundo produtivo e da prática social de todos os cidadãos, exercendo um poder de onipresença, uma vez que criam forma de organização e transformação de processos e procedimentos. (PCN'S, 2000, p.11-12)

Conforme os PCN'S as mudanças determinadas pela tecnologia estão para além do ambiente escolar, onde os alunos vivem diariamente como cidadãos de direito. Os sistemas tecnológicos já não são mais indissociáveis do mundo, exercendo como uma força coerciva para a criação de maneiras próprias de viver e, principalmente de estudar e aprender novos ou antigos conteúdos.

Alguns resultados mostram que os desafios e uso das tecnologias são imprescindíveis para a aprendizagem das crianças, que depois de terem contato com elas serão desenvolvidas várias competências. Para melhor compreensão deste estudo, o organizamos em três seções, sendo: a primeira apresenta a introdução, a segunda seção expõe a fundamentação teórica sobre o tema escolhido que é: A Educação do século XXI: Em meios aos desafios vivenciados pelo avanço e uso da tecnologia com os tópicos relacionados aos Desafios de ser professor mediante as tecnologias no século XXI embasado em Ens e Donato (2011); PCN'S (2000); Silva; Prates e Ribeiro (2016); ao Domínio das tecnologias digitais: Competências indispensáveis ao professor, fundamentado Gouvêa (1999), Moram (2000), Perrenoud (1996), Imbernón (2006), Lévy (1993) e a Tecnologia: origem e uso no processo educacional - Tajra (2012), Kenski (2003), Nunes (2007), Masetto (2000), e finalmente, a terceira seção versa sobre as considerações finais e referências.

Entende-se que abordar a educação tecnológica na contemporaneidade em meio aos desafios vivenciados pelo avanço tecnológico, exige um olhar centrado nos estudos sobre o assunto dos especialistas e um querer fazer pedagógico nas salas de aula o que se aprender com eficácia. Isto garantirá ricos momentos de interação, aprendizagens e a compreensão de quais contribuições serão

transmitidas aos estudantes que ora passam pela escola e vivem numa sociedade onde as mudanças tecnológicas crescem a cada dia.

OS DESAFIOS DE SER PROFESSOR MEDIANTE AS TECNOLOGIAS NO SÉCULO XXI

Ser um profissional de ensino sempre solicitou do indivíduo uma coragem e braveza, pois a sua atuação não se limita a uma simples “transmissão de conteúdo”, mas necessita da apropriação de um bom domínio no que diz respeito às relações interpessoais, desenvolvimento humano e da aprendizagem, assim como as estratégias de comunicação e outros fatores que se encontram ou fazem-se necessários em um só profissional, que precisa auxiliar no aprendizado, e em um só ambiente ou lugar.

Desde a invenção das máquinas, seguimento da Revolução Industrial sobrevinda do século XVIII, a tecnologia vem cobrando da sociedade constantes mudanças, para um aprimoramento diante de sua grande repercussão e modificação contínua a cada dia.

A sociedade contemporânea, igualmente a invenção maquinaria, requer das instituições escolares uma adaptação de realidade educacional, devido à alteração de vida e de costumes dos indivíduos que ali se encontram, resultando em uma busca incessante por diferentes práticas de ensino e metodologias capazes de gerar uma maior interação e oportunizem aos professores a reflexão para um maior preparo e controle das gerações imersas na tecnologia. Dessa maneira, nos deparamos com um dos mais conhecidos e mais presentes desafios dentro da atuação profissional de educação na atualidade, que é a necessidade de muitas mudanças em tudo o que foi aprendido e o que trazia resultados anteriormente.

De acordo com Ens e Donato (2011, p. 86)

Ao se refletir sobre a ação de ser professor no contexto da sociedade contemporânea, percebem-se os professores encurralados entre tensões e incertezas para desempenhar a função de ensinar, graças às transformações da sociedade, que têm provocado significativas alterações no mundo do trabalho. Por consequência, isso afeta a organização do trabalho e as relações no espaço/tempo do trabalho e da formação. Nesse contexto, a educação, a escola e a profissão de professor passam por profundas transformações, que alteram significativamente o cotidiano do trabalho docente diante das novas exigências profissionais [...]. (ENS; DONATO, 2011, p. 86)

O professor, assim como a Educação, se depara com um universo distinto e completo de avanços tecnológicos, sejam eles no âmbito comunicacional, seja no de práticas de informação, que trazem um impacto no tocante a busca de maneiras de lidar com o novo em sala de aula, ambiente que comporta indivíduos repletos de vivências e práticas distintas, mas que com a globalização da Internet, por exemplo, compartilham informações em comum.

No âmbito educacional, as atividades com uso das tecnologias são de suma importância para o desenvolvimento das crianças, uma vez que não apenas no recinto escolar os educandos utilizaram os recursos tecnológicos, mas também em suas casas, ambientes públicos, enfim, na sociedade onde vivem. Desta forma, são exigidas novas competências para os professores com a finalidade de um trabalho pedagógico eficaz. Assim sendo, a formação continuada para os professores faz-se necessária.

De acordo com Mercado (1999, p. 26)

Com as novas tecnologias, novas formas de aprender, novas competências são exigidas, novas formas de se realizar o trabalho pedagógico são necessárias e fundamentalmente, é necessário formar continuamente o novo professor para atuar neste ambiente telemático, em que a tecnologia serve como mediador do processo ensino-aprendizagem. (MERCADO,1999, p.26)

Nota-se que as mudanças tecnológicas estão além do ambiente escolar. Estão também na sociedade, onde os alunos vivem diariamente, como cidadãos de direito. Mercado (1999) ressalta a necessidade das novas formas de aprender e da formação continuada para os professores, pois os recursos tecnológicos são fatores de mediação para a efetivação do ensino-aprendizagem, e que os sistemas tecnológicos já não são mais indissociáveis do mundo, exercendo como uma força coerciva para a criação de maneiras próprias de viver e, principalmente, de estudar e aprender novos ou antigos conteúdos.

Com a visão do docente como um mediador-orientador no fazer pedagógico, relacionado ao ato de ensinar e a responsabilidade da efetivação da aprendizagem, faz-se necessário o empenho para que haja a motivação, fator imprescindível para alunos se apropriarem de uma aprendizagem significativa por meio de novas metodologias.

A escola, para acompanhar a evolução, precisa se restaurar e o professor apoderar-se de novos saberes para bem conduzir a sua prática. Quanto a essas situações, afirmam Souza, et.al. (2011) que:

Desse modo, é de se esperar que a escola, tenha que “se reinventar”, se desejar sobreviver como instituição educacional. É essencial que o professor se aproprie de gama de saberes advindos com a presença das tecnologias digitais da informação e da comunicação para que estes possam ser sistematizadas em sua prática pedagógica. A aplicação e mediação que o docente faz em sua prática pedagógica do computador e das ferramentas multimídia em sala de aula, depende, em parte, de como ele entende esse processo de transformação e de como ele se sente em relação a isso, se ele vê todo esse processo como algo benéfico, que pode ser favorável ao seu trabalho, ou se ele se sente ameaçado e acuado por essas mudanças. (SOUZA, et. al., 2011, p.20).

Diante do exposto, observa-se a necessidade de os docentes incentivarem seus alunos a aprenderem de maneira significativa aquilo que se trabalha com as informações advindas do mundo

tecnológico, e também os responsáveis por auxiliarem na construção de um conhecimento efetivo e positivo.

Outro desafio existente entre essa situação é a falta de formação dos professores para essas adaptações de ensino, gerando resistência da adesão das tecnologias necessárias para os tempos atuais. O professor se depara com esse desafio e ao decorrer da sua atuação deve trazer a sua práxis pedagógica uma reflexão acerca de uma mudança. Da mesma forma, as instituições de ensino são desafiadas a fazerem as suas inovações. A constante transformação social é coletiva, é inevitável que não tenha por parte da escola, para os professores, uma garantia de condições básicas e necessárias para seu trabalho e adaptação de ensino.

Diante do exposto, observa-se o quanto é necessária a formação continuada, a capacitação dos docentes visando o aperfeiçoamento de ensino e preparo para lidar com tudo o que vem da evolução tecnológica feita pelos próprios profissionais da instituição onde eles estão inseridos. Confirma Silva, Prates e Ribeiro (2016, p.121) que “A formação continuada é extensiva a toda a rotina do professor, no sentido de ele manter sempre atualizado seus conhecimentos no uso prático dos equipamentos, aliado à teoria à prática”, pois muitos seguem, se espelham nos seus professores enquanto, estavam na posição de alunos. As novas gerações vivem realidades educacionais, integralmente, diferentes das vivenciadas pelos educandos de outrora, quer no desenvolvimento humano, quer na forma e capacidade de abstração de conhecimento.

DOMÍNIO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS: COMPETÊNCIAS INDISPENSÁVEIS AO PROFESSOR

O educador do século XXI precisa ter conhecimento e domínio das tecnologias digitais para integrar-se em uma sociedade cada dia mais dinâmica, ávida de conhecimento e informação.

A sociedade contemporânea reflete o mundo preponderantemente digital. O conhecimento, a troca de informações, a formação de vínculos e laços afetivos, de novas ideias, formas de conhecimento e relações sociais culminam com o surgimento de uma nova linguagem: a linguagem virtual, utilizada pelos educandos das mais diversas etnias, faixas-etárias e classes sociais, tornando-se imprescindível a necessidade do educador dos dias atuais incorporar a sua prática, as mais variadas tecnologias digitais, visando melhores condições para atuar de forma dinâmica, eficaz diante da realidade. Para tanto, é necessário está capacitado para mediar e promover a motivação do educando, devendo utilizar todos os recursos educacionais disponíveis para o êxito de seu propósito, não sendo mais suficientes apenas as aulas expositivas, sendo necessárias metodologias inovadoras alinhadas com as novas tecnologias no campo educacional dos novos dias.

E neste sentido Gouvêa (1999, p. 12) discorre que

O professor será mais importante do que nunca nesse processo de inclusão da internet na educação, pois ele precisa se aprimorar nessa tecnologia para introduzi-la na sala de aula, no seu dia a dia, da mesma forma que um professor, que um dia, introduziu o primeiro livro em uma escola e teve de começar a lidar de modo diferente com o conhecimento - sem deixar as tecnologias de comunicação de lado. Continuaremos a ensinar e a aprender pela palavra, pelo gesto, pela emoção, pela afetividade, pelos textos lidos e escritos, pela televisão, mas agora também pela internet, pela informação em tempo real, pela tela em camadas em janelas que vão se aprofundando as nossas vistas. (GOUVÊA, 1999, p. 12)

E neste sentido, corrobora Moran (2000, p. 09) ao afirmar que:

Utilizar a Internet para ensinar exige muita atenção dos professores. Não se deter diante de tantas possibilidades de informação, saber selecionar as mais importantes. Uma página bem apresentada, atraente deve ser imediatamente selecionada e pesquisada. A Internet facilita a motivação dos alunos, pela novidade e pelas possibilidades inesgotáveis de pesquisa que oferece além desenvolvermos novas formas de comunicação principalmente escrita. Escrevemos de forma mais aberta, hipertextual, multilinguística; todos se esforçam para escrever bem. A comunicação afetiva, a criação de amigos em diferentes países é um outro grande resultado, individual e coletivo, dos projetos. (MORAN, 2000, p.09)

Para isto, é necessário que o professor reveja suas competências diante do mundo tecnológico, para bem executá-las na sua prática pedagógica. Perrenoud (2000, p. 14), ressalta as novas competências para que os professores possam exercer bem a sua missão que é ensinar.

- 1 Utilizar as novas tecnologias.
- 2 Organizar e dirigir situações das aprendizagens.
- 3 Conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação.
- 4 Envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho.
- 5 Trabalhar em equipe.
- 6 Participar da administração da escola.
- 7 Informar e envolver os pais.
- 8 Enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão.
- 9 Administrar sua própria formação contínua.
- 10 Administrar a progressão das aprendizagens. (PERRENOUD, 2000, p. 14)

Dentre essas competências a utilização de novas tecnologias, mediante o exposto, observa-se que não basta apenas ter o domínio da técnica, mas é preciso uma mudança no fazer pedagógico. Isto porque não somente o uso das tecnologias é o suficiente para a eficácia do ensino aprendizagem, mas também saber usar adequadamente os novos meios tecnológicos na sala de aula de forma que acresça a aprendizagem dos alunos é fator de grande relevância para o ato de bem ensinar. Para que se efetive, há a necessidade da formação para os professores que possibilite a utilização dos recursos tecnológicos em suas aulas, oportunizando o aprendizado do educando e a construção do conhecimento.

De acordo com Imbernón (2006, p. 10)

O conhecimento profissional consolidado mediante a formação permanente apoia-se tanto na aquisição de conhecimentos teóricos e de competências e rotinas como no desenvolvimento de capacidade de processamento da informação, análise e reflexão crítica em, sobre e durante a ação, o diagnóstico, a decisão racional, a avaliação de processos e a reformulação de projetos. (IMBERNÓN, 2006, p. 10)

Sem dúvida, a tecnologia é um dos componentes para uma educação de qualidade, democrática, inclusiva, que promove o processo de ensino e aprendizagem ao longo da vida e assim sendo, deve ser repensada com o apoio das novas tecnologias, como um conjunto de espaços e tempos significativos de aprendizagem. Essencialmente, é necessário criar a ideia de um novo conceito de aula, uma nova ideia sobre o que é efetivamente trabalhar competências. A informação pode chegar de diferentes instrumentos online ou não, tecnológicos ou tradicionais. No entanto, transformar a informação em conhecimento, reter e usar o conhecimento acumulado, o enxergar no cotidiano isso requer uma interação muito grande entre o professor, a tecnologia que ele usa e as novas tecnologias, essencialmente chegou ao fim o aluno telespectador, hoje o aluno é protagonista e autor nessa cultura digital, professores e alunos são produtores de conhecimento e consumidores de tecnologia.

O uso das novas tecnologias traz ao mundo intelectual um conhecimento abundante e bem maior ainda, quando o professor os utiliza de forma interativa e fundamentada na informática, o que faz modificar as bases materiais da produção do conhecimento, da sua conservação e de sua transmissão. Isto possibilita dizer que houve ensino e aprendizagem em tempo real, o que afirma Lévy (1993, p. 115) ao destacar que

O conhecimento de tipo operacional fornecido pela informática está em tempo real. Ele estaria oposto, quanto a isto, aos estilos hermenêuticos e teóricos. Por analogia com o tempo circular da oralidade primária e o tempo linear das sociedades históricas, poderíamos falar de uma espécie de implosão cronológica, de um tempo pontual instaurado pelas redes de informática. (LÉVY, 1993, p. 115)

Corroborar Lévy (1993, p. 133) que “vivemos em uma cultura informático-mediática portadora de um tipo de temporalidade social baseado num ‘tempo real’ e em um ‘conhecimento por simulação’ não-inventariado antes da chegada dos computadores”.

Diante das transformações existentes na educação no decorrer dos anos, a apropriação do conhecimento está inerente em todas as situações. E esta requer, nos dias atuais, o gosto pelo ato de ensinar em todos os âmbitos e dimensões para que verdadeiramente o ensino e a aprendizagem tenham significado. Com muita sapiência em seu clássico *Pedagogia da Autonomia*, Freire (1996) assevera em um de seus tópicos que “ensinar exige bom senso e apreensão da realidade”.

Nessa visão o educador que no cotidiano escolar não priorizar uma aprendizagem mais dinâmica e inovadora voltada para a realidade de seus alunos, abre uma lacuna entre escola /aluno gerando

uma crise de aprendizagem e o distanciamento cada vez maior do cotidiano do aluno e a educação escolar. Indiscutivelmente, o aluno interage mais, quando se sente participante ativo do processo de sua aprendizagem, objeto e sujeito da educação.

Antes, educava-se os alunos para a tecnologia, hoje a tecnologia é usada para educar os alunos e assim conseguir avançar na superação de três grandes desafios da educação brasileira, apresentados pela diretora do Instituto Inspirare, Anna Penido:

I. Equidade– corresponde ao poder ampliar o acesso aos alunos das mais diversas situações, favorecendo a cada educando encontrar a melhor forma de aprender seja através de sites de pesquisa, de blogs, de plataformas;

II. Qualidade – a tecnologia oferece recursos digitais cada vez mais diversificados, interativos e dinâmicos que realmente ajudam o aluno a compreender e aplicar o conhecimento, além de apoiar o professor, oferecendo oportunidade de criação de novas estratégias pedagógicas, fazendo com que o conhecimento, esteja disponível a qualquer tempo e a todo lugar e cada vez mais autônoma;

III. Contemporaneidade– aproximar a educação do universo dos alunos do século XXI, também ajudando a prepará-los para a vida presente e futura, cada vez mais mediada pelos recursos tecnológicos.

Segundo Anna Penido, para superar esses desafios, as dificuldades educacionais no mundo atual, são necessárias mudanças de postura tanto do professor, quanto da escola e da sociedade. Todavia é preciso garantir condições imprescindíveis como: a formação do professor, que necessita ser capacitado já com o uso da tecnologia, ter acesso a ferramentas qualificadas e dotar as escolas com tecnologias.

Assim é possível afirmar que em pleno século XXI os paradigmas educacionais tomaram uma nova forma, ganharam novos olhares e novos conceitos. Ou a escola se apropria dessa nova forma de conhecimento ou não irá encontrar eco no diálogo com os estudantes, ficando no século XX e recebendo alunos do século XXI.

O entendimento é a apropriação que a educação pode e deve fazer dessas novas tecnologias uma ferramenta muito importante para os processos pedagógicos resultando em uma escola flexível, viva e dinâmica na qual a tecnologia é uma grande facilitadora de processos de interconexão com todas as realidades que são importantes para o aprender.

TECNOLOGIA: ORIGEM E USO NO PROCESSO EDUCACIONAL

Alves (2009) destaca a origem do termo tecnologia ao citar Blanco e Silva (1993) que diz: “o termo tecnologia vem do grego *techné* (arte, ofício) e *logos* (estudo de) e referia-se à fixação dos

termos técnicos, designando os utensílios, as máquinas, suas partes e as operações dos ofícios.” (ALVES, 2009, p.18).

E acrescenta a autora que mediante a origem da palavra,

Estaríamos perante uma tecnologia descritiva e enumerativa que apesar do auxílio que prestou na conquista da natureza, propiciando processos desmitológicos, de racionalização da economia e avanços da ciência em geral, foi desconsiderada em importância e prestígio social durante muitos milênios em favor do saber intelectual. (ALVES, 2009, p.18).

Observa-se diante do exposto, que mediante o aparecimento do termo tecnologia, vários significados a ele caracterizados foram e serão destacados e o que mais será verificado é o avanço dentre todos, e também as dimensões a serem tomadas.

Para tanto, Litwin (1997) conceitua a tecnologia retratando a amplitude em diversas instâncias nas quais a tecnologia avança e a sua interferência no dia a dia das pessoas em todos os aspectos, ao dizer que:

A tecnologia é um elemento de controle social, de dominação e de poder, não apenas entre países – centrais e periféricos – como no interior das próprias escolas. Está formada por condições sociais, forças coletivas, tradições culturais e opções políticas. (LITWIN 1997, p.30)

E assim sendo, a tecnologia tomou uma dimensão grandiosa na área da educacional nos últimos tempos, e tornou-se também, um dos temas mais estudados, produzindo conhecimentos diversos. Desta forma, é necessária a adaptação a novas realidades e a busca de evolução para atender as necessidades da sociedade para a própria sociedade.

Nos dias atuais, a internet tornou-se um meio de comunicação muito ativo entre as pessoas do mundo inteiro, as quais interagem cotidianamente com seus familiares, parentes, amigos, colegas de trabalho, etc. sem medir esforços nem com a distância, nem com o que se vai falar, de que maneira vai falar, escrever, enfim, por que não dizer que a internet no século em que vivemos, século XXI é considerada o maior e principal meio de comunicação mundial, e desta feita, aproxima as pessoas (cada uma de seu jeito), mas também, permite troca de conhecimentos.

Vivemos numa sociedade, predominantemente, tecnológica, desde os idos tempos, e para retratar sobre isto, Tajra (2012, p. 37), reflete que

A primeira grande conquista tecnológica foi o livro que, há anos, vem sendo o carro-chefe tecnológico na educação e não constatamos que o livro é resultado de uma técnica. Por quê? Porque já incorporamos de tal forma que nem percebemos que é um instrumento tecnológico. [...] tecnologia só é tecnologia quando ela nasce depois de nós. O que existia antes de nascermos faz parte de nossa vida de forma tão natural

que nem percebemos que é tecnologia. (TAJRA, 2012, p. 37 apud SOUZA e CUNHA, 2009, p. 82-99)

Sendo o livro, a primeira conquista tecnológica, outras tecnologias, foram surgindo, saber, o celular, o Iphone, entre tantos outros recursos que foram incorporados no cotidiano da vida humana, em diferentes épocas. Isto faz-nos refletir, que a tecnologia não é um fato novo, mesmo nos referindo como sendo uma novidade no nosso dia a dia, implantada na sociedade e que está tão presente no dia a dia do ser humano. O que na realidade, já faz parte de nossas vidas e nós nem sabemos, que sempre aparece uma novidade e que a tecnologia é uma forma de comunicação necessária à sociedade diante de sua necessidade de transformação, inovação, interação com e para o mundo.

Em se tratando da tecnologia no processo educacional, Tajra (2012) ressalta a origem e trata da sua importância para todo o processo no âmbito da educação, enfatizando, assim, as atividades práticas desenvolvidas na própria educação. Para tanto, a autora diz que:

O início do uso da Tecnologia Educacional teve um enfoque bastante tecnicista, prevalecendo sempre como mais importante a utilização em específico do instrumento sem a real avaliação do seu impacto no meio cognitivo e social. Inicialmente, a Tecnologia Educacional era caracterizada pela possibilidade de utilizar instrumentos sempre visando à racionalização dos recursos humanos e, de forma mais ampla, à prática educativa. (TAJRA, 2012, p. 39 apud SOUZA e CUNHA, 2009, p. 82-99)

Com o surgimento das novas tecnologias educacionais, seus recursos poderiam vir a substituir o professor. Porém, a verdade é que estes surgiram para oportunizar ao professor (a) novas formas de interação para melhorar e dinamizar o seu fazer pedagógico oportunizando maior eficácia no ato de ensinar e para os alunos no ato de aprender. Com esta relação entre professor, tecnologia educacional e aluno acredita-se na existência do crescimento tecnológico e humano.

Corroborando Kenski (2003, p. 32), ao afirmar que

A evolução tecnológica conduziu o desenvolvimento humano para usos que vão da memória fluida dos relatos orais às interfaces com as memórias tecnológicas registradas nos equipamentos eletrônicos de última geração. A tecnologia moderna reestrutura ainda mais profundamente a consciência e a memória, impondo uma nova ordem nos nossos modos de compreender e de agir sobre o mundo. (KENSKI, 2003, p. 32)

Diante do exposto, sabe-se que não serão as novas tecnologias as transformadoras das condições do ensino e da aprendizagem, mas sim, da orientação para a construção de conhecimentos coletivos, nos quais os educandos, de forma coletiva, serão capazes de apropriarem-se do conhecimento e com estes, gerarem novos conhecimentos, a partir da interação entre professor x aluno. O professor, o mediador, o aluno aquele que se apropria dos conhecimentos adquiridos.

Para alertar sobre o cuidado que o professor deve ter com o uso dos recursos tecnológicos e os objetivos a serem alcançados na sala de aula, Nunes (2007, p. 2) revela que

O uso das novas tecnologias na educação [...] deve ser feito com cuidado para que a tecnologia [...] não se torne para o professor apenas mais uma maneira de ‘enfeitar’ as suas aulas, mas sim uma maneira de desenvolver habilidades e competências que serão úteis para os alunos em qualquer situação da vida. (NUNES, 2007, p. 2, apud SOUZA e CUNHA, 2009, p. 82-99)

É necessário que os professores considerem o uso das novas tecnologias uma fonte para a apropriação de conhecimentos e que eles tenham a consciência e responsabilidade que além do uso de novas práticas utilizando os recursos tecnológicos em suas aulas, eles são considerados os mediadores da aprendizagem para seus alunos no ato de ensinar.

O professor deve ficar atento ao desempenhar suas funções, centrado em como alcançar seus objetivos os quais propiciam resultados de acordo com a efetivação de suas ações pedagógicas. Masetto (2000, p. 142) descreve-as de forma clara ao dizer que

O professor, embora, vez por outra, ainda desempenhe o papel do especialista que possui conhecimentos e/ou experiências a comunicar, na maioria das vezes desempenhará o papel de orientador das atividades do aluno, de consultor, facilitador da aprendizagem, desempenhará o papel de quem trabalha em equipe, junto com o aluno, buscando os mesmos objetivos; numa palavra, desenvolverá o papel de mediação pedagógica. (MASETTO, 2000, p. 142)

É salutar dizer que a atuação do professor como agente mediador da aprendizagem é de extrema importância. Com o uso adequado dos recursos tecnológicos em suas aulas surge uma nova proposta de ensino inovadora, capaz de despertar nos alunos novas formas de pensamentos e atitudes perante o processo de apropriação do conhecimento. Estas habilidades são fundamentais para o desenvolvimento e formação de cada um, bem como para a compreensão das relações de mundo, que muito veloz e interativa atuam na nossa atual sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho é de suma importância para a formação profissional e pessoal, uma vez que possibilita o aprofundamento dos conhecimentos sobre o tema em estudo, e nos remete a uma reflexão sobre a educação, fazendo uso dos recursos tecnológicos como meios facilitadores do ensino aprendizagem.

Portanto, os estudos e pesquisas realizadas para a elaboração desse artigo apontaram que a educação do século XXI, em meio aos desafios vivenciados pelo avanço e uso da tecnologia possibilita aos educadores uma observação aos diferentes níveis de desenvolvimento apresentados pelos alunos.

Contudo, o processo de desenvolvimento faz-se necessário que diferentes habilidades sejam construídas com vista a promoverem ações afetivas e cognitivas, intensificando as relações entre

educador e educando por meio de atividades desafiadoras e práticas. Relacionar o uso de novas tecnologias com as metodologias de ensino, originando atividades sociais e, conseqüentemente, uma aprendizagem inovadora, é desafiador, porém, de grande importância.

A interação e construção do conhecimento produzido mediante as mais diversas realidades vivenciadas nas salas de aula com o uso dos recursos tecnológicos possibilitam aos educandos a compreender o pensamento, a desenvolver o raciocínio lógico, a oralidade e a construção do conhecimento. O uso e os desafios de inserir nas aulas a tecnologia é despertar o interesse educacional das crianças para aprender de maneira bastante expressiva.

As atividades em sala de aula com transmissão e uso de recursos tecnológicos são essenciais e é nelas que ocorrem experiências, inteligentes e liberdade de criação. São ferramentas indispensáveis para o bom desenvolvimento de uma prática educativa mais eficaz.

Naturalmente, faz-se necessário que os professores façam o uso dos recursos tecnológicos com eficiência nas salas de aula, para que haja ampliação de conhecimentos, as informações possam vencer as barreiras e enfrentar os desafios concernentes ao ato de educar diante dos avanços tecnológicos na atualidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Taíses Araújo da Silva. **TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NAS ESCOLAS: da idealização à realidade Estudos de Casos múltiplos Avaliativos realizado em escolas públicas do Ensino Médio do interior paraibano brasileiro.** 2009. p. 134. Dissertação Mestrado em Ciências da Educação. Instituto de Ciências da Educação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2009. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/1156/Taises%20Araujo%20-%20versao%20final%20da%20dissertacao.pdf?sequence=1> Acesso em: 20 de mar. de 2020.

BLANCO, E. & SILVA, B. (1993). Tecnologia Educativa em Portugal: conceito. Origens, evolução, áreas de intervenção e investigação. In. ALVES, Taíses Araújo da Silva. **TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NAS ESCOLAS: da idealização à realidade Estudos de Casos múltiplos Avaliativos realizado em escolas públicas do Ensino Médio do interior paraibano brasileiro.** 2009. p. 134. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Instituto de Ciências da Educação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2009. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/1156/Taises%20Araujo%20-%20versao%20final%20da%20dissertacao.pdf?sequence=1> Acesso em: 20 de mar. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEF, p.1-23, 2000.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEF, 2011.

ENS, R. T.; DONATO, S. P. **Ser Professor e Formar Professores: tensões e incertezas contemporâneas**. In: ENS, R. T.; BEHRENS, M. A. *Ser Professor: formação e os desafios na docência*. Curitiba: Champagnat, 2011.

FARIA, E. T. **O Professor E As Novas Tecnologias**. In: ENRICONE, Délcia (Org.). *Ser Professor*. 4 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004 (p. 57-72). Disponível em: <https://aprendentes.pbworks.com/f/prof_e_a_tecnol_5%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 22 de março de 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOUVÊA, S. F. **Os caminhos do professor na Era da Tecnologia**. Acesso Revista da Educação e Informática. ano 9. número 13. abril, 1999.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas, SP: Papirus, 2003 – (Série Prática Pedagógica)

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: Editora 34, 1993.

LITWIN, Edith(organizadora). **Tecnologia educacional: política, histórias e propostas**. Porto Alegre; Artes Médicas, 1997.

MASETTO, Marcos T. Mediação pedagógica e o uso da tecnologia. In: MORAN, Jose M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas – SP. Papirus, 2000.

MORAN, José Manuel et al. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 6. ed. Campinas: Papirus, 2000.

_____, J.M. **A educação que desejamos – novos desafios e como chegar lá**. 4 ed. Campinas: Papirus, 2009.

NUNES, Marília Forgearini. O papel do supervisor frente às novas tecnologias, 2007. In: SOUZA, Ângela G. de; CUNHA, Maria Carmen K. Reflexões sobre a tecnologia educativa: conceitos e possibilidades. **Revista Horizontes de Linguística Aplicada**, v. 8, n. 1, p. 82-99, 2009. Disponível em: <http://www.centrorefeducacional.com.br/supertec>. Acesso em: 09 de março de 2020.

PERRENOUD, Philippe. **10 novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed. 2000.

SILVA, I. C. S.; PRATES, T. S.; RIBEIRO, L. F. S. **As Novas Tecnologias e aprendizagem: desafios enfrentados pelo professor na sala de aula**. Revista Em Debate (UFSC), Florianópolis, volume 6, p.107-123, 2016. ISSN e 1980-3532. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1980-3532.2016n15p107>.

SOUZA, R. P.; MOITA, F. M. C.; CARVALHO, A. B. G. **Tecnologias digitais na educação**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

TAJRA, S.F. **Informática na Educação**. Novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade. 9ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Érica, 2012.

ZANCANARO, Juliana Giseli da Silva, SERPA Maurílio Elvis, PIRILLO Nádia Rubio, SCHERRE Paula Pereira. POSSIBILIDADES, NECESSIDADES E DESAFIOS no uso das Tecnologias educacionais: híbrido, colaborativo ativo e integrado. In: VERAZZTO, Estéfano Vizconde. BAIÃO, Emerson Rodrigo. SOUZA, Henderson Tavares (Org). **TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS**- Aplicações e Possibilidades, 1ª ed. Curitiba: Appris, 2019. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=GT7NDwAAQBAJ&pg=PT34&lpg=PT34&dq=de+tr%C3%AAAs+grandes+desafios+da+educa%C3%A7%C3%A3o+brasileira:+EQUIDADE,QUALIDADE+E+CONTEMPORANEIDADE&source=bl&ots=UCUVyrJ9IU&sig=ACfU3U1f1dKPk5KJi6x1QXR-jWU_gni3C9A&hl=ptBR&sa=X&ved=2ahUKEwjg0q2m_L_pAhXJbkgGHennAXMQ6AEwBXo-ECAoQAQ#v=onepage&q=de%20tr%C3%AAAs%20grandes%20desafios%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%3A%20EQUIDADE%20QUALIDADE%20E%20CONTEMPORANEIDADE&f=false. Acesso em 18 de abril de 2020.

A ESCOLA VIVE EM OUTRO TEMPO E ESPAÇO: ANTIGOS PROBLEMAS, NOVAS APRECIACÕES

Joseilda Barbosa Montenegro

RESUMO

A escola encontra-se diante de transformações constantes da sociedade. Esta conjuntura obriga que a escola se posicione no sentido de decompor os paradigmas das concepções de ensino-aprendizagem, uma vez que o fracasso escolar se impõe de maneira acentuada na atualidade. O presente artigo faz uma análise dos desafios da escola diante dos problemas de aprendizagem e de novas perspectivas para combater o fracasso escolar com ajuda da interdisciplinaridade. Ao mesmo tempo remete-se para a função da educação escolar no interior desse processo histórico. Pensar a educação escolar como mecanismo de superação do ser humano tal qual ele se efetivou historicamente, requer considerar os elementos sociais, políticos e históricos que determinam o trabalho educativo contemporâneo. A escola como possível apreciar os antigos e problemas escolares e enxergá-los com novos olhos. O caso ilustra o fracasso escolar como produto de uma complexidade de fatores, exigindo um olhar amplo e integrado, a partir de uma interface entre a parceria entre a educação, saúde, trabalho e a família.

Palavras-chave: Educação; Fracasso; Saberes Escolares.

INTRODUÇÃO

A instituição escolar tem sido alvo de como a mais conservadora das instituições, amarrada a um tempo e espaço que está em desacordo com os usos e costumes e lento, a um espaço e tempo do passado e do futuro, jamais no presente. É como se a escola vivesse no tempo passado, instruindo seus alunos e alunas para que o futuro e o presente ficassem suspensos, como se não existissem. A escola, desde sua origem, vem assumindo um lugar privilegiado e uma confiança generalizada na instrução e no que isso representa para a elevação social e econômica. A ideia de progresso marca toda a educação escolar.

Quando olhamos para a instituição escolar e para o mundo algo parece desconectado. O espaço escolar é marcado por sinetas, por momentos estáticos, nos quais o relógio, o calendário e o horário escolar assumem uma importância econômica. Os muros altos da escola, as paredes das salas de aulas, as carteiras escolares delimitam os espaços e o território dentro e fora da escola. No interior escolar, os assuntos versam sobre um tempo passado e projetos para o futuro, o presente não entra, parece que não é o seu momento ainda.

Entretanto, é o presente que lá fora nos desafia a todo momento, são visíveis as alterações e relações entre a intimidade e na maneira de expressão da sexualidade, da tecnologia, bem como a sociedade passa a constituir-se de novas configurações e ótica familiar. Enfim, são os caixas eletrônicos, o voto eletrônico, a internet, as sinaleiras inteligentes, os chips, que formam amostras instantâneas da materialidade desse novo espaço e tempo presente. É também hoje que falamos em um ser

com características de um ser pós- humano, onde as fronteiras da natureza biológica e do produzir tecnologicamente tornam-se indecifráveis.

A instituição escolar elenca conteúdos e metodologias com base em uma cultura que ela consagra e reproduz. E o faz, dando aparência de legitimidade às desigualdades sociais, conferidas pela herança cultural e pelos “dons” trazidos pelos alunos das classes dominantes. Por isso, o autor concebe a escola como um dos mecanismos mais eficazes de conservação social (BOURDIEU, 2010).

Sendo assim, este artigo tem, como objetivo, analisar o papel da escola na formação do cidadão, a relação da escola, a relação da escola e sociedade, a construção destas relações e a concepção de homem e sociedade que consubstancia estas relações. Visando a compreensão e a análise da realidade escolar no tempo e no espaço tendo como referência a função social da instituição escolar e a apropriação dos conhecimentos e vivências necessárias à realidade. Para tal, os autores trazem o referencial de Pierre Bourdieu (2007; 2010) e Pedro Demo (1999; 2001; 2005; 2010) entre outros com indagações que consideram pertinentes neste contexto.

Analisar essa prática pode nos fazer questionar nossas ações no espaço e no tempo escolar, como assevera Harvey (1996) o espaço escolar parece encolher numa “aldeia global” de telecomunicações e numa “espaçonave” terra de independência ecológica e econômica, o tempo é só momento presente. Esse processo traz enormes transformações nas práticas sociais que se caracterizam pela descartabilidade, instantaneamente, velocidade, movimento, novidade, proliferação de imagens, mutabilidade, competição, consumo, avanço tecnológico entre outras características.

Este artigo proporciona considerações de caráter referencial, abordando como a escola vive em outro tempo e espaço: velhos problemas, novos olhares, ele foi dividido em seções. Primeiramente, procuramos discutir a instituição escolar como agente de reprodução social para uma melhor compreensão do tempo e espaço escolar e as ações no dia-a-dia de nossas escolas. Em seguida, articulamos pressupostos sobre a reprodução social e suas interfaces do fracasso escolar. Por fim as considerações finais.

Cada uma destas seções estabelece subsídios teóricos, a fim de propiciar ao leitor uma reflexão rica sobre um tema relevante para a área educacional.

A INSTITUIÇÃO ESCOLAR COMO AGENTE DE REPRODUÇÃO SOCIAL

Nos tempos atuais, nenhuma caracterização das finalidades da educação parece mais adequada do que associação da mesma para formar cidadão à construção da cidadania. Educação para

a cidadania tornou-se alvo muito fácil de ser empunhada, um princípio cuja legitimidade não parece inspirar qualquer dúvida. A não ser a que se refere ao próprio significado da expressão educar para a cidadania.

No contexto atual, com as políticas neoliberais, o conhecimento passou a ser foco de grande atenção em razão da sua importância para o desenvolvimento econômico, no entanto, com a diminuição da responsabilidade do Estado com a educação, a profissão, também, tende a ser cada vez mais desvalorizada. (ENS, R. T.; GISI, M. L.; EYNG, A. M. 2011, p.312)

A transformação dos espaços e tempos escolares talvez esteja, justamente, em questionar o que estão em jogo nessas práticas. Isso poderá fazer uma grande diferença na superação do anacronismo e dos problemas da escola, bem como na política cultural que cada vez mais se trava dentro de nossas salas de aulas.

Permanece nesse instrumento de reprodução a conservação de um contexto que se reduz a persistência da desigualdade diante do processo escolar. Com isso, a desigualdade é um mecanismo central na constituição da reprodução social. Ao invés de tornar-se um mecanismo de libertação do ser humano, a educação escolar promove uma categoria de perpetuação da reprodução social da lógica capitalista. “Mas não é suficiente enunciar o fato da desigualdade diante da escola, é necessário descrever os mecanismos objetivos que determinam a eliminação contínua das crianças desfavorecidas.” (BOURDIEU, 2007, p.4)

O ser humano constitui-se com diferentes espectros, a serviço de diferentes projetos de vida. Ao considerarmos que a educação é para a vida, como assevera Mészáros (2005), isso quer dizer que deve superar a alienação.

Alienação é um conceito eminentemente histórico. Se o homem é alienado, ele deve ser alienado com relação a alguma coisa, como resultado de certas causas – o jogo mútuo dos acontecimentos e circunstâncias com relação ao homem como sujeito dessa alienação – que se manifestam num contexto histórico. (MÉSZÁROS, 2006, p.40)

A organização escolar estabelece às classes dominadas a cultura da classe dominante sem considerar outras possibilidades de expressão. E o faz de maneira a ratificar a exclusão dos não privilegiados, sem que estes percebam o processo. Cada ser humano pode ser caracterizado por um amplo espectro de habilidades, de competências, associadas à ideia de uma inteligência individual, entendendo-a como uma capacidade de ter vontades, de estabelecer metas de criar, de sonhar e de ter projetos. Assim, reforça as desigualdades sociais, ignorando as diferenças culturais entre educandos de classes sociais diferentes (BONNEWITZ, 2003).

Partindo dessa premissa, a educação no cenário da reprodução social tem como perspectiva o desenvolvimento e manutenção de uma lógica que contextualiza o mecanismo das desigualdades e da seleção escolar.

Portanto, seria realmente um absurdo esperar uma formulação de um ideal educacional, do ponto de vista da ordem feudal em vigor, que considerasse a hipótese da dominação dos servos, como classe, sobre os senhores da bem estabelecida classe dominante. (MÉSZÁROS, 2005, p.26)

Por ter mais renda, mas anos de escolarização, melhores notas, mais isto ou aquilo, mas não significa mais, em razão disso, como ser humano, não podemos ter projetos pelos outros, não podemos sobrepor meus desejos ou projetos aos de quem quer que seja, somos iguais a todos no que relaciona a dignidade como pessoa. Está a lição maior a ser ensinado na escola, por todos os séculos, por todos os milênios.

Na próxima seção, são apresentadas reflexões que reforçam algumas dessas contradições no discurso sobre a importância da educação no processo de desenvolvimento de uma sociedade.

A INTERFACE DO FRACASSO ESCOLAR

Nas últimas décadas, o fracasso escolar vem sendo encarado como um dos essenciais fatores restritivos do educativo. No entanto, não há como deixar de correlacionar o fracasso escolar, à sociedade e à escola. Este não deve ser correlacionado exclusivamente ao educando. O fracasso escolar é um acontecimento que se mantém inacessível, exigindo, assim, a promoção de mais alterações sobre tal problemática.

O mesmo produz múltiplos e sérios resultados na vida do ser humano. E, uma delas é a eliminação, que faz com que o indivíduo, sem emprego e sem espaço, advenha a viver à margem da sociedade. Fracassado, o estudante soma-se aos demais excluídos.

É consenso na irrealidade particularizada de que o fracasso escolar de alguns alunos possui reflexos na sua família, ou melhor, nas afinidades que estes sustentam com seus pais. Por isso, é de suma importância que os pais vivam também em sintonia com seus próprios filhos, participando de forma ativa da vida escolar dos mesmos, colaborando, assim, para o progresso do rendimento escolar e da aprendizagem. Isto porque quanto maior for a justaposição dos pais em relação aos filhos, maior será a aprendizagem.

Ademais, o estabelecimento e o fortalecimento das conexões entre pais e filhos, estabelece algo que coopera para um bom desenvolvimento cognitivo de qualquer criança. Não há como superar o fracasso escolar sem a participação da família no cotidiano do estudante, enriquecendo em suas

atividades, partilhando de todo o processo de ensino aprendizagem. Essa participação também é marcante porque auxilia no processo de escuta psicanalítica, tão necessária para se conhecer/identificar os reais motivos que levam os alunos a não apresentarem um bom rendimento na escola.

Abordando a construção do processo de ensino-aprendizagem, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 91), afirmam que:

A aprendizagem é um processo de mudança de comportamento obtido através da experiência construída por fatores emocionais, neurológicos, relacionais e ambientais. Ela é o resultado da estimulação do ambiente sobre o indivíduo já maturo, que se expressa, diante de uma situação-problema, sob a forma de uma mudança de comportamento em função da experiência.

Em consonância, a maioria dos educandos encontra-se condenada ao fracasso escolar, que se trata de um fenômeno que tem múltiplas causas e é proporcionado como sendo multifatorial.

Nesse sentido, nota-se que o processo de aprendizagem tolera influência de diversos fatores (intelectual, psicomotor, físico, social). Ele está amarrado ao esquema de ação inato do indivíduo, do seu tipo psicológico constitucional e do seu grau de envolvimento, valor e interesse. E, em analogia ao sistema nervoso, o estágio de amadurecimento em que este se encontra, motiva o grau de aprendizagem.

Ainda de acordo com Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 92):

A aprendizagem decorre da ação do aprendiz sobre o mundo e dos elementos deste mundo que age sobre ele caracterizando uma ação dialética, modificando, portanto, a concepção do que seja ensinar/aprender e construir conhecimentos. O aprendiz, sujeito pluridimensional aprende ao estabelecer interações com os objetos de aprendizagem que se caracterizam por serem, as normas de convivência, os conhecimentos sistematizados historicamente, os fatos e fenômenos.

A ação de instruir-se é o efeito da interação entre armazéns mentais e o meio ambiente. Assim sendo, o ensino-aprendizagem se dá numa rede de relações produtoras de interferências. Nesse processo de edificação o educando interage com professores, com os pares da classe e da escola, numa classe social. O aprendizado também se dá no âmbito familiar.

Abordando o processo de ensino-aprendizagem no início do processo educativo, Corsino (2007, p. 62), observa que:

É importante que o (a) professor (a) pense nas crianças como sujeitos ativos que participam e intervêm no que acontece ao seu redor porque suas ações são também forma de reelaboração e de recriação do mundo. Nos seus processos interativos, a criança não apenas recebe, mas também cria e transforma -é constituída na cultura e também é produtora de cultura.

Constata-se que o professor é colaborador do processo de aprendizagem e o aluno é o seu alvo. Nesse enfoque, o conhecimento é arquitetado e reconstruído continuamente. E, se concretiza, quando o educando se torna capaz de construir suas próprias opiniões, produzindo seu próprio conhecimento.

No contexto escolar, o fracasso é apresentado como sendo uma patologia recente, que somente começou a ser percebido a partir do século XIX, quando a escolaridade passou a ser obrigatória. E, como o passar dos anos, o problema ao invés de ser solucionado, ampliou-se de forma considerável (BOSSA, 2009).

Proferindo sobre essa problemática, Degenszajn e Kotsubo (2001, p. 107):

Até o final do século XIX, a população ‘sem instrução’ tinha acesso a ofícios e trabalhos artesanais que garantiam o sustento econômico das famílias e que muitas vezes eram passados de geração em geração. É evidente que o problema da escolaridade adquire um papel e uma função bastante distinta em uma sociedade cada vez mais tecnicista. Nas últimas décadas, assistimos à imposição de uma nova e diferente realidade para a sobrevivência econômica dos indivíduos, forçados a atualizações constantes, graças aos progressos técnicos e científicos. Acrescenta-se, ainda, o problema crescente do desemprego que só piora as dificuldades de inserção de indivíduos excluídos do processo de escolarização.

É importante destacar que no final do século XIX, a sociedade como um todo vivenciou um grande número de alterações desencadeadas pelo processo de industrialização. Por conta deste argumento, passou-se a exigir uma mão de obra mais qualificada, que tivesse instrução suficiente para aprender a operacionalizar as máquinas no setor industrial que se inicia a formar cidadãos para executar esses serviços. Foi, portanto, nesse contexto, quando se entendeu que a grande quantidade de trabalhadores não possuía o domínio da leitura e da escrita que se constatou a existência do fracasso escolar. Na concepção de Weiss (2007, p. 16), “considera-se como fracasso escolar uma resposta insuficiente do aluno a uma exigência ou demanda da escola. Essa questão pode ser analisada e estudada por diferentes perspectivas: a da sociedade, a da escola e a do aluno”.

Para Cordié (1996, p. 89) nas últimas décadas, o fracasso escolar vem sendo considerado um dos principais fatores limitantes do educativo, partindo do princípio de que o mesmo “tomou lugar considerável nas preocupações de nossos comportamentos, em consequência de uma mudança radical na sociedade”.

Em contrapartida, cabe à escola o papel de ensinar ao estudante, de instruí-lo e de capacitá-lo para o exercício pleno da cidadania. No entanto, tem se averiguado que nem todos os alunos conseguem acompanhar o processo educativo, proporcionando o que formalmente se cogmina de ‘dificuldades de aprendizagem’. No entanto, não há como deixar de associar o fracasso escolar, à sociedade e à escola. Este não deve ser ligado unicamente ao aluno.

Deve-se ressaltar que o fracasso escolar é um acontecimento que se mantém inacessível, estabelecendo, assim, a promoção de mais alterações sobre tal problemática. Na totalidade atual, exige-se que o indivíduo saiba ler para interagir com o mundo, que saiba se comunicar para que tenha sucesso social e profissional.

No entanto, é necessário compreender os fatores de contribuem para o desenvolvimento desse fenômeno, também visto como um aspecto sociocultural, que pode ter por origem os conflitos familiares, os sistemas pedagógicos, bem com a deficiência intelectual presente no próprio aluno

Na procura de soluções para o enfrentamento do fracasso escolar, não se pode desconsiderar as semelhanças expressivas existentes entre o que é produzido no contexto da escola e aquilo que o mundo proporciona de forma real, representando as probabilidades sociais. Por outro lado, com grande frequência, os educandos provenientes de populações de baixa renda são agrupados nas chamadas 'classes escolares especiais', simplesmente porque ajeitam problemas/dificuldades de aprendizagem, o que de certa forma, se configura numa forma de exclusão social.

Desta forma, averiguar que o problema do fracasso escolar não está somente ligado à deficiência intelectual do educando. Mas também outros fatores de ordem econômica e social também podem contribuir para que esse fenômeno ocorra.

A necessidade de ingressar no mercado de trabalho, mesmo que informalmente, também contribui para agravar essa situação, que é registrado nas escolas brasileiras, demonstrando que tal problema possui uma grande correlação com a pobreza.

Devem-se reconhecer as tentativas de reorganização da escola no sentido de prevenir e solucionar o fracasso escolar. Entretanto, a busca de respostas para o grande número de crianças e jovens com dificuldades de aprendizagem exige da escola um repensar em relação aos seus processos. Nesse sentido, reconhecemos em Paín um indicativo para esse repensar, pois, para a autora, a educação pode ser alienante ou libertadora, dependendo de como ela é instrumentalizada. É tomando a preocupação de Paín que pensamos na escola como possível (re)produtora de problemas de aprendizagem.

Paín ainda ressaltar que o maior problema, na esfera da aprendizagem, é quando a escola "[...] constitui a oligotimia social, que produz sujeitos cuja atividade cognitiva pobre, mecânica e passiva, se desenvolve muito aquém daquilo que lhe é estruturalmente possível". A autora utiliza a expressão oligotimia, no sentido de um sujeito que se vê impossibilitado de utilizar o seu potencial cognitivo. Por oligotimia social, a autora propõe-se a pensar no social como uma forma de impedimento do desenvolvimento cognitivo, manifestando-se sob a forma de prejuízos na autonomia do pensamento.

Informam Zucoloto e Sisto (2002, p. 156) que o fracasso escolar “tem sido estudado pelos mais diversos profissionais preocupados com a escola, na busca de se explicitar os fatores que interferem no sucesso escolar e melhorar o ensino público no Brasil”.

Pensar na escola e no educador em meio a este panorama social em plenas transformações aponta para a necessidade de criação de parcerias que possam trabalhar de forma articulada. Nesse sentido, a articulação da Pedagogia, Psicanálise e Psicopedagogia traz subsídios importantes para a implantação de uma escola verdadeiramente inclusiva e, sobretudo, uma escola que busque a não (re)produção do fracasso escolar.

Estamos propondo uma articulação interdisciplinar que possibilite apoio ao professor que, diante da diferença, se vê desamparado e impotente. Entendemos por diferença o aluno que deflagra angústia no professor, por um distanciamento significativo em relação aquilo que ele espera. Nesse sentido, alunos com necessidades especiais, bem como estudantes com problemas de aprendizagem, podem representar para esse professor a diferença. O aluno diferente, não raramente, remete o professor a um estado de não saber o que fazer. Nessa perspectiva, a Psicanálise, a Psicopedagogia e a Pedagogia, de forma interdisciplinar, podem auxiliar o professor a retomar a sua função como educador. A Psicanálise trabalha no campo da subjetividade e dos modos de subjetivação e de relação com o outro. A Pedagogia trabalha no campo do currículo, do método e da avaliação. A Psicopedagogia se insere no campo da aprendizagem humana, tendo como foco de estudo o aprender e o não aprender, ressignificando as relações do sujeito com as mais diversas aprendizagens. Trata-se de saberes que ao serem articulados podem trazer importantes benefícios à escola e ao social, como um todo.

Na concepção de Bossa (2009), cabe ao professor identificar os fatores que contribuem para o fracasso apresentado por seus educandos. E, que quando identificados, devem ser objetos de intervenção interdisciplinar. Cabe ressaltar que o fenômeno do fracasso escolar se apresenta como sendo multifatorial. Dito com outras palavras, várias causas que colaboram para o seu desenvolvimento, de forma que muitas vezes pouco o professor pode fazer para ajudá-los a superar as suas dificuldades. Desta forma, quando fica demonstrado que o fracasso escolar é resultante da prática pedagógica desenvolvida em sala de aula, cabe ao professor, de forma honesta, buscar alternativas viáveis de produção de uma aprendizagem significativa, evitando que o aluno seja condenado ao fracasso.

Quando a instituição escolar não se flexibiliza, mantendo-se num sistema rígido e engessado, facilmente pode produzir ou reproduzir o fracasso escolar. A reprodução do fracasso escolar, em geral, ocorre quando a instituição se identifica com a família, não apostando nas reais possibilidades e capacidades de cada sujeito e, portanto, não respeitando a sua singularidade no processo de

aprendizagem. Isso porque o fracasso escolar é fruto de uma complexidade de fatores, estabelecendo um olhar amplo e integrado dos diferentes saberes enredados com a saúde e a educação.

Diante da complexidade das relações sociais, acreditamos que a escola contemporânea não tem mais como fugir da perspectiva interdisciplinar. Isso porque tal complexidade requer a interface de diferentes saberes, na medida em que um só não dá conta de suas alternativas. Nesse sentido, articular os saberes da educação e da saúde é de fundamental importância, no sentido de promover reflexões e ações de forma mais integrada e global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em uma sociedade onde a informação é a moeda forte, onde o conhecimento transformou-se no principal fator de produção. Ao lado disso, a exclusão, o fracasso escolar, a realidade do passado, presente, futuro, o desequilíbrio tornou-se a característica mais notável em todos os âmbitos sociais. As desigualdades na distribuição de renda são crescentes, em quase todos os países. A concentração de renda é acompanhada por outras, como a do trabalho: ao mesmo tempo em que o desemprego é o mal do século, o excesso de trabalho dos que estão trabalhando também o é.

Visto que a grande importância atribuída à educação, sem dúvida do fato de que tais desequilíbrios parecem indesejáveis. Fazendo uma comparação com a educação e a destruição de outro bem, sabe-se que a distribuição de terras ou de qualquer outro bem material poderia ser feita até mesmo por decreto, seguramente a “distribuição “de conhecimento não pode, é uma tarefa indelegável da educação.

A educação vive em constante transformação, precisa de um rumo, de metas que transcendam os limites de inserção social dos seres humanos, em sociedade regida pelas leis do poder econômico. A educação busca um novo projeto. A vida, em sentido amplo, está sempre associada à capacidade de projetar. O futuro é em todos os sentidos alimentado pelo presente, que por sua vez, é erguido, em termos de significação, pelo passado.

Portanto, deve-se rever e recobrar o caráter criativo e libertador do trabalho educativo, nessa ótica como assevera Mészáros (2005) a possibilidade de uma educação que promova uma ruptura com a lógica do capital. Propõe-se uma educação escolar que coloque e privilegie o ser humano como referência em detrimento de uma educação centrada no mercado. Nesse sentido promove-se uma reprodução da base de valores e saberes que perpetuam uma concepção de trabalho e sociedade mercantil. Afinal não existe vento que ajude um barco sem rumo e muito mais do que de recursos econômicos ou de sofisticados instrumentos tecnológicos, que fascinam as escolas, é sobre os rumos da educação que seus profissionais precisam apreciar e estar a debater.

REFERÊNCIAS

- BONNEWITZ, P. Vamos reproduzir-nos socialmente: **o papel da escola**. In: BONNEWITZ, P. **Pri-meiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 113-130.
- BOSSA, N.A. **Fracasso escolar: Um olhar psicopedagógico**. 4 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução. Brasília: MÊS/SEF, 1997.
- CORSINO, P. **As crianças de seis anos e as áreas do conhecimento**. In: LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.
- DEGENSZAJN, R. D.; ROZ, D. P.; KOTSUBO, L. **Fracasso escolar: uma patologia dos nossos tempos?** *Pediatria*, v. 1, p. 106-113, 2001.
- ENS, R. T.; GISI, M. L.; EYNG, A. M. **Formação de professores: possibilidades e desafios do trabalho docente na contemporaneidade** [I]*Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 11, n. 33, p. 309-329, maio/ago. 2011.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo :Edições Loyola, 1999.
- MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- Paín S. Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem. Porto Alegre: Artmed;1986.
- WEISS, M. L. L. **Psicopedagogia Clínica: Uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. 12 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2007.

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO E DA AVALIAÇÃO CURRICULAR

Elizandra Farias Silva

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade iniciar uma reflexão sobre instrumentos importantes que fazem parte do processo de ensino aprendizagem, essenciais para a vida dos educadores como o planejamento, o projeto escolar, desenvolvimento e a avaliação curricular, mostrar a importância do planejamento e da avaliação curricular na vida do educador. Sabemos que muitos professores têm dificuldades em trabalhar e fazer o planejamento, assim como avaliar seu aluno sendo um professor inovador, deixando de lado aquele professor tradicional e arcaico que acredita que apenas pode repassar os conteúdos, avaliar e atribuir uma nota para aquela avaliação escolar. O papel do professor não é só de mediador do conhecimento, não é só de avaliar o que seus alunos aprenderam sobre determinado assunto, é mais que isso, ele contribui para a formação de cidadãos e na vida profissional dos alunos. A intenção deste artigo é que os professores tenham mais informações sobre estes instrumentos educacionais que fazem parte do processo de ensino nas escolas.

Palavras-chave: Planejamento; Educação; Avaliação.

INTRODUÇÃO

Quando falamos em educação devemos refletir sobre o que está relacionado com o processo de ensino aprendizagem como os conteúdos, plano de ensino, plano de aula, quais recursos didáticos são utilizados nas aulas, a metodologia, a avaliação.

Sabemos que tudo que fazemos em nossa vida cotidiana ou profissional nós precisamos nos planejar para que tudo ocorra como almejamos e se não ocorrer como foi planejado, teremos que refletir e planejar novamente.

Na educação não é diferente os professores precisam se planejar, organizar o ano letivo, os conteúdos e suas aulas. Os profissionais da educação necessitam de ferramentas que tornem seu trabalho, mais agradável e eficaz, para que o conteúdo programado seja repassado para seus alunos seja fixado, daí a importância de se ter um bom planejamento e de escolher a melhor maneira de avaliar seus alunos para que não se sintam cobrados em apenas memorizar os conteúdos e sim para que aprendam e levem para a vida tudo que aprenderam dentro da sala de aula.

Além de auxiliar os professores na preparação de aulas mais eficientes e dinâmicas, o planejamento proporciona trocas de experiências e de ideias entre professores e pedagogos de uma escola. Ao realizar o planejamento, a escola define qual tipo de formação vai oferecer e organizar as etapas do trabalho a ser realizado, o que servirá de eixo condutora aos profissionais da educação de diferentes componentes curriculares.

Segundo Libâneo (1994, p. 2220) O planejamento tem grande importância por tratar-se de: “um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”.

Já Padilha diz que:

O planejamento é um processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, visando ao melhor funcionamento de empresas, instituições, setores de trabalhos, organizações grupais e outras atividades humanas. O ato de planejar é sempre processo de reflexão, e tomada de decisão sobre a ação; processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações (PADILHA, 2001, p. 30).

Todo professor quando planeja precisa ser um pesquisador e trazer inovação para dentro da sala de aula, organiza seu trabalho com criatividade, seleciona conteúdos de ensino relacionando com a realidade de seus alunos, ser flexível e ajustar sempre o seu fazer cotidiano.

O planejamento pode ser dividido em três níveis de plano: plano de ensino, plano da escola, plano de aula.

Plano de ensino é o processo que envolve a atuação concreta dos educadores no cotidiano do seu trabalho pedagógico, envolvendo todas as suas ações e situações o tempo todo. Envolve permanentemente as interações entre os educadores e entre os próprios educandos.

Objetivos do plano de ensino

- Racionalizar as atividades educativas;
- Assegurar um ensino efetivo e econômico;
- Conduzir os alunos ao alcance dos objetivos;
- Verificar a marcha do processo educativo.

O plano de ensino (ou plano de unidade) é a previsão dos objetivos e tarefas do trabalho docente para o ano ou semestre; é um documento mais elaborado, dividido por unidades sequenciais, no qual aparecem objetivos específicos, conteúdos e desenvolvimento metodológicos.

Plano de escola é o nível do planejamento que corresponde às decisões sobre a organização, funcionamento e proposta pedagógica da escola.

O Plano de aula organiza a ação diária do professor, confere segurança e possibilita o ajuste das ações para atender à necessidade dos alunos, um instrumento que norteia a ação docente, de caráter flexível. O registro do plano de aula é necessário para que favoreça o processo de continuidade e permita registros sobre pontos importantes após a aula.

O planejamento de aula é a tomada de decisões referentes ao trabalho específico da sala de aula como os temas a serem trabalhados, conteúdos, metodologia, recursos didáticos e por último a avaliação.

Projeto de ensino representa a organização de um trabalho desenvolvido em profundidade sobre um tema relevante, podendo ser interdisciplinar ou não através dos mesmos as tarefas são desenvolvidas respeitando-se os interesses, as possibilidades e o ritmo de cada aluno. Nessa perspectiva, os alunos trabalham de forma cooperativa, assumem responsabilidade, compartilham dos mesmos objetivos, através de um esforço investigativo a aprendizagem se consolida.

Inserindo projetos em nossa proposta de trabalho, podemos desenvolvê-los de maneira flexível, a escola pode ser transformada em local de pesquisa, de confronto de saberes e experiências diversas. Os conteúdos são trabalhados de forma globalizada e passam a ter significado para os alunos, uma vez que trabalham de forma ativa em todas as suas etapas.

Cada projeto determinará diferentes tipos de organização temporal e espacial, facilitando a participação de todos os componentes do grupo, assim como sua cooperação e responsabilidade, já que seu trabalho faz parte de um conjunto de esforços e tem uma finalidade comum. (TOLCHINSKY et al. 2004, p. 105).

Trabalhar com projetos cria oportunidades para o professor utilizar diferentes métodos, adequando-os à realidade da sala de aula e da sua turma. O projeto propicia a junção entre as áreas do conhecimento, contribuindo para que a aprendizagem seja significativa. Já para o aluno o trabalho com projetos potencializa o ensino e aprendizagem. Ao trabalhar com situações problema o aluno é desafiado a pensar, tornando-se um pesquisador.

Um bom projeto de ensino de ensino constrói-se a partir do interesse do grupo de alunos, as estratégias organizam-se por meio de situações problematizadoras, essa metodologia confere maior autonomia aos alunos. Os projetos em algumas escolas tornam-se permanentes e são desenvolvidas todos os anos, após redefinir suas ações, promovendo outras estratégias e outros formatos, isso se deve ao fato de serem considerados relevantes para a escola, entretanto não é adequado que as temáticas surjam por imposição da equipe pedagógica, limitando-o a uma visão reduzida por não contemplar uma sequência de fases, como por exemplo, elabora-se cartazes, os quais são expostos pela escola e denominado projetos, neste caso não contemplou as diversas fases, como a pesquisa, o trabalho de campo, as atividades diferenciadas, o momento de culminância e não pode ser considerado projeto.

DESENVOLVIMENTO

A educação é sempre apontada, por especialistas e sociedade civil, como a melhor resposta para a resolução dos problemas da sociedade. E de fato, a educação proporciona uma melhor formação para os cidadãos, mais conscientes de seu papel social, mas também potencializa o desenvolvimento da sociedade como um todo.

O desenvolvimento compreende atividades relacionadas ao planejamento, execução, controle e avaliação de funções de apoio social, pedagógico e administrativo em escolas públicas, privadas e demais instituições. Tradicionalmente são funções que apoiam e complementam o desenvolvimento da ação social e educativa dentro e fora da escola.

Medidas que incentivam o acesso e a produção do conhecimento são positivas não apenas para os indivíduos beneficiados, mais para a sociedade como um todo que, ao longo do tempo ganhará mais profissionais qualificados e cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, que poderão contribuir mais com o país do que se forem meramente técnicos ou mesmo pouco alfabetizados. A educação é fonte de desenvolvimento humano e social.

Avaliação curricular

Antigamente, as avaliações eram relacionadas com o conceito de medir. A função do professor era apenas julgar. A avaliação segundo Villas Boas (1998), tem sido realizada para aprovar ou reprovar o aluno, com ênfase em provas e testes, e a recuperação de estudos tem servido para fins classificatórios, a avaliação acontece em momentos pré-determinados, isolados do processo de ensino aprendizagem. A sistematização da aprendizagem, demonstrada na forma como a avaliação é praticada na escola, pressupõe uma padronização que é estabelecida em um contrato pedagógico, compreendendo que todos os alunos aprendem igualmente.

Nos tempos atuais ainda encontramos professores que trabalham de forma tradicional e arcaica, onde apenas repassam os conteúdos e os alunos memorizam e fazem suas avaliações para no final receberem uma nota. Para FUSARI

Avaliar não é só quantificar e medir, embora esta tendência tecnicista ainda predomine nos instrumentos avaliativos. A avaliação traduz a concepção teórica da sociedade liberal conservadora, um modelo social nascido da estratificação dos empreendimentos transformadores que culminaram na Revolução Francesa (FUSARI, 2011, p.77).

A sala de aula é onde acontece a construção do conhecimento diferentemente dos professores tradicionais, os professores inovadores buscam não só repassar conteúdos, atividades e avaliações, eles estimulam o aluno para que ele também participe das aulas, não apenas como um ouvinte.

Sobre a avaliação, HAYDT (1995) afirma que "seria ingênuo pensar que a avaliação é apenas um processo técnico. Ela é também uma questão política. Avaliar pode se constituir num exercício autoritário do poder de julgar ou ao contrário, pode se constituir num processo e num projeto em que o avaliador e avaliando buscam e sofrem uma mudança qualitativa ."

Em outro livro de HAYDT (1998, p. 10) ele diz que:

Avaliar é julgar ou fazer a apreciação de alguém ou alguma coisa, tendo como base uma escala de valores. Assim sendo, a avaliação consiste na coleta de dados quantitativos e qualitativos e na interpretação desses resultados com base em critérios previamente definidos.

Um bom professor antes de avaliar, deve observar e descobrir quais alunos aprendem e assimilam os conteúdos com mais facilidade, e quais têm mais dificuldades em trabalhar com estes nem que seja necessário voltar o assunto e fazer um feedback com a turma.

A avaliação nesse sentido torna-se uma ferramenta de orientação, diagnosticando a melhora em questão de ensino, as dificuldades dos alunos e para que o professor possa refazer seu planejamento, verificando onde e como pode trabalhar para melhorar para que seus estudantes compreendam e assimilem os conteúdos de ensino.

Existem três formas de avaliação: a somativa, a formativa e a diagnóstica.

Avaliação somativa

A avaliação somativa é a mais tradicional, arcaica, mas sabemos que é a mais utilizada em nossa sociedade, principalmente nas escolas. Ela tem como objetivo classificar o aluno no final do processo, ela pode ser aplicada bimestralmente, quando se conclui uma unidade de ensino ou quando os conteúdos terminam de serem repassados.

Nessa forma de avaliação seu objetivo é medir, mensurar aprendizagem do aluno, a postura do professor é de mediador e da pouca voz ao aluno, onde só ele fala e expõe os conteúdos e o aluno não participa

A postura do aluno é de passividade, ele se limita em escutar o que seu professor fala e memoriza seus conteúdos. Os dias de avaliações e provas são vistos como algo aterrorizante, pois se não se esforçarem ao máximo não alcançarão a nota atribuída.

Avaliação Formativa

A avaliação formativa tem por finalidade proporcionar ao aluno a aprendizagem real e efetiva. Para isso, ações como dar ao aluno um feedback; identificar determinados problemas, que podem surgir no decorrer do processo de ensino –aprendizagem; comparar resultados obtidos pelo mesmo

aluno no decorrer de um processo e também faz uso de instrumentos avaliativos diversificados são ações imprescindíveis tanto para o professor como para todo o corpo pedagógico.

Formativa tem como função informar o aluno e o professor sobre os resultados que estão sendo alcançados durante o desenvolvimento das atividades; melhorar o ensino e aprendizagem; localizar, apontar, discriminar deficiências, insuficiências, no desenvolvimento do ensino-aprendizagem para eliminá-las; proporcionar feedback de ação (leitura, explicações, exercícios) (SANTANA, 2001, p.34)

Feedback

É uma ferramenta importante para que os estudantes entendam o que precisam melhorar e quais comportamentos foram positivos, gerando uma conscientização valiosa para o processo de ensino aprendizagem, pois evidencia ao aluno as mensagens enigmáticas entre o resultado pretendido e o real gerando motivação para aprender

A avaliação é um processo, e como tal deve ser encarada. Por isso ela deve fazer parte da sala de aula, sendo usada periodicamente como um dos aspectos integrantes do processo de ensino-aprendizagem. Ao fazer uso conjugado das três modalidades de avaliação-diagnóstica, formativa e somativa-, com suas respectivas funções – diagnosticar, controlar e classificar-, o professor está garantindo a eficácia do seu ensino e a eficiência da aprendizagem. (HAYDT, 1997, p. 28).

A avaliação formativa acontece da seguinte maneira: através de trabalho em grupo, seminários, pesquisas, prova oral, participação dos alunos em projetos. Ela permite que o aluno participe da aula, por exemplo o professor pode fazer um debate entre a classe, e eles participam mostrando seu pensamento, suas ideias, críticas, seus argumentos e questionamentos sobre determinado assunto. Essa atividade pode parecer simples, mas se observarmos veremos que os alunos terão voz, e que será trabalhado a oralidade, o raciocínio lógico, capacidade de argumentação entre outros.

Avaliação diagnóstica

A avaliação diagnóstica como o próprio nome já diz tem como objetivo mapear os conhecimentos prévios dos alunos sobre determinado conteúdo. O intuito é saber, antes do trabalho com o conteúdo programado, qual bagagem eles já trazem, qual conhecimento eles já têm sobre o conteúdo que será abordado pelos professores.

LUCKESI (2009, p.81) reconhece possibilidades na avaliação diagnóstica como instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem, em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que se possa avançar no seu processo de aprendizagem ."

Quando se trabalha com esse tipo de avaliação, pode-se descobrir qual é a causa da dificuldade de aprendizagem dos seus alunos, diagnosticando o que vem fazendo com que o aluno não consiga

acompanhar, compreender melhor o conteúdo. Um dos métodos mais dessa avaliação mais ricos é o debate, muito usado também de forma tradicional de avaliação pontuada, nele os alunos são capazes de aplicar o conhecimento nas próprias palavras, experiências e vivências.

Algumas maneiras de se trabalhar com a avaliação diagnóstica são através de exercícios, simulações, produção de redações, consulta ao histórico escolar, leitura e interpretação de textos, elaboração de questionários, debates e entrevistas com alunos.

Rabelo (2009, p.72) justifica que a avaliação diagnóstica identifica a realidade dos alunos fazendo um prognóstico sobre os conhecimentos individuais deste, assim, pode auxiliar o professor a conhecer estratégias de ação para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

A aplicação da avaliação diagnóstica é recomendada para todo início de ciclo ou processo de ensino-aprendizagem. Esse aspecto preventivo é uma das características mais importantes dessa avaliação e o que diferencia das outras formas de avaliar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizamos este artigo enfatizando a importância desses instrumentos que fazem parte da educação, de todo o processo de ensino aprendizagem, o quanto são fundamentais para que o educador possa conseguir alcançar seus objetivos no trabalho, assim como seus alunos consigam compreender e assimilar os conteúdos educacionais de maneira mais prática.

Neste artigo apresentamos alguns dos principais instrumentos didáticos como o planejamento, o projeto, o desenvolvimento educacional e avaliação curricular que são muito importantes na educação, para melhor fixação de conteúdo, como por exemplo no apoio ao desenvolvimento de projeto de aprendizagem.

Sabemos a realidade da educação em nosso país, as dificuldades que tanto os professores, como os alunos passam por isso é importante o planejamento para desenvolver competências e habilidades dos alunos, através de projetos, através de uma boa avaliação como foi apresentado como a avaliação formativa e a diagnóstica.

Se não planejamos com eficácia e se não avalio da melhor maneira possível, o meu aluno se sentirá coagido, pressionado a apenas memorizar os conteúdos por outro lado, se eu acreditar no meu aluno e em sua capacidade, e procurar entender qual motivo que o leva a ter dificuldade em algum conteúdo, estarei levando-o a ter prazer em aprender e se sentirá estimulado a estudar.

O papel do professor não é só de mediador do conhecimento, não é só de avaliar o que seus alunos aprenderam sobre determinado assunto, é mais que isso, ele contribui para a formação da vida social e profissional dos alunos, para que o aluno ingresse em uma universidade, e prepara-os para o mercado de trabalho. A intenção é que os professores tenham mais informações sobre estes instrumentos educacionais que fazem parte de todo o processo de ensino nas escolas.

REFERÊNCIAS

- COSTA, Adelino Jorge: **Construção de projetos educativos nas escolas: traços de um percurso debilmente articulado**. -Revista Portuguesa de Educação, vol. 17, n °2.
- FUSARI, José Cerchi. **O planejamento do trabalho pedagógico: Algumas indagações e tentativas de respostas**. Ideias, São Paulo, n° 8, 1990.
- HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. In: HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de Didática Geral**. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino –aprendizagem**. 6 ed. São Paulo, Ática, 1997.
- HAYDT, R. C.C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo. Ática, 1998.
- HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do Processo ensino-aprendizagem**. São Paulo. Ática, 2000.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática**. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2009.
- PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: Como construir o projeto político pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.
- RABELO, Edmar Henrique. **Avaliação: novos tempos, novas práticas**. 8 ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2009.
- SANTANNA, Ilza Martins. **Porque avaliar. Como avaliar? Critérios e instrumentos**.7 ed. Vozes. Petrópolis, 2001.
- TOLCHINSKY, Liliana(org) **Processos de aprendizagem e formação docente em condições de extrema diversidade**. Porto Alegre. Artmed, 2004.
- VASCONCELLOS, C.S. **Planejamento: projeto de ensino aprendizagem e projeto político pedagógico**. 9 ed. São Paulo: Libertad, 2000.
- VILLAS-Boas, B.M.F. **Planejamento da avaliação escolar. Pro-posições**, Campinas, V. 9, n.3(27), 1998.
- Feedback, uma poderosa ferramenta para a aprendizagem. Disponível em:<<https://www.appai.Org.br>>Acesso dia 10/08/2021.
- Desenvolvimento Educacional e Social/Central Pronatec. Disponível em:< [https// Centralprona-tec.com.br](https://Centralprona-tec.com.br). Acesso dia: 07/08/2021.
- Educação e desenvolvimento humano-Importância e Medidas. Disponível em:< [https//www.Gestãoe-dcacional.com.br](https://www.Gestãoe-dcacional.com.br)> Acesso dia 7/08/2021.

A INSTITUIÇÃO ESCOLAR COMO AGENTE DE REPRODUÇÃO SOCIAL

Ivanilda Amancio Souza
Joseilda Barbosa Montenegro
Josenildo Amancio Ferreira

RESUMO

O fracasso é objeto de inúmeras discussões e investigações científicas que buscam compreender e apontar uma solução (definitiva) para a questão. O presente artigo faz uma análise dos desafios da escola diante dos problemas de aprendizagem e de novas perspectivas para combater o fracasso escolar com ajuda da interdisciplinaridade. Ao mesmo tempo remete-se para a função da educação escolar no interior desse processo histórico. Pensar a educação escolar como mecanismo de superação do ser humano tal qual ele se efetivou historicamente, requer considerar os elementos sociais, políticos e históricos que determinam o trabalho educativo contemporâneo. A escola como possível apreciar os antigos e problemas escolares e enxergá-los com novos olhos. O caso ilustra o fracasso escolar como produto de uma complexidade de fatores, exigindo um olhar amplo e integrado, a partir de uma interface entre a parceria entre a educação, saúde, trabalho e a família.

Palavras-chave: Interdisciplinar; Comparação; Saberes escolares.

INTRODUÇÃO

A instituição escolar tem sido alvo de como a mais conservadora das instituições, amarrada a um tempo e espaço que está em desacordo com os usos e costumes e lento, a um espaço e tempo do passado e do futuro, jamais no presente. É como se a escola vivesse no tempo passado, instruindo seus alunos e alunas para que o futuro e o presente ficassem suspensos, como se não existissem. A escola, desde sua origem, vem assumindo um lugar privilegiado e uma confiança generalizada na instrução e no que isso representa para a elevação social e econômica. A ideia de progresso marca toda a educação escolar.

Quando olhamos para a instituição escolar e para o mundo algo parece desconectado. O espaço escolar é marcado por sinetas, por momentos estáticos, nos quais o relógio, o calendário e o horário escolar assumem uma importância econômica. Os muros altos da escola, as paredes das salas de aulas, as carteiras escolares delimitam os espaços e o território dentro e fora da escola. No interior escolar, os assuntos versam sobre um tempo passado e projetos para o futuro, o presente não entra, parece que não é o seu momento ainda.

Entretanto, é o presente que lá fora nos desafia a todo momento, são visíveis as alterações e relações entre a intimidade e na maneira de expressão da sexualidade, da tecnologia, bem como a sociedade passa a constituir-se de novas configurações e ótica familiar. Enfim, são os caixas eletrônicos, o voto eletrônico, a internet, as sinaleiras inteligentes, os chips, que formam amostras instantâneas da materialidade desse novo espaço e tempo presente. É também hoje que falamos em um ser

com características de um ser pós- humano, onde as fronteiras da natureza biológica e do produzir tecnologicamente tornam-se indecifráveis.

A instituição escolar elenca conteúdos e metodologias com base em uma cultura que ela consagra e reproduz. E o faz, dando aparência de legitimidade às desigualdades sociais, conferidas pela herança cultural e pelos “dons” trazidos pelos alunos das classes dominantes. Por isso, o autor concebe a escola como um dos mecanismos mais eficazes de conservação social (BOURDIEU, 2010).

Analisar essa prática pode nos fazer questionar nossas ações no espaço e no tempo escolar, como assevera Harvey (1996) o espaço escolar parece escolher numa “aldeia global” de telecomunicações e numa “espaçonave” terra de independência ecológica e econômica, o tempo é só momento presente. Esse processo traz enormes transformações nas práticas sociais que se caracterizam pela descartabilidade, instantaneamente, velocidade, movimento, novidade, proliferação de imagens, mutabilidade, competição, consumo, avanço tecnológico entre outras características.

A INTERFACE DO FRACASSO ESCOLAR

Nas últimas décadas, o fracasso escolar vem sendo encarado como um dos essenciais fatores restritivos do educativo. No entanto, não há como deixar de correlacionar o fracasso escolar, à sociedade e à escola. Este não deve ser correlacionado exclusivamente ao educando. O fracasso escolar é um acontecimento que se mantém inacessível, exigindo, assim, a promoção de mais alterações sobre tal problemática.

O mesmo produz múltiplos e sérios resultados na vida do ser humano. E, uma delas é a eliminação, que faz com que o indivíduo, sem emprego e sem espaço, advenha a viver à margem da sociedade. Fracassado, o estudante soma-se aos demais excluídos.

É consenso na irrealidade particularizada de que o fracasso escolar de alguns alunos possui reflexos na sua família, ou melhor, nas afinidades que estes sustentam com seus pais. Por isso, é de suma importância que os pais vivam também em sintonia com seus próprios filhos, participando de forma ativa da vida escolar dos mesmos, colaborando, assim, para o progresso do rendimento escolar e da aprendizagem. Isto porque quanto maior for a justaposição dos pais em relação aos filhos, maior será a aprendizagem.

Ademais, o estabelecimento e o fortalecimento das conexões entre pais e filhos, estabelece algo que coopera para um bom desenvolvimento cognitivo de qualquer criança. Não há como superar o fracasso escolar sem a participação da família no cotidiano do estudante, enriquecendo em suas atividades, partilhando de todo o processo de ensino aprendizagem. Essa participação também é marcante porque auxilia no processo de escuta psicanalítica, tão necessária para se conhecer/identificar os reais motivos que levam os alunos a não apresentarem um bom rendimento na escola.

Abordando a construção do processo de ensino-aprendizagem, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 91), afirmam que:

A aprendizagem é um processo de mudança de comportamento obtido através da experiência construída por fatores emocionais, neurológicos, relacionais e ambientais. Ela é o resultado da estimulação do ambiente sobre o indivíduo já maturo, que se expressa, diante de uma situação-problema, sob a forma de uma mudança de comportamento em função da experiência. (BRASIL, 1997, p. 91).

Em consonância, a maioria dos educandos encontra-se condenada ao fracasso escolar, que se trata de um fenômeno que tem múltiplas causas e é proporcionado como sendo multifatorial.

Nesse sentido, nota-se que o processo de aprendizagem tolera influência de diversos fatores (intelectual, psicomotor, físico, social). Ele está amarrado ao esquema de ação inato do indivíduo, do seu tipo psicológico constitucional e do seu grau de envolvimento, valor e interesse. E, em analogia ao sistema nervoso, o estágio de amadurecimento em que este se encontra, motiva o grau de aprendizagem.

Ainda de acordo com Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 92):

A aprendizagem decorre da ação do aprendiz sobre o mundo e dos elementos deste mundo que age sobre ele, caracterizando uma ação dialética, modificando, portanto, a concepção do que seja ensinar/aprender e construir conhecimentos. O aprendiz, sujeito pluridimensional aprende ao estabelecer interações com os objetos de aprendizagem que se caracterizam por serem, as normas de convivência, os conhecimentos sistematizados historicamente, os fatos e fenômenos. (BRASIL, 1997, p. 92).

A ação de instruir-se é o efeito da interação entre armazéns mentais e o meio ambiente. Assim sendo, o ensino-aprendizagem se dá numa rede de relações produtoras de interferências. Nesse processo de edificação o educando interage com professores, com os pares da classe e da escola, numa classe social. O aprendizado também se dá no âmbito familiar.

Abordando o processo de ensino-aprendizagem no início do processo educativo, Corsino (2007, p. 62), observa que:

É importante que o (a) professor (a) pense nas crianças como sujeitos ativos que participam e intervêm no que acontece ao seu redor porque suas ações são também forma de reelaboração e de recriação do mundo. Nos seus processos interativos, a criança não apenas recebe, mas também cria e transforma -é constituída na cultura e também é produtora de cultura.

Constata-se que o professor é colaborador do processo de aprendizagem e o aluno é o seu alvo. Nesse enfoque, o conhecimento é arquitetado e reconstruído continuamente. E, se concretiza,

quando o educando se torna capaz de construir suas próprias opiniões, produzindo seu próprio conhecimento.

No contexto escolar, o fracasso é apresentado como sendo uma patologia recente, que somente começou a ser percebido a partir do século XIX, quando a escolaridade passou a ser obrigatória. E, com o passar dos anos, o problema ao invés de ser solucionado, ampliou-se de forma considerável (BOSSA, 2009).

Proferindo sobre essa problemática, Degenszajn e Kotsubo (2001, p. 107):

Até o final do século XIX, a população ‘sem instrução’ tinha acesso a ofícios e trabalhos artesanais que garantiam o sustento econômico das famílias e que muitas vezes eram passados de geração em geração. É evidente que o problema da escolaridade adquire um papel e uma função bastante distinta em uma sociedade cada vez mais tecnicista. Nas últimas décadas, assistimos à imposição de uma nova e diferente realidade para a sobrevivência econômica dos indivíduos, forçados a atualizações constantes, graças aos progressos técnicos e científicos. Acrescenta-se, ainda, o problema crescente do desemprego que só piora as dificuldades de inserção de indivíduos excluídos do processo de escolarização.

É importante destacar que no final do século XIX, a sociedade como um todo vivenciou um grande número de alterações desencadeadas pelo processo de industrialização.

Por conta deste argumento, passou-se a exigir uma mão de obra mais qualificada, que tivesse instrução suficiente para aprender a operacionalizar as máquinas no setor industrial que se inicia a formar cidadãos para executar esses serviços. Foi, portanto, nesse contexto, quando se entendeu que a grande quantidade de trabalhadores não possuía o domínio da leitura e da escrita que se constatou a existência do fracasso escolar. Na concepção de Weiss (2007, p. 16), “considera-se como fracasso escolar uma resposta insuficiente do aluno a uma exigência ou demanda da escola. Essa questão pode ser analisada e estudada por diferentes perspectivas: a da sociedade, a da escola e a do aluno”.

Para Cordié (1996, p. 89) nas últimas décadas, o fracasso escolar vem sendo considerado um dos principais fatores limitantes do educativo, partindo do princípio de que o mesmo “tomou lugar considerável nas preocupações de nossos comportamentos, em consequência de uma mudança radical na sociedade”.

Em contrapartida cabe à escola o papel de ensinar ao estudante, de instruí-lo e de capacitá-lo para o exercício pleno da cidadania. No entanto, tem se averiguado que nem todos os alunos conseguem acompanhar o processo educativo, proporcionando o que formalmente se cognomina de ‘dificuldades de aprendizagem’. No entanto, não há como deixar de associar o fracasso escolar, à sociedade e à escola. Este não deve ser ligado unicamente ao aluno.

Deve-se ressaltar que o fracasso escolar é um acontecimento que se mantém inacessível, estabelecendo, assim, a promoção de mais alterações sobre tal problemática. Na totalidade atual, exige-

se que o indivíduo saiba ler para interagir com o mundo, que saiba se comunicar para que tenha sucesso social e profissional.

No entanto, é necessário compreender os fatores de contribuem para o desenvolvimento desse fenômeno, também visto como um aspecto sociocultural, que pode ter por origem os conflitos familiares, os sistemas pedagógicos, bem com a deficiência intelectual presente no próprio aluno

Na procura de soluções para o enfrentamento do fracasso escolar, não se pode desconsiderar as semelhanças expressivas existentes entre o que é produzido no contexto da escola e aquilo que o mundo proporciona de forma real, representando as probabilidades sociais. Por outro lado, com grande frequência, os educandos provenientes de populações de baixa renda são agrupados nas chamadas ‘classes escolares especiais’, simplesmente porque ajeitam problemas/dificuldades de aprendizagem, o que de certa forma, se configura numa forma de exclusão social.

Desta forma, averiguar que o problema do fracasso escolar não está somente ligado à deficiência intelectual do educando. Mas também outros fatores de ordem econômica e social também podem contribuir para que esse fenômeno ocorra.

A necessidade de ingressar no mercado de trabalho, mesmo que informalmente, também contribui para agravar essa situação, que é registrado nas escolas brasileiras, demonstrando que tal problema possui uma grande correlação com a pobreza.

Devem-se reconhecer as tentativas de reorganização da escola no sentido de prevenir e solucionar o fracasso escolar. Entretanto, a busca de respostas para o grande número de crianças e jovens com dificuldades de aprendizagem exige da escola um repensar em relação aos seus processos. Nesse sentido, reconhecemos em Paín um indicativo para esse repensar, pois, para a autora, a educação pode ser alienante ou libertadora, dependendo de como ela é instrumentalizada. É tomando a preocupação de Paín que pensamos na escola como possível (re)produtora de problemas de aprendizagem.

Paín ainda ressalta que o maior problema, na esfera da aprendizagem, é quando a escola "[...] constitui a oligotimia social, que produz sujeitos cuja atividade cognitiva pobre, mecânica e passiva, se desenvolve muito aquém daquilo que lhe é estruturalmente possível". A autora utiliza a expressão oligotimia, no sentido de um sujeito que se vê impossibilitado de utilizar o seu potencial cognitivo. Por oligotimia social, a autora propõe-se a pensar no social como uma forma de impedimento do desenvolvimento cognitivo, manifestando-se sob a forma de prejuízos na autonomia do pensamento.

Informam Zucoloto e Sisto (2002, p. 156) que o fracasso escolar “tem sido estudado pelos mais diversos profissionais preocupados com a escola, na busca de se explicitar os fatores que interferem no sucesso escolar e melhorar o ensino público no Brasil”.

Pensar na escola e no educador em meio a este panorama social em plenas transformações aponta para a necessidade de criação de parcerias que possam trabalhar de forma articulada. Nesse

sentido, a articulação da Pedagogia, Psicanálise e Psicopedagogia traz subsídios importantes para a implantação de uma escola verdadeiramente inclusiva e, sobretudo, uma escola que busque a não (re)produção do fracasso escolar.

Estamos propondo uma articulação interdisciplinar que possibilite apoio ao professor que, diante da diferença, se vê desamparado e impotente. Entendemos por diferença o aluno que deflagra angústia no professor, por um distanciamento significativo em relação aquilo que ele espera. Nesse sentido, alunos com necessidades especiais, bem como estudantes com problemas de aprendizagem, podem representar para esse professor a diferença. O aluno diferente, não raramente, remete o professor a um estado de não saber o que fazer. Nessa perspectiva, a Psicanálise, a Psicopedagogia e a Pedagogia, de forma interdisciplinar, podem auxiliar o professor a retomar a sua função como educador. A Psicanálise trabalha no campo da subjetividade e dos modos de subjetivação e de relação com o outro. A Pedagogia trabalha no campo do currículo, do método e da avaliação. A Psicopedagogia se insere no campo da aprendizagem humana, tendo como foco de estudo o aprender e o não aprender, ressignificando as relações do sujeito com as mais diversas aprendizagens. Trata-se de saberes que ao serem articulados podem trazer importantes benefícios à escola e ao social, como um todo.

Na concepção de Bossa (2009), cabe ao professor identificar os fatores que contribuem para o fracasso apresentado por seus educandos. E, que quando identificados, devem ser objetos de intervenção interdisciplinar. Cabe ressaltar que o fenômeno do fracasso escolar se apresenta como sendo multifatorial. Dito com outras palavras, várias causas que colaboram para o seu desenvolvimento, de forma que muitas vezes pouco o professor pode fazer para ajuda-los a superar as suas dificuldades. Desta forma, quando fica demonstrado que o fracasso escolar é resultante da prática pedagógica desenvolvida em sala de aula, cabe ao professor, de forma honesta, buscar alternativas viáveis de produção de uma aprendizagem significativa, evitando que o aluno seja condenado ao fracasso.

Quando a instituição escolar não se flexibiliza, mantendo-se num sistema rígido e engessado, facilmente pode produzir ou reproduzir o fracasso escolar. A reprodução do fracasso escolar, em geral, ocorre quando a instituição se identifica com a família, não apostando nas reais possibilidades e capacidades de cada sujeito e, portanto, não respeitando a sua singularidade no processo de aprendizagem. Isso porque o fracasso escolar é fruto de uma complexidade de fatores, estabelecendo um olhar amplo e integrado dos diferentes saberes enredados com a saúde e a educação.

Diante da complexidade das relações sociais, acreditamos que a escola contemporânea não tem mais como fugir da perspectiva interdisciplinar. Isso porque tal complexidade requer a interface de diferentes saberes, na medida em que um só não dá conta de suas alternativas. Nesse sentido,

articular os saberes da educação e da saúde é de fundamental importância, no sentido de promover reflexões e ações de forma mais integrada e global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em uma sociedade onde a informação é a moeda forte, onde o conhecimento transformou-se no principal fator de produção. Ao lado disso, a exclusão, o fracasso escolar, a realidade do passado, presente, futuro, o desequilíbrio tornou-se a característica mais notável em todos os âmbitos sociais. As desigualdades na distribuição de renda são crescentes, em quase todos os países. A concentração de renda é acompanhada por outras, como a do trabalho: ao mesmo tempo em que o desemprego é o mal do século, o excesso de trabalho dos que estão trabalhando também o é.

Visto que a grande importância atribuída à educação, sem dúvida do fato de que tais desequilíbrios parecem indesejáveis. Fazendo uma comparação com a educação e a destruição de outro bem, sabe-se que a distribuição de terras ou de qualquer outro bem material poderia ser feita até mesmo por decreto, seguramente a “distribuição “de conhecimento não pode, é uma tarefa indelegável da educação.

A educação vive em constante transformação, precisa de um rumo, de metas que transcendam os limites de inserção social dos seres humanos, em sociedade regida pelas leis do poder econômico. A educação busca um novo projeto. A vida, em sentido amplo, está sempre associada à capacidade de projetar. O futuro é em todos os sentidos alimentado pelo presente, que por sua vez, é erguido, em termos de significação, pelo passado.

Portanto, deve-se rever e recobrar o caráter criativo e libertador do trabalho educativo, nessa ótica como assevera Mézáros (2005) a possibilidade de uma educação que promova uma ruptura com a lógica do capital. Propõe-se uma educação escolar que coloque e privilegie o ser humano como referência em detrimento de uma educação centrada no mercado. Nesse sentido promove-se uma reprodução da base de valores e saberes que perpetuam uma concepção de trabalho e sociedade mercantil. Afinal não existe vento que ajude um barco sem rumo e muito mais do que de recursos econômicos ou de sofisticados instrumentos tecnológicos, que fascinam as escolas, é sobre os rumos da educação que seus profissionais precisam apreciar e estar a debater.

REFERÊNCIAS

- BONNEWITZ, P. Vamos reproduzir-nos socialmente: **o papel da escola**. In: BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 113-130
- BOSSA, N.A. **Fracasso escolar: Um olhar psicopedagógico**. 4 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução. Brasília: MÊS/SEF, 1997.
- CORSINO, P. **As crianças de seis anos e as áreas do conhecimento**. In: LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.
- DEGENSZAJN, R. D.; ROZ, D. P.; KOTSUBO, L. **Fracasso escolar: uma patologia dos nossos tempos?** *Pediatria*, v. 1, p. 106-113, 2001.
- ENS, R. T.; GISI, M. L.; EYNG, A. M. **Formação de professores: possibilidades e desafios do trabalho docente na contemporaneidade** [I]*Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 11, n. 33, p. 309-329, maio/ago. 2011.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo :Edições Loyola,199.
- MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- Paín S. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed;1986.
- WEISS, M. L. L. **Psicopedagogia Clínica: Uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. 12 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2007.

A PRÁTICA DE CAMPO COMO INSTRUMENTO DE ENSINO DA GEOGRAFIA

Rosenilson Souza da Gama

RESUMO

Considerando a relevância da educação e seu papel como processo de transformação social, busca-se neste trabalho propor alternativas viáveis para o ensino da geografia. Sabemos das dificuldades dos docentes em tornar as aulas mais produtivas e prazerosas aos educandos, pois, estamos vivenciando situações diversas, como falta de motivação, desinteresse, problemas familiares e outros fatores que comprometem diretamente a aprendizagem. Desta forma, procura-se consolidar um aprendizado teórico, onde o aluno se sinta parte desse contexto através das práticas de campo, resultando num aprendizado significativo para suas vidas. Para isso, foi feita uma pesquisa de cunho bibliográfico com o objetivo de dialogar com teóricos que validam a temática, apresentando diferentes possibilidades e metodologias para construção e compreensão espacial, assim como o desenvolvimento das mudanças que ocorrem na sociedade, além de favorecer o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Ensino; Geografia; Prática de campo.

INTRODUÇÃO

O ensino da geografia passa por um momento peculiar que exige esforços, métodos e posturas geográficas que assegurem o aprendizado de forma efetiva e valiosa. Neste sentido, busca-se diferentes teóricos que orientem para caminhos mais seguros e eficazes. A geografia é uma ciência que busca compreender as distintas realidades, acontecimentos pretéritos, as transformações sociais e projeções futuras, discutindo ao longo de sua história as diferentes abordagens sobre as práticas de campo, que surgem como um instrumento valioso para melhor compreender a geografia. Por isso é importante analisar as aulas de campo no contexto ensino-aprendizagem, levando em conta as inúmeras dificuldades, assim como as exigências direcionadas aos docentes em relação aos novos métodos ativos e técnicas para a construção de um saber significativo para o educando, Casttelar (2011, p. 3), ressalta:

A ideia de aprendizagem significativa não está apenas focada em uma estratégia de aprender bem em um conjunto de atividades ou na relação direta com o cotidiano, mas entendo que ela acontece quando o aluno consegue se apropriar de um conhecimento, consegue compreender e ler o mundo em que vive, estabelecer significado no que está aprendendo, questiona, se interessa em aprender, se sente sujeito do seu processo de aprendizagem.

Fazer geografia exige muito mais do que fazer leituras, pesquisas, repassar conteúdos ou simplesmente “dá aula”. As mudanças do público e o advento das novas tecnologias são uma constante, logo, exigem-se professores, profissionais e estruturas educacionais que possibilite o ensino e a aprendizagem, pois, o momento tecnológico e informacional que estamos vivenciando não apenas

descrevem ou retratam a realidade, eles criam sentido para o educando. Viveiro e Diniz (2009, p. 29) afirmam que a aula de campo permite o contato direto do estudante com o ambiente, possibilitando que ele interaja com situações reais, confrontando a teoria com a prática.

A prática de campo na sua essência busca ensinar de forma diferenciada, não deve colocar o aluno apenas como receptor, mas sim como um agente da transformação social, afinal, o ensino de Geografia tem por objetivo formar e proporcionar aos alunos um raciocínio geográfico concreto, enfatizando a abordagem espacial/local, permitindo que os discentes construam de forma autônoma diferentes modos de pensar a partir das lentes geográficas, ‘lentes que têm a finalidade de promover o entendimento da produção do espaço pelo homem’. (BENTO, 2014, p. 150). Por longo período, o ensino da geografia caracterizou-se pela cômoda prática de memorização, adesão pela geografia física ou humana, atualmente busca-se encontrar com o conhecimento geográfico, a forma mais prazerosa diante da crescente demanda que objetiva novos sentidos para o *aprender*. Vale ressaltar que “todo dia fazemos nosso percurso geográfico, de casa para o trabalho, do trabalho para casa, da escola para o trabalho, pondo a geografia na própria intimidade das nossas condições de existência”. (MOREIRA, 2010 p. 45). O ensino da geografia deve estar associado às realidades sociais, políticas e culturais dos sujeitos, despertando a criticidade, propondo mecanismos para amenizar situações geográficas. Desta forma, surge um ensino geográfico comprometido com as causas sociais, com as desigualdades que assolam nossa sociedade.

A ciência geográfica com suas diferentes ênfases sobre a sociedade e seus múltiplos instrumentos de análise espacial, precisa estar presente nas práticas de ensino de forma efetiva, através das práticas de campo, direcionando o foco aos conhecimentos geográficos evidenciados, que muitas vezes ocorre de forma arcaica, pois a “geografia muda radicalmente e mostra que pode contribuir para formar cidadãos ativos, para levar o educando a compreender o mundo em que vivemos”. (VESENTINI, 2004, p. 220).

PRÁTICA DE CAMPO EM GEOGRAFIA EXIGE PLANEJAMENTO

Tentando compreender as dinâmicas presentes nos espaços pesquisados, ou seja, *in loco*, é indispensável que no planejamento o professor juntamente com o corpo discente considere alguns tópicos relevantes para a prática de campo, como: Qual a localização geográfica do lugar que irão estudar? Qual a importância desse lugar para os moradores da localidade? Quais transformações vêm apresentando ao longo dos últimos anos? Esses e outros questionamentos devem ser levantados e respondidos para que o professor e sua equipe conheçam ainda mais o que será estudado e apresente aos alunos minuciosos detalhes. Bento (2014, p. 144) salienta que “vivemos uma condição de profundo processo de urbanização, e que cada vez mais as cidades se tornam locais complexos e objetos de estudo para o ensino de geografia”. O planejamento das atividades a serem realizadas em campo

deve estar sempre presente no fazer pedagógico do professor de geografia, afinal, os resultados obtidos dependem de um bom planejamento.

FIGURA 01: Planejamento para a prática de campo



Fonte: Rosenilson Gama, 2019.

No planejamento para a prática de campo, deve-se propor meios e técnicas para a apropriação de conhecimentos geográficos, assim como oportunizar diferentes situações de aprendizagem para os alunos, considerando a importância desta ação na construção de novos sentidos e significados, além de possibilitar aos mesmos o desenvolvimento de diferentes percepções a respeito da temática estudada, aproximando-os de suas vivências. Realidade que é perceptível, inerentes aos nossos atos e ações que de alguma forma se configuram na prática, a chamada realidade cotidiana. No entanto, ao colocar o educando diante de elementos conhecidos, facilita a compreensão, desenvolve diferentes leituras sobre as transformações espacial, local e global, comprovando que tais práticas são essenciais para o entendimento da geografia. Segundo Tomita (1999, p. 13) “é importante que se estimule o educando a indagar o porquê das coisas para o mesmo não se conformar com a simples situação dos fatos, mas, partir para uma análise criteriosa com uma visão crítica”. Sabe-se que muitas vezes a distância da realidade se acentua porque o conhecimento torna-se abstrato com certas práticas ou metodologias que não oportunizam diferentes olhares além do muro da escola.

O planejamento é um dos instrumentos que direciona o professor e o aluno a pesquisa, com o intuito de compreender as dinâmicas geográficas, sociais, econômicas, políticas e físicas do espaço a ser pesquisado. Mas, para que isso de fato aconteça é preciso a interdisciplinaridade, ou seja, outras disciplinas precisam ser trabalhadas para que diferentes áreas do conhecimento sejam alcançadas. Uma das preocupações que permeiam as práticas geográficas e o planejamento (estratégias e metodologias) é ignorar as mudanças que acompanham nossos alunos, mergulhados numa parafernália de informações na qual se deve levar também em consideração podendo agregar conhecimento. Para validar, Citon e Shinobu (2013, p. 122) afirmam:

A Geografia assume especialmente um caráter dinâmico, posto que o conhecimento geográfico mostra-se em constante transformação, demandando novas formas de

ver, sentir e agir sobre o mundo. Nesta nova forma de conceber o ensino geográfico, o modelo de formação pautado somente na ideia de acúmulo de conhecimentos teóricos para posterior aplicação ao domínio da prática, não se mostra eficaz para entender a diversidade de alunos e a de situações-problemas que emergem na sala de aula.

O planejamento deve obedecer a alguns critérios que tornam a prática de campo mais eficaz, pois sabemos que fazer geografia fora dos muros da escola está relacionado à construção de outras possibilidades educativas. Isto porque suas potencialidades são diversas. Vivências, tais como visitas às praças, feiras, teatros, dentre outros geram amplas discussões, pesquisas, relatórios e estimulam o trabalho coletivo. De acordo com Huxley (1977, p. 158-159):

Um sistema educacional humanista não apenas colocará diante das crianças uma sociedade de realizações, mas dar-lhes-á oportunidade para realização pessoal, de todas as formas possíveis – por meio do conhecimento (...) por meio de aventuras disciplinadas na montanha ou no mar, de expedições e viagens, da pintura e do teatro e fazendo música; por meio da apreciação da natureza e da beleza, das brincadeiras e dos esportes; por meio da paz interior, dos projetos de estudo e dos debates organizados; por meio da participação responsável em atividades grupais.

Dessa forma, é preciso planejar com habilidade antes de qualquer atividade prática, considerando previamente o recorte da pesquisa e os conteúdos a serem estudados. A ida a campo não se restringe somente em sair da sala de aula, exige objetivos que deverão ser respondidos durante e pós prática, constituindo-se em elementos que poderá vir a ser um bom instrumento didático. A questão teórica deve ser bem enfatizada, afinal diversos conteúdos de geografia que abordam temas relevantes poderão ser desenvolvidos. Daí a importância de o professor aprofundar o embasamento teórico, pois as discussões tendem a ser uma constante ao se deparar com novos espaços, socializando, analisando e tirando as possíveis dúvidas. Vale ressaltar que a metodologia proposta deve aguçar a investigação e despertar nos alunos diferentes formas de reconhecer o seu lugar de vivência e apresentar soluções a certas situações. Nesse contexto, Souza e Chiapetti (2012, p. 9) destacam que a aula de campo é “[...] a compreensão da realidade vivida pelos alunos e a apreensão de outros espaços geográficos externos ao seu cotidiano, ampliando as fontes de conhecimento que os levam à reflexão e à tomada de consciência sobre a organização do seu espaço geográfico”.

A execução das atividades exige algumas etapas que organizam e facilitam a prática de campo: o pré-campo, o campo e o pós campo. Todas estas fases são alcançadas com objetivos, metodologias, técnicas e instrumentos que asseguram bons resultados. Dessa forma, Silva et al (2010, p. 190 -191) ressalta que:

O pré-campo é fundamental para que o aluno acompanhe a trajetória a ser estudada e questione com curiosidade, sem repetir simplesmente aquela famosa frase que costuma ressaltar a cada parada: “O que é que eu estou fazendo aqui?”. O pré-campo

vai nortear o aluno como uma representação da realidade. Quando estiver na aula de campo a sua mente já estará aberta às reflexões teórico-práticas que fundamentarão a pesquisa.

Para se realizar uma aula de campo ressalta-se a importância do planejamento, para que o “sair da escola” não seja vista como uma prática vazia, sem objetivos ou um passeio qualquer. As probabilidades aumentam quando o planejamento é conduzido por agentes comprometidos com os resultados. Portanto, por meio dessas etapas bem elaboradas e executadas, o trabalho de campo apresenta maior legitimidade no contexto escolar, destacando mais uma vez que essa proposta apresenta uma dimensão bastante significativa no processo de ensino e aprendizagem.

A PRÁTICA DE CAMPO E O ENSINO DA GEOGRAFIA

Sabe-se que existe uma necessidade imediata de um ensino da Geografia que proporcione desafios educacionais, com intuito de contribuir para a formação cidadã, considerando a realidade vivida. “A questão é situá-lo neste mundo e através da análise do que acontece dar-lhe condições de construir os instrumentos necessários para efetivar a compreensão da realidade”. (CALLAI, 2001, p 136-138). O saber geográfico é imprescindível para a compreensão das questões políticas, econômicas e sociais. No entanto, o desenvolvimento do sujeito muitas vezes é procrastinado à medida que o aluno encontra em sala de aula professores desmotivados ou resistentes às mudanças. Faz-se necessário sair da “caverna geográfica”, ou seja, não se alienar as antigas práticas de memorização e transcrição geográfica, tornando as aulas sem sentido.

Ao escolher um recorte, seguido de um planejamento, abre-se para a amplitude das habilidades e competências dos alunos, assim como abordagem de conteúdos, a aplicabilidade de metodologias ativas que aproximam de forma significativa aluno/professor, facilitando a aprendizagem, despertando novos conceitos, novas experiências com o vivido.

FIGURA 02: Alunos na prática construindo categorias geográficas



Fonte: Rosenilson Gama, 2019.

Numa prática de campo, alguns conceitos geográficos podem ser enfatizados como o lugar, o território ou a paisagem que é uma das categorias de análise indispensável para se trabalhar, pois revela as feições e transformações ocorridas no espaço que se faz com a interação da sociedade com a natureza.

[...] o trabalho de campo é um dos recursos que podem e devem ser utilizados no processo de leitura da paisagem, por ser o mesmo uma oportunidade de exercitar a atitude científica de investigar, entrevistar, examinar, observar, comprovar, estabelecer o elo entre o conhecimento teórico e empírico. Não é simplesmente contemplar o meio, é trazer a realidade para dentro da sala de aula. O aluno retorna enriquecido quando sai a campo para o estudo do meio, e tenderá a adotar a mesma atitude investigativa em outras oportunidades de observação (VEIGA; et al, 2010, p. 527).

Tem relevância promover atividades fora de sala de aula, ou em espaços não formais, desde que o processo de aprendizagem geográfica seja de fato efetivada, segundo Carbonell (2002) a mente e a capacidade de aprender são despertadas através dos ambientes fora da sala de aula, os quais são reconhecidos como espaços estimulantes e que quando explorados tornam-se cenários relevantes para o processo de ensino e aprendizagem. Dessa maneira, Castellar e Vilhena (2012, p. 7) afirmam:

Cabe destacar que o trabalho de campo é um momento especial para o aluno na medida em que o professor pode articular os aspectos teóricos do conteúdo desenvolvido em sala de aula com a observação dos fenômenos e objetos do lugar em questão. Assim, o trabalho de campo não será uma mera observação, mas um aprofundamento dos conceitos científicos.

Nesse sentido, constata-se a importância da prática de campo, pois, certas categorias geográficas são assimiladas pelos discentes, considerando que a prática de campo é um recurso imprescindível para os professores, geógrafos das mais distintas gerações. Segundo Castrogiovanni (2015) a utilização do trabalho de campo como caminho para a compreensão da produção do espaço é uma maneira de incitar os alunos à experiências práticas. De acordo com Alentejano e Rocha-Leão (2006, p. 57) “Fazer trabalho de campo representa, portanto, um momento do processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo, incapaz de contribuir para revelar a essência dos fenômenos geográficos”. É válido propor as discussões sobre o ensino da geografia como uma referência pedagógica e política. O professor como mediador do conhecimento a ser desenvolvido nas escolas é desafiado a um ensino educacional onde o “fazer-pensar e o ensinar-aprender” adquire importância crucial.

A PRÁTICA DE CAMPO COMO UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA

A dinâmica geográfica e a forma como vem sendo produzida, remete a questões complexas por colocar o estudante a inúmeras categorias ou fenômenos geográficos – problemas sociais, econômicos, as paisagens, os lugares, dentre outros, que pode ser constatado em atividades práticas de

campo e na observação direta. Dessa forma, o aluno pode conhecer e assimilar os conteúdos, as relações sociais, as temáticas ambientais, as transformações espaciais sob um ponto de vista mais consciente.

FIGURA 03: Coleta de resíduos sólidos na praia



Fonte: Rosenilson Gama, 2019.

Reafirmando que os saberes geográficos são um dos elementos fundamentais na formação do cidadão, por isso, salienta-se a urgência da aplicabilidade dos conteúdos geográficos através das práticas de campo diferenciadas, buscando promover no educando mecanismos para a utilização real dos conhecimentos geográficos em sua vida prática para que não se limite apenas à compreensão das mudanças que ocorrem na sua localidade, mas que possam intervir nelas.

O processo perceptível mostra as necessidades do ser humano de dar conta “com eficiência” das situações em que se encontra. Isto é, o ser humano busca extrair informações para mover-se, à sua maneira, segundo o modo como ele vai elaborando as soluções e vai expondo o mundo que se lhe apresenta. Este vai sendo percebido em uma funcionalidade que a pessoa elabora (...) refere-se a uma prática que alguns chamam de realidade vivida (KIMURA, 2012, p. 51-52)

Partindo desse pressuposto, enfatiza-se a importância da relação teoria e prática no trabalho de campo na construção da ciência geográfica. Para que os resultados sejam substanciais é preciso que a atividade prática seja embasada nos conhecimentos teóricos estudados em sala de aula, em forma de seminário, estudo dirigido, resumos e outras formas. A prática de campo está sempre presente nas várias dimensões de análise espacial, ou seja, “pode ser realizada desde aquelas comunidades isoladas das florestas tropicais, até os subúrbios das grandes metrópoles modernas. A diferença consiste apenas nos objetivos”. (CHELOTTI, 2007, p. 3). Para Randeli (2002, p. 61-73) “As ações práticas de/no campo, como momento e *locus* privilegiado para encontrar o caminho para a concretização da teoria-prática, fazem parte do compromisso da formação para a transposição dos conhecimentos e competências”.

A prática de campo como proposta pedagógica é significativa pela capacidade de organizar o raciocínio, a partir da realidade vivida, dando aos indivíduos diferentes interpretações sobre o que se

observa, atentando para uma leitura de mundo, a partir de sua espacialidade. Múltiplos são os espaços para a execução da prática de campo, desde o local como o centro da cidade, os bairros, as praças, os museus, os rios, as praias, as florestas, dentre outros. Além das inúmeras opções para a socialização, interação e produção do conhecimento geográfico, desde que este processo traga satisfação e significado para os envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deve-se considerar, propor, executar aulas de campo com uma metodologia que vai de encontro às dificuldades que o sistema ensino apresenta hoje, negando quando necessário o tradicional, as práticas decorativas, o ensino ultrapassado, sob uma ótica refinada sobre os elementos naturais que podem ser vistos como instrumentos para amenizar a falta de infraestrutura aguda e, se possível, inovar ou assegurar novos métodos que garantam o aprendizado. Se o que se propõe é um ensino prazeroso, prático e significativo, a prática deve ser bem planejada e empregada, permitindo aos alunos diferentes realidades, considerando as constantes transformações espaciais que muitas vezes não são percebidas, além disso, essa busca pode tornar as atividades pedagógicas diferenciadas e relevantes na produção do conhecimento, final, o que se apresenta são meios que proporcione motivação diante das novas descobertas e experiências.

A capacidade de compreender as mudanças, ou seja, seu entorno, é fundamental, pela recorrência das ações antrópicas (impactos ambientais) que se massificam ao longo dos anos. De alguma forma, todos estão inseridos neste cenário que despeja no meio “resíduos conscientes”, causando problemas ambientais, sociais, econômicos irreversíveis, mas que diante das propostas práticas e objetivas, podem ser colocadas aos alunos à realidade tal como ela é, e tal como deveria ser, para que sejam de fato modeladores ou agentes das pretendidas mudanças, dando-lhes uma visão ampla sobre a importância de seu lugar e outras dimensões mais abrangentes.

Nesse sentido, objetiva-se com este trabalho aguçar nos alunos e professores a curiosidade geográfica, dando-lhes meios necessários para a aproximação da realidade dos alunos, considerando que estas propostas despertam muitas discussões e debates no meio científico. Vale ressaltar que ao fazer uma prática de campo, muitos elementos devem ser levados em consideração, como: a bagagem cultural, os conhecimentos científicos e empíricos que de alguma forma enriquecem o trabalho docente. O conhecimento deve ser compartilhado, socializado, afinal, as informações e as aprendizagens não devem de forma alguma ser construídas de forma isolada, distante dos agentes que irão se apropriar dos saberes para uma possível transformação social. No entanto, criar aulas dinâmicas, despertar a curiosidade, a criticidade dos educandos sob este ponto de vista não é fácil, mas é de grande valia, porque o ensino de qualidade tem acontecido em meio a desafios que a todo o momento vem sendo posto como superação.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, P. R. R. ROCHA-LEÃO, O. M. **Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado?** Boletim Paulista De Geografia, São Paulo, n. 84, p. 51-67, 2006.
- BENTO, I. P. **Ensinar e Aprender Geografia: pautas contemporâneas em debate.** Revista Brasileira de Educação Geográfica, Campinas, V. 4, n.7, p.143-157, jan/jun., 2014.
- CALLAI, H. C. **A geografia e a escola: Muda a Geografia? Muda o Mundo?** Revista Terra Livre, São Paulo, ano 1, n.16, 135-152, 2001.
- CARBONELL, J. A. **A aventura de inovar: a mudança na escola.** Porto Alegre: Artmed, 2002.
- CASTROGIOVANNI, A. C. **Movimentos fora da sala de aula: o trabalho de campo.** In: CASTROGIOVANNI, A. C.; TONINI, I. M.; KAERCHER, N. A.; COSTELLA, R. Z. (Orgs.). **Movimentos no ensinar Geografia: rompendo rotações.** Porto Alegre: Evangraf, 2015.
- CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. **Ensino de Geografia.** 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- CITON, R. C.; SHINOBU, P. F.P. **Aula de campo como espaço de construção do saber geográfico.** Revista Eletrônica Pro-Docência/UEL. Edição n° 5, vol. 1, jun./dez., 201.
- MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes da renovação clássicas originais.** São Paulo: Contexto, 2008.
- CHELOTTI, M.C. **Apontamentos sobre o trabalho de campo na Geografia: a contribuição da Antropologia para proposições geográficas.** Revista Mirante. V. 2, n.1p, 1- 15, 2007.
- RADAELLI, Ana Maria. **Trabalho de campo: prática andante de fazer geografia.** Revista do Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, n. 11, p. 61-73, jan. 2002.
- SOUZA, S. O.; CHIAPETTI, R. J. N. **O Trabalho de Campo como estratégia ao ensino de Geografia.** Revista de Ensino de Geografia, v. 3, p. 3-22, 2012.
- SILVA, J. S. R.; SILVA, M. B.; VAREJÃO, J. L. **Os (des)caminhos da educação: a importância do trabalho de campo na geografia.** VÉRTICES, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 12, n. 3, p. 187-197, set./dez. 2010.
- KIMURA, Shoko. **Geografia no ensino básico: questões e propostas – 2ª Ed, 2ª reimpressão –** São Paulo, 2012.
- TOMITA, L. M. S. **Trabalho de campo como instrumento de ensino em Geografia.** Geografia (Londrina). V. 8, N. 1, Jan-Jun, Londrina, 1999, p. 13-15.
- VEIGA, L. A.; SILVA, A. L.; ALIEVI, A. A. **Ensino e Geografia: trabalho de campo e análise da paisagem.** II Simpósio Paranaense de Estudos Climáticos e XIX Semana de Geografia. Maringá, 20 a 24 de setembro de 2010.

VISENTINI, J.W. **Realidades e perspectivas do ensino de geografia no Brasil.** In. (Org). O ensino da geografia no século XXI. São Paulo: Papirus, 2004, p. 219-248.

VIVEIRO, A. A.; DINIZ, R.E.S. **As atividades de campo no ensino de ciências:** reflexões a partir das perspectivas de um grupo de professores. In: NARDI, R. Ensino de ciências e matemática, I: temas sobre a formação de professores. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

AÇÃO DO DOCENTE: PERSPECTIVAS E LIMITAÇÕES

Josenildo Amancio Ferreira

RESUMO

A diversidade e a complexidade de fatores que permeiam a formação de professores são abrangentes, sendo assim, neste momento estaremos abordando as questões referentes a ação do docente suas perspectivas e limitações, tendo como principal eixo a formação para o ensino-aprendizagem, sendo então um trabalho originário de uma incursão bibliográfica, contendo aspectos que revelam a importância de ser um profissional reflexivo e qualificado na prática docente. Evidenciar também o ato pedagógico como também uma reflexão sobre um exercício social, cultural e econômico. Sendo assim o papel do professor poderia estar na junção entre ajudar e cooperar com os estudantes, ser um mediador para que eles possam encontrar o sentido da educação, e conseqüentemente seu lugar no mundo, superando suas dificuldades e descobrindo seus valores perante a sociedade.

Palavras-chave: Cidadania; Formação Profissional; Qualificação.

INTRODUÇÃO

A profissionalização docente e a educação, como um dos componentes de um macro sistema, não deve ter seus aspectos analisados isoladamente do contexto socioeconômico e político da sociedade em que está inserida. Isto porque as políticas públicas da sociedade definem a política educacional e, está norteia a prática pedagógica na educação básica. Como ela não é um fenômeno isolado, a mesma não pode ser vista fora das condições sociais e históricas.

Este artigo proporciona considerações de caráter referencial, abordando a ação do docente: perspectivas e limitações, procuramos discutir o conceito a profissionalização do professor, tomando por base conceitos extraídos de Garcia (1999), Nóvoa (1997), Veiga (1995). Em seguida, articulamos pressupostos entre teoria e prática e, ainda, abordamos um panorama a respeito da formação na perspectiva reflexiva seguidas das considerações finais.

Cada uma destas seções estabelece subsídios teóricos, a fim de propiciar ao leitor uma reflexão rica sobre um tema relevante para a área de formação de professores.

AÇÃO DO DOCENTE: PERSPECTIVAS E LIMITAÇÕES

Atento às ciladas das interpretações apressadas e tendenciosas, o professor precisa tornar sua prática intencional, o que significa ultrapassar o espontaneísmo do senso comum. Apenas quando consciente dos seus fins a práxis educacional pode ser mais coerente e eficaz.

Para explicar de antemão os fins a serem atingidos no processo, a educação, como prática, precisa estar em constante abertura para a teoria porque é o vaivém entre o agir e o pensar que dinamiza a ação, evitando as formas esclerosadas da ideologia.

O olhar transversal sobre essas histórias de vida evidenciou elementos comuns quanto à formação dos destacados educadores, quer a formal quer a não formal; quer a inicial, quer a continuada, eivados de influência positiva do meio sociocultural, da família, da formação de fundo religioso, das ideias pedagógicas e filosóficas de cunho humanista, das influências auferidas nas relações interpessoais e da formação autônoma própria de cada um. (ABRAHÃO, 2007, p. 173).

Para alcançar esta melhoria, um dos fatores que não deve ser negligenciado é a formação dos profissionais envolvidos no processo ensino e aprendizagem: uma formação permanente ou continuada. Assumir a formação de profissionais, como uma das estratégias básicas de elevação do nível de qualidade escolar, implica, em última instância, o reconhecimento do valor dos mesmos e do papel que estes representam para a instituição especialmente, no que se refere ao magistério.

Na busca por uma prática docente coerente e contextualizada, esse profissional necessita não apenas de uma remuneração digna, mas de uma atualização regular.

Um curso de formação inicial bem pensado pode mobilizar toda a espécie de intervenientes com trajetórias, experiências profissionais, níveis de formação acadêmica, relações com a prática e com a investigação diferentes. Uma resposta global seria, portanto, simplista (PERRENOUD, 1997, p. 133).

A formação inicial dos professores deve ser valorizada e de qualidade. Nessa formação deve-se exigir mais, provocar nos novos profissionais inquietações, para que eles possam buscar espaço na sua área de atuação, fazendo até com que este esteja sempre estudando e buscando novos conhecimentos, pois não somos seres acabados e prontos, estamos em constante mudança e evolução.

Como assevera Veiga (1995), este tipo de formação deve constar do próprio projeto pedagógico da escola, sendo encarado como:

Um direito de todos os profissionais que trabalham na escola, uma vez que não só ela possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também propicia, fundamentalmente, o desenvolvimento profissional dos professores (Veiga, 1995, p.20).

Este processo, quando desenvolvido com seriedade e dedicação, de maneira atualizada e eficiente, identificando a favor de quem e para quem seus esforços estão direcionados, pode representar um importante mecanismo para transformar a escola em um ambiente para a reflexão. Segundo Nóvoa (2002), os professores têm de ser formados, não apenas para uma relação pedagógica com os alunos, mas também para uma relação social com as comunidades locais.

Devemos nos lembrar que, uma das grandes dificuldades para se alcançar os objetivos propostos pela educação escolar, com seriedade e dedicação, deve-se ao fato de que a formação e a prática docente, em sua grande maioria, estão baseadas no conceito de homem, de sociedade e de educação do mundo no qual estamos inseridos.

Os formadores de professores têm uma grande responsabilidade na ajuda ao desenvolvimento desta capacidade de pensar autônoma e sistematicamente. E têm vindo a ser desenvolvidas uma série de estratégias de grande valor formativo, com algum destaque para a pesquisa-ação no que concerne à formação de professores em contexto de trabalho (ALARCÃO, 2008, p. 46).

Com isso, a metodologia e a própria prática pedagógica do professor em sala de aula, normalmente, são o reflexo de suas próprias crenças, nem sempre condizentes com a necessidade do público envolvido.

A figura do professor é o elo fundamental no processo de mudança na educação voltada a uma sociedade que requer um profissional autônomo, cooperativo, empreendedor, com capacidade de absorção e da adaptação para as novas ferramentas e tecnologias. (GOMES; FELÍCIO, 2012, p. 110).

As decisões fundamentadas pelos professores, com base nos referenciais teóricos, a partir de uma ótica produtiva e questionadora, conduz ao crescimento produtivo profissional, capacitando-os a identificar as reais necessidades do público envolvido.

Este aumento é o alicerce que reforça a necessidade de uma formação e prática pedagógica, onde o pensamento reflexivo leva a um processo de “examinar mentalmente o assunto e dar-lhe consideração séria e consecutiva” (Dewey, 1959, p.13). O professor que reflete sua prática educativa é capaz de proporcionar aos seus alunos a possibilidade de dar significado e interpretação aos conhecimentos adquiridos e uma visão diferenciada de mundo para esses alunos.

Segundo Gomes e Felício (2012) abordam que, o ato reflexivo pode levar o professor à compreensão de sua prática educativa, dando um verdadeiro significado a esta ao ter a capacidade de criticar seus princípios, interpretar suas atitudes e procurar soluções para seus dilemas.

Desta maneira, devemos considerar que a prática reflexiva, favorecida pelo espaço escolar, leva as ações pedagógicas significativas e qualitativas, contribuindo para a profissionalização docente, de modo a superar as dificuldades que envolvem as questões práticas do ato de ensinar e aprender.

TEORIA EM COMPARAÇÃO COM A PRÁTICA CURRICULAR

As relações dos professores com a sua prática constituem uma reflexão essencial para a atividade docente. Sendo fundamental a formação de indivíduos pensantes e críticos. Por isso devemos pensar a formação de um profissional da educação como alguém que compreenda os fundamentos das ciências e revele uma visão ampla dos saberes e que pratique um processo de ensino/aprendizagem reflexivo.

O que temos observado, é o debate educacional recente tem apontado para novos rumos, buscando, pela constituição da prática docente, a definição de um conceito de ensino e aprendizagem que atenda as expectativas sócio histórico culturais da atualidade.

Segundo Pimenta (1999), estão incluídas nas práticas docentes elementos extremamente importantes, como a problematização, a intencionalidade para buscar soluções, a experimentação metodológica, o enfrentamento de situações complexas de ensino. Onde se deve estar sempre buscando novas formas de se promover um processo de ensino/aprendizagem de qualidade.

O exercício permanente da reflexão, acerca dos conhecimentos adquiridos, deve ser considerado as diferenças entre a teoria e prática desenvolvida, o pensar agir em sala de aula. Esta ação, individual ou coletiva, certamente, apontará, em sua grande maioria, a contradição entre o proposto e o executado.

Desta forma, a postura reflexiva não requer apenas do professor o saber fazer, mais que ele possa saber explicar de forma consciente a sua prática e as decisões tomadas sobre ele e perceber se essas decisões são as melhores para favorecer a aprendizagem do seu aluno... (SILVA; ARAÚJO, 2005, p. 03).

Para atender as necessidades da atual sociedade, é preciso que a formação de professores seja repensada. É fundamental que esta formação esteja comprometida em reverter as práticas pedagógicas que ignoram o universo cultural de alunos e alunas.

Os profissionais que atuam ou estão sendo formados para atuar, no processo educacional, precisam ser estimulados a uma reflexão constante sobre as múltiplas formas de romper com os estereótipos, preconceitos e discriminação ainda existentes no espaço da sala de aula. Esse desafio é traduzido por Ana Canen, em Formação de Professores e Diversidade Cultural.

(...) a formação de professores em uma perspectiva intelectual crítica não deveria ser entendida como circunscrita ao período de formação acadêmica inicial, mas sim como um processo contínuo de aperfeiçoamento e aprofundamento reflexivo de professores sobre sua prática docente(...) Em nome de um projeto que vislumbre a educação de futuras gerações nos valores da tolerância e justiça social, acredita-se que a formação intercultural de professores representa um importante passo nesta longa caminhada (CANEN, 1997, p. 232).

A ideia tradicional, representada por autores que se baseiam, fundamentalmente, no trabalho pioneiro de Tyler na década de 40, ainda tem servido de base para a elaboração de muitos currículos, sejam eles nacionais, estaduais, municipais ou propostas pelas unidades escolares. Nesses casos, o currículo é entendido, de maneira reducionista, como um produto elaborado por especialista, a partir de diretrizes técnicas visando a programação das atividades de ensino de modo a levar os estudantes a atingir comportamentos desejados e predeterminados.

Devendo ser submetido, o pensamento crítico e reflexivo nos leva ao questionamento sobre os verdadeiros objetivos na elaboração de um currículo e sua relação com as necessidades, tanto globais como locais, para a formação do cidadão. Conduz a elaboração de questionamento sobre o

principal papel da escola: o de ser espaço de reflexão que prepara os diversos atores sociais envolvidos no processo ensino aprendizagem para o exercício da cidadania.

Como afirma Alarcão (2008), a noção de professor reflexivo nasce na consciência da capacidade de se pensar e se refletir as características de um ser criativo e não um mero reproduzidor das ideias e das práticas que lhes são exteriores. Todos formados na área da educação devem ter consciência da necessidade de se refletir durante seu processo formativo e sua prática.

Veiga (1995), esclarece a ambiguidade entre currículo e conhecimento escolar, ao definir o primeiro como uma construção social do conhecimento pressupondo a sistematização de meios para que esta construção se efetive, enquanto que o segundo é visto como “uma forma de conhecimento dinâmico e não uma mera simplificação do conhecimento científico que se adequaria à faixa etária dos alunos”. Apesar das discrepâncias, é fundamental conceber o currículo sempre do ponto de vista de uma construção social, ou seja, como um conjunto de conhecimentos articulados ao contexto social, historicamente situado e não separado do mesmo.

Tal apresentação terá alguma possibilidade de se concretizar se levarmos em consideração as ponderações de Cesar Coll (1999) sobre o currículo, repensando-o:

Um elo entre a declaração de princípios gerais e sua tradução operacional, entre a teoria educacional e a prática pedagógica, entre o planejamento e ação, entre o que é prescrito e o que realmente sucede nas salas de aulas (COLL, 1992, p.92).

Nessa perspectiva é importante entender ainda que o mesmo deva ocupar um lugar central nos planos de reforma educacional. O conhecimento tanto pode ser um lugar de resistência à regulação imposta, como servir de instrumento de poder em um contexto discursivo determinado.

Desta forma, observada a dicotomia entre o currículo e conhecimento, é fundamental buscarmos a adoção de programas de atividades de ensino que levem o aluno a atingir não apenas os comportamentos desejados, mas as necessidades reais de cada comunidade onde a escola está inserida.

Uma delas, por exemplo, refere-se à formação para o exercício da cidadania e a importância de se respeitar a diversidade cultural e necessidades locais na elaboração do projeto político pedagógico, desafio constante para a construção do conhecimento na escola.

A PRERROGATIVA PEDAGÓGICA: UMA AÇÃO DE CIDADANIA

É importante valorizarmos as relações que se processam no desenrolar do ato educativo, reforçando o professor que é preciso considerar, no desenvolvimento de suas atividades, tanto suas ações quanto às ações de seus educandos.

Questões como “o que fazer”, “como” e “por que” assim devem ser feitas, “quais os resultados obtidos” e o ‘porquê’, devem ser pensados e repensados. Por isto mesmo as ações serão, de fato,

intencionalmente voltadas para o interesse dos alunos e para a concretização dos objetivos socioeducacionais da instituição escolar desta forma, é necessário que os educadores pensem reflexivamente sobre seus atos pedagógicos, considerando relevantes as relações intra e interpessoais que ocorrem no espaço escolar, transformando-se em um investigador da própria prática.

[...] a educação não é algo espontâneo na natureza, não é mera aprendizagem natural, que se nutre dos materiais culturais que nos rodeiam, mas uma invenção dirigida, uma construção humana que tem sentido e que leva consigo uma seleção de possibilidades, de conteúdo, de caminhos. (GIMENO, 1999, p. 37).

Nesta conjuntura, ao assumir-se como investigador da sua prática, o professor passa a desenvolver pesquisas concretas que possibilitam o alcance de metas na prática, tomando o processo de ensinar um (re) construir reflexivo e democrático, proporcionando uma aprendizagem de qualidade.

A (re) construção do espaço escolar, onde tanto o educador quanto a comunidade, na qual a instituição educacional se insere, desenvolvam um relacionamento favorável, contribuindo para um ensino eficiente e eficaz, deve começar pelos próprios processos de concepção e gestão escolar. Desta forma, delimitam-se metas em um trabalho autêntico, aberto, capaz de valorizar e sensibilizar todos para os diferentes tipos de cultura, a partir de uma visão clara das ideologias educacionais em jogo.

Assumindo a reflexão como uma forma especializada de pensar, unindo cognição e afetividade, podemos considerar que ser reflexivo é ter a capacidade de utilizar o pensamento como atributo do sentido, pois o questionamento e a curiosidade que leva à busca de soluções para os problemas individuais ou coletivos, atributos que não podem faltar ao professor, pois, a estes, o pensar reflexivamente é mais do que um sentido, é um ato pedagógico. (Alarcão, 1996).

Dessa forma, planejar é o ato de organizar ações a fim de que estas sejam bem elaboradas e aplicadas com eficiência, se possível, nos momentos relacionados da ação ou com quem se age. Por isso, para planejar bem é necessário conhecer para quem se está planejando, no caso, o professor deve conhecer a turma com que trabalha e mais, o aluno com quem trabalha. Quanto mais se conhece, melhor se planeja e se obtêm melhores resultados. Para Luckesi, (2011, p. 125), “Planejar significa traçar objetivos, e buscar meios para atingi-los”.

Logo, entendemos que, para que haja planejamento são necessárias ações organizadas entre si, às quais correspondem ao desejo de alcançar resultados satisfatórios em relação aos objetivos traçados.

De acordo com a Lei nº 9.394 de 20 dezembro de 1996, segundo a Legislação e Norma da Educação (1996), a educação escolar tem três finalidades básicas:

- 1- Propiciar o desenvolvimento dos potenciais individuais;
- 2- Preparar para o trabalho;
- 3- Preparar para o exercício da cidadania.

Dos três objetivos, o terceiro é o mais fundamental, pois é o que nos leva a refletir sobre a importância da educação e nossa posição dentro da sociedade, de como podemos e devemos agir como atores sociais conscientes e habilitados a mudar a sociedade e o ambiente em que vivemos. É o mais almejado, porém, o mais difícil de se concretizar.

De acordo com Giroux (1997), existem três diferentes concepções de cidadania, consequentemente, três formas diferentes e se pensar a educação eu prepare para a cidadania: a primeira delas, dentro de uma racionalidade técnica, vê o cidadão como indivíduo preparado para obedecer às leis impostas pela sociedade, sem refletir e questioná-las. Neste caso, a educação é tecnicista, preocupada em transmitir conteúdos prontos, comportamentos desejados e predeterminados que devem ser memorizados sem levar a uma real transformação.

O professor desempenha um papel de um simples elo entre a verdade científica e o aluno, não havendo envolvimento emocional entre eles. LUCKESI (1994. p.62) afirma que:

[...] a comunicação entre professor e aluno tem um sentido exclusivamente técnico, que é de garantir a eficácia da transmissão do conhecimento, debates discussões, questionamentos são desnecessários, assim como pouco importam as relações afetivas e pessoais dos sujeitos envolvidos no processo ensino aprendizagem.

Desse modo, o tecnicismo negava tudo que determinava o bem social tendo como princípio a neutralidade científica distanciando, assim, o planejamento da prática educativa.

A segunda concepção é denominada de teoria da interpretação (Hermenêutica), leva em conta a experiência de cada um, dá espaço para a subjetividade e a transformação dos conteúdos pelos sujeitos. No entanto, não considera os indivíduos como pertencentes a um contexto social maior, entre grupos sociais, onde nem todos têm o mesmo poder. Nesse sentido, ela é despolitizada.

A terceira é emancipatória, vê o cidadão como um indivíduo imerso nesta realidade social onde há conflito de interesse. Ter um olhar diferenciado para as regras sociais como resultantes das interações e os sujeitos como agente desta realidade. A educação para cidadania, na racionalidade emancipatória, prepara o indivíduo para refletir, situando-se e atuando dentro deste contexto, portanto, é a que melhor prepara os atores sociais para intervirem de forma construtiva na melhoria da qualidade de vida global e local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a formação continuada tendo a escola como um local da formação, possibilita a interpretação do cotidiano e a troca entre os pares, desenvolvendo a reflexão para além da sua própria prática pedagógica. A formação a partir da escola possibilita a partilha entre vivências significativas e suscita uma reflexão sobre a própria realidade. Ou seja, a formação continuada tendo a escola como lócus da formação, além de possibilitar a troca entre os pares, provoca a reflexão sobre o que se faz e como se faz no ambiente de trabalho. Os processos de aprender e ensinar se tornam colaborativos, pois retratam não só uma realidade específica de sala de aula, mas a de todos os envolvidos na formação.

Entretanto, o processo formativo continuado e a prática docente de forma reflexiva contribuem para um processo de ensino/aprendizagem de qualidade. Onde desenvolver estratégias para aprendizagem ao longo da vida, faz-se necessário. Adquirir saberes que nos formam levando-nos a um processo de conscientização através da nossa própria história de vida, que deverá ocorrer entre o coletivo dos professores, preferencialmente no contexto escolar para que realmente esse processo seja bem-sucedido.

Segundo esta visão, a escola é o ambiente adequado para a formação dos futuros atores sociais que, tomando consciência dos problemas globais, podem trazer estes conhecimentos adquiridos para a sua vivência e experiências locais, contribuindo para a solução dos problemas que afetam sua comunidade. Seria exatamente a reflexão, levando a organização dos conceitos para a elaboração de propostas e projetos que intervenham de forma construtiva nos problemas identificados.

Proporcionar, aos grupos sociais mais excluídos, maior acesso a conhecimentos e informações pode potencializar mudanças comportamentais surpreendentes e necessárias para um agir mais orientado ao interesse geral. Cidadãos bem informados e conscientes da responsabilização e participação comunitária, capazes de levar a uma real reflexão, ponderando decisões capazes de alterar sua qualidade de vida. Para isto, a escola, como um espaço institucional de reflexão, assume uma posição absolutamente estratégica ao democratizar o conhecimento, considerando a diversidade cultural e necessidades individuais e coletivas.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, M. H. M. B. **Profissionalização docente e identidade – a invenção de si.** Teacher's professionalism and identity – itself's invention. Educação. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. especial, p. 163-185, out. 2007.

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva.** 6 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

_____. **Formação Reflexiva de Professores: Estratégias de Supervisão.** Porto Portugal. Coleção Cidine. Porto Editora. 1996.

CANEN, Ana. **Formação de Professores e diversidade cultural.** In CANDAU, Vera (org) **Magistério construção cotidiana.** Petrópolis: vozes, 1997.

COLL, C. **Psicologia e Currículo,** 1999.

DEWEY, John **Democracia e Educação.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

GIMENO SACRISTÁN, J. **Poderes instáveis em educação.** Porto Alegre: ARTMED Sul, 1999.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais. Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOMES, C.; FELÍCIO, H. M. S. (orgs.). **Caminhos para a docência: o PIBID em foco.** São Leopoldo: Oikos, 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação.** 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico.** São Paulo: Cortez, 2011.

NÓVOA, A. **Formação de professores e trabalho pedagógico.** Lisboa: Educa, 2002.

_____, **Os Professores na Virada do Milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas.** Universidade de Lisboa (Portugal). Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 11-20, jan./jun. 1999.

PERRENOUD. P. **Práticas pedagógicas, profissional docente e formação perspectivas sociológicas.** 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

SILVA, E. M. A.; ARAÚJO, C. M. Reflexão em Paulo Freire: **uma contribuição para a formação continuada de professores.** V Colóquio Internacional Paulo Freire. Recife. Setembro, 2005.

VEIGA, I. (org4.). **Projeto Político Pedagógico da Escola.** Campinas: Papirus, 1995.

PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO

Rickson Vieira Chaves

RESUMO

O artigo faz uma abordagem sobre a Educação e a Psicanálise no que tange sua relevância para a civilização, as exigências do mundo contemporâneo e as necessidades que constituem seus conhecimentos. Objetivando contribuir de forma relevante para novas pesquisas acadêmicas visto que a influência da psicanálise tem favorecido um desempenho mais livre nas escolhas das crianças e de seu desenvolvimento. Dessa forma utilizamos a pesquisa bibliográfica embasados na contribuição teórica de Freud e de outros autores que tratam a temática, sendo assim entendemos que o diálogo entre a educação e a psicanálise é uma forma de ajudar os profissionais do campo educacional a partir do desenvolvimento humano. E propomos pensar sobre as possibilidades de suporte teórico da psicanálise para a prática educativa.

Palavras-chave: Psicanálise; Educação; Diálogo.

INTRODUÇÃO

Este artigo parte de uma pesquisa bibliográfica entre a Educação e a psicanálise no decorrer perceberemos como é relevante os laços entre as duas vertentes de conhecimento, desde que Freud demonstrou seu interesse pela pedagogia há uma melhor compreensão dos educadores sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente. A premissa fundamental da psicanálise e a diferenciação do psíquico em consciente e inconsciente, tendo em vista que ao colocar a linguagem como marca do humano, possibilita uma aproximação, no que diz respeito à importância que o professor deve atribuir àquilo que a criança diz, bem como, e o que é dito a ela.

A relação da psicanálise com a educação tem seus primórdios com Sigmund Freud, que observou pontos em comum entre ambas as, ou mesmo de discórdia, entre as especificidades dos campos do conhecimento, Freud demonstrou seu interesse pelas conexões que a psicanálise e a educação poderiam vir a construir entre si, a importância das ligações possíveis, fornecendo também algumas ideias de como elas poderiam ocorrer. Nosso objetivo é contribuir para que os educadores possam repensar a condução do processo educativo da contemporaneidade.

Ao criar a psicanálise, Freud deixou claro que fazia parte dos seus planos que a psicanálise pudesse vir a contribuir em relação a outros campos do saber – “[...] basta dizer que a psicanálise, em seu caráter da psicologia dos atos mentais inconscientes mais profundos, promete tornar-se o elo entre a psiquiatria e todos aqueles outros ramos da ciência mental”. (FREUD, 1926, p. 307). Ele mesmo nunca se furtou a consultar outros saberes que iluminaram seu caminho diante dos obstáculos clínicos que encontrava e procurava conhecer. E de alguma forma tentar contribuir por melhorias.

Freud, sempre estava acompanhado por biólogos, filósofos, teólogos, escritores, médicos e poetas, pois tinha interesse por diversos campos do conhecimento. Com relação ao campo da educação, é possível observar as inúmeras vezes em que Freud se mostrou atravessado por indagações acerca da importância da educação para a civilização, apesar de no decorrer de sua obra, não se furtar a tecer críticas à pedagogia vigente daquele momento atual pela inquietação que o incomodava.

Por esse véis os laços entre a educação e psicanálise têm permitido novas possibilidades de compreensão tanto pessoal como no ambiente de trabalho no que tange às relações, visto que os conflitos são situações inevitáveis.

FREUD E A EDUCAÇÃO

Freud (1930[1929]) acreditava que tanto a civilização quanto a educação promoviam uma alteração na organização psíquica. Para humanizarem-se e terem um lugar no laço social, os indivíduos precisam renunciar a uma parte da sua satisfação pulsional. Para isso, é preciso que entre em cena a operação do recalque. Retornaremos a este ponto mais adiante. Por ora, basta afirmar que esse limite imposto pela civilização ao campo da satisfação pulsional é o mesmo que é feito pela educação. Tanto a família quanto os educadores precisam introduzir na criança a capacidade de renunciar, sem a qual nunca seria possível tornar inaceitável para ela algo que, antes, havia sentido como agradável. Esta é a razão pela qual toda força psíquica é empregada para rejeitá-lo (1905a, p. 121). Tanto o trabalho do educador quanto o do psicanalista constroem “barreiras contra as forças pulsionais” (1905a, p. 181). “As exigências da civilização são representadas pela educação” (1940[1938], p. 214).

Percebe-se que a educação passou por diversas mudanças, conseqüentemente o modo como os professores e alunos se relacionam também sofreram alterações. No ensino tradicional, por exemplo, o aluno era visto como um sujeito passivo, onde lhe cabia apenas ouvir e produzir aquilo que era instruído, contudo atualmente a maneira de produzir a aprendizagem é diferente, já que o aprendizado ocorre tanto com as relações entre os sujeitos, como também por meio dos diversos objetos de conhecimento.

A escolha por humanizar-se ou educar-se requer a perda de uma certa quantidade de satisfação pulsional que, supostamente, teria sido usufruída pelo sujeito. A civilização e a educação têm larga influência no desenvolvimento do recalque, definido como “o poder que impossibilita” homens e mulheres “de desfrutarem a obscenidade sem disfarce” (Freud, 1905a, p. 121). Em decorrência da exigência de sacrifícios no campo do desejo sexual, o regime moral civilizado imposto à sexualidade naquela época foi considerado por Freud como causador de prejuízos à esfera psíquica. Estes prejuízos seriam os responsáveis pelo aumento do número de casos de doenças nervosas na modernidade (Freud, 1908a).

Um dos primeiros artigos de Freud a conter considerações visíveis sobre a influência psíquica que a educação pode ter sobre os seres humanos foi publicado em 1888 - “toda a educação social dos seres humanos se baseia numa repressão de ideias e motivações impróprias e na sua substituição por outras melhores; [...] diariamente, a vida produz em todas as pessoas efeitos psíquicos que [...] nelas produz modificações muito [...] intensas” (Freud, 1888, p. 140, grifo nosso). As modificações às quais Freud se refere neste artigo, e em muitos outros, abrangem aspectos da vida emocional. Em outras palavras, são modificações referentes à relação do sujeito com a sexualidade. Concernem à esfera da satisfação pulsional no que ela ainda se mostrará determinada, na vida adulta, por fantasias inconscientes referentes à sexualidade infantil. A sexualidade infantil é um dos principais pontos ao redor dos quais se dá o diálogo de Freud com o tema da educação.

Freud descobriu que o sintoma neurótico se origina a partir de um conflito psíquico entre as exigências do mundo externo e os interesses da pulsão sexual. Ou seja, entre as “ideias morais nas quais o indivíduo foi educado e a lembrança de ações ou simples pensamentos irreconciliáveis com essas ideias” (1893-95, p. 264). Como efeito deste conflito, surgiram “dores de consciência”, ou seja, sentimento de culpa. O estudo dos sonhos deu a Freud (1900) a chave para compreender a estrutura do sintoma neurótico, pois tornou possível encontrar uma correlação entre estes dois fenômenos. O conteúdo dos sonhos revelou a realização de desejos inconscientes, que também era encontrada no sintoma. Os sentimentos e impulsos egoístas, invejosos e hostis, bem como as correntes sexuais de pensamentos eram objetos da educação moral, cujo objetivo era a construção de diques contra a força da pulsão sexual (1905a). Como contraponto, o sonho e o sintoma foram situados por Freud como formações do inconsciente, ou seja, tentativas de burlar a censura imposta pelo mundo externo.

Para Freud, os educadores que observam com atenção o que se passa com a sexualidade infantil, geralmente, compartilham sua opinião “sobre a construção de forças defensivas morais à custa da sexualidade [...] como se soubessem que a atividade sexual torna a criança ineducável” (1905b, p. 184). Por não conhecerem a estrutura das defesas que são erigidas contra a moralidade, os educadores de sua época acabavam por estigmatizar as manifestações sexuais infantis. Rotulavam-nas como “vícios” e não conseguiam fazer mais nada além disso. Ao contrário dos educadores, os psicanalistas não só se interessam por essas manifestações, como se dispõem a explicá-las e a intervir sobre elas.

O tratamento analítico tem por objetivo levar o sujeito a conhecer e aceitar as bases sexuais inconscientes que sustentam o seu sintoma, isto é, o modo como ele se posiciona no laço social. Para alcançar tal objetivo, o paciente deverá ser capaz de renunciar a uma dose de prazer que seria usufruída direta e instantaneamente. À superação pelo paciente das suas próprias resistências internas com o auxílio da psicanálise, Freud deu o nome de pós-educação.

Esse trabalho de superar as resistências constitui a função essencial do tratamento analítico; o paciente tem de realizá-lo e o médico lhe possibilita fazê-lo com a ajuda da sugestão, operando em

um sentido educativo. Por esse motivo, o tratamento psicanalítico tem sido apropriadamente qualificado como um tipo de pós-educação (Freud, (1916-17 [1915-17]), p. 526, grifos do autor).

A ESTRUTURA DA SEXUALIDADE INFANTIL: O QUE FREUD ENSINOU SOBRE A INFÂNCIA?

Nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905 b), Freud formulou com precisão o que ele chamou de sexualidade infantil, descoberta que inicialmente lhe custou muitas críticas. Partindo do estudo das perversões, Freud apresentou a constituição subjetiva apoiada no princípio do prazer e não no instinto. A pulsão sexual objetiva a satisfação e não a reprodução. Embora não fosse desconhecido que o comportamento sexual de um sujeito só se define após a puberdade, não se tinha conhecimento de que este comportamento era produto de diferentes fatores determinantes, tanto constitucionais quanto acidentais.

No ser humano a escolha do objeto sexual é precoce. Ocorre na infância, durante os primeiros seis anos de vida. Ao longo desse período o corpo da criança vai sendo constituído, de forma erógena, na relação com o Outro primordial – inicialmente através da mãe e, em seguida, do pai – e com os irmãos, seus contemporâneos. O ponto central destes ensaios foi a investigação da estrutura da sexualidade. Freud mostrou que os cuidados maternos que a criança recebe após o seu nascimento visam a manutenção das necessidades que prolongam a sua vida. Entretanto, eles também promovem uma espécie de “perversão da anatomia”.

O investimento libidinal do Outro sobre a criança faz com que partes do seu corpo, especialmente as revestidas pela membrana mucosa, adquiram propriedades erógenas das quais resultam “desvios” das suas funções corporais originais. É assim que a pele, o olho, a boca e o ânus passam a servir a novos objetivos nomeados por Freud como sexuais, pois visam a obtenção de prazer. Impressões visuais podem tornar-se o caminho pelo qual uma excitação libidinosa pode ser despertada. Tocar, olhar, comer, defecar, assim como a agressividade e a provocação da dor, entre outros, são atos que decorrem de satisfações muito primitivas e que servem à obtenção de sensações de prazer.

O fato de que a repressão das pulsões sexuais causava a neurose levou Freud inicialmente a cogitar a probabilidade de se fazer uma espécie de “educação psicanalítica” ou “pedagogia psicanalítica” (Lajonquière, 2002). Se o mal-estar é efeito de uma defesa psíquica diante do confronto entre o desejo e a moralidade, a possibilidade de uma psicoprofilática educativa parecia uma hipótese relevante (Lajonquière, 2002). Em razão disto, a educação infantil precisaria ser modificada de modo a evitar o surgimento de afecções mentais nos adultos. Como dito acima, o objeto da crítica inicial de Freud à educação era a excessiva repressão moral característica de sua época, que era replicada pelo processo educativo. Segundo ele, a educação fazia repercutir nas crianças “a moral sexual civilizada” moderna (Freud, 1908a) que, na vida adulta, poderá dar lugar a quadros de neurose. Freud entendia

que os fins da educação são maléficis quando se desconhece os desejos inconscientes e os conflitos que provocam quando colocados diante das exigências do mundo externo.

O desconhecimento da face sexual da constituição do desejo humano dificulta o caminho das emoções pulsionais infantis em direção a algum tipo de satisfação substitutiva, fazendo obstáculo ao processo educativo, processo este que requer alguma capacidade sublimatória.

A IMPORTÂNCIA DA TRANSFERÊNCIA PARA O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Apesar das dificuldades dos professores em lidar com o fenômeno da transferência, é consenso entre estudiosos da interface entre Psicanálise e Educação que tal como no tratamento analítico, na educação a transferência é que garante o sucesso do processo pedagógico. Não é possível ensinar de forma satisfatória se não houver transferência. Para isso, o aluno deve supor ao professor um determinado saber.

A partir dessa suposição ou da ausência dela é que o professor se fundamenta, ou não, como uma figura de autoridade. Freud (1933/1975) chega a dizer que se submeter à análise seria fundamental para os professores, diante dessa missão de educar considerada por ele como impossível (junto com governar e a própria missão do analista, como já visto), mas é evidente, concordando com Santiago (2008), que não se deve impor aos professores essa questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim uma das maiores contribuições do referencial da psicanálise é a problemática da dúvida, da interpretação e da forma como o conhecimento é construído, sem desconsiderar a importância dos conceitos específicos à psicanálise, como o inconsciente, a teoria da sexualidade infantil e a teoria das pulsões. Tendo a linguagem como marca do humano, a interação entre aluno e professor uma teia complexa de sentidos, representações expectativas e desejos inconscientes que em muitos casos desemboca em conflitos, a psicanálise ajuda o professor a compreender essa intrincada relação e dimensionar sua importância, chamar a reflexão sobre si mesmo e sua prática docente, atentando sempre para sua singularidade e responsabilidade.

Ao nos referirmos aos contributos da psicanálise a nível de análise pedagógico, teria sido uma nova abordagem da relação entre a relação professor aluno, o encontro entre os dois campos se dar através da aplicabilidade, o que implica em entender os conhecimentos psicanalíticos as teorias e práticas educacionais, implicando em uma análise mais profunda do que ocorre no cotidiano escolar.

Os estudos psicanalíticos possibilitam compreender os mecanismos conscientes e inconscientes de todo comportamento humano, além de permitir que a comunidade escolar reflita sobre os diversos fatores envolvidos na aprendizagem dos estudantes. Esta relação da psicanálise e educação

contribui para o pensar do nos processos educativos a partir da transferência positiva e negativa, como também entender as projeções que os alunos destinam aos professores.

Sendo assim a psicanálise tem muito a dialogar culturalmente, se o conflito psíquico é inerente ao ser humano, desde a sua infância, com seu advento na cultura, seria preciso, então, achar na educação um equilíbrio entre o proibir e o deixar fazer, foi através desse ângulo que a psicanálise reavaliou seus possíveis laços com a educação. A psicanálise participa do diálogo com aquilo que lhe é próprio, como outro discurso que lhe apresenta uma forma singular de escuta.

Portanto, a psicanálise e a educação se caracterizam por operar na direção de ajudar a construir e a manter o laço social, por caminhos que podem entrecruzar, mas não se superam. Por visto que o pensamento é construído através de conexões simbólicas.

REFERÊNCIAS

- FREUD, S. (1977). **Psicanálise**. In J. Salomão (Trad.) Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud (p. Vol. 20, pp. 301-309). RJ: Imago Ed., 1977. (Trabalho original publicado em 1926 [1925]).
- FREUD, S. (1977) **Mal-estar na civilização**. In J. Salomão (Trad.) Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud (Vol. 21, pp. 81-171). RJ: Imago Ed. (Trabalho original publicado em 1930 [1929]).
- FREUD, S. (1997). **Resenha de Hipnotismo**, de August Forel. In J. Salomão (Trad.) Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud (Vol. 1, pp. 136-150). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1888).
- FREUD, S. (1977). **Os chistes e sua relação com o inconsciente**. In J. Salomão (Trad.) Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud (Vol. 8). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905a).
- FREUD, S. (1977). **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. J. Salomão (Trad.) Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud (Vol. 7, pp. 135-2500. Rio de Janeiro: Imago, 1977. (Trabalho original publicado em 1905b).
- LAJONQUIÈRE, L. (2000). **Freud, sua “educação para a realidade” e a ilusão (psico)pedagógica de nossos dias**. Educação e realidade. 25(1), (15-23), jan/jun. 2000.
- SANTIAGO, A. L. (2008). **O mal-estar na educação e a Conversação como metodologia de pesquisa-intervenção na área de psicanálise e educação**. In L. R. de Castro & V. L. Besset (Orgs.). *Pesquisa – Intervenção na infância e juventude* (pp. 113-131). Rio de Janeiro: Trarepa/ FAPERJ

O CONHECIMENTO TECNOLÓGICO E CIENTÍFICO: CONCEPÇÕES TEÓRICAS

Natalia Nascimento Hidalgo

RESUMO

O intuito deste trabalho é salientar acerca das abordagens voltadas para os textos que analisam diversas temáticas relativas ao planejamento organizacional; gestão de processos organizacionais, os componentes e níveis organizacionais; gestão estratégica de pessoas, talentos e equipes, legislação, documentos e estrutura institucional, regulação ministério da Educação a qual analisa diversos conceitos que se relacionam com os artigos selecionados, por vezes como sinônimos e por vezes como auxiliares na discussão. Todas essas noções, que são contribuições conceituais e analíticas, são discutidas ao longo desse artigo, como aporte à discussão teórica.

Palavras-chave: Conhecimento; Tecnológico; Científico.

INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste trabalho é analisar os artigos e discutir as ideias dos autores a qual propõe diversas conceituações no âmbito organizacional e a relação entre os sujeitos envolvidos em diversos espaços diferentes. Como objetivos específicos, busca revisar criticamente as concepções conceituais associadas às abordagens teóricas acerca da temática supracitada.

A metodologia deste artigo é a pesquisa bibliográfica e analítica, que consiste no agrupamento de produções científicas que versam sobre o tema, para apresentar um panorama histórico e conceitual acerca da problemática de pesquisa analisada. Nesse sentido, a metodologia desse trabalho se desenvolve em duas etapas.

A primeira etapa se refere à exploração dos artigos que tratam da importância de uma revisão de literatura, a fim de questionar adequadamente o objeto de pesquisa e fornecer bases teóricas para tal empreendimento científico.

A segunda etapa, dedicada a aprofundar as leituras sobre o tema relacionado a uma abordagem dialética acerca da temática proposta, foi realizada a partir da pesquisa em livros e artigos que tratam do referido tema. Essa fase da pesquisa e seleção resultou de seis artigos, a serem utilizados para discutir o tema de forma crítica e reflexiva.

CONHECIMENTO TECNOLÓGICO E CIENTÍFICO

As discussões teóricas e empíricas envolvem uma abordagem dos diversos textos: Gestão universitária: Liderança e Princípios Pedagógicos dos autores, Heloisa Helena Rovey da Silva e Jovira Maria Sarraceni ; Políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações e controle, do autor Luiz Fernandes Dourado; Políticas e Gestão da Educação Superior: Múltiplas

Regulações e Reforma Universitária no Brasil do autor Luiz Fernandes Dourado; “PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, PPI – Projeto Pedagógico Institucional e PPC – Projeto Pedagógico de Curso, entre o dito e o Feito, uma Análise da Implementação em três IES/RS/BRASIL” da autora Maria Maira Picawy.

No contexto é fundamental estabelecer as discussões teóricas dos textos supracitados alienando as temáticas e sua importância para a construção do conhecimento científico. Essa compreensão é importante para o entendimento dos efeitos positivos no investimento do pensamento e ação humana para que possa em sobremaneira favorecer a proliferação de gestos tão dignos e imprescindíveis no meio social do ser humano em processo de desenvolvimento, porquanto, a finalidade de saberes pertinentes como esse, é de fato, ofertar informação, tornar compreensível, e entendível seu significado, da mesma maneira, sua materialização na sociedade.

O primeiro artigo intitulado Ciência, Tecnologia e Sociedade: A Relevância do Enfoque CTS para o contexto do Ensino Médio dos autores, Nilcéia Aparecida Maciel Pinheiro, Rosemari Monteiro Castilho, Foggiatto Silveira, Walter Antonio Bazzo promove a discussão sobre a importância da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e os questionamentos reflexivos no âmbito científico-tecnológico na modalidade do Ensino Médio concernente à área educacional, além de enfatizar a proposta da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), isso leva-nos a repensar acerca dessa interação com a ciência e a tecnologia no âmbito social pois o fazer empírico de ensino, ultrapassa as questões relacionadas às concepções metodológicas que instigam os processos que constituem os processos subjetivos no avançar do processo ensino aprendizagem.

Essa concepção teórica define a dimensão social no desenvolvimento científico-tecnológico, resultante da fusão de saberes ligados às políticas públicas que nos remete ao entendimento da historicidade entendido como produto resultante das forças econômicas, políticas e culturais.

Esse entendimento deve ser adquirido mediante os direitos dos sujeitos envolvidos a partir desta construção social a qual deverá ser concebida como um processo de construção social que ao mesmo tempo qualifique o cidadão e o envolva no pilar do conhecimento científico para que possa estabelecer suas relações sócio históricas e culturais de poder e eduque em bases científicas, bem como ético-políticas, para compreender a tecnologia como produção do ser social.

Diante do exposto torna-se necessário, manter este equilíbrio o desenvolvimento das sociedades modernas, sob o avanço científico e tecnológico, sabendo que este processo é árduo que coloca a questão da importância de reconhecer o sistema produtivo concernente às produções intelectuais dos sujeitos envolvidos.

De certa forma, o uso das tecnologias têm sido uma ferramenta de grande relevância e influência nas relações sociais, devido a demanda de usuários em prol de informações fora do contexto escolar, ou seja, essa interação por esta ativa no âmbito social, torna-se impossível separar deste meio.

Nesta concepção Kenski (2003), destaca que as novas formas de aprendizagem surgiram por meio da interação, comunicação e do acesso à informação propiciadas pelas TDIC.

Assim a área científica e tecnológica estar inserida nestes âmbitos sociais, dependente de tais movimentos para que suas ações e estratégias possam torna-se efetivamente realizadas sob a ótica crítica e reflexiva alienada ao saber tecnológico e científico podendo contribuir ao desafio de viver em uma sociedade voltada para a democracia a qual o educador pode assumir numa posição central frente aos desafios tecnológicos e científicos envolvidos no contexto escolar.

Sancho (2006), afirma que as tecnologias têm caráter transformador em nossa sociedade e destaca três classes de efeitos: alteração das estruturas de interesse, alteração do caráter dos símbolos e modificação da natureza da comunidade, ou seja, através dessa implementação destes recursos é possível compreender a complexidade desse processo.

Nesta contextualização podemos afirmar as ideias dos autores, Pinheiro Silveira e Bazzo (2007) a qual argumentam em seus trabalhos a importância da LBD junto ao currículo como suporte essencial para a amplitude da CTS. Sabendo que o uso da CTS no Ensino Médio pode auxiliar na metodologia educativa dos processos cognitivos e racionais.

Já o segundo artigo intitulado: Ciência, Tecnologia e suas relações sociais: A Percepção de Geradores de Tecnologia e suas implicações na Educação Tecnológica Autores Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto Silveira, Walter Bazzo nos trazem a concepção acerca da visão empresarial, como parte do processo desenvolvimento de inovações tecnológicas dentro de IEBTs (Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica) através de um estudo realizado no estado do Paraná possuem sobre ciência, tecnologia, inovação e suas relações com o contexto social.

Ademais, o referido artigo mostra a necessidade de uma visão específica acerca de uma abordagem aprimorada e a falta de um olhar mais reflexivo acerca da ciência, tecnologia e suas relações sociais, ou seja, os autores certificam que ocorre a necessidade uma transformação social visando qualificar e enfrentar os desfragmento ocasionados pela educação tecnológica.

Podemos contextualizar este artigo, que este posiciona-se de uma série de discussões e relatos dos entrevistados, a qual os autores remetem a importância de manter uma educação com olhar tecnológica, sem rodeios ou supérfluos, mas que seja delineada pelo conhecimento tecnológico a qual é capaz de colaborar com os sujeitos envolvidos que estão em busca de uma transformação que implique em desenvolvimento sociais de inovações tecnológicas.

Seu conteúdo principal concentra-se nos apontamentos e discussões acerca das dificuldades que o docente enfrenta na educação tecnológica, com intuito de ampliar o diálogo com a sociedade para que possam unir-se em prol de uma construção social e emancipadora para formar profissionais da área tecnológica para que possa aprimorar-se e compreender acerca da necessidade de repensar a educação tecnológica.

No bojo das discussões refutamos a ideia de que os educadores são agentes de transformações sociais juntos aos seus educandos e podem juntos trabalhar em prol de uma emancipação tecnológica para que haja uma formação mais humanista, crítica, que se preocupe com os aspectos sociais, econômicos e culturais.

Dessa forma, tal educação tecnológica estaria empenhada com a probabilidade de sobrepujar o espectro da tecnificação da ciência e da tecnologia como forma de progresso humano, pois para a realização cotidiana de uma educação crítica. Essa educação deve refletir não apenas a agenda pessoal dos profissionais, mas sobretudo a realidade e sua dialética, visto que os saberes seguem se modificando e as urgências no contexto escolar, atualmente, são outras.

Em outro artigo intitulado “A sociedade da informação e seus desafios” do autor Jorge Werthein a qual ressalta acerca de concepções relacionadas às formalidades e características do novo paradigma econômico e parte para um despertar acerca das concepções deterministas e evolucionistas em prol da mudança social, sabendo que essa construção deve ser contínua visando a construção do pensamento que rebate utopias alavancadas nos exageros utópicos. Assim Werthein (2000) afirma que é necessário compreender que o processo de aprendizagem deve ocorrer de forma dinâmica e eficaz para que as desigualdades sociais venham ser amenizadas e ocorra o acesso à informação.

Isso faz-se necessário para que as emergências de questões de ordem social, educativa e tecnológica venha contribuir para a construção de alternativas desses saberes construídos no processo social e educativo, pois fazer ciência é propagar novos horizontes de aprendizagem e conhecimento.

O quarto artigo intitulado ‘Informação em ciência e tecnologia: políticas, programas e ações governamentais – uma revisão de literatura, da autora Marta Lígia Pomim Valentim, traz consigo um bojo de levantamentos e questionamentos acerca das políticas, programas e ações governamentais para o desenvolvimento de ciência e tecnologia no país são sistematicamente criadas pelo governo brasileiro, desde a década de 50.

Isso significa dizer que o alicerce do processo histórico, nos desperta a aprofundarmos a sistematização da informação, para que pudesse realizar uma conexão com o segmento produtivo, intitulado: indústria da informação.

Valentim (2002) em um percurso no tempo, demonstra a partir de levantamentos históricos da política do Brasil, destacando a origem e desenvolvimento de ciência e tecnologia (C&T), e a atuação dos governos no decorrer de cada mandato, resultando conseqüentemente na fomentação do científico e tecnológico no país.

A autora ainda refuta que a política para C&T do país tem sido sistematicamente apoiada por diferentes governos, apesar dessa evolução de avanços, a autora aponta que ocorre ainda, a falta de envolvimento no setor privado como investidor na produção de conhecimento, tais como recursos

bem direcionados, bem como os programas de apoio devem oferecer linhas de fomento de forma desburocratizada e claramente direcionada à essa área.

O quinto artigo “Mulheres em Ciência e Tecnologia: Ascensão Limitada” pertencente Thereza Amélia Soares, traz a reflexão da atuação das mulheres quanto a representação desproporcional em C&T, a qual no decorrer de décadas já vem sendo debatido por situar-se as ordens sócio - cultural, econômica ou cognitiva 3.

Nesta concepção, entrelaçamos nossas ideias por afirmar que a mulher sempre esteve presente nos movimentos sociais, na busca pelo seu espaço social, profissional e científico.

Soares (2001) nos relembra a ingressão das mulheres no ano de 1995, ao frequentar o espaço educativo e obter diplomas em áreas de C & T especificamente em instituições americanas.

Toda essa realidade nos faz entender que o desenvolvimento feminino foi alicerçado no meio científico através da atuação das mulheres em maior proporção que os homens, podendo ser comprovado através da National Science Foundation que inclui as áreas de psicologia e ciências sociais.

Ainda assim, no percurso histórico, em 1995, houve a demonstração em massa das mulheres pela atuação e obtenção de diplomas em áreas de C&T, isso significar que a atuação do sexo feminino pode colaborar com uma sociedade mais preparada e qualificada.

Neste contexto podemos afirmar que o avanço das mulheres na ciência pode elevar a primazia da educação científica para o acesso de uma sociedade mais informatizada e qualificada frente aos desafios e perspectivas para os desafios emergentes da educação tecnológica.

Soares (2001) ainda argumenta que nos EUA, a experiência do Massachusetts Institute of Technology (MIT) é um exemplo de incentivo a estudantes e jovens cientistas, através de fornecimento de bolsas e projetos de pesquisas, porém o intuito maior é alcançar as mulheres que caminham em direção aos seus objetivos profissional

Assim Soares (2001) leva-nos a despertar que se faz necessário repensar e uma educação mais avançada por meio de suporte tecnológico para que as mulheres possam ingressar na ciência e obter sua própria qualificação profissional, além de poder contribuir com o meio onde está inserida a partir de novas concepções e vivências de superação em que outros podem seguir este modelo em prol dessa construção científica e tecnológica.

E para concluir este trabalho abordaremos acerca do sexto artigo intitulado “Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação na América Latina: As Respostas da Comunidade Científica”, da autora Elizabeth Balbachevsky.

Neste trabalho a autora discute como ocorre os padrões de interação entre os cientistas e o ambiente externo à academia, apoiando uma tipologia para dar cômputo de modos do cientista com inclusão dos desafios que essas contestações colocam para a política de ciência, tecnologia e inovação contemporânea.

Balbachevsky (2011) faz uma abordagem feita a partir de 16 estudos de caso junto a grupos que valorizam o cenário científico de 4 países da América (Argentina, Brasil, Chile e México) e através dos dados levantados, afirma que é necessária uma colaboração estratégica para que os mecanismos e aspirações sejam efetivados de forma que o cientista ganhe espaços.

A autora supracitada salienta que é necessária a valorização das produções de tais sujeitos para que o âmbito do campo disciplinar coopere com o ambiente externo e alcance espaços não alcançados, mesmo diante da diversidade de pouca oferta, os pesquisadores entrevistados afirmam ter alcançado a consolidação de seu prestígio acadêmico a partir dos resultados obtidos em seu trabalho junto a clientes externos, tais como as áreas ambientais e tecnológicas.

Salientamos ainda que três dos quatro casos analisados pela pesquisa, foi possível notar uma tensão entre os produtos valorizados por seu conteúdo acadêmico e aqueles que respondiam a demandas externas. A polêmica que acompanhou o processo recente de redefinição da missão institucional do CEE, no Colégio de México.

Os resultados encontrados pela autora, nos despertam para que possamos ir em busca do empreendedorismo acadêmico tanto no Brasil quanto no exterior, de forma que os caminhos sejam ampliados no percurso científico, com objetivos e resultados definidos, a serem alcançados dentro de um prazo especificado.

Nesta concepção o cientista precisa receber apoio e suporte para realizar e dar continuidade em sua pesquisa para que possam colaborar com a ciência e tecnologia.

Relembrando que Balbachevsky (2011) ainda afirma que os recursos das agências públicas de fomento à pesquisa e parcerias acadêmicas internacionais, abateu sobre a América Latina nos anos oitenta teve, pelo menos, um efeito positivo que foi forçar a diversificação das fontes do financiamento da pesquisa nesses países.

Em uma contextualização geral, podemos entender que os artigos abordados nesta atividade nos despertaram para um novo olhar especial acerca da ciência e tecnologia nos seus espaços e atuações históricas, por tornar uma ferramenta de inteligência competitiva nas organizações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabendo que esses objetos visam favorecer o desenvolvimento do raciocínio, da capacidade expressiva, da sensibilidade estética e da imaginação, por meio do trabalho de resolução de problemas sociais e políticos.

No âmbito faz-se necessário que ocorra a inserção destes nos espaços sociais e assim através de suas particularidades e propriedades, principalmente quando trata-se do processo sócio histórico

para que funcione como uma ferramenta de suporte aos sujeitos para que o mesmo possa evoluir e alcançar seus objetivos.

Os contextos significativos tornam-se uma ferramenta fundamental para o andamento dos envolvidos educandos, cujo intuito visa demonstrar que o processo ensino-aprendizagem é capaz de ocorrer através de diversos meios, rompendo assim as barreiras do método monótono de ensinar e propagar o conhecimento científico e tecnológico, de modo que os conceitos aplicados devem ser satisfatórios e levem os sujeitos aprender de forma dinâmica e prazerosa.

Diante do exposto a continuidade desta pesquisa torna-se relevante, pois possibilita investigar na sociedade brasileira as adaptações, mudanças e integrações ocorridas na ciência e tecnologia, além disso, que a comunidade possa estar ciente acerca da importância do conhecimento científico a qual pode ser uma ferramenta capaz de alicerçar saberes e construções sociais.

Dessa forma o presente estudo possibilitou um conhecimento mais aprofundado acerca do conhecimento científico e tecnológico. Nesse sentido os envolvidos assumem uma postura ativa em busca de buscar melhores estratégias que possam contribuir para a construção de saberes significativos, pois o ato de envolver-se nesses pressupostos possibilita a ampliação de novos conhecimentos e concepções tecnológicas e científicas.

REFERÊNCIAS

BALBACHEVSKY, Elizabeth. **Políticas de ciência, tecnologia e inovação na América Latina: as respostas da comunidade científica**. Cad. CRH, Salvador, v. 24, n. 63, p. 503-518, Dec. 2011.

Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000300004&Ing=en&nrm=iso . Acesso em 04 Mar. 2021.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000300004>.

PINHEIRO, Nilcéia Aparecida Maciel; SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto; BAZZO, Walter Antonio. **Ciência, Tecnologia e Sociedade: a relevância do enfoque CTS para o contexto do Ensino Médio**. Ciênc. educ. (Bauru), Bauru, v. 13, n. 1, p. 71-84, Apr. 2007. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132007000100005&Ing=en&nrm=iso . Acesso em 04 Mar. 2021.

<http://dx.doi.org/10.1590/S1516-73132007000100005>.

Kenski, V. M. (2003). **Aprendizagem mediada pela tecnologia**. Revista Diálogo Educacional, 4(10), 47-56. Acesso: 10 mar. 2021. Disponível:<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=786&dd99=view&dd98=pb>.

SANCHO, J. M. (Org.). **Tecnologías para transformar La educación**. Madrid, Espanha: Universidad Internacional de Andalucía: Akal, 2006.

SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto; BAZZO, Walter. **Ciência, tecnologia e suas relações sociais: a percepção de geradores de tecnologia e suas implicações na educação tecnológica.** Ciênc. educ. (Bauru), Bauru, v. 15, n. 3, p. 681-694, 2009. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132009000300014&lng=en&nrm=iso . access on 04 Mar. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-73132009000300014>.

SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto; BAZZO, Walter. **Ciência, tecnologia e suas relações sociais: a percepção de geradores de tecnologia e suas implicações na educação tecnológica.** Ciênc. educ. (Bauru), Bauru, v. 15, n. 3, p. 681-694, 2009. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132009000300014&lng=en&nrm=iso . access on 04 Mar. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-73132009000300014>.

SOARES, Thereza Amélia. **Mulheres em ciência e tecnologia: ascensão limitada.** Quím. Nova, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 281-285, Apr. 2001. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422001000200020&lng=en&nrm=iso . access on 04 Mar. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-40422001000200020>.

UM BREVE ESTUDO SOBRE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA AMAZÔNIA

Rosenilson Souza da Gama

RESUMO

Este artigo discute ideias relevantes, significativas e discursivas sobre ciência e tecnologia na Amazônia, posicionando-se sobre as estratégias criadas por empresas, governos que buscam a excelência na implementação e parcerias diversas para potencializar a produção técnico científica na região. Ressaltando que as C&T ainda se concentram nas metrópoles ou capitais regionais, ou seja, compreende uma pequena fatia dos estados. Para compreensão dessa dinâmica foi usado o método baseado no modelo de inovação Quintuple Helix (Carayannis et al, 2012), onde os ambientes naturais, da sociedade e da economia devem ser considerados, relacionando e interagindo com a academia, governo, sociedade e meio ambiente.

Palavras-chave: Amazônia; Ciência; Tecnologia.

INTRODUÇÃO

A ciência e tecnologia (C&T) é uma crescente nos países com economia avançada, assim como nos países periféricos que são contemplados com inúmeras tecnologias que são projetadas no primeiro mundo e encontram tantas possibilidades de (re)produzir lucros consideráveis, apropriando-se das leis ambientais e trabalhistas frágeis, além da mão de obra barata e abundante. O Brasil experimentou um crescimento econômico considerável nas últimas décadas na ciência e tecnologia. No entanto, esse crescimento não contemplou todas as camadas da população, pelo contrário, a renda que estava concentrada a uma elite, ficou ainda mais concentrada, fazendo com que o país ocupasse lugar de destaque entre os campeões de desigualdade na ciência e tecnologia.

Segundo Valentim (2002), resgatando a história brasileira e a política voltada para o desenvolvimento de ciência e tecnologia (C&T), verifica-se que muitos governos se preocuparam com essa questão, criando mecanismos que fomentam o desenvolvimento científico e tecnológico no país. Essa constatação é importante na medida em que o desenvolvimento da C&T é insumo para o desenvolvimento econômico do país. A informação sempre inserida nesse contexto, por meio de programas e ações específicas, tem tido importante papel em relação à construção do saber e do fazer ciência, pois, as iniciativas governamentais deveriam ser mais agressivas no que diz respeito à informação.

No contexto brasileiro a C&T em algumas regiões são perceptíveis nas áreas ditas concentradas como afirma Santos (1996), sul e sudeste, onde se encontram as maiores indústrias, serviços, tecnologias, comunicação, melhores universidades, ou seja, destaca-se o meio técnico, científico e informacional. Enquanto a Amazônia apesar das inúmeras riquezas minerais, culturais e principalmente na sua biodiversidade é vista como um filho abastado que tem muito potencial, mas que só

aparece no cenário mundial quando os interesses políticos e empresariais veem lucros imediatos que garantam seu bem estar. Historicamente ciência e a tecnologia no Brasil ocorrem de forma gradativa e desigual provocando alguns nichos de desenvolvimento capazes de transformar ou organizar territórios, fortalecer empreendimentos e gerar oportunidades. A ciência vem acentuando-se com magnitude astronômica nos mais diversos segmentos direcionando seus resultados a diferentes públicos, garantindo sua eficiência e corroborando significativamente para o progresso das nações.

Na Amazônia esse processo científico e tecnológico pode ser denominado recente, devido às circunstâncias coloniais, exploratórias que emergem neste cenário e deixam bem explícito as diferenças regionais, caracterizando esta região como um ambiente ideal e com potenciais inovadores que podem dá a Amazônia um novo olhar frente às questões que permeiam a tão cobiçada e valorosa Amazônia. Ressalta-se a evolução das atividades em ciência e tecnologia (C&T), assim como o crescimento acelerado da contribuição do país à produção científica mundial, entretanto, cabe questionar se a evolução da ciência e tecnologia na Amazônia tem acompanhado o crescimento nacional e mundial.

Por este motivo percebe-se a necessidade de discutir neste artigo C&T para desfazer ou amenizar as desigualdades regionais em médio prazo com pesquisas diversas que garantam o acesso às tecnologias de média ou alta complexidade. Considerando o processo dinâmico e as transformações econômicas e sociais recorrentes, deve-se acenar para um planejamento de desenvolvimento que contemple os diversos segmentos da sociedade amazônica que ao longo da história está à margem das prioridades do estado e empresas que se instalaram na região gerando uma riqueza ainda muito incipiente influenciando diretamente na vida das pessoas.

DESAFIOS DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA AMAZÔNIA

A Amazônia diante do cenário mundial precisa com certa urgência inserir-se neste contexto científico e tecnológico para colocar-se na vitrine, mas, precisa considerar que este problema deve ser tratado com prioridade pelo Estado juntamente com a sociedade amazônica. Segundo estudos da Fundação Conrado Wessel, 2008 na obra *Amazônia desafio brasileiro do século XXI*, afirma:

O modelo de desenvolvimento buscado para a Amazônia é desafiador, inovador e único. Nesta região ainda é possível a concepção de um modelo de produção e consumo sustentável dos recursos naturais, que permita não somente o desenvolvimento social e econômico da região, mas também a conservação da natureza e da cultura dos povos indígenas que nela habitam. Esse modelo deve responder às exigências das sociedades brasileira e internacional quanto à mitigação dos problemas ambientais que afetam a Terra. O desafio de transformar o capital natural da Amazônia em ganhos econômicos e sociais de maneira ambientalmente sustentável é singular. Não existe um “modelo” a ser copiado, pois não há sequer um país tropical desenvolvido com economia baseada em recursos naturais diversificados, principalmente de base

florestal, intensivo uso de C&T de ponta e força de trabalho educada e capacitada na utilização de C&T.

Vale ressaltar que ao longo da história o planejamento da C & T no Brasil apresentou alguns nichos que sobressaem com certo dinamismo delimitado e concentrado em locais específicos, ou seja, ilhas que se espalham pelo vasto território brasileiro. É notável que a busca desenfreada pelos recursos naturais como água, energia, alimentos, biocombustíveis e fármacos, dentre outros tem aumentado consideravelmente, assim como a crescente preocupação mundial com os riscos para a humanidade, decorrentes de práticas ambientais destrutivas, aumentaram a importância geopolítica da Amazônia e de seus recursos naturais.

Grandes investimentos em infra-estrutura, energia e exploração mineral na região estão previstos para realização no curto prazo, o que acrescenta ao desafio de um novo padrão de desenvolvimento a questão da urgência. Somente a atribuição de valor econômico à floresta em pé permitirá a ela competir com outros usos que pressupõem sua derrubada ou degradação, e somente C, T & I poderão mostrar o caminho de como utilizar o patrimônio natural sem destruí-lo. (ibid, 2008)

As riquezas amazônicas, assim como os benefícios que esta tem gerado devem ser vistos como referência a implementação da ciência e tecnologia, rompendo a fronteira sólida que ainda permeia na região, provendo a harmonia entre o desenvolvimento regional e a conservação ou preservação ambiental. Ações ou medidas políticas objetivas voltadas para planejamento, organização, desenvolvimento devem ser pautas das amplas discussões com resultados efetivos que contemplem também o povo amazônico, pois a utilização racional dos vastos recursos naturais da Amazônia deve ser incorporada definitivamente às estratégias de desenvolvimento nacional, caso contrário, continuaremos a margem e reféns dos países ricos que são os detentores da ciência e tecnologia, restando continuar a fazer “aquilo que o mestre mandar” sem fazer objeções e questionamentos diante da impotência que sempre nos acompanhou.

Neste contexto, a Amazônia brasileira surge como um importante pólo de atração política, de oportunidades econômicas e de integração com seus vizinhos. O Brasil dispõe de um complexo sistema de ciência e tecnologia, que gera crescentes oportunidades e múltiplas possibilidades de ações. Esforço político deve ser feito no sentido de se estreitar laços com os países vizinhos, de forma a se buscar explorar vantagens competitivas regionais que permitam o alavancar do processo de desenvolvimento. (ibid, 2008).

Tanto economicamente como socialmente nossa a região dispõe de um banco rico em biodiversidade, possibilitando o desenvolvimento tecnológico e científico, pois, esta mudança deve contemplar os diversos segmentos, considerando que estas transformações em riqueza estão diretamente relacionadas à disponibilidade e geração continuada de conhecimentos e tecnologias adequadas que na Amazônia ainda é um processo localizado ou pontual. Acredita-se que ações de imediato possam

ser aplicadas ou direcionadas por uma força de trabalho capacitada que a princípio é deficitária, devido à escassez de cursos superiores ou profissionalizantes para entender e lidar com esses conhecimentos e tecnologias. Para a maioria dos países, os benefícios de C&T são tradicionalmente derivados não apenas de novos conhecimentos, mas da utilização do conhecimento já produzido, traduzido em bens e serviços. O desenvolvimento depende, pois, predominantemente, da capacidade de gerar e aplicar produtivamente o conhecimento, bem como de sua ampla disseminação.

Contudo, ainda há pouco conhecimento sistemático sobre como criar e manter instituições que promovam a transformação de informação em conhecimento, que gere efetivamente a sustentabilidade ou que, no mínimo, contribua para a concepção da estratégia e do planejamento necessários para se alcançar esse objetivo (ibid, 2008).

Para tanto, a verdadeira revolução científica e tecnológica deverá ter caráter transdisciplinar como mola mestra de um novo paradigma de desenvolvimento, juntamente com o fortalecimento dos espaços de participação e promoção da modernização e da capacidade de adaptação às mudanças nas estruturas e culturas institucionais.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA AMAZÔNIA

As riquezas do vasto território amazônico como a fauna, flora, rios tem alentados diversas percepções sobre a biodiversidade existente, no entanto essas riquezas contrastam com a pobreza de um grande contingente populacional que vivem em condição de exclusão social. Mediante essa problemática, não há território em que o desenvolvimento de C&T vivencie maiores dilemas e enveredar no enfrentamento de desafios para fixar cientistas e promover a reciprocidade entre academia e setor produtivo. Observa-se nesse contexto um profundo contraste entre as riquezas da biodiversidade e pobreza enfrentada pelos segmentos sociais. O empobrecimento possui facetas muito variadas como a falta e/ou a precariedade de bens e serviços sociais, como saúde, educação, assistência técnica e social, escassez de recursos pesqueiros gerando conflitos na prática da pesca, baixa produtividade e qualidade dos produtos, a baixa renda entre outras (CHAVES, 2012). O diálogo, as ideias são uma constante na ciência, por isso é inegável por sua aplicabilidade em certos setores que garantam o desenvolvimento, a integração dos saberes na construção de alternativas que contemple uma considerável parcela da população.

No cenário da Região Amazônica, a instauração de processos para deter a devastação dos ecossistemas voltada para o desenvolvimento com sustentabilidade, não pode prescindir do estabelecimento de parcerias cooperativas e da valorização dos saberes dos povos tradicionais para gerar alternativas inovativas locais. Há um potencial imenso para a geração de inovação pela produção, beneficiamento, comercialização e consumo de produtos oriundos da biodiversidade sob as bases da sustentabilidade. (CHAVES, 2013a).

Na Região amazônica existem focos de mobilização por políticas públicas para atender as necessidades rurais e urbanas, para alcançar um desenvolvimento sustentável. Entende-se que atuar em prol do desenvolvimento da C&T na Região pode ser vista como uma possibilidade que guarda viabilidade concreta, considerando suas particularidades locais, rica em diversidade biológica, as formas singulares de produção e consumo. Mas, é necessário considerar que toda e qualquer estratégia de desenvolvimento na Região não pode prescindir do estabelecimento de um compromisso de respeito à diversidade dos ecossistemas, à diversidade socioeconômica e cultural das populações, considerando suas demandas e interesses.

A produção de conhecimentos especializados, a produção de tecnologias sociais apropriadas, o incremento de insumos, produtos e serviços inovadores representa um campo e um domínio que apenas iniciou seu desbravamento na região. Falta de crédito e assistência técnica aos produtores; carência de pesquisa e desenvolvimento; e, ainda, restrição dos marcos regulatórios coerentes com as necessidades e realidade vigente na região. Na Amazônia, inúmeros projetos, programas e planos estão sendo desenvolvidos associando inovação, ciência e tecnologia em variados graus de abrangência e por diversas instituições públicas e privadas (CHAVES, 2012). Esse processo, em seus diferentes matizes, representa a busca por um diálogo equilibrado e prático entre os diferentes agentes e setores, pela oportunidade de construir alianças para fundação de novas bases visando o desenvolvimento com responsabilidade.

ENTRAVES A SUPERAR

A partir de uma visão em que a valorização econômica dos recursos da Amazônia se coloca como um marco fundamental para sua conservação, recomendações são apresentadas visando à implantação e consolidação de um novo paradigma de C&T para a região, capaz de impactar decisivamente o seu desenvolvimento. Em que pese a Amazônia possuir instituições científicas antigas e de excelente qualidade, elas são em número insuficiente para a execução desta estratégia. A contribuição dessas ações tem sido substancial, embora apresentem superposições e lacunas decorrentes da falta de articulação. É consenso que todos esses instrumentos focaram, de alguma forma, nos esforços de criação de uma base institucional mais forte, com preocupações voltadas para a identificação de prioridades em C&T, acesso aos financiamentos e qualificação de pessoal. Todos eles, contudo, são caracterizados por uma fase de expansão, seguida de estagnação e declínio, que decorreram, em grande parte, da desarticulação e da falta de continuidade das políticas públicas.

Assim, um planejamento integrado de grande porte para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação exige a participação e coordenação de diferentes Ministérios, Governos Estaduais, setores empresariais e sociedade civil, por meio de uma ação concertada. Em resposta a esta preocupação, os Governos têm lançado

planos e programas para promover o desenvolvimento aliado à conservação ambiental da região. (ibid, 2008).

Tampouco têm estas ações conseguido promover o desenvolvimento sustentável da região. Tal situação decorre, em grande parte, da desarticulação entre as diversas iniciativas e da dificuldade em fazer cumprir a lei nacional, abrindo espaço para ingerências externas e fragmentação social e territorial. São ainda tímidas e pouco articuladas as ações do país no sentido da construção de políticas sistemáticas que apontem novos caminhos e novos horizontes para a Amazônia. Ressalta, assim, a necessidade de se resgatar o planejamento e integrar suas várias dimensões, visando a uma agenda prioritária que oriente a articulação dos projetos de pesquisa e das instituições com a coordenação das políticas ministeriais, de forma a fortalecê-los e associá-los aos problemas e demandas da região. Este planejamento deve ser continuamente atualizado em face das rápidas mudanças que ocorrem na Amazônia e sua articulação com as instituições de pesquisa dos países amazônicos deve ser parte desse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de C&T deve estar comprometido com a geração de oportunidades e benefícios para a sociedade, no sentido econômico, político e social. Ao trilhar esse caminho, o desafio maior é atuar na integração de práticas e na constituição de ações sistemáticas de ciência e tecnologia baseadas em parâmetros de sustentabilidade que engloba as demandas locais, democratizando o acesso a bens e serviços sociais nas áreas da saúde, educação e direitos sociais para os segmentos empobrecidos, fomentando a construção da cidadania com a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida.

Apostar na efetiva revolução técnico-científica necessária para a consolidação de um novo paradigma de desenvolvimento para a Amazônia requer o comprometimento dos recursos propostos, o que significa também a superação da atual assimetria regional em investimentos de C&T na região. Outro aspecto que precisa ser destacado é a necessidade de se levar em conta a diversidade Amazônica. Desta forma, as estratégias devem considerar as diferentes especificidades mesorregionais e as dinâmicas políticas locais, como no caso do estabelecimento dos pólos tecnológicos que vêm sendo fomentados pelos governos estaduais e pelas agências governamentais de desenvolvimento regional.

Considerando que um dos principais entraves e desafios é fazer com que o conhecimento gerado nos laboratórios e academias saia do papel e cumpra de fato seus objetivos. Outro aspecto que não deve ser desconsiderado é o investimento em atividades econômicas, associadas ao novo paradigma de desenvolvimento, que atenda às demandas existentes por parte das populações que já se encontram na região. É importante salientar que este cenário é possível e que, havendo vontade

política, é factível atender grande parte dos anseios da sociedade num curto espaço de tempo, evitando-se que seja repetida na Amazônia a ampliação da desigualdade social, econômica e ambiental.

REFERÊNCIAS

Academia brasileira de ciências: **Amazônia: desafio brasileiro do século XXI** – São Paulo: Fundação Conrado Wessel, 2008.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. **Políticas de ciência, tecnologia e inovação na América Latina:** as respostas da comunidade científica. Cad. CRH, Salvador, v. 24, n. 63, p. 503-518, Dec. 2011.

CHAVES, M. do P.S.R. et al. **Desenvolvimento com sustentabilidade:** uma experiência de inovação social na Amazônia. In: CHAVES, M. do P.S.R.; LIMA, J. (Org.). Inovação, desenvolvimento e sustentabilidade na Amazônia. 1 ed. Manaus: Editora da UFAM- EDUA, 2012d, v. 01, p. 45-60.

MIRANDA, A. L. **Da natureza da tecnologia:** uma análise filosófica sobre as dimensões ontológica, epistemológica e axiológica da tecnologia moderna. 2002. 161f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2002.

PINHEIRO, Nilcéia Aparecida Maciel; SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto; BAZZO, Walter Antonio. **Ciência, Tecnologia e Sociedade:** a relevância do enfoque CTS para o contexto do Ensino Médio. Ciênc. educ. (Bauru), Bauru, v. 13, n. 1, p. 71-84, Apr. 2007.

SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto Silveira e Walter Bazzo. **Ciência & Educação,** v. 15, n. 3, p. 681-694, 2009.

VALENTIM, Marta Lígia Pomi. **Informação em ciência e tecnologia:** políticas, programas e ações governamentais – uma revisão de literatura. Ci. Inf., Brasília, v. 31, n. 3, p. 92-102, set./dez. 2002 E-mail: valentim@uel

PLANEJAMENTO: AÇÃO DE MEDIDAS DURANTE A PANDEMIA COVID-19 DO CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO AMAZONAS PARA COM AS UNIDADES DO INTERIOR DO AMAZONAS

Marcelo Fabiano de Oliveira Farias
Cleonice Neves Farias

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo demonstrar as ações tomadas pelo Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM, assim como as particularidades e a atuação das unidades do interior, pois como é sabido o CETAM, encontra-se presente nos 61 municípios do estado em questão, assim como na capital cidade de Manaus; após reagir ao pânico gerado pela pandemia a educação no contexto geral, em todos os âmbitos, a instituição, não podia simplesmente parar, muito pelo contrário tinha de alguma maneira dar continuidade a grade curricular do ensino, no entanto, a instituição supracitada se deparou com novos desafios para alcançar seus objetivos pretendidos, é assim que se forma uma equipe para dar início a trilha do ensino na modalidade remota. Com isto se vislumbrou dar continuidade aos cursos em andamento e dar sequência ao calendário letivo que já se encontrava prejudicado.

Palavras-chave: Gestão; Ensino Remoto; Cetam.

INTRODUÇÃO

Pouco tem se falado sobre a educação tecnológica, desta forma se aproveita em mencionar que no estado do Amazonas tem o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM, uma autarquia anexa a Secretaria de Estado de Educação - SEDUC/AM, esta instituição é referência no estado pois encontra-se presente em todos os municípios. Oferece uma gama de cursos técnicos, cursos de formação inicial continuada e informática, todos estes cursos eram na modalidade presencial, quando se refere a realização das aulas no interior do Amazonas, também cabe mencionar que o CETAM conta com cursos na modalidade EAD, sendo estes ofertados em sua maioria na capital cidade de Manaus.

No entanto, quando a pandemia parou o mundo num determinado momento, a instituição teve que planejar e tentar prospectar uma gestão que possa abranger a “nova normalidade”, este centro teve que acompanhar obrigatoriamente a suspensão das aulas na sua totalidade, ficando difícil, para o sistema de ensino público e privado, sobretudo com a impossibilidade de retorno às aulas presenciais, neste sentido surge uma alternativa, a modalidade do “ensino remoto”, até então desconhecida por muitos.

Contudo, o exposto o presente artigo tem como objeto evidenciar a gestão do Centro Tecnológico, a partir da implantação do ensino remoto, ou ensino não presencial, uma vez que ficou em evidência sendo este a solução para o sistema de ensino público e privado.

O CETAM, na atualidade se tornou uma instituição ativa que permite desenvolver habilidades e capacidades profissionais nos mais diversos eixos, entregando inúmeros profissionais todos os anos em todo o estado do Amazonas. Tendo assim profissionais atualizados e qualificados, pois é o que fundamenta a economia, tornando um país seguro; por esse motivo não é possível atualmente ser o mesmo tipo de profissional, o que exige constante reciclagem e aprimoramento em sua área de atuação; a necessidade se sobrepõe no mundo globalizado obriga a buscar posicionamento e qualificação para atuação profissional.

Neste trabalho discute-se sobre a realidade e as perspectivas que se leva a pesquisar a unidade CETAM, pois dessa forma conseguiremos analisar a gestão do ensino profissionalizante, tal qual será possível perceber o impacto que esta instituição provoca no interior do estado, assim como na economia local durante a pandemia COVID-19.

Na Revisão de Literatura será abordada publicações e livros que fundamentam os argumentos e temas relevantes ao estudo, tais como: gestão, planejamento e ensino remoto, inovações tecnológicas, processos contínuos na pandemia; Nesses temas autores como: Guia Metodológico para o Ensino Remoto, e outras publicações oriundas do CETAM, onde as mesmas abordam a busca por uma qualificação profissional pautada em educar para a vida, sendo assim, tornou-se possível interligar o objetivo proposto nesta pesquisa com a unidade estudada, onde abordou-se as normas e a gestão dos cursos, com sua natureza e finalidades, estrutura organizacional, estrutura pedagógica e todos os marcos que sustentam o funcionamento da instituição pesquisada.

Na conclusão é possível entender a organização do CETAM de tal forma que nos permita corroborar com a importância da existência desta instituição e de suas categorias educação, tecnologia e trabalho.

DESENVOLVIMENTO

Durante a pandemia, o CETAM, se viu obrigado a se reorganizar, planejar, assim como a se reinventar; Casualmente a instituição em questão tinha trocado sua diretoria, neste momento quem assumiu a frente da Direção o Dr. José Augusto de Melo Neto, rapidamente teve que fazer adequações, assim como comissões de trabalho para capacitar seus profissionais administrativos e acadêmicos, em seguida desenvolver o guia das aulas remotas do CETAM, com a finalidade de poder dar continuidade ao calendário letivo, mas não foi fácil, pois o Decreto Estadual N°42.087/2020, restringia às aulas em todo o estado. Em seguida teve que se gerenciar o currículo letivo adaptando formas diferentes de atividades acadêmicas, profissionais e pessoais.

Por outro lado, o enfrentamento da Covid-19 nos mostrou, com muita evidência, a necessidade que temos do convívio com o outro, pois somos político-sociais, nos mostrou que o aprender, também,

é a base de nossa existência e que o conhecimento é nosso sustentáculo, ficando claro, portanto, às instituições educacionais e à sociedade, a urgente necessidade de se reinventar, pois esse processo faz parte da evolução humana. (GUIA METODOLÓGICO PARA O ENSINO REMOTO, 2021)

Assim o CETAM, com o objetivo de propor soluções didático-pedagógicas e utilizando-se do momento de suspensão das aulas presenciais em todas as instituições educacionais e, ainda, para acelerar as transformações metodológicas já em andamento como a “integração entre Educação e Novas Tecnologias” dando destaque ao ensino remoto, estabeleceu essa alternativa para garantir a continuidade das aulas e não deixar que o distanciamento do aluno de seu ambiente e convívio nos espaços de construção do saber seja um estímulo à desistência da busca pela realização de seu sonho em concluir um curso profissional. (GUIA METODOLÓGICO PARA O ENSINO REMOTO, 2021)

Com o impacto ocasionado pela pandemia da Covid-19 aos sistemas público e privado de ensino, sobretudo com a impossibilidade de retorno às aulas presenciais, o ensino remoto evidenciou-se como paradigma educacional a fim de garantir o direito de todos à educação básica, profissional e superior e, assim, responder às necessidades formativas dos estudantes, gerando inclusão, empregabilidade e ativando a economia.

Desta forma é importante considerar que a gestão educacional tem por finalidade superar os desafios oriundos da administração institucional, buscando olhares significativos à gestão pedagógica, gestão dos recursos humanos e administrativos no âmbito da educação tecnológica.

Conforme o exposto acima, Heloisa Luk destaca no âmbito escolar um pensamento importante a ser replicado:

[..] a gestão escolar, em caráter amplo e abrangente, do sistema de ensino, e a gestão escolar referente a escola, constituem-se em área estrutural de ação na determinação da dinâmica e da qualidade do ensino. Isso porque é pela gestão que se estabelece unidade, direcionamento, ímpeto, consistência e coerência à ação educacional, a partir do paradigma, ideário e estratégias adotadas para tanto. (LUK, 2006, p. 15).

A referência acima citada não deixa de ser importante pois traz uma linha de pensamento do que é a gestão, nesse caso se refere às escolas, no entanto, o CETAM não deixa de ser uma escola. Assim como também se enfatiza a importância do tipo de gestão que prevalece nas adversidades, como na situação em que nos encontramos com a PANDEMIA.

Retomando a estratégia seguida pela gestão do CETAM, neste caso o ensino remoto, ou ensino não presencial, se esclarece que esta modalidade é uma mediação pedagógica dos conteúdos curriculares de um curso, componente curricular ou unidade de estudos por meio de tecnologias educativas síncronas ou assíncronas, fazendo com que os conhecimentos cheguem até os estudantes. Essa organização do ensino, utilizando recursos tecnológicos que favoreçam alternativas metodológicas não presenciais e possibilita o desenvolvimento de metodologias ativas de ensino e aprendizagem,

favorece o engajamento dos estudantes em torno de objetos de conhecimentos, promovendo o alcance dos resultados na formação profissional.

O ensino remoto, ofertado pelo CETAM como recurso de aprendizagem não presencial, objetiva assegurar aos estudantes o prosseguimento nos estudos. Embora, constituído de metodologias diferentes do ensino presencial, mantém os mesmos princípios pedagógicos da educação profissional.

Uma vez mais a equipe do CETAM, comandado pelo seu Diretor/Presidente Dr. Jose. A. inicia o processo de gestão no projeto da elaboração do guia que irá nortear o ensino remoto, neste sentido se coloca ênfases no papel do gestor, pois uma vez que o mesmo cria mecanismos inovadores para dar sequência ao trabalho educacional, desta forma se reconhece a importância do papel do diretor.

Segundo Russo (2002, p.35):

O papel do diretor pode ser definido ou conduzido intencionalmente de fora para dentro, mas não pode ser determinado. Quem determina o papel do diretor é ele mesmo, podendo ser reprodutor da intencionalidade exterior ou crítico em relação a ela, dependendo das circunstâncias e do comprometimento político que tem em relação à escola e a educação.

Também deve-se frisar que é função do gestor, estar preparado para realizar eventuais mudanças criteriosas e responsáveis, acompanhado claro da equipe administrativa e acadêmica. Neste sentido e com a intenção de orientar a execução do processo acadêmico, uma comissão foi destinada para elaborar um Guia Metodológico para o Ensino Remoto na perspectiva de subsidiar o planejamento de ensino, a retomada de cursos em andamento ou início de novas turmas, cumprindo a meta do CETAM de promover a educação profissional no âmbito estadual, desenvolvendo suas atividades nos segmentos básico, técnico e tecnológico para todos, a partir dos seguintes eixos estratégicos: Educação profissional pública, Valorização das pessoas, Infraestrutura, Parcerias institucionais, Cultura da inovação, Diversidade e Sustentabilidade.

Com isto se pretende dar continuidade imediata mesmo que autores como Ely comenta da seguinte maneira sobre ensino remoto:

Há consenso entre especialistas que o ensino remoto não substitui o presencial, mas, ao menos, contribui para minimizar os danos causados pela suspensão das aulas. Para o diretor de políticas públicas do Todos Pela Educação, Olavo Nogueira Filho, o afastamento do ambiente escolar deixará sequelas que precisam ser amenizadas mesmo [a] distância. (ELY, 2020, n.p.)

Desta maneira se passa a estruturar a didática, conforme o guia compõe-se de indicações de diversas tecnologias educativas com as aplicabilidades didáticas no processo ensino e aprendizagem na forma remota, quer seja em sala de aula virtual ou por atendimentos mediados pelos docentes.

Demonstramos algumas situações didáticas para os contextos on-line e off-line de ensino, ou seja, com ou sem internet, como exemplo, destacamos a aplicabilidade didática das mensagens de texto - SMS, WhatsApp, chamada telefônica e a videoaula.

O planejamento de aula requer especial atenção dos docentes, pois o mesmo tem uma função de destaque no ensino remoto. Não se trata, exclusivamente, de um documento. Mas de sequências didáticas como detalhamento das trilhas de aprendizagens, aplicação de tecnologias educativas, estratégias de aprendizagem e avaliação no processo. Nesta linha Sinepe faz a seguinte menção:

[...] nesse novo formato, o que muda são os recursos para ministrar a aula (já que não são possíveis os encontros presenciais), mas o professor segue seu planejamento. (SINEPE/RS, 2020, n.p.).

O ensino remoto, apoiado no uso de tecnologias ativas, possibilita organizar o processo educativo de variadas formas, com flexibilidade de tempo e do espaço de aprendizagem. Ainda que esse processo de ensino requeira maior autonomia responsabilidade por parte dos estudantes, a ideia é possibilitar que todos tenham acesso à educação profissional e setor nem protagonistas do processo de aprender a aprender, a conhecer e a partilhar conhecimentos.

As orientações metodológicas que esta instituição apresentou abrange as potencialidades de um fazer docente humanístico, integrador, criativo, assertivo e inclusivo, que não permite que alguém fique de fora do direito de aprender, de se qualificar e de seguir em frente no traçado das suas escolhas profissionais simbolizadas por um semear de cores, sonhos e esperanças no mundo. Compreendemos a educação profissional como possibilidade de mudança, transformação, crescimento e desenvolvimento de pessoas e sociedades.

De forma geral esta modalidade de ensino remoto, traz transformações emergenciais cumprindo um papel fundamental na história da humanidade, com isto Ensino descreve da seguinte maneira:

De forma emergencial e com pouco tempo de planejamento e discussão (o que levaria meses em situação normal), professores e gestores escolares, público e privado, da educação básica a superior, tiveram que adaptar in real time (em tempo real) o currículo, atividades, conteúdos e aulas como um todo, que foram projetadas para uma experiência pessoal e presencial (mesmo que semipresencial), e transformá-las em um Ensino Remoto Emergencial totalmente experimental. Fazendo um recorte desse processo, podemos afirmar que nunca a educação foi tão inovadora. Foi a transformação digital mais rápida que se tem notícia num setor inteiro e ao mesmo tempo. (ENSINO..., 2020, n.p.).

O marco legal aplicado ao ensino remoto, implantado pelas unidades de ensino do país para minimizar os impactos da pandemia da Covid-19 na educação, foi estruturado, inicialmente, pela Medida Provisória N° 934/20, emitida pelo Governo Federal, que estabeleceu normas excepcionais

sobre o ano letivo de 2020 na Educação Básica e Superior. No Art.1, especifica-se que os sistemas de ensino ficam dispensados da obrigatoriedade de observância dos dias letivos e carga horária mínima anual de efetivo trabalho escolar, alterando as normas estabelecidas no Art.31º da Lei Nº 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96.

O decreto acima foi modificado no projeto de Lei Nº 22/20, que deu origem à Lei N 14040/20, de 18.08.20. A citada lei, no Art. 2, estabelece que compete “aos sistemas de ensino reorganizar as ofertas educativas por meio do ensino remoto num contexto emergencial, observadas as Diretrizes Nacionais editadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), e a Base Nacional curricular Comum (BNCC), no cumprimento da carga horária anual mínima, observados os direitos de aprendizagem, sem prejuízo da qualidade do ensino aprendido”

A Portaria MEC 376, de 03/04/2020, que dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional de nível médio enquanto durar a pandemia do Coronavírus, autoriza os sistemas de ensino a suspender as aulas presenciais, substituindo-as por atividades não presenciais. Mas restringe o período de dois meses prorrogáveis, a depender da orientação do Ministério da Saúde (MS).

Embora seja recente e incompleta a legislação que ampara o ensino remoto, evidenciando muitas lacunas a serem respondidas, o dispositivo macro LDB 9394/96, no art.80º, delega ao Poder Público o atributo de incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada, discriminando no Art. 8 a autonomia dos sistemas de ensino para se organizarem nas ofertas educativas em regime de colaboração.

Nesse sentido, o Parecer CNE/CP o 17/2020 cita a Resolução CNE/CEB Nº 6/2012 que orienta, “respeitados os mínimos previstos, em termos de duração e carga horária total dos cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e respectivos itinerários formativos, os correspondentes planos de cursos poderão prever atividades não presenciais, até o limite de 20% (vinte por cento) das respectivas cargas horárias dos cursos em questão, desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o devido atendimento por docentes e tutores”.

Fica claro, no dispositivo CNE/CEB Nº 6/2012, que não pode ser ofertado um componente curricular com carga horária total remotamente. Mas o texto da Lei 14.040, acima mencionada, faculta aos sistemas de ensino definir a oferta da educação básica por meio do ensino remoto em uma situação emergencial.

O conjunto dessas medidas tem provocado novamente uma reestruturação na organização e gestão do CETAM, essencialmente quanto à exigência de reformular a grade curricular para a modalidade do ensino remoto, nesse sentido a instituição articula e coordena trabalhos diários com todas as unidades dos 61 municípios, a direção comandada pelo Dr. Jose A. comunica de forma diária as etapas e processos de cada ação a serem realizadas, junto com as coordenações acadêmicas

estabelecem cada processo a ser seguido, isto abrange os cursos sejam estes técnicos, qualificação inicial continuada e informática; A gestão atual também teve que reorganizar a volta às aulas na modalidade supramencionada de acordo com as necessidades e particularidades de cada município, desta forma não prejudicar ao aluno, pois cada região ou município tem suas particularidades enquanto estrutura física, tecnológica, acesso à internet, e abordagem sobre a pandemia, entre outros.

Fora isso, se soma às questões particulares, dos alunos mesmo estes tendo aulas remotas deveriam manter seus horários estabelecidos no ingresso à instituição acima citada (neste caso das 18h às 22h); O diretor Dr. Jose A. no momento oportuno esclareceu que aqueles que não poderiam acompanhar as aulas na modalidade ensino remoto, não seriam prejudicados, estes teriam respaldo uma vez que estes ao realizar sua inscrição para estudar os curso ofertados pelo CETAM, no edital mantinha expressamente “aulas presenciais”, desta forma não seria obrigatória a volta às aulas na modalidade remota.

Durante a implantação muitos dos alunos alegaram não possuírem condições de realizar aulas remotas, pois não contavam com pacotes de internet, e sequer sabiam manusear de forma clara as plataformas que o CETAM oferece na sua metodologia, com isso a maioria dos municípios adotaram aplicativos básicos tais com *WhatsApp, Telegram*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou demonstrado a gestão do CETAM, teve que se reorganizar e atualizar em todos seus aspectos para poder continuar, no entanto, também se pode constatar as particularidades regionais pois não adianta ter um planejamento centralizado com comandos baseados numa singularidade local.

A análise do processo de organização e de gestão do Centro de Educação Tecnológica, num momento marcado pela PANDEMIA, constitui-se num esforço teórico e empírico para compreender e problematizar as estratégias de organização e de gestão embasadas veementemente pelas ações midiáticas, conforme novas estratégias criadas a partir de processos elaborados pela comissão acadêmica junto com o Diretor, gestor principal da instituição.

Acredita-se que as medidas implementadas pela gestão do CETAM, durante a PANDEMIA, até o momento se mostraram acertadas pois estão amparadas pela política educacional em conforme com o marco legal da educação tecnológica acima citada, evidencia-se um modelo de gestão gerencial responsável promovendo mudanças no padrão de organização e de gestão da instituição, reforçando, sobremaneira, o processo cuidadoso que foi realizado para que a grande maioria dos alunos possam participar desta nova realidade acadêmica. As mudanças no padrão de organização e de gestão da escola redimensionaram a forma de se gerenciar uma aula tradicionalmente conhecida como aula presencial, maximização do uso diverso de recursos tecnológicos. Esta lógica busca, por um lado, legitimar uma concepção imediatista e pragmática da educação, na qual o foco central encontra-se na

continuidade dos alunos, professores e escolas, e, por outro, como decorrência, busca normalizar a vida estudantil.

A organização e a gestão da Educação Profissional na perspectiva da participação direta na vida do indivíduo, e participação política, do controle social, da publicização do Estado, têm um papel fundamental na construção de uma educação digna e para todos, assim como para o desenvolvimento da sociedade local quando tratamos do interior do estado Amazonas.

A relevância deste artigo se apresenta como um esforço de explicitar ou forma de gerenciar políticas educacionais referentes à organização administrativa e acadêmica do centro de educação com a finalidade de, por meio da adaptabilidade, construir um projeto de educação e de escola que ocupe seu espaço público, por meio da participação política e socialize o conhecimento, contribuindo para uma sociedade justa, em que a democracia assuma um “valor universal”.

Desse modo, consideramos que a educação remota tem fortalecido mecanismos disciplinares. Outro elemento que reforça a ideia de que a educação remota está orientada por princípios disciplinares é a ênfase dada à questão dos conteúdos. Em tempos de COVID-19, parece que as discussões sobre currículo vêm sendo desenvolvidas nas últimas décadas e que consolidam um entendimento de que a escolarização não pode ser resumida à aprendizagem de conteúdo.

Neste período de pandemia, a paralisação das atividades presenciais, na maioria dos casos, não vem se traduzindo como uma paralisação das atividades educativas. Neste caso o CETAM necessita responder aos imperativos da sociedade de aprendizagem e precisam inventar estratégias que consigam transferir seu funcionamento para dentro da casa de estudantes. Este centro orienta seus professores/instrutores a inovarem suas estratégias, a maior parte da responsabilidade em lidar com essa questão é delegada aos instrutores peças fundamentais (no caso do CETAM, houve uma preocupação para com eles, tanto é que gerentes e corpo de instrutores dos diversos cursos foram capacitados para poder lidar com a nova modalidade em questão) para executarem todo o planejamento da equipe do CETAM, previamente traçado.

Finalizando se acredita na gestão do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, assim como na implementação do ensino remoto, pois passaram a utilizar desde o mês de março do presente ano e até o momento estão conseguindo realizar suas atividades acadêmicas de forma impecável, fora isso é sabido que tem alguns gargalos a serem saneados, referentes a recursos tecnológicos, pois é sabido a carências destes em muitos municípios do estado do Amazonas, no entanto, destaca-se seu planejamento massivo abrangendo todo o interior do estado, com uma força tarefa em conjunto com seus representantes, gerentes de cada unidade dos 61 municípios.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. LDB 9394/96. **Diário Oficial da União**, Ministério da Educação - MEC. p. 1-32, 23 dez. 1996. Disponível em: Acesso em: 28 jan.2021.

Guia Metodológico para o Ensino Remoto. Centro de Educação Tecnológica do Amazonas. Escola de Educação Profissional a Distância CETAM EAD. MANAUS – Amazonas. 2021.

ELY, Débora. Aulas presenciais nas escolas do RS não têm prazo para retorno. **GAÚCHAZH**, Porto Alegre, 29 abr. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-em-prego/noticia/2020/04/aulas-presenciais-nas-escolas-do-rs-nao-tem-prazo-para-retorno-ck9lwcmibi00oj017ndtzewi2r.html>. Acesso em: 25 maio. de 2021.

ENSINO Remoto Emergencial: a oportunidade da escola criar, experimentar, inovar e se reinventar. SINEPE/RS, Porto Alegre, 17 abr. 2020. Disponível em: <https://www.sinepers.org.br/noticias/ensino-remoto-emergencial-a-oportunidade-da-escola-criar-experimentar-inovar-e-se-reinventar>. Acesso em: 25 jun. 2020.

LUK, H. **Gestão educacional**: uma questão paradigmática. 2. Ed. Vozes: Petrópolis, 2006.

RUSSO, M.A. & CATANI, A. (Orgs.). **Gestão democrática da educação**: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 1997.

SINEPE/RS, Porto Alegre, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://www.sinepers.org.br/noticias/974-das-escolas-privadas-usam-plataformas-online-e-aplicativos-para-o-ensinoremoto>. Acesso em: 25 jun. 2020.

_____. Medida provisória n 934, de 1 de abril de 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei n 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Diário Oficial da União**: seção 1 – Extra, Brasília, DF, 2020 ed. 63-A, p. 1, Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medidad-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020250710591>>. Acesso em: 13 mai.2021.

_____. Lei n 14040, de 18 de agosto de 2020. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n 11.947, de 16 de junho de 2009. **Diário Oficial da União**, Ministério da Educação – MEC. P. 1-4, 18 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.040-de-18-de-agosto-de-2020-272981525>>. Acesso em: 14 mai.2021.

_____. Portaria 376, de 03 de abril de 2020 que dispõe sobre as aulas nos cursos técnicos de nível médio, enquanto durar a situação da pandemia do - Covid 19 disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=66&data=06/04/2020>. Acesso em 09 de maio. de 2021.

_____. Parecer CNE/CPn 5/2020 de 02.04.2020 que dispõe sobre a organização do Calendário Escolar e da possibilidade do cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da covid19. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em 09 de maio de 2021

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Ivany da Costa Almeida
Maria Edwiges Tavares

RESUMO

Este artigo traz a discussão em torno da educação ambiental e sua importância para as instituições de ensino. Para isso foram postuladas três questões sobre o tema: primeiro, o que é educação ambiental? Nesta se mostrará a importância do tema para a sociedade e para as instituições de ensino; segundo, o que a legislação diz sobre a educação ambiental? Esta traz o traço temporal da criação da legislação brasileira sobre o tema; e terceiro, por que a educação ambiental é importante para as instituições de ensino? Aqui será mostrado como a educação ambiental pode ser trabalhada nas instituições de ensino de forma a contribuir com a formação do aluno e dos professores. Ao final, infere-se que a educação ambiental traz conhecimentos tanto para professores como para alunos podendo os mesmos em seu meio social relacionar a questão ambiental com o seu cotidiano. Todavia, os desdobramentos e aplicações da educação ambiental ainda tem um caminho a ser percorrido no âmbito das instituições de ensino em todo o país.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Aprendizagem; Legislação.

INTRODUÇÃO

As concepções de natureza e sociedade têm sido construídas historicamente de diferentes formas, as quais se refletem nas dinâmicas econômicas, políticas e educacionais dos povos. A produção e o desenvolvimento econômico acarretam diversos impactos ambientais colocando em foco a urgência de discussões acerca da sustentabilidade e da dimensão ambiental na educação.

Partindo dessa breve colocação entende-se que a educação é inquestionavelmente importante para o desenvolvimento do indivíduo, como também para sociedade, pois o conhecimento possibilita o crescimento do indivíduo e a reflexão da sua realidade. No Brasil, especialmente, a estrutura educacional tem sido voltada para atender as necessidades do mundo do trabalho.

Dessa forma, a questão ambiental tem ficado de fora das discussões no âmbito do sistema educacional brasileiro. Isso porque no contexto da educação no país, a natureza, a sociedade, e a educação, têm funcionado como pequenas caixas, as quais funcionam separadamente, em blocos independentes, fragmentados e individualizados. Assim, o sistema vigente favorece esse tipo de pensamento, natureza distante e intocada, sociedade produtiva e educação tradicional para todos.

Sendo assim, entende-se que um dos caminhos a seguir no campo da educação é a inserção de questões sobre o meio ambiente e o ambiente escolar. É por esse motivo que este artigo discute sobre a educação ambiental e a sua importância nas instituições de ensino.

Desse modo, a relevância de discussões sobre o tema está ancorada no fato da educação ambiental ter um leque de aplicações de forma particular ou interdisciplinar, pois contempla tanto ao aluno quanto ao professor, e desemboca em toda a sociedade, uma vez que a escola é uma instituição social e de cultura, responsável por iniciar a formação geral do cidadão, e deve buscar um processo educativo que promova em suas práticas, a reflexão sobre as questões e problemas socioambientais.

Com base no exposto até aqui, o presente artigo vem discutir sobre a educação ambiental e sua importância para as instituições de ensino. Para a melhor compreensão do tema, este artigo está dividido em cinco seções. Além desta introdução, a seção dois aborda sobre o que é a educação ambiental, já a seção três apresenta a legislação vigente no país que trata sobre o tema. A seção quatro aponta porque a educação ambiental é importante nas instituições de ensino e as considerações finais encerram o artigo na quinta seção.

O QUE É A EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

A educação é um caminho necessário para a construção de novas práticas sociais. Porém, quando se fala de Educação Ambiental, ainda há muito a compreender sobre esse tema.

Como o próprio nome sugere, a Educação Ambiental é um processo educativo, e logo é na escola que grande parte desse processo se efetiva. Sendo assim, a Educação Ambiental é um processo educativo, e por força da lei, deve ser trabalhada em todos os níveis de ensino. E as escolas possuem papel importante na promoção de discussões críticas relacionadas às questões ambientais, e precisam encontrar maneiras eficientes de promover tais debates (MAZUREK; SANTOS, KATAOKA, 2021).

Por meio da Educação Ambiental podem-se preparar pessoas para uma intervenção transformadora na sociedade em prol de melhores condições de vida. Em complemento a isso o uso irracional dos recursos naturais, e a relação do ser humano com eles precisam ser repensados criticamente e problematizados. Portanto, justifica-se e se define a importância da Educação Ambiental. (DICKMANN; CARNEIRO, 2021)

Porém, questões levantadas quanto a Educação Ambiental, não surgem do mero acaso, como coloca Kataoka et.al. (2021), que existe uma urgência no mundo quanto invoca grandes transformações, e assim a Educação Ambiental requer processos pedagógicos que anunciem a construção de novas relações sociais.

O campo da Educação Ambiental apresenta diferentes abordagens, que adotam concepções distintas de meio ambiente, e direcionam as práticas de Educação Ambiental dentro de um determinado sistema sociopolítico. Inicialmente pensada a partir de um viés conservacionista, a Educação Ambiental só alcançou a concepção de prática educativa plural em meados da década de 1990. (CORDEIRO; CALCINA; BRAGA, 2022, p.33)

Seguindo o mesmo entendimento, compreende-se que Educação Ambiental não deve ser entendida como uma disciplina isolada no currículo escolar, mas compreendida como uma dimensão educacional a ser trabalhada transversal e interdisciplinarmente. Não somente como um conjunto de práticas de defesa do meio ambiente, mas a possibilidade de se construir comprometimento (DICKMANN; CARNEIRO, 2021).

É dentro dessa perspectiva que a Educação Ambiental como uma práxis pedagógica demanda dos educadores e também dos educandos a atenção quanto à diversidade de variáveis inter-relacionais nas questões do meio ambiente. O que faz com que a construção da Educação Ambiental seja interdisciplinar e com a capacidade de refletir sobre as causas e possíveis soluções dos problemas socioambientais, dada à complexidade dos mesmos.

Todavia, Aguina, Lisita e Braga (2022) colocam que a educação ambiental no Brasil só passou a permear o sistema educacional brasileiro após a década de 1980 devido às diversas correntes de pensamento sobre o tema. Porém, a mesma foi consolidada na década seguinte passando a ser inclusa nas políticas e diretrizes do Ministério da Educação.

Para o Ministério da Educação (MEC), instituição que traça todas as diretrizes para a educação no Brasil até a década de 1990, a educação ambiental era apenas um tema transversal a ser apresentado nas instituições de ensino do país, e dentro desse tema trabalhavam conteúdos vinculados ao meio ambiente.

Entretanto, o estudo da educação ambiental jamais deve ser deixado de ser ministrado pelos profissionais da educação no cotidiano escolar, pois, antes de tudo, é uma questão da educação geral.

Sobre isso é importante ressaltar a formação de profissionais da educação tais como: professores, coordenadores e supervisores pedagógicos, que precisam desde a graduação trabalhar no fortalecimento de novos saberes para poderem ir além das caixas fragmentadas do conhecimento.

Assim, as possibilidades de construção do campo da Educação Ambiental estão relacionadas a sua emergência como um campo científico e acadêmico como efeito e produto da acentuada atividade de movimentos ligados à sociedade, grupos e pessoas, assim como também relacionado ao movimento político e social baseado nas concepções pedagógicas e políticas diferenciadas e existentes em diversos lugares educativos, não sendo unicamente em escolas ou universidades. (CORDEIRO; CALCINA; BRAGA, 2022, p.28).

Tanto que há diversos estudos e até mesmo documentos oficiais que afirmam a necessidade da Educação Ambiental no âmbito escolar da chamada educação formal, visando provocar reflexões e novas tecnologias e métodos de ensino, fazendo do tema algo além do esporádico e temático nas escolas.

O QUE A LEGISLAÇÃO DIZ SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

O tema da educação ambiental é recente quanto ao sistema educacional brasileiro. Tanto que se encontram os primeiros ensaios quanto à legislação para este tema somente na década de 1990, isso com base em eventos internacionais sobre o meio ambiente e da articulação de órgãos e instituições multilaterais que passaram desde então a permear ações, políticas públicas e diretrizes para a questão da educação ambiental.

Um dos primeiros registros legislativos quanto à preservação do meio ambiente e consequentemente a educação ambiental pode ser vista já na Constituição Federal de 1988. Aonde em seu Art. 225 trata do meio ambiente como um direito fundamental:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
VI - Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

Após a Constituição de 1988, houve a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento a chamada de Eco 92 ou Rio 92, neste evento houve a produção do Tratado da Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Tratado este que dava o direcionamento para educadores em todo o mundo quanto a questão da educação ambiental.

Neste momento, era evidente a necessidade de um eixo articulador para a Educação Ambiental, surgiu assim, paralelo ao Fórum Global da Rio92, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASS), que teve grande destaque dentre os documentos elaborados neste evento, pois foi criado em conjunto pela sociedade civil (AGUINA; LISITA; BRAGA, 2022, p.14)

Dentre os resultados do Rio 92, houve a construção de grupos de trabalho dentro do Ministério da Educação voltados para poder institucionalizar no Brasil uma Política de Educação Ambiental, como por exemplo, a Carta para a Educação Ambiental. Após 1992, diversas ações foram realizadas pelo governo brasileiro para que fosse elaborado algum instrumento norteador ou até um canal formal para o desenvolvimento de ações para a consolidação da educação ambiental no sistema educacional brasileiro.

Tanto que a educação ambiental passou a ser inserida em diversas legislações para a educação no país, como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – 9394/96).

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

No ano de 2012, a referida lei teve o Art. 26 §7º que tratava da educação ambiental e deveria ser tratada de forma integrada e obrigatória para o ensino fundamental e médio. No parágrafo §7, que foi incluído pela Lei nº 12.608, de 2012, foi inserida a questão da educação ambiental: “Os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios”.

Porém, o legislador alterou este parágrafo no ano de 2017, que trata dos currículos do ensino infantil, fundamental e médio, colocando a educação ambiental como um tema transversal que pode ser integrado ao sistema educacional. Assim foi dada uma nova redação a esse parágrafo, que reiterava a educação ambiental como conteúdo obrigatório. O parágrafo passou a ter a seguinte redação: “A integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais de que trata o caput.” O que deixa implícito que a educação ambiental é, e pode ser abordada como um tema transversal e interdisciplinar nas escolas.

A outro passo, encontra-se a Lei nº 9.795, de 27/04/99 – Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) que traz em seu bojo o direito de todos à Educação Ambiental. Essa lei apresenta um avanço quanto à questão da educação ambiental no país, pois, com base nela há a indicação de princípios e objetivos quanto a educação ambiental bem como a definição dos atores e instâncias envolvidas para a sua implementação, seja no âmbito formal e não-formal, assim como as principais ações a serem tomadas a longo prazo.

A PNEA é considerada um passo importante quanto às diretrizes e ações a serem tomadas quanto à educação ambiental no país. Dentre a importância desta política está o fato de trazer em seu bojo o que o Estado brasileiro entende como educação ambiental e a sua amplitude junto à sociedade.

Compreende os processos por meio dos quais os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e a sua sustentabilidade.

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (INSTITUTO CHICO MENDES[ICMBIO], 2022)

E ainda apresenta como princípios básicos nos incisos: VI – A permanente avaliação crítica do processo educativo e VII A abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais. Porém, para que esses princípios possam ser cumpridos é necessário a ações integradas e articuladas dos diversos campos do conhecimento.

Isso fica nítido ao observar alguns objetivos fundamentais nos quais se destacam: I – o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações envolvendo, aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos,

científicos, culturais e éticos; II – a garantia de democratização de informações ambientais; III – o estímulo e o fortalecimento de uma consistência crítica sobre a problemática ambiental e social; IV – o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio ao meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.

E por último, encontra-se a Lei nº 10.172, de 09/01/01 – Plano Nacional de Educação – PNE. Que inclui a inclusão da Educação Ambiental como tema transversal no sistema educacional. O legislador insere a temática ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino e que devem ser implementadas ações nos ensinos médio e fundamental.

O PNE também especifica o que se deve entender como educação ambiental no âmbito escolar, e como esta deve ser desenvolvida na grade curricular dos alunos conforme o Art. 9º. Entende-se por educação ambiental na educação escolar, deve estar presente e desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensinos públicas e privadas.

Já no que se refere às Diretrizes Curriculares Nacionais, a Educação Ambiental, após o ano de 2012, traz a obrigatoriedade da Educação Ambiental nas escolas em todo país. E assim encontra-se em seu Art. 2º A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

As legislações colocadas até aqui já demonstram um avanço quanto ao tema para todas as escolas brasileiras, todavia, essas leis não apontam como isso será realizado pelas escolas, professores e alunos, deixando uma lacuna sobre o que se espera da educação ambiental no país.

POR QUE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL É IMPORTANTE PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO?

As instituições de ensino devem considerar as experiências práticas vivenciadas pelos alunos no que diz respeito à natureza, bem como devem estar preparadas para formar cidadãos aptos para serem inseridos na sociedade, mas para isso devem educar com qualidade.

Nesse sentido, as escolas devem apresentar uma proposta de conteúdo relacionada à educação ambiental como forma de contribuir e enriquecer o potencial de aprendizagem dos alunos, assim como levá-los a uma análise crítica sobre o cuidado que devem ter com o meio ambiente, uma vez que o cuidado e a preservação do ambiente não são só de responsabilidade dos governantes, mas de todos os inseridos no meio social.

A instituição que educa deve deixar de ser ‘um lugar’ exclusivo em que aprende apenas o básico (as quatro operações, socialização, uma profissão) e se reproduz o

conhecimento dominante, para assumir que precisa ser também uma manifestação de vida em toda sua complexidade, em toda sua rede de relações e dispositivos com uma comunidade, para revelar um modo institucional de conhecer e, portanto, de ensinar o mundo e todas as suas manifestações. (IMBERNÓN, 2011, p.8).

Diante disso, pode-se compreender que as instituições de ensino são um lugar onde se absorve o processo da aprendizagem, onde se avança com os conhecimentos em diversas áreas principalmente da educação ambiental. Esse lugar de aprendizagem tem muito a contribuir com a comunidade escolar quanto à formação dos educandos sobre a educação ambiental. Logo, uma instituição que educa reproduz em sua clientela novos conhecimentos que contribuirão para o seu meio social.

A instituição de ensino por integrar a comunidade escolar, desempenha papel fundamental, conforme Torales (2006, p.59) que traz sua contribuição ressaltando que “pode exercer um importante papel na mobilização social, e os professores como elementos de referência institucional, potencialmente, são peças-chave na composição de cenários que favoreçam a articulação de respostas sociais às demandas socioambientais”.

Dessa forma, a escola pode contribuir, porém, é indispensável que a mesma disponibilize subsídios e orientações para que todos possam obter conhecimentos e informações acerca da educação ambiental.

Em razão disso, ressalta-se que cada instituição de ensino deve analisar que atividades trabalhar em seu cotidiano, a fim de despertar o senso crítico do aluno para a realidade a qual vive, considerando os problemas vivenciados, a relação homem e natureza, os impactos ambientais e promovendo o desenvolvimento sustentável. Ressalta-se, contudo, o despertar, a construção, e o gosto pelo aprender ambiental.

Na década de 1990, no intuito de promover a EA nos diversos níveis de ensino, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) consolidaram a discussão em torno da inclusão da EA nos diversos níveis de ensino. Este documento possibilitou a abordagem da temática ambiental no contexto das disciplinas já existentes nos currículos escolares, sem a criação de disciplinas específicas para a temática. Seu texto final instituiu que a educação ambiental tivesse um tratamento transversal no currículo, ou seja, que todas as disciplinas integrem e contemplem em seus conteúdos a temática ambiental, visando a interdisciplinaridade.

Além das atividades, as Instituições de Ensino devem disponibilizar um elemento essencial que é a capacitação dos professores que lecionam na educação básica, esta é de fundamental importância. A formação e capacitação dos professores que ministram aulas sobre educação ambiental é crucial, uma vez que se preparam para formação de outros integrantes da sociedade, que são os seus alunos.

[...] EA é resultado do diálogo entre diferentes disciplinas e experiências educacionais, devendo então, ser adotado um enfoque global enraizado numa ampla base

interdisciplinar. Parte-se da ideia de que a EA, como prática educativa, é, sobretudo, uma resposta da educação a uma preocupação da sociedade com a questão socioambiental, e que se definiu no próprio processo de atuação, recebendo, portanto, influências distintas de forças sociais que se identificavam com o debate socioambiental. (SAHEB, 2013, p.14).

É de suma importância que os professores possam diversificar e encontrar formas de trabalhar e abordar temática em cada disciplina como tema transversal, por isso é necessário que todos estejam preparados e capacitados para ministrarem essas disciplinas, pois contribuirão para o conhecimento de todos os educandos.

De acordo com Morales (2009, p.23), “a Educação Ambiental apresenta-se com a finalidade de preparar profissionais com novas mentalidades e valores socioambientais, capazes de compreender as complexas inter-relações e motivados a exercer ações reflexivas e críticas”. Nesse sentido, compreende-se que mediante sua formação profissional, o educador contribui com o conhecimento e formação dos seus discentes, transformando-os em cidadãos mais cuidadosos e conscientes.

Tem-se, portanto, a Educação Ambiental inserida nas demais esferas do ensino formal, desde a educação básica até o ensino superior, e a inter-relação entre os diferentes estágios do ensino é, deveras, muito importante, pois estabelece-se a continuidade da criticidade ambiental que se faz necessária, e em ambos estimulando a produção do conhecimento científico, mas abrindo espaço para que o empirismo também atue a partir do trabalho sensorial e das experiências vivenciadas. (RACHID; MENDES; NEIMAN, 2022, p.75)

Assim, pressupõe-se que nessa fase os alunos começam a adquirir conhecimentos para darem prosseguimentos em outras modalidades de ensino e obtendo novos conhecimentos sobre a educação ambiental.

A educação ambiental deverá ser implementada no ensino formal, sendo desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando a educação básica, a superior, a especial, a profissional, e a de jovens e adultos. (FIORILLO, 2015, p.136).

O estudo sobre a educação ambiental traz grandes contribuições ao processo de ensino e aprendizagens no cotidiano educacional. Através desses conhecimentos obtidos, os alunos adquirirão valores, atitudes e comportamentos para colocarem em prática tudo aquilo que aprenderam em sala de aula de forma interdisciplinar no referido assunto, educação ambiental.

A educação ambiental é um componente essencial à formação e desenvolvimento do ser humano por levá-los a construir valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que ajudam a conservar e preservar o meio ambiente, repassando e desenvolvendo nas pessoas uma

qualidade de vida. E por construir esses valores jamais deve ser deixada de lado, uma vez que contribui para o desenvolvimento e formação dos alunos.

Quando o aluno obtém conhecimentos acerca da educação ambiental saberá cuidar do seu meio social, pois o estudo referente a essa educação, traz contribuições positivas ao educando, como cita Carvalho (2012), a educação ambiental “[...] possibilita a construção de uma visão mais abrangente geralmente complexa, como é o caso das questões ambientais e que abra possibilidades para uma ação em busca de alternativas e soluções”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista do que foi exposto, tratar a educação ambiental como tema transversal junto às instituições de ensino tornou-se um grande desafio. As informações são inúmeras e as implicações ao sistema de ensino também. A educação ambiental objetiva contribuir para uma relação equilibrada entre o homem e o meio ambiente.

Embora o sistema educacional brasileiro tenha avançado quanto ao tema, ainda carece de intervenções e métodos mais específicos para melhor aplicar ao cotidiano das instituições escolares a temática da educação ambiental.

Dentre os pontos a serem levantados quanto à educação ambiental estes se referem aos conteúdos estabelecidos na grade curricular da escola, porém, a temática ambiental é considerada importante ao trazer contribuições relevantes ao conhecimento e formação do indivíduo. Todavia, o tema é direcionado e não obrigatório de forma a serem temas transversais, logo cabe questionar, como será realizada essa transversalização dos conteúdos? Os professores estão preparados para isso? E as instituições de ensino?

Esses são pontos que não ficam claros quanto ao que se espera da educação ambiental nas escolas brasileiras, assim como isso pode ser aplicado ao cotidiano dos alunos.

Entende-se que a educação ambiental não pode ser colocada nos currículos e conteúdos escolares como um modismo resultante de pressões de organismos multilaterais visando a sustentabilidade do país. É algo que precisa ir além, necessitam de compromissos reais por parte de todos os envolvidos no processo de ambientalização, professores, instituições governamentais e não governamentais, alunos, comunidade escolar, enfim, todos precisam conscientizar-se sobre a situação atual e global do meio ambiente, assim como sensibilizar-se quanto a necessidade que tem em manterem um ambiente sadio e propício para a saúde e o bem-estar de todos, e acima de tudo, da necessidade da participação de todos na melhoria dos problemas ambientais através da prevenção e proteção ao mesmo.

O meio ambiente enquanto assunto de transversalidade nos conteúdos escolares facilitam a compreensão de maneira ampla dos problemas ambientais, porém, para o desenvolvimento sobre o tema, necessita-se de uma política educacional de formação inicial e continuada dos professores.

O professor enquanto mediador ou facilitador do ensino aprendizagem precisa estar capacitado, qualificado quando se trata do tema sobre educação ambiental, uma vez que sugere um aprender a fazer de forma concreta e participativa dos envolvidos. Diante disso, necessitam de instalações físicas adequadas e de recursos didáticos disponíveis para o desenvolvimento de suas práticas. Os temas desenvolvidos levam o aluno a tomar consciência sobre o seu papel dentro da sociedade e do seu compromisso em relação aos cuidados, preservação e prevenção sobre as questões ambientais de maneira responsável.

Finalmente, pode-se dizer que muitos são os desafios enfrentados pelas instituições de ensino no que se refere ao meio ambiente. Problemas ambientais têm sido causa de debate em todos os segmentos da sociedade devido ao seu agravamento, diante disso, cabe a cada um de nós refletirmos e compreendermos de forma crítica as questões ambientais vivenciadas. A proposta hoje da escola juntamente com os temas transversais são o de construir novos valores e possibilitando ao ser humano um viver harmônico e respeitoso junto à natureza e ao planeta

REFERÊNCIAS

AGUINA, R.O.; LISITA, J.; BRAGA, A.R. Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis: Memórias, Reflexões e Boas Histórias. In: RABINOVICI, A.; ZYSMAN, N. (Org.) **Princípios e Práticas de Educação Ambiental**. Diadema: V&V Editora, 2022.

BRASIL, Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 13 julho 2022.

_____. Lei 9795 de 27 de abril de 1997. Dispõe sobre a Educação Ambiental e Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em 13 julho 2022.

_____. Lei nº 10.172, de 09 de Janeiro de 2011. Aprova Plano Nacional de Educação e dá outras providências Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm> Acesso em 13 de julho de 2022.

_____. Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 14 out. 2021.

_____, RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf>. Acesso em 28 de out. 2021.

_____. Instituto Chico Mendes (ICMBIO). Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/pnea.html>. Acesso em 21 julho de 2022.

CORDEIRO, D.R.; CALCINA, H.M.; BRAGA, A.R. Tendências da Educação Ambiental. In: RABINOVICI, A.; ZYSMAN, N. (Org.) **Princípios e Práticas de Educação Ambiental**. Diadema: V&V Editora, 2022.

CARVALHO, I. G. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2012.

DICKMAN, I.; CARNEIRO, S.M.M. **Educação Ambiental Freiriana**. Coleção Paulo Freire nº 05. Chapecó: Livrologia, 2021.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 16ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Docente e Profissional: formar-se para a mudança e a incertezas**. Tradução Silvana Cobucci Leite. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KATAOKA, A.M. et.al (Org.) **O Fazer Educação Ambiental: reflexões necessárias**. Guarapuava: Editora Unicentro, 2021.

MAZUREK, D.; SANTOS, D.A.; KATAOKA, A.M. Oficinas Ecopedagógicas: Realidades e Desafios. In: KATAOKA, A.M. et.al (Org.) **O Fazer Educação Ambiental: reflexões necessárias**. Guarapuava: Editora Unicentro, 2021.

LANFREDI, Geraldo Ferreira. **Política ambiental – Busca da efetividade de seus instrumentos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. p. 197.

MORALES, A. G. **A Formação do Profissional educador ambiental: reflexões, possibilidades e constatações/ Angélica Góis Morales**. Ponta Grossa: ed. UEPG, 2009.

SATO, M.; CARVALHO, I. **Educação ambiental. [recurso eletrônico]: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SAHEB, D. **Os saberes socioambientais necessários à educação do presente e a formação do educador ambiental sob o foco da Complexidade**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

TORALES, M. A. A práxis da Educação Ambiental como processo de decisão pedagógica: um estudo biográfico com professoras de educação infantil na Galiza (Espanha) e no Rio Grande do Sul (Brasil).2006. 566f. Tese (Doutorado Interuniversitário em Educação Ambiental). Universidade de Santiago de Compostela, Espanha, 2006.

RABINOVICI, A.; ZYSMAN, N. (Org.) **Princípios e Práticas de Educação Ambiental**. Diadema: V&V Editora, 2022.

RACHID, L.S. F.; MENDES, J. W.; NEIMAN, Z. Educação Ambiental no Ensino Formal. In: RABINOVICI, A.; ZYSMAN, N. (Org.) **Princípios e Práticas de Educação Ambiental**. Diadema: V&V Editora, 2022

ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE PLANEJAMENTO NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM VOLTADA PARA O CURRÍCULO

Natália Nascimento Hidalgo

RESUMO

O artigo apresenta “Planejamento no processo ensino aprendizagem voltada para o currículo”. Neste sentido, este estudo torna-se importante tendo em vista a abordagem acerca dos percursos que destacam o processo ensino aprendizagem no campo curricular. O objetivo desta pesquisa é conscientizar acerca da interação do currículo de acordo com a realidade do processo educativo, a partir da realidade educacional, tendo em vista que a aprendizagem significativa é relevante a qual pode ser desenvolvida a partir das habilidades cognitivas. Desse modo, é de suma importância discutir acerca desse processo de planejamento no âmbito educativo, a qual serve como suporte de aprendizagem junto a caminhada do educando que pode usufruir de suas habilidades e aquisição de conhecimento.

Palavras-chave: Currículo; Planejamento; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo enfatizar as temáticas discutidas ao longo das aulas, além dos textos que analisam diversas temáticas relativas ao Planejamento, projeto, desenvolvimento e avaliação curricular os quais abrangem diversos conceitos que se relacionam com os artigos disponibilizados como texto base para o suporte na discussão acerca do objeto de estudo.

O objetivo geral deste trabalho é realizar uma discussão teórica acerca do tema em questão, além das ideias dos autores relacionadas ao planejamento concernente ao ensino aprendizagem. Como objetivos específicos, busca revisar criticamente as concepções conceituais associadas às abordagens teóricas acerca da temática supracitada.

A metodologia deste artigo é a pesquisa bibliográfica e analítica, que consiste no agrupamento de produções científicas que versam sobre o tema, para apresentar um panorama histórico e conceitual acerca da problemática de pesquisa analisada. Nesse sentido, a metodologia desse trabalho se desenvolve em duas etapas:

A primeira etapa se refere à exploração dos artigos que tratam da importância de uma revisão de literatura, a fim de questionar adequadamente o objeto de pesquisa e fornecer bases teóricas para tal empreendimento científico.

A segunda etapa, dedicada a aprofundar as leituras sobre o tema relacionado a uma abordagem dialética acerca da temática proposta, sendo realizada a partir da pesquisa em livros e artigos que tratam do referido tema. Essa fase da pesquisa e seleção resultou de seis artigos, a serem utilizados para discutir o tema de forma crítica e reflexiva.

PLANEJAMENTO NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM VOLTADA PARA O CURRÍCULO

As discussões teóricas e empíricas envolvem uma abordagem dos diversos textos: *Aprendizagem Significativa: Revisão teórica e apresentação de um instrumento para Aplicação em Sala de Aula*, do autor Wanderley Pivatto; *Currículo e Educação: Conceito e Questões no contexto educacional*, autora Adriana Regina de Jesus; *O fio tenso que une a psicologia à educação, na organização* Elizabeth Tunes.

A importância de analisar estes textos, está voltada para aprofundar-se nas questões concernentes ao planejamento do currículo e sua compreensão no âmbito escolar. Pois somente através das discussões teóricas é possível chegar a um entendimento dos efeitos de sua aplicação e resultados satisfatórios relacionados ao desenvolvimento do processo ensino aprendizagem.

Considerando que o processo de desenvolvimento do educando pode ocorrer mediante ao investimento dos saberes prévios que estão interligados a implementação do currículo adaptado à sua realidade escolar, considerados elementos socioculturais do ponto de partida para a aquisição de novos saberes.

Assim, neste percurso analisaremos os textos disponíveis e discutidos em sala de aula. O primeiro artigo intitulado, *Aprendizagem Significativa: Revisão teórica e apresentação de um instrumento para aplicação em Sala de Aula*, do autor Wanderley Pivatto.

Neste contexto o autor enfatiza acerca da importância da aprendizagem significativa e seus significados para as necessidades do educando, a qual representa um pilar essencial para que seu processo seja contínuo e obtenha resultados satisfatórios. Assim o mesmo chama a atenção para o método de ensino cuja aplicação deve fugir do método tradicional, além do manuseio de livros desnecessários devido seu extenso conteúdo e linguagem longe da sua realidade.

Sendo assim, é de suma importância a aquisição de novos conhecimentos significativos a partir dos conhecimentos prévios em sua capacidade cognitiva.

Pivatto (2013) refere-se a aprendizagem (significativa ou mecânica) comparada a recepção, pois a medida que os conhecimentos vão sendo processados, ocorre a aprendizagem conceitual e embasada através de novas descobertas, sendo posteriormente adquirida através de sua estrutura cognitiva.

Outro fator essencial da aprendizagem significativa pode ocorrer através da leitura acessível para que entendam e compreendam acerca do conteúdo proposto. Além da adequação de currículos e práticas acessíveis que venham incorporar o educando ao mundo do conhecimento acadêmico, isso refere-se aos materiais concernentes ao suporte de apoio para o educador como ferramenta pedagógica, a saber os mapas conceituais, cuja finalidade está voltada para auxiliar como suporte e aplicação no desenvolvimento cognitivo do aluno.

Muitos são os instrumentos existentes para contribuir junto ao professor no processo de ensino. Entre eles, a construção de mapas conceituais, se constitui como um suporte, cuja finalidade é auxiliar no desenvolvimento cognitivo dos estudantes visando facilitar o planejamento do processo ensino aprendizagem.

Neste sentido, a aprendizagem significativa pode ser adquirida de forma prazerosa através do uso de ferramentas pedagógicas que sejam aplicadas de forma correta, tal como os mapas conceituais para que se possam envolver novas aquisição de conhecimento cognitivo de maneira significativa. Acerca disso, Moreira (2010) afirma que:

(...) mapas conceituais podem ser usados para mostrar relações significativas entre conceitos ensinados em uma única aula, em uma unidade de estudo ou em um curso inteiro. São representações concisas das estruturas conceituais que estão sendo ensinadas e, como tal, provavelmente facilitam a aprendizagem dessas estruturas. Entretanto, diferentemente de outros materiais didáticos, mapas conceituais não são auto-instrutivos: devem ser explicados pelo professor. Além disso, embora possam ser usados para dar uma visão geral do tema em estudo, é preferível usá-los quando os alunos já têm certa familiaridade com o assunto, de modo que sejam potencialmente significativos e permitam a integração, reconciliação e diferenciação de significados de conceitos (MOREIRA, 2010, p. 17).

Esse entendimento deve ser adquirido mediante os direitos dos sujeitos envolvidos a partir desta construção cognitiva a qual deverá ser concebida como um processo de aquisição de novos conhecimentos que ao mesmo tempo qualifique o cidadão e o envolva no pilar do conhecimento científico para que possa estabelecer suas relações sócio históricas e culturais.

Nesta contextualização podemos afirmar as ideias dos autores, Pinheiro Silveira e Bazzo (2007) a qual argumentam em seus trabalhos a importância da LBD junto ao currículo como suporte essencial que pode auxiliar na metodologia educativa dos processos cognitivos e racional.

Já o segundo texto intitulado: Currículo e Educação: Conceito e Questões no contexto educacional, da autora Adriana Regina de Jesus, nos trazem a concepção acerca da importância do currículo no âmbito da educação, pois através de uma análise crítica a autora tem como parâmetro, o pensamento pedagógico brasileiro, podendo dessa maneira, perceber as ideologias, valores e relações de poder presentes no contexto educacional, bem como, suas implicações no cotidiano escolar.

Neste trabalho, a autora realiza uma reflexão acerca dos desafios que o professor enfrenta diante de uma nova visão do mundo e da condição humana, cujo pilar estende-se diante de desafios dinâmica social-política-cultural-econômica da sociedade contemporânea.

Essa abordagem está voltada para o currículo e a pedagogia brasileira a qual estão permeados de ideologias, relações de poder, valores e concepções diferenciadas em relação ao processo educacional como um todo. Isto posto, o discurso e a construção curricular no Mundo e no Brasil não se deu sob uma única ideologia, mas com influência de tendências, objetivos e interesses diferentes.

A autora supracitada ainda destaca em seu trabalho acerca da necessidade de desvincular o currículo da constituição histórica e social, fato aplicado devido às condições de uma necessidade social, econômica e cultural, de modo que essas inovações podem trazer múltiplos benefícios no contexto da educação brasileira.

Como lembra Llavador, (1994, p. 370), “a palavra currículo engana-nos porque nos faz pensar numa só coisa, quando se trata de muitas simultaneamente e todas elas interrelacionadas”.

Ademais, o referido artigo mostra a necessidade de uma visão específica acerca de uma abordagem aprimorada e atualizada com um olhar mais reflexivo acerca do currículo na educação brasileira, de modo que ocorra a necessidade uma transformação social visando qualificar e enfrentar os desframento ocasionados pela educação brasileira.

Podemos contextualizar este artigo, por posicionar-se por uma série de discussões a qual nos remetem a importância de manter uma educação com olhar voltado para melhorias nas políticas públicas, sem rodeios ou supérfluos, mas que seja delineada pelo conhecimento significativo a qual é capaz de colaborar com os sujeitos envolvidos que estão em busca de uma transformação que implique em desenvolvimento sociais e culturais.

Seu conteúdo principal concentra-se nos apontamentos e discussões acerca das propostas pedagógicas e os parâmetros que devem ser aplicados no ambiente escolar para que possam unir-se em prol de uma construção social e emancipadora para formar alunos preparados para lidar com os desafios que estão diante de uma realidade que necessidade de mudanças políticas e educacionais.

No bojo das discussões refutamos a ideia de que os educadores são agentes de transformações sociais juntos aos seus educandos e podem juntos trabalhar em prol de uma emancipação de uma formação mais humanista, crítica, que se preocupe com os aspectos sociais, econômicos e culturais.

Essa educação deve refletir não apenas a agenda pessoal dos profissionais, mas sobretudo a realidade e sua dialética, visto que os saberes seguem se modificando e as urgências no contexto escolar, atualmente, são outras.

Em outro artigo intitulado “O fio tenso que une a psicologia à educação”, na organização Elizabeth Tunes, ressalta acerca das abordagens teóricas e conceituações relacionadas a inserção da psicologia dentro das instituições formais ou não de ensino, o debate em torno da relação entre a ciência psicológica e a relação com a educação.

A obra reúne diversos pesquisadores que explicitam a importância da psicologia com a educação e como aplicá-la nesses ambientes educativos, além de enfatizar a importância das teorias psicológicas no âmbito educativo de maneira que possa despertar as concepções deterministas e evolucionistas em prol da mudança social, sabendo que essa construção deve ser contínua visando a construção do pensamento que rebate utopias alavancadas nos exageros utópicos.

Tunes (2013) aponta que a abordagem política é imprescindível em virtude que o psicólogo e o educador estão do lado do capital, do individualismo, da competitividade, ou da construção do homem novo, que é motivado pelo bem comum de toda a sociedade. A própria postura do aprendiz frente à educação também é um ponto de debate.

Assim, a autora aponta a relação ativa e criativa com o saber, na medida em que o estudante também participa da construção do desenvolvimento de suas competências e habilidades e questiona acerca da importância da memória como suporte do conhecimento. Tais reflexões nos levam a entender que existe uma relação entre a Psicologia e a Educação.

Neste contexto as temáticas discutidas surgiram a discussão deste artigo, os quais teve como suporte teórico as diversas temáticas relativas voltadas para o texto: Planejamento do Trabalho Pedagógico: Algumas Indagações e Tentativas de Respostas. Ideias, (FUSARI, 1990).

Entre outras temáticas discutidas, refere-se acerca do planejamento e sua construção no ambiente escolar, de modo que este pode auxiliar na organização e sistematização das ações do professor, servindo como suporte no trabalho pedagógico capaz de articular a atividade escolar no meio social através do autor José Carlos Libâneo (1991).

Nesta concepção, entende-se que o planejamento escolar busca solucionar os problemas que enfrentam e os possíveis problemas que surgiram, visando a realidade da escola para transformá-la por meio de uma ação conjunta e objetiva, cujo intuito está voltado para a formação moral de seus alunos, proporcionando e dinamizando condições necessárias e adequadas para um trabalho onde os conceitos de solidariedade, justiça e respeito mútuo sejam compreendidos por eles como os maiores valores da dignidade humana.

Pois é nesse ambiente que o aluno aprende a aprender, a acessar, processar e produzir informações, criar atitudes, hábitos e procedimentos científicos, a interagir em grupo e a familiarizar-se com as diferentes tecnologias e linguagens.

Cabe assim, ao professor adotar uma postura como mediador na interação dos alunos entre si, o meio social e os objetos do conhecimento são de grande importância na aplicabilidade dos conhecimentos pedagógicos, pois é por seu intermédio que o aluno encontrará as ferramentas e os métodos sistematizados do conhecimento.

A visão deve envolver as propostas e práticas pedagógicas e na formação de cidadãos críticos, conscientes e empreendedores, essa proposta deve valorizar a aprendizagem ativa e significativa, contemplando os princípios humanistas e construtivistas e criando condições para que o educando seja autor e ator no processo de aprendizagem

Neste sentido, considerando que o planejamento deve ser pensado como um ato político-social, não se pode conceber que o professor não realize o mínimo de planejamento necessário para seus alunos, afinal, o planejamento no processo educativo, segundo Menegolla; Sant'Anna (2001)

não deve ser visto como regulador das ações humanas, ou seja, um limitador das ações tanto pessoais como sociais e sim, deve ser visto e planejado no intuito de nortear o ser humano na busca da autonomia, na tomada de decisões, na resolução de problemas e principalmente na capacidade de escolher seus caminhos.

Sabendo que o planejamento deve ter por objetivo subsidiar a organização coletiva da prática pedagógica a partir da qual os educadores se sintam desafiados a assumir uma prática reflexiva, crítica e criativa capaz de, através de uma ação coletiva, unir forças e direção a posturas compromissadas, autônomas e emancipatórias, visando ao acesso e à permanência com sucesso do aluno na escola.

Nestes termos, Fusari (2011) destaca acerca do conceito de avaliação, ao afirmar que:

Avaliar não é só quantificar e medir, embora esta tendência tecnicista ainda predomine nos instrumentos avaliativos. A avaliação traduz a concepção teórica da sociedade liberal conservadora, um “modelo social nascido da estratificação dos empreendimentos transformadores que culminaram na Revolução Francesa” (FUSARI, 2011, p. 77).

Neste contexto, podemos afirmar que a avaliação não pode estar alienada a regras impostas ou instrumentos avaliativos taxados, mas sim a uma reflexão da sociedade liberal conservadora fundamentada em modelos que visam a transformação a partir das construções históricas, como modelo de avanço e mudanças no ambiente educativo.

Esses objetos visam favorecer o desenvolvimento do raciocínio, da capacidade expressiva, da sensibilidade estética e da imaginação, por meio do trabalho de resolução de problemas sociais e políticos.

Os contextos significativos tornam-se uma ferramenta fundamental para o andamento dos envolvidos educandos, cujo intuito visa demonstrar que o processo ensino-aprendizagem é capaz de ocorrer através de diversos meios, rompendo assim as barreiras do método monótono de ensinar e propagar o conhecimento científico, de modo que os conceitos aplicados devem ser satisfatórios e levem os sujeitos aprender de forma dinâmica e prazerosa.

Diante desta realidade, a adaptação de práticas educativas mediante os currículos adaptados em cada ambiente escolar.

Nesta mediação, o docente ao adequar sua prática pedagógica, pode desenvolver métodos e aplicações embasados sobre formatos de desenvolvimento curricular, através de material didático multimídia estruturado em modo dialógico, procedimentos avaliativos específicos, demandas de saberes docentes, dimensionamento de conteúdos e práticas a serem trabalhados para se alcançar a aprendizagem significativa para que ocorra a pertinência a determinados objetivos.

Tais práticas devem abranger o ensino aplicado aos recursos didáticos que propiciam o ambiente equilibrado e inovador com o intuito de proporcionar novas experiências e oferecer estabilidade no acompanhamento das atividades escolares, já que poderão ser importantes aliados.

Ademais, estratégias pedagógicas devem ser valorizadas através dos currículos na resolução dos problemas mais complexos que dificultam o ensino remoto, atentando para análise no currículo acerca das competências e habilidades conseguem ser melhor trabalhadas a distância, para que sejam o foco das atividades pedagógicas neste período de fechamento das escolas.

Pois ao refletir sobre a avaliação e o planejamento, pontuamos que deve ser voltado para a motivação e adaptação em treinar o aluno na construção do conhecimento. Pois motiva os alunos é construir o conhecimento por si e fazê-lo se sentir parte do processo de ensino, de aprendizagem e de avaliação por meio de vivências na escola.

Pois o professor deve ser visto como pessoa e como profissional, que sua formação é um processo contínuo e fundamental, que abrange toda a sua vida. Assim, fica claro que somente a prática contínua aperfeiçoará este profissional e estará promovendo a construção de conhecimentos e aflo-rando habilidades para a prática docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de suma importância, a promoção ao acadêmico a experiência fundamental na contribuição para o seu futuro. Colocar em prática os conhecimentos adquiridos na vida acadêmica é essencial para uma reflexão mais abrangente numa construção pessoal e social. Apareceram algumas dificuldades, contudo estas não sobrepuseram o sucesso do trabalho, sendo tomadas as providências necessárias, no momento certo.

Entre as adequações, que visa o andamento no processo-ensino aprendizagem, seria repensarmos acerca da avaliação dos discentes, levando em consideração tudo que está associado ao seu envolvimento com as práticas e atividades propostas será necessário repensarmos acerca da avaliação.

Além disso, as práticas curriculares devem propor aos docentes a revisão dos planejamentos escolar, com intuito de recuperar as aprendizagens que não obtiveram bom êxito, atentando assim, uma melhor compreensão dos conteúdos repassados ao longo desse período.

Cabe ao docente, manter o foco e a persistência diante dos desafios nesta metodologia diferenciada em que muitos discentes precisam de olhar especial principalmente quanto às dificuldades encontradas ao longo das atividades escolares.

Sendo assim, as práticas educativas tornam-se de extrema importância, visto que possibilitam ao educador um aprofundamento maior sobre os pressupostos e variáveis do processo de ensino-aprendizagem, abrindo-lhe um leque de possibilidades de direcionamento do seu trabalho a partir de suas convicções pessoais, profissionais, políticas e sociais, contribuindo para a produção de uma

prática docente estruturada, significativa, esclarecedora e, principalmente, interessante para os educandos.

Diante do exposto a continuidade desta pesquisa torna-se relevante, pois possibilita investigar na sociedade brasileira as adaptações, mudanças e integrações no processo educativo, além disso, que a comunidade possa estar ciente acerca da importância do conhecimento científico a qual pode ser uma ferramenta capaz de alicerçar saberes e construções sociais.

Dessa forma o presente estudo possibilitou um conhecimento mais aprofundado acerca das abordagens que estão interligadas ao currículo de modo que ocorra a aprendizagem significativa.

Nesse sentido os envolvidos assumem uma postura ativa em busca de buscar melhores estratégias que possam contribuir para a construção de saberes significativos, pois o ato de envolver-se nesses pressupostos possibilita a ampliação de novos conhecimentos e concepções científicas.

REFERÊNCIAS

JESUS, Adriana Regina de. **Currículo e Educação: Conceito e Questões no Contexto Educacional.**

LLAVADOR, F. Beltrán. Las determinaciones y el cambio del currículo. In: ANGULO, José Félix;

BLANCO, Nieves (Coord.). **Teoría y desarrollo del currículo.** Málaga: Ediciones Aljibe, 1994. p. 369-383.

MENEGOLLA, Maximiliano. SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como planejar?** 10ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MOREIRA, M. A. **Mapas conceituais e aprendizagem significativa.** São Paulo: Centauro, 2010.

PIVATTO, Wanderley. Aprendizagem Significativa: Revisão Teórica e Apresentação de um Instrumento para aplicação em Sala de Aula. **Revista Eletrônica do Campus Jataí**, UFG. Vol 2, n.15, 2013.

FUSARI. Planejamento do Trabalho Pedagógico: Algumas Indagações e Tentativas de Respostas. **Idéias.** São Paulo, n. 8, p. 44-59, 1990.

Tunes, Elizabeth (Org.). **O fio tenso que une a psicologia à educação** – Brasília: UniCEUB, 2013.

AS INCERTEZAS DO COTIDIANO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO 4.0

Edileuza Cidade Jacaúna Brelaz
Meire Alves Muraiare de Freitas
Zilma Andrade Silva

RESUMO

A pesquisa sempre foi aliada da comunidade científica, tendo papel fundamental ao agregar conhecimentos novos aos já existentes, visando isto, o seguinte trabalho tem como tema: os principais tipos de pesquisa e suas aplicações no contexto acadêmico. Seu objetivo é demonstrar que apesar dos variados métodos de pesquisa pode-se selecionar 3 metodologias dessas como principais. Foi utilizada a metodologia de pesquisa qualitativa de cunho descritivo e bibliográfico. Tendo como resultado que as principais metodologias são a histórica, a pesquisa descritiva e a estudo de caso, mas que independente disso uma pesquisa pode ser mais abrangente e utilizar mais de um método para criar uma especificidade maior para cada assunto de interesse.

Palavras-chave: Educação 4.0; Capacitação; Bases de Ensino.

INTRODUÇÃO

O século XXI iniciou-se de forma instável quanto ao futuro da humanidade. Diversos eventos ocorridos durante o século anterior fizeram com que fosse possível visualizar a imprevisibilidade de certezas que se possuía até então em transformações e no progresso da humanidade como as pandemias, acidentes e processos históricos que se deram na atualidade. Interpretar essa realidade do momento é essencial para a compreensão de que se faz necessário agir de acordo com os riscos e tomando precauções com fatores de longo e curto prazo, levando em consideração que nenhuma ação está segura. De acordo com Morin (2000, pág. 83), “A aventura incerta da humanidade não faz mais do que dar prosseguimento, em sua esfera, à aventura incerta do cosmo, nascida de um acidente impen-sável para nós, e que continua no devenir de criações e destruições”.

O trabalho pedagógico sofreu mudanças significativas, alunos e professores em casa, mas não se pode adiar o conhecimento, ele tem que continuar. Para Edgar Morin, o inesperado surpreende-nos. É que nos instalamos de maneira segura em nossas teorias e ideias, e estas não têm estruturas para acolher o novo e nessa perspectiva diante das incertezas concordamos com Edgar Morin quando afirma que o inesperado nos surpreende. Não podemos jamais prever como se apresentará, mas deve-se esperar sua chegada, ou seja, esperar o inesperado. E quando o inesperado se manifesta, é preciso ser capaz de rever nossas teorias e ideias, em vez de deixar o fato novo entrar à força na teoria incapaz de recebê-lo.

No contexto educacional, o enfrentamento de dificuldades é comum, e décadas após décadas as inovações tecnológicas, bem como a integração com as mídias digitais têm se tornado cada vez

mais, embora lentamente, presentes em salas de aula e no processo de ensino aprendizagem. No entanto, o novo inesperado (COVID-19) fez com que professores iniciassem ou colocassem em prática de forma abrupta e desafiadora uma nova forma de transmitir e obter conhecimento através das tecnologias digitais. Foram repentinamente desafiados a pensar e repensar suas práticas pedagógicas num tempo corrido e cheio de complexidade no que diz respeito ao uso das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) na escola e em especial em sala de aula. Apesar dos diversos obstáculos, percebe-se a extrema importância da inserção digital para lidar com a complexidade do cotidiano tendo em vista a educação 4.0, a qual traz inúmeras vantagens valorizando a investigação e as descobertas feitas pelos alunos de maneira integrada e compartilhada com o professor. As metodologias de ensino atuais refletem os impactos da cibercultura na formação docente e sua influência da tecnologia na prática pedagógica e para isso, é imprescindível que se (re)aprenda novas metodologias que possibilitem assim a difusão de uma inteligência coletiva além de novos ensinamentos que possibilitem o construto de diversos estilos de raciocínio através do acesso tecnológico. Nessa perspectiva, Costa (2013) afirma que

é precisamente aí que reside a diferença essencial das tecnologias de informação e comunicação hoje acessíveis: Não são ferramentas destinadas principalmente aos professores, mas sim ferramentas do aluno; não são ferramentas para apoiar a transmissão do conhecimento, mas sim ferramentas que permitem e implicam a participação ativa, por cada um, na construção do seu próprio conhecimento (COSTA, 2013, p.49)

Diante do que foi exposto e considerando o contexto atual pelo qual atravessamos num mundo de incertezas em meio a pandemia, e particularmente no meio educacional, discutiremos a seguir dois fatores relevantes para o sucesso do trabalho docente em meio as tecnologias, são eles:

- I – As incertezas e os benefícios da educação 4.0
- II – Dificuldades da educação na pandemia (COVID-19)
- III - A influência da Era Digital na formação de professores.

As incertezas

A caminhada humana sempre foi uma aventura desconhecida, apesar de alguns acharem terem controles sobre suas atitudes, isso não confirma que elas terão as consequências desejadas. O século XX nos mostrou que as certezas que podem-se ter do futuro são temporárias, e por certas vezes ilusórias. O ensino da história com a perspectiva de visualizar o futuro não são suficientes para definir com certeza o destino da humanidade, mas pode nos ensinar quais erros e atitudes podem gerar previsões melhores. Numa sociedade em que é consciente da incerteza histórica é imprescindível que ela

considere, além das determinantes econômicas, sociológicas, que por si só já são instáveis e incertas, a incerteza geral, que faz com que o futuro humano permaneça aberto e imprevisível.

As sociedades tradicionais viviam certezas de tempos cíclicos, esse mito foi extinto, temos, porém, o conceito de progresso, e deve ser ensinado à base humana que, infelizmente, é incerto. O progresso é uma realidade, mas é obviamente incerto. Principalmente se considerarmos todo o contexto da era em que vivemos. Segundo Morin (1921, p. 80)

O progresso é certamente possível, mas é incerto. A isso acrescentam-se todas as incertezas devido à velocidade e à aceleração dos processos complexos e aleatórios de nossa era planetária, que nem a mente humana, nem um supercomputador, nem um demônio de Laplace poderiam abarcar.

A evolução humana sempre esteve atrelada a um fruto constante de desvios bem-sucedidos, as grandes transformações têm em si uma maneira que é desorganizadora a princípio e reorganizadora posteriormente, esses mesmos processos podem ser considerados ainda por alguns como desvio do normal, entretanto, é assim que surge a evolução, e antes o que era considerado divergente se torna o novo normal, o comum. É importante também ter consciência que o futuro não reserva apenas inovações e criações, existem também destruições, e que se torna um desafio da educação ensinar.

Em geral a história não é linear, mas inconstante e cheia de desvios, nesse contexto o homem é confrontado de todos os lados por incertezas. Segundo Morin (1921, p. 84) “É preciso aprender a enfrentar a incerteza, já que vivemos em uma época de mudanças em que os valores são ambivalentes, em que tudo é ligado. É por isso que a educação do futuro deve se voltar para as incertezas ligadas ao conhecimento”

No mesmo livro Morin (1921) conceitua incertezas que devem ser consideradas, são elas: um princípio de incerteza cérebro-mental, um princípio de incerteza lógica, um princípio da incerteza racional e um princípio da incerteza psicológica. O primeiro se refere ao processo de tradução/reconstrução de todo o conhecimento, o segundo é sobre a incerteza fazer parte da lógica que é demonstrado com uma passagem de Pascal citado por Morin (1921, p.84) que diz “ ‘Nem a contradição é sinal de falsidade, nem a não-contradição é sinal de verdade.’ “, o terceiro sobre a incerteza racional, já que a racionalidade, se não mantém autocrítica vigilante, cai em racionalização. E por último o princípio de incerteza psicológica é sobre existir a impossibilidade de ser totalmente consciente do que se passa na maquinaria da nossa mente, existindo a impossibilidade de um exame crítico, para qual a nossa sinceridade não é garantia de certeza, e que existem limites para qualquer autoconhecimento.

O pensamento então deve criar estratégias de ação e principalmente de reflexão sobre estas mesmas ações, de modo a enfrentar essas incertezas, estando ciente das dificuldades e desafios que cada ação pode sofrer até alcançar o objetivo desejado. Todas as ações que têm o potencial de

oportunidade são também riscos, e isso deve ser explicitado na mente humana para que suas ações se alinhem com o desafio. A estratégia a ser definida deve ser executada independentemente da variação do ambiente externo, diferente de um programa, que se houver modificações no ambiente para de funcionar, a estratégia deve elaborar um cenário de ação que considere as incertezas e as certezas da situação.

Educação 4.0

As tecnologias digitais impactam significativamente as maneiras do humano conceber o mundo ao seu redor, incluindo sociedade, cultura. A partir desta concepção e considerando o contexto atual de tecnologias e de como as novas gerações já nascem inseridas nesse meio, é natural que essas mudanças cheguem ao âmbito educacional. Esta era da educação aliada a tecnologia nos traz mudanças significativas, trazendo metodologias inovadoras os quais devem ter seus alicerces no conhecimento, em pesquisa e no protagonismo do ensino aprendizagem.

No campo educacional a presença das tecnologias na sociedade por si só, já justificam sua integração no campo da educação, sendo plausível levar em consideração que a maioria dos alunos já nascem imersos ao mundo digital, e que também aprendem em ambientes externos a escola, a exemplo do meio social e cultural em que vive fora da escola (PALFREY, 2011).

E educação 4.0 é o termo que existe em sinergia com o conceito de revolução industrial 4.0, a quarta revolução seria a da tecnologia, sendo assim, a educação 4.0 tem como ponto importante a inovação tecnológica no âmbito educacional. Trazendo avanços para a gestão escolar, e para a sala de aula, com auxílio de metodologias variadas.

Por meio da coleta de dados é possível melhorar a administração e organização escolar, criando processos mais eficientes para o desenvolvimento dos alunos. Há também a preocupação com a inserção tecnológica no dia a dia da sala de aula. Implementando metodologias ativas e de aulas diversificadas, fazendo que esse contato com a tecnologia seja simultâneo ao aprendizado. Além disso, um dos pilares importantes é o letramento digital, tido como base para toda a compreensão tecnológica, um equivalente a alfabetização para as tecnologias e possibilidades dessa era digital, os deixando capacitados de forma completa para o mercado de trabalho do futuro.

Entre os benefícios da educação 4.0, está a pequena inversão nos papéis tradicionais da sala, fazendo que os alunos desenvolvam autonomia. Essa é a capacidade de ser seu “próprio dono” e desenvolver um senso crítico mais apurado, pensar sozinhas e se conhecerem muito melhor. Essas habilidades são essenciais para formar pessoas prontas para a realidade do mundo, preparadas para lidar com as incertezas da vida.

Nesse contexto devemos considerar as dificuldades dos docentes também para se adequar a esse modelo de educação, não estando uma vez preparados para esse cenário, esse mesmo modelo que vem passando por uma ascensão devido ao período de crise que a humanidade vive.

Dificuldades da educação no contexto pandêmico

No Brasil, com a pandemia devido ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2) um novo desafio se criou, novamente um desafio inerente à condição humana de incerteza. Apesar do conhecimento sobre uma iminente possível crise viral mundial, diante de sua magnitude percebeu-se o quanto a humanidade se torna frágil em momentos como estes, e como sem informação suficiente somos apenas guiados pelas possibilidades do acaso, que na maioria dos cenários podem não ser favoráveis ao nosso desenvolvimento, ou mesmo sobrevivência.

Inserido nesse contexto, diversas dificuldades surgiram, e para a educação não foi diferente. Muitos gestores escolares tiveram que buscar saídas alternativas para continuar suas atividades. Principalmente, com o auxílio de suportes remotos e novas metodologias, que tinham em suas maiorias tecnologias digitais como base de funcionamento. Aulas presenciais foram substituídas pelo ensino a distância (EAD). Forçando educadores e alunos a se inserirem de forma rápida ao aprendizado de novas tecnologias de comunicação e informação.

A UNICEF estima que cerca de 4,8 milhões de crianças e adolescentes, de 9 a 17 anos, não têm acesso à internet em casa. Correspondendo a cerca de 17% de todos os brasileiros nessa faixa etária. Mostrando que talvez o EAD seja uma realidade distante do Brasil, gerando bastante controvérsias, pois além disso, até mesmo para alunos que tenham acesso à internet, há um grande esforço para aprender a gerenciar o tempo dentro de casa. Isso sem nem considerar o contexto do confinamento e isolamento durante uma crise de saúde mundial.

Se para alunos dessa geração, que são considerados nativos digitais, a educação a distância é uma dificuldade, imagine então para educadores. A tecnologia na educação antes poderia ser considerada somente com uma alternativa, um desvio da metodologia comum, mas que por essa crise teve seu uso impulsionado, chegando a se tornar o novo normal, desta forma então ela produz uma inserção radical de profissionais em uma realidade desafiadora, onde é necessária uma adaptação rápida e pontual. É necessário re(aprender) metodologias e reciclar hábitos de modo a criar um ensino de qualidade. Entre essas estratégias de enfrentamento é necessário o uso de práticas pedagógicas interativas, metodologias ativas e domínio da linguagem computacional. No livro *Desafios da educação em tempos de pandemia* é relatado como ocorre esse processo

Este evento, expôs severamente as insuficiências da educação no país. Podemos afirmar que algumas dessas insuficiências são a falta de formação específica para professores e o entendimento por parte da sociedade e o precário acesso da comunidade

escolar a recursos tecnológicos, como computadores e internet de qualidade (PALÚ et al. 2020)

É certo que docentes que já haviam tido contato com as tecnologias ascendentes e que sempre buscam se reeducar tiveram facilidades enormes de se adaptarem a esse cenário de crise, e isso é devido não só a inserção digital, mas sim também pela atitude de forma geral, a busca por aperfeiçoamento mediante as incertezas. Para profissionais da tecnologia, por exemplo, é preciso essa postura de auto aperfeiçoamento constante, pois esses mesmos estão em um mercado que todo dia se modifica, novas tecnologias são inseridas, novas linguagens, e novas abordagens. Esse tipo de postura o permite estar preparado para as mudanças repentinas de mercado.

Como poderia ser diferente para educação? Se a cada dia as novas gerações são bombardeadas de informações, bem ali, na palma de suas mãos. Seria ingênuo acreditar que as metodologias criadas a anos atrás, ou mesmo décadas, teriam a mesma eficácia para esses dois públicos tão diferentes. O docente tem que acompanhar esse desenvolvimento, como inclusive, preparação para as possíveis incertezas relacionadas à educação. Esta postura de autocrítica, aperfeiçoar-se, e preparação para as incertezas deve ser passada também aos alunos.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa bibliográfica e efetivou-se por meio de pesquisas que contemplaram caráter exploratório com material de domínio público como artigos e livros de referência que permitiram uma célere obtenção de informações. De acordo com GIL (2002 , p.44) “pode-se falar em dois tipos de livros de referência: livros de referência informativa, que contém a informação que se busca, e livros de referência remissiva, que remetem a outras fontes.”

O principal construto teórico utilizado foi Os Sete Saberes Necessários à Educação (2000) onde foi considerado os aspectos do sentimento de incerteza e imprevisibilidade em relação ao futuro, enquanto o aspecto de construção de um ensino digital e uma metodologia de tecnologia educacional encontrado no artigo Enfrentar As Incertezas: Alternativas Didáticas em Ambientes Virtuais possibilita que haja um diálogo interdisciplinar entre essa tecnologia em questão e a pedagogia.

Por meio dos artigos (Re)aprender a Docência no Contexto da Educação Digital e Mídias Digitais, Fluência Tecnológico-Pedagógica e Cultura Participatória: A Caminho da web-educação 4.0 pôde-se notar a real relevância por exemplo de se reciclar o processo de ensino nas escolas e como esse método possibilita que o docente avalie suas próprias práticas além de inovar suas técnicas de instrução.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As diversas transformações na história da humanidade provocaram grande inquietação e incertezas frente ao futuro. A rapidez com que as máquinas ganharam cada vez mais espaço e se tornaram acessíveis possibilitou o vislumbre de um futuro que ainda que imprevisível pautado nesse avanço tecnológico e suas possibilidades de um avanço não só da tecnologia em seu aspecto individual, mas como auxílio e ferramenta de progresso do ensino.

O novo normal, como é chamado, surge trazendo uma consciência a respeito de tudo o que não é linear ambivalente em sua concepção. As criações decorrentes de um processo que anteriormente era de destruição agora possuem caráter de auxílio quanto ao período pandêmico atual, por exemplo.

Através da criação de estratégias de ação, a cultura, sociedade e mundo sofrem modificações tecnológicas de cunho inovador e que trazem mudanças enormes no contexto social dessa educação aliada. Apesar disso, grande parte dos alunos já se encontram inseridos socialmente em âmbito tecnológico, haja visto terem nascido em plena era digital.

Partindo de todos esses pontos surge a educação 4.0, derivada da então chamada de Quarta Revolução Industrial, se trata de um método de inovação tecnológica na educação. Apesar disso, existe uma preocupação em relação a como ela se insere em sala de aula, como estabelecer o letramento digital possibilitando maior autonomia e senso crítico.

Esse suporte remoto que surgiu após o atual cenário pandêmico e início do ensino a distância provocou tanto educadores quanto alunos adentrar ao cenário controverso de desenvolvimento.

Contudo, os docentes são os que mais dificuldades possuem tornando assim essencial que se recicle velhos hábitos e (re) aprenda novas tecnologias pois anteriormente o EAD se mostrava distante da realidade do país até que uma crise na saúde mundial criasse o cenário para desenvolvimento de tais habilidades e contextos para enfrentamento por meio de um método virtual de ensino.

O principal desafio do profissional docente está presente nos mecanismos de domínio de linguagem computacional, práticas pedagógicas interativas e desvio da metodologia comum pois existe um déficit de formação específica no Brasil além de recursos tecnológicos limitados nas redes de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi apresentado um artigo que visou apresentar as dificuldades e a importância de se considerar as incertezas, principalmente em ações estratégicas que nos prepare para o incerto, e levando em consideração o contexto da educação 4.0 para demonstrar notoriedade da inclusão digital visando o futuro.

O conceito de Re(aprender) e se auto aperfeiçoar são os pontos de partida para uma mudança sistêmica na forma de ensinar sobre o futuro e preparar as próximas gerações para os caminhos tão múltiplos e possíveis que o mundo possibilita. Visa-se que a independência e autonomia de pesquisa ajude essas crianças a se tornarem adultos mais capacitados e assim mais completos.

Com uma simples amostra de artigos, foi possível descrever também as dificuldades por parte, principalmente, mas não unicamente, dos docentes de se inserirem nesse contexto, mostrando que professores que já vinham se adaptando e se inserindo em novas tecnologias de TCI tiveram mais facilidade de enfrentar essa crise educacional causada pela pandemia.

O foco também está em mostrar como essa crise que vivemos sempre foi possível, mas incerta, se fosse criado anteriormente medidas e atitudes de aperfeiçoamento aumentaria a chance da humanidade de passar de uma forma mais suave por tudo essa tribulação, demonstrando como o humano sem um nível de informação sobre o desconhecido pode ficar a deriva das possibilidades, nem sempre de fortuna, do mundo e seus infinitos determinantes.

Além disso, é importante comentar sobre como a crise fez com que um comportamento que antes era um desvio do normal, se tornasse um sucesso, ocupando por vezes o novo comum. É o que acontece na educação atual, não se imaginava uma mudança tão drástica e principalmente tão repentina.

REFERÊNCIAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR-6023. **Informação e documentação - Referências - Elaboração**. Rio de Janeiro, 2002.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson, 2006.

COSTA, F. A. **O potencial transformador das TIC e a formação de professores e educadores**. In: M. E. ALMEIDA, P. DIAS, & B. SILVA, O potencial transformador das TIC e a formação de professores e educadores. São Paulo: Loyola, pp. 47-72, 2013.

DESAFIOS da Educação em tempos de pandemia da Covid-19. Evolua educação, [S. l.], p. 1, 18 jun. 2020. Disponível em: <https://ensinointerativo.com.br/desafios-da-educacao-em-tempos-de-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em: 15 out. 2020.

FUHR, Regina Cândida. **(Re)aprender a docência no contexto da educação digital**. Revista de educação, [S. l.], p. 2 3, 1 dez. 2018

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

MÍDIAS Digitais, Fluência Tecnológico-Pedagógica e Cultura Participatória: a caminho da web-educação 4.0? [S. l.], 13 nov. 2019. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/6894>. Acesso em: 15 out. 2020.

MORIN, Edgar, 1921- **Os sete saberes necessários à educação do futuro** / Edgar Morin; tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

NOEMI, Debora. **Educação 4.0: entenda o que é e como se adaptar a essa nova realidade**. Escolas disruptivas, [S. l.], p. 1, 14 nov. 2019. Disponível em: <https://escolasdisruptivas.com.br/tecnologia-educacional/educacao-4-0-entenda-o-que-e-e-como-se-adaptar-a-essa-nova-realidade/>. Acesso em: 15 out. 2020.

OLIVEIRA, Katyeudo Karlos de Sousa; SOUZA, Ricardo André Cavalcante. **Habilitadores da transformação digital em direção à Educação 4.0**. Revista Novas Tecnologias na Educação, [S. l.], p. 1, 1 jul. 2020.

PALÚ, Janete; SCHÜTZ, Jenerton Arlan; MAYER, Leandro. **DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA**. In: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA. 2020. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/documentos/ensino-89/8839-livro-desafios-da-educacao-em-tempos-de-pandemia>. Acesso em: 15 out. 2020.

UNIMINAS, Aldeci Cacique Calixto; OLIVEIRA, Elsa Guimarães; OLIVEIRA, Gilca dos Santos Vilarinho. **ENFRENTAR AS INCERTEZAS: alternativas didáticas em ambientes virtuais**. Revista de educação, [S. l.], p. 1, 1 abr. 2005.

VIDAL, Altamar Santos; MIGUEL, Joelson Rodrigues. **As Tecnologias Digitais na Educação Contemporânea**. Revista multidisciplinar e de psicologia, [S. l.], p. 2 3, 1 maio 2020

AULAS REMOTAS E OS DESAFIOS DE EDUCAR EM TEMPOS DE PANDEMIA: RELATOS DE PROFESSORES DA ESCOLA CONCEIÇÃO XAVIER DE ALENCAR, NO MUNICÍPIO DE TABATINGA-AM

Roseane do Nascimento Hilário

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo relatar os principais desafios enfrentados por professores da Escola Estadual Conceição Xavier de Alencar no município de Tabatinga-AM, em relação às aulas remotas ofertadas por esta instituição pública nos níveis fundamental e médio, em tempos de pandemia da (COVID-19). A pesquisa foi elaborada priorizando a utilização de materiais já publicados e para alcançar os resultados esperados, foi elaborado um questionário para os docentes com questões abertas, onde buscou-se entender como o isolamento ocasionado pela pandemia, afetou as atividades laborativas dos docentes da educação básica da referida escola. Concluiu-se que vários fatores tornaram o ensino remoto, um grande empecilho para os professores, dentre os quais foram citados, a falta do acesso à internet e aos meios tecnológicos, a necessidade de qualificação e apoio ao docente, o desinteresse do aluno, falta de maior atuação da família e aumento da carga horária de trabalho.

Palavras-chave: COVID-19; Ensino remoto; Desafios.

INTRODUÇÃO

A arte de educar tornou-se ainda mais desafiadora no ano de 2020, para todos os educadores do Brasil, em decorrência da pandemia mundial causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2). A descoberta do novo vírus em dezembro de 2019, após casos registrados na China, provocando a doença chamada de coronavírus (COVID-19), fez com que o dia a dia da rotina dos profissionais da educação em todo território brasileiro, fosse totalmente alterado de forma inesperada.

Por se tratar de uma doença infecciosa provocada por vírus que se propaga em humanos, e possuir alta taxa de transmissão que acontece de uma pessoa doente para outra, tornou-se urgente e necessário adotar algumas medidas de prevenção.

Essa emergência em saúde culminou em uma epidemia, sendo a principal maneira de transmissão viral a proximidade interpessoal, principalmente através de gotículas das vias respiratórias, além de contato com superfícies contaminadas e, em seguida, entrada do vírus pelos olhos, nariz ou boca. (GOMES et. al, 2020, p. 3).

Diante do atual cenário a OMS (Organização Mundial da Saúde) orientou o distanciamento social entre as pessoas em todo país, como medida essencial para diminuir a transmissão do vírus covid-19, transformando radicalmente hábitos em vários setores seja social, econômico, incluindo o sistema educacional.

No Amazonas, após o primeiro caso positivo da COVID-19 na capital, o governador por meio do Decreto N. 42.061, de 16 de março de 2020, dispôs situação de emergência na saúde pública do Estado do Amazonas, em razão do rápido avanço da doença.

Sendo assim, o governador e as prefeituras decretaram algumas proibições na tentativa de conter a disseminação da COVID-19 em do estado, dentre elas, ressaltamos a suspensão das aulas da educação básica inicialmente na capital, ampliando posteriormente ao interior.

Nesse contexto, desde então, parte das instituições de ensino da rede estadual deram continuidade aos processos educacionais por meio do ensino remoto ou não presencial, desafiando dessa forma a escola e toda a comunidade escolar a se adaptar ao novo aspecto social.

Portanto, o presente artigo tem por objetivo relatar alguns desafios enfrentados por professores do ensino fundamental e médio, da Escola Estadual Conceição Xavier de Alencar em Tabatinga-AM, em relação às aulas remotas ofertadas por esta instituição pública.

DA SALAS DE AULAS PRESENCIAIS ÀS SALAS VIRTUAIS

Logo após a notificação do primeiro caso de COVID-19 registrado no dia 13 de março de 2020, o governador do estado do Amazonas, por meio dos decretos 42.061, 42.063 e 42.087 respectivamente, suspendeu as aulas na rede pública, como medida para controlar a propagação da doença.

As aulas foram suspensas primeiramente por 15 dias na capital Manaus, sendo prorrogado a suspensão por mais 15 dias pelo decreto 42,063 apenas nos municípios da região metropolitana de Manaus (municípios de Iranduba, Novo Airão, Rio Preto da Eva, Careiro da Várzea, Presidente Figueiredo, Itacoatiara, Manacapuru, Careiro Castanho, Autazes, Silves, Itapiranga e Manaquiri), Parintins (cidade turística) e Tabatinga (região de fronteira).

Todavia, as aulas da rede pública estadual de ensino foram sucessivamente suspensas em todos os municípios do estado, por um período de mais 15 dias, mediante o Decreto n. 42.087, completando 30 dias sem aulas.

Diante desse fato o Conselho Estadual de Educação do Amazonas (CEE-AM), atendeu as deliberações governamentais do Estado, que se refere a suspensão das atividades escolares e por meio da Resolução N. 30/2020, de 18 de março de 2020, dispôs sobre o regime especial de aulas não presenciais no Sistema de Ensino do Estado do Amazonas como medida preventiva à disseminação da COVID-19.

Em cumprimento à Resolução N. 30/2020, a Secretaria de Educação e Desporto (SE-DUC/AM), visando dar continuidade ao ano letivo e às atividades pedagógicas, iniciou no dia 23 de março de 2020, o Regime Especial de Aulas Não Presenciais conforme, a Portaria 311/2020 - GS/SE-DUC, e para isso, pôs em prática o Projeto Aula em Casa, transmitida pela TV Encontro das Águas.

Partindo desse princípio, os professores da Escola Conceição Xavier de Alencar em Tabatinga no interior do Amazonas, se depararam com uma nova realidade imposta pela covid-19, e com ela veio a necessidade de inserir crianças e adolescentes a um novo contexto de aprendizagem, durante a suspensão das atividades presenciais.

Tendo em vista que no primeiro momento apenas alunos da rede pública estadual de outros municípios tiveram acesso às aulas transmitidas pela TV Encontro das Águas, foi disponibilizado aos alunos do município de Tabatinga do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio, a transmissão das aulas através do Centro de Mídias de Educação do Amazonas (Cemeam), por meio do canal YouTube e do aplicativo Mano. As aulas poderiam ser acompanhadas ainda pelo canal “Aula em Casa Amazonas” e no YouTube, pelo www.avaseduc.am.gov.br e ainda pelo aplicativo Mano.

No entanto, no município de Tabatinga o regime de aulas não presenciais proposto pelo governo do estado tornou-se inviável. Não sendo possível a transmissão das aulas pela TV Encontro das Águas, bem como o acesso pelo canal “Aula em Casa Amazonas” no YouTube, pelo www.avaseduc.am.gov.br e pelo aplicativo Mano, em razão do acesso à internet ser precário.

Apesar de o Projeto Aula em Casa ser inovador, foi posto em prática em caráter de emergência, sem levar em consideração o fato de que as escolas dos municípios no interior do Amazonas, possuem uma realidade diferente das escolas dos grandes centros urbanos do país, que dispõe de acesso a várias plataformas online, como, por exemplo: Google Meet, Plataforma Moodle, Chats e Live (Transmissão ao vivo).

Para driblar as dificuldades de executar o Projeto e as limitações de acesso à internet, professores da Escola Estadual Conceição Xavier de Alencar buscaram novos métodos de ensino, que assegurem o cumprimento das medidas de isolamento. Visto que existe enorme dificuldade de conter a proximidade entre pessoas que circulam no mesmo ambiente escolar, além da característica estrutural das salas, muitas vezes superlotadas, que proporcionam as aglomerações, tornando assim impossível a realização de aulas presenciais (MÉDICI; TATTO; LEAO, 2020).

Nessa perspectiva, a opção encontrada pelos profissionais da referida escola para prosseguir com o ensino remoto, assegurando o distanciamento em meio à pandemia, foi criar grupos de WhatsApp por série, para repassar os conteúdos aos alunos, um dos meios tecnológicos mais acessíveis à realidade de todos. Rosa (2020), relata que devido a pandemia os professores tiveram que passar a organizar aulas remotas, atividades de ensino mediadas pela tecnologia, em caráter de urgência.

No entanto, os professores se depararam com vários desafios para continuar essa modalidade de ensino remoto, que vão além da falta de equipamento adequado ou acesso à internet.

DESAFIOS DO ENSINO REMOTO PELO WHATSAPP

Durante a análise da pesquisa realizada com 11 professores do ensino médio e fundamental da escola Estadual Conceição Xavier de Alencar, os quais serão identificados por numerais em ordem crescente, a fim de que suas identidades sejam preservadas. Constatou-se que para levar conhecimento aos alunos sem um convívio direto, tornou-se um grande desafio, que embora o WhatsApp seja um aplicativo muito utilizado nas redes sociais, nem todos têm acesso a essa tecnologia.

Analisando o questionário direcionado aos professores participantes, nota-se que no tocante ao acesso à internet, a falta desse recurso é citada com um problema comum a todos, assim como para alguns alunos, que além da carência da internet, estes não possuem uma das ferramentas mais acessíveis e necessárias adotada para essa modalidade de ensino remoto, ou seja, o aparelho celular. Como pode ser comprovado nos relatos abaixo:

Tenho dificuldades em acompanhar meus alunos e tirar dúvidas por falta de internet. (PROFESSOR 1, 2021).

O ensino remoto está sendo desafiador na região em que moramos devido à falta de internet. (PROFESSOR 2, 2021).

[...] a questão do acesso à tecnologia e à internet é um desafio, pois a realidade de um aluno pode variar muito. Enquanto uns podem ter um celular ou computador para acessar as aulas, outros precisam dividir o aparelho celular com toda família, isso quando podem, porque alguns não têm condições financeiras para comprar um celular. (PROFESSOR 3, 2021).

Apesar do desenvolvimento e expansão das tecnologias da informação e comunicação percebe-se ainda que poucos têm acesso à internet e às suas tecnologias, ocasionando desigualdades na medida em que apenas alguns são beneficiados e outros ficam distanciados do progresso (FELIZOLA, 2011).

Nesse contexto, devido a tal problemática, as atividades desenvolvidas pelos docentes de forma remota são disponibilizadas também na forma impressa, sendo entregues aos alunos ou responsáveis na própria escola.

Em relação às metodologias e ao uso das novas tecnologias utilizadas no ensino remoto alguns professores afirmam que apresentam dificuldades, para desenvolverem inovações nas formas de ensinar exigidas no cenário atual, por estarem limitados apenas ao que se pode fazer por meio do aplicativo WhatsApp, ou por não possuírem conhecimento a respeito, pois não foram preparados para isso. Pode-se constatar com as seguintes concepções:

[...] encontrei algumas dificuldades pelo fato de não poder interagir com todos ao mesmo tempo, fazendo explicações como numa sala de aula presencial, pois no grupo há vários professores, os conteúdos são postados semanalmente e as dúvidas solucionadas apenas no privado, o que se torna cansativo. Não posso explicar para

que todos ouçam no grupo, a resposta de uma dúvida acaba não servindo para os demais (PROFESSOR 4, 2021).

Tenho dificuldades e não são poucas no manuseio com alguns recursos tecnológicos, gostaria muito de gravar aulas, mas me sinto insegura em fazer com que chegue até aos alunos. (PROFESSOR 5, 2021).

No que diz respeito aos meios tecnológicos disponíveis para produção das aulas remotas, além do aplicativo *WhatsApp* citado anteriormente, os professores contam com alguns recursos próprios, evidenciando a necessidade de apoio diferenciado aos profissionais por parte do governo, que se adequem à realidade de cada região.

Retiro do próprio “bolso” para pôr recarga/crédito no celular, pois uso dados móveis da operadora, na qual tenho serviços de telefonia. Além do aparelho celular, que com as aulas remotas, os arquivos de memória não suportam, tive que comprar outro notebook para passar as fotos das atividades para poder liberar espaço na memória [...] (PROFESSOR 6, 2021).

Como recurso tenho o chip da Claro corporativo que recebi do governo anos atrás, mas na área onde moro não pega sinal de internet 4G. Como preciso de internet para trabalhar, de custeio próprio, uso uma antena da Amplimax e assinei um plano de internet colombiana (PROFESSOR 7, 2021).

Ainda em relação ao que foi exposto, essas dificuldades tecnológicas poderiam ser solucionadas ou amenizadas mediante ao investimento em ferramentas tecnológicas que permitam o acesso à internet para todos os professores e estudantes, bem como uma maior preparação dos professores para que possam utilizar melhor os recursos tecnológicos, aumentando as suas possibilidades de conexão junto a tecnologia.

[...]nem todos os educadores brasileiros, tiveram formação adequada para lidarem com essas novas ferramentas digitais, precisam reinventar e reaprender novas maneiras de ensinar e de aprender. Não obstante, esse tem sido um caminho que apesar de árduo, é essencial realizar na atual situação da educação brasileira (CORDEIRO; 2020, p.10).

No que se refere a participação do aluno nos grupos de estudos e a entrega das atividades em tempo hábil, os professores também encontraram algumas dificuldades, conforme o exposto a seguir:

Os alunos não conseguem entregar as atividades nas datas propostas por muitos motivos, às vezes o arquivo não suporta e ou não abre, dependendo da localização para internet funcionar demora dias. (PROFESSOR 8, 2021).

[...] os alunos não conseguem acompanhar as postagens das atividades nos grupos, falta planejamento e organização por parte deles para resolver seus exercícios, associado ao descompromisso com os estudos. (PROFESSOR 9, 2021).

Para Pezzinie Szymanski (2015):

Dentre todas as dificuldades pelas quais passa a educação no Brasil, destaca-se, atualmente, um grande desinteresse por parte de muitos alunos, por qualquer atividade escolar. Frequentam as aulas por obrigação, sem, contudo, participar das atividades básicas. Ficam apáticos diante de qualquer iniciativa dos professores, que se confessam frustrados por não conseguirem atingir totalmente seus objetivos (PEZZINI; SZYMANSKI, 2015, p.1).

Todavia, essa situação quanto a partição e entrega das atividades, aconteceu de maneira diferenciada, sendo que no ensino fundamental houve maior participação do que no ensino médio, essa diferença pode estar relacionada a participação da família

No contexto educacional o que se pode observar é uma falta de interesse da família, pois, muitos pais trabalham fora e ao chegarem em casa não procuram saber dos filhos como foi o dia escolar, se tem lição a ser feita, ou seja, não há cobrança e comprometimento com as tarefas passadas pelos professores, o que ocasiona nos filhos uma falta de interesse e motivação pelo aprendizado escolar (TONCHE, 2014, p.8).

Os docentes relatam ainda o aumento da carga de trabalho para adaptação das aulas, que devem ser de fácil compreensão e estimulem os educandos a ter uma participação ativa, seguindo o que rege o ensino presencial.

Quanto aos critérios de avaliação foram ressaltados pelos docentes, que dependendo do componente curricular torna-se complicado avaliar e abordar determinados conteúdos. Deste modo, de acordo com os professores a expectativas para o futuro da educação pós pandemia, causa muitas incertezas sobre o aprendizado dos discentes, devido a notória desigualdade tecnológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos relatos percebe-se que o novo panorama da educação imposta pela pandemia da COVID-19 é desafiador, para os educadores, no que concerne a mudança do ensino presencial para o ensino remoto.

Apesar da implementação de projetos que viabilizam o ensino aprendizagem nesse momento atípico, a carência de apoio, preparação e investimentos em meios tecnológicos acessíveis a todos, acarreta em uma grande desigualdade, possibilitando uma educação de qualidade da classe social menos favorecida.

Portanto, para que haja de fato a concretização de uma aprendizagem significativa, é necessário levar em consideração os pontos negativos evidenciados, de modo que o direito à educação para todos seja garantido de fato, mesmo perante a catástrofe ocasionada pela pandemia.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. **DECRETO N.º 42.061, DE 16 DE MARÇO DE 2020**. Imprensa Oficial do Amazonas. Disponível em: <http://diario.imprensaoficial.am.gov.br/diariooficial/consultaPublicado>. Acesso em: 14 abr. 2021.

AMAZONAS. **DECRETO N.º 42.087, DE 19 DE MARÇO DE 2020**. Imprensa Oficial do Amazonas. Disponível em: <http://diario.imprensaoficial.am.gov.br/diariooficial/consultaPublicado>. Acesso em: 14 abr. 2021.

AMAZONAS. **Diretrizes Pedagógicas para o Regime Especial de Aulas não Presenciais**. Secretaria de Educação e Desporto, Amazonas, 2020. Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/aula-em-casa/>. Acesso 10 abr. 2021.

AMAZONAS. **Normas Complementares para o Regime Especial de Aulas não Presenciais**. Secretaria de Educação e Desporto, Amazonas, 2020. Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/aula-em-casa/>. Acesso 10 abr. 2021.

CEE-AM. Conselho Estadual de Educação. **Resolução N.º 30/2020**. Amazonas, 2020. Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/aula-em-casa/>. Acesso 12 abr. 2021.

CORDEIRO, K. M. A. **O Impacto da Pandemia na Educação: A Utilização da Tecnologia como Ferramenta de Ensino**. 2020. Disponível em: <http://oscardien.myoscar.fr/jspui/bitstream/prefix/1157/1/O%20IMPACTO%20DA%20>. Acesso 12 abr. 2021.

FELIZOLA, P. A. M. **O direito à comunicação como princípio fundamental: internet e participação no contexto da sociedade em rede e políticas públicas de acesso à internet no Brasil**. Revista de Direito, Estado e Telecomunicações, v. 3, n. 1, p. 205-280, 2011.

GOMES, Júlia Freitas; AZEVEDO, Júlia Gobi de; JAMBELLI, Laura Maiolini. **Ensinar e aprender em tempos de pandemia da COVID-19: relato de experiência**. in Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 6, n. 10, p.81372-81384, oct. 2020. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=+ENSINAR+EM+TEMPOS+DE+PANDEMIA&btnG=. Acesso em 12 abr. 2021.

MÉDICI, M. S.; TATTO, E. R.; LEÃO, M. F. **Percepções de estudantes do Ensino Médio das redes pública e privada sobre atividades remotas ofertadas em tempos de pandemia do coronavírus**. Revista Thema, v. 18, n. ESPECIAL, p. 136-155, 2020. Disponível em: <http://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/viewFile/1837/1542>. Acesso em 12 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/183301-tedros-adhanom-e-reeleito-diretor-geral-da-oms>. Acesso em: 12 Abr. 2021.

PEZZINI, C. C.; SZYMANSKI, M. L. S. **Falta de desejo de aprender: Causas e Consequências**. 2015. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/853-2.pdf>. Acesso em: 19 Abr. 2021.

ROSA, R. T. N. **Das aulas presenciais às aulas remotas: as abruptas mudanças impulsionadas na docência pela ação do Coronavírus-o COVID-19!** Rev. Cient. Schola Colégio Militar de Santa Maria Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil Volume VI, Número 1, julho 2020. ISSN 2594-7672. Disponível em: http://avaliacao.se.df.gov.br/?attachment_id=703. Acesso em: 12 abr. 2021.

TONCHE, J. C. S. **O desinteresse dos alunos das séries iniciais do ensino fundamental pela educação escolar: causas e possíveis intervenções.** 2014. Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica. Universidade Federal do Paraná Setor de Educação. Curitiba 2014 Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/47110>. Acesso em: 19 abr. 2021.

CONTRIBUIÇÕES QUASES ESQUECIDAS DE CÉLESTIN FREINET NO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Elaine Fernandes Braga

RESUMO

O uso de atividades extracurriculares nos processos de aprendizagem não é um fenômeno novo. Para contextualizar essa afirmação a aula passeio idealizada por Freinet como no enriquecimento das atividades pedagógicas, na perspectiva experimental de aprendizagem real, incentivando a construção do conhecimento através da curiosidade, da pesquisa *in loco*. Estabeleceu-se como objetivo geral analisar as contribuições de Célestin Freinet e das atividades extracurriculares no processo de ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental. Adota-se a pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa e análise dedutiva de estudos das bases de dados online: Scielo e Google Academic. Conclui-se que Freinet organizou sua classe como uma cooperativa, onde o foco para escola é a cooperação dos alunos em relação à aprendizagem, onde aprender não é apenas o acúmulo de conhecimento, mas a capacidade de administrar bem a vida. Aprender não é um fim em si mesmo, mas satisfaz sua própria curiosidade. Lições - o dia-a-dia da aula não é transmitir conhecimento, mas sim organizar esses processos.

Palavras-chave: Freinet; Atividades Extracurriculares; Ensino Fundamental.

INTRODUÇÃO

A pedagogia Freinet é um conceito de escola alternativa que foi desenvolvido na França na década de 1920. Celestin Freinet, nascido em Gars em 1896, cresceu em um ambiente rural e aprendeu desde cedo o que significa trabalho independente, aprendizado e cuidado. Quando finalmente entrou na escola, descobriu que as salas de aula simples e mobiliadas de forma primitiva eram um ambiente precário que afetava negativamente a capacidade de aprendizado (CAETANO; BORTOLANZA, 2018).

Este centrou-se no aluno como um aprendente livre e auto suficiente e exige um planejamento de aulas orientado principalmente para o aluno e não para a disciplina. Através da auto atividade, a diferenciação na era analógica e que as oficinas de aprendizagem (aulas extracurriculares) se veem sob pressão para se legitimar na era da aprendizagem digital.

Para justificar sua existência e não apenas garantir sua sobrevivência nos museus como uma relíquia romantizada dos 'bons velhos tempos de escola', as oficinas de aprendizagem e seus defensores precisam trabalhar o valor agregado que a aprendizagem pode reivindicar em comparação com a aprendizagem 4.0 (DE PAULA; LEIRO, 2021).

Como medida de precaução, deve-se notar na experiência a ser realizada a seguir que as possibilidades de promoção de aprendizagem da aprendizagem digital não são questionadas e que as oficinas de aprendizagem hoje não podem ser imaginadas sem computadores e Internet. Pelo

contrário, trata-se de comparar as limitações da aprendizagem exclusivamente digital mencionadas acima como preocupações com as oportunidades de aprendizagem das oficinas de aprendizagem que têm sido destacadas desde a sua fundação.

A pesquisa ensino-aprendizagem sabe desde o final da década de 1990 que a aprendizagem é uma conquista construtiva ativa do aluno individual com base em suas respectivas possibilidades. No sentido de um construtivismo pragmático e social, a aprendizagem ocorre através da construção no verdadeiro sentido, ou seja, através da invenção, descoberta, experimentação independente, autode-terminada, observação, reconhecimento e reconstrução, ou seja, abrindo, redescobrimo (MARTINS, 2021).

Assim, a orientação do aluno deve ser colocada em prática na forma de educação, uma abordagem/ aprendizagem holística com cabeça, coração e mão, procedimentos experimentais e estruturação na aprendizagem. As aulas de oficina, nas quais a aprendizagem era organizada como trabalho autodirigido pelos alunos com a ajuda de materiais e objetos (metódicos) de oficina, foram consideradas para complementar, às vezes até substituir, aulas controladas pelo professor e orientadas pelo curso.

O estudo ambiciona responder a uma questão em comum aos autores, enquanto profissionais da Educação: que contribuições Célestin Freinet podem ser utilizadas no processo de ensino e aprendizagem no Ensino Fundamental?

Para responder esse questionamento, o objetivo geral do presente estudo é analisar as contribuições de Célestin Freinet e das atividades extracurriculares no processo de ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental. Especificamente almeja-se refletir sobre os aspectos educacionais do processo de ensino aprendizagem de Freinet; caracterizar as contribuições de Freinet no processo de ensino e aprendizagem; e inferir sobre a importância das atividades extracurriculares no Ensino Fundamental, como metodologia de ensino.

Essas reflexões são necessárias, face aos questionamentos políticos-ideológicos sobre as metodologias de ensino implementadas a partir de 1988, onde se entende como necessárias para a eficácia das ações de professores do Ensino Fundamental. A relevância dessa temática se dá na medida que embora comprovadamente as metodologias tradicionais utilizadas durante a Ditadura civil-militar caracterizada pela limitação do pensamento e do questionamento, foram deixadas para trás sendo substituídas por metodologias pedagógicas, mais progressistas, reflexivas e questionadoras após a redemocratização do Brasil.

A pesquisa bibliográfica sedimenta nossas arguições a partir da abordagem qualitativa, que segundo Bauer e Gaskell (2017) podem trazer uma visão focal e mais particular sobre uma determinada temática.

CONTRIBUIÇÕES DE FREINET PARA A EDUCAÇÃO – TEXTO E CONTEXTO

EDUCAÇÃO E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM - QUESTÕES EDUCACIONAIS

A pobreza e a injustiça social ocuparam Célestin Freinet tanto quanto as atitudes predominantes em relação às crianças e a desumanidade dos métodos de aprendizagem de seu tempo. Suas observações e experiências levaram ao desenvolvimento de sua abordagem pedagógica reformista baseada em uma imagem holística da criança que era nova na época.

Em um retrospecto bibliográfico, autores como Caetano; Bortolanza (2018) e De Paula e Leiro (2021) destacam que Freinet nasceu no sul da França em 1896 como o quinto de oito filhos. A casa de seus pais era uma fazenda, ele estava acostumado a lidar com a natureza, animais e ferramentas. Seus dias de escola devem ter sido bastante torturantes para ele por causa de suas limitações, mas ele ainda queria ser professor, começou sua formação em 1913 e assumiu seu primeiro cargo em 1920.

Ressaltam ainda esses autores, que em 1926 casou-se com sua esposa Elise, que não era apenas uma companheira da família, mas também uma companheira competente em seu trabalho como professor e no desenvolvimento de seus conceitos. Pedagogicamente, ele é fascinado pelas mais diversas correntes da pedagogia reformadora, que floresceu nestes anos. As condições de aprendizagem, como as conheceu como aluno e professor nas escolas, lhe são repugnantes.

As influências de sua vida no campo tornaram-se uma referência no processo educacional, o que era novo e radical durante a vida de Freinet é hoje considerado o padrão conceitual na educação infantil. Para Freinet, a criança é o foco, ele vê a criança como ator em seu desenvolvimento. Ele confia na saúde e vigor do indivíduo, em sua resistência e em seus poderes ativos criativos, no desenvolvimento das possibilidades que estão de acordo com sua natureza, para que possa progredir e realizar seu desenvolvimento máximo de potência (SILVA, 2020).

As crianças criam a si mesmas, projetam, decidem, agem de acordo com sua própria personalidade. O indivíduo merece respeito e reconhecimento de sua independência, autodesenvolvimento e responsabilidade pessoal. Nesse sentido, é importante dar a palavra às crianças, deixá-las dizer e aceitar o seu caminho de desenvolvimento e torná-lo o ponto de partida para a ação.

Os objetivos educacionais não são determinados de fora, a criança não deve ser aparada para atender aos objetivos da sociedade, ela deve desenvolver sua personalidade o máximo possível no seio de uma comunidade razoável. As crianças devem ser tratadas como indivíduos desde o nascimento, devem ter responsabilidades e uma palavra a dizer. Freinet antecipa o que tomará forma e será vivido na prática décadas depois no movimento de democratização do ensino fundamental (por exemplo, na abordagem situacional) (VILLELA, 2021).

Os objetivos educacionais surgem dos caminhos e necessidades de desenvolvimento de cada criança. Encontrá-los e usá-los como ponto de partida para apoiar as crianças é uma tarefa importante para os educadores. A educação no espírito de Freinet exige dos profissionais uma atitude atenta e dedicada. O princípio decisivo é estimular as crianças a seguirem seus próprios caminhos.

Para Freinet qualquer Pedagogia que não se baseie inicialmente na pessoa a ser educada, nas suas necessidades, nos seus sentimentos e nos seus desejos mais íntimos, não pode ser considerada Pedagogia útil e aplicável. A criança está com fome de vida e atividade. Os educadores apoiam as crianças na busca dessa fome. No âmbito do trabalho pedagógico cotidiano, conferem-lhes a responsabilidade e as oportunidades de saciar esta fome e de conhecer a vida (SOARES; DE RESENDE, 2020).

Os adultos prestam muita atenção aos modos da criança e permitem que ela expresse suas necessidades e teste suas ideias sobre o mundo. Segundo Freinet, a educação é um processo determinado por tentativas e pela influência das condições naturais de vida. A tarefa do educador é reconhecer o potencial e as inclinações individuais da criança e criar um ambiente de aprendizagem correspondentemente rico e auxiliador no qual ela receba o apoio ideal.

Isso requer um conceito no Ensino Fundamental que dê espaço e estímulo à criança para esses desejos individuais, muitas vezes espontâneos e diferenciados. Hoje, tais abordagens podem ser encontradas em muitos conceitos de educação infantil (por exemplo, no jardim de infância aberto).

"O Método Natural", é o termo, utilizado na pedagogia Freinet, surgiu da demarcação de Freinet da pedagogia escolar de seu tempo. Ele experimentou as lições como não mundanas, ignorando os interesses das crianças. Para ele, os livros escolares eram um instrumento de emburrecimento. Sua abordagem pedagógica coloca a criança no centro e não mais o professor. É aquilo que na atualidade chamamos de aprendizagem centrada no aluno (SANTOS et al., 2018).

O ponto de partida é a vida real das crianças. O método natural, baseado na livre expressão da criança e na experimentação, promove os passos individuais de aprendizagem em direção ao trabalho genético que atende a todos os requisitos humanos. Freinet utilizou a vida cotidiana e seus desafios como campo de aprendizagem para as crianças. Ele usou o espaço e a natureza como circunstâncias atuais e reais através das quais as crianças podem fazer suas experiências.

CONTRIBUIÇÕES DE FREINET NO ENSINO E APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL

Freinet reconheceu o trabalho independente com o meio ambiente como uma força educacional. Freinet tornou-se conhecido no campo das aulas de leitura e escrita com a introdução da impressora escolar. Aqui as crianças poderiam compor e imprimir seus textos livremente desenvolvidos e discuti-los com outras pessoas.

No campo da educação, isso significa projetar os espaços de desenvolvimento das crianças da forma mais natural possível e criar um ambiente de estimulação cotidiana que defina impulsos que as crianças possam buscar por seu próprio interesse. Isso também inclui o contato livre e frequente com a natureza (MENEZES; NETO, 2020).

Em muitas tarefas dadas, a repetição monótona, recitando e praticando, ele não via propósito e muitas vezes não entendia o significado por trás disso. Essas impressões iriam moldá-lo mais tarde na vida. Depois de se formar, ele afirmou repetidamente que as escolas convencionais são voltadas apenas para a utilidade pessoal e servem apenas para cumprir o currículo, sem se preparar efetivamente para a vida futura.

Em 1923 Freinet participou do congresso da Aliança Mundial para a Renovação da Educação na Suíça¹, onde obteve novos insights e teve a oportunidade de trocar ideias com colegas com opiniões semelhantes. Com o tempo, Freinet formou seu próprio conceito, que deve ser visto menos como uma pedagogia completamente nova e mais como uma coleção de diferentes visões e métodos, que ele acredita serem os melhores.

Na escola onde lecionava na época, ele introduziu pela primeira vez a tipografia escolar, onde os alunos podiam imprimir seus próprios textos e, assim, sair do cotidiano escolar carregado de teorias. Nos anos que se seguiram, foi fundado um movimento, do qual Freinet pertencia, que, entre outras coisas, produziu novos materiais didáticos para permitir que os alunos trabalhassem de forma independente.

Finalmente, em 1935, a primeira escola Freinet, 'Ecole Moderne', foi fundada em Vence com 13 alunos. Hoje a escola ainda existe. Muitas outras escolas Freinet seguiram nos últimos anos, principalmente em países de língua românica, mas também em países do Leste Europeu, América Latina e Japão. Devido às muitas escolas nas quais o conceito foi apenas parcialmente integrado, é difícil estimar o número exato (GUMIERO; DE ARAÚJO, 2019).

A maioria das escolas são escolas primárias (Educação Infantil e Ensino Fundamental), mas o conceito já foi implementado em algumas escolas secundárias (Ensino Médio). Na maioria dos casos, no entanto, não são escolas Freinet puras aqui, mas apenas classes individuais ou séries em escolas abrangentes que implementaram o modelo Freinet. A concepção de Freinet é baseada em:

- As premissas da Revolução Francesa e do Iluminismo e a tradição da escola laica e sua terminologia.
- No contexto de uma república incompleta com uma transformação fundamental da sociedade, economia e escola, de conhecimento e produção de bens orientados para o lucro para métodos de produção cooperativos, não governamentais e formas solidárias.

- Em termos de teoria democrática, essa concepção é uma extensão do conceito republicano de laicidade. Freinet amplia o termo para incluir a educação da criança e da sociedade como um todo, entendendo a emancipação processual como uma orientação para o exercício do poder.
- Esses esforços devem ser entendidos em conexão com as ambições políticas de Freinet no movimento operário francês e seu envolvimento na Resistência a partir de 1941, bem como sua esperança de uma revolução (proletária).
- A conexão entre educação e sociedade deve ser apreciada.

Caracteriza-se por uma atitude democrático-revolucionária e uma perspectiva internacional com ideias idealistas dentro da escola no contexto da crítica de uma reforma pedagógica burguesa-liberal.

FREINET E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Além da ênfase em técnicas de ensino e arranjos de aprendizagem, a ação pedagógica no espírito de Freinet requer supervisão cuidadosa por adultos e uma organização de apoio da vida cotidiana, especialmente em creches e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os educadores não são apenas responsáveis por criar a estrutura factual e natural do ambiente de aprendizagem.

As crianças só podem se desenvolver em uma atmosfera na qual possam sentir os adultos como solidários e interessados, abertos ao diálogo e à aprovação (FONSECA, 2020). O ambiente de aprendizagem nas percepções de Freinet é caracterizado pelo respeito aos direitos das crianças, pelo reconhecimento e individualidade das crianças e pelo apoio afirmativo de todos os processos que emanam das crianças.

Ao permitir que cada criança não faça a mesma coisa que as outras crianças ao mesmo tempo, a prática pedagógica requer compreensão sensível entre adultos e crianças e entre as próprias crianças. Esse cenário dialógico é característico e é praticado em conversas individuais, conversas em grupo e conferências infantis.

Freinet fala do conceito de trabalho como atividade principal da criança. O conceito do jogo fica para trás. O trabalho é entendido como uma atividade que surge do impulso interior da criança para realização e confirmação. Nós descrevemos isso hoje como um jogo infantil. Freinet também chama esse trabalho de “trabalho com personagem de jogo” (*travail-jeu*) (BUSCARIOLO; ANJOS, 2022).

Freinet, entendia que o trabalho faz parte do destino natural das pessoas e as apoia no desenvolvimento de sua força mental e física. E isso acontece na vida real. Então, se as crianças em suas vidas levarem a sério as coisas por conta própria e se envolverem em seus mundos, isso pareceria brincadeira para o adulto.

Para as crianças, o trabalho de Freinet se reflete na observar atentamente como as crianças brincam: o professor pode avaliar se essas estão totalmente engajadas em seu trabalho, imersos em outro mundo em que finalmente vivem de acordo com suas necessidades e em seu próprio ritmo. Se os adultos intervêm, a magia é quebrada.

Queira ou não discutir o conceito de jogo (lúdico) versus o conceito de trabalho hoje parece ser de importância secundária. O fator decisivo são as atividades autodeterminadas das crianças, que elas devem desenvolver com grande seriedade no ambiente de seu espaço experiencial para satisfazer suas potencialidades, sua vontade de viver e sua curiosidade sobre o mundo.

Nas aulas de Freinet, é natural que as preocupações e desejos das crianças sejam apresentados e discutidos em conferências de classe e reuniões (BEZERRA, 2021). A responsabilidade que as crianças assumem pela sua própria aprendizagem transforma-se numa responsabilidade pelas decisões conjuntas e pela aprendizagem conjunta. Crianças e adultos têm a sua opinião em igual medida. A responsabilidade compartilhada não é jogada, mas praticada. O direito de interferir em tudo permeia a vida cotidiana. Os adultos tomam o menor número possível de decisões pelas crianças.

A pedagogia Freinet não é uma estrutura organizacional rígida. Não há jardins de infância Freinet puros, não há materiais Freinet, não há diploma Freinet. As ideias de Freinet surgiram na prática, e ele mesmo enfatizou que não havia criado uma doutrina rígida. Desenvolveu atitudes básicas que devem ser vividas em relação às crianças: reconhecimento dos direitos das crianças, vontade de dialogar, aprender na vida, aprender fazendo e experimentando, autorresponsabilidade das crianças.

É isso que torna tão atraente a pedagogia Freinet, que às vezes é vista como uma “pedreira de ideias a partir da qual tanto blocos inteiros quanto elementos individuais podem ser emprestados para tornar o ensino em todos os tipos de escola relacionado e mais amigável ao aluno (ARENA; RESENDE, 2020). A partir do legado de Célestin Freinet, as seguintes ideias para o trabalho atual no Ensino Fundamental podem se tornar efetivas:

Relação entre educador e criança - Freinet entendia que a relação entre adultos e crianças, tinha a afetividade como norte, uma vez que parafraseando esse pensador, a educação individual pressupõe amor; educação é amor, ou quando este afirmava que felizes são os alunos que encontram no caminho um educador generoso e sábio.

Ao mesmo tempo, Freinet resiste a atitudes que não são seguidas de ações. Os educadores têm um objetivo, a saber, apoiar o crescimento do jovem e a necessidade de conhecimento. Os educadores têm a tarefa de criar um ambiente propício para todas as crianças. Em diálogo com cada criança e por meio de observações, ela descobrirá quais desafios ajudarão a criança a progredir. Confiança - isso é crucial - que toda criança sente e sabe do que precisa e de como precisa (ARENA; RESENDE, 2020).

Autodeterminação e auto responsabilidade - as crianças em estabelecimentos que trabalham de acordo com os princípios de Freinet são capazes de tomar suas próprias decisões sobre o que, onde e com quem querem brincar (ou trabalhar). Isso é possível, por meio de um conceito de sala aberta. As crianças podem definir seus próprios requisitos de movimento, visitar oficinas, trabalhar no estúdio ou ir ao jardim. Para tal, são acordadas regras ou criadas condições que apoiam o princípio da responsabilidade pessoal. São introduzidos “diploma de oficina” ou “carteira de motorista na pista instalada em sala de aula, como forma de Educação no Trânsito que podem ser adquiridos pelas crianças para dar um quadro de responsabilidade e respeito mútuo.

Brincar e trabalhar em um ambiente natural - o foco está em lidar com tecnologia real, natureza real e vida econômica real. A imprensa muitas vezes mencionada na época do trabalho de Freinet é um símbolo disso hoje. O Ensino Fundamental é a porta de entrada para a vida no mundo real, tangível e social, quando esses alunos saídos da Educação Infantil tem um contato mais próximo das realidades educacionais, sociais e de mundo que os cerca (SZCYMSZCYN; GIOVANETTI; CAMARGO, 2019).

Um jardim pode ser cultivado em sala de aula, cada criança pode ser estimulada a cuidar de sua plantinha, enquanto aprende as partes dela, suas cores, aromas, texturas. Da mesma forma deve-se destacar e valorizar as necessidades manuais da casa, essas fazem parte da experiência cotidiana, assim como as tarefas da vida diária: varrer, aspirar, arrumar.

A estimulação das crianças através do espaço e dos materiais é outra característica marcante desta pedagogia. Freinet fala da nova capacidade de criar um ambiente favorável e possibilitar o melhor uso do material que damos às crianças para ajudá-las a alcançar seus objetivos no trabalho (MUNHOZ; PRADO, 2021).

Natureza - a relação com a vida inclui também a relação com a natureza. Não há lugar melhor para experimentar a vida real do que na natureza. Os passeios em parques, zoológicos e ambientes naturais colocam a natureza à disposição das crianças.

Isso também pode ser feito trazendo a natureza para dentro de casa. Paus, folhas, pedras servem como blocos de construção e a base para diversas experiências. As coisas no jardim são usadas para comida e ornamentos, por exemplo a quinta das frutas (ensinar o alfabeto a partir do nome das frutas, que podem depois serem consumidas e explorar-se cores, texturas, sabores, formas, etc.) (BARROS, 2022).

Dar a palavra às crianças - O foco nas crianças que Freinet postulou exige uma atitude dialógica da equipe pedagógica. Freinet introduziu diferentes instrumentos em suas aulas, que geralmente criavam suas próprias constituições e tarefas, que eram determinadas na autorregulação e na participação democrática. Essa abordagem, que tem suas raízes no entendimento democrático-radical de Célestin Freinet, a partir de seis manifestações: o direito de contar histórias; o direito de apresentar

suas próprias preocupações; o direito de ser responsável e de tomar decisões; o direito de expressar necessidades e receber feedback; o direito de fazer algo importante para os adultos e o direito à diversidade adulta.

Se as crianças – especialmente crianças menores – podem formular e entender isso em grupos de discussão de uma forma que as crianças mais velhas ou jovens possam imaginar e praticar é de importância secundária. Em primeiro lugar está a compreensão das demandas que a criança tem do mundo e das professoras da creche, a saber, ser ouvida e vivenciar efetividade (BEZERRA, 2021).

Por fim, mas não menos importante: igualdade de oportunidades - como pensamento final, o aspecto político da pedagogia de Freinet precisa ser enfatizado: as ideias educacionais de Freinet são emancipatórias, elas devem libertar crianças e pessoas de sua redução à usabilidade na sociedade e na economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificou-se que Freinet era um educador de corpo e alma, que se preocupava particularmente em ajudar crianças e famílias socialmente desfavorecidas. Toda a sua obra é um testemunho eloquente do seu empenho socioeducativo até ao auto sacrifício. No entanto, quem quer trabalhar à sua maneira deve também comprometer-se com as suas máximas pedagógicas, que colocam a educação no centro de todos os seus esforços que são realistas e sempre prontos a aprender.

Há de se salientar que não há em receitas prontas Freinet ou mesmo objetivos de aprendizagem operacional. O professor deve deixar cada criança tatear seu próprio caminho até o desenvolvimento ideal de seu potencial de talento.

"Dê a palavra às crianças" - este lema de Freinet, ainda reflete a ideia básica desta pedagogia hoje. Para isso é importante que a distribuição original de papéis na sala de aula – ou mesmo em toda a escola – seja abolida. As aulas dirigidas pelo professor são substituídas pelas aulas dirigidas pela conciliação dos pelos interesses mútuos: professor, aluno e escola.

Com isso conclui-se que a motivação para aprender é baseada na curiosidade natural. Isso deve permitir que as crianças desenvolvam sua personalidade livremente e sigam seus próprios interesses ao trabalhar de forma independente, fatores esses que se refletem na vida do aluno. Da mesma forma, o exame crítico do ambiente também é de imensa importância para os alunos na percepção de Freinet. Investigações, experimentos e excursões devem permitir que os alunos aprendam perto da realidade.

A teoria, que de outra forma é tão difícil para muitos alunos, é substituída por atividades práticas e projetos. Outro princípio importante é a cooperação intensiva entre os alunos, bem como entre as aulas individuais. Desta forma, as ideias podem ser trocadas e os problemas podem ser esclarecidos.

Deixa-se como sugestões de novos estudos as contribuições de Maria Montessori, Emília Freire e Paulo Freire para o processo de ensino e aprendizagem no Ensino Fundamental.

REFERÊNCIAS

ARENA, Adriana Pastorello Buim; RESENDE, Valéria Aparecida Dias Lacerda de. **A vida na escrita e a escrita na vida: um encontro entre Vigotsky, Voloshínov e Freinet**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

BARROS, Flávia Cristina Oliveira Murbach de; FERREIRA, Greice. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E OS PRINCÍPIOS DE CÉLESTIN FREINET EM MUNICÍPIOS PARANAENSES. **Cadernos CEDES**, v. 42, p. 199-210, 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Bh6xntTkBX9zr8kKSR9R6QL/abstract/?lang=pt>. Acesso em 22 jul. 2022.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2017.

BEZERRA, Talita Kelly Santos. **As contribuições de Célestin Freinet no ensino da escrita**. TCC (Graduação em Pedagogia) - Curso de Graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/65686>. Acesso em 29 jul. 2022.

BUSCARIOLO, Ana Flávia Valente; ANJOS, Daniela Dias dos. TRABALHO DOCENTE E PEDAGOGIA FREINET. **Cadernos CEDES**, v. 42, p. 127-132, 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/H3bpfSZGtQ9VNPmQTSSKbWQ/?lang=pt>. Acesso em 28 jul. 2022.

CAETANO, Cláudia Aparecida; BORTOLANZA, Ana Maria Esteves. PEDAGOGIA FREINET: EDUCAR A CRIANÇA PARA A VIDA E PELA VIDA NA EDUCAÇÃO INFANTIL. **Teoria e Prática da Educação**, v. 21, n. 1, p. 29-41, 2018. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/41130>. Acesso em 30 jul. 2022.

DE PAULA, Ercilia Maria Angeli Teixeira; LEIRO, Augusto Cesar Rios. Cartas na educação: contribuições de Célestin Freinet e Paulo Freire. **Revista Cocar**, v. 15, n. 33, 2021. Disponível em <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4855>. Acesso em 23 jul. 2022.

FONSECA, Cláudia Chaves. Os sentidos da comunicação na escola: As contribuições da Filosofia da educação para este debate. **Educação em Foco**, v. 23, n. 39, p. 48-63, 2020. Disponível em <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/3535>. Acesso em 26 jul. 2022.

GUMIERO, Rosane; DE ARAÚJO, Kleber. Contribuições de Paulo Freire e Célestin Freinet ao processo de ensino-aprendizagem. **Acta Scientiarum. Education**, v. 41, p. e41255-e41255, 2019. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/41255>. Acesso em 25 jul. 2022.

MARTINS, Maryelly Barbosa. **O espaço-ambiente escolar: uma leitura a partir das contribuições pedagógicas de Celestin Freinet**. Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia, Campus

Universitário de Miracema, UFT, 2021. Disponível em <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2906>. Acesso em 28 jul. 2022.

MENEZES, Nivia Ferreira da Silva; NETO, Armindo Quillici. **CONTRIBUIÇÕES DE CÉLESTIN FREINET PARA A EDUCAÇÃO: TÉCNICAS EMANCIPADORAS PARA A LEITURA E A ESCRITA**. In ARENA, Adriana Pastorello Buim; RESENDE, Valéria Aparecida Dias Lacerda de. **A vida na escrita e a escrita na vida: um encontro entre Vigotsky, Voloshínov e Freinet**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

MUNHOZ, Lucianna Magri de Melo; PRADO, Guilherme do Val Toledo. **Pedagogia Freinet no Brasil: revisão de produções acadêmicas nos últimos 40 anos**. **Revista Hipótese**, v. 7, p. 37-53, 2021. Disponível em <https://revistahipotese.emnuvens.com.br/revista/article/view/50>. Acesso em 26 jul. 2022.

SANTOS, Diego Marlon et al. **A INFLUÊNCIA DA PEDAGOGIA FREINET NO PAPEL DO PROFESSOR E SUA PROPOSTA PARA UMA ESCOLA MODERNA**. **Pedagogia em Foco**, v. 13, n. 9, p. 52-64, 2018. Disponível em <https://scholar.archive.org/work/xiw434uuijaidei-wsb3nsouueu/access/wayback/http://revista.facfama.edu.br/index.php/PedF/article/download/325/276>. Acesso em 30 jul. 2022.

SILVA, Ana Lúcia da. **Contribuições da pedagogia Freinet para a educação do futuro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Tecnologia, Comunicação e Técnicas de Ensino) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em <http://riut.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/24291>. Acesso em 24 jul. 2022.

SOARES, Raquel Pereira; DE RESENDE, Valéria Aparecida Dias Lacerda. **A PEDAGOGIA DE CÉLESTIN FREINET NA MEMÓRIA DOS PROFESSORES EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA**. In ARENA, Adriana Pastorello Buim; RESENDE, Valéria Aparecida Dias Lacerda de. **A vida na escrita e a escrita na vida: um encontro entre Vigotsky, Voloshínov e Freinet**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

SZCYMSZCYN, Viviana; GIOVANETTI, Sandra Mara Aparecida; CAMARGO, Daiana. **OS ESPAÇOS/AMBIENTES E A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES A PARTIR DAS ABORDAGENS DE FREINET**. **Cadernos da Pedagogia**, v. 13, n. 26, 2019. Disponível em <https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1200>. Acesso em 22 jul. 2022.

VILLELA, Flávia. **Freinet e as invariantes pedagógicas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/33836>. Acesso em 20 jul. 2022.

CURRÍCULO EM CONSTRUÇÃO – REFLEXÕES SOBRE HISTÓRIA, TEORIA E PRÁTICA

Adriana de Souza Pires

RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão sobre a construção do currículo escolar e sua importância para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e as relações sociais e culturais envolvidas nesse contexto. Temos como principal objetivo de nossa produção identificar os elementos fundamentais para a construção do currículo, sejam eles elementos internos ou externos ao ambiente escolar. Como situação problema nessa discussão, buscamos compreender porque os aspectos sociais e culturais são tão relevantes para a formulação das teorias e a prática do currículo. Com base nos aspectos norteadores da pesquisa, iremos apresentar no primeiro tópico deste artigo uma breve história do currículo, sua organização e pressupostos iniciais, no segundo tópico iremos apresentar as teorias do currículo, assim como alguns de seus pensadores, e na última parte iremos discorrer uma breve análise sobre o currículo e a sua construção atrelada a cultura e a sociedade. Nas considerações finais serão evidenciadas algumas questões que identificamos como centrais na construção do currículo na atualidade. Na metodologia da pesquisa empregamos o modelo da pesquisa qualitativa e como método utilizamos a pesquisa bibliográfica, pela qual fizemos o levantamento de obras que já foram produzidas sobre o tema para em seguida fazermos a leitura das obras de autores como Sacristán, Silva e Varela que nos proporcionaram um melhor entendimento sobre o tema em questão.

Palavras-chave: Currículo; História; Sociedade.

INTRODUÇÃO

No campo educacional um tema que merece total atenção é o currículo, pois ele é um dos aspectos primordiais para a organização escolar e também um dos fundamentos para a elaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP das escolas. Para o funcionamento da escola é necessária que toda a estrutura pedagógica esteja coerente com a realidade da localidade na qual está inserida, pois a escola não é uma ilha, ela faz parte de algo maior, por isso precisa ser pensada a partir das suas influências externas, por exemplo a partir da cultura da comunidade da qual faz parte, e onde essas influências estarão impressas serão no currículo, por isso não podemos pensar nele, nem na escola como elementos separados da sociedade.

Ao longo de nossa pesquisa várias reflexões foram propostas, porém uma das que mais se tornou constante foi identificar quais são os elementos fundamentais para a construção do currículo. Através das análises que realizamos, o dado mais consistente que se mostrou foi a cultura e a sociedade, pois elas são elementos chaves para a construção do currículo escolar. No entanto antes de falarmos diretamente sobre o contexto cultural e social que influenciam a construção do currículo, vamos adentrar em temas muito relevantes também, tais como a história do currículo, onde e quando ele passou a ser protagonista para a organização escolar, em seguida iremos abordar as teorias:

tradicionais, críticas e pós-críticas, e no penúltimo tópico iremos refletir sobre como a sociedade e a cultura tem influenciado o currículo escolar.

Em nossa conclusão faremos uma breve análise sobre os diversos fatores que fazem parte da elaboração do currículo, sejam eles fatores internos ou externos à escola, e também propomos uma abertura maior para que as instituições de ensino de fato pensem e repensem os seus currículos contemplando as suas especificidades para não apenas cumprir com a parte burocrática imposta pelos órgãos reguladores, mas sim comprometida com os alunos e com o seu amadurecimento e desenvolvimento escolar, pessoal e social.

BREVE HISTÓRIA DO CURRÍCULO ESCOLAR

A escola nem sempre foi do jeito que conhecemos hoje, muita coisa já mudou, a estrutura era bem diferente de séculos atrás, porém uma coisa é certa, sempre foi necessário estabelecer os conteúdos que deveriam ser ensinados pelos tutores ou pedagogos e aprendidos pelos estudantes. Na Antiguidade Clássica o currículo estava mais voltado à carreira profissional, no entanto já possuía esse caráter de percurso ou carreira, conforme Sacristán (2013, p. 16)

O termo currículo deriva da palavra latina *curriculum* (cuja raiz é a mesma de *cursus* e *currere*). Na Roma Antiga falava-se de *cursus honorum*, a soma das “honras” que o cidadão ia acumulando à medida que desempenhava sucessivos cargos eletivos e judiciais, desde o posto de vereador ao cargo de cônsul. O termo era utilizado para significar a *carreira*, e, por extensão, determinava a ordenação e a representação de seu percurso.

O próprio Sacristán (2013) acrescenta que esse termo em nosso idioma ganhou dois significados distintos, pois um pode estar relacionado ao percurso profissional e o outro, pode estar ligado ao percurso, ou caminho a ser percorrido pelo estudante ao longo da sua jornada acadêmica. Além disso, o entendimento inicial era que o currículo contemplava o conhecimento relacionado aos conteúdos que deveriam ser ensinados pelos professores, como um plano de estudos, que ao ser elaborado pela escola deveria ser entregue aos professores, para que estes ensinassem e os alunos aprendessem aquilo proposto pelo currículo.

Ao longo da história percebemos que foi sendo seguida uma organização dos conteúdos escolares, tais como no caso da Idade Média, onde havia uma classificação em dois grupos de conhecimentos, uma delas era o *Trivium* e a outra era o *cuadrivium*, no primeiro grupo se enquadram três disciplinas: Gramática, Retórica e Dialética e no segundo grupo estavam Astronomia, Geometria, Aritmética e Música. Os dois grupos estavam separados para que um dissesse dos modos de adquirir conhecimentos e o outro do modo de sustentar esses conhecimentos, ou seja, algo mais prático para o cotidiano dos estudantes.

Como se vê o currículo estava ligado a organização da estrutura de ensino e disposição dos conteúdos. Nesse contexto cabe compreender que o currículo adquire uma função dupla, por um lado assume a função de organizar e unificar o que deve ser ensinado e aprendido, e do outro lado ele reforça as fronteiras, como exemplo a separação em matérias (SACRISTÁN, 2013).

Conforme o tempo foi passando e as escolas se tornando cada vez mais presente nas sociedades europeias, novas mudanças foram sendo inseridas, por exemplo desde o século XVI quando foi inserido o conceito de *classes*, assim como o conceito de disciplina passou a ser relacionado aos calvinistas que pregavam muito essa ideia e acabou sendo transposta para o contexto da escola (GOODSON, 2012). Sendo assim o currículo acabou assumindo a função central de organização da escolarização, pois esteve encarregado de selecionar os conteúdos e classificar os conhecimentos que deveriam ser disponibilizados para os estudantes através dos professores.

Dessa forma podemos dizer que o currículo assumiu o papel de regulador do trabalho escolar, pois além dos aspectos mencionados passou a estabelecer também a ordem dos conteúdos a serem ensinados, a separação dos alunos em classes, turmas e graus. Outro aspecto regulador que também foi imposto pelo currículo foi a complexidade de cada conteúdo abordado e em qual série poderia ser estudado, com isso ficou definida a transição ao longo da vida escolar de uma série para a outra, ou seja, ficou estabelecida uma ordem do tempo escolar.

Todos esses elementos impostos pelo currículo representam a organização da vida escolar, ou seja, do caminho que será percorrido pelos estudantes conforme o plano ou programa de estudos definido por uma escola ou uma rede de ensino.

Ao conhecer todos esses aspectos elucidados pelo currículo ao longo dos tempos e na sua elaboração conforme as necessidades de organização da escolarização, precisamos mencionar que o termo currículo somente ganhou o status que tem nos dias de hoje a partir do século XX, nos Estados Unidos, após pesquisas direcionadas ao tema, determinando o que Varela (2013, p. 12) diz que

Embora, ao longo dos tempos e nos diferentes lugares, os professores tivessem lidado sempre com o currículo, mesmo antes de esta palavra passar a ser utilizada, no âmbito educacional, com o(s) sentido(s) que passou a ter a partir do século XX, “a emergência do currículo como campo de estudos está estreitamente ligada a processos tais como a formação de um corpo de especialistas sobre o currículo, a formação das disciplinas e departamentos universitários sobre o currículo, a institucionalização de setores especializados sobre o currículo na burocracia educacional do estado e o surgimento de revistas acadêmicas especializadas sobre o currículo.”

Desta forma fica evidente uma preocupação cada vez maior em estudar e compreender o currículo, evidenciando a tamanha relevância que ele tem para o campo escolar. Através dos estudos voltados para a elaboração do currículo ele passou a ser melhor avaliado e analisado dentro das perspectivas sociais e culturais que se encontrava. Em cada tempo o currículo foi pensado de acordo com as questões externas à escola, como no caso do Estados Unidos, onde o contexto histórico evidencia

questões fundamentais para a exigência de um currículo preocupado em garantir a hegemonia da identidade cultural anglo-americana. Em uma época em que havia um número elevado de imigrantes chegando aos Estados Unidos e trazendo uma enxurrada de culturas diferentes, o currículo aparece como um agente fundamental para encucar nessas pessoas a cultura e as tradições locais.

Devido aos fatores históricos mencionados percebemos que o processo de massificação da escolarização se deu a partir da industrialização, quando os administradores e empresários da época identificaram que poderia ser através da escolarização que às massas seriam transmitidas o espírito do capitalismo, que priorizava o trabalho e o lucro, seguindo essa mesma lógica a escola passou a seguir uma rotina de horários e hierarquias parecido ao que havia nas fábricas.

Sobre esse aspecto podemos mencionar a importante colaboração de Bobbit para a inauguração do que chamamos de Teoria Tradicional do Currículo, sendo que suas principais ideias estavam presentes no livro *The Curriculum*, publicado em 1918. Conforme Varela (2013, p. 22)

Nessa obra, Bobbit propunha uma concepção de currículo numa lógica de eficiência, a cargo de especialistas, incumbidos de fazer o levantamento das habilidades a serem desenvolvidas pela escola bem como a elaboração dos instrumentos de medição ou avaliação dessas mesmas habilidades. A escola funcionando à semelhança de uma empresa comercial ou industrial, incumbe, segundo essa abordagem, cuidar de garantir que as finalidades da educação traduzam as exigências profissionais da vida adulta.

Ao relacionar o funcionamento da escola ao funcionamento da fábrica, Bobbit deixou claro o seu pensamento sobre o currículo como uma questão científica, técnica e politicamente neutra. Na concepção de Bobbit a racionalização da escolarização era necessária para que a massa aprendesse aquilo que o governo pretendia, e assim a interpretação dele também revela que os estudantes poderiam ser comparados aos produtos processados através do processo fabril (SILVA, 1999).

Além de Bobbit outros pensadores também seguiram esse mesmo pensamento, um deles foi Taylor, mas isso tudo tem a ver com o contexto histórico do qual essas ideias fazem parte, pois a emergência da industrialização tem uma grande contribuição para que a educação tenha sofrido influência através do currículo e a escola tenha seguido uma rotina de fábrica e o currículo tenha assumido esse caráter normativo, assim como os professores passaram a reproduzir os conteúdos conforme estabelecido pelos órgãos competentes e os alunos recebiam esses conteúdos na escola para que pudessem reproduzir na vida, mais precisamente pôr em prática em seus locais de trabalho, com a mesma disciplina.

Essa teoria tradicional do currículo vai predominar até 1960, quando vai ser desenvolvida a teoria crítica e a partir de 1980 haverá o surgimento de uma nova teoria, que é a pós-crítica. Sobre cada uma delas iremos expor melhor no próximo tópico.

TEORIAS DO CURRÍCULO

Já que apresentamos um pouco da história do currículo, chegou o momento de falar sobre teoria, pois chegamos na parte em que vamos apresentar as teorias que são estudadas e que fomentaram mudanças no modo de pensar e elaborar o currículo. As teorias do currículo que conhecemos hoje foram definidas conforme o contexto social e sua evolução, mas antes de tudo vamos entender o que de fato vem a ser uma teoria. Silva (1999, p.11) diz que:

Em geral, está implícita, na noção de teoria, a suposição de que a teoria “descobre” o “real”, de que há uma correspondência entre a “teoria” e a “realidade”. [...] a teoria representa, reflete, espelha a realidade. A teoria é uma representação, uma imagem, um reflexo, um signo de uma realidade que – cronologicamente, ontologicamente – a precede.

Na compreensão deste autor percebemos que a teoria é o reflexo ou uma representação da realidade, ou seja, há uma vinculação dos conteúdos presentes no currículo com o que é necessário ao estudante em sua vivência, em suas atividades sejam elas fabris ou empresariais. A escola vai ensinar o que for exigência, por exemplo, do mercado de trabalho, ideia essa que se evidenciou logo na primeira teoria do currículo, como veremos a seguir.

Teoria tradicional

No início do século XX, nos Estados Unidos o capitalismo estava em pleno desenvolvimento e o mercado de trabalho precisava de muita mão de obra para realizar o trabalho nas fábricas, mas como convencer a população da sua importância para o processo de produção em massa nas fábricas? A conclusão a que os pensadores chegaram, foi utilizar a escola, justamente através dela que os indivíduos foram conscientizados sobre as suas funções sociais, de trabalhadores fabris. Nessa oportunidade o currículo escolar adquire um papel regulador do ensino, através do qual as massas eram submetidas aos seus patrões, o currículo os disciplinava em sua rotina de estudos, e essa disciplina era percebida também na rigidez do horário de entrada e saída da escola, assim como esse aspecto também foi transposto para a relação com os professores, que eram respeitados como superiores assim como os patrões na hierarquia das fábricas.

Em meados do século XX surgiu a teoria tradicional do currículo, tendo como um dos seus principais expoentes J. F. Bobbit que escreveu sobre o currículo em 1918, em um período conturbado, onde diversas forças de cunho político, econômico e cultural desejavam envolver a educação de massas com suas ideologias. A partir dessa conjuntura Bobbit aparece com um currículo neutro e conservador, levando em consideração o modelo de administração muito em voga na época que era o

Taylorismo, que tinha como ideias principais a ordem e a eficiência, termos que deveriam ser assumidos pela educação no entendimento de Bobbit.

Outro pensador que seguiu nessa mesma linha de Bobbit foi Tyler (1949), em sua obra *Basic Principles of Curriculum and Instruction*, ele busca conceituar o currículo, procurando explicar os princípios técnicos que permitem definir os objetivos de aprendizagem, sendo que sempre deverá ter sua eficácia mensurada através de um processo de avaliação. Essa visão que ficou caracterizada essencialmente em “como fazer” o currículo chegou a ser classificada por Tyler nos eixos a seguir expostos por Varela (2013, p. 23)

Dito de outro modo, os eixos estruturantes da concepção *tyleriana* do currículo consistem (i) na definição do programa educacional, através de objetivos que indiquem tanto a espécie de comportamento a ser desenvolvida no estudante como o conteúdo ou área de vida em que deve operar esse comportamento; (ii) na seleção das atividades ou experiências adequadas à consecução dos objetivos programados; (iii) na organização eficiente das atividades educacionais, assente em critérios de continuidade, sequência e integração, e (iv) na avaliação da eficácia das experiências de aprendizagem.

Com essas características o modo de ensinar estava profundamente voltado ao ensino mecanizado, um exemplo disso é a técnica da memorização, na qual o estudante deveria armazenar as informações e depois recitar os conhecimentos memorizados. Esse processo fazia parte da avaliação da eficiência do conhecimento transmitido em sala de aula, além disso os resultados dessa avaliação sempre tinham a finalidade classificatória do desempenho individual e dos resultados dos estudantes e das turmas respectivamente. Na teoria tradicional também podemos destacar o trabalho do professor, que utiliza as aulas expositivas como seu principal método de ensino, o que faz dele também o centro do processo de ensino-aprendizagem, deixando em evidência a sua autoridade em sala de aula.

Ao longo do tempo e a partir de novos estudos acerca do currículo surgiram novas visões e novas interpretações, temos a visão tecnocrática, que conforme Varela (2013, p. 24) consiste na elaboração de uma relação de matérias, por disciplinas, ou seja, de um plano de instrução, com a organização de uma sequência lógica.

Após o plano de instrução estar totalmente definido ele deverá ser executado pelo professor através de atividades de instrução. Outra visão que pode ser acrescida a essa teoria é a visão progressista, que teve como principal expoente Dewey (1902), que traz uma visão interessada em dar resposta aos problemas socioeconômicos gerados pela industrialização. Ele atribui à escola o papel de compensação dos problemas da sociedade, direcionando as atividades com base nas experiências das crianças.

Apesar de todos esses avanços o caráter tradicional dessa primeira teoria continua muito evidente, pois nela a escola está a serviço da ordem socioeconômica e a política dominante, que

influenciaram não somente a construção do currículo da época, mas também novos paradigmas educacionais, como acrescenta Pacheco (2015, p. 2799) “Essa concepção de educação e de currículo gerou três grandes paradigmas educacionais, que são: o paradigma tradicional, o paradigma escolanovista/humanista e o paradigma tecnicista/comportamentalista”.

Todas essas ideias continuaram influenciando nas escolas, se cristalizando em algumas delas, no entanto novas formas de pensar o currículo e de fazer a educação acontecer não custaram aparecer, pois a teoria crítica trouxe novidades a partir da década de 1960.

Teoria crítica

A segunda teoria que iremos abordar é a Teoria Crítica do Currículo, que foi desenvolvida em meio ao surgimento de movimentos contestatórios, como o direito ao voto feminino, movimentos estudantis na Europa e a contracultura, todos esses entre outros movimentos que tinham cunho cultural e social questionavam a ordem vigente na década de 1960.

As novas teorias buscam compreender o real papel do currículo na educação, pois diferente da teoria tradicional que tinha o intuito de manter o *status quo*, as teorias críticas passam a desconfiar dele, alegando que ele pode até ser o responsável pelas desigualdades e injustiças sociais. Além disso as novas teorias passam a ser elaboradas à luz da teoria dialética-crítica de Karl Marx. Nesse período outros pensadores se destacam por seguir essa linha, entre eles temos: Althusser (1918 -1990), Bourdieu (1930-2002), Passeron (1930), Baudelot, Establet e Paulo Freire. Sobre os novos teóricos e a teoria crítica, Pacheco (2015, p. 280) diz que

Esses teóricos, pontuaram a necessidade que a sociedade capitalista tinha em reproduzir ideologicamente suas práticas econômicas. E, para esses autores, a escola seria o lócus ideal para que o capitalismo pudesse reproduzir essa ideologia, pois, é justamente a escola que mantém a população em maior número e por um prolongado período de tempo.

Com base nessa concepção, teremos algumas interpretações diferenciadas, por exemplo, no caso de Althusser, que encontra uma conexão entre educação e ideologia, pois segundo ele a sociedade capitalista se mantém por causa dos mecanismos que foram criados para que as instituições garantam que o status quo não seja contestado. É justamente nesse contexto que a escola entra como um aparelho ideológico de Estado, pois será através dela que os indivíduos passam a aceitar as estruturas sociais existentes como boas e desejáveis. No entanto, Althusser argumenta que essa é uma ideologia discriminatória, já que colabora para inclinar os dominados à submissão e ensina os dominadores a mandar e controlar.

Um outro estudo que se destacou dentre as teorias críticas foi o empregado por Bowles e Gintis (1976) que enfatiza a “correspondência”, pois eles buscam relacionar a aprendizagem a

vivência das relações sociais. Nesse contexto os autores entendem que a escola garante que as atitudes necessárias para qualificar um bom trabalhador sejam adotadas, tais como: obediência a ordens, assiduidade, confiabilidade, entre outras. O resultado desse método é que as escolas dos trabalhadores subordinados irão ensinar os estudantes a aprenderem a subordinação.

Outros pensadores que também colaboraram com suas investigações para estabelecer qual a ligação entre a escola e a economia ou entre a educação e a produção foram Bourdieu e Passeron. Os dois vão utilizar o conceito de reprodução, se afastando um pouco da teoria marxista. Com eles surge o conceito de capital cultural, pois para eles a reprodução social está centrada no processo de reprodução cultural. Conforme Silva (1999, p. 34) acrescenta

É através da cultura dominante que a reprodução mais ampla da sociedade fica garantida. A cultura que tem prestígio e valor social é justamente a cultura das classes dominantes; seus valores, seus gostos, seus costumes, seus hábitos, seus modos de se comportar, de agir. Na medida em que essa cultura tem valor em termos sociais; na medida em que ela vale alguma coisa; na medida em que ela faz com que a pessoa que a possui obtenha vantagens materiais e simbólicas, ela se constitui como capital cultural.

Com o predomínio da cultura dominante, aqueles que fazem parte do grupo dominante se sentem mais à vontade, pois a língua expressa será a conhecida e dominada por eles e o currículo será transmitido através do código cultural que a eles já é familiar, facilitando assim uma compreensão natural das coisas. Diferente para as crianças que fazem parte do grupo dos dominados, pois para eles tudo é alheio a realidade que vivem, e por isso agem com estranheza. Conforme a abordagem de Passeron e Bourdieu o capital cultural manifesta-se de forma incorporada, ou seja, internalizada nos indivíduos, por isso alguns irão identificar logo na escola aspectos da sua vivência e outros não, pois possuem vivências diferentes, resultando para a escola na imposição de um mecanismo de exclusão, onde uns se sentirão acolhidos e outros alheios.

Ao chegarmos até aqui percebemos que as teorias críticas não se apresentam de forma simples e uniforme, elas apresentam várias correntes que trazem abordagens diferentes sobre o modo de conceber a escola e seu currículo. Na sequência podemos acrescentar o movimento reconceptualista, que revela uma grande insatisfação com os parâmetros tecnocráticos estabelecidos por Bobbit e Tyler. As novas teorias sociais predominantes na Europa suscitaram a inclusão no currículo escolar de novas ideias, tais como as concepções fenomenológicas, hermenêuticas e autobiográficas.

Para a fenomenologia, conforme Silva (1999, p. 41) “O currículo é visto como experiência e como local de interrogação e questionamento da experiência”. Dessa forma podemos entender que as experiências serão muito mais valiosas nessa abordagem, pois os alunos diante dessa perspectiva fenomenológica terão suas experiências como objeto de investigação. Um dos reconceptualista, William Pinar vai relacionar esse conceito a etimologia da palavra currículo e acrescenta que como deriva

do verbo *currere*, está relacionado a correr, ou seja, remete a ação e renova o entendimento sobre o currículo como uma atividade que não se limita à escola, mas se volta a vida inteira.

Ainda no contexto das teorias críticas precisamos acrescentar as ideias de um dos grandes nomes da pedagogia brasileira, Paulo Freire, que traz na obra *Pedagogia do oprimido* uma análise do processo de dominação baseado numa dialética hegeliana. Freire faz uma crítica a escola tradicional, no entanto sua preocupação está mais voltada à educação de adultos nos países subordinados à ordem mundial. Paulo Freire critica o currículo quando ele utiliza o conceito de “educação bancária” – onde aponta que a educação se constitui de informações e fatos simplesmente transmitidos do professor ao aluno e o conhecimento se confunde a um ato de depósito bancário.

Nesse modelo de educação que Freire nos apresentou o educador tem papel ativo, enquanto que o estudante é passivo no processo educativo. A partir desse ponto de vista Freire propõe então uma educação problematizadora, na qual ele enfatiza que o fazer pedagógico precisa ser um ato dialógico e todos os indivíduos devem estar ativamente envolvidos no ato de conhecer.

Ainda nesse contexto das teorias críticas nós temos a abordagem do que ficou conhecido como currículo oculto, conceito este que foi utilizado pela primeira vez por Philip Jackson, em 1968 no livro *Life in classrooms*. Para entender o que vem a ser o currículo oculto, vejamos que Silva (1999, p. 78) diz que: “O currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes”.

Neste sentido, a compreensão que temos sobre o currículo oculto é que através dele o estudante pode aprender atitudes, comportamentos e receber orientações sobre o que é mais conveniente e desejável na sociedade capitalista, instigando ao conformismo, a obediência e até mesmo ao individualismo. Os meios pelos quais esse tipo de currículo acontece é justamente pelas relações sociais existentes na escola, tais como: professor e aluno, administração e alunos, alunos e alunos. Além desse meio existe também a organização do espaço escolar e os rituais, regras, regulamentos e normas que fazem parte desse contexto. No entanto para que o currículo não seja mais um mecanismo de aceitação da exploração e dominação das massas esse currículo oculto precisa ser desocupado.

Teorias pós-críticas

Ao chegarmos na década de 1980 não bastava apenas evidenciar que o currículo se ocupava em reproduzir os valores e a cultura da classe dominante, era necessário incluir outros grupos sociais, que estavam marginalizadas neste currículo, e é por isso que emergiram as teorias pós-críticas, que trazem em sua base o multiculturalismo e deixam bem em evidência as diversidades presentes na atualidade. Com a abordagem do multiculturalismo surge uma nova perspectiva em reação ao currículo hegemônico, pois o currículo passa também a se apresentar como um movimento legítimo de

reivindicação dos grupos culturais dominados e representa um importante instrumento de luta política (SILVA, 1999).

A partir dessa nova concepção de currículo teremos o surgimento de novas perspectivas de resistência, uma será a liberal ou humanista do multiculturalismo que vai exaltar valores como tolerância, respeito e convivência harmoniosa e a outra será a perspectiva crítica, subdividida em materialista e pós-estruturalista. Em relação aos estudos curriculares o multiculturalismo tem a intenção de substituir as obras de excelência da produção ocidental por obras intelectualmente inferiores, de autores advindos das chamadas minorias, como negros, mulheres, homossexuais (PACHECO, 2015)

Os novos estudos curriculares a partir da década de 1980 passaram a abordar temas mais voltados para os grupos sociais que não fazem parte da classe dominante, ou então que eram excluídos nas teorias anteriores de currículo. Por isso a partir do multiculturalismo passarão a ganhar maior visibilidade questões como as relações de gênero e a pedagogia feminista, o currículo como narrativa étnica e racial, a teoria *queer*, a teoria pós-colonialista do currículo, e outras abordagens que trazem novas discussões acerca do currículo envolvendo novos agentes e novos protagonistas que ficaram por muito tempo excluídos. Sobre isso Pacheco (2015, p. 2805) comenta

Para esses movimentos pós-críticos, o currículo, necessariamente, precisa conceber a diversidade como sendo fruto de questões históricas e políticas. O currículo deve ter um papel primordial na desconstrução do texto considerado oficial, questionando os valores tidos como certos, incluindo e valorizando os valores de todos os grupos sociais, sem distinções.

Conforme o exposto podemos entender que as teorias pós-críticas enfatizam uma ressignificação do currículo, ou seja, implicam em uma nova postura na construção do currículo tendo por base o multiculturalismo, buscando abraçar toda a diversidade social e cultural existente para construir uma escola inclusiva em todos os sentidos e fazendo com que os estudantes tenham orgulho de assumir a sua identidade, sem medos e inseguranças. No entanto esse novo currículo precisa ter a participação e o protagonismo de todos envolvidos na educação, somente assim ele em sua construção será plural e o resultado irá envolver os interesses e anseios não apenas de um grupo, mas serão contemplados os interesses de todos.

CURRÍCULO, CULTURA E SOCIEDADE

Neste último tópico pretendemos estabelecer a relação entre o currículo escolar, a cultura e a sociedade vigente. Quando falamos em currículo escolar muitas pessoas podem entender que o currículo pertence exclusivamente a escola, no entanto a compreensão que precisamos ter é outra, pois ao possuir um significado político ele pertence a sociedade, pois deve ser o reflexo das relações sociais, deve abordar a cultura e trazer para a escola um pouco de cada espaço social, um pouco das

vivências sociais e culturais com as quais os estudantes se identificam. Na teoria tradicional muito se falou sobre o currículo neutro, preparando as pessoas para um trabalho técnico, para assumir seus postos de trabalho e dar continuidade ao modo capitalista de produção, no entanto esse tipo de currículo não é mais adequado, e essa compreensão está totalmente equivocada, pois o que temos hoje é um currículo permeado de intencionalidade, um currículo multicultural, em resposta a uma sociedade cheia de diversidade. Neste contexto fica evidente a análise de Sacristán (2000, p. 20-21) quando ele afirma que o currículo não pode ser indiferente aos contextos nos quais ele se configura. Além disso ele acrescenta que

Conceber o currículo como uma práxis significa que muitos tipos de ações intervêm em sua configuração, que o processo ocorre dentro de certas condições concretas, que se configura dentro de um mundo de interações culturais e sociais, que é um universo construído não natural, que essa construção não é independente de quem tem o poder para constituí-la. [...] Significa também que sua construção não pode ser entendida separadamente das condições reais de seu desenvolvimento e, por isso mesmo, entender o currículo num sistema educativo requer prestar atenção a práticas políticas e administrativas que se expressam em seu desenvolvimento, às condições estruturais, organizativas, materiais, dotação de professorado, à bagagem de ideias e significado que lhe dão forma e que o modelam em sucessivos passos de transformação.

Na verdade, o que temos é que a construção do currículo não é um fato natural e muito menos isolado, ela sempre deve estar atrelada às condições reais do seu desenvolvimento, assim como deve estar atenta ao que se passa dentro e fora da escola, pois tudo pode ser relevante para a sua construção.

O currículo e a escola por muito tempo ficaram subordinados a classe social dominante, aos seus interesses de controle das massas, contudo essas práticas já não são bem aceitas e passaram a ser extremamente criticadas, já que hoje busca-se maior interação com todas as culturas, e até aquela ideia de que a cultura ocidental era superior e que havia uma cultura melhor que a outra caiu por terra, já que a concepção pregada atualmente é que não existe cultura melhor ou pior, superior ou inferior, existem apenas culturas diferentes. Com base nessa compreensão nas escolas são incentivados os estudos interdisciplinares, para que os conhecimentos se aproximem e se complementam buscando sempre fazer uma conexão com os conteúdos estudados, a cultura e a sociedade da qual fazem parte, pois o aluno precisa ser mais ativo em todo esse processo de ensino, entretanto ele precisa se identificar na proposta de ensino do professor, que também é um protagonista nesta construção. Sobre o conteúdo cultural Sacristán (2013, p.30) comenta

Se o conteúdo cultural é a condição lógica do ensino, é muito importante analisar como esse projeto de cultura escolarizada se concretiza nas condições escolares. A realidade cultural de um país, sobretudo para os mais desfavorecidos, cuja principal oportunidade cultural é a escolarização obrigatória, tem muito a ver com a

significação dos conteúdos e dos usos dos currículos escolares. A cultura geral de um povo depende da cultura que a escola torna possível enquanto se está nela, assim como dos condicionamentos positivos e negativos que se desprendem dela.

O que fica evidente é que a construção do currículo jamais pode se distanciar da perspectiva cultural, ao contrário ele precisa reunir as várias temáticas sociais e culturais, pois essas temáticas poderão aproximar os conhecimentos e promover uma grande contribuição para a educação. Conforme Goodson (2012, p. 55) “o currículo é elaborado numa variedade de áreas e níveis. Todavia, fundamental para esta variedade é a distinção entre o currículo escrito e o currículo como atividade em sala de aula”.

O que Goodson (2012) acrescenta para a nossa compreensão sobre o currículo é a dicotomia entre teoria e prática, pois nem sempre conseguimos efetivar os conteúdos do currículo conforme estão disponibilizados no papel, sendo que na prática podemos acrescentar elementos das vivências dos estudantes para que possam ser melhor compreendidos. Esse processo tem por base a ressignificação dos conteúdos escolares, pois ao serem interligados às experiências dos estudantes ele se revela muito mais eficaz para a obtenção de melhores resultados, graças a aproximação da teoria com a prática.

Considerando o processo de construção do currículo precisamos entender o que JESUS (2017, p. 2639) enfatiza que

Devemos, ainda, considerar que o currículo se refere a uma realidade histórica, cultural e socialmente determinada, e se reflete em procedimentos didáticos, administrativos que condicionam sua prática a teorização. Enfim, a elaboração de um currículo é um processo social, no qual convivem lado a lado os fatores lógicos, epistemológicos, intelectuais e determinantes sociais como poder, interesses, conflitos simbólicos e culturais, propósitos de dominação dirigidos por fatores ligados à classe, raça, etnia e gênero.

A partir dessa compreensão podemos entender que o currículo é permeado de intenção, tendo em vista a influência de ideologias, da cultura e das relações de poder que fazem parte da sociedade. Como o campo do currículo é um campo de produção de conhecimento, ele pode influenciar direta e indiretamente na formação e desenvolvimento intelectual do estudante, guiando a novas posturas e até mesmo a escolha profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme as informações coletadas e apresentadas neste artigo podemos concluir que o currículo escolar é de suma importância para o processo de escolarização, compreendemos também que ele assumiu o papel de regulador e organizador de todo esse processo, elencando aspectos como a

divisão em graus, séries, turmas e também selecionando os conteúdos a serem ensinados aos alunos pelos professores.

Com base nos estudos realizados percebemos que houveram grandes avanços nas teorias do currículo, que começam de forma muito técnica e apresentando-o como algo neutro e estático, representando assim a teoria tradicional do currículo. Com o passar do tempo esse modelo de currículo passou a receber críticas em sua estrutura, proporcionando o surgimento de novas interpretações do currículo, percebendo que este priorizava ou valorizava a classe dominante, deixando relegado a segundo plano os grupos dominados, esses estudos foram aprofundados durante o desenvolvimento das teorias críticas.

Contudo novas análises foram feitas e não bastava apenas apontar os erros, mas sim acrescentar soluções, ou melhor incrementar esse currículo abraçando todos aqueles que estavam à margem dele, é nesse contexto que emerge a ideia do multiculturalismo, ou seja, um currículo que aborda as minorias e valoriza as suas experiências que poderão ser objeto de estudo e componentes do currículo das escolas, dando maior visibilidade a todos os grupos sociais. Essa proposta de currículo faz parte das teorias pós-críticas.

Além das teorias, abordamos também a construção do currículo como um fator cultural, pois ele não pode ser pensado como algo restrito na escola, é preciso ter uma percepção mais abrangente, envolvendo as experiências dos estudantes e suas famílias, neste sentido entendemos o que Pacheco (2015, p. 2806) diz “sobre o currículo assumir um papel político, isso porque o currículo [...] estabelece e dá sentido ao compromisso com a formação do cidadão e da pessoa humana para um tipo de sociedade; porque revela a intencionalidade da formação e os compromissos deste profissional com um tipo de sociedade”.

Conforme os estudos realizados compreendemos que para a construção do currículo vários elementos da sociedade, da política e da cultura são fundamentais, pois cada um representa traços relevantes para a produção do comportamento, dos valores e até mesmo a formação do cidadão com base nos conteúdos com os quais ele tem acesso na escola. Os conhecimentos que são vinculados na escola são permeados de intencionalidade, permitindo a integração de novas ideias, revelando uma diversidade maior de oportunidades para a formação crítica e intelectual de estudantes que se entendem como protagonistas da sua vida e do mundo em que vivem, permitindo a fomentação da identidade e fortalecendo o sentimento de pertencimento que é necessário em cada indivíduo, pois ele precisa assumir as rédeas da sua vida, e a escola é um dos grandes colaboradores para a formação dessas características.

Já que percebemos a grande relevância de uma boa estruturação do currículo, é imprescindível apontar que ele precisa ser comprometido e responsável pelo bom desenvolvimento humano de cada indivíduo. Um novo olhar sobre o currículo poderá transformar a escola em um espaço mais comprometido e inovador, promovendo uma educação emancipatória de estudantes que possuem novos conhecimentos, valores e atitudes e que acima de tudo sejam comprometidos com a sociedade em que vivem. Precisamos de um maior protagonismo de nossos estudantes, precisamos de mais interação entre a escola e a sociedade, precisamos que tudo isso saia das salas administrativas e dos planejamentos, que chegue à prática e seja efetivado, pois somente assim as mudanças serão visíveis e com certeza as mudanças serão refletidas na sociedade.

REFERÊNCIAS

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. Tradução de Atílio Bruneta. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

JESUS, Adriana Regina de. **Currículo e educação: conceito e questões no contexto educacional**. Publicado em: 18 de fevereiro de 2017. Disponível em: https://lagarto.ufs.br/uploads/content_attach/path/11339/curriculo_e_educacao_0.pdf. Acesso em: 04/02/2022.

PACHECO, Eduardo Felipe Hennerich. **Aspectos históricos das teorias do currículo**. 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23349_11677.pdf. Acesso em 20/12/2021.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. 1ª Ed. Editora Penso, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

YOUNG, Michael. **Teoria do currículo: o que é e porque é importante**. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/4fCwLLQy4CkhWHNCmhVhYQd/?format=pdf>. Acesso em 05/02/2022.

VARELA, Bartolomeu Lopes. **O Currículo e o Desenvolvimento Curricular: Concepções, Práxis e Tendências**. Vol. 1. Edições Uni-CV. 2013.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O INCONSCIENTE COLETIVO DE EDUCANDOS

Samuel de Vasconcelos Sales

RESUMO

Este trabalho buscou inicialmente a partir das ciências sociais e da psicologia estudar e conceituar os termos: consciência coletiva, ecológica, inconsciente ecológico, ecologia profunda, percepções e identificar as percepções, práticas, dificuldades, desafios e possibilidades de implementação de uma prática pedagógica alinhada a educação ambiental e sustentabilidade pelos professores do Colégio Municipal Professora Violeta Costa de Souza no município de Alagoa Nova – Pb. Diante das indagações, perguntas e inquietações levantadas ao longo dos estudos, o pesquisador emitiu suas percepções nos resultados e discussões, bem como nas considerações finais tendo como norte as perspectivas do pensamento Junguiano e da Gestalt terapia, onde o trabalho educativo em educação ambiental deve na perspectiva da educação integral, crítica e criativa, interdisciplinar envolvendo vários saberes de disciplinas escolares, bem como toda comunidade escolar, para alcançar a ecologia profunda no inconsciente coletivo dos alunos e assim formar o indivíduo socialmente orientado para a educação ambiental e sustentável.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Sustentabilidade; Prática Interdisciplinar.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado da avaliação final do seminário do componente curricular: Práticas e Projetos Ambientais, ministrado pela professora Cícera Lopes dos Santos no Instituto Antropos Campina Grande-PB. As fontes de pesquisas fornecidas para subsidiar nossa pesquisa nos remeteram as reflexões embrionárias sobre as políticas, percepções e perspectivas ambientais, formação de profissionais para atuar na educação ambiental para promover uma educação para a sustentabilidade em meio à crise ambiental da superexploração e mau uso de recursos naturais e dos efeitos catastróficos emergentes. Buscamos inicialmente, discorrer sobre conceitos e práticas de educação ambiental na discussão teórica na qual fizemos um itinerário na leitura de vários textos, autores sobre a teoria junguiana e da Gestalt. Posteriormente, escolhemos a forma de pesquisa quantitativa e qualitativa na modalidade exploratória para a partir do instrumento questionários identificar as percepções dos docentes para o problema, acerca das práticas educativas ambientais desenvolvidas neste educandário são capazes de promover nos educandos uma consciência coletiva e ecológica. Na fase final, analisamos os dados e fizemos nossas percepções nos resultados e discussões e por fim, emitimos nossas considerações finais.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Nossa sustentação teórica se baseia na teoria emergente da ecopsicologia e sustentabilidade. Para isto, vamos discorrer inicialmente sobre os conceitos de consciência coletiva e consciência ecológica, para poder interpretar melhor o nível de consciência ecológica dos professores para a ecopsicologia e sustentabilidade, tratando o homem como parte da natureza, e não externo à ela. Fugir dos objetivos de desenvolvimento sustentável pregados pelos interesses econômicos dos grandes grupos corporativos que justifica a degradação dos recursos naturais em favor do desenvolvimento econômico da nova ordem mundial.

A psicologia, tão dedicada ao despertar da conscientização humana, precisa acordar a si mesma para uma das mais antigas verdades: nós não podemos ser estudados ou curados à parte do planeta". (HILLMAN apud CARVALHO, 2013, p. 9).

Consciência é fazer supor, enquanto dimensão consciente do psicológico, o eu, o ego que pensa e idealiza. Na tradição francesa Auguste Comte pai da sociologia definiu consciência coletiva de conceito de consenso, já Jean Jacques Rousseau de vontade geral e Sigmund Freud de conceito de superego. A consciência coletiva está localizada no nível da estrutura, é sociológica e psicológica, e constitui a cultura e o senso comum dos indivíduos membros de uma sociedade (LACAPRA, 2001, p. 84).

O termo consciência coletivo foi criado proposto pelo sociólogo francês Émile Durkheim:

O conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem vida própria; podemos chamá-lo de consciência coletiva ou comum. Sem dúvida, ela não tem por substrato um órgão único; ela é, por definição, difusa em toda a extensão da sociedade, mas tem, ainda assim, características específicas que fazem dela uma realidade distinta. De fato, ela é independente das condições particulares em que os indivíduos se encontram: eles passam, ela permanece. [...] Ela é, pois, bem diferente das consciências particulares, conquanto só seja realizada nos indivíduos. Ela é o tipo psíquico da sociedade, tipo que tem suas propriedades, suas condições de existência, seu modo de desenvolvimento, do mesmo modo que os tipos individuais, muito embora de outra maneira. (DURKHEIM, 2010, p. 50).

Na atual sociedade capitalista de consumo o homem esquece que é parte da natureza e promove a sua destruição a todo custo. Diante dessas evidências, surgiram muitos movimentos ambientalistas a partir da década de 1960 e 1970 para o despertar da consciência ecológica. Atualmente existem várias correntes de pensamentos de preservação, dentre elas se destacam: o conservacionismo, desenvolvimentismo ecológico e o ecocapitalismo. O que elas têm em comum são os problemas ambientais que devem ser encarados de forma coletiva, não só o poder governamental deve ter

compromisso, mas todos os cidadãos tomar consciência de que as questões ambientais são problemas de todos, e cada um fazer sua parte.

Paulo Freire (2001 p. 62) já citava em seus estudos sobre reforma agrária sobre a mudança de percepção para buscar transformação social, ou seja, a estrutura vertical, que é histórica e cultural precisa ser contestada criticamente, não só intelectualmente, mas sim na práxis verdadeira, que demanda ação constante sobre a realidade e a reflexão sobre esta ação.

Qualquer projeto sobre meio ambiente e sustentabilidade no interior das escolas deve ser pensado coletivamente pela comunidade escolar, buscando uma abordagem interdisciplinar para transformar ambientes construídos.

Para aprofundarmos o estudo sobre a mudança de percepção de uma educação ambiental reducionista do meio ambiente externo ao homem, tomaremos emprestado do termo Ecopsicologia que é uma nova abordagem criada pelo pensador e crítico social Theodore Roszak (1992), na Conferência da ECO RIO 92. Esta proposta de pensamento percebeu a relativa ausência da psicologia no debate sobre a sustentabilidade. Já que a psicologia aplicada é a ciência do comportamento, que segundo Kazdin (2009, p. 343) podem ser aplicadas a muitos aspectos e problemas da sociedade, incluindo o comportamento sustentável.

Transitando entre a Psicologia e a Ecologia, a ecopsicologia com uma proposta interdisciplinar e transdisciplinar investiga as implicações de um paradigma com bases ecológicas, relacionado à noção de ser humano e também as decorrências da crítica derivada do modo insustentável de viver.

Vejamos o que Carvalho (2013, p.16) afirma sobre este termo:

A Ecopsicologia é interdisciplinar na medida em se apoia em conceitos de ambas as ciências – e de outras relativas à Ciência da Sustentabilidade – mas reconhece a insuficiência delas para a construção de um quadro amplo de compreensão da crise ambiental e suas correlações com a Psique. É transdisciplinar na medida em que vai além de qualquer disciplinaridade, na busca de um pensamento crítico e ao mesmo tempo integrador entre a consciência humana, seus modos de expressão e as realidades culturais, sociais e econômicas que cria e recria, no contexto natural de que elas proveem.

Para o autor, o foco central da Ecopsicologia são as relações do ser humano com a teia da vida. Essas relações são mediadas pela cultura e se dão para além do nível dos comportamentos observáveis, apesar destes serem parte fundamental. Incluem a subjetividade, na qual crenças, autopercepções, emoções, motivações, gratificações e conflitos cumprem parte fundamental do que se expressa em comportamentos ambientalmente funcionais ou disfuncionais. (CARVALHO, 2013 p. 17).

Desse modo, os comportamentos humanos são determinados pela percepção que ela tem, seja no campo pessoal, de sociedade e natureza. Jung (1981, p. 58), define este termo de inconsciente ecológico, como o *locus* da experiência que integra pessoa, sociedade e natureza.

Mas como formar (educar) ou reeducar uma pessoa ecologicamente orientada. Desde cedo a criança tem uma percepção mais ligada à natureza e em especial aos animais, e sua sacralidade, chamado por GAMBINI, 2000 de animismo. Este estado segundo o autor vai se perdendo com o passar dos anos, na cultura atualmente dominante, as crianças vão abandonando aquela ressonância sensível e interessada. ROSZAK, 1992, afirma que este animismo vai reprimindo o o Inconsciente Ecológico, para dar lugar ao modo de ser normal, para o qual os animais são seres sem direitos nem identidade – salvo os pets caseiros – e aptos a serem usados como produto com valor econômico. ROSZAK (1992 p. 320) acredita que: “a ciência acabará por produzir uma nova forma de animismo entre adultos, não mais a partir da mitificação das criaturas e forças da natureza, mas por meio do reconhecimento da consciência em suas diversas expressões no mundo da vida e da interconexão e da organicidade dos processos biológicos, bioquímicos, geoquímicos. Uma nova forma de entender e sentir nosso papel nos sistemas vivos surge do acesso a esse campo profundo da psique, sem o qual um ser humano não está completo.”

Nas sociedades atuais desenvolvidas nos centros urbanos e cada vez mais afastados no meio natural, o animismo infantil vem sendo reprimido “supresso” e, é neste momento, acredito que esta tarefa seja atribuição da educação, de não deixar que o animismo infantil se perca em meio à subjetividade, às culturas, às políticas ambientais tardias e ao negativismo de achar que o indivíduo sozinho não faz diferença, é na escola que devemos alimentar o Inconsciente Coletivo na perspectiva de aprofundar a percepção dos indivíduos na visão holística, fenomenológica, existencialista e humanista da Gestalt Terapia, com a proposta de restaurar o fluxo de consciência/autoconsciência, o que significa estar consciente da experiência vivida e em condições de dar-lhe significado (CARVALHO, 2013 p. 66).

A proposta de educação ambiental, deve romper com o modelo pragmático de reproduzir o conhecimento dominante e assumir um caráter fenomenológico das manifestações de vida em toda sua complexidade, em toda sua rede de relações e dispositivos com uma comunidade, para revelar um modo institucional de conhecer e, portanto, de ensinar o mundo e todas as suas manifestações. (OLIVEIRA, 2019, apud IMBERNÓN, 2011, p. 8)

A proposta de educação ambiental deve ser uma construção social e na perspectiva de educação integral, formando cidadãos que compreendam a complexidade de todos os elementos que compõem as relações estabelecidas entre ambiente e sociedade, percebe-se a eminente necessidade de oferecer diferentes encaminhamentos metodológicos, ou seja, “os professores precisam propor práticas pedagógicas que focalizem a formação de profissionais, críticos, éticos e reflexivos que atuem com propriedade na sociedade de informação frente ao novo paradigma da ciência” (BEHERENS; ENS, 2015, p. 29).

A proposta de educação integral está relacionada com a busca pelo suporte interdisciplinar essencial ao processo formativo da educação ambiental, a fim de superar os territórios disciplinares rumo à construção de um caminho epistemológico voltado para a promoção de um diálogo que aproxime os saberes específicos (MORALES, 2012, p.326).

LOVATTO, 2012, p. 121 apud Odum (1977-a), é preciso incitar às mudanças, criar grupos interdisciplinares e ir adiante. Todavia, para saltar adiante, precisamos de bases teóricas sólidas, que não se resumem em simples tentativas de erros e acertos. Uma das propostas neste sentido é a metodologia de projetos interdisciplinares com duas ou mais áreas de conhecimento para permitir linguagens, enfoques e abordagens diferentes para uma abordagem ecológica profunda de um dado problema ambiental existente.

METODOLOGIA

Para esta investigação educacional, usamos as metodologias quantitativa e qualitativa exploratória. Participaram da pesquisa oito professores. O instrumento foi um questionário estruturado aplicado online entre os docentes que nos permitiu, a partir das respostas dos entrevistados, gerar dados para análise quantitativa, e pela leitura dos dados, e das respostas subjetivas das questões abertas para qualificar o objeto pesquisado. Os objetivos da pesquisa foram: 1º - quantificar o percentual dos professores que acham que sua escola tem projetos educacionais voltados para a educação ambiental e sustentabilidade e suas justificativas; 2º - Se a escola desenvolve projetos na perspectiva ambiental para sustentabilidade, em qual período eles são desenvolvidos? 3º - Esses projetos são capazes de formar uma consciência coletiva ecológica dos alunos para a sustentabilidade e suas justificativas? 4º - Como deveriam ser estruturados os projetos educacionais voltados para a educação ambiental e sustentabilidade? 5º Quais ações práticas ou projetos você julga que deveriam ser realizados em sua escola e capazes de formar uma consciência coletiva ecológica como parte da educação ambiental e sustentabilidade? 6º - Quais desafios, dificuldades e possibilidades para implementar em sua escola uma prática de educação ambiental e sustentabilidade? Após as análises dos dados, seguimos com as discussões e resultados que nos revelaram as percepções educacionais de uma educação ambiental para sustentabilidade dos docentes. Por fim, apresentamos nossas percepções com as considerações finais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na primeira pergunta do questionário perguntamos aos docentes se a escola contém projetos voltados para a educação ambiental e sustentabilidade, a escola está bem dividida quanto às

percepções, 50% acham que a escola tem projetos e 50% acham que a escola não tem projetos com esta finalidade. Vejamos no quadro abaixo com as justificativas:

A ESCOLA TEM PROJETOS	A ESCOLA NÃO TEM PROJETOS
1. Acredito que a escola tenha sim projetos voltados a estes temas, mas ainda não foram trabalhados.	1. Nenhum projeto em prática.
2. Esse ano haverá a semana dos povos indígenas e a semana do meio ambiente.	2. A justificativa é que falta um planejamento direcionado nessa perspectiva.
3. Porque sempre trabalhamos as questões ambientais com projetos, de forma multidisciplinar.	3. As atividades relacionadas a esse tema são bem pontuais, não são projetos que abrangem a escola toda.
4. ...	4. Não vejo engajamento de profissionais e alunos nesse sentido.

A única justificativa que corrobora para a afirmação que a escola trabalha com projetos ambientais é a resposta 3, onde afirma que os docentes já trabalham nesta perspectiva com projetos e de forma multidisciplinar.

Sobre os que afirmaram que a escola não tem projetos para a educação ambiental e sustentabilidade, que por si só, já revela que é preciso um planejamento desde a formação dos docentes, como na elaboração de projetos dessa natureza.

Na segunda pergunta questionamos se a escola desenvolve projetos na perspectiva ambiental para sustentabilidade, em qual período eles são desenvolvidos? 50% afirmaram que não existe projeto e nem período de realização. Os outros 50% que afirmaram que existe projeto, afirmaram que existe semanas para abordagens, são trabalhados de forma indireta e de forma individual, falta conciliar o conteúdo teórico com a prática; um que afirmou que o período é de apenas uma semana e outro que que ampliou para um bimestre.

1. Não existe.
2. Ainda não sei.
3. Nas semanas propostas para abordagem do tema e de forma indireta ao longo do ano a partir da prática individual de cada professor.
4. Período em que pudéssemos conciliar o conteúdo do livro didático com a prática.
5. Não há projetos.
6. Nenhum.
7. Geralmente temos uma semana do meio ambiente.
8. Geralmente essa temática é trabalhada no decorrer de um bimestre, no caso de 2022 será trabalhado no segundo bimestre.

Observa-se que de acordo com a perspectiva tanto Junguiana como da Gestalt, que é impossível desenvolver um animismo ou percepção profunda no Inconsciente Coletivo dos alunos de forma individual, em uma semana ou em um bimestre sem um diálogo interdisciplinar que garanta as reflexões críticas sobre a ação e reflexão sobre um problema ambiental proposto. Há uma necessidade de se planejar ações conjuntas, onde a metodologias de projetos e a práxis sejam uma extensão do conhecimento teórico.

Quando levantamos na terceira pergunta se os projetos são capazes de formar uma consciência coletiva ecológica dos alunos para a sustentabilidade, 62,5% afirmaram que sim e 37,5% afirmaram que não.

Os 62,5% que responderam sim:

1. O objetivo é sensibilizar os alunos como um todo preservando assim a natureza por meio da sustentabilidade.
2. Ao ter contato com a execução de trabalhos que venham a trazer resultados positivos em relação à natureza e ao meio ambiente as pessoas se sentem sujeitos da mudança e trazem a responsabilidade para si.
3. De certa forma sim.
4. Certamente os alunos desenvolvem uma consciência ecológica mais preocupada com a sustentabilidade, pois a temática é trabalhada de forma transversal e assim os alunos têm um contato com o tema em discussão de várias perspectivas.

Poderíamos fazer um recorte, que a sensibilização é um caminho para mudar as percepções dos indivíduos e suas práticas comportamentais de acordo com a perspectiva Junguiana, e que a ação e a reflexão sobre a ação de forma direta com a natureza e interdisciplinar potencializar as aprendizagens para uma ecologia profunda, como aponta a psicologia da Gestalt.

Os 37,5% que responderam não:

1. Desconheço.
2. Deveria ser ao longo do ano de forma contínua. Fazer parte do cotidiano dos alunos de uma forma mais concreta.
3. Não tem como responder essa questão, pois não temos projeto nessa área.
4. ...

Destaco o primeiro diz que desconhece, acho que o termo de consciência coletiva ecológica, e o segundo afirma que para alcançar este nível de consciência o trabalho deveria ser contínuo e ao longo do ano de forma concreta.

Já na quarta questão de como deveria ser estruturado os projetos educacionais voltados para a educação ambiental e sustentabilidade tivemos as seguintes respostas:

1. Práticas educativas sobre temas sobre o meio ambiente.
2. Buscando interdisciplinaridade, com cada professor relacionando sua disciplina com o tema em questão.
3. De forma contínua.
4. Através de investimentos e de capacitação dos profissionais na área.
5. Com o envolvimento de toda a comunidade escolar.
6. Ter apoio do gestor, planejado com o público alvo para a sua execução e que tivesse um retorno social, em especial, relacionado a produção de alimentos.
7. De forma multidisciplinar
8. Sem dúvida esse é um tema em que a estrutura do projeto deveria ser trabalhada durante todo o ano letivo, para que assim todos envolvidos no projeto tenham noção do quão é importante a sustentabilidade ambiental e essa importância só será atingida com educação ambiental.

Aqui podemos destacar que há pistas para que a supervisão escolar aponte caminhos para o planejamento estratégico e alcance um projeto de educação ambiental e sustentabilidade para este educandário.

Sobre a questão cinco, perguntamos quais ações práticas ou projetos você julga que deveriam ser realizadas em sua escola e capazes de formar uma consciência coletiva ecológica como parte da educação ambiental e sustentabilidade? Vamos as respostas:

1. Reciclagem e separação seletiva do lixo
2. Disponibilização e incentivo à coleta seletiva, palestras, etc
3. Horta comunitária Incentivo a reciclagem Oficinas de artesanato com materiais para reciclagem Criação de vídeos pelos alunos abordando os temas Gincana
4. Ações e projetos que possam despertar a consciência e a sensibilidade dos alunos bem como da comunidade escolar.
5. O trabalho com o lixo reciclável.
6. Divisão do lixo coletado, produção de alimentos, e sucos, aproveitando com as cascas e folhas, plantio de hortas coletivas, etc.
7. Visitas às áreas ambientais, campanhas de reflorestamento urbano e palestras.
8. Acredito que os alunos deveriam ter contato com áreas degradadas, com problemas causados pelo mau uso do solo, águas poluídas e os prejuízos trazidos para todos por conta da ação humana e a partir desse contato prático discutir e assim promover a conscientização dos alunos.
- 9.

Segundo os professores as práticas e projetos capazes de desenvolver a consciência coletiva dos educandos devem ser na direção de questões práticas e problemas ligados ao dia a dia da

comunidade escolar como lixo, reciclagem, reuso ou reaproveitamento de materiais e alimentos, coleta seletiva, visitas a áreas degradadas, reflorestamento, águas poluídas, manejo do solo e hortas coletivas.

Na questão sexta, perguntamos quais dificuldades para implementar em sua escola uma prática de educação ambiental e sustentabilidade? Vejamos as respostas:

1. Apoio.
2. Ainda não sei quais as dificuldades.
3. Para se trabalhar de forma contínua os temas se faz necessário recursos, estudo, planejamento, tempo e muita dedicação. Isso faz com que muitos não queiram sair de sua zona de conforto.
4. Investimento em cursos de capacitação que possam dispor de um trabalho em conjunto de toda comunidade escolar.
5. A maior dificuldade é começar e dar continuidade a um projeto desse.
6. O engajamento das demais disciplinas no projeto e tempo disponível para tal.
7. Falta de incentivos e apoio do poder público.
8. Hoje a maior dificuldade em implementar esses projetos é o tempo para se trabalhar o currículo proposto pelo projeto político pedagógico.

Foram apontadas questões relativas ao apoio, que pode ser no campo não só de incentivo moral, mas de ordem de recursos materiais e financeiros, outras questões foram levantadas e que precisam ser questionadas. A mudança de postura, que requer tempo, para além de trabalhar o currículo proposto, sair da zona de conforto, e desenvolver um trabalho interdisciplinar com toda a comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um trabalho educativo voltado para as questões ambientais, precisa antes de tudo de qualificação profissional quanto às políticas ambientais, metodologias e técnicas em projetos de ensino, pesquisa e extensão. O professor precisa entender que a proposta de educação ambiental é antes de tudo um modelo de educação integral e que suas ações com a de outros ajudarão a aprofundar a ecologia profunda de seus educandos para aprimorar ainda mais o inconsciente coletivo e para a partir daí os alunos socialmente orientados possam mudar e ou aprimorar conhecimentos, comportamentos, de forma a atuar crítica e criativamente no mundo para construir e reconstruir espaços, indagar, romper e criar nossos paradigmas. Não adianta saber de tudo isto, e continuar na mesmice de uma educação bancária, reproduzindo conceitos, práticas e procedimentos da cultura dominante e aceitar passivamente este sistema que subjuga o homem, ao modelo de sociedade em detrimento do uso e da exploração dos recursos naturais finitos e não se indignar e não mudar sua atuação docente no interior das escolas e no mundo.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, Lovatto Patrícia; NASCIMENTO, Altemburg Shirley; CASALINHO, Hélvio; LOBO, Eduardo Alexis. **Ecologia profunda: o despertar para uma educação ambiental complexa**. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 122 – 137, set/dez 2011.
- CARVALHO, Marco Aurélio Bilibio. **De frente para o espelho. Ecopsicologia e sustentabilidade. Universidade de Brasília**. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Doutorado. Brasília - DF. Setembro de 2013.
- CASTELLA, Paulo Roberto. **Cronologia histórica meio ambiente**. Material complementar – Ciclo de Palestras: “Resíduos Sólidos” Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
- MORALES, Angèlica Góis; VOICHICOSKI, Márcia Silvana Rodrigues & CALDEIRA, Camila Santana. **A formação do profissional educador ambiental: reflexões, possibilidades e constatações**. 2. ed. Ponta Grossa: UEPG, 2012. 223 p.
- OLIVEIRA, Chrizian Karoline; SAHEB, Daniele & SAHEB, Daniela Gureski. **A Educação Ambiental e a Prática Pedagógica: um diálogo necessário**. 2019 – 2020.
- PEREIRA, Auricélia Lopes. **Slide: Seminário: Práticas e projetos ambientais**. Antropus Educacional. Faculdade Interamericana de ciências sociais. Pós graduação stricto sensu em ciências da educação.
- RAMOS, Elisabeth Christmann. **Educação ambiental: origem e perspectivas**. Educar, Curitiba, n.18, p.201-218. 2001. Editora da UFPR.
- SANTOS, Camila Castiliano Pereira dos & SILVA, Evellyn Ledur da. **A pesquisa qualitativa em educação: reflexões iniciais sobre os tipos de pesquisa, objetivos e procedimentos técnicos**. Revista Ensaios Pedagógicos, v.10, n.1, Jul 2020.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESCOLAR: ARTICULAÇÕES NECESSÁRIAS NO ÂMBITO EDUCACIONAL

Silvio Roberto da Silva Fernandes

RESUMO

No contexto dos problemas ambientais globais, a escola por meio da Educação Ambiental (EA) constitui-se uma oportunidade de proteger a natureza desde a infância, e construir a cidadania reflexiva sobre as dificuldades associadas ao meio ambiente, a EA pode contribuir na sensibilização do cidadão. Tem-se como objetivo geral analisar as contribuições multidisciplinares no processo de ensino-aprendizagem por meio da Educação Ambiental na escola. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com objetivos exploratórios, abordagem qualitativa a partir da correlação entre as abordagens identificadas em bases de dados online: Scielo, Pubmed e CAPES, publicados de 2015 a 2021. Os resultados indicam que temas relacionados ao meio ambiente e são a essência do problema ambiental se dão em grande parte por ação antrópica. Conclui-se que a EA vai além da disseminação do conhecimento ambiental sobre segurança ambiental, se reflete naquilo que é o objetivo da Educação: formar uma posição de vida ativa dos cidadãos e uma cultura do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Escola; Meio Ambiente.

INTRODUÇÃO

Os problemas ambientais modernos têm uma tendência pronunciada para sua exacerbação ainda maior. O analfabetismo ecológico é uma das principais causas do desastre ecológico e da destruição do meio ambiente natural (ASANO; PLETTTO, 2017). Não é por acaso que, nos programas ambientais mundiais, a principal tarefa para a solução de que investimentos ambientais devem ser gastos é eliminar o déficit de conhecimento ambiental humano (BAGANHA et al., 2018).

Para Barbosa; Matos e Marques (2021), a educação ambiental é atualmente um dos fatores mais importantes na superação dos problemas ambientais. Só o conhecimento de como gerenciá-los ajudará a frear o desenvolvimento espontâneo dos eventos e, no caso da ecologia, esse conhecimento deve "dominar as massas", pelo menos a maior parte da sociedade, o que só é possível por meio da educação ambiental universal das pessoas, da escola para a universidade.

A educação ambiental e a educação devem abranger todas as faixas etárias; o conhecimento ambiental, como a aritmética, deve ser possuído por todos, independentemente da especialidade e natureza do trabalho, habitat e cor da pele. Deve-se aumentar qualitativamente o nível de educação ambiental da população, principalmente daqueles que vão assumir os cargos de servidores públicos ou já os ocupam.

Atualmente, devido à deterioração do meio ambiente, há necessidade de melhorar a alfabetização ambiental de cada pessoa, independentemente da idade e profissão (DEMOLY; AMARAL; SANTOS, 2018).

Assim sendo, o presente estudo tem como objetivo geral: analisar as contribuições multidisciplinares no processo de ensino-aprendizagem por meio da Educação Ambiental na escola. Como objetivos específicos pretende-se caracterizar a Educação ambiental no âmbito escolar; discorrer a importância da Educação Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável como princípios da cidadania; refletir sobre as habilidades básicas do educador ambiental no processo educacional enquanto instrumento de mudanças de realidades.

Busca-se assim, responder a uma inquietação que nos parece pertinente no processo educacional: como a Educação Ambiental pode contribuir para o bem comum enquanto prática educacional e instrumento de mudanças de realidades socioambientais? Ao buscar essa resposta a essa problemática pressupõe-se que os padrões educacionais para o Desenvolvimento Sustentável e voltados a Educação Ambiental marcam uma nova etapa no campo da Educação. Esses padrões vêm com o status de um documento de política educacional e espera-se que tenham um impacto significativo na melhoria da qualidade do aprendizado, tornando-o mais significativo e na formação de cidadãos críticos e reflexivos.

Justifica-se a escolha do tema: Educação Ambiental na escola, a partir da importância e relevância dessa temática, para a humanidade como um todo, uma vez que o Brasil nos últimos anos tem sido apontado como a um dos maiores poluidores do planeta e na contramão dos demais países em especial das pífias propostas apresentadas e do desmantelo da estrutura ambiental do país, promovido pelo atual Governo Federal em função de ideologias políticas.

Para o campo educacional busca-se contribuir para reflexões sobre a Educação Ambiental como forma de formar cidadãos críticos e participativos voltados à busca de um meio ambiente saudável e melhor para todos.

Neste estudo utilizou-se a abordagem qualitativa, onde buscou-se nos ensinamentos De Pádua (2019) sobre as metodologias, afirma a autora que essa metodologia em vez das perguntas preparadas com antecedência pelo pesquisador na pesquisa social qualitativa, permite a confrontação dos sujeitos da pesquisa de forma relativamente livre, por exemplo, visando torna possível mapear os fenômenos sociais em toda a sua riqueza.

Em termos teóricos utiliza-se ao método dedutivo para discorrer sobre as temáticas abordadas a partir da pesquisa bibliográfica realizada com objetivos exploratórios obtidas em estudos publicados on-line e impressos publicados entre os anos de 2015 e 2021 na forma de livros, teses, dissertações e artigos.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL – ASPECTOS CONCEITUAIS

Afirmam De Oliveira e Neiman (2020) que a Ecologia é uma ciência que estuda a interação de todos os organismos vivos que habitam a Terra, bem como suas muitas comunidades, entre si e com seu meio ambiente. Os principais componentes da crise ecológica: Poluição ambiental; Violação da estabilidade do sistema climático da Terra; Perda de diversidade genética; Deficiência de recursos naturais. Uma das definições de Educação Ambiental com uma visão holística do tema, é assim caracterizada:

A EA se constitui numa forma abrangente de educação, que se propõe atingir todos os cidadãos, através de um processo pedagógico participativo permanente que procura inculcar no educando uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, compreendendo-se como crítica a capacidade de captar a gênese e a evolução de problemas ambientais. A EA é uma proposta de filosofia de vida que resgata valores éticos, estéticos, democráticos e humanistas. Ela parte de um princípio de respeito pela diversidade natural e cultural (LAMIM-GUEDES; ARAUJO, 2019, p. 18).

Reigota (2017) destaca que no âmbito do Fórum Ambiental Global do Rio de Janeiro em 1992, foram formulados os seguintes princípios básicos sobre a continuidade dos laços ambientais e econômicos, onde os houve consenso que o desenvolvimento econômico isolado de ecologia leva à transformação do planeta em um deserto, uma ênfase na ecologia sem desenvolvimento econômico perpetua a pobreza e a injustiça.

Assim estava definido que o Desenvolvimento Sustentável se caracterizaria como o desenvolvimento harmonioso (correto, uniforme, equilibrado), um processo de mudança, no qual a exploração dos recursos naturais, a direção do investimento, a orientação do desenvolvimento científico e tecnológico, o desenvolvimento pessoal e as mudanças institucionais tinha que estar alinhados entre si e fortalecerem a capacidade atual e futura de atender às necessidades e aspirações humanas (SANTOS et al., 2021).

Nesse mesmo ato, segundo Marques; Gonzales e Xavier (2017) a educação ambiental foi caracterizada como um processo contínuo de aprendizagem que visa assimilar conhecimentos sistemáticos sobre o meio ambiente. Assim, o objetivo da educação ambiental na escola é formar um sistema de conhecimentos científicos, visões e crenças que garantam a formação de uma atitude responsável dos alunos com o meio ambiente em todos os tipos de atividades.

De acordo com o Ministério da Educação, a educação ambiental é implementada como um componente ambiental, de disciplinas escolar e acadêmicas básicas; na forma de um componente de aula variável; e em atividades extracurriculares (JEOVÂNIO-SILVA; JEOVÂNIO-SILVA; CARDOSO, 2018).

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PRINCÍPIOS DA CIDADANIA

Nosso planeta é frequentemente comparado a uma nave espacial gigante voando pela vastidão do universo. E a humanidade é a tripulação da nave. Bela comparação (GOMES; NAKAYAMA, 2017). Algo até sábio. Mas, devemos sempre lembrar que nossa nave "Terra" não possui saída de emergência.

Mas tem muitas perguntas: “Quando nossas cidades ficarão limpas, verdes e bonitas? Quem é o responsável pela destruição da saúde humana pelos resíduos industriais? Como salvar nascentes, rios, lagos, flora e fauna da destruição? São perguntas que nos fazem refletir no futuro do planeta.

O problema da educação ambiental existiu e continuará existindo ao longo do desenvolvimento da sociedade. Recentemente, cada vez mais se dá a atenção à educação ambiental, pois sem ela é impossível resolver os problemas mais importantes do desenvolvimento da civilização (FRAGOSO; NASCIMENTO, 2018).

A pessoa pode introduzir novas tecnologias, pode comprar novos equipamentos e construir novas instalações, mas tudo isso não dará o efeito desejado se cada pessoa não se sentir responsável pelo estado do meio ambiente (FERREIRA et al., 2019).

O protagonismo da formação dos alunos enquanto cidadãos começa e é desempenhado pela escola, que organiza o processo de formação de uma cultura ecológica, que inclui o trabalho educativo e extracurricular (DE ALKIMIN et al., 2019). Na Constituição Federal, o dever dos cidadãos de proteger a natureza e a proteção de sua riqueza assumiram, pela primeira vez, o caráter de uma demanda social, cultural e participativa no âmbito da cidadania (ARNALDO; SANTANA, 2018).

Com isso a escola e os professores por meio da educação ambiental ajudará os alunos a compreender melhor o sentido, a essência de importantes normas contidas na Constituição do país: onde o cuidado com o meio ambiente é Dever de todos, em um percepção maior de se zelar pela preservação do patrimônio histórico e cultural, a preservar os monumentos da história e da cultura, onde como princípio da cidadania todos são ao mesmo tempo agentes ativos no processo de se preservar a natureza e o meio ambiente, a zelar pelos recursos naturais (MORA; GOMES; BARBADO, 2020).

Para que esse requisito se torne uma norma de comportamento para todas as pessoas, é necessário cultivar propositalmente um senso de responsabilidade pela natureza circundante desde a infância. Esse sentimento é formado no sistema de todas as formas e métodos de educação e educação do indivíduo. A rápida mudança no ambiente natural na era da revolução científica e tecnológica está associada ao impacto ativo da sociedade sobre a natureza.

Como resultado, a vida de uma pessoa, da comunidade e da escola é melhorada, suas necessidades específicas são mais bem atendidas. No entanto, o número de mudanças indesejáveis no meio ambiente também está se expandindo. As razões são ambíguas. Um deles é o analfabetismo ecológico

da população (OLIVEIRA; PEREIRA; JÚNIOR, 2018). E quem, senão a escola, deve educar as crianças numa atitude responsável quanto à utilização dos recursos naturais, num sentido de preocupação com o estado do meio ambiente.

A atitude de uma pessoa para com o meio ambiente passa por vários estágios de desenvolvimento interrelacionados: no primeiro estágio, forma-se uma prontidão para proteger o meio ambiente; no segundo - forma-se o ideal de atitude para com o meio ambiente; no decisivo - a capacidade do aluno de proteger o meio ambiente se desenvolve. Nesse processo, a experiência de orientações de valores e de tomada de decisões em relação ao ambiente natural é formada ativamente.

O EDUCADOR AMBIENTAL: CONSIDERAÇÕES PRÁTICAS

Souza (2020) destaca que a educação atrai o homem como capaz de evoluir constantemente em todas as esferas da vida. A relação entre o homem e a natureza é constante. A educação também deve atender às necessidades de cada hora. Esse é um dos motivos pelos quais a figura do Educador no meio ambiente assume um significado importante neste momento. Quais são as competências definidoras desse profissional? Nos parece que cinco habilidades básicas são essenciais:

Ética pessoal: não há nada como ensinar, a pessoa que ensina com suas palavras e oferece uma mensagem importante. Mas essas palavras são ainda mais fortalecidas pelo poder prático de ação, pelo exemplo, pela clareza e espontaneidade de atitudes (ANDRADE, 2021).

Gestão de espaços naturais: a natureza é um patrimônio universal, pertence a humanidade. No entanto, a natureza também pode ser danificada pela poluição ou mesmo pelo turismo em destinos que precisam de proteção específica. O educador ambiental também atua como um gestor responsável dos espaços naturais, ciente de como a ação humana impacta diretamente o meio ambiente, mesmo em ambiente escolar a preocupação ambiental deve ser uma constante (BRAGANHA et al., 2018).

Monitorar o lazer e o tempo livre: a educação também é realizada por meio de dinâmicas específicas que crianças e adolescentes realizam nas horas vagas. Por isso, os educadores ambientais podem atuar como monitores de atividades com finalidade pedagógica associada à transferência de valores ambientais (DE ALKIMIN et al., 2019).

Porém, não só isso, por exemplo, o professor e os alunos podem atuar na área da cultura como membro de um museu de educação ambiental onde são realizadas exposições temáticas e oficinas para crianças. Nessa perspectiva, o entretenimento está vinculado a essas dinâmicas.

Para a plena implementação do desenvolvimento socioambiental de alunos, nosso sistema de trabalho na instituição de educação escolar é combinado com o trabalho da família nessa direção, pois é a família que dá a primeira experiência de interação com a natureza, os apresenta atividade vigorosa, e mostra um exemplo de atitude para objetos do mundo natural. As recomendações para os pais desenvolvidas por nós visam criar condições para a introdução das crianças na natureza em família.

O conteúdo da comunicação entre pais e filhos:

- Disponibilidade. As imagens da natureza criadas pelos pais devem ser realistas, próximas da experiência emocional e sensorial da criança.
- Brilho e coloração das imagens. Quanto mais claramente as características da imagem natural são expressas, mais claramente elas são refletidas em uma história ou conversa com as crianças, mais fortemente elas afetam seus sentimentos e consciência.

Tendo em conta a experiência de vida e os interesses das crianças no processo de familiarização com a natureza, a explicação da essência da natureza, seus fenômenos e mecanismos dentro das atividades transversais e na perspectiva multi e interdisciplinar.

Implementação dos processos de familiarização com a natureza: no lar e nas condições de vida, atividades sociais e laborais no seio da família, tem papel importante no ambiente de desenvolvimento ambiental de comunidades e na escola deve incluir:

- Um canto de vida selvagem, que inclui uma variedade de plantas de interior cultivadas pela criança sozinha ou com os pais, bem como todos os meios necessários para cuidar delas. É possível, mas não desejável, encontrar quaisquer animais (cachorro, pássaros, peixes, etc.);
- Equipar com os meios necessários para a pesquisa independente e atividades práticas das crianças (cultivar, transplantar, tratar plantas, acompanhar seu desenvolvimento): ferramentas para trabalhar com a terra, terra, areia, pedrinhas, água, mudas, sementes de flores e vegetais ou sementes de frutas e etc.
- Fotos sobre o tema "natureza", revistas e livros sobre a natureza nativa e do mundo inteiro em geral.

Essas perspectivas estão dentro de um O conceito de cidadão ambiental foi exaustivamente abordado na literatura (RODRIGUES, 2021). O “Cidadão Ambiental” é definido como o cidadão que possui conhecimentos coerentes e adequados, habilidades, valores, atitudes e competências necessárias para poder atuar e participar da sociedade como agente de mudança na vida privada e pública, em nível local, em escala nacional e global, por meio de ações individuais e coletivas no sentido de solucionar os problemas ambientais contemporâneos, evitando a criação de novos problemas ambientais, alcançando a sustentabilidade e desenvolvendo uma relação saudável com a natureza.

Destacam Barbosa et al. (2016) e Brito et al. (2020) que o cidadão ambientalista exerce direitos e deveres ambientais e é capaz de identificar causas de degradação e problemas ambientais. Além disso, o cidadão ambientalmente consciente tem à disposição e as competências para o engajamento ativo e a participação para atuar individual e coletivamente. Para cumprir esses requisitos de um cidadão ambientalista, a educação é essencial.

Treinamento para empresas: muitas empresas estão cientes da importância da responsabilidade ecológica em sua filosofia de trabalho devido ao impacto que a ação diária causa no ambiente natural. O pensamento de respeito ao meio ambiente faz parte da responsabilidade social corporativa aplicada por muitas empresas.

Por isso, levar peças teatrais, exposições neste tema também tem grande importância dentro da cultura organizacional ao mesmo tempo que familiariza os alunos com os aspectos socioambientais e econômicos envolvidos em um projeto. Sem dúvida, é muito importante para aos empreendedores que os objetivos de sua marca estejam alinhados a essa visão de trabalho ético.

Preparação de material didático: o objetivo de informar a sociedade sobre a importância do cuidado com o meio ambiente é geral. Ou seja, qualquer pessoa, por sua posição e estilo de vida, pode fazer algo para contribuir com o consumo responsável de energia e praticar a reciclagem como um hábito necessário.

A Educação ambiental e seus agentes (alunos, professores, comunidade) atuando como facilitador do conhecimento, por meio do desenvolvimento de aulas, livros, guias e materiais didáticos que oferecem orientações básicas sobre o assunto. Este também pode ministrar palestras e conferências sobre o assunto em centros de formação, centros culturais e espaços cívicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo nos permitiu identificar que como a Educação Ambiental no âmbito escolar tem uma percepção mais ampla, onde a cultura ambiental se manifesta no comportamento ambientalmente correto na vida cotidiana e na solução ambientalmente competente para os problemas da vida, inclusive escolar.

Infere-se que a Educação ambiental, implica no resultado final, a quantidade total de conhecimentos sobre ecologia que uma pessoa deve dominar em cada etapa do processo educacional, é a formação da capacidade e do desejo de uma pessoa de agir de acordo com as leis da ecologia, que ela aprendeu no processo de aprendizagem.

Conclui-se que a EA escolar se dá pela aquisição pelos alunos de conhecimentos ambientais, compreensão da situação ambiental; experiências socioculturais, patrimoniais em uma atitude positiva, atitude de valor para com a natureza e seus elementos e principalmente na formação da consciência ambiental.

Dessa forma, a essência da abordagem metas sujeito fornece uma transição da prática existente de dividir o conhecimento em objetos para uma percepção holística imaginativa do mundo, para meta-atividade. A meta-subjetividade como princípio de integração dos conteúdos da educação, garante a formação de uma imagem holística do mundo na mente de um aluno, favorecendo sua percepção de cidadania e comprometimento com o bem comum. Não como um processo estático e imutável, mas refletindo as realidades de seu próprio tempo e buscando mudanças futuras.

Conclui-se ainda que um futuro sustentável, se dará na forma de mudanças de realidades e na busca que a Educação cumpra seu papel social crítica, avaliativa e de promoção da cidadania por meio de Políticas Públicas e da valorização do ser humano.

O papel do professor é ensinar e orientar os alunos como aprendizes ao longo da vida, levando em consideração as formas individuais de aprendizagem dos alunos. Os objetivos e conteúdo das disciplinas devem ser reavaliados para atender aos requisitos de conhecimento e habilidades da sociedade moderna e do futuro.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, N. F. **Educação ambiental e prática pedagógica no ensino fundamental**. João Pessoa: Oiticica, 2021.
- ARNALDO, M. A.; SANTANA, L. C. Políticas públicas de educação ambiental e processos de mediação em escolas de Ensino Fundamental. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 24, p. 599-619, 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/WjG5Bh8qBF8rF4MTspjq3yb/?lang=pt>. Acesso em 20 jul. 2022.
- ASANO, J. G. P.; POLETTTO, R. S. Educação ambiental: em busca de uma sociedade sustentável, e os desafios enfrentados nas escolas. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 14, n. 1, 2017. Disponível em <http://www.univates.br/revistas/index.php/cadped/article/view/1418>. Acesso em 27 jul. 2022.
- BAGANHA, D. E. et al. **Educação ambiental rumo à escola sustentável**. Curitiba: SEED: UTP, 2018.
- BARBOSA, T. J. V. B. et al. Atividades de ensino em espaços não formais amazônicos: um relato de experiência integrando conhecimentos botânicos e ambientais. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 11, n. 4, p. 174-183, 2016. Disponível em <https://periodicos.uni-fesp.br/index.php/revbea/article/view/2170/1410>. Acesso em 30 jul. 2022.
- BARBOSA, C. H. S.; MATOS, E. O. F.; MARQUES, J. P. Educação ambiental e cultura escolar: o pedagogo no ensino fundamental. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 3, p. 1-11, 2021. Disponível em <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/5870/4986>. Acesso em 22 jul. 2022.
- BRITO, F. A. A. et al. **A educação ambiental e o direito dos animais: uma análise normativa, panorâmica e integrada**. 2020. Disponível em <https://animaiscomdireitos.ufpr.br/wp->

content/uploads/2020/02/educacao-ambiental-e-direito-dos-animais-jus-com_-br-_jus-navigandi-1.pdf. Acesso em 26 jul. 2022.

RODRIGUES, M. A. **Direito ambiental esquematizado**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2021.

DE ALKIMIN, G. D. et al. A educação ambiental escolar sob a perspectiva dos professores do Ensino Médio (Ilha Solteira, SP). **Revista Brasileira Do Ensino Médio**, v. 2, p. 68-83, 2019. Disponível em <http://www.phprbraem.com.br/ojs/index.php/RBRAEM/article/view/18>. Acesso em 24 jul. 2022.

DEMOLY, K. R.; AMARAL, D. O.; SANTOS, J. S. B. Aprendizagem, educação ambiental e escola: modos de en-agir na experiência de estudantes e professores. **Ambiente & Sociedade**, v. 21, 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/asoc/a/PDtkjHrq9jwWzYjnQW8YxVf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 28 jul. 2022.

DE OLIVEIRA, L.; NEIMAN, Z. Educação ambiental no âmbito escolar: análise do processo de elaboração e aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 15, n. 3, p. 36-52, 2020. Disponível em <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10474>. Acesso em 29 jul. 2022.

DE PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. Campinas: Papirus Editora, 2019.

FERREIRA, L. C. et al. Educação ambiental e sustentabilidade na prática escolar. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 14, n. 2, p. 201-214, 2019. Disponível em <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/2678>. Acesso em 30 jul. 2022.

FRAGOSO, E.; NASCIMENTO, E. C. M. A educação ambiental no ensino e na prática escolar da escola estadual cândido mariano–Aquidauana/MS. **Ambiente & Educação**, v. 23, n. 1, p. 161-184, 2018. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/bda9/ff9a7f0ee8d6fb363a4136cc546214b09533.pdf>. Acesso em 26 jul. 2022.

GOMES, R. K. S.; NAKAYAMA, L. Educação Ambiental: saberes necessários a práxis educativa docente de uma escola amazônica amapaense. **Educar em Revista**, p. 257-273, 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/YvpfCwf3P7Jy8zZbSQmytKF/?lang=pt&format=html>. Acesso em 28 jul. 2022.

JEOVANO-SILVA, V. R. M.; JEOVANO-SILVA, A. L.; CARDOSO, S. P. Um olhar docente sobre as dificuldades do trabalho da educação ambiental na escola. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, v. 9, n. 5, 2018. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Sheila-Cardoso2/publication/335076721_Um_olhar_docente_sobre_as_dificuldades_do_trabalho_da_Educacao_Ambiental_na_escola/links/5eda756392851c9c5e81ce2e/Um-olhar-docente-sobre-as-dificuldades-do-trabalho-da-Educacao-Ambiental-na-escola.pdf. Acesso em 25 jul. 2022.

LAMIM-GUEDES, V.; ARAUJO, J. P. G. **Que comecem os jogos: Guia de atividades lúdicas de educação ambiental**. São Paulo: Editora Na Raiz, 2019.

MARQUES, R.; GONZALEZ, C. E. F.; XAVIER, C. R. As dificuldades da inserção e da prática em educação ambiental no currículo escolar. In **Anais do XVI Encontro Paranaense de Educação Ambiental**. Curitiba: UFPR, 2017.

MORA, E. A.; GOMES, P. P.; BARBADO, N. Práticas de Educação Ambiental como ferramentas no desenvolvimento do sentido de pertencimento do sujeito da escola do campo. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 12, 2020. Disponível em <https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/10911>. Acesso em 23 jul. 2022.

OLIVEIRA, F.; PEREIRA, E.; JÚNIOR, A. P. Horta escolar, Educação Ambiental e a interdisciplinaridade. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 13, n. 2, p. 10-31, 2018. Disponível em <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/2546>. Acesso em 25 jul. 2022.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. Brasiliense. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017. SANTOS, C. E. et al. Educação ambiental. In **XVI Encontro sobre Investigação na Escola**, 2021. Disponível em <https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/EIE/article/download/15143/9929>. Acesso em 30 jul. 2022.

SOUZA, F. R. S. Educação Ambiental e sustentabilidade: uma intervenção emergente na escola. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 15, n. 3, p. 115-121, 2020. Disponível em <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/9616>. Acesso em 31 jul. 2022.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, O ENSINAR, PARA PRESERVAR

Eluzainy Souza de Paiva
Valderlane Pantaleão da Silva

RESUMO

Quando entramos em contato com as questões ambientais, estas nos remetem a termos um pensamento sobre as riquezas naturais e de como preservá-las, como residentes de um estado que tem a maior bacia hidrográfica do planeta e incontáveis espécies de animais e vegetais, aprender sobre educação ambiental é imprescindível, e esse estado ao qual estamos nos referindo é o famoso Amazonas. O que nos chama atenção é o fato das consequências dessa exploração irrestrita. Assunto a ser abordado nas aulas de educação ambiental, pois se essa exploração desenfreada e descuidado com o meio ambiente, pode acarretar num planeta que não suportará a demanda por recursos naturais. Sob este aspecto, o objetivo deste artigo é mostrar através de pesquisa bibliográfica, em livros, sites, artigos e teses, como a Educação Ambiental pode ser instrumento para a preservação da Amazônia. A situação de desmatamento e de como as pessoas mantêm sua postura frente a necessidade de preservação ambiental, por isso se faz necessário uma educação voltada para as questões ambientais.

Palavras-chave: Amazônia; Meio Ambiente; Preservação.

INTRODUÇÃO

Quando entramos em contato com as questões ambientais, estas nos remetem a termos um pensamento sobre as riquezas naturais e de como preservá-las, como residentes de um estado que tem a maior bacia hidrográfica do planeta e incontáveis espécies de animais e vegetais, aprender sobre educação ambiental é imprescindível, e esse estado ao qual estamos nos referindo é o famoso Amazonas, com suas lendas, culturas, contos, povos indígenas, como não poderia ser fonte de inspiração para os mais diversos artistas, estudiosos, poetas, pesquisadores, compositores, que descrevem suas belezas eternizam essa biodiversidade exuberante.

Biodiversidade essa que vem sendo explorada desde os tempos remotos, servindo de fonte de renda para enriquecer outros países, enquanto a comunidade local fica desprotegida e servindo de mão de obra barata e sem poder usufruir de sua natureza e recursos, nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beaguins nativos. Na alquimia colonial e neocolonial o ouro se transfigura em sucata, os alimentos em veneno (GALEANO, 1971).

O que nos chama atenção é o fato das consequências dessa exploração irrestrita. Assunto a ser abordado nas aulas de educação ambiental, pois se essa exploração desenfreada e descuidado com o meio ambiente, pode acarretar num planeta que não suportará a demanda por recursos naturais. Sob este aspecto, o objetivo deste artigo é mostrar através de pesquisa bibliográfica, em livros, sites, artigos e teses, como a Educação Ambiental pode ser instrumento para a preservação da Amazônia. Pois

nos chama atenção, a situação de desmatamento e de como as pessoas mantêm sua postura frente a necessidade de preservação ambiental, por isso se faz necessário uma educação voltada para as questões ambientais em todos os grupos, principalmente com crianças formando uma opinião pública bem informada e responsável.

É necessário defender a educação como parte que integra e fundamenta a sociedade, resumidamente por que ela não é a única responsável pelas transformações sociais, porém sem ela, as mudanças não tem como acontecer. Visto que é na educação, que está inserido a possibilidade de transformações sociais, do crescimento progressivo de pessoas que se interessam na argumentação que envolve os destinos da terra e o futuro das próximas gerações.

AMAZÔNIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Presenciamos em 2019, 2020 e início de 2021 as queimadas exponenciais que aconteciam pela Amazonia, dados bastante alarmantes que a todo momento víamos na televisão, segundo dados da ONG brasileira, WWF-BRASIL, grande parte das queimadas no bioma é criminosa e consequência direta do desmatamento, que avança cada vez mais rápido por causa do roubo de terras públicas, invasão de garimpeiros e exploração ilegal de madeira, entre outros. Entre agosto de 2019 e julho de 2020, houve 33% mais desmatamento do que no mesmo período de 2019. A soma dos alarmantes índices de desmatamento e queimadas com o início da estação seca na Amazônia resulta na repetição da tragédia de anos anteriores. Com o agravante em 2020, por causa da pandemia de Covid-19, doença que ataca o sistema respiratório.

Os desmatamentos na Amazônia são tão intensos, a ponto de ameaçar o equilíbrio da biodiversidade. Os estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia lideram o ranking de desmatamento para a extração de madeira. Os três estados também compõem também a principal frente de colonização agrícola do país. Os fazendeiros colonos derrubaram a floresta para plantar pastagens, vendendo as árvores cortadas às madeireiras, muitas vezes clandestinas, (SANTOS, 2007, p. 24).

A preocupação com o meio ambiente não é de agora, visto que tal preocupação começou na década de 60, como relata Dias (2004), a população começou a observar as consequências do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos países ricos traduzidos em níveis crescentes de poluição atmosférica nos grandes centros urbanos - Los Angeles, Nova Iorque, Berlim, Chicago, Tóquio e Londres- em rios envenenados por despejos industriais- Tamisa, Sena, Danúbio, Mississipi e outros- ; em perda de cobertura vegetal da terra, ocasionando erosão, perda de fertilidade do solo, assoreamento dos rios, inundações e pressões crescentes sobre a biodiversidade. Os recursos hídricos estavam sendo comprometidos a uma velocidade sem precedentes na história humana. A imprensa mundial registrava essa degradação, em manchetes dramáticas. Descrevendo minuciosamente esse

panorama e enfatizando o descuido e a irresponsabilidade com que os setores produtivos espoliavam a natureza sem nenhum tipo de preocupação com as consequências de suas atividades.

Como ressalta Santos (2007), a Amazônia destaca-se em nível mundial por possuir a maior massa florestal contínua, o maior estoque de biodiversidade do planeta e as mais importantes bacias de água doce do mundo. Recursos esses que estão num estágio avançado de exploração, e as ameaças de esgotamento a cada ano estão mais próximas, porém reversíveis. Daí a necessidade urgente de estabelecer a educação ambiental, principalmente aos moradores dessa região. Nessa perspectiva, Sato (2002), enfatiza a necessidade de um convívio respeitoso e articulado com todas as formas de vida no cosmos, pois tal educação reafirma valores e ações que contribuem para a transformação humana, social e ecológica, incluindo neste processo a responsabilidade, não só individual, mas coletiva, tanto em nível local como nacional e planetário.

Compreender essa dinâmica que envolve as questões ambientais, no cotidiano das pessoas, principalmente dos educadores, constitui um novo desafio que a educação do presente e do futuro terá pela frente, principalmente quando se constata uma prática docente deslocada dos problemas socioambientais e de uma visão de conjunto, em que cada aluno, professor e comunitário é convidado a fazer parte desse movimento em defesa do meio ambiente seja ele natural, social, econômico. O despertar da consciência de estar incluído num grande movimento em defesa da vida, a partir dos problemas ambientais, constitui um novo espaço aglutinador de gestos solidários e ações de cidadania.

Chegamos até aqui sabendo da grande e vasta flora e fauna presente na Amazônia, bem como suas fontes hídricas, mas então, como inserir a educação ambiental, para que as futuras gerações aprendam desde já a cuidar do que ainda nos resta, sobre esse aspecto, não podemos deixar de lado o saber articulado de forma interdisciplinar, por isso, Leff, nos dá uma direção:

O saber ambiental emerge, assim, como uma consciência crítica que avança com um propósito estratégico, transformando os conceitos e métodos de uma constelação de disciplinas e construindo novos instrumentos para implementar projetos programas de gestão ambiental. Embora o saber ambiental surja transformando os conteúdos e orientações teóricas de um conjunto de disciplinas, orienta-se por sua vez, com um fim prático para a resolução de problemas concretos e para a implementação de políticas alternativas de desenvolvimento (LEFF, 2001, p. 127).

Diante dessas questões que ganharam destaque pelo mundo e hoje mais que outrora, sabemos da enorme importância as florestas e da água de boa qualidade para sobrevivermos, o conjunto desses fatos nos convida a termos uma reflexão absoluta, portanto, custosa ao atribuir à educação o desafio de repensar o espaço, o ambiente, a natureza, a sociedade e o destino da humanidade. Assim o que nos remonta a ter uma visão de que o compromisso maior de se incluir uma educação mais responsável e de um olhar aprofundado da natureza é função primordial dos novos educadores, pois os

problemas atuais, inclusive os problemas ecológicos são provocados pela maneira de viver. E a nossa maneira de viver é inculcada pela escola. (GADOTTI, 2000, p. 42).

A Educação Ambiental faz com que o aluno compreenda o local onde mora e está inserido, bem como a importância da conservação desse meio. Assim, o estudo da Educação Ambiental ajuda no entendimento das diferenças que possam ser impostas a discrepância de conduta humana sob diferentes culturas, e procura desvios de condições "naturais" esperadas, causados pelo homem, assim como na compreensão das complexas relações entre o homem e a natureza, buscando através dela uma assimilação global da natureza.

A CULTURA QUE ENVOLVE A AMAZÔNIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A construção de uma identidade que reivindica os seus elementos culturais e a defesa do meio ambiente é algo que faz parte dos símbolos que constituem a cultura amazônica (Loureiro, 2002). Pois como relatamos anteriormente, nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beaguins nativos. Na alquimia colonial e neocolonial o ouro se transfigura em sucata, os alimentos em veneno (GALEANO, 1971).

Ao lermos a obra de Samuel Benchimol, em sua obra clássica "Amazônia. Formação social e cultural" (1999), discorre a respeito do "conhecer, do saber, do viver e do fazer na Amazônia colonial" como um processo preponderantemente indígena e caboclo. A ciência, a vivência e a experiência indígenas estão manifestas no conhecimento dos rios, no aproveitamento das várzeas, no uso das florestas, nas práticas agrícolas, nas técnicas de desmatamento, na caça e identificação de animais silvestres, no artesanato, na culinária e preparo de peixes. Apesar das contribuições dos índios para o desenvolvimento regional, hoje constituem apenas um grupo étnico empobrecido e discriminado. (p .28).

Desmatamento, pobreza, erosão e as queimadas, principalmente nos dois anos anteriores, que cresceram exponencialmente, têm sido objetos de destaque da nossa realidade amazônica. Reconhecemos que o acesso às informações em Educação Ambiental representa o primeiro passo para a conscientização do sujeito sobre o tema. Esta conscientização contribui para o reconhecimento do seu papel na sociedade. Santos (2007), afirma que todo fenômeno possui, em seu bojo, a temporalidade e a relatividade, a realidade contraditória cria o fosso entre os produtores de ciência e tecnologia por um lado, as guerras, a dominação, a pobreza por outro, carrega em si as brechas para às práticas alternativas, permitindo novos caminhos.

Como observa Boff (1995), o caminho das transformações por que passam a sociedade e as comunidades na Amazônia passa, necessariamente, pela construção de um modelo que nasça a partir das mudanças nas relações sociais, familiares e comunitárias, que ressalte e traduza a ótica da classe

explorada, dominada, com seus valores e crenças, pois ela é a única interessada na mudança, que demanda a coragem de fazê-la. Aqui se revela a urgência de um desenvolvimento alternativo para toda humanidade, que parta da centralidade ecológica e que assuma a partir daí o econômico, o político, o cultural.

As petições das populações amazônicas, transparece o inconformismo diante à realidade social percebida. Fundamentalmente, porque compreendam a complexa relação de dominação ideológica historicamente imposta, ademais com o processo de invasão, apropriação e violência-colonização. Nessa percepção, suas reivindicações por uma Educação Ambiental pautada na sua cultura, entre outros aspectos sociais e ambientais, alimentam os desejos de lutas por mudanças. Logo, tais lutas demarcam as relações de poder e, portanto, os enfrentamentos pela hegemonia, uma vez que “os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica” (Marx y Engels, 1986. p.72).

MEIO AMBIENTE, PRESERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Como abordado anteriormente destacamos que a Educação Ambiental pode ser instrumento para a preservação da Amazônia, o “crescimento industrial e tecnológico” dos últimos séculos chama a atenção e leva a uma busca desenfreada para uma solução que amenize os problemas ambientais não só da Amazônia, mas de todo o planeta.

O investimento em políticas socioambientais e em educação ambiental se faz necessário e traz a vantagem de mostrar aos nossos estudantes que a utilização de recursos naturais pode ser feita de forma consciente e equilibrada para garantir assim o bem estar do meio ambiente e de nossas futuras gerações assim como destaca o Artigo 225 da Constituição Federal de 1988: “ Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988).

Pensando em contraposição, para alguns o desenvolvimento sustentável é utopia, algo inatingível de ser conseguido, pois o desenvolvimento sem grandes impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e ecológicos. Entretanto, para outros, é solução, já que o homem hoje está mais sensível, tolerante e consciente do seu papel no mundo para as tomadas de decisões quanto à utilização e aproveitamento dos recursos naturais, considerando este um item primordial para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Coimbra se posiciona de forma excelente, afirmando que:

[...] é falso o dilema “Ou Meio Ambiente ou Desenvolvimento”. O meio ambiente é fonte de recuses para o desenvolvimento. Eu diria mais: são termos recíprocos que não se entendem isolados. O Homem, “administrador da casa” deve conhecê-la

melhor para utilizá-la por mais tempo e, assim, cumprir a sua finalidade e assegurar a própria espécie, aliás, faz parte de uma mentalidade desenvolvida saber comportar-se ecologicamente. O desenvolvimento se processará em função do homem e não às custas do homem (COIMBRA, 2002, p.50).

Para tanto, se faz necessário investir na educação e reeducação da humanidade, reforçar aos cidadãos a ideia de que todos temos direito a uma natureza limpa e um ambiente saudável, mas que para isto aconteça é necessário preservar, cuidar e conservar aquilo de mais valioso que o planeta nos oferece, pois, uma revisão no estilo de vida se faz necessária somada a necessidade de se repensar num padrão condizente com o mundo sustentável, onde cada ação deve ser efetivada de forma coerente (NALINI, 2004, p. 61-63).

Para tornar o homem um cidadão consciente e fiscalizador do meio ambiente é preciso chamar a atenção para a degradação do planeta terra e mostrar que está traz para ele um mal irremediável que é o fim dos recursos naturais, por isso, é importante investir na formação de cidadãos fiscalizadores e conscientes, a fim de colaborar com a harmonização entre preservação e sustentabilidade, pois, a manutenção do meio ambiente depende não só dos cuidados da sociedade, mais também “da vontade política de nossos governantes” (BARBIERI, 1997, p. 65).

Um meio ambiente “ecologicamente equilibrado e preservado” sugere também o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável, porém, isso só é possível através de uma conscientização de que a natureza é a nossa maior riqueza e somente uma educação ambiental objetiva pode ajudar a amenizar os problemas causados pelo uso desenfreado dos nossos recursos naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi exposto, sabemos que a educação ambiental abre um leque de informações, aos quais abrem a mente para uma nova forma de ver o mundo a nossa volta, e que cuidar da natureza é cuidar do próprio futuro, pois estamos intrinsecamente ligados a natureza e nossa sobrevivência depende de sua existência. No entanto, para se alcançar um novo estilo de desenvolvimento e cuidado para a Amazônia, devem ser considerados e reconhecidos os seus problemas e potencialidades, principalmente quando se fala dos povos que lá estão inseridos.

Com isso chegamos a conclusão de que a educação ambiental é considerada um dos instrumentos de superação dos problemas atuais, para assim garantir a sustentabilidade do planeta e que o investimento em políticas socioambientais e em educação ambiental faz se necessário.

Entretanto, não basta somente levar a educação ambiental para as escolas e faculdades, mas reeducar e conscientizar toda a humanidade de que não há ambiente sem sujeito, assim como não há sujeito sem os recursos que a natureza nos oferece. O meio ambiente necessita de cuidados e conscientizar e educar o homem a cuidar e preservar do planeta que oferece tudo para sua existência é a nossa maior prioridade, pois a natureza é o nosso maior legado para as futuras gerações.

Um meio ambiente ecologicamente equilibrado e “preservado” sugere também o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável, porém, isso só é possível através da conscientização do homem. Portanto, somente uma mudança no nosso estilo de vida pode trazer as mudanças necessárias para nos levar a uma “harmonização e manutenção da natureza” e alcançar assim o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>

Barbieri, J.C. **Desenvolvimento e meio Ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOOF, Leonardo. **Ecologia: Grito da Terra, grito dos pobres**. São Paulo: Àtica, 1995.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia. Formação Social e Cultural**. Manaus: Valer, 1999.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 out. 2021

Brasil. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 15 out. 2021.

COIMBRA, José de A. Aguiar. **O outro lado do meio ambiente**. Campinas, SP: Millennium, 2002.

DIAS, Genebaldo Freires, **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2004, 9ed. 551p.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Montevideo: Siglo XXI Editores, 1971.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra. 2.ed.** São Paulo: Petrópolis Ltda, 2000.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. Trad. Sandra Venezuela; revisão Paulo Freire Vieira. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Marx, K. y Engels, F. (1986). **A Ideologia Alemã (5a. ed.)**. São Paulo: Hucitec.

NALINI, J. R. **A Cidadania e o Protagonismo Ambiental**. In: Revista de Direito Ambiental. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 35, julho-setembro, 2004.

SATO, Michele. **Educação ambiental**. São Carlos, SP: RIMA, 2002.

SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação Ambiental**. Manaus: UEA Edições, 2007

Site da Ong: WWF Brasil. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/: acesso em 25.10.2021.

EDUCAÇÃO COMPARADA: OBJETO DE ANÁLISE, FUNDAMENTOS E PANORAMA HISTÓRICO

Deigiane Cristina Natividade Barbosa

RESUMO

Este artigo aborda a Educação Comparada e seu desenvolvimento enquanto campo analítico e investigativo. Diante disso, este artigo tem como principal objetivo o de compreender a importância da Educação Comparada no âmbito dos estudos interdisciplinares e da investigação de sistemas educacionais. A relevância em explorar este tema consiste em aprofundar mais os conhecimentos a respeito de suas teorias, procedimentos, métodos, bem como sua complexidade. A metodologia utilizada foi constituída por pesquisa qualitativa, a qual não usa métodos estatísticos para solucionar a problemática, mas busca descrever e dar significado ao fenômeno estudado. Também foi realizada uma pesquisa bibliográfica, reunindo materiais e autores que exploram o referido tema. Assim, conclui-se que a Educação Comparada é por natureza interdisciplinar pois relaciona-se com outras disciplinas e conceitos, visando explicar e compreender os fenômenos educacionais, possibilitando aproximações e distanciamentos entre diferentes processos e seus respectivos contextos. Seu objeto central são os sistemas educacionais nacionais e internacionais. A partir de seu panorama histórico pode-se afirmar que existe uma diversidade de conceitos, classificações e fundamentos teórico-metodológicos.

Palavras-chave: Educação Comparada; Investigação; Interdisciplinar.

INTRODUÇÃO

A Educação Comparada se apresenta como um vasto domínio de estudos interdisciplinares, que enquanto método se propõe a investigar sistemas educacionais de diferentes regiões e países, compreendendo em uma dimensão intra ou internacional, envolvendo uma perspectiva ou um termo histórico fixo ou em movimento de maneira comparativa. Assim, os Estados-nação enquanto unidade de comparação têm sido a categoria de análise principal das investigações realizadas no interior desse campo de conhecimento (CARVALHO, 2014).

Deste modo, os sistemas nacionais de ensino são definidos como objeto da Educação Comparada, determinados como conjuntos que possuem configuração própria e unidades complexas, as quais possibilitam a realização de análises mais profundas do processo educativo em toda sua dimensão, características e condições peculiares. Com isso, no intuito de constituir novas discussões em torno do tema foi elaborado a seguinte problemática: qual a importância da Educação Comparada no âmbito dos estudos interdisciplinares e da investigação dos sistemas educacionais?

Diante desses pressupostos, esta pesquisa tem como objetivo geral: compreender a importância da Educação Comparada no âmbito dos estudos interdisciplinares e da investigação de sistemas educacionais; apresentar os conceitos e fundamentos da educação comparada; apontar um breve panorama histórico da referida área; e descrever o percurso da educação comparada no Brasil.

Visando obter êxito, a metodologia tem como principal método de abordagem a pesquisa qualitativa. Busca compreender os fenômenos de forma mais aprofundada, sem a necessidade de utilizar instrumentos estatísticos ou dados quantitativos. Como método de procedimento, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, buscando atualizar os conhecimentos sobre o tema em questão, reunindo os principais autores e suas respectivas obras como: livros, monografias e publicações científicas.

Assim, este estudo se justifica mediante a necessidade de ampliar conhecimentos sobre a comparação intercultural da estrutura, dos métodos e do processo dos sistemas educativos, levando em consideração seus aspectos, fundamentos e percurso histórico, almejando entender problemas locais, regionais e universais, bem como a inter-relação da educação com a própria sociedade.

Neste sentido, os estudos comparativos são considerados essenciais para explicar, dar objetividade e inteligibilidade aos fatos educacionais. Ao estabelecer procedimentos metodológicos analíticos e investigativos nos faz avançar e relacionar com outras áreas do conhecimento, onde vários interesses e teorias disputam neste espaço.

EDUCAÇÃO COMPARADA: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E FUNDAMENTOS

O termo Educação Comparada se reserva a um ramo de estudos que primeiramente se caracteriza, pela vasta escola de observação de que se utilizam diante de seu objeto que são os sistemas nacionais de ensino. Cada um deles se apresenta como um conjunto de serviços escolares e para escolares, devidamente sistematizados e com sentido peculiar em cada povo. Busca descrevê-los e confrontá-los entre si, para apontar semelhanças e diferenças quanto à morfologia e às funções, as quais alcancem uma realização efetiva (LORENÇO FILHO, 2004). A respeito da definição de um objeto de estudo, a educação comparada

passa por um “espectro de afirmações”, como, por exemplo: a educação comparada estuda os sistemas educativos, os sistemas nacionais de educação, os sistemas nacionais de ensino, os fatos pedagógicos, os fatos educacionais, o processo educativo ou as inter-relações entre educação e sociedade (BONITATIBUS, 1989 apud CORREA, 2012, p.121).

Para Brito (2018), caracteriza-se pela não uniformidade nas técnicas metodológicas que indicam o entendimento do seu aspecto multifacetado e pluridisciplinar de investigação. Devido a isso, ela se permite às novas possibilidades interpretativas, reconceitualizando as relações espaço e tempo numa perspectiva complexa, pois envolve diversas áreas das ciências como história, sociologia, economia e ciência da educação. Assim,

em se tratando de Estudos Comparados na educação, alguns pressupostos motivam o processo de comparação: interesses acadêmicos, políticos, econômicos, culturais e sociais, os quais se inter-relacionam e dialogam, auxiliando na construção do processo de educação (SILVA, 2019, p.3).

Neste âmbito, Lourenço Filho (2004) afirma que o que a Educação Comparativa se propõe a fazer, mediante as formas institucionalizadas do ensino é aprofundar a análise desse processo o que implica nas circunstâncias da existência de diversos grupos sociais e da integração deles na sociedade nacional, o que decorre do espaço do país, de sua geografia, da composição e distribuição da população, levando em consideração a agregação, cooperação e competição econômica.

Segundo Correa (2012), a educação comparada é marcada pela complexidade e pela possibilidade de se expandir, visando constituir levantamentos e estudos comparados que almejam a transformação educacional por meio da imposição de modelos de sucesso de gerenciamento educacional, adquiridos a partir da importação de modelos estrangeiros. Desta forma, considera-se que,

a educação comparada faz parte de um campo de poderes dentro do qual se organizam centros e periferias, constroem-se práticas discursivas que consagram sentidos e definem limites. As práticas comparativas ajudam a difundir, em nível mundial, um modelo de escola que se desenvolveu na Europa, mas que se tornaria universal: a força deste modelo mede-se pela sua capacidade de ser olhado, não como o melhor sistema, mas como o único possível ou mesmo passível de ser imaginado. (NÓVOA, 2009, p. 24 apud CORREA, 2012, p.119).

Mallet (2004) argumenta que o elemento que a Educação Comparada não pode abrir mão é a figura do outro, devendo estar engajada numa empreitada salutar de redefinição conceitual, epistemológica e metodológica em um campo de estudo que permita pensar o “outro”, assim como pensar a si mesmo.

A educação comparada se dedica às causas que atuam no desenvolvimento dos sistemas educacionais, bem como busca centrar-se na compreensão das semelhanças e diferenças entre sistemas distintos. Ao mesmo tempo, produz certa sensibilidade para os problemas comuns e para as formas distintas em que são solucionados sob diferentes condições nacionais (KANDEL, 1961 apud CORREA, 2011).

A Educação Comparada pode ser entendida como episteme explicativa que almeja compreender a interpretar a forma como os sistemas educacionais se desenvolveram, configurando-se como uma perspectiva conceitual e epistemológica que visa analisar o fenômeno educativo por uma ótica internacional, supranacional ou intranacional (KAZAMIAS, 2012; TORRES; SÁNCHEZ, 2015 apud DIAS; GONÇALVEZ, 2017).

EDUCAÇÃO COMPARADA E SEU PANORAMA HISTÓRICO

A Educação Comparada em seu retrospecto histórico dedicou-se à descrição de sistemas educacionais em vários países. Essa tarefa era desenvolvida por pesquisadores pertencentes ao campo

educacional ou à área de estudos da administração escolar. Nesse percurso, viajavam pelo mundo coletando dados e aplicando-os e seus sistemas de ensino de origem (CORREA, 2012).

A educação comparada teve início nos primórdios do século XIX e recebeu várias classificações de acordo com diversos autores que objetivaram sistematizá-la no decorrer dos anos. Seus primeiros levantamentos apresentam Marc-Antoine Jullien, visto como o ponto de partida dessa forma de educação, no sentido de constituir uma sistematização em 1817, com a obra “Esquise et vues préliminaires d’un ouvrage l’éducation comparée” (CORREA, 2012). Com isso:

Jullien apresentou instrumentos que permitiam recolher dados e propôs a criação de uma estrutura internacional de ajuda às instâncias educativas nacionais para melhorar seus sistemas de ensino, tendo como referência as experiências realizadas em outros países (GROUX, 1997, p. 111N apud MARCONDES, 2005, p. 142).

Conforme Nóvoa (1995), quatro aspectos foram fundamentais ao campo de educação comparada historicamente: a ideologia do progresso, voltada para a crença da educação como fator de modernização e desenvolvimento; um conceito de ciência baseado na racionalidade científica comparativa, de acordo com o projeto de modernidade social que por sua vez será contraposta a uma racionalidade alternativa ‘pós-moderna’ que rejeita uma teologia da história; a ideia de Estado-nação, onde a ‘nação’ é compreendida como uma comunidade política imaginada; e definição de um método comparativo, com a intenção de dar um referente identitário ao campo, mas que acabaria por reduzir as realidades comparadas.

Os primeiros movimentos da educação comparada, marcados por ideias progressistas e modernizadoras serão transformados pelas necessidades de reconstrução e de reforma educacional no pós Segunda Guerra Mundial. Neste período, as nações tinham a concepção de que a Educação Comparada carregava um ideal de intercompreensão e de pacificação das relações internacionais, o qual possibilitou a criação dos principais organismos internacionais. Com a intenção de estabelecer uma convivência pacífica, a educação comparada passou a ser utilizada como ferramenta para tomada de decisões e instrumento para as políticas reformadoras (MALET, 2004 apud DEVECHI; TAUCHEN; TREVISAN, 2018).

Assim, o percurso da Educação Comparada no entendimento de George Bereday reparte-se em três períodos, sendo um denominado de empréstimo, outro de predição e último de análise. O período de empréstimo compreende o século XIX, o qual busca traduzir a insistência na apresentação de dados descritivos que deviam facilitar a comparação com o objetivo de avaliar as melhores práticas educativas para as transpor para outros países. O segundo período designado de predição, abarca a primeira metade do século XX, tendo início em Michael Sadler, que introduziu o pensamento de que cada sistema educativo não é facilmente separável da sociedade que lhe serve de base. Outros nomes que se destacam nesse período são: Friedrich Schneider, Isaac Kandel, Robert Ulich, Nicholas Hans.

E o período de análise correspondia a classificação dos fatos educativos e sociais, visando desenvolver teorias e métodos, estabelecendo uma clara formulação das etapas, dos processos e dos mecanismos comparativos (BAREDAY, 1972 apud FERREIRA, 2008).

Entre os anos de 1920 e 1940, a partir da criação de novos enfoques teórico-metodológicos, campos de ação, procedimentos, objeto e métodos definidos, os estudos comparativos da educação para a ter status de ciência. Ao mesmo tempo, novas pesquisas de caráter regional, nacional e internacional organizaram-se em congressos, conferências, abordando temas variados, sendo apresentadas no formato de revistas, bibliografias e monografias (BONITATIBUS, 1989 apud CARVALHO, 2013).

Na década de 1960 a Educação Comparada entrou em crise de identidade, surgindo comparatista com novos olhares, possuidores de um discurso permeado de compreensão, de explicação e intuitiva. Nesse momento, na abordagem positivista destaca-se a perspectiva estrutural funcionalista apoiado por Kazamias e Anderson, os quais defendia a proposta de que as instituições educacionais possuíam uma estrutura e desenvolviam outras funções, constituindo uma relação entre função e sua organização vinculada com as demais instituições sociais (FARIA, 2016).

Ainda de acordo com Farias (2016), a partir da década de 1970 emerge uma abordagem crítica, no qual a escola é compreendida como um dos instrumentos mais importantes do aparelho ideológico do Estado que serviria para dominar e reproduzir uma ideologia dominante. Esta abordagem é representada pelo pensador Martin Carnoy que buscou descrever as bases organizacionais das desigualdades sociais, não se tratando apenas em comparar sistemas educativos, mas dar ênfase às experiências das pessoas sem voz na sociedade.

Marcondes (2005) comenta que, com o processo de expansão da globalização, que envolve aspectos econômicos, sociais e culturais, a função da educação comparada, como área acadêmica recebe um novo sentido. São evidenciados temas e questões, havendo a integração de discursos cada vez mais urgentes. A tendência em ver o conhecimento como elemento básico da sociedade, vinculada à tentativa de lidar com perspectivas teóricas e metodológicas diversas e à valorização da pluralidade cultural trouxe o reconhecimento da importância de diferentes prismas no que cerne a interpretação da realidade (MARCONDES, 2005).

Assim, Carvalho (2014) considera que atualmente, as discussões sobre Educação Comparada expressam as transformações inerentes ao processo de globalização, as quais se caracterizam pelo enfraquecimento do Estado-nação, pela tendência à interdependência econômica, pelas mudanças nas relações entre os Estados nacionais e pelo surgimento de novas formas de cultura de outros países.

O PERCURSO DA EDUCAÇÃO COMPARADA NO BRASIL

As pesquisas de educação comparada são recentes no Brasil e têm sua origem no estudo dos sistemas nacionais de ensino formados a partir do século XIX. Esses estudos tinham por objetivo conhecer diferentes realidades para posteriormente adotar modelos de organização pedagógica como forma de modernização dos processos educacionais. Mediante os resultados, eram realizadas comparações entre os sistemas de ensino orientando as decisões políticas no âmbito das reformas educativas, levando-se conta a possibilidade de reproduzir práticas exitosas, assim como buscava evitar erros cometidos em outras localidades (RESENDE; ISOBE; MOREIRA, 2013).

De acordo com Lourenço Filho (2004), alguns autores brasileiros que faziam abordagem e conjecturas sobre os estudos comparados pertenciam às décadas de 1870 e 1896. Joaquim Teixeira Macedo, Manoel P. Frazão, Amélia Fernandes da Costa e Leopoldina Tavares Pôrto-Carrero escolheram no estrangeiro dados sobre os sistemas de ensino de diversos países. No entanto, grande parte dos dois grandes pareceres sobre o ensino foram redigidos pelo deputado Rui Barbosa na qualidade de relator da Comissão de Instrução na Câmara dos Deputados em 1882 e 1883.

Com Anísio Teixeira foi criado o primeiro curso sistemático de Educação Comparada no Brasil, no Instituto de Educação, do Distrito Federal em 1932. Em 1938, através de Milton da Silva Rodrigues surge o curso de Educação Comparada no Instituto de Educação de São Paulo, a que se deve o primeiro ensaio de exposição geral sobre o assunto, sendo apresentadas as bases e os fins da educação de países como: Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Estados Unidos (ARANTES; QUELUZ, 2008).

Segundo Vidal (2001), de disciplina obrigatória a partir de 1939 em todos os cursos de Pedagogia, em nível superior, passou a optativa com a LDB de 1962 praticamente desaparecendo dos programas na década de 1970. Para tanto, nesta mesma época receberam destaque as Teorias Desenvolvimentistas, do Capital Humano e da Modernização Social, que buscava produzir uma concepção universal dos objetivos da educação, passando a perceber os sistemas educativos do mundo como homogêneos nos princípios, apesar de apresentarem diferenças marcantes no desenvolvimento social e econômico.

Outra iniciativa de caráter isolado ocorrida no país no período de 1958 a 1966 refletiu sobre a Educação Comparada, onde a UNESCO patrocinou um programa de formação de especialistas em educação para a América Latina, cuja realização se deu na sede do Centro Regional de Pesquisa Educacionais “Queiroz Filho” na cidade de São Paulo. Este programa é visto como uma das mais ricas experiências de ensino de Educação Comparada, que teve orientação do professor Angel Diego Marquez (CERVI, 1986).

A Educação Comparada foi desenvolvida por meio de publicações importantes, da realização de eventos internacionais e da inclusão de disciplinas sobre o assunto no currículo de programas de

pedagogia de nível superior. Na década de 1980 verificou-se que a área perdeu espaço devido à tendência de questionar ideias e práticas inovadoras advindas de estrangeiro (VERTHINE, 2017 apud SILVA, 2019).

Observou-se um campo limitado de produções científicas e a exclusão progressiva da disciplina Educação Comparada dos cursos de graduação e de pós-graduação em educação. Esse declínio é atribuído a diversos fatores como: dificuldade de acesso a bibliografias especializadas e atualizadas; dificuldade para a realização de viagens de intercâmbios; falta de bancos de dados atualizados; pouco domínio de línguas estrangeiras; ausência de professores qualificados na área; escassez de grupos de pesquisa referentes ao aprofundamento do conhecimento e para a fundamentação das investigações; falta de clareza quanto ao papel dessa área nos cursos de formação de professores, mais especificamente nos de Pedagogia; e a falta de aprofundamento do estudo do “pedagógico” e ausência de debates em torno do tema (GERGEN, 1991; NOGUEIRA, 1994; MARTIN, 1996 apud CARVALHO, 2013).

Ocorreu no país um movimento de resgate desse campo de estudos, sendo evidenciado o aumento significativo de produções científicas nacionais, principalmente com temas das políticas e da gestão da educação. Outro fator que favoreceu este avanço foi a realização de encontros e congressos, construindo intercâmbio entre pesquisadores, assim como ampliou as possibilidades de desenvolvimento de projetos comuns de investigação (WERLE; CASTRO, 2000; SAVIANI, 2001 apud CARVALHO, 2013).

Segundo Lourenço Filho (2004), vários estudos têm sido divulgados nos últimos tempos no Brasil, entre eles destacam-se os publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, em boletins pertencentes à Universidade de São Paulo e o boletim do Centro Brasileiro de Pesquisas Educativas e no do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais. Muitos deles têm-se baseado em investigações de ordem social, consideradas fundamentais à visão comparativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo foi possível conceber a Educação Comparada como área de investigação e reflexão pedagógica que, por meio do método comparativo busca-se evidenciar as relações entre educação e sociedade num processo contínuo e profundo de conhecimento. Isto abriu outros caminhos do saber, contribuindo para a amplitude de outras áreas da ciência, tornando-se desta forma um importante referencial interdisciplinar.

Esta área se constitui como um imprescindível campo de investigação e análise que visa apreender a dimensão nacional e internacional do processo educativo via comparação, elegendo a

existência de um subsistema educacional como elemento integrante do contexto socioeconômico de um Estado-nação.

Seu valor consiste na análise das causas e das forças que determinam o desenvolvimento dos sistemas educacionais, e os indicadores que determinam suas diferenças. Por isso, encontra-se interessada na peculiaridade dos processos educativos, o que nos leva a designá-la como um método de abordagem que analisa a relação da educação com a sociedade.

Portanto, a Educação Comparada é considerada uma área fundamental para a realização de estudos pedagógicos, pois por meio dela, o educador será levado às mais profundas reflexões do próprio sistema educacional no qual está inserido, ao conhecimento dos resultados operacionais, das soluções direcionadas aos problemas do ensino pelos sistemas estrangeiros.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Margareth Gomes Rosa; QUELUZ, Lara Cristina de. **Educação comparada: abordagem histórica, possibilidades e limites.** 2008.

BRITO, Denice do Socorro Lopes. **Pesquisa comparada em educação: construindo significados a partir de questões teórico-metodológicas.** 2018.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. **Estudos comparado em educação: novos enfoques teórico-metodológicos.** Maringá, v. 36, n. 1, p. 129-141, jan.-june, 2014.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves. Reflexões sobre a importância dos estudos de educação comparada na atualidade. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 52, p. 416-435, set, 2013.

CERVI, Rejane de Medeiros. O significado curricular da Educação Comparada. **Educar**, Curitiba, 5(1/2): 33-50, jan./dez, 1986.

CORREA, João Jorge. **A educação comparada e sua arquitetura histórica.** Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, 20 (2): 117-129, jul./dez. 2012.

CORREA, João Jorge. **Educação comparada: um esboço para compreender as fronteiras e os limites da comparação.** Visão Global, Joaçaba, v. 14, n. 2, p. 251-272, jul./dez. 2011.

DEVECHI, Catia Piccolo Viero; TAUCHEN, Gionara; TREVISAN, Amarildo Luiz. **A figura do outro na educação comparada: uma perspectiva de aprendizagem comunicativa.** Revista Brasileira de Educação v. 23, 2018.

DIAS, Ana Lúcia Braz; GONÇALVES, Harryson Júnio Lessa. **Contribuições da Educação Comparada para investigações em currículos de Matemática.** Educ. Matem. Pesq., São Paulo, v.19, n.3, pp.230-254, 2017.

FARIA, Simone Gomes de. **A formação de professores da História na pós-redemocratização 1980-2013**: um estudo de educação comparada Brasil e Uruguai. Rio Grande, 2016.

FERREIRA, António Gomes. **O sentido da Educação Comparada: uma compreensão sobre a construção de uma identidade**. Educação, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 124-138, maio/ago. 2008.

Lourenço Filho, Manoel Bergström. **Educação comparada** / Manoel Bergström Lourenço Filho; organização Ruy Lourenço Filho, Carlos Monarcha - 3. ed. – Brasília: MEC/Inep, 2004.

MALLET, Régis. **Estado-Nação ao Espaço-Mundo**: as condições históricas da renovação da Educação Comparada. Educação e Sociedade. Campinas, v. 25, n.89, set/dez, 2004.

MARCONDES, Martha Aparecida Santana. **Educação comparada**: perspectivas teóricas e investigações. ECCOS, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 139-163, jun. 2005.

NÓVOA, Antonio. **Modelos de análise em educação comparada**: o campo e a carta. (mimeo, tradução do artigo publicado na revista Les Sciences de l'éducation pour l'ère nouvelle, n.2-3/1995). Tradução: Ana Isabel Madeira, 1995.

SILVA, Karine Rocha Lemes. Educação Comparada – conceito que desafia. **RBEC**: Ver. Bras. Educ. Com., Campinas, SP, v. 1., p.1-11, 2019.

VIDAL, Diana Gonçalves. **História da Educação Comparada**: reflexões iniciais e relato de uma experiência. História da Educação. ASPHE/UFPEL, Pelotas (10): 31-41, out, 2001.

EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA E OS DESAFIOS DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Aldenice da Silva Caxias

RESUMO

Ao longo do tempo, o sistema educacional brasileiro vem se moldando, para tentar acompanhar as mudanças que a sociedade exige. Neste artigo procuramos discutir alguns pontos sobre a educação contemporânea e refletir sobre estratégias metodológicas que podem despertar no educando o interesse pelo conhecimento, a fim de que se promova uma aprendizagem significativa. Para isso apresentamos algumas reflexões trazidas por Morin (2000) a respeito de alguns problemas centrais e fundamentais para a educação do futuro, mas que acreditamos que sejam necessários para a educação contemporânea. Neste sentido, o presente artigo tem por objetivo apresentar alguns fundamentos da educação e refletir sobre os desafios do processo de ensino e aprendizagem na contemporaneidade.

Palavras-chave: Educação; Ensino; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Os tempos mudam numa rapidez exacerbada, assim como as exigências educacionais. As velhas práticas, associadas às ferramentas consideradas ultrapassadas e as metodologias retrógradas já não parecem mais ser suficientes para suprir as necessidades educacionais. Mesmo sabendo que, estruturalmente, a escola atual não difere muito daquela do início do século passado, os estudantes de hoje não aprendem da mesma forma que os de antigamente. Tais constatações não se apresentam como novidades, é preciso considerar que as informações se tornaram mais rápidas e acessíveis, que os estudantes estão cada vez mais autônomos e que as tecnologias educacionais estão cada dia mais revolucionando a forma de ensinar e aprender na contemporaneidade.

A forma como estruturamos o ensinar e o aprender passaram por mudanças significativas ao longo dos tempos, o professor deixa de ser o centro das atenções, o único detentor do conhecimento, e passa a assumir uma nova postura que o aproxima do aluno, tornando-se um facilitador do ensino, tornando a aprendizagem cada vez mais dinâmica e significativa para o aluno.

Essa forma de ensinar e de aprender vem sendo construída ao longo do tempo, e ainda precisa alcançar patamares mais elevados. O processo educativo precisa estar voltado para a humanização, para as relações sociais e para os processos de conscientização do indivíduo. Nesse sentido, Morin (2000) pensou “*Os sete saberes necessários à educação do futuro*”, não como uma fórmula secreta para a qual devemos pensar a educação, mas para demonstrar algumas lacunas existentes entre o que é a educação hoje e como deveria ser a educação do futuro. Nesse sentido nossas reflexões seguem

duas direções: apresentar um breve panorama da educação no Brasil e refletir sobre os desafios do processo de ensino e aprendizagem da educação contemporânea.

É importante ressaltar que o objetivo desse artigo não é determinar verdades absolutas, nem propor soluções e instrumentalizações práticas infalíveis, mesmo porque a realidade educacional atual é desafiadora e sabemos que para ser adaptada para esse novo cenário, apontado por Morin (2000), precisa da participação ativa de todos os agentes envolvidos no contexto educacional: governo, escola, alunos, família e sociedade em geral. O que apresentamos aqui é apenas uma visão recortada das fontes teóricas e da realidade educacional que se apresenta na contemporaneidade, pois compreendemos que ainda há um vasto caminho a ser desvendado dentro desse campo amplo e fértil, que é a educação.

BREVE PANORAMA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação é um processo que envolve valores, construção de conhecimentos e relações sociais e, por isso precisa estar voltada para as transformações sociais e culturais da sociedade, promovendo mudanças comportamentais e de conscientização da sociedade sempre em função de uma concepção de vida, refletindo em cada época, a filosofia predominante, determinada pela estrutura da sociedade. De acordo com o Portal Educação (2021), no Brasil, a educação teve início com os indígenas, que ensinavam a suas crianças diversas técnicas e atividades como plantar, cozinhar, pescar, tudo para que as aldeias mantivessem um bom funcionamento. Com a chegada dos padres jesuítas nas colônias portuguesas, em 1549, isso mudou, pois foram criadas as primeiras escolas brasileiras. Ainda de acordo com o Portal Educação (2021) e Tagliaferro (2020) os jesuítas tinham como objetivo o anúncio da fé católica, através da catequese dos indígenas e a atividade educativa – baseando-se nas orientações do *Ratio Studiorum*. Após a interferência do Marquês de Pombal, a educação no Brasil consistia apenas nas chamadas Aulas Régias, com aulas de Latim, Grego e Retórica ministrada na maioria das vezes por professores despreparados e com pouquíssimo recurso.

Em 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, a educação tomou um impulso considerável. João VI realizou a criação das primeiras faculdades de medicina na Bahia e no Rio de Janeiro em 1816 e a criação da Escola de Belas Artes. Essas ações alavancaram o desenvolvimento científico no Brasil. Para melhorar o sistema educacional, no ano de 1823, foi criado no país o chamado Método Lancaster (Método do Ensino Mútuo) esse método treinava um aluno para ensinar a grupos de até dez alunos, sob a vigilância de um professor-inspetor. E realizando uma nova organização educacional no país, em 1826 o imperador determina a existência de quatro graus para instrução: Pedagogias, Liceus, Ginásios e Academias

No início da República, a educação foi influenciada pela Escola Nova, movimento que se originou na Europa. Esse movimento acreditava que era por meio da educação que seria possível solucionar os problemas sociais. Mas foi no governo de Getúlio Vargas que a educação alcançou posição de destaque. A escola assumiu o papel de mediadora dos conflitos sociais e objetivava contribuir para a criação de novos saberes. Com o fim do militarismo e o Brasil iniciando seus passos para a vida democrática, a educação começou a tomar outros rumos. Com a chegada da Constituição de 1988 foi estabelecido alguns princípios referente a educação, como por exemplo, em seu capítulo III, que traz dez artigos onde deixa explícito o princípio maior de democratização da educação, onde em seu art. 205 diz que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988, p. 34). A partir da constituição de 1988 a educação é tomada como direito de todos, com acesso igualitário para todas as pessoas e dever do Estado de oferecê-la à sociedade em geral.

Em 1996 foi aprovada uma importante lei que traz diretrizes para a educação a nível nacional, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Lei nº 9394/96 na qual traz orientações necessárias para a organização do sistema educacional até os dias de hoje. A partir dos princípios mencionados na Constituição e com a lei de Diretrizes e Bases da Educação foi aberto um caminho mais concreto para o destino da educação. Nesse percurso temos outro documento importante que foi homologado recentemente, em 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento, que já era previsto na Constituição de 1988 e pela própria LDB, que define os conhecimentos essenciais que os alunos da Educação Básica têm direito de aprender, com base em dez competências gerais que constroem, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, durante todas as etapas da Educação Básica. Como esse documento é uma referência comum para todos os sistemas de ensino, espera-se que ele contribua para a qualidade do sistema de ensino nacional e para a promoção da equidade educacional.

Mesmo sabendo que há uma distância enorme entre o que está escrito nas leis e o que acontece na prática, temos uma base que dá suporte e direcionamento a educação e que orienta e articula, de forma igualitária, todo sistema educacional brasileiro. Cabe às instituições de ensino se adequar a realidade que se pede, com objetivo de garantir a todos os educandos uma educação voltada para a elaboração e construção do conhecimento e para o exercício da cidadania.

O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A escola, como um espaço legítimo de produção e construção do conhecimento, precisa acompanhar as transformações da sociedade, apoiar e pôr em prática as exigências do mundo atual. Seja na sala de aula, ou em qualquer outro ambiente de aprendizagem, são inúmeras as relações que

intervêm no processo de construção e organização do conhecimento. As múltiplas relações entre professores, alunos e objetos de estudo constroem efetivamente a relação com o ensinar e o aprender, independente do tempo e espaço de aprendizagem.

De acordo com Tagliaferro (2020) durante o período modernista, o processo de ensino e aprendizagem se dava com o docente colocado no patamar de transmissor de conhecimentos, de modo que, era apenas o professor o detentor do conhecimento e apenas depositava esse conhecimento no aluno, sem que houvesse qualquer questionamento ou discussão, promovendo apenas uma reprodução do conteúdo. Essa prática recebeu o nome de educação bancária (Freire, 1987), uma educação conservadora, que tirava dos alunos a oportunidade de se envolver no aprendizado e de aprender somente o que o professor repassa. Esse tipo de ensino alargava as desigualdades existentes entre oprimidos (dominados) e opressores (dominantes) como trata Freire em “Pedagogia do Oprimido” (Freire, 1987), podando qualquer forma de pensamento, sem permitir que o aluno contribuísse para a construção do seu próprio conhecimento.

Com o passar dos tempos, foram surgindo vários questionamentos em relação a essa forma de ensinar, e como oposição, passou a ser discutido um outro tipo de educação, a libertadora. Essa forma de educar marcou a era pós-moderna, surgiu a oportunidade de o aluno expressar seu pensamento. Por esse caminho o professor assume um novo papel dentro da sociedade, sua função agora é de educador, mediando o processo ensino e aprendizagem, oportunizando ao aluno a pensar e a construir o seu próprio conhecimento. A partir de então a condução do ensino se daria por meio de trocas, num diálogo aberto do professor com seus alunos, que eram instigados a relatar suas experiências e expor suas dificuldades e anseios, para que o professor pudesse auxiliá-los na sua aprendizagem.

Todo esse percurso de como se ensina e de como se aprende não para por aí, com o advento tecnológico, que tomou conta do mundo moderno e também do processo educacional, houve mudanças significativas no ensino. Monteiro (2019, p. 87) afirma que “Certamente muitas alterações aconteceram nas escolas, não apenas pelas tecnologias que chegaram a ela, de forma programada ou espontânea, mas também devido a fatores culturais e políticos.” De fato, temos observado, nos últimos anos, um enorme crescimento dos recursos tecnológicos na educação, no entanto, é notório que a escola, enquanto espaço físico, precisa reunir as condições materiais necessárias para a implantação de equipamentos digitais, bem como investir na formação de professores para o uso das novas metodologias, pois esses novos recursos implicam em novas formas de comunicar, de pensar, ensinar e de aprender. É como diz Moran (1998), nunca tivemos tantas tecnologias fantásticas de comunicação e, ao mesmo tempo, tantos desafios. Os recursos tecnológicos lançam novos desafios nas metodologias de ensino e na educação, nomeadamente, ao nível do acesso à informação, na diversidade de meios, nos tipos de aprendizagem, nos tipos de comunicação e no novo perfil de alunos e professores. “A escola tem sido chamada a mudar. Seus professores são estimulados a serem mais atuais, criativos,

alegres, competentes” (MONTEIRO, 2019. p. 88). Temos observado algumas dessas mudanças ao longo dos tempos, no modo como a educação é direcionada, em todo o seu percurso, há sim importantes transformações, como já mencionamos anteriormente, mas com todas essas mudanças, ainda são muitos os desafios que enfrentamos no processo educacional.

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Com a modernidade surgiram novos paradigmas e novos horizontes que suscitam mudanças constantes na forma como se ensina e em como se aprende. A escola de hoje requer um perfil contemporâneo de aprendizado que ajude os alunos a enfrentarem todos os desafios que a sociedade impõe. E um dos maiores desafios é proporcionar, por meio da educação, uma maior participação dos indivíduos nessa sociedade, através do conhecimento e da consciência humana, mas para isso é necessário que essa busca seja atraente para os alunos, e que nesse fazer os educandos tornem-se sujeitos ativos na construção do conhecimento. Entendemos, também, que para tais transformações acontecerem são necessárias mudanças metodológicas que vá além da liberdade de expressão e do pensamento, é preciso criar estratégias de ensino que motivem os alunos a gostarem de ir e a permanecerem na escola, para isso é necessário que seja oferecido um ensino contextualizado, com conteúdo que façam parte da vida do educando, que os eduque para as demandas da sua comunidade, do seu bairro e do seu país.

Nessa direção, é emergente que sejam colocadas em práticas novas formas de ensinar e de aprender, que ampliam significativamente as possibilidades de inclusão, alterando os modelos cristalizados pela escola tradicional, possibilitando novos saberes, voltados para uma educação mais humana. Nesse sentido, Edgar Morin (2000) faz uma sistematização de um conjunto de reflexões que servem como ponto de partida para se repensar a educação contemporânea. Morin (2000) pensou “Os sete saberes necessários à educação do futuro” não como uma fórmula secreta para a qual devemos pensar a educação, mas para demonstrar algumas lacunas existentes entre o que é a educação hoje e como deveria ser a educação do futuro. No entanto, acreditamos que as reflexões feitas pelo autor são essenciais para a educação de hoje, justamente por se tratar de fundamentos que são essenciais para a vida de qualquer cidadão em qualquer época.

Morin (2000) nos mostra, a partir das suas reflexões, no primeiro saber, *as cegueiras do conhecimento*, que para pôr em prática essa concepção é preciso trabalhar a ideia de erro. É desafiador? Sim, pois a educação atual muitas vezes torna-se cega em relação ao erro. E como o conhecimento é uma reconstrução da realidade, algumas vezes torna-se vulnerável ao erro, justamente por não conseguir ser fidedigno ao refletir essa realidade. Segundo o Morin (2000, p. 21), “nenhuma teoria científica está imune para sempre contra o erro”. É dever da educação preparar cada indivíduo para enfrentar os não saberes com lucidez e humanidade, assim, diante da possibilidade do erro, ele poderá

avançar, não apenas no conhecimento intelectual, mas também no humano. Essa concepção apontada por Morin (2000) nos mostra que é importante direcionar a educação, especificamente o processo de ensino e aprendizagem, para a condição humana com base na razão, mas sem necessariamente esquecer da afetividade e da emoção, laços tão importantes para a formação humana do indivíduo.

Outro saber importante defendido por Morin diz respeito aos *princípios do conhecimento pertinente*, trata das informações essenciais, que devem ser contextualizadas com os conhecimentos do mundo com o mundo, não apenas pelas partes, e aqui nós fazemos menção ao ensino disciplinar, não que seja dispensável o ensino por disciplinas, mas é necessário que haja uma conexão entre as disciplinas, como já vem apontando a BNCC, com uma organização do ensino que circula por áreas do conhecimento. É como diz Morin (2000, p. 46):

Trata-se de entender o pensamento que separa e que reduz, no lugar do pensamento que distingue e une. Não se trata de abandonar o conhecimento das partes pelo conhecimento das totalidades, nem da análise pela síntese; é preciso conjugá-la.

O autor nos mostra que a educação do futuro busca estimular a inteligência geral e o conhecimento do todo, que a educação deve viabilizar meios ao acesso às informações, que a educação deve preocupar-se com a pertinência do conhecimento para o educando, o que de fato é relevante e pertinente para sua formação. Para isso é importante organizar uma aprendizagem voltada ao contexto, ao global, ao multidimensional, ao complexo. E nós entendemos que esses princípios são, de fato, urgentes para a educação na contemporaneidade. Morin (2000) também nos faz pensar, através do seu terceiro saber, *ensinar a condição humana*, que é necessário que se ofereça um ensino voltado ao conhecimento do humano, “conhecer o humano é, antes de mais nada, situá-lo no universo, e não separá-lo dele” (MORIN, 2000. p. 47). Essa condição humana também implica em questionar primeiro a nossa posição no mundo e isso pode ser refletida por meio da educação.

Outro desafio que temos enfrentado ao longo dos tempos é em relação à formação do educando para a construção de uma sociedade sustentável, em que se promovam, na relação com o planeta e seus recursos, valores éticos como cooperação, solidariedade, generosidade, tolerância, dignidade e respeito à diversidade. Sabemos que essa também é uma função da escola, por ser um espaço privilegiado para estabelecer conexões e informações e, também, por ter a possibilidade de criar condições e alternativas que estimulem os alunos a terem concepções e posturas cidadãs, cientes de suas responsabilidades e, principalmente, perceberem-se como integrantes do meio ambiente. Nesse sentido vem o quarto saber de Morin (2000), que diz respeito à *identidade terrena*. O autor nos diz que, por meio da educação pode-se ensinar o respeito às culturas universais, ao pensamento para a globalidade, à relação com o todo e com as partes, assim estaremos construindo um planeta melhor para as gerações futuras, mas para isso é necessário estimular esse conhecimento desde cedo, para que o

indivíduo aprenda, a partir de sua realidade, a como se relacionar com a terra. A falta de explicações lógicas para tais fatos desafia a educação a encontrar um meio de ensinar com coerência essa compreensão.

Nesse sentido podemos nos questionar, temos, na atualidade, uma educação voltada para a reflexão? Temos. Mas temos outro desafio no meio da jornada, trabalhar com a reelaboração crítica e reflexiva do aluno diante do novo, mesmo com todo aparato tecnológico que vem tomando conta das interações sociais, inclusive do processo de ensino e aprendizagem, surgem as dúvidas, as incertezas e muitos questionamentos de como proceder diante de tantas informações. Com a disponibilização das tecnologias educacionais tudo ficou “aparentemente” mais fácil, mais acessível, mas as incertezas continuam fazendo parte desse processo de busca pelo conhecimento. As transformações contemporâneas apontam para a quantidade de informações, de tecnologia e os impactos ambientais negativos na vida em sociedade. Existe uma insegurança, um questionamento de conceitos e concepções que até então eram considerados como verdades absolutas. Essas incertezas produzem complexidade, dialogicidade entre os processos socioculturais e o conhecimento científico. Morin fala das incertezas no quinto saber. Para o autor é necessário *enfrentar as incertezas* pois a realidade não é facilmente legível. Para o autor “As ideias e teorias não refletem, mas traduzem a realidade, que podem traduzir de maneira errônea.” (MORIN, 2000. p. 85). O desafio aqui consiste em saber interpretar a realidade. É necessário ensinar nas escolas a ideia de que a incerteza nos levará ao avanço do conhecimento, e que é normal termos dúvidas diante do novo. No processo de ensino e aprendizagem é necessário saber lidar com a incerteza, pois ela faz parte da construção do conhecimento. Na verdade, a escola deveria ser um ambiente de perguntas, não de respostas, pois é a partir das perguntas que acontecem as grandes reflexões que culminam na compreensão de muitas questões. No sexto saber, *ensinar a compreensão*, Morin (2000, p. 95), nos diz que “Compreender inclui, necessariamente, um processo de empatia, de identificação e de projeção. Sempre intersubjetiva, a compreensão pede abertura, simpatia e generosidade.” Para que haja essa compreensão, que o autor faz menção, é necessário que deixemos de tentar compreender os outros por nossas crenças e valores e passemos a os tolerar com suas diferenças, com ênfase na condição humana, sempre tão abordada por Morin ao longo de suas reflexões.

E por fim, temos o sétimo saber, que diz respeito à *ética do gênero humano*, que consiste no ensinamento da cidadania pela democracia e pelo diálogo. No processo educacional é necessário conduzir as interações entre os indivíduos, pois eles não são apenas inseparáveis, mas coprodutores um do outro. E isso é efetivamente tarefa da escola, promover discussões em torno das práticas de ações voltadas para a cidadania. Nesse sentido, entendemos que mais importante do que as escolas abordarem temáticas cidadãs, seria necessário oportunizar aos seus alunos a vivência de práticas que promovam atitudes voltadas para formação de valores, com mais ações práticas do que teóricas para que

o aluno possa aprender, no convívio diário, a valorizar, a amar e a respeitar seu espaço e o seu entorno, de uma forma que possa compreender o seu papel como cidadão e como construtor de um mundo mais humano e igualitário para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os aspectos discutidos, é possível perceber que a educação é um processo que vem se construindo constantemente e acompanha a estrutura social, passando por intensas transformações e sofrendo modificações significativas ao longo do tempo. No percurso educacional, docentes deixaram de ser vistos como detentores do saber, alunos passaram a construir o seu próprio conhecimento e o processo de ensino e aprendizagem tornou-se mais dinâmico. A facilidade de acesso à informação, por meio das tecnologias, facilitou aos alunos o acesso rápido à informação e ao conhecimento e impulsionou o professor a se adequar às mudanças propostas pela contemporaneidade, mas sabemos que, por se tratar de um contexto amplo, a educação precisa se reinventar constantemente para poder atender as demandas da sociedade.

Diante das reflexões ao longo desse artigo, concluimos que apesar dos muitos avanços ocorridos ao longo do tempo, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que essa educação do futuro aconteça, conforme os pressupostos apontados por Morin (2000). No entanto, acreditamos que essa caminhada precisa ser impulsionada, temos no ambiente da sala de aula um fenômeno complexo, que abriga uma diversidade de pensamento, culturas, classes sociais e econômicas, sentimentos e emoções. Ou seja, o ambiente escolar já é um espaço heterogêneo e, por isso, torna-se o lugar ideal para iniciar esses saberes que Morin prega com muita propriedade. Pensar numa educação voltada para esses fundamentos apontados por Morin (2000) requer um engajamento coletivo que não precisa esperar para o futuro, ela pode acontecer agora, com uma maior participação dos indivíduos e das sociedades, através de uma nova consciência humana e, conseqüentemente, uma solidariedade planetária. É urgente o ensino da ética do gênero humano, pois o futuro da humanidade depende de como o homem vai construir seu percurso, e esse caminhar precisa começar agora.

Nesse sentido acreditamos que a educação deva estar sempre voltada para as práticas e para as relações sociais, para isso é necessário que suscitem processos de conscientização, compreensão crítica e humanização, bem como a participação efetiva dos agentes envolvidos nesse processo: escola, família, aluno, governo e a sociedade em geral. É como afirma Morin (2000, p. 93):

Educar para compreender a matemática ou uma disciplina determinada é uma coisa; educar para a compreensão humana é outra. Nela encontra-se a missão propriamente espiritual da educação: ensinar a compreensão entre as pessoas como condição e garantia de solidariedade intelectual e moral da humanidade.

Por isso acreditamos que o processo educacional precisa ultrapassar o domínio das habilidades básicas, como o domínio da leitura, da escrita, do cálculo e de conhecimentos tecnológicos, precisa atingir a conscientização do indivíduo, prepará-lo para viver sociedade, para aprender a dividir, comunicar, fazer e interagir com o meio social. Cabe as instituições de ensino, através da adequação do seu currículo, explorar de forma prática conteúdos voltados para as questões do cotidiano dos educandos, com atividades apoiadas nas vivências dos alunos e nos fenômenos que ocorrem à sua volta, de uma forma que sejam valorizadas as ideologias individuais de cada indivíduo, mas que sejam permeados por valores, saberes e competências gerais disseminadas para coletividade. Acreditamos que questões como essas devem ser elencadas como necessárias e urgentes à educação. Quando conseguirmos pensar na educação através desses pressupostos, estaremos, de fato, formando cidadãos plenos e aptos para viverem e fazerem uma sociedade mais humana e igualitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988 Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/CON1988.pdf >. Acesso em: 04. abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 de abr. 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em 18 de abr. 2021.

FREIRE P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Monteiro, Silas Borges. **Coleção Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino: Diversidade e tecnologias digitais, v.3** / Silas Borges Monteiro; Polyana Olini. (organizadores). Cuiabá-MT: EdUFMT/Editora Sustentável, 2019. (Formato Ebook). 168p.

MORAN, J. M. **Mudanças na comunicação pessoal: gerenciamento integrado da comunicação pessoal, social e tecnológica**. São Paulo: Paulinas, 1998.

Morin, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**, São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Período colonial: histórico da educação no Brasil**. Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/periodo-colonial-historico-da-educacao-no-brasil/34874>. Acesso em 04 de abr. 2021.

PORTAL ESCOLA EDUCAÇÃO. 2019. **A história da educação no Brasil**. Disponível em: <https://escolaeducacao.com.br/historia-da-educacao-no-brasil/>. Acesso em 04 de abr. 2021.

Tagliaferro M. de F. G. A. (2020). **A ESCOLA E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA**. Revista Artigos. Com, 18, e3572. Recuperado de <https://acervomais.com.br/index.php/artigos/article/view/3572>

FREUD, DA HIPNOSE À ASSOCIAÇÃO LIVRE

Janaína Bernardes Silva

RESUMO

Este artigo aborda o processo de Freud no estudo da histeria, sabendo que o conceito de histeria vem sendo modernizado ao longo dos anos e dos estudos sobre a temática. Através de uma revisão bibliográfica trataremos desde a hipnose sugestiva defendida por Charcot, do método catártico de Josef Breuer até a criação da associação livre por Freud e os subsídios que o apoiaram nessa concepção do método da cura pela fala. Freud, que havia ficado fascinado pela técnica da hipnose, encontrou como obstáculo no uso do método a dificuldade em hipnotizar seus pacientes, observando que nem todos eram suscetíveis à hipnose. Ao abandonar o método sugestivo e catártico, Freud buscou desenvolver uma reflexão sobre a conversação espontânea, já que nos métodos de Charcot e Breuer os sujeitos em tratamento não exerciam esforço nenhum, assim surgiu o método da associação livre, que é ainda hoje considerado fundamental na psicanálise.

Palavras-chave: Freud; Hipnose; Associação Livre.

INTRODUÇÃO

A palavra histeria é de origem grega e significa útero e estava ligada a uma indisposição feminina. No final do século XIX o estudo da histeria ganha uma nova percepção através das investigações do assunto, como a do médico Charcot.

Desde a antiguidade a histeria era vista como um teatro social e sem cunho orgânico, e quando Charcot resolve estudar a histeria a recepção dos médicos quanto a essa possibilidade não foi diferente, a ideia não foi bem aceita pela classe. Mesmo diante das críticas, Charcot continuou a estudar as mulheres histéricas no hospital de Salpêtrière.

O médico Charcot sucedeu diversos estudos sobre a histeria e o tratamento dos sintomas por meio do método hipnótico. Freud encantou-se com os estudos de Charcot e durante o estágio no hospital Salpêtrière resolveu abandonar a área da neuropatologia para dedicar-se à observação da histeria.

Josef Breuer, um médico conselheiro de Freud que também utilizava da hipnose para o tratamento da histeria, com o método catártico, o qual Freud passou a usá-lo sob orientação de Breuer.

Freud percebeu que os métodos utilizados por Charcot e Breuer, a hipnose, não lhe satisfazia enquanto estudioso da causa e da cura da histeria. Portanto, ele abandona a técnica da hipnose e de forma gradativa cria a associação livre, método que buscava tratar o paciente em seu estado consciente, através da fala e sem intervenção, onde o adoecido é orientado a falar livremente tudo o que quiser, portanto uma conversação orientada.

Portanto, este trabalho visa a partir de um processo de revisão percorrer o desenvolvimento das ideias freudianas sobre a histeria, da hipnose à associação livre.

A HIPNOSE COMO CAMINHO PARA A ASSOCIAÇÃO LIVRE

Existem informações que desde a Grécia Antiga já havia casos de histeria, sendo considerada uma doença exclusiva das mulheres. O nome histeria deriva do grego, da palavra *hystéra*, que significa útero e por isso a doença ser associada às mulheres.

Portanto, as mulheres poderiam desenvolver perturbações uterinas, pois acreditavam que o útero era um órgão vivo e independente que se deslocava pelo corpo. Há registros que a histeria era considerada uma doença uterina, que tinha como causa a privação do sexo, fazendo com que o útero se deslocasse procurando um lugar mais aconchegante no interior do corpo feminino e com isso aparecia os sintomas da histeria, e se o útero chegasse ao coração os sintomas poderiam ser de opressão e ansiedade.

Hipócrates foi o primeiro a tentar explicar tais manifestações de um modo natural, vinculando-as a um deslocamento do útero. Para este estudioso, tratava-se de uma anomalia de tipo ginecológico, concepção que, com algumas variantes, dominou a clínica e a terapêutica da histeria até o século XIX. (GIRARDI, 2008, p. 19).

Permanece uma estimativa na qual relaciona que Hipócrates, considerado o pai da medicina, tenha sido o primeiro a usar o termo histeria para designar o adoecimento uterino.

Inicialmente, pelo menos que se tem notícia, a proposta de cura estava baseada no uso de ervas e remédios terapêuticos. Também contemplava o uso da feitiçaria, magia e rituais na tentativa de intervenção no controle do adoecimento uterino. (CALDERONI et al, 2006).

A histeria era uma doença muito mal vista pela classe média, pois se tratava de um adoecimento sem raiz orgânica, onde os indícios eram diversos e não havia um diagnóstico preciso por sintomas restritos. Entre as manifestações apresentadas pelas mulheres do século XIX estava a fadiga, paralisia, cegueira, tosse, sufocação, incapacidade de fala e etc. Os números de ocorrências eram bastante extensos, o que gerava dificuldades aos médicos em tratar os enfermos. Freud (1996b) acrescenta que, não existia simpatia pela classe médica, os doentes infringiram as leis da ciência.

Alguns médicos associavam a histeria a um teatro social ou sem necessidade de atenção, negando a sua existência. A comunidade científica teve contato com a histeria através das exposições de Charcot.

Charcot foi o responsável por tornar a histeria uma entidade clínica digna de respeito no meio científico. Como pesquisador dos fenômenos que acometiam seus pacientes, acreditava na localização cerebral dos transtornos neurológicos, insistindo na necessidade de encontrar uma lesão, no caso da histeria, para tratá-la seriamente como uma doença digna de interesse do corpo médico. (GIRARDI, 2008, p. 28).

Charcot, médico parisiense, se notabilizou por tratar a histeria como uma patologia, reunindo algumas informações que pudesse caracterizar a histeria. Para Charcot havia algo do ponto de vista traumático, defendendo a psicogênese, ou seja, os sintomas da histeria eram causados por fatores psíquicos e não necessariamente orgânicos. Mesmo apresentando sintomas corporais não havia um foco orgânico, neurológico ou muscular, embora existisse uma perna paralisada, uma enxaqueca, uma contratura, mas sem nenhum vínculo orgânico. Para Charcot a hereditariedade também é um fator a ser levado em consideração, assim, ele juntou as duas idéias (hereditariedade + trauma) e compôs o quadro de histeria.

Charcot, nos anos de 1880, investigava a histeria na Europa, nessa época ele era diretor do Hospital de Salpêtrière em Paris. Os recursos adquiridos pelo hospital eram investidos no estudo da histeria, já que Charcot queria provar a materialidade da doença.

Devido a suas descobertas, Charcot é considerado um clássico da neurologia do século XIX, pois suas contribuições foram enormes para a época, já que as patologias deveriam ser analisadas a partir de um conjunto de sintomas pré-determinados, e Charcot tinha como diferencial a busca por estudar aquilo que até então era desconhecido clinicamente para a medicina.

Freud viu nos trabalhos de Charcot uma oportunidade de realizar estudos com as mulheres que eram suas pacientes e sofriam de histeria, e com isso investigar a doença. Portanto, Freud partiu para a França, onde se juntou a Charcot que já estudava a histeria através da hipnose. O método da hipnose adotado por Charcot fazia com que o inconsciente do paciente fosse acessado, e a partir de então a possibilidade de conexão com as suas lembranças e emoções reprimidas, as quais não eram ligadas e repassadas ao consciente.

Os pacientes que eram submetidos à hipnose por Charcot não apresentavam sintomas histéricos quando estavam em transe e quando eram despertados do sono hipnótico os sintomas desapareciam conforme ordenado pelo médico. Assim, Charcot concluiu que, através da hipnose, era possível remover os sintomas causados pela histeria. Durante o transe hipnótico o paciente realizava a rememoração das cenas traumáticas e era a partir delas que Charcot buscava conduzir o processo de cura.

Freud e Charcot chegam à conclusão que a histeria tem causa e relação com traumas, onde Freud desenvolve a teoria a partir dos traumas sexuais. Um evento traumático de origem emocional, e diversas vezes de conteúdos sexuais, além de levar em conta fatores hereditários. Consta na enciclopédia Villaret, atribuído à Freud:

Os histéricos sempre têm uma disposição hereditária para perturbações da atividade nervosa; entre seus parentes são encontrados epiléticos, doentes mentais, tabéticos etc. A transmissão hereditária direta da histeria também é constatada, por exemplo, do surgimento da histeria em meninos (originária da mãe). Comparados com o fator da hereditariedade, todos os outros fatores situam-se em lugar secundário e assumem

o papel de causas incidentais, cuja importância quase sempre é superestimada na prática (FREUD, 1888, p.86).

Ao retornar a Viena, Freud se junta a Joseph Breuer, ao qual teria conhecido durante o curso de medicina. Com o fim do seu estágio com Charcot, no Hospital Salpêtrière, Freud busca acompanhar Breuer que também fazia uso da hipnose em seus pacientes, mas através de um método diferente do de Charcot.

Durante a sessão de hipnose realizada por Charcot, o paciente histérico é colocado em transe através da hipnose e por ele comandado, aplicando o método sugestivo, ao qual quando o médico solicitar que o paciente desperte não tenha mais sintomas de histeria. Charcot afirmava que, através da hipnose, era possível remover e criar os sintomas que causavam a histeria.

Já Breuer, utilizava a hipnose de forma contrária, utilizando o método catártico, onde deixa livre para que o paciente expressasse tudo que estava presente em seus pensamentos. Os pacientes submetidos a esta técnica conseguiam reviver com intensidade os acontecimentos. Portanto, diferentemente de Charcot, Breuer não utilizava o método de sugestão.

O método Catártico aqui empregado por Breuer consiste em proporcionar ao histérico reviver seus acontecimentos traumáticos e —expulsar|| esses sentimentos que sufocava os pacientes. Vale ressaltar que, o Termo Catártico foi empregado a primeira vez por Breuer e Freud, sendo a palavra Catártica de origem grega, *catarse*, e que remete a ideia de purificação e purgação.

Entre Freud e Breuer passam a existir divergências de pensamentos, onde Breuer acredita que a pessoa no momento do trauma encontra-se hipnotizada, e Freud acreditava que não era o momento do trauma que definia o aparecimento da histeria, mas sim o próprio acontecimento determinante para o surgimento dos sintomas. Na grande maioria das vezes, esse acontecimento era sem relevante importância para as demais pessoas, mas para o histérico tornava-se um exagero emocional e intenso.

Freud passa a ver na hipnose, não a única opção de tratamento para histeria, até porque nem todos os pacientes conseguiam alcançar o transe e isso lhe causou muita decepção.

O fato irrecusável, pelo menos dentro dos limites de sua destreza, de nem todos os seus pacientes serem hipnotizáveis, o que impossibilitava a realização do processo de análise conforme originalmente proposto por Breuer. Diante de tais dificuldades Freud via-se obrigado a renunciar à técnica hipnótica. (HONDA, 1999, p. 31).

A grande inquietação de Freud era em como desenvolver o deslocamento das lembranças presentes no inconsciente, levando-as ao consciente sem recorrer à hipnose. O caso Emmy Von N., uma mulher rica que estava viúva há 14 anos e sofria de crises de pânico, depressão e insônia, ao qual foi responsável por levar Freud a uma alternativa além da hipnose. No caso Emmy Von N., a mesma pediu a Freud que a deixasse falar livremente sem que fosse interrompida, sem que fossem feitas

perguntas a ela, mostrando estar irritada com as constantes interrupções que estava acontecendo durante suas falas durante a consulta.

Como já dito, Freud não era um bom hipnólogo e já havia percebido que a hipnose nem sempre funcionava e quando operava positivamente, seus resultados nem sempre eram duradouros. A hipnose era capaz de curar os sintomas, em alguns casos, mas isso não explicava o porquê de os sintomas terem sido curados, simplesmente via-se o fenômeno da cura, mas não havia uma lógica interna que explicasse esse acontecimento.

Buscando preencher essa lacuna teórica que o tratamento hipnótico não conseguia contemplar por não alcançar uma explicação do porquê de os sintomas serem removidos dos pacientes após hipnose e que Freud busca novas alternativas. Freud desenvolveu uma técnica intermediária, que ele chamou de método da pressão, ou seja, ao invés de rebaixar a consciência e colocar uma ordem para o paciente, Freud pousa a mão na testa do enfermo e enfatiza ao paciente que quando ele fizer a retirada da mão da testa, o paciente irá lembrar-se de determinados eventos. Assim, Freud vai abandonando o método hipnótico e introduzindo o da pressão e vai descobrindo nas possibilidades que o leva ao método da associação livre.

Assim, também fiz com meus pacientes. Quando chegava com eles a um ponto que diziam nada saber mais, eu lhes assegurava que sabiam, sim, que deviam apenas dizê-lo, e ousava afirmar que teriam a lembrança correta no momento em que eu pusesse a mão sobre sua testa. (FREUD, 1996b, p. 181).

A técnica da associação livre consiste em oportunizar que o paciente relate tudo o que quiser ou vier em mente, possuindo sentido ou não, podendo inclusive ser falas desconfortáveis.

Freud passou a explorar a fala dos pacientes para investigar até onde a memória deles era capaz de chegar sem uso da hipnose. Inicialmente foi complexo, encontrando resistência, mas aos poucos a lembrança acontecia. Iniciava-se uma caminhada rumo ao método da associação livre.

Quando, em nossa primeira entrevista, eu perguntava a meus pacientes se recordavam do que tinha originalmente ocasionado o sintoma em questão, em alguns casos eles diziam não saber nada a esse respeito, enquanto, em outros, traziam à baila algo que descreviam como uma lembrança obscura e não conseguiam prosseguir. [...] eu me tornava insistente - quando lhes asseguravam que eles efetivamente sabiam, que aquilo lhes viria à mente - então, nos primeiros casos, algo de fato lhes ocorria, e nos outros a lembrança avançava mais um pouco. Depois disso eu ficava ainda mais insistente: dizia aos pacientes que se deitassem e fechassem deliberadamente os olhos a fim de se —concentrarem!—o que tinha pelo menos alguma semelhança com a hipnose. (FREUD, 1996b, p. 282-283).

Para Freud o paciente era detentor da narrativa e de seus sintomas e o papel do médico era conduzir o paciente para a descoberta através da fala e do discurso de cada um, reportando a ele o

centro do tratamento, do dispositivo clínico, o médico passa de mestre a ouvinte. Diferentemente da hipnose, Freud não solicita aos pacientes o fechamento dos olhos e nem mesmo chega a tocá-los.

Freud passa a atender seus adoentados lhes fazendo um convite para relaxar no divã, enquanto ele, Freud, sentava fora da visão do paciente. É um momento destinado para que o cliente expresse o que está em sua mente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O método da associação livre criado por Freud derivou-se um processo de estudos realizados por ele, ao qual Charcot e Breuer foram essenciais e antecessores a Freud no estudo da histeria e do uso da hipnose, que foi a base para os estudos e o desenvolvimento do método de Freud.

Os métodos de hipnose sugestiva e catártica proporcionaram conhecimentos a Freud ao qual alicerçou suas investigações. Embora Freud tenha abandonado a hipnose, foi com base nessas experiências que Freud elaborou o método denominado associação livre. O início da associação livre foi marcado pelo pedido de uma paciente que solicitou que Freud a deixasse a falar livremente, e assim surgia uma nova forma de acesso ao inconsciente.

Freud não solicitava que os pacientes fechassem os olhos, assim como ocorria na hipnose, e solicitava que seus enfermos falassem à vontade, assim, conseguiu fazer com que os pacientes expusessem os seus sentimentos e apresentasse melhoras dos sintomas da histeria.

O método da associação livre levou Freud a construir a teoria sobre o inconsciente e suas formações, usando como base investigativa o próprio paciente e a escuta do seu próprio discurso. Freud desenvolveu a maneira não só de como o paciente deveria se comunicar, falando livremente, mas de como o psicanalista deveria conduzir o processo de escuta. Ao paciente compete expressar através da fala e ao analista realizar uma escuta livre de preconceitos.

Através da explicação e compreensão da gênese da histeria, bem como, da psicose e da neurose, Freud contribuiu para com o surgimento da psicanálise, sendo considerado o pai da psicanálise.

REFERÊNCIAS

. **Cinco Lições de Psicanálise**. In: FREUD, Sigmund. Obras completas. Edições Standard Brasileira, v. XI, Rio de Janeiro: Imago, [1905] 1996b.

CALDERONI, M. L. *et al.* **Psicopatologia na Integra. Psique Ciência e Vida**, São Paulo, edição especial, n. 01, p. 06-29 e 42-48, 2006.

GIRARDI, S. C. As elaborações freudianas em torno da histeria: elementos para a constituição do conceito de inconsciente. 2008. Disponível em < <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91691>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

HONDA, H. Método e metapsicologia em Freud: sobre a relação entre técnica e teoria psicanalíticas. Psicologia em Estudo, v. 4., n. 2, p. 23- 55, 1999.

GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM OLHAR AFETIVO NA ATUAÇÃO DO GESTOR DA ESCOLA ESTADUAL CONCEIÇÃO XAVIER DE ALENCAR NO MUNICÍPIO DE TABATINGA

Gilcilene Pinto Saraiva
Joserlande Guida Pires
Raquel de Oliveira Pereira
Roseane do Nascimento Hilário

RESUMO

O artigo pretende salientar sobre a importância do papel do gestor dentro da instituição de ensino escolar e destacar como é importante trabalhar a afetividade para o bom desenvolvimento do trabalho de toda a equipe e para um ambiente organizacional harmonioso, além de transmitir ao aluno segurança e liberdade ao falar sobre problemas enfrentados tanto na família quanto na escola. Falar sobre gestão democrática, os seus limites e as suas possibilidades é um grande desafio, no entanto, sabemos que há um longo caminho a ser percorrido, o que exige dos profissionais envolvidos, uma ação mais eficaz, ou seja, sair da zona de conforto, do comodismo para enfrentar desafios na busca de uma gestão que priorize a educação como meio para se alcançar o sucesso, tendo como principal objetivo a busca por uma escola de qualidade, mostrando assim um trabalho intenso e não incansável na formação de cidadãos críticos. O gestor escolar deve administrar uma gestão participativa e democrática na relação com os professores, funcionários, pais e alunos, mostrando-se positivo e confiante no processo de democratização, visando cumprir o seu papel fundamental que é garantir uma gestão de qualidade, atuando como mediador, compartilhando suas ideias, sabendo ouvir, sendo aberto e flexível à contribuição de todos para que os profissionais da escola e a comunidade se sintam valorizados, reconhecidos e motivados para que a instituição alcance um processo de ensino e aprendizagem de sucesso.

Palavras-chave: Gestor Escolar; Gestão Democrática; Afetividade.

INTRODUÇÃO

O presente artigo vem retratar através da vivência e pesquisas bibliográficas a importância do trabalho diferenciado na atuação do gestor em uma instituição educacional no município de Tabatinga e a preocupação constante e atuante em todos os aspectos educacionais dentro e fora do muro da escola. Sabe-se que o papel do gestor é de suma importância para o desenvolvimento de todo o trabalho escolar e quando esse papel vem acompanhado de afetividade, compromisso, diálogo, interação toda a equipe escolar se mostra mais propensa a colaborar com todo o processo educacional alcançando melhores resultados, pois o gestor deve entender que todos são de fundamental importância dentro desse processo e por isso procurar envolver a equipe escolar nas tomadas de decisões, faz com que todos se sintam acolhidos e responsáveis pelo bom andamento da instituição. Nota-se que o gestor enfrenta todos os dias desafios, frustrações, falta de apoio dos pais ou responsáveis, imprevistos, falta de uma melhor estrutura física da escola, falta de autonomia e cobranças de todos os lados, no entanto, o atual gestor da referida escola tem se mostrado um líder cooperativo, pois como afirma Libâneo:

O gestor escolar tem que se conscientizar de que ele, sozinho não pode administrar todos os problemas da escola. O caminho é a descentralização, isto é, o compartilhamento de responsabilidades com alunos, pais, professores e funcionários. O que se chama de gestão democrática onde todos os autores envolvidos no processo participam das decisões (LIBÂNEO, 2005, p. 33)

Dessa forma, o gestor escolar deve agir como um mediador do trabalho e ter iniciativa em conjunto com sua equipe para promover a transformação e a quebra de paradigmas já existentes em uma sociedade em constante mudança, uma boa gestão se forma pelo compromisso e participação de todos os envolvidos no meio educacional, buscando a formação e a transformação da educação.

UM POUCO DA HISTÓRIA DA ESCOLA ESTADUAL CONCEIÇÃO XAVIER DE ALENCAR

A Escola Estadual Conceição Xavier de Alencar foi inaugurada no dia 18 de novembro de 1994 e reconhecida pelo decreto nº 16.402 de 23 de dezembro de 1994, passando a funcionar normalmente no ano de 1995. Localizada à Avenida da Amizade, 76, Centro, Tabatinga-AM, funciona normalmente nos três turnos e atende a educação Básica.

Tem como missão garantir aos alunos conhecimento, atitudes e habilidades capazes de lhes proporcionar condições para o exercício da cidadania plena e dessa maneira contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, pois “A escola representa a instituição que a humanidade criou para socializar o saber sistematizado” (PENIN; VIEIRA, 2002, p. 17).

A escola, como unidade básica e espaço de realização de objetivos e metas do sistema educativo, encontra-se hoje como centro da atenção da sociedade, constituindo-se de grande valor estratégico para o nosso desenvolvimento, assim como importante também para a qualidade de vida e demandas sociais das pessoas que orbitam o seu entorno comunitário (LÜCK, 2000).

GESTÃO ESCOLAR: POR QUE PROMOVER A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA?

A gestão é um fator de suma importância não só dentro do ambiente escolar, mas também em qualquer tipo de organização. Segundo Garay (2011), gestão é o processo de dirigir a organização e, a partir daí, tomar decisões levando em consideração as demandas do ambiente e os recursos disponíveis.

Libâneo (2007) prefere a utilização do termo gestão escolar quando se associa à escola, e trabalha com a concepção socio crítica de gestão escolar. Entende-se que o processo de decisão, não deve ser somente do gestor, mas sim da coletividade. Dessa maneira, o papel do gestor escolar é ser o principal articulador na construção de uma gestão democrática, criando assim, um ambiente de diálogo e de participação favorável para um bom desenvolvimento do trabalho dos profissionais da

educação, desde o acompanhamento da aprendizagem dos alunos até o trabalho de toda equipe escolar, pois a presença de um gestor na instituição serve para auxiliar o processo pedagógico e lançar o outro olhar observador e compreensivo sobre todo o conjunto que compõe a escola, uma vez que “o gestor deve atuar como líder, ou seja, formar pessoas que o acompanhem em suas tarefas e prepará-las para serem abertas às transformações” (TRES, 2010, p.3)

Ao falar em gestão democrática implica dizer que todos que estão envolvidos na escola precisam participar da elaboração e execução dos planejamentos da mesma. Segundo Dourado:

A gestão democrática implica um processo de participação coletiva; sua efetivação na escola pressupõe instâncias colegiadas de caráter deliberativo, bem como a implementação do processo de escolha de dirigentes escolares, a participação de todos os segmentos da comunidade escolar [...]. (DOURADO, 2006, p. 81).

Sendo assim, a democracia supõe a convivência entre pessoas que pensam de modo diferente e querem coisas distintas, implicando a capacidade de discutir, elaborar e aceitar regras coletivamente, assim como a superação de obstáculos e divergências, por meio do diálogo para a construção de propósitos comuns. Uma boa comunicação entre a equipe escolar torna o ambiente harmonioso e transforma o entendimento em ação, motivando assim as pessoas a trocarem conhecimentos, o que facilita o bom desenvolvimento do trabalho. Araújo (2009, p. 20) define a gestão escolar democrática como:

[...] forma de possibilitar que todos os seres envolvidos na instituição possam exercer com maior assertividade sua cidadania, se relacionar melhor e alcançar a liberdade de expressão, por que cada um dos envolvidos carrega em si um conhecimento, que é único e que pode ser somado ao do seu colega e, no caso, por se tratar de escola, aos alunos. Essa troca faz com que a cada dia os envolvidos incorporem mais conhecimentos, sejam eles formais ou informais, tornando-os mais responsáveis, autônomos e criativos.

A gestão democrática oferece um entendimento de participação de todos, não somente no reconhecimento de informações dos alunos, mas também na execução de decisões. Assim, o gestor escolhido pela comunidade escolar e local tem a responsabilidade de atuar de forma coordenada com todas as esferas da escola, interagindo e reconhecendo as reais necessidades (SEED, 2008).

De acordo com a Constituição Federal de 1988 “o consenso é a expressão democrática e participativa do coletivo escolar. É nele que se pode dizer que a multiplicidade de vozes é representada em forma de unidade coletiva”.

Portanto, pode-se dizer que a ação participativa na educação visa impulsionar a participação de todos da comunidade escolar, numa construção como organização dinâmica e competente, na tomada de decisões em conjunto, orientadas pelo compromisso com valores, princípios e objetivos educacionais, respeitando os demais participantes e aceitando a diversidade de posicionamentos, Paulo

Freire afirma que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder aos outros”. (FREIRE, 1997, p. 66).

AFETIVIDADE NA GESTÃO ESCOLAR

O gestor escolar deve ser aquele que tenha determinação, força, responsabilidade e compromisso com o seu trabalho ao se deparar com os novos desafios que o mundo moderno impõe, no entanto a sua competência e a qualidade estão na capacidade de tomar decisões e de conseguir com muito esforço, atender os anseios da comunidade escolar. Bosi (2000, p. 84-85) diz que: [...] é muito importante prestar atenção no outro, em seus saberes, dificuldades, angústias, em seu momento enfim, um olhar atento, sem pressa, que acolha as mudanças, as semelhanças e diferenças, um olhar que capte antes de agir.

Proporcionar alternativas para a integração, socialização e troca de saberes com o ambiente familiar do educando, contribui para a aproximação da família na escola. Ao participar dos acontecimentos e ao acompanhar o dia-a-dia do aluno, fornece uma base sólida para a formação afetiva e cognitiva deste.

Masiero (2009) conclui que:

“[...] a família deve estar constantemente e diretamente envolvida com a escola. Dentro deste elo de ligação e envolvimento cada instituição tem seus deveres, mas buscando um mesmo objetivo. A escola com uma gestão democrática e participativa e a família como parte integrante. As questões afetivas no âmbito escolar e familiar devem ser consideradas com muito apreço, pois delas dependem a formação intelectual, moral, social e psíquica dos alunos”.

O afeto é uma das principais ferramentas para a superação das dificuldades encontradas pelos alunos, através dele os gestores podem demonstrar ao aluno o quanto sua presença é importante, valorizando os aspectos positivos dos discentes, melhorando sua autoestima e sua autovalorização. Enfatizar a importância da criação de vínculos afetivos na escola é fundamental para humanizar a educação e as relações entre os envolvidos nesse processo.

Cabe ao gestor está integrado com todos os segmentos da comunidade escolar, não somente ter um olhar ativo, mas também saber ouvir e se colocar no lugar do outro. O diálogo, o saber ouvir, é uma das melhores e mais eficazes técnicas para se estabelecer parcerias, redes de afetos e de trabalho. Segundo Hardt (2003), são redes de produção de afetos que se constituem como a própria produção de redes sociais, de comunidades, de formas de vida, de produção de subjetividades (individuais e coletivas) e de sociabilidade.

Os afetos estabelecem vínculos e instituem os laços sociais pela confiança, é fundamental em uma gestão que a confiança estabelecida seja recíproca, e seja base para a ocorrência da aprendizagem

configurada como uma “vivência afetiva” que necessita ser potencializada. Essa relação de confiança é muito séria, numa época em que quase tudo se volta para maximizar as relações de desconfiança.

O gestor precisa desenvolver uma relação calorosa e autêntica ajudando na resolução de conflitos e sendo um mediador das relações no ambiente educacional. Ele é um articulador tanto no processo do conhecimento como nas relações.

Os componentes afetivos estão no núcleo do desenvolvimento intelectual e social das crianças e os afetos são também uma parte importante do meio. O conhecimento do meio deve proporcionar ao alunado um conhecimento de saberes que permita conhecer-se a si mesmo e conhecer a realidade física e humana do ambiente e que vive. (ORENO, 2002, apud, AFONSO, 2006, p.9)

“A afetividade é um dos principais elementos do desenvolvimento humano. A emoção se encontra na origem da consciência, operando passagem do mundo orgânico para o social, do plano fisiológico para o psíquico” (GALVÃO, 1995, p. 41).

Nesse sentido, percebe-se que:

As emoções podem ser consideradas, sem dúvida, como a origem da consciência, visto que exprimem e fixam para o próprio sujeito, através do jogo de atitudes determinadas, certas disposições específicas de sua sensibilidade. Porém, elas só serão o ponto de partida da consciência pessoal do sujeito por intermédio do grupo, no qual elas começam por fundi-lo e do qual receberá as fórmulas diferenciadas de ação e os instrumentos intelectuais, sem os quais lhe seria impossível efetuar as distinções e as classificações necessárias ao conhecimento das coisas e de si mesmo. (WALLON apud GALVÃO, 1995, p. 63-64)

As interações entre as pessoas no ambiente escolar surgem a partir da aceitação do outro, onde o respeito e o acolhimento facilitam a convivência entre todos. “O ideal de uma escola cidadã está no cerne de um projeto de transformar a instituição convencional em uma rede de relações humanas fortemente “participativa”, envolvendo alunos, professores, funcionários, mães, pais e toda a comunidade servida pela unidade de ensino”. (GADOTTI, 1995, p. 13).

O ato de escutar se efetiva na relação com o outro, o diálogo entre as partes envolvidas gera condição para resolução de conflitos em um grupo, possibilita ao gestor o contato com as instâncias colegiadas que formam a comunidade escolar, por isso “ a pessoa que se dispõe a escutar não basta que tenha ouvidos, é necessário que ela realmente silencie sua alma. Silencie para perceber aquilo que não foi dito com palavras, mas que talvez tenha sido expresso em gestos, ou de outra forma” (BARBIER, 2002, p. 141).

Wallon (2007), afirma que a afetividade desempenha um papel fundamental na construção e funcionamento da inteligência, determinando os interesses e necessidades individuais. Nesse contexto, a comunicação é alimentada pelo afeto, e ao ser percebido, o aluno sente-se motivado para aprendizagem, fazendo assim uma relação entre emoção e inteligência.

Considerando a realidade escolar, pode-se salientar as dificuldades enfrentadas em sala de aula com o comportamento de alguns alunos. Neste sentido Cury (2001) afirma que é necessário ao professor o conhecimento do funcionamento da mente, a fim de desenvolver nos alunos a capacidade de gerenciar os pensamentos, de administrar as emoções, de ser líder de si mesmo, de trabalhar perdas e frustrações e de superar conflitos.

Na gestão escolar o professor é o mediador das propostas apresentadas, o grande instrumentador de suas diretrizes direcionando seu trabalho em sala de aula. Ser profissional da educação comprometido com o exercício da cidadania vai muito além das diferentes práticas pedagógicas ou colecionar diplomas. Krausz (2008, p. 1) apresenta características dos professores que tem sucesso no seu trabalho:

Ele segue pelo corredor da escola dando tapinha nas costas de seus alunos, é notado por todos, que respondem com sorriso imediato. Entra em classe com um sonoro "Bom dia!" e uma piada na ponta da língua. Ele coloca seus alunos nos ombros e os virar de cabeça para baixo. Traz sempre novidades tecnológicas, mas também traz histórias e brincadeiras do tempo dos seus avós. Fala, orienta, mas está pronto a ouvir seus alunos. Tem conhecimento, mas admite quando não sabe. É persistente e quer aprender sempre mais para levar o que há de melhor aos seus alunos. Aqui não se fala de um professor, mas de muitos que obtém sucesso em suas carreiras, tanto no ensino fundamental, como no ensino médio e no superior. Esse é o perfil dos professores mais queridos pelos alunos, independente da série ou do nível de ensino em que eles estudam.

KEATING (1997, p. 6) assim define a importância do toque nas relações de afeto:

A ciência e o instinto nos ensinam que uma boa forma de se alcançar a sensibilidade do ser humano é através do toque físico. E uma das formas mais importantes do toque é o abraço. Com um abraço, nós nos comunicamos no nível mais profundo. Basta um abraço para entendermos a vida na sua plenitude. Dentro de cada um de nós há um desejo muito grande de ter uma forma de contato que afirme o nosso potencial como pessoas em crescimento. A linguagem do abraço alimenta o espírito.

A parceria entre escola e família é muito importante para o desenvolvimento intelectual, moral e na formação do indivíduo. O autor Chalita (2001, p. 17) afirma: "Por melhor que seja a escola, por mais bem preparados que sejam seus professores, nunca a escola vai suprir a carência deixada por uma família ausente".

O aluno como sujeito ativo no processo de ensino aprendizagem depende de um clima harmonioso e favorável entre a família e a escola, de um bom relacionamento com o gestor, de respeito mútuo e não somente de receber ordens de modo autoritário para que assim o aluno tenha a confiança de expor suas emoções, suas aflições e suas fragilidades possibilitando aos profissionais da escola agir de modo mais afetivo, mais direcionado, pois muitas vezes a família não se faz presente na vida escolar de seus filhos e isso faz com que o aluno não desenvolva suas verdadeiras habilidades, já que

"O declínio da função paterna e a fragilidade do lugar de autoridade traduzem-se, no espaço escolar, em transtornos da aprendizagem, violência e drogadição, trazendo inquietação aos pais e profissionais das áreas de educação e de saúde. (RUBIM et al 2007, p.2).

Portanto, é indispensável que a família esteja em harmonia com a instituição, pois uma relação harmoniosa enriquece e facilita o desenvolvimento educacional do aluno. ESTEVES (1999) assegura que a família renunciou às suas responsabilidades do âmbito educativo, passando a exigir que a escola ocupe o vazio que eles não podem preencher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que a função de um gestor escolar vai além de sua gestão administrativa, onde seu papel fundamental e de grande importância é fazer do ambiente educacional um lugar que envolva prazerosamente toda a instituição e acima de tudo ter amor e vontade para fazer do seu trabalho não uma obrigação, mas uma realização satisfatória voltada para a educação dos alunos, da sua equipe e da sua comunidade, valorizando sempre o conhecimento e a realização pessoal e coletiva, onde todos tenham voz e que a afetividade faça parte constante deste meio.

Cabe ao gestor possibilitar o progresso de toda a escola em conjunto com a equipe escolar, uma vez que um bom gestor deve possuir uma visão do futuro e parte para a sua conquista junto com todos os seus seguidores, para tal cumprimento, influencia a sua comunidade, a incentiva e a inspira na criação e para o desenvolvimento de um futuro melhor, ultrapassando obstáculos, obtendo o sucesso e alcançando as grandes metas e objetivos que foram estipuladas por todos, dentro de um ambiente de harmonia e participação.

Considera-se ainda, que valores como respeito, confiança e sinceridade, fortalece muito a equipe pedagógica de uma instituição, construindo dessa maneira relações interpessoais saudáveis e solidárias e um ambiente de formação, de confiança e de interação, de motivação e da busca pelas realizações de todos, tendo o aluno como norte de todo o trabalho desenvolvido.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Cristina Munhoz. **Gestão escolar**. Curitiba: IESDE, 2009.

BARBIER, R. A pesquisa-ação. Tradução por Lucie Didio. Série Pesquisa em Educação Brasília:ano, 2002.

BOSI, R. **As crianças aprendem o que vivenciam**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

CHALITA, G. **Educação: a Solução está no afeto**. São Paulo: Editora Gente, 2001

CURY, A. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. 2 ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

- DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2006.
- ESTEVES, Jose M. **A terceira revolução educacional: a educação na sociedade do conhecimento**. São Paulo: Moderna, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- KEATING, Kathleen. **A terapia do abraço**. São Paulo: Pensamento, 1997.
- LIBÂNEO, J. C. *et alii*. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 2 ed. SP. Cortez, 2005.
- LIBÂNEO, José Carlos. **A organização e a gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2007.
- LÜCK, Heloisa. (Org.). **Gestão escolar e formação de gestores**. *Em Aberto*, v. 17, n.72, p. 1-195, fev./jun. 2000.
- GADOTTI, Moacir. **Escola vivida, escola projetada**. 2. ed. São Paulo.
- GALVÃO, I. **Uma concepção Dialética do Desenvolvimento infantil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.
- GARAY, Angela. Gestão. In: CATTANI, Antonio David; HOZLMANN, Lorena (Org.). *Dicionário de trabalho e tecnologia*. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- PENIN, Sônia T. Sousa; VIEIRA, Sofia Lerche. **Refletindo sobre a função da escola**. In: DAVIS, Cláudia... [et al]; VIEIRA, Sofia Lerche (org). **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro.
- RUBIM, Luiza et al **Psicanálise e Educação: desafios e perspectivas**. Disponível em:<Educao_e_Psicanalise_na_hipermodernidade.pdf>. Acesso em: 8 ago. 19
- SEED – Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **Gestão democrática: um desafio frente aos conflitos da realidade escolar**. Londrina. 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1857-6.pdf>> Acesso em: 24 agosto. 2019.
- WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martim Fontes, 2007.

LEITURA, ESTUDO E PRODUÇÃO DE TEXTO NA PRÁTICA EDUCACIONAL PEDAGÓGICA

Francisca Cibele Da Silva Gomes

RESUMO

O presente trabalho acadêmico tem como objeto de estudo as experiências construídas ao longo da disciplina curricular “Pesquisa e produção científica” que fizeram parte do primeiro período do curso de Licenciatura em Pedagogia promovido pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Tendo como problemática: Qual a relação entre a produção acadêmica e a prática discente iniciada na disciplina em questão como a tríade leitura, escrita e desenvolvimento textual? E como objetivo geral: analisar o papel acadêmico e social da mesma na construção do saber e do saber-fazer discente pedagógico na universidade. Sendo os objetivos específicos: relacionar a leitura, os estudos e a produção de texto no presente componente curricular com a formação de conhecimento, especificar as implicações do processo de ensino e aprendizagem para a formação discente e registrar a relevância da elaboração da pesquisa acadêmica para a produção científica. E a base metodológica fundamentou-se nos estudos bibliográficos em pesquisadores como: Freire (2021), Nóvoa (2015), Abreu e Almeida (2008), entre outros, e nos relatos das expectativas e da realidade vivenciada na produção de sentido e conhecimento acadêmico. A formação discente abarca a construção crítica do trabalho educativo e da relação teoria e prática.

Palavras-chave: Leitura; Pesquisa; Universidade.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho acadêmico constitui-se como uma perspectiva a analisar as vivências de práticas e teóricas na produção do saber científico por meio da leitura, da construção de textos e da pesquisa no meio universitário promovido pela disciplina Pesquisa e produção científica no primeiro período do curso de Licenciatura em Pedagogia que fizeram parte do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada para Professores e Diretores Escolares (PRIL) promovido pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), núcleo Teresina.

Logo, o saber e o trabalho científico constituem-se apontamento intransponível para a construção do discente na academia como sujeitos críticos e atuantes na sociedade. A disciplina Pesquisa e produção científica corroborou para acentuar essa dimensão pedagógica do labor profissional em que os discentes estavam inseridos a partir do momento em que adentraram no mundo universitário.

Sendo assim, a pesquisa tem como problemática inicial: Qual a relação entre a produção acadêmica e a prática discente iniciada na disciplina em questão como a tríade leitura, escrita e desenvolvimento textual? Visto que o labor universitário se constituiu algo para além do espaço físico da universidade, mas como práticas de vida e do saber em construção do discentes e do futuro pedagogo.

Logo corresponde aos anseios em corresponder aos objetivos específicos: relacionar a leitura, o estudo e a produção textual com construção do conhecimento, especificar as implicações do

processo de ensino e aprendizagem para a formação discente e registrar a relevância da elaboração científica para a construção educacional da pesquisa acadêmica a partir dos conhecimentos produzidos no componente curricular supracitado.

Assim como, relacionar-se com o objetivo geral: analisar o papel acadêmico e social da disciplina Pesquisa e produção científica na construção do saber e do saber-fazer discente pedagógico e no trabalho acadêmico na universidade. Pois, não se trata de uma relação vertical entre professor e aluno, mas a consumação de um hábito de formação inicial e contínua na elaboração da prática relacionada a teoria no desenvolvimento científico iniciado na graduação e continuamente com os cursos de extensão e pós-graduação (*Lato Sensu e Stricto Sensu*), ou seja, respectivamente, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Nesse sentido, o trabalho acadêmico em questão justifica-se pela necessidade em documentar a relação teoria e prática promovida pela disciplina Pesquisa e produção científica com a produção do saber relacionado com as dimensões escrita, leitura e elaboração textual para além do espaço acadêmico, isto é, por meio da interdisciplinaridade, criticidade e formação pedagógica.

Nesse sentido, a disciplina em questão tornou-se ponto chave para o início do saber e sua produção dentro da universidade. Sendo fundamental para a construção a longo prazo dos trabalhos acadêmicos e incentivo a formação contínua e a publicação em eventos científicos, revistas e em livros físicos ou e-books. Portanto, foi um arcabouço de estruturação do saber discente dentro da acadêmica.

Utilizou-se como aporte metodológico a pesquisa bibliográfica em publicações científicas na área da educação, formação inicial, produção do saber, esquematização do trabalho científico presentes em livros, artigos, relatos de experiências e ensaios acadêmicos. Assim como, foram descritos as experiências pessoais e profissionais promovidas pela disciplina em questão cursada no primeiro período da Licenciatura em Pedagogia. Constituindo-se, portanto, um relato vivência por meio da relação teoria e prática do saber acadêmico construído na universidade e indispensáveis para o desenvolvimento da graduação como os autores: Freire (2021), Nóvoa (2015), Abreu e Almeida (2008), entre outros intelectuais que discutiram a pesquisa no aprofundamento teórico e metodológico.

Portanto, as experiências construídas ao longo da formação inicial acadêmica foram intransponíveis para fortalecer o vínculo entre o trabalho discente e o curso pleiteado. Assim como, potencializado educacional por meio da relação teoria, prática e realidade universitária. E como ferramenta no trabalho do alunado no desenvolvimento profissional e no saber pedagógico, isto é, a tríade estudo, leitura e produção de saberes na formação educativa e crítica do aluno e futuro docente da educação infantil, básica e no ensino superior.

PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA: FUNDAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DO SABER

As primeiras iniciações na produção de pesquisa constituem-se arcabouço para os estudos educacionais no campo científico, onde a prática e a teoria são afirmadas e contestadas quando necessário. Trata-se também da formação promovida pelas universidades a aliar a formação qualificada à extensão universitária. Segundo Freire (2021, 28):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 2021, p. 28).

O contato entre o mundo acadêmico e o discente pode revelar um processo contínuo e necessário de conhecer a si mesmo e a realidade ao seu redor com um olhar profundo e sensível ao buscar o questionamento e a intervenção individual e coletiva para assegurar mudanças e não apenas aceitar a verdade imposta com sendo a única a ser aceita e consumida por todos.

Ao adentrar na universidade, o discente recém egresso do ensino médio choca-se com a nova realidade que muitas vezes chega a assustá-lo pelo seu teor intelectual, político, cultural e social. Onde a realidade passa-se a ser contestada profundamente com embasamentos teóricos, empíricos e a produção científica. Pode ser assustador o contato entre esses dois mundos distintos, isto é, o senso comum e a academia. Podendo gerar angústia, frustração e medo do desconhecido, mas, pouco a pouco, os alunos vão percebendo que estão no início de um caminho longo, porém necessário ao seu desenvolvimento pessoal, profissional e humano. Um passo de cada vez deve ser dado. Para Barros (2014, p.9), o ato de pesquisar seria:

Iniciar uma pesquisa, em qualquer campo do conhecimento humano, é partir para uma viagem instigante e desafiadora. Mas trata-se de certo de uma viagem diferente, onde já não se pode contar com um caminho preexistente que bastará ser percorrido após a decisão de partir. (BARROS, 2014, p.9).

O trabalho acadêmico inicia-se com a leitura, escrita e produção textual. A pesquisa pode ser entendida nesse contexto, como o aprofundamento do trabalho desenvolvido pelos discentes em comunhão com os professores através da verbalização das experiências, dos conhecimentos e da construção dos primeiros textos acadêmicos. Trata-se de uma viagem instigante e avassaladora em termos de envolvimento do autor com o seu trabalho. Trazendo consigo a sensação do contato com o diferente, isto é “[...] a viagem do conhecimento depara-se adicionalmente com a inédita realidade de que o caminho da pesquisa deve ser construído a cada momento pelo próprio pesquisador” (BARROS, 2014, p.9).

Nesse sentido, Andrade e Romão (2021) ressaltam que o ensino consciente na formação docente perpassa pela aceitação da mudança, da intervenção na realidade e no trabalho conjunto entre aluno e professor no ensino e no aprendizado para que se possa desenvolver as produções acadêmicas e, conseqüentemente, contribuir com a construção de experiências que irão compor a sua prática pedagógica no ambiente escolar. Nesse contexto, Nervo e Ferreira (2015, p.35), afirma:

O educar pela pesquisa, é estimular o aluno à curiosidade pelo desconhecido, instigá-lo a procurar respostas, ter iniciativa, compreender e dar início a elaboração de seus próprios conceitos, e é também um desafio ao professor para transformar suas táticas didáticas. (NERVO; FERREIRA, 2015, p.35).

Portanto, a provocação e a investigação são pressupostas que vão de encontro ao trabalho do discente e futuro professor a atuarem na elaboração teórica e na atuação prática na sua própria realidade escolar. Provocando investigações e estabelecendo sentidos para os seus questionamentos. Pois, faz-se necessário que “[...] a pesquisa e exerça o papel principal dentro e fora da sala de aula, e que apresente um elo para com a prática pedagógica do docente promovendo uma formação crítica e reflexiva” (NERVO; FERREIRA, 2015, p.39).

Para Nervo e Ferreira (2015), a pesquisa no ensino superior pode ser vista com um instrumento essencial para a produção de conhecimento construídos a partir da rotina de leitura e da construção de produções acadêmicas. Corroborando com a composição da autonomia intelectual propensos a criticidade. Dessa fase, saíram diversos tipos de profissionais capacitados ou não. Assim como, será o elo entre o pesquisador e o objeto de pesquisa ao multiplicar o hábito de leitura, escrita e interpretação textual. Para que se possa pensar “[...] que a educação pode sim ser alvo de uma mudança, por parte do governo como por parte de uma administração com seus mentores e sim vê-la como parte de sua vida, na sua comunidade e se preocupar com ela” (NERVO; FERREIRA, 2015, p.34).

Na concepção de Freire (2021), a capacidade de apreender envolve também o despertar para compreender e investigar a sua própria realidade para além da superficialidade dos ideais impostos socialmente, mas gerar por si próprio o questionamento e a percepção crítica, pois “a construção ou a produção do conhecimento do objeto implica o exercício da curiosidade, sua capacidade crítica de ‘tomar distância’ do objeto, de observá-lo, de delimitá-lo, de cindi-lo, de ‘cercar’ o objeto[...]” (FREIRE, 2021, p.81). Ainda na visão de Freire (2021, p.83-84):

O exercício da curiosidade convoca a imaginação, a intuição, as emoções, a capacidade de conjecturar, de comparar, na busca da perfilização do objeto ou do achado de sua razão de ser. Um ruído, por exemplo, pode provocar minha curiosidade. Observo o espaço onde parece que se está verificando. Aguço o ouvido. Procuo comparar com outro ruído cuja razão de ser já conheço. Investigo melhor o espaço. Admito hipóteses várias em torno da possível origem do ruído. Elimino algumas até que chego a sua explicação. (FREIRE, 2021, p.83-84).

Nessa concepção pedagógica, a curiosidade seria o pontapé inicial para a produção de conhecimento, para a investigação empírica do mundo e da sua realidade. A existência humana estaria relacionada a consciência da abertura mental às conjecturas que afetam a sociedade e a si mesmo. Seria vivendo criticamente que a liberdade seria inserida em seu cotidiano e não apenas um ideário utópico. Partindo de suas experiências de vida e do seu espaço social, político, econômico e cultural para atuar ativamente, pois “[...] a educação é uma forma de intervenção no mundo.” (FREIRE, 2021, p.96).

Nesse sentido, a autonomia não se faz aleatoriamente, mas a partir da construção educativa externada por meio das experiências, pois “[...] ninguém amadurece de repente, aos vinte e cinco anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do *ser para si*, é processo, é vir a ser” (FREIRE, 2021, p.104) (grifos do autor).

A produção intelectual na universidade baseia-se no trabalho científico realizado pelos discentes, docentes e comunidade acadêmica. Portanto, a pesquisa insere-se nesse contexto, como um meio metodológico de investigação a partir de uma problematização. O trabalho investigativo pressupõe o contato com a realidade, o suporte teórico e com a realização empírica. Despertando, na perspectiva de Freire (2021, p.120): “[...] a curiosidade epistemológica indispensável à produção do conhecimento”. Não apenas aprendendo a aprender, mas pensando, indagando e questionando o seu mundo real.

EXPERIÊNCIAS VIVIFICADAS NA DISCIPLINA PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA: FUNDAMENTOS PARA O PRINCÍPIO UNIVERSITÁRIO

A presente pesquisa acadêmica constitui-se em seu aporte metodológico a partir das vivências proporcionadas pela disciplina Pesquisa e produção científica oriundas dos suportes teóricos em termos de leitura, escrita e elaboração textual que deram a base sólida para a construção do saber acadêmico.

O início do percurso da disciplina acadêmica ocorreu na penúltima semana do mês de junho de 2022, no Centro de Ciências da Educação (CCE) pertencente a Universidade Federal do Piauí (UFPI). E constituindo-se a partir do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada para Professores e Diretores Escolares (PRIL). Como parte integral da formação do curso Licenciatura em Pedagogia.

Foram divididos em aulas expositivas e dialógicas com mediação tecnológica voltados para aprofundar as discussões em torno dos conteúdos programáticos e reforçar as ideias incitadas pelas leituras das aulas. Não somente por intermédio do trabalho individual, mas coletivamente por meio dos comentários e dos seminários que contribuíram para aprofundar o trabalho discente e docente.

Nos primeiros momentos, conforme Almeida, Silva Júnior e Lima (2022), foram abordados os suportes teóricos a partir de reflexões promovidas por discussões na modalidade presencial e em aulas remotas expostas no plano de aula e no roteiro de estudos. Foram fundamentais para esclarecer o papel dos alunos na graduação para além da busca por notas aprovativas ou para cumprir carga horária, mas para promover a formação e o desenvolvimento científico no campo educacional e na realidade vivência.

Nesse sentido, segundo Almeida, Silva Júnior e Lima (2022), foram discutidos inicialmente nas aulas a relação entre pesquisa e questões pouco sensibilizadas pelos discentes, mas fundamentais para o desenvolvimento educacional como a leitura, escrita e produção textual. Até esse momento, parecia ser algo simples e que pouco tinha visibilidade no cotidiano, porém sem uma base sólida de leitura e escrita não se pode produzir a verbalização visual das palavras, não se pode entender e não há compreensão na comunicação, pois a linguagem falada distancia-se da expressão escrita.

Nesse contexto, foi analisado na disciplina curricular o texto *Carta a um jovem investigador em educação*, de Nóvoa (2015) para introduzir e problematizar a pesquisa como suporte científico do trabalho discente realizado com o intuito interacionista de atuar crítica na sociedade e em prol de uma educação mais democrática e ativa politicamente nas ações sociais, no fomento à produção acadêmica e no desenvolvimento pedagógico docente e dos alunos.

Para Marconi e Lakato (2003), ao conceituar a pesquisa como um método reflexivo do pensamento a partir de uma análise científica e o caminho para conhecer uma realidade. Tecendo-se após a decisão inicial delimitada por meio de objetos, ou seja, para saber o que se pretende procurar e alcançar. Assim como tornar explícito o problema, isto é, “[...] uma dificuldade, teórica ou prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para a qual se deve encontrar uma solução” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.159).

Na mesma perspectiva, foi introduzido segundo Almeida, Silva Júnior e Lima (2022) como suporte metodológico um *podcat*, ou seja, uma aula explicativa ministrada pelo pesquisador Brazil (2021) intitulado *O que é e para que serve a Filosofia?* Contemplou o exercício filosófico para além do comodismo próprio da alienação, ou melhor, o saber filosofar como meio crítico para questionar a si mesmo e o mundo ao seu redor. Não é necessária apenas a indagação, mas a problematização metodológica, o exercício empírico e a análise das hipóteses a fim de buscar a produção de conhecimentos sobre os anseios produzidos a partir de então.

Posteriormente, trabalhou-se nas aulas da disciplina em questão o texto *As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa*, de Teixeira (2008). Por sua vez, buscou-se abordar a questão do trabalho científico como resultado primordial da tríade: leitura, escrita e produção textual. O desenvolvimento científico necessita dos conhecimentos produzidos ao longo da formação acadêmica dos alunos, perpassando pelo ensino básico ao superior.

Como suporte metodológico, foi utilizado um vídeo sobre o relato de experiência denominado: *O que é e como publicar um relato de experiências?* de Mendes (2022). Onde a pesquisadora descreve o passo a passo para a construção e publicação de uma produção acadêmica nessa perspectiva descritiva. Portanto, o que pretendeu-se alcançar foi introduzir uma perspectiva pessoal vinculada à ciência, ou seja, a elaboração de suas próprias compreensões disciplinares da pesquisa. De uma maneira criativa, permitiu que os alunos adentrassem no mundo acadêmico com uma noção clara dos seus objetivos e com o gosto pelo trabalho acadêmico.

Preparando-os para futuramente iniciar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), entre outras produções. Também foram utilizadas aulas explicativas com mediação tecnológica, ou seja, slides, vídeos, mapas conceituais, para introduzir ainda mais os discentes no mundo da produção científica. Tais como: *Como formatar referências a partir da ABNT?* pertencente ao canal Trilhas da Pós-graduação (2019), *Como Fazer TCC passo a passo – estrutura e orientação geral do TCC*, de Ivan Guedes (2019), *Citação de Citação indireta precisa de Apud?* de Ivan Guedes (2022) e *Citação de citação – Apud vai nas referências?* de Ivan Guedes (2022).

Em seguida, foram propostas novas discussões acerca da produção textual dentro da sala de aula. Por sua vez, vinculada a uma técnica de pesquisa, o seminário. Nessa perspectiva, foi definiu-se dezessete grupos compostos por três alunos para que cada subdivisão discutisse um resumo e suas particularidades. Destacando os objetivos, a metodologia e os resultados da pesquisa. Foi uma tentativa criativa em aproximar os discentes da estrutura metodológica e organizacional dos textos acadêmicos. Nesse sentido, o “seminário é uma técnica de estudo que inclui pesquisa, discussão e debate; sua finalidade é pesquisar e ensinar a pesquisar” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.35).

Também foi abordado conjuntamente os paradigmas da pesquisa, ou seja, as interpretações do mundo real. Foi explanado a partir de um vídeo *Positivista ou Interpretativista: abordagem epistemológicas da pesquisa – pesquisa na prática*, do canal Acadêmica Pesquisa (2020). Por meio do dispositivo visual, foi possível entender as diferenças entre ambas e como pode ser aplicado na prática as concepções da realidade. Pois, a fundamentação teórica de um embasamento científico pode variar entre a Interpretativista (abordagem interpretativa da realidade) e positivista (a realidade fixa, isto é, apenas uma explicação real pautada cientificamente).

Nessa aula, também foram discutidos os tipos de pesquisa, isto é, a narração descritiva (descrever características), explicativa (criação de hipóteses) e exploratório (cunho inicial) por meio do vídeo *Tipo de pesquisa*, de Luiz Dias (2020). No qual, propôs discutir e conceituar cada uma de acordo com a sua natureza (básica ou aplicada) e aos procedimentos (experimental, uma experiência, bibliográfica em livros, artigos, documental, pesquisa de campo em uma situação real, *survey* ou questionário, uma pesquisa-ação, isto é, o envolvimento do pesquisador, e um estudo de caso, uma determinada situação).

Ademais, segundo Almeida, Silva Júnior e Lima (2022) foi abordado profundamente as características dos principais modelos de pesquisa. Sendo dividida em três tipos, a primeira corresponde a exploratória de cunho inicial, pouco conhecimento sobre o tema, familiaridade entre o pesquisador e o objeto de estudo e a abordagem qualitativa para explorar as fontes. A pesquisa descritiva propõe uma fundamentação teórica voltada para descrever uma situação problema, um fenômeno, uma experiência de forma detalhada e específica. Já abordagem explicativa, ou seja, busca explicar algo de maneira aprofundada voltando-se para o conhecimento real baseado na experiência. Como suporte metodológico para expor o conteúdo supracitado foi utilizado o vídeo *Diferença de pesquisa descritiva, pesquisa exploratória e pesquisa explicativa com exemplos*, divulgado pelo canal Metodologia Descomplicada (2021).

Também foram explanados os diferentes tipos de pesquisas através da exposição dialógica de slides com citações explicativas e a intervenção oral docente para explicar o conteúdo. Logo, fez-se de um mapa conceitual para diferenciar as abordagens acadêmicas, ou seja, conforme Carabetta Júnior (2013), construir um estrutural esquematizado para expor o conteúdo em questão de forma organizada estabelecendo a relação correspondente entre os seus aspectos conceituais na formação de sentido.

Buscou-se descrever os aspectos da pesquisa conforme na perspectiva de Gerhardt e Silveira (2009), seria uma atividade nuclear da ciência aplicada. Volta-se para o entendimento da realidade, portanto, inacabada. Assim como, pretende-se intervir socialmente. Desenvolvida a partir de um problema específico e recorrendo a procedimentos metodológicos sistemáticos.

Nas aulas da disciplina Pesquisa e produção científica segundo Almeida, Silva Júnior e Lima (2022), debateu-se a necessidade de entender os tipos de pesquisas supracitadas, mas também enfatizou a elaboração do planejamento a partir das ideias escritas mentalmente ou no papel. Favorecendo a seleção dos tópicos ou problemas a serem investigados para que se possa defini-lo, bem como levar as teorias a seu respeito (hipóteses). Em seguida, sistematizar os dados de modo a interpretá-los e por fim relatá-los em um trabalho de pesquisa.

Posteriormente, abordou no desenvolvido da disciplina Pesquisa e produção científica, a estrutura de um Trabalho de Conclusão de Curso –TCC. Segundo Almeida, Silva Júnior e Lima (2022), descrevendo-se como um resultado final de uma graduação, especialização, mestrado ou doutorado, porém distinguindo-se quando o seu fundamente estrutura sendo monografia, tese e dissertação. A primeira aborda um tema específico descritivo abordando aspectos científicos e contextuais aprofundado e problematizado sobre determinado assunto, objeto ou acontecimento. Demanda organização e estruturação dos conhecimentos por parte do discente, pois trata-se de uma contribuição científica.

Voltando-se para aprofundar os assuntos abordados anteriormente, utilizou-se no desenvolvimento da disciplina acadêmica em questão, o vídeo *Relato de caso ou relato de experiência* produzido

pela Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento (2020), no qual abordou a estrutura de um trabalho científico subdividido em resumo (sintetização objetiva, metodológica e conclusiva), introdução (delimitação do contexto), desenvolvimento (abordagem bibliografia e metodologia), considerações finais (aportes conclusivos a respeito do assunto) e referências (listagem das obras abordadas).

Em seguida abordou-se o vídeo *Dicas para não cometer plágio*, difundido pela Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento (2020), abordou cinco pontos norteadores da pesquisa para evitar o plágio, sendo eles: diversidade de leitura, produção textual, organização dos textos, produção de citações e atenção ao plágio.

Portanto, torna-se crime a sua utilização e desprestígio do autor, conforme o segundo vídeo *Metodologia da Pesquisa: ética e plágio*, produzido por Natália Quinquilo (2020). No qual, expôs a necessidade de evitar tal circunstância para não desrespeitar o autor, os sujeitos da pesquisa e o trabalho científico evitando o plágio integral (transcrição total de outro autor), parcial (plagiar pequenos trechos) e conceitual (copiar a ideia de outra pessoa), “[...]consiste em assinar ou apresentar uma obra intelectual de qualquer natureza contendo partes de uma obra que pertença a outra pessoa sem colocar os créditos para o autor original” (CARVALHO et al., 2019, p.61).

Dentro do aporte metodológico da disciplina Pesquisa e produção científica também foram propostas a apresentação de dezessete seminários abordando distintos resumos acadêmicos. De modo a reforçar a capacidade cognitiva em montar e estruturar essa parte do trabalho universitário. Ou seja, identificar os objetivos, problemas, justificativa, metodologia, resultados, considerações finais e as palavras-chaves (geralmente três a cinco palavras que fazem referência ao tema abordado no trabalho).

Portanto, o trabalho acadêmico produzido e discutido na metodologia disciplinar em questão desenvolveu-se em procedimentos de iniciação científica dos alunos no campo educacional e no desenvolvimento de produções textuais voltadas para compor um assunto específico dentro da sua realidade particular por meio de pesquisas. Engrandecendo o papel institucional das universidades em estimular não somente o ensino, mas a extensão através da investigação científica e futuras exposições dialógicas dos textos construídos a partir de uma indagação ampara teórico e metodologicamente a fim de encontrar resultados e considerações finais produzidas pelo autor é discente.

O ENSINO E A APRENDIZAGEM NA DISCIPLINA PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Os primeiros encontros da disciplina Pesquisa e produção acadêmica foram fundamentais para romper com o paradigma entre o ensino médio e superior, assim como aproximar os alunos da realidade acadêmica de modo a prepará-los para atuarem na vida estudantil através da elaboração de

atividades e de textos por meio de trabalhos escritos ou até mesmo futuramente na organização de eventos de cunho expositivo, dialógico e em debates no espaço universitário. Na visão de Franco e Molinari (2013), os discentes passam a atuar ativamente na sociedade de forma crítica ao permitir elaborar, ressignificar e construir conhecimentos.

Ao elencar não somente normatizações, mas explicações didáticas que darão embasamento aos próximos textos a serem produzidos e principalmente desmistificar a concepção de que a produção acadêmica seria quase impossível, mesmo sendo difíceis, mas acessíveis a todos os alunos. Pois, a primeira graduação ainda é vista traumáticamente em virtude do choque de realidade entre o ensino médio e o superior, pelas discrepâncias de ensino e aprendizagem no qual são submetidos os alunos principalmente oriundos das escolas públicas que ainda se constitui vítimas da carência educacional e baixa infraestrutura.

Porém, o contato com a leitura, escrita e produção textual nos primeiros períodos da graduação potencializam a aproximação entre os discentes e a produção científica. Fazendo-os pouco a pouco a aperfeiçoar seu desenvolvimento intelectual verbal. “assim, este processo irá proporcionar que o estudante se familiarize com os termos específicos de cada área de conhecimento e se torne mais confiante e preparado para desempenhar a difícil missa de redigir seu trabalho final” (PRAÇA, 2015, p.85).

Nesse sentido, nos dizeres de Franco e Molinari (2013), a leitura pode ser vista como algo fragmentado, rápido e descartável quando não se lê criticamente e aprofundado. Fazendo-se uso de uma interpretação das palavras de maneira distante e sem juízo de valores, mas sim uma obrigação escolar. Ainda nessa perspectiva, o ensino superior também se torna palco de confronto entre a ideia que o aluno traz consigo e a realidade propriamente dita.

A disciplina Pesquisa e produção científica proporcionou esse choque de ideias e perspectivas reais e imaginadas. Visto que mostrou e demonstrou como a prática discente pode ser concebida na realidade. Não apenas como uma leitura mecânica, rápida e fácil esquecimento, mas algo profundo, crítico e analítico que pode e deve ser feito por todos os alunos, “uma vez que o ato de ler antecede o de escrever, sem a leitura não há história a ser contada” (FRANCO; MOLINARI, 2013, p.664).

Nesse sentido, para Abreu e Almeida (2008), a pesquisa nos anos iniciais da formação iniciada contribui para construir a percepção do discente na atuação nas escolas e no trabalho de produção de conhecimento e atuação social ao unir teoria e prática, propor questionamento e incentivar a atuação na realidade dos seus futuros alunos por meio da atividade de investigação e na construção de conhecimento. Assumirem o protagonismo junto aos alunos e a intencionalidade do trabalho investigativo, não sendo neutra ou alienada. Ou seja, “[...] compreendidas como uma descoberta de mundo, a leitura é imaginação e experiência pessoal” (FRANCO; MOLINARI, 2013, p.665).

Mesmo nos primeiros períodos da graduação, o contato com as disciplinas acadêmicas e especialmente com a iniciação no labor científico, permite refletir, inclusive, sobre o sentido do saber e suas práticas de sociabilidade conduzindo para uma consciência crítica, das contradições, das diferentes perspectivas de mundo, da liberdade de pensamento e de produção do saber, ou seja, “[...] transformação de um ensino reprodutor de ideias para um processo de ensino aprendizagem criados que seja libertador da realidade desigual, histórica, social, econômica e política da sociedade moderna.” (SOARES; SEVERINO, 2018, p.388).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das abordagens apresentadas neste trabalho acadêmico, pode-se entender a formação superior como um caminho para a construção do conhecimento científico iniciado nos primeiros períodos das graduações a fim de promover uma formação educacional voltada para o desenvolvimento da leitura, escrita e produção textual.

Mesmo com as limitações que são impostas aos alunos no ensino médio que acabam fazendo novas vítimas no sistema de formação acadêmica como as dificuldades de leitura, distanciamento da escrita e da elaboração textual, ainda pode ser visto como um caminho a ser percorrido na construção profissional e individual de cada discente e na iniciação científica.

Outro ponto perceptível, seria a capacidade de incentivo dos alunos a desenvolverem o hábito da leitura, mesmo não sendo algo praticado ativamente desde a infância, mas que o contato com distintos textos e a necessidade de entendê-los e problematizá-los externamente faz como que, pouco a pouco, os discentes aproximem-se dos livros físicos ou digital.

Assim como, estimular a produção de textos acadêmicos a partir da definição de uma estrutura básica contendo começo, meio e fim, isto é, uma introdução, desenvolvimento e conclusão. Para que futuramente possa produzir suas análises conceituais à luz dos seus pontos de vista presente em produções de pesquisas e no próprio Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Portanto, a realidade educacional molda os alunos especialmente na universidade quando a referências projetas chocam-se com a perspectiva dos discentes e promovem a produção dos conhecimentos. A tríade leitura, escrita e produção textual faz-se presente, mas do que simplesmente compor a grade curricular ou a entrega de trabalhos, mas para estimular a produção de saber crítico e reflexivo especialmente aos discentes.

REFERÊNCIAS

ABREU, Roberta Melo de Andrade; ALMEIRA, Danilo Di Manno de. Refletindo sobre a pesquisa e sua importância na formação e na prática do professor do ensino fundamental. **R. Faced**,

Salvador, n.14, p.73-85, jul./dez. 2008. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/1393/1/2655.pdf> >. Acessado em: 07 jul. 2022.

ACADÊMICA PESQUISA. **Positivista ou interpretativista**: abordagem epistemológica da pesquisa –pesquisa na prática 55. Youtube. 14 abr. 2020. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=P1k6nMpxEFM> >. Acessado em: 12 jul. 2022.

ALMEIRA, Alyson Luiz Santos de; SILVA JÚNIOR, Fernando Lopes e; LIMA, Maria da Glória Soares Barbosa. **Plano de Ensino**. Licenciatura em Pedagogia PRIL/CEAD/UFPI. Teresina: 2022.

ANDRADE, Andreia Rodrigues de; ROMÃO, Guilherme Vinícius Silva. Reflexões e diálogos sobre o ensino de História em tempos de pandemia. In: ANDRADE, Andreia Rodrigues de; RIBEIRO, Jakson dos Santos (Orgs.). **Ensino de História em tempos de pandemia**. São Paulo: Mentres Abertas, 2021, 115p.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. São Paulo: Editora Vozes, 2014.

BRASIL. capítulo IV Da Ciência, Tecnologia e Inovação (EC nº85/2015). In _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: < https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf >. Acessado em: 08 jul. 2022.

BRAZIL, Vicente. **Fundamentos de Filosofia**. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/1WbSblMDSdQ0xjjA6oo1yv?si=CeyrDW82TFer8IUrozuzZQ&utm_source=whatsapp >. Acessado em: 26 jun. 2022. 28 min.

CARABETTA JÚNIOR, Valter. A utilização de mapas conceituais como recurso didático para a construção e inter-relação de conceitos. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v.37, n.3, p.441-447, 2013. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbem/a/wfNvxq7hyNnPmb9ybsRZHDK/?format=pdf&lang=pt> >. Acessado em: 21 jul. 2022.

CARVALHO, Luiz Osete Ribeiro et al. **Metodologia Científica**: teoria e aplicação na educação a distância: teoria e aplicação na educação a distância. Petrolina –PE, 2019. Disponível em: < [CARVALHO, Robson Santos de; FERRAREZI JÚNIOR, Celso. Oralidade – conceito e relevância. In: _____. **Oralidade na educação básica**: o que saber, como ensinar. 1.ed. São Paulo: Parábola, 2018. 160 p.](https://portais.univasf.edu.br/dacc/noticias/livro-univasf/disponibilizacao-do-livro-metodologia-cientifica-teoria-e-aplicacao-na-educacao-a-distancia#:~:text=de%20pesquisa%20cient%C3%ADfica.-%E2%80%9CMetodologia%20Cient%C3%ADfica%3A%20Teoria%20e%20Aplica%C3%A7%C3%A3o%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20a%20Dist%C3%A2ncia%E2%80%9D,nove%20cap%C3%ADtulos%2C%20relacionados%20ao%20tema. >. Acessado em: 17 jul. 2022.</p>
</div>
<div data-bbox=)

DIAS, Luiz. **Tipo de pesquisa**. Youtube. 9 jun. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wrAA_4UqNes>. Acessado em: 12 jul. 2022.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2006, 128p. In: ROZIN, Eliane Maria. **Pedro Demo**: pesquisa, princípio científico e educativo. SABERES, Natal (RN), v.1, n.17, dez. 2017. Disponível em: < <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/12308/9233>>. Acessado em: 14 jul. 2022.

DUMER, Miguel et al. A relevância da pesquisa científica para o graduando de administração: análise da percepção dos discentes. **Cadernos da Fucamp**. V.17, n.31, p.64-79, 2018. Disponível em: < <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/1194/1027#:~:text=Os%20principais%20resultados%20demonstram%20que,futura%20utiliza%C3%A7%C3%A3o%20carreira%20docente%2Facad%C3%AAmica.>>. Acessado em: 14 jul. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FRANCO, Sandra Aparecida Pires; MOLINARI, Andressa. A importância da leitura e as concepções dos graduandos do curso de extensão “Leitura e Escrita na Universidade: uma prática transformadora”. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v.38, n.3, p.663-375, set./dez. 2013. Disponível em: < http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-71362013000300663&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 17 jul. 2022.

FONTES, Livia Adriano Xavier; POLETO, Simone Sicora. A importância da pesquisa científica no processo de formação superior. **Revista da FAESF**, v.2, n.2, p.85-93, abr./jun. 2018. Disponível em: < <https://www.faesfpi.com.br/revista/index.php/faesf/article/view/48>>. Acessado em: 08 jul. 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Universidade Aberto do Brasil –UAB/UFRGS. Graduação Tecnológico –Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acessado em: 17 jul. 2022.

GUEDES, IVAN. **Citação de citação –Apud vai nas referências?** Youtube. 31 jan. 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=71JKwYlrpKA>>. Acessado em: 11 jul. 2022.
 —————. **Citação de citação indireta – precisa de Apud?** Youtube. 25 maio 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1_c0QqTAKTk> acessado em: 11 jul. 2022.
 —————. **Como fazer um TCC passo a passo – estrutura e orientação geral do TCC**. Youtube. 22 agost. 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qQKPWiCreQ8>>. Acessado em: 11 jul. 2022.

SOARES, Marisa; SEVERINO, Antonio Joaquim. A prática da pesquisa no ensino superior: conhecimento pertencente a formação humana. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v.23, n.02, p.375-390, jul. 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/aval/a/7drNKF8x7ch6rgGxm-rKf7yz/?lang=pt&format=pdf>>. Acessado em: 07 jul. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: < https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india>. Acessado em: 14 jul. 2022.

NASCIMENTO, Edna Maria Magalhães do. **Pragmatismo**: uma filosofia da ação: de Dewey a Paulo Freire. Teresina: EDUFPI, 2017. 256p.

NERVO, Alessandra Cristiane dos Santos; FERREIRA, Fábio Lustosa. A importância da pesquisa como princípio educativo para a formação científica de educandos do ensino superior. **Educação em Foco**, nº07, 2015. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/1393/1/2655.pdf>>. Acessado em: 07 jul. 2022.

NÓVOA, António. Carta a um jovem investigador em Educação. **Investigar em Educação**, n.3, 2005. Disponível em: < <http://pages.ie.uminho.pt/inved/index.php/ie/article/view/83>>. Acessado em: 26 jun. 2022.

MENDES, Camila. **O que é e onde publicar um relato de experiência?** Youtube, 19 jan. 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1XipqN92o5I>>. Acessado em: 11 jul. 2022.

METODOLOGIA DESCOMPLICADA. **Diferença entre pesquisa descritiva, pesquisa exploratória e pesquisa explicativa.** Youtube. 23 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7MDxkJ7qiAE>>. Acessado em: 12 jul. 2022.

PINHEIRO, Patrícia Neyva da Costa; MARQUES, Maria de Fátima Cardoso; BARROSO, Maria Graciela Teixeira. Ética na formação profissional – uma reflexão. **Ex. Ana Nery R. Enferm.**, abr./2006, p.116-120. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/637xtHJw-KthsByk5Z56zYmy/?lang=pt&format=pdf>>. Acessado em: 18 jul. 2022.

PRAÇA. Fabíola Silva Garcia. Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. **Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos”**, n. 1, p.72-87, jan./jul. 2015. Disponível em: < http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revis-tas/20170627112856.pdf>. Acessado em: 17 jul. 2022.

QUINQUIOLO, Natália. **Metodologia da Pesquisa: ética e plágio.** Youtube. 19 mar. 2020. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=2yLChHfry7s>>. Acessado em: 17 jul. 2022.

REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR NÚCLE DO CONHECIMENTO. **Relato de caso ou relato de experiência.** Youtube. 6 jun. 2020. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=cIyqE3S1fuk>>. Acessado em: 17 jul. 2022.

_____. **Dicas para não cometer o plágio.** Youtube. 21 mar. 2022. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=IRQOcQnTd7c>>. Acessado em: 17 jul. 2022.

TRILHAS DA PÓS-GRADUAÇÃO. **Como formatar referências a partir das normas da ABNT?** Youtube. 22 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZvFcno93aVk>>. Acessado em: 11 jul. 2022.

LETRAMENTO DIGITAL: UMA REFLEXÃO SOBRE AS NOVAS PRÁTICAS DE LEITURA

Luana Ferreira do Nascimento

RESUMO

O presente trabalho tem como embasamentos a revisão bibliográfica sobre o conceito de letramento, discutindo assim a emergência do conceito de letramento digital como uma necessidade para o aprimoramento das práticas de pesquisas em Linguística e Educação. Propondo-se assim a caracterização de um conceito para letramento digital, além de se tentar fundamentar uma “desagregação” do conceito mais amplo de letramento. O letramento digital não é só saber fazer o uso do computador, mas considera a incorporação crítica dos sujeitos no seu processo histórico, tornando as pessoas sagazes de seu potencial, autônomas e ativas. Sonda que as tecnologias têm determinado efeitos sociais, cognitivos e discursivos, resultando em modalidades diferentes de letramento. Partindo dessas análises foi possível perceber algumas práticas de leitura e escrita digital fora do contexto escolar, indicando o surgimento de novas formas e modos espontâneos de ler e escrever.

Palavras-chave: Letramento digital; Práticas; Tecnologia.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo geral refletir sobre os novos paradigmas de leitura a partir da proposta de letramento digital. Vendo que a cada dia que passa as crianças e adolescentes tem se apropriado desse método para a comunicação, onde eles acreditam estar inseridos sem distinção racial ou econômicas, pelo qual encontram espaço para se expressar da maneira que acham mais conveniente, ou seja, postar, comentar, curtir e compartilhar coisas deles e das outras pessoas, sem nenhuma censura ortográfica.

Além disso, a acessibilidade a esses recursos a todas as pessoas, sem distinção de cor, raça, etnia, religião, situação econômica ou qualquer outro tipo de restrição para se adquirir esse meio, traz consigo a variedade multifacetada de linguagens escrita e orais ou audiovisuais, aumentando ainda mais sua oferta de variação linguística e de expressões, as quais permitem seus usuários a interagir sem ser identificados por seus símbolos ou escrita.

Sendo assim, ao observar o avanço e a inserção desse meio de comunicação dentro das casas das pessoas e das escolas, colocando os professores, coordenadores, e comunidade escolar encurraladas diante de uma arma tão perfurocortante, sentiu se a necessidade de entender o que viria a ser letramento digital, como ocorre, onde ocorre e ainda qual sua interação com a apropriação da escrita e da leitura? Diante dessa explosão de informações, como nortear o trabalho pedagógico a fim de contemplar o avanço tecnológico desenfreado na vida das pessoas, podendo assim acontecer o aprendizado significativo?

O presente trabalho tem como objetivos específicos, compreender o que é letramento e suas formas, as quais permitirão andar pelas ideias de alguns autores sucumbindo o porquê do plural da palavra letramento. Descrever letramento digital e o lugar da leitura, onde a mesma pode viabilizar o conhecimento dentro de diversos contextos.

É nítido que há uma necessidade pessoal e profissional do professor trabalhar dentro de um contexto tecnológico. O período histórico, social e cultural exige de nós, profissionais da educação, uma intimidade com as novas tecnologias, promovendo junto aos aprendizes atividades que desafiam, que provoca no aluno a necessidade e a vontade de aprender, fazendo o bom uso das novidades que surgem constantemente.

LETRAMENTO E LETRAMENTO DIGITAL

Quando falamos em letramento nos remete ao ensino tradicional, com alunos tradicionais e escolas tradicionais, as quais não tem como foco desenvolver seu aluno para uma vida acadêmica mais sim para o trabalho.

Na alfabetização, o aluno adquire a habilidade para ler e de escrever e segundo Soares (2003), é na alfabetização que uma pessoa aprende o código, a mecânica, como segurar no lápis, escrever da esquerda para a direita, escrever em uma linha horizontal e sem subir ou descer. Portanto, é analfabeto quem não conhece a tecnologia da escrita. Para essa autora letrar é muito mais que alfabetizar, é o ler e o escrever relacionando ao contexto fazendo com que tenham sentido e façam parte da vida da pessoa.

Soares afirma, ainda que:

“Uma pessoa pode ser letrada sem ser alfabetizada e vice/versa, desse modo a pessoa pode conhecer o sistema alfabético e não conseguir desenvolver sentido do mesmo em um texto, contudo para uma leitura e escrita mais propícia, é necessário a prática da leitura, a qual não é muito comum aqui no Brasil.”

Soares (2003) afirma que a principal distinção entre o alfabetizado e o letrado, é que no segundo o indivíduo faz uso de suas práticas de leitura efetivamente em seu meio social, mesmo através de um mediador. Um bom exemplo desse letramento é o pedreiro que ergue um prédio sem nem saber fazer nenhum cálculo e nem escrever seu próprio nome e uma criança que finge ler um livro usando as entonações corretas e ainda com requintes de detalhes mesmo sem saber ler. Nesses exemplos, o adulto e a criança não conhecem o código, no entanto sabem o uso do que estão fazendo, sendo letrados.

A alfabetização e o letramento devem andar de mãos dadas, porém sendo impossível estabelecer uma ordem, já que todo indivíduo possui um nível de letramento consigo. A inserção dos meios de comunicação tradicionais (rádio, TVs e jornais) e os modernos (internet, CDs e etc.) aumentam o

desenvolvimento da escrita, mas, todavia, não é apenas na escola que se adquire a prática social da leitura e escrita, ela pode ser exercitada em todos os âmbitos, com diversas ferramentas, surgindo assim os diferentes letramentos.

Partindo do pensamento que a criança não vai à escola vazia, ela já traz consigo o letramento que usa para ler e compreender o seu meio social, sendo assim, o ato de ler e escrever deve começar da leitura do mundo, ação que o ser humano faz antes de ler a palavra. Historicamente o ser humano desvenda o mundo para depois desvendar a escrita, levando em consideração essa capacidade de ler o mundo, o letramento não fica dentro da escola. Quando estamos lendo e escrevendo de formas não tradicionais o letramento está sendo praticado. Afinal, como afirmam Evangelista e Gregório (2010), tão importante quanto lições de gramática, é o ensino do emprego da escrita aprendida em sala de aula com competência e autonomia, possibilitando assim um exercício lúcido da cidadania.

Soares (2002), diz que não existe apenas um letramento e sim, “letramentos”. Tendo ciência que com as diversas formas de escritas geram também diversos letramentos. A partir das novas tecnologias como a internet, vão se criando outras práticas de leitura e de escrita, surgindo assim nos processos cognitivos, novas formas de ler, logo novos letramentos.

Alguns autores divergem ao definir letramento digital, Para Soares (2003) o letramento digital é a utilização do computador e da Internet cotidianamente, praticando a leitura e escrita, não apenas de textos, mas também de imagens, símbolos, etc., ou seja, fazendo o uso de expressões não apenas escritas. Entretanto Buzato (2003), diz que se define como o conjunto de conhecimentos que permite às pessoas participarem e atuarem de práticas mediadas pelo computador e outros dispositivos eletrônicos, com o uso de teclados, interfaces gráficas e programas no computador.

Um dos assuntos mais discutidos pelos sociólogos é a evolução tecnológica, que já vem sendo chamada de sociedade da informação, (WERTHEIN, 2000 e CASTELLS, 1999). Com os avanços batendo a porta, cada vez mais o indivíduo busca esses avanços e também fazer parte dessa sociedade digital. Castells (1999) considera que as redes interativas estão aumentando e assim moldando a sociedade.

A rede mundial vem permitindo a ampliação das formas de comunicação, permitindo novas práticas de leitura e escrita, essa nova modalidade de interação não está apenas em textos escritos, mas também com o meio visual, auditivo e espacial. Essa nova linguagem devém de construir textos que mesclam letras, símbolos, imagens e sons e ainda a habilidade de compreendê-los, para que possa se comunicar com as pessoas por meio do computador. O termo letramento digital é definido por Soares (2002, p. 152) como “certo estado ou condição que adquirem os que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e escrita na tela, diferente do estado, ou condição do letramento dos que exercem práticas de leitura e de escrita no papel.

Há diversas ferramentas para produção de escrita, como os blogs e ferramentas para comunicação a distância, como salas de bate-papo, correio eletrônico e outros. Estes variados tipos de textos exigem novos gêneros textuais, pois possuem características próprias (MARCUSCHI & XAVIER, 2004). Para Marcuschi (2005), todos os textos se manifestam de alguma forma e é apenas o reflexo de onde são reproduzidos. As comunicações estabelecidas no meio virtual são chamadas de gêneros digitais. E contribuem para o letramento do indivíduo. Em uma sociedade letrada é uma questão de sobrevivência fazer o uso das funções e são indispensáveis para a relação com a sociedade.

Há ainda Roger Chartier, historiador das práticas da leitura, afirma, em entrevista inédita, que, se existe uma “nova legibilidade”, por conta dos novos suportes do texto, também será necessário pensar e executar o que ele chama de “nova alfabetização”. Se antes convivemos com a separação entre alfabetizados e analfabetos, minorada pelo surgimento das preocupações com o letramento, agora novas questões são postas. Uma delas é aquela relacionada aos *analfabetos*, pessoas que, embora saibam ler e escrever, e por vezes dominem os suportes tradicionais de escrita, não dominam novas mídias, mais especificamente o computador e a Internet. Mais uma vez, podemos afastar a dicotomia entre *analfabetos alfabetizados para* que emerja uma nova discussão: a do *letramento digital*.

LETRAMENTO DIGITAL E O LUGAR DA LEITURA

Quando falamos em letramento logo nos remete ao ensino tradicional com as técnicas de ensino tradicionais, em âmbitos tradicionais as quais as crianças eram apenas depósito de conhecimento e o professor o único que possibilitara esse conhecimento. Pensando em letramento digital, nasce uma nova visão, a qual nos faz refletir: o que ensinar? Como ensinar? Onde ensinar? E respondendo a essas questões vem apenas a ideia de onde podemos praticar a leitura? Será que apenas na sala de aula? Partindo desse ponto pode se entender que ela é uma prática escolarizada, ainda mais com a oferta das novas tecnologias que vem provocando mudanças significativas nos meios sociais, econômicos e políticos.

Os avanços da vida moderna fazem com que os cidadãos tenham a necessidade de aprender como funcionam essas novas ferramentas tecnológicas como o computador, a Internet, o caixa eletrônico, o cartão magnético etc. e por meio destas novas ferramentas, praticam a leitura e a escrita de formas diferentes.

A necessidade de habilidades de letramento na nossa vida diária é óbvia; no emprego, passando pela cidade, fazendo compras, todos encontramos situações que requerem o uso da leitura ou a produção de símbolos escritos. Não é necessário apresentar justificativas para insistir que as escolas são obrigadas a desenvolver nas crianças as habilidades de letramento que as tornarão aptas a responder a estas demandas sociais cotidianas. E os programas de educação básica têm também a obrigação

de desenvolver nos adultos as habilidades que devem ter para manter seus empregos ou obter outros melhores, receber o treinamento e os benefícios a que têm direito, e assumir suas responsabilidades cívicas e políticas. (SCRIBNER, 1982, p. 9 citado por SOARES, 2004, p. 73)

As TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação – disponibilizam o acesso à leitura em âmbitos diversos; o aluno lê na escola, em casa, na rua, sozinho ou acompanhado e etc. Tudo isso graças à facilidade de adentrar no mundo tecnológico. O texto eletrônico com suas amplas possibilidades de leitura confia ao leitor utilizar-se dessa atividade em qualquer contexto.

A esse respeito, Pietri (2009, p. 28) enfatiza que:

“A leitura do texto eletrônico se caracteriza pela possibilidade da não linearidade e pela fragmentariedade, ou seja, pelas possibilidades que o texto eletrônico oferece para o leitor de com um simples clique, em um determinado lugar da página que está sendo observada na tela do computador, ou do próprio texto que está sendo lido na tela, acessar uma outra página, um outro texto, sem que a leitura do primeiro texto tivesse sido realizada na íntegra.”

Essa comodidade de mudanças que os textos tecnológicos nos apresentam promovem também uma quebra da cultura dos textos impressos. Os recursos audiovisuais impressionam e fascinam o leitor, que podem construir sentidos acessando a diversos textos de acordo com o seu interesse. A leitura então passa a ter um sentido mais íntimo e assim sendo, um lugar de destaque no contexto tecnológico. Corroborando com esta discussão, Coscarelli (2007, p. 87) diz que “a realidade virtual é dinâmica e se apresenta de diferentes formas, nos mais diferentes modelos de texto”.

“A leitura é um “bem” cultural que possibilita e viabiliza a interação com esta realidade”. Com a utilização das TICs tanto na escola, como no local onde se passa o restante do dia, a leitura passou a ser utilizada com uma nova identidade, introduzindo o visual ao que está sendo escrito e ainda facilitando leituras diversas em contextos variados. Aposta-se nessa vivência e convivência para aprimorar ou adquirir a leitura em pleno crescimento e desenvolvimento tecnológico frenético.

As oportunidades e possibilidades de leitura estão em toda parte, em uma variedade de gêneros que evidenciam e florescem o bombardeio tecnológico que passa o mundo. A velocidade da informação permite que o conhecimento seja visto, revisto, renovado, modificado e reiniciado. Diante desse conhecimento dinâmico, Kleiman e Morais (2002, p. 90) ressaltam que “as sociedades altamente tecnologicizadas precisam de indivíduos que possam continuar o processo de aprendizagem independentemente, e, para isso, o cidadão precisa ler”.

Principalmente nesta sociedade a qual se considera multi-letrada, pela qual exige uma competência leitora aprimorada perante as inúmeras possibilidades comunicativas. Nesse sentido Foucambert (1994, p. 5) trata da leitura relatando que “ler significa ser questionado pelo mundo e por si mesmo, significa que certas respostas podem ser encontradas na escrita, significa poder ter acesso a essa escrita, significa construir uma resposta que integra parte das novas informações ao que já se é”.

Concorda-se com Xavier quando afirma que o hipertexto on-line é uma estrutura enunciativa que transita em: “um espaço virtual singular que apresenta, reapresenta e articula os recursos linguísticos e semióticos já em circulação centrados num só lugar de acesso perceptual. Não se trata de um novo gênero de discurso, mas de uma forma outra de dispor e compor entrelaçada mente as informações expostas em diferentes linguagens. Cada linguagem que se ancora no hipertexto guarda suas peculiaridades sógnicas, mas ao mesmo tempo cede a primazia de significação para que possa cooperar com o propósito principal que é a construção do sentido pretendido pelo sujeito-enunciador do espaço virtual” (Xavier, 2007b, no prelo).

Acredita-se que, ao possibilitarmos que os aprendizes façam uso dos instrumentos tecnológicos como recursos pedagógicos possam (re) significar suas experiências de aprendizagem, possibilitando assim inclusão social desses aprendizes a partir da interação consciente entre as diversas experiências e da (re)estruturação de seus saberes.

À escola cabe suscitar reflexões e propor experiências de como seus integrantes utilizarão desses recursos, e como devem fazer a transposição didática em sala de aula dos diversos gêneros digitais que surgem nas práticas sociais dos sujeitos falantes. Levando em conta que estamos inseridos numa sociedade do conhecimento, da informação, fica difícil pensar na formação de um indivíduo para os tempos atuais. Logo, nos tempos futuros sem pensar no seu processo ensino-aprendizagem e a inserção dos elementos que lhe permitam não só a compreensão, mas a interação, a criação, principalmente com as TICs.

O letramento digital significa o domínio de técnicas e habilidades para acessar, interagir, processar e desenvolver uma multiplicidade de competências na leitura das mais variadas mídias. Um indivíduo possuidor de letramento digital necessita de habilidade para construir sentidos a partir de textos que mesclam palavras que se conectam a outros textos, por meio de hipertextos, links e hiperlinks; elementos pictóricos e sonoros numa mesma superfície (textos multimodais). Ele precisa também ter capacidade para localizar, filtrar e avaliar criticamente informação disponibilizada eletronicamente e ter familiaridade com as normas que regem a comunicação com outras pessoas pelos sistemas computacionais (AQUINO, 2003, p. 1-2).

Sendo assim, para ser considerado um letrado digital, primeiramente é necessário que o indivíduo seja letrado em seu idioma, tendo consigo o domínio dos códigos de leitura e escrita vigentes na sociedade na qual está inserido, para que, a partir deles, possa ter condições de manusear as TICs e de fazer o uso intencional delas no qual seja induzido a ser capaz de explorar as potencialidades que possuem.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA E O LETRAMENTO DIGITAL

Ao pensar em letramento digital como possível arma para combater ou amenizar o analfabetismo, tanto como o letramento tradicional como o digital, é preciso analisar os pontos positivos e suas limitações.

O primeiro ponto a ser observado é o uso das TICs, principalmente do computador e da internet, que exige de seu usuário um domínio da leitura e da escrita, pois, mesmo que superficial os conhecimentos linguísticos para manusear um computador ou navegar na *web*, é fato que eles devem existir. Atividades que exijam críticas, manifestações de opiniões e explanação argumentativa, exige do indivíduo conhecimentos que lhe permitam articular e compreender as informações que recebem passando para respostas para as atividades, atividades esta que devem estar sendo trabalhadas nas escolas desde os anos iniciais do ensino até os anos finais, para que o aluno cresça acostumado e quase nativo do mundo tecnológico e fluentes para lhe lidar com situações que exigem dele uma postura mais ativa, fundamental no processo de construção do conhecimento.

Dessa forma, a escola, o sistema educacional em si e seus componentes são elementos indissociáveis para que o letramento digital possa se tornar uma realidade, isso quer dizer que, para que o agente da Educação possa colaborar com o aluno na construção de um conhecimento produtivo em relação ao uso das TICs e e florescer esse letramento digital, esse aprendiz precisa adquirir as competências linguísticas que lhe permitirá utilizar se dessas ferramentas de uma forma produtiva e consciente, e o local mais congruente para que os alunos tenham contato com essas ferramentas é sem dúvidas a escola, considerando-se que:

“Formar cidadãos preparados para o mundo contemporâneo é um grande desafio para quem dimensiona e promove a educação. Em plena Era do Conhecimento, na qual inclusão digital e sociedade da informação são termos cada vez mais frequentes, o ensino não poderia se esquivar dos avanços tecnológicos que se impõem ao nosso cotidiano (PEREIRA, 2007, p. 13).”

Com o uso emergente das ferramentas de comunicação, é necessário um aprimoramento da prática pedagógica, pensando assim, é viável desenvolver e implementar propostas de ensino focadas no letramento digital, o sistema educacional poderá assumir papel de peso no processo de inclusão digital, vendo que na escola, ao cursar ao menos a Educação Básica, o indivíduo prodigalizar boa parte do seu tempo de vida (dos anos iniciais da infância aos anos finais da adolescência, no mínimo). Esse tempo, sendo em parte empregado em atividades educativas que façam o uso de ferramentas tecnológicas, pois é útil para a vida presente e futuro dos alunos, já que o mercado de trabalho (além de outras instâncias do nosso dia a dia) exige cada vez mais a autonomia para com o uso das tecnologias.

Um fato que não podemos olvidar é que as crianças e jovens dessa geração nasceram praticamente inseridos nesse contexto ou seja são nativas – o de uma sociedade altamente teologizada, razão pela qual são denominados *geração net* (TAPSCOTT, 1998). Isso significa que a criança ou adolescente de hoje já considera essa imersão da sociedade altamente tecnológica como algo comum e rotineiro, algo que faz parte de sua realidade. Seria fatigante convencer uma criança ou jovem de que uma educação distante da discussão e, principalmente, do uso das tecnologias e seus procedimentos seja uma educação aprazível e a ideal para o mesmo.

Esse público tem a intangibilidade com o mundo da informação espantosamente maior do que todas as gerações anteriores; portanto, para acompanhar esses aprendizes aguerridos da geração digital, o educador também terá que modificar seu perfil e sua prática pedagógica.

O mestre agora precisa ser:

- Pesquisador, não mais repetidor de informação;
- Articulador do saber, não mais fornecedor único do conhecimento;
- Gestor de aprendizagens, não mais instrutor de regras;
- Consultor que sugere, não mais chefe autoritário que manda;
- Motivador da ‘aprendizagem pela descoberta’, não mais avaliador de informações empacotadas a serem assimiladas e reproduzidas pelo aluno (XAVIER, 2006, p. 3).

Propostas de ensino imperioso, cesarista, nas quais se tenta moldar o aluno a um perfil predefinido, onde ele tem pouca ou nenhuma possibilidade de imiscuir-se, estão caindo em desuso. A velocidade com que as inovações e informações chegam até nós nos dias de hoje, isso pede uma formação, preparação cada vez mais hábil, para que as pessoas acompanhem esse ritmo de forma produtiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho trouxe um breve histórico do conceito de “letramento” e teve como objetivo central problematizar o conceito de “letramento digital”. A discussão que se propôs sobre o conceito passa pela necessidade de se questionar quais habilidades um leitor deveria ter para ler textos na tela ou fazer o uso da comunicação digital. Essas habilidades são muito diversas daquelas desenvolvidas e empregadas para a leitura e a escrita em materiais impressos? Estes questionamentos aguçam uma gama de possibilidades para a sustentação da pesquisa em *letramento digital*. É necessário que não só os alunos, mas também os demais profissionais do ensino (professores, gestores etc.) possuam bom conhecimento das dimensões escritas e faladas do idioma e, fundamentalmente, do uso social adequado que podem fazer dele em suas vidas. Da mesma forma, o domínio das linguagens digitais, a familiarização com o uso das TICs e a articulação delas às diversas instâncias do cotidiano são elementos altamente significativos para que a inclusão social ocorra.

A proposta deste artigo foi notabilizar a importância da prática da leitura e escrita, especialmente no contexto digital, por esta, proporcionar também uma compreensão geral dos conceitos.

REFERÊNCIAS

_____. **Leitura: ensino e pesquisa**. Campinas, SP: Pontes, 2ª ed, 2004.

AQUINO, Renata. **Usabilidade é a chave para aprendizado em EAD**. 3 de fevereiro de 2003. Disponível em: <http://portal.webaula.com.br/noticia.aspx?sm=noticias&codnoticia=417>. Acesso em 3 dez 2008. Autêntica, 2003.

BARRETO, R. G. **As novas tecnologias e implicações na formação do leitor-professor**. In:

BUZATO, M. E. K. **Letramento digital abre portas para o conhecimento**.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. A Era da Informação: Economia.

COSCARELLI, C.; RIBEIRO, A. E. **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. 2 ed. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2007. da linguística aplicada para promover o letramento na formulação de uma política educacional. Maringá: UEM, 2010. Educa Rede, 2003. Educação e Sociedade/Centro de Estudos Educação e Sociedade. Vol. 23, n. 81. São Paulo: Cortez, 2002.

EVANGELISTA, G. M. F; GREGÓRIO, R. M. **A importância dos conceitos**.

FOUCAMBERT, J. **A leitura em questão**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. <http://www.cielli.com.br/downloads/489.pdf>.

KLEIMAN, A. & MORAIS, S. E. **Leitura e interdisciplinaridade – tecendo redes nos projetos da escola**. Campinas: mercado das Letras, 2002.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. MORAN, J. M. MASSETO, M. T.. BEHRENS, M. A.. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

MARCUSCHI, L. A. & XAVIER, A C. **Hipertexto e gêneros digitais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MARINHO, M. (Org.) **Ler e navegar. Espaços e percursos de leitura**. Campinas: Mercado de letras/ Associação de leitura do Brasil, 2001. P. 119-214.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, Campinas, SP: Ed. da Universidade de Campinas, 2001. PIETRI, E. outros desafios. Rio de Janeiro - Lucerna, 2007, p. 11-13.

PEREIRA, João Thomaz. **Educação e sociedade da informação**. In:

COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa (orgs.). **Letramento digital: aspectos sociais e práticas pedagógicas**. 2ª ed. Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, 2007.

PIETRI, E. **Práticas de leitura e elementos para a atuação docente**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

SOARES, M. B. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte:

SOARES, M. B. **Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura**. Sociedade e Cultura, Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

TAPSCOTT, Don. *Geração digital: a crescente e irreversível ascensão da geração net*. São Paulo: Makron Books, 1998.

XAVIER, A. C. Prefácio. In ARAUJO, J. C. (Org.). **Internet & Ensino novos gêneros**.

XAVIER, Antônio Carlos dos Santos. **Letramento digital e ensino**. Disponível em <http://www.ufpe/nehete/artios/Letramento%20digital%20ensino.pdf>. Acesso em 22 nov. 2008

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

Dante Aligiere Lima dos Santos
Maria Cristina Pereira do Nascimento
Micherlândia Lopes Morais de Oliveira

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a importância da tecnologia na educação. No que se refere a metodologia empregada neste estudo, pode-se dizer que a mesma se trata de uma revisão bibliográfica, utilizando-se de livros, artigos, e outros trabalhos acadêmicos que tratam desta problemática. Os baixos índices de aprendizagem, a evasão e a repetência são problemas que afligem tanto educadores como gestores. São problemas que vêm sendo combatidos, entretanto continuam permeando os ambientes escolares. Alguns acreditam e apontam a inclusão das TICS, em especial o computador, como um recurso capaz de minimizar estes problemas. A escola tem que preparar cidadãos familiarizados com os mais básicos desenvolvimentos tecnológicos, de forma que possam participar do processo de geração e desenvolvimento tecnológico que o país passa. Hoje, não se admite mais que as escolas permaneçam com uso de metodologias que não atendam as perspectivas do mundo globalizado, que não proporcione e desperte o interesse do aluno para o uso das novas tecnologias como instrumento de construção do saber. As TICS não vêm substituir o professor, mas auxiliá-lo no desenvolvimento das competências e habilidades dos alunos.

Palavras-chave: Tecnologia; Ciência; Educação.

INTRODUÇÃO

Internet é um termo usado para designar um conjunto de computadores interligados que transportam informação de um lado para outro. A palavra internet é formada de dois radicais inter, que dizem internacional e net rede. Ela é composta por milhões de redes particulares, formada por residências, empresas, universidades, órgãos do governo, possibilitando aos seus usuários coletar informações sobre qualquer assunto do seu interesse, em qualquer lugar no mundo. A Internet permite o acesso a diversas informações além de uma grande variedade de recursos e serviços, como e-mails, serviços de comunicação instantânea, compartilhamento de arquivos como músicas e fotos, redes sociais, etc.

Desde que foi criada a internet passou a influenciar o modo de pensar e conviver com a sociedade. Ela possibilita aos seus usuários escolher que caminho do conhecimento quer seguir. Cada passo que se dá abrem-se janelas que poderão ser ou não exploradas pelos seus usuários. Com a internet pode se perceber que a produção do conhecimento e sua difusão são incalculáveis.

Com a internet podemos trocar informações, atualizar-se, capacitar-se, interagir e construir o conhecimento. É incalculável o potencial que a internet tem para a educação. Trata-se de um fenômeno espantoso, que segundo Nepomuceno (2008), começou de forma intensa e promissora em

pequenos ambientes inovadores e tem se alastrado para grupos maiores, modificando como os seres humanos se comunicam e produzem conhecimento e riqueza.

A grande dificuldade de utilização da internet por parte dos alunos encontra-se na dificuldade de saberem localizar as informações que desejam entre diversas páginas disponíveis, como também a dificuldade para ler, interpretar e resumir, utilizando na maioria das vezes as teclas “Control C Control V”, sem fazer nenhuma reflexão.

Os baixos índices de aprendizagem, a evasão e a repetência são problemas que afligem tanto educadores como gestores. São problemas que vêm sendo combatidos, entretanto continuam permeando os ambientes escolares. Alguns acreditam e apontam a inclusão das TICS, em especial o computador, como um recurso capaz de minimizar estes problemas.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a importância da tecnologia na educação. No que se refere a metodologia empregada neste estudo, pode-se dizer que a mesma trata-se de uma revisão bibliográfica, utilizando-se de livros, artigos, e outros trabalhos acadêmicos que tratam desta problemática.

AS DIFICULDADES E IMPEDIMENTOS DO USO DO COMPUTADOR NA EDUCAÇÃO

Os baixos índices de aprendizagem, a evasão e a repetência são problemas que afligem tanto educadores como gestores. São problemas que vêm sendo combatidos, entretanto continuam permeando os ambientes escolares. Alguns acreditam e apontam a inclusão das TICS, em especial o computador, como um recurso capaz de minimizar estes problemas. Só que, como toda prática pedagógica tem os contras e os a favor e sobre essa questão Belloni (2008, p. 91) afirma:

Muito se tem dito a favor e contra sobre a utilização de computadores na educação. Infelizmente, grande parte das afirmações feitas, tanto de um lado como do outro, reflete, frequentemente, algum desconhecimento de causa. Às vezes até muita desinformação. Tanto do lado dos defensores como dos críticos há pessoas que, no fervor do entusiasmo ou no zelo da crítica, não foram, lamentavelmente, informar-se, antes de tomar posição. E o essencial, aqui, mesmo mais importante do que ser a favor ou contra, é compreender do que efetivamente se trata.

Portanto, entender a utilização desse recurso faz se necessário para que possamos tomar posições seguras e coerentes. E para início de reflexão é interessante lembrar que a discussão sobre a utilização do computador, da informática na educação não vem de hoje, mas de décadas atrás.

Em 1979, foi criada a Secretaria Especial de Informática – SEI, que desenvolveu vários projetos, entre eles a EDUCOM – Educação e Computadores. Partindo em seguida para a constituição da Comissão Especial de Educação, com o objetivo de discutir as questões relacionadas à informática e à educação e “assessorar o Ministério da Educação e Cultura (MEC) no estabelecimento de política e diretrizes para a educação na área de Informática, com vistas à formulação do planejamento

educacional na área”3. Após um ano de criação, a SEI realizou com o apoio do Ministério da Educação e Cultura – MEC e do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas (CNPq), o primeiro Seminário de Informática na Educação, sediado na Universidade de Brasília.

Entre as conquistas desse seminário Belloni (2008, p. 121) afirma:

Mesmo reconhecendo-se o quadro de graves desequilíbrios na oferta de oportunidades educacionais, enfatizou-se a necessidade de que a educação, em especial a dos níveis médio e superior, apresente melhor desempenho e qualidade, em face do avanço dos padrões tecnológicos e organizacionais do mundo do trabalho e das relações sociais. Embora não elimine, a curto ou médio prazo, aqueles desequilíbrios, o uso de computadores pode ajudar a melhorar o desempenho e a qualidade da educação oferecida.

O autor acrescenta ainda que neste mesmo seminário impôs uma política de incentivos fiscais e financiamentos para a produção de produtos nacionais, como também a implantação de centros pilotos junto às Universidades:

Impõe-se, por isso, a adoção de uma política de incentivos fiscais e financiamentos aos produtores nacionais de hardware e software voltados para a educação, bem como a criação de sistemas de financiamento aos usuários de produtos nacionais e de mecanismos de proteção para os investimentos realizados. Recomendou-se a implantação de centros-piloto de informática na educação, de natureza interdisciplinar, junto a universidades com capacitação tecnológicas nas áreas de informática e educação. Abrangeriam, em princípio, tanto o ensino regular como o não-formal, em todas as suas variedades. Deveria merecer prioridade, porém o ensino regular de 1º, 2º, 3º. Graus, pois tais projetos teriam como objetivo pesquisar a utilização do computador na educação em colaboração direta com os órgãos que ministram esse ensino (BELLONI, 2008, p. 121).

No ano seguinte, em agosto de 1982, realizou-se o segundo Seminário Nacional de Informática na Educação. Desta vez sediada na Universidade Federal da Bahia, com a participação de outras entidades, empresas ligadas ao ramo da computação e comunicação como também outras universidades. Os trabalhos deste segundo Seminários foram divididos segundo o autor em quatro grupos, segundo áreas de interesse, as quais abrangiam os aspectos socioeducacionais, pedagógico-educacionais, psicológico-educacionais e os relacionados à informática.

O primeiro grupo que tratou dos aspectos socioeducacionais reforçou a implantação dos centros-piloto de informática na educação, vinculando a centros universitários, questões estas tratadas no primeiro seminário. O grupo que discutiu os aspectos relacionados à informática recomendou que as experiências-piloto fossem realizadas sempre com equipamentos, tecnologia e recursos humanos nacionais, “não devendo, em nenhuma hipótese, deixar-se curvar por pressões de qualquer tipo ou por conveniências de mercado”. Quanto às psicológico-educacionais, Belloni (2008, p. 132) afirma:

No que se refere às questões psicológico-educacionais, tratou-se de refletir clara e objetivamente sobre duas questões: A introdução do computador na escola pode contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem? Em caso afirmativo, de que forma? Mais especificamente, esse grupo de trabalho formulou as seguintes perguntas: Quais os aspectos do desenvolvimento cognitivo do aluno que podem ser favorecidos? O computador possibilita maior domínio de conceitos, generalizações, princípios, procedimentos ou habilidades? Em que áreas curriculares e em que níveis o computador atuará com maior dificuldade? Que consequências o uso do computador na educação gerar? Serão elas desejadas ou indesejáveis? Como essas indagações não comportavam respostas inequívocas, o grupo recomendou que todas as possibilidades de uso do computador na educação fossem exploradas, sem imposição de limitações a priori, mas que esse uso fosse sempre subordinado aos propósitos da educação.

Embora se tenha muitos questionamentos e perguntas sem respostas, percebe-se neste seminário que a utilização do computador na educação é favorável desde que estejam subordinados aos propósitos educacionais. Percebe-se também que indagações formuladas a mais de vinte anos, continuam pertinentes nos dias atuais.

Transcorrendo as discussões sobre a implementação das políticas de informática para educação, constata-se que muitos obstáculos impediram para que a informática chegasse ao ambiente escolar com a mesma velocidade que chegaram a outros segmentos de produção no país. Entre os obstáculos encontrados pelo projeto EDUCOM, ressalta-se a questão financeira e a utilização de hardware e software, que ainda são pertinentes na atualidade. Para a EDUCOM, não haveria problema em copiar ou adaptar produções estrangeiras de hardware, no entanto quanto ao software poderiam possibilitar a proliferação de uma ideologia estrangeira moldando a mente das crianças, fazendo com que os valores e as tradições nacionais fossem esquecidos.

Ainda refletindo sobre o impacto que a informática trará a educação, Valente (2009), cita palavras de Ladislav Cerych, que elaborou um relatório para o Ministério da Educação e Ciência da Holanda sobre as experiências de informática na educação realizadas em vários países, no qual Valente (2009, p. 37) afirma:

Talvez o impacto da informática na educação formal não seja tão grande quanto o desejado por uns e temido por outros, pois as escolas e a educação em geral são particularmente resistentes à introdução de novas tecnologias educacionais. Porém, assim como ocorre com a televisão, a informática influenciará a educação mais pelo modo como os computadores serão utilizados fora da sala de aula (como, por exemplo, nas residências) do que pela maneira como serão utilizados nas escolas. A questão, portanto, é saber se o sistema educacional irá, do mesmo modo como fez com os televisores, desprezar a difusão dos computadores e todas as suas consequências, isto é, se o sistema educacional irá permitir que o conhecimento e as atitudes das crianças sejam mais influenciados pelo que aprendem fora da escola (hoje pelos televisores, amanhã pelos computadores residenciais) do que pelo que aprendem na escola propriamente dita.

Com as colocações acima citados, podemos conceber que é imprescindível a utilização da informática na educação, visto que, ela está presente além dos muros escolares, e que influenciará diretamente na formação do indivíduo, assim como a televisão e outros meios de comunicação.

Entre as críticas feitas com relação à introdução do computador na educação, Valente (2009), divide-se em três grupos principais. O primeiro diz respeito à questão da oportunidade, pois investir na aquisição e a manutenção de caros equipamentos como são de informática não seria conveniente, visto que vivemos num país, onde necessitamos primeiramente de infraestrutura adequada para as escolas, condições mínimas de saúde, alimentação, habitação, saneamento, para os alunos, e melhores salários para os professores.

Embora essas questões sejam prioritárias, não podemos deixa-las influenciar por esta realidade, colocando a informática em segundo plano, pois o profissional que desconhece o valor da informática pode ser considerado como analfabeto na sociedade informatizada.

A UTILIZAÇÃO DAS TICS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

De acordo com Ponte (1995), o uso do computador no ensino-aprendizagem contribui para uma relativização da importância das competências de cálculo e de simples manipulação simbólica, que podem ser realizadas de forma mais rápida e eficiente. Além disso, amplia o papel da linguagem gráfica e de novas formas de representação, permitindo novas estratégias de abordagem para os mais variados problemas.

A defesa do uso dos computadores no ensino-aprendizagem está fundamentada nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino médio que ao apresentarem as novas diretrizes para o ensino aprendizagem salientam o seu papel para a discussão e argumentação de temas de interesse de ciência e tecnologia.

Para Frota (2011), o uso da tecnologia na educação básica está fortemente presente no discurso educacional oficial, e conseqüentemente incorporado ao discurso de professores, seja pelos elogios ou queixas. Entre as queixas encontra-se a dificuldade de acesso que as escolas têm às novas tecnologias.

Dando continuidade ao seu discurso a autora prossegue a discussão ressaltando o trabalho de formação que cada professor deve buscar no tocante ao uso das tecnologias e o seu entendimento, que está centrada em três concepções: a de consumir a tecnologia; a incorporar a tecnologia e por fim matematizar a tecnologia.

Para nós o que é importante nessa primeira concepção sobre o uso da tecnologia no ensino-aprendizagem é aquilo que ela promove quando implementada: ela promove a formação de

consumidores de tecnologia, pessoas que podem se tornar dependentes da tecnologia para realizar as mesmas tarefas que eram feitas sem o recurso tecnológico (FROTA, 2011, p. 4).

Esclarecendo melhor essa concepção a autora explica que consumir tecnologia consiste em entender que o uso da tecnologia pode promover a automatização das tarefas educacionais. A automatização das tarefas, que não sendo bem compreendida pode acarretar estagnação didática, ou seja, uma parada nas atividades, sem buscar a inovação, a pesquisa seria apenas uma repetição do que já foi feito.

Essa situação está bem clara quando ao solicitar inovações nas metodologias educacionais, o professor inova apenas os recursos, não modificando nada na sua metodologia.

Quanto à eficiência do consumir tecnologia caracteriza-se pela capacidade que os professores e alunos têm para executar novas tarefas que se propõem, inclusive tarefas mais complexas, sem depender única e exclusivamente da tecnologia, ou de alguém que oriente as etapas de procedimento.

A segunda concepção denominada “incorporar a tecnologia” caracteriza-se pela transformação das tecnologias em ferramentas e instrumentos cognitivos, na qual professores e educandos mudam a forma de fazer e pensar suas matérias.

Quanto à crítica que se faz a essa concepção a autora alerta para a dependência que pode acarretar pelo uso do recurso tecnológico, ou seja, o educando pode restringir sua aprendizagem ao uso dessas tecnologias.

Reforçando esses conceitos D’ Ambrosio (1998) afirma:

O indivíduo, ao mesmo tempo que observa a realidade, a partir dela e através de novas idéias (mentefatos) e de objetos concretos (artefatos), exerce uma ação na realidade como um todo (D’AMBROSIO, 1986, p.38).

Trabalhar dentro da concepção da tecnologia é contribuir para que o educando adquira o domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna, principio este assegurado pela LDB no Art.36.

O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes: I – destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania (LBD/96 Art 36).

No primeiro parágrafo deste mesmo artigo a lei enfatiza os objetivos a serem atingidos pelos alunos do ensino médio destacando os domínios dos princípios científicos e tecnológicos, como também o conhecimento das novas formas de linguagem.

Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizadas de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre: I – domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna; II – conhecimento das formas contemporâneas de linguagem (LBD/96 Art 36).

Amparando-se na LDB e nas três concepções aqui detalhadas justifica-se a importância que as novas tecnologias têm para com o ensino-aprendizagem, desde que professores e alunos saibam manuseá-lo para entender o que está fazendo, e percebam a importância do raciocínio para a solução dos problemas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de informatização da sociedade, que já atinge o Brasil, caminha com espantosa rapidez e parece irreversível. Temos a responsabilidade de oferecer a melhor preparação possível aos nossos alunos, inclusive aos da rede pública, para que eles possam viver e atuar numa sociedade informatizada. Numa sociedade altamente informatizada, como a nossa em parte já o é, o conhecimento – por contato e experiências do computador será um componente essencial da formação geral e até profissional de cada indivíduo. Não há como pretender que a educação, que se ocupa da formação geral e profissionalizante dos alunos, possa ficar alheia a esse fato, mesmo dentro do quadro de carências que assola a educação no Brasil.

A escola tem que preparar cidadãos familiarizados com os mais básicos desenvolvimentos tecnológicos, de forma que possam participar do processo de geração e desenvolvimento tecnológico que o país passa.

Hoje, não se admite mais que as escolas permaneçam com uso de metodologias que não atendam as perspectivas do mundo globalizado, que não proporcione e desperte o interesse do aluno para o uso das novas tecnologias como instrumento de construção do saber. As TICS não vêm substituir o professor, mas auxiliá-lo no desenvolvimento das competências e habilidades dos alunos.

REFERÊNCIAS

BELLONI, Maria Luiza. **Tecnologia e formação de professores: rumo a uma Pedagogia pós-moderna?** In: Revista Educação e Sociedade, a. XIX, dez./2008, p. 74-79.

D'AMBRÓSIO, U. **Etnomatemática: Arte ou técnica de explicar ou conhecer**. 5. Ed. São Paulo: Ática, 1998.

FROTA, A. M. M. C. **Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção.** Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 147-160, abr. 2011.

PONTE, J. P. **Concepções dos professores de matemática e processos de formação. Educação Matemática: Temas de investigação.** Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1995.

VALENTE, José Antonio. **O uso inteligente do computador na educação.** Revista Pátio, a.1, n.º 1, mar./2009, p. 19-21.

NARRADO, VIVIDO E APRENDIDO: PERCEPÇÕES CRÍTICAS SOBRE A METODOLOGIA FÍLMICA NAS AULAS DE HISTÓRIA

Evaniele Pereira Lages
Francisca Cibele da Silva Gomes
Élida Maria Dias Pereira
Marcília Gomes Duarte

RESUMO

O presente artigo ressaltar a discussão sobre o uso de filmes como ferramenta metodológica no ensino-aprendizagem de História, a fim de entender como o filme ajuda na nesse processo. Questiona-se a relevância do uso de filmes nas salas de aula? Neste artigo os objetivos se constituem em: analisar a importância do uso de filmes para aprofundar o processo de ensino-aprendizagem no campo da história; entender o papel do filme como ferramenta didática-pedagógica dentro das salas de aula e discutir a utilização de filmes como recurso didático com o sentido de melhorar o processo do ensino-aprendizagem na disciplina de História. Para a realização do estudo, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica por meio de artigos e livros encontrados em sites de busca com obras que trazem referências sobre a linguagem fílmica e o ensino de história. Para sustentar as discussões mencionadas anteriormente o artigo teve como principais referenciais teóricos as obras, *O filme como ferramenta de ensino-aprendizagem*, de José Roberto dos Santos Pombo e Elson de Meneses Pereira. *A importância do Ensino de História nas Escolas e suas implicações na vida social*, de Alex Silva Costa e duas grandes pesquisas de Jorn Rusen *Teoria da História: formas e funções do conhecimento histórico* e a *Didática da História: passado, presente e perspectiva a partir do caso alemão (1987)*. Ao longo da construção deste artigo foi possível perceber que o ensino-aprendizagem em história associado ao uso de filmes é potencializado, pois ativa sentidos e emoções permitindo ao aluno viver novas experiências ao aprender com ela.

Palavras-chave: Ensino de História; Ensino-aprendizagem; Linguagem fílmica.

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, é possível perceber diversas mudanças no campo educacional, por isso novas metodologias surgem com a proposta de facilitar a construção do conhecimento no processo de Ensino- Aprendizagem. No que diz respeito ao ensino de História não tem sido diferente, o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação -TICs vem sendo de grande importância, pois abre um leque de possibilidades a serem exploradas por professores e alunos. Dentre os diversos recursos disponíveis podemos destacar a utilização de filmes como recursos didáticos aplicados em sala de aula.

Pretende-se no presente trabalho ressaltar a discussão sobre o uso de filmes como ferramenta metodológica no ensino-aprendizagem de História, a fim de entender como o filme ajuda na compreensão do processo de transmissão de conhecimento histórico. Diante do exposto questiona-se qual a relevância do uso de filmes nas salas de aula? Neste artigo os objetivos se constituem em: analisar a importância do uso de filmes para aprofundar o processo de ensino-aprendizagem no campo da história; entender o papel do filme como ferramenta didática-pedagógica dentro das salas de aula e

discutir a utilização de filmes como recurso didático com o sentido de melhorar o processo do ensino-aprendizagem na disciplina de História.

Para a realização do estudo, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica por meio de artigos e livros encontrados em sites de busca com obras que trazem referências sobre a linguagem fílmica e o ensino de história. Para sustentar as discussões mencionadas anteriormente o artigo teve como principais referenciais teóricos para a construção da escrita desse estudo as obras: *O filme como ferramenta de ensino-aprendizagem*, de José Roberto dos Santos Pombo e Elson de Meneses Pereira. *A importância do Ensino de História nas Escolas e suas implicações na vida social*, de Alex Silva Costa e duas grandes pesquisas de Jorn Rusen *Teoria da História: formas e funções do conhecimento histórico* e *a Didática da História: passado, presente e perspectiva a partir do caso alemão (1987)*.

Salienta-se que o uso de filmes dentro da sala de aula torna o ambiente escolar mais interessante, pois trabalha diversas realidades através da arte tornando possível aprender de forma dinâmica e prazerosa sobre diversos temas. Ao longo da construção deste artigo foi possível perceber que o ensino-aprendizagem em história associado ao uso de filmes é potencializado, pois ativa os sentidos da audição e da visão despertando sentimentos permitindo ao aluno viver novas experiências em alguns casos podendo se identificar com o contexto apresentado nos filmes, ou, seja, a arte fílmica ativa o poder de percepção dos mesmos de modo que, a mensagem transmitida é decodificada com uma nova visão dos fatos históricos.

HISTÓRIA: UM ENSINO COM BASE NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

O Ensino de História passou por significativas mudanças, pois a História no campo atual acadêmico é vista de outra forma, refletindo na maneira de fazer História dentro e fora da sala de aula. Antes o campo histórico permeava um ensino centrado nos grandes feitos dos personagens considerados heróis, deixando submerso no desconhecido o papel do povo no processo histórico. Essa ideia de registrar somente parte do conhecimento que favorecia a parte elitizada da sociedade transformava aprendizagem da disciplina errônea e voltada para construção de um sentimento nacional, sem se preocupar com a construção de um pensamento político, social e crítico. Destacando a Nova História Costa afirma:

A partir de então a história não parte mais de cima para baixo, pelo contrário, analisa a situação sob vários aspectos tentando entender os derrotados, os erros que não foram pesquisados, o que era tido como fato histórico insignificante passa a ter sentido, porque através de uma abordagem mais ampla que estaria ligada a uma junção com outras ciências entre elas, a Psicologia, a Antropologia, a Sociologia, abrir-se-ia espaço para uma ciência globalizante, que viria os acontecimentos sob vários pontos de vista, onde “tudo é História, sendo este o lema deste novo jeito de construir e entender a História. (COSTA, 2012, p.2)

Esses novos parâmetros adquiridos são resultados do advento da Escola dos Annales, sobretudo do pensamento inovador de um dos principais precursores, Marc Bloch, na qual enfatiza que a História deve ser associada a uma ciência capaz de formar uma consciência crítica e reflexiva da realidade sociocultural e obtendo assim a compreensão do fato histórico. Contraindo-se a mera reprodução, a comercialização do termo de disciplina decoreba e de verdade absoluta.

Nessa lógica, a educação tem sido redimensionada visando quebrar velhos dogmas, tornar o aluno protagonista no processo de ensino aprendizagem. Além do mais, promover um elo entre o conhecimento histórico e o saber histórico, dirigido com base nos Parâmetros Nacionais Curriculares. Reafirmando o ponto central discutido, Costa determina que:

Apropriação desses novos valores expostos pelo PCN deve ser considerado fundamental importância para a compreensão do fato histórico, podendo levar o aluno a relacionar o seu mundo atual ou presente com o acontecimento histórico ou passado, para chegar a uma coisa nova que talvez fosse a História Presente, essa mescla fatos do passado e do presente para se ter uma compreensão melhor da realidade atual em que vivemos. (COSTA, 2012, p.6)

Assim, a história passa a permear a realidade do cotidiano do alunado operando uma consciência histórica. Continuando esse diálogo Rusen explica o processo de aprendizagem do conhecimento histórico sendo explicado como:

[...] um processo de mudança estrutural na consciência histórica. A aprendizagem histórica implica mais que um simples adquirir de conhecimento do passado e de expansão do mesmo. Visto como um processo pelo qual as competências são adquiridas progressivamente, emerge como um processo de mudança de formas estruturais pelas quais tratamos e utilizamos a experiência e conhecimento da realidade passada, passando de formas tradicionais de pensamento aos modos genéticos. (RUSEN, 2010, p.15)

Desse modo, o conhecimento histórico produzido dentro da sala de aula deve estabelecer uma experiência de ensino-aprendizagem voltada para orientação existencial e que remontam o próprio papel do historiador adaptado ao nível do ensino. Passando a formar uma construção identitária, em virtude da incorporação das reflexões individuais e do seu grupo social. Nessa perspectiva Rusen continua argumentando:

Com respeito às reflexões sobre o processo específico sobre ensino e aprendizagem em sala de aula, a didática da história pode escolher os elementos da pedagogia pertinente à peculiaridade da consciência histórica. O que deve ser lembrado aqui é que o ensino de história afeta o aprendizado de história e o aprendizado de história configura a habilidade de se orientar na vida e de formar uma identidade histórica

coerente e estável. Assim também, na vida pública, o foco sobre a experiência de aprendizagem deve conduzir a um programa coerente de pesquisa e explanação. Finalmente, com respeito ao processo real de instrução histórica nas escolas, a ênfase sobre o aprendizado de história pode reanimar o ensino e o aprendizado de história enfatizado o fato de que é uma matéria de experiência e interpretação. Assim concebida, a didática da história ou ciência do aprendizado histórico pode demonstrar ao historiador profissional as conexões internas entre história, vida prática e aprendizado. Isso, mais do que qualquer coisa, pode dar um novo significado à frase *historia vitae magistra*. (RUSEN, 2016, p.16)

O modo como a história é trabalhada no âmbito escolar pode resultar em fatores benéficos ou mesmo prejudicar o andamento do processo de tomada de consciência histórica. Por isso, a grande relevância voltada para a didática trabalhada pelo corpo docente em prós de ensino coerente e construtivo, libertando o alunado da inércia e fazendo com que eles se sintam pertencentes ao campo histórico. É nesse contexto que o pensamento de Rusen (2016) traz as reflexões necessárias para debater essa questão, elencando a urgência de formar um conceito educacional construído a base da Didática História.

Vale destacar que a discussão sobre consciência histórica nos termos aqui trabalhando, não significa apenas obtenção do conhecimento do passado, “mas antes de tudo como um meio de entender o presente e um modo de orientação nas situações cotidianas”. (FERNANDES, 2016, p.16) Com isso, o tempo perde o sentido linear ou progressivo e passa a exercer uma função estritamente prática entre os tempos passado, presente e futuro. Essa “função prática de dar identidade aos sujeitos e fornece à realidade em que eles vivem uma dimensão temporal, uma orientação que pode guiar a ação, intencionalmente, por meio da meditação da memória histórica”. (SCHMIDT; GARCIA, 2005, p.301).

Nessa lógica, “a história pode ser vista por vários ângulos, sendo que cada ponto de vista é amparado numa certa visão de mundo, numa postura ideológica, numa experiência de vida” (SOUZA, 2010, p.28). Produzindo uma Educação Histórica baseada nas múltiplas temporalidades dos sujeitos envolvidos no processo apresentado e estudado, destacando a História como uma ciência particular que não se contenta de maneira alguma apenas com as narrativas do passado.

Partindo dessa nova visão abortada pela História que as produções cinematográficas se tornaram uma metodologia viável para se trabalhar no espaço escolar, como uma ferramenta auxiliadora na construção da aprendizagem histórica, pois o cinema traz uma nova linguagem com enfoque “no passado que o filme pretende retratar, o presente em que o filme é produzido, e o momento vivido pelo aluno como espectador. Ou seja, compreender as relações históricas que ligam passando, interpretação cinematográfica do passado e a presença desse passado para o aluno através do filme”. (SOUZA, 2010, p.36)

A UTILIZAÇÃO DE FILMES COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA

Cotidianamente, os filmes deixaram suas marcas nos mais variados momentos do dia a dia dos indivíduos. Seja na diversão, uma visão de mundo subjetiva, uma abordagem crítica do meio social, mas que mesmo assim pouco juízo se faz ao seu respeito. Apenas relegado a um instante de contato visual e auditivo com uma história narrada, seja real ou fictícia ou as duas mutuamente.

Desenvolvendo-se uma percepção cultural que o relega ao mundo do inanimado, da irreabilidade ou pior ainda um entretenimento aos olhos, ouvidos e a mente. Tornando-os refém de uma abordagem minimalista e pouco crítica. Escondendo o seu papel potencializador em termos de representatividade e assimilação das visões sociopolíticas da sua contemporaneidade ou do passado imbricadas nas telas e no enredo da narração cinematográfica. “O cinema vem se consolidando como uma alternativa metodológica, fazendo com que histórias de drama, suspense, comédia ou aventura, emocionem e surpreendam os alunos em sala de aula” (CONSONE; NEZ, 2012, p. 1).

Nesse sentido, a utilização dos filmes dentro do quadro metodológico das aulas propõe aproximar os alunos de um instrumento conhecido por eles e ainda mais permite desenvolver novas abordagens interpretativas sob o que se vê e o que passou despercebido sob os olhares curiosos. Para os pesquisadores Pombo e Pereira (2015, p.202):

Nessa perspectiva, considerar o cinema como um meio significa que a atividade de contar histórias com imagens, sons e movimentos pode atuar no âmbito da consciência do sujeito e no âmbito sócio-político-cultural, configurando-se num formidável instrumento de intervenção, de pesquisa, de comunicação, de educação e de fruição. Em outras palavras, tornará o filme uma ferramenta didática-pedagógica. (POMBO; PEREIRA, 2015, p.202).

Os filmes dentro do universo metodológico permitem o desenvolvimento das interpretações mais próximas da realidade vivenciada, dos sujeitos históricos, da época e do meio sociopolítico e cultural representado na narração fílmica. Para os alunos, tornar-se um meio atrativo para a intervenção, pesquisa e interpretação do contexto narrado. Logo, a abordagem visual, sonora e contextual dos trabalhos fílmicos metamorfoseia-se em uma ferramenta didática metodológica dentro da educação em suas múltiplas e criativas abordagens.

Nesse contexto, ainda na percepção teórica de Pombo e Pereira (2015), os meios audiovisuais são formas interativas de contar e ouvir histórias. Dentre eles, destaca-se os trabalhos cinematográficos ao interpelar a comunicação e a estética na captação daqueles que assistem. Permitindo uma aproximação tangível entre os recursos visuais, sonoros e contextuais com o desenvolvimento interpretativo do enredo oral ficcional ou real, isto é, “o cinema é considerado um marco nas artes, pois é a arte que toma vida diante dos olhares das pessoas [...]” (POMBO; PEREIRA, 2015, p.205).

A utilização metodológica dos filmes no âmbito escolar revela a necessidade de desenvolvimento e criação, por parte dos discentes e docentes, de um ambiente de aprendizagem e interpretação crítica através da composição audiovisual para além do entretenimento. Mas uma abordagem crítica, conforme a pesquisadora Coleman (2019), cercada das diversas indagações geradas a partir do contato entre telespectador e contexto apresentado das representações fílmicas.

Ainda nessa percepção, para Pombo e Pereira (2015), a utilização dos filmes nas escolas torna as aulas mais dinâmicas, fluidas e envolventes no desenvolvimento de um raciocínio crítico. Pois, recheia-se de conhecimento implícitos ou explícitos, valores sociais, comportamentos, éticas, culturais, entre outros. Logo, “[...] o cinema é dos meios comunicativos mais conhecidos e difundidos com relevantes implicações econômicas, políticas e culturais na contemporaneidade” (POMBO; PEREIRA, 2015, p.2006).

Os filmes para além da difusão cultural do cinema, permitem incorporar uma perspectiva crítica ao trabalho educativo, conforme Consone e Nez (2012), fazendo com que os discentes e os docentes promovam uma reflexão aos momentos contextuais abordados nas gravações audiovisuais, isto é, interpretando-os para além de uma perspectiva explícita, mas implícita no enredo do drama. Transformado as aulas em momentos de ensino e aprendizagem mesclados com a diversão e a ludicidade que incorpora os alunos como sujeitos ativos no desenvolvimento e produção do saber. Ainda na perspectiva das autoras Consone e Nez (2012, p.12):

Esta temática vem trazendo uma maneira de alcançar a formação cultural de cada aluno sem sair do espaço escolar, buscando instigar análises sobre o contexto onde vivem. A importância da proposta metodológica do cinema para o processo de ensino aprendizagem revela uma ferramenta que pode alcançar estímulos diferenciados, tornando a aula um meio de debate de ideias com um único objetivo: o aprendido. Com o advento das tecnologias, discentes e docentes têm necessidades de se modificar, pois conforme o tempo passa as novas metodologias de ensino, incluindo as ferramentas de uso das tecnologias mais avançadas, vão se tornando quase uma ‘imposição’ no espaço educativo. Há uma profunda cobrança desses profissionais, pois a tecnologia evolui em uma velocidade inimaginável, muitas vezes forçando a adaptação de todos ao conhecimento da mesma. (CONSONE; NEZ, 2012, p.12).

A utilização metodologia dos filmes nas salas de aulas promovem a diversificação didática nas abordagens dos conteúdos curriculares para além do livro didático, do quadro ou da oralidade, mas uma reflexão metodológica sobre um contexto histórico, social, político, econômico e cultural regado de inquietações e problematizações desenvolvidas tanto pelos docentes como discentes no processo de ensino e aprendizagem. Tornando as reproduções fílmicas um instrumento presente em sala de aula, para além da imposição tecnológica expressa na contemporaneidade, mas uma adaptação à realidade escolar e ao cotidiano dos alunos.

Nesse contexto, para Consone e Nez (2012), os filmes precisam ser preparados para serem vistos e estudados como atividade de aprendizagem. A partir da interação com o meio e com a construção indagativa da realidade apresentada na reprodução fílmica em uma instância de gênero narrativo investigativo e educacional. Promovendo a formação do conhecimento por meio da reflexão, análise e questionamento das minúcias que compõem o trabalho cinematográfico.

Dessa forma, na perspectiva de Penafria (2009), o objetivo da análise fílmica estaria em decompor o filme, explicando-o, esclarecendo-o e problematizando a seu respeito para que se possa desenvolver uma interpretação profunda e esmiuçada de forma específica e não apenas em observações generalizantes. Fazendo-se uso da própria experiência sensorial dos espectadores em termos de enredo, musicalidade, contexto, personagens, figurino, cenário e faixa etária indicativa. Identificando, por sua vez, os sentimentos, as sensações apresentadas a partir do filme assistido.

Ainda conforme Penafria (2009), um filme pode ser visto sob uma perspectiva estética, restando sua composição cênica, caracterização dos personagens e contexto, assim como a linguagem poética, isto é, a sensação empreendida a partir do mesmo, a experiência subjetiva do telespectador, a comunicação construída por meio dos sentidos (sensações e emoções) que pretendeu-se transmitir uma mensagem/ponto de vista temático, a trilha sonora e as imagens utilizadas no longa-metragem. São fatores que permitem um novo olhar sob a obra e a suas múltiplas interpretações explícitas e implícitas.

Logo, o filme na percepção de Mendonça e Guimarães (2008), dentro das salas de aulas permite o desenvolvimento da aprendizagem através da interação das vivências e das interpretações dos discentes. Construído uma tecedura de símbolos e significados na assimilação cognitiva. Por sua vez, cabendo aos alunos o papel ativo no processo de análise fílmica. Pois, “na contemporaneidade, as obras cinematográficas são consideradas fontes que podem possuir significativo valor de testemunho indireto e involuntário valor de testemunho indireto e involuntário de um evento ou processo histórico” (OLIVEIRA, 2017, p.2).

Portanto, os filmes como manifestações artísticas podem ser utilizados como metodologia nas aulas na medida em que tornaram-se instrumentos de pesquisas, problematização e produção crítica por parte dos alunos e professores. Pois, “pensar nesse sentido é compreender que o mais fantasioso filme de ficção não expressa senão as possibilidades de uma dada realidade histórica” (OLIVEIRA, 2017, p.2).

A construção de uma realidade pautada na imaginação, na reprodução de uma perspectiva particular da sociedade e do mundo que o cerca são marcas impregnadas nos longas-metragens. Vistos como visões culturais singulares, deixam suas próprias percepções da realidade passíveis de serem interpretadas e reinterpretadas. Para Oliveira (2017), são documentos imprescindíveis para a produção histórica ao revelar não somente a fantasia ficcional, mas as minúcias de um contexto como

exemplo estão: as visões de mundo, as mentalidades, os padrões, hábitos e relação de poderes. Logo, são marcas de um passado representado nas telas e assimilado pela sensibilidade do telespectador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em razão do que foi mencionado neste artigo, pode-se concluir que o tema a utilização de filmes como ferramenta metodológica no ensino-aprendizagem de história é um assunto bastante atual. Portanto, este campo de pesquisa é amplo e está temática abrange diferentes áreas como: História, Educação e Didática.

No que se refere a situação problema deste estudo é possível destacar que ela foi respondida ao longo do trabalho, pois o uso de filmes contribui significativamente para o aprimoramento do ensino-aprendizagem em história porque as aulas tornam-se atraentes e significativas, de modo que discentes e docentes realizam uma troca de conhecimento prazerosa.

Em relação aos objetivos que desenvolveram este artigo, destaca-se que eles foram alcançados, pois foi analisada a importância do uso de filmes para aprofundar o processo de ensino-aprendizagem no campo da história, entende-se o papel do filme como ferramenta didática-pedagógica dentro das salas de aula e discutiu-se a utilização de filmes como recurso didático com o sentido de melhorar o processo do ensino-aprendizagem na disciplina de História.

No que tange os resultados atingidos e alcançados com este estudo, destaca-se que a metodologia fílmica contribui para aproximar os conteúdos vistos pelos alunos com o seu cotidiano. Desse modo, a escola torna-se um ambiente atrativo utilizando recursos tecnológicos que permitem os alunos aprenderem de forma espontânea.

De acordo com o que foi explanado neste artigo, pontua-se, que o uso de filmes pode serem utilizados pelos professores para incrementar a prática docente. Portanto a metodologia fílmica permite aos discentes analisar, construir, pensar e refletir sobre o conhecimento histórico, sendo fundamental para sua formação social e profissional.

REFERÊNCIAS

COLEMAN, Robin R. Means. **Horror Noire**: a representação negra no cinema de terror. Tradução de Jim Anotsu. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2019.

CONSONE, Cibele de Freitas; NEZ, Egeslaine de. **Cinema**: alternativa metodológica para o processo de ensino aprendizagem no ensino fundamental. *VI Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"*. São Cristóvão – SE, set./2012. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10177/14/13.pdf>>. Acessado em: 27 jul. 2022.

COSTA, Alex Silva. **A importância do Ensino de História nas Escolas e suas implicações na vida social**. *Anagrama*: Revista Científica interdisciplinar na graduação. São Paulo, v.2, n.5, p.1-7, fev. ,2012. Disponível em:

https://r.search.yahoo.com/_ylt=AwrhRp3wsudi9D0yuArz6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzUEdnRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1659380593/RO=10/RU=https%3a%2f%2fpt.scribd.com%2fdocument%2f349743973%2fa-importancia-do-ensino-de-historia-pdf/RK=2/RS=L4xkHC0aF2mIWbdcARPmEjwsdNA-. Acesso em: 01 ago. 2022.

FERNANDES, Aurélio Silva. **As concepções de ensino de História e a consciência histórica: um estudo com alunos do 3º ano do Ensino Médio Regular.** Orientador: Dr. Marcus Dezemone. 2016.136f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional- PROFHISTÓRIA) - Ensino de História, Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de formação de professores, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://r.search.yahoo.com/_ylt=AwrFdekMsubdivPYxYk3z6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzUEdnRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1659380365/RO=10/RU=https%3a%2f%2fwww.researchgate.net%2fpublication%2f296692177_Ensino_de_Historia_e_consciencia_historica_de_alunos_jovens_e_adultos_notas_investigativas/RK=2/RS=YPs9mIFgakCzrTvHpUdrmAGnzhA-. Acesso em 01 agost. 2022.

MENDONÇA, J. Ricardo C de; GUIMARÃES, Flávio Peixoto. **Do quadro aos “quadros”:** o uso de filmes como recurso didático no ensino de administração. CADERNOS EBAPE, ago./2008. Disponível em: < <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5430>>. Acessado em: 27 jul. 2022.

PENAFRIA, Manuela. **Análise de Filmes – conceitos e metodologia(s).** VI Congresso SOPCOM, abr./2009. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-penafria-analise.pdf>>. Acessado em: 27 jul. 2022.

POMBO, José Roberto dos Santos; PEREIRA, Elson de Meneses. **O filme como ferramenta de ensino-aprendizagem.** ANAIS DO II COLÓQUIO DE LETRAS DA FALEI CUMB – FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ENSINO, PESQUISA, TEORIA. Breves-PA, fev./2015. Disponível em: < <https://www.coloquiodeletras.ufpa.br/downloads/ii-coloquio/anais/202-jose-roberto-dos-santos.pdf>>. Acessado em: 27 jul. 2022.

OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de. **Uso de fontes fílmicas em pesquisas sócio históricas da área da saúde.** *Texto Contexto Enferm.*, 2017. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/tce/a/R9tYMQWfqhfbm-fpLkNm9MfG/?lang=pt#:~:text=Por%20essa%20via%2C%20as%20fontes,historiografia%20do%20cuidado%20em%20sa%C3%BAde.>>. Acessado em: 27 jul. 2022

RUSEN, Jorn. *História Viva. Teoria da História:* formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

_____. **Didática da História:** passado, presente e perspectiva a partir do caso alemão (1987). In: *Práxis Educativa*. Ponta Grossa, PR. v.1, n.2, p.07-16, jul.-dez, 2016.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. **A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História.** In: *Cadernos Cedes*. Campinas, v.25, n.67, p.297-308, set/dez. 2005.

SOUZA, Éden Cristiano de. **O que o cinema pode ensinar sobre a história? Ideias de jovens alunos sobre a relação entre filmes e aprendizagem histórica.** *História & Ensino*. Londrina, v.16, n.1, p.25-36, 2010. Disponível em:

https://r.search.yahoo.com/_ylt=AwrFPh0UsOdiTPIxpwjz6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzUEd-nRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1659379860/RO=10/RU=https%3a%2f%2fwww.academia.edu%2f37129957%2fo USO DO CINEMA NO ENSINO DE HISTÓRIA PROPOSTAS RECORRENTES DISSIMILARES TEMÁTICAS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO HISTÓRICA/RK=2/RS=ftm-GhOuMI2qoHSRFxQOQN4Hv2c-. Acesso em: 01 ago.2022.

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO COMO ALIADOS NA CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Renata Carneiro Ribeiro

RESUMO

Este artigo tem como objetivo enfatizar a importância do planejamento e do método avaliativo, visto que os métodos tradicionais têm se tornado ultrapassados, faz-se necessário deste modo, mudanças na formulação das didáticas do professor e conseqüentemente da escola. Partindo da ideia que fazer um planejamento voltado inteiramente em conseguir despertar o interesse e a curiosidade do aluno, haja maior compreensão e a aprendizagem se torne mais significativa. Sem esquecer do processo de avaliação, que é outro fator importante no ensino e aprendizagem, pois é nele que se consegue constatar o nível de compreensão de cada aluno. Em decorrência da extrema necessidade de mudança, o artigo propõe possíveis ideias do planejar e do avaliar de maneira a evidenciar a teoria da Aprendizagem significativa de Ausubel, com o propósito de trabalhar com os subsunçores, acreditando que partir do conhecimento pré-existente na estrutura cognitiva do aluno, facilite o processo de ensino, atribuindo significado ao novo conhecimento e conseqüentemente se torne um subsunçor mais elaborado e enriquecido.

Palavras-chave: Planejamento; Subsunçor; Método Avaliativo.

INTRODUÇÃO

Atualmente, surgiram muitos avanços em pesquisas educacionais e métodos inovadores que pressupõe a melhoria do ensino e aprendizagem, porém, a educação e o processo de atualização didática e metodológica nas escolas ainda ocorre de maneira gradativa, muitas ainda mantêm as concepções pedagógicas tradicionais, visto que na grande maioria das vezes o foco fica exclusivamente restrito apenas no livro didático e atividades repetitivas, acabando por enfatizar mais a memorização do que a própria aprendizagem, deixando de lado a compreensão bem como a assimilação dos conhecimentos que são partes fundamentais para se construir uma aprendizagem significativa para o aluno.

Para tratar desse contexto, se introduziu a Teoria da Aprendizagem Significativa que permite abrir um novo caminho no processo de construção do conhecimento, bem como reinventar a metodologia de avaliação buscando sua ampliação mediante a reflexão dos conteúdos ensinados e sua maneira mais flexível para analisar a aprendizagem de cada aluno conforme sua necessidade específica e objetivos a serem alcançados.

Importante salientar que não cabe somente ao professor o processo de ensino, pois a educação se faz através da troca de saberes entre professor e aluno, em que conseqüentemente tenha a demonstração da vontade em aprender por parte do aluno e do professor, a disposição em ensinar. Sendo assim, faz-se uso do pensamento crítico, pois nele libertam-se e desencadeiam-se dúvidas, logo

surgindo o desejo de respostas trazendo deste modo a sede pelo conhecimento. Sobre isso Corti e Vóvio (2007) afirmam que:

“A disposição para aprender é outro elemento importante na aprendizagem. Trata-se da maneira pela qual a pessoa vê no processo de aprendizagem, percebe o que vai aprender e como se sente diante deste desafio. A disposição também é construída nas experiências vividas, tanto pode ser consequência de uma necessidade, um interesse ou desejo pessoal, como de uma motivação ou estímulo vindo de outras pessoas.” (CORTI; VÓVIO, 2007 apud MERAZZI; OAIGEN, 2008, p. 18-19).

Por tanto o processo de ensino é um conjunto de fatores que andam juntos, todos em consonância com o âmbito escolar, mas que se faz primordial a vontade de cada aluno de se lançar ao desafio da construção de conhecimento pois sem o interesse não haverá aprendizagem.

Acredita-se então que a Teoria da aprendizagem Significativa de David Paul Ausubel pode ser eficaz, estabelecendo relação de um novo conhecimento com o que o aluno já tem, tornando possível despertar ainda mais atenção e o interesse em aprofundar e enriquecer sua estrutura cognitiva, capaz de desencadear a abertura no prazer em viver para aprender e se tornar um amante do conhecimento.

TEORIA DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: CONCEITOS TEÓRICOS.

Optou-se pela Teoria de Ausubel por acreditar que sua ideia central de reorganização da estrutura cognitiva, como ponto inicial do processo de construção do saber, seja de grande valia no processo educacional, partindo do intuito de identificar o conhecimento prévio que cada aluno possui, para se permitir introduzir novos saberes como maneira de enriquecer a estrutura cognitiva do aluno. Com isso MOREIRA pontua que:

É importante reiterar que a aprendizagem significativa se caracteriza pela interação entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos, e que essa interação é não literal e não arbitrária. Nesse processo, os novos conhecimentos adquirem significado para o sujeito e os conhecimentos prévios adquirem novos significados ou maior estabilidade cognitiva.” (MOREIRA, 2010, p.2)

E assim, com essa caracterização da aprendizagem significativa, transforma-se válido o processo de interação entre conhecimentos prévios e novos conhecimentos, tendo como consequência a construção de saberes outros, adquirindo por tanto mais significados na sua estrutura cognitiva.

Diante disso, em sua teoria da aprendizagem, Ausubel (1982) defende que a partir do conhecimento prévio, faz-se necessário construir uma ferramenta de ligação que sirva de incentivo e como anexo na pirâmide do conhecimento, de maneira que se torne possível o despertar cognitivo do aluno. Através de conhecimentos vivenciados e fixados na mente dos alunos criam-se relações profundas

entre os saberes, evidenciando o contexto social dos mesmos por meio de situações problemas do dia-a-dia, permitindo abrir um leque de novas informações e criações de novos conceitos em suas mentes. Mas, não tem como falar da teoria da aprendizagem significativa, sem citar o subsunçor como elemento primordial para que esta teoria se torne válida, pois são nos subsunçores que os novos conceitos se integram, relacionando-se com o novo material a ser aprendido, por certo que quanto mais sabemos, mais aprenderemos.

Então, “Se tivéssemos que reduzir toda a psicologia educacional a um único princípio diríamos que o fator singular mais importante que influencia a aprendizagem é aquilo que o aprendiz já sabe, descubra isso e baseie-se nisso seus ensinamentos” (AUSUBEL; NOVAK; HANESIAN, 1980, p. 137). Deste modo torna-se possível estabelecer relações entre ideias como uma maneira de potencializar uma maior assimilação, tencionando como resultado um novo conhecimento, constituído como base fundamental para atribuições de saberes posteriores.

Dessa forma AUSUBEL, NOVAK, HANESIAN enfatizam que:

[...] é essencial levar-se em consideração as complexidades provenientes da situação de classe de aula, estas por sua vez, incluem a presença de muitos alunos de motivação, prontidão e aptidões desiguais; as dificuldades de comunicação entre professor e aluno; as características particulares de cada disciplina que está sendo ensinada; e as características das idades dos alunos. (AUSUBEL; NOVAK; HANESIAN, 1980, p. 5).

Além disso, cabe aos professores refletir sobre a necessidade de considerar mudanças na prática de ensino, reconhecer que atualizar e revigorar sua prática causam impacto nos alunos, elevando seu nível de participação e interação nas aulas. Sem esquecer a necessidade de fazer com que dentro da escola, o contexto social se torne igualitário, permitindo o mesmo direito de construção de conhecimento para todos os alunos, fazendo-os entender que a educação e o conhecimento formam seres humanos capazes de conquistar seus objetivos.

Em contrapartida à Aprendizagem Significativa, existe a chamada aprendizagem mecânica, conceituada apenas pela memorização, em que segundo Ausubel, Novak e Hanesian (1980) é o tipo de aprendizagem diferente do processo significativo, onde aluno acaba não conseguindo relacionar um novo conhecimento por algum motivo desconhecido e simplesmente incorpora-se na sua estrutura cognitiva de maneira arbitrária e não substantiva.

Surge então a capacidade de distinguir os dois tipos de aprendizagem, com efeito de tentar reduzir a memorização, em contrapartida impulsionar mais sentido na reorganização de conceitos no processo cognitivo.

Escolhido como forma de complementação de conceitos, os chamados de subsunçores, presentes na Teoria da Aprendizagem Significativa, compreendem a utilização de conhecimentos pré-

existentes na estrutura cognitiva do aluno, fazendo uso disso busca-se a interação com novas informações de modo que ocorra essa implementação de novos conceitos e por fim que o se torne um subsunçor mais elaborado.

A IMPORTÂNCIA DE UM PLANEJAMENTO EFICAZ NO PROCESSO DE ENSINO

O planejamento consiste na reflexão e tomada de decisões, julgando de extrema importância olhar diferenciado, com mais atenção para a necessidade que existe perante a comunidade escolar, tentando amenizar as dificuldades e desigualdades existentes na sociedade.

Desta forma o Planejamento é fundamental para o professor, pois através dele que temos a estrutura de como será trabalhado e introduzido os conteúdos durante as aulas, sendo o ponto de partida, o pensar em por onde começar, com intenção de usar o máximo do tempo a favor da aprendizagem tornando-a de certa forma mais organizada. Libâneo (2013, p. 245) diz que:

O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. Planejamento é um meio para se programar as ações docentes, mas também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação. (LIBÂNEO, 2013, p. 245).

Tendo o Planejamento como a maior ferramenta que o professor pode utilizar para auxiliá-lo no progresso das atividades docentes, Libâneo enfatiza sobre a importância de planejar com sabedoria, buscando a reorganização de objetivos propostos e principalmente a reflexão durante o processo de ensino, verificando a necessidades de adequações se preciso forem.

Deste modo os planos devem ser feitos pensados exclusivamente no aluno, compreendendo que haverá momentos que se farão necessárias mudanças imediatas, perante possíveis acontecimentos casuais, que conseqüentemente o professor deve estar sempre preparado para seguir o melhor caminho, visando a forma mais prática possível de incentivar a produção da aprendizagem. Então Hoffmann destaca que:

Sua aprendizagem não pode ser analisada sem se levar em conta o cenário educativo constituído para isso. [...] é o professor quem decide os rumos do planejamento, dos trabalhos, quem elabora e propõe as tarefas, quem as corrige e dá continuidade a elas. (HOFFMANN, 2014, p. 50)

Na educação existem diversas maneiras de conduzir a trilha em direção ao conhecimento, porém para haver resultados positivos é preciso saber onde se quer chegar, por tanto deve-se refletir em como alcançar o êxito no processo de ensino, para então escolher o melhor caminho a ser trilhado,

em que seja possível alcançar as metas do professor em relação ao ensino do aluno. Complementando o pensamento de Libâneo sobre o planejamento, Padilha afirma que:

(...) planejar em sentido amplo, é um processo que visa dar respostas a um problema, através do estabelecimento de fins e meios que apontem para sua superação, para atingir objetivos antes previstos, pensando e prevendo, necessariamente, o futuro, mas sem desconsiderar as condições do presente e as experiências do passado, levando-se em conta os contextos e os pressupostos filosóficos, cultural, econômico e político do que planeja e com quem se planeja. (TOMAZI apud ASINELLI, 2009 p. 182)

Como parte do processo de ensino, enfatizar a didática escolhida do professor é considerável a chave para abertura desse processo, sendo capaz de acionar um ambiente acolhedor que facilita a interação.

Reconhecer também os tipos de planejamento existentes e conseguir adequá-lo a seu método de ensino, é importante pois, o mediador precisa assumir-se como o responsável por abrir uma rachadura no muro que ainda existem nas escolas nas questões de desigualdades, levando em consideração as especificidades que cada aluno possui, incluindo as adversidades de acordo com a realidade que estamos inseridos. Vasconcellos conclui:

O planejamento enquanto transformação-construção de representações é uma mediação teórica metodológica para ação, que em função de tal mediação passa a ser consciente e intencional. Tem por finalidade procura fazer algo vir à tona, fazer acontecer, concretizar, e para isto é necessário estabelecer as condições objetivas e subjetivas prevendo o desenvolvimento da ação no tempo. (VASCONCELLOS, 2000, p. 79)

Somente com essa escolha de metodologia, torna-se possível seguir um caminho flexível para o planejamento mais adequado, ligado ao desejo que o professor tem sobre o seu objetivo diante de seus alunos.

Considerando-se algo em que também faz toda diferença no resultado final, são as práticas pedagógicas, aquelas intencionadas a envolver e estimular o aluno ao seu crescimento intelectual, favorecendo deste modo a construção de um ambiente que possua direcionamento na construção do ensino para se produzir uma aprendizagem significativa.

Aprender a reorganizar a estrutura cognitiva do aluno não é uma tarefa fácil, mas que acaba por se tornar o combustível no desafio do professor, bem como na orientação e estimulação da vontade de fazer o próprio aluno se sentir engrandecido pelo prazer em aprender. Desta forma incentiva a criação de uma relação entre as ideias existentes e o uso de exemplos do cotidiano que antes nunca

se tinha pensado como ferramenta de aprendizagem, que consiga no fim elevar o nível de informação que já tem e que o novo conceito seja direcionado de forma mais concisa e abrangente.

A proposta de um bom planejamento é a contrapartida para o desenvolvimento cognitivo do aluno, o fazendo despertar interesse pela aprendizagem pois é necessário o mesmo ter essa disposição para aprender caso contrário a aprendizagem se torna mecânica, ao invés de aprender o aluno acaba por memorizar apenas o conteúdo.

Sendo assim o grande desafio dos professores é despertar motivos para a aprendizagem, planejando aulas interessantes e que torne a sala de aula um ambiente estimulante para o processo de ensino e aprendizagem.

AVALIAÇÃO COMO MÉTODO DE CERTIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação é a parte integrante no processo de ensino e aprendizagem, sabendo que ela tem por finalidade, certificação do conhecimento e se ele foi introduzido de maneira eficaz. Mas o ato de avaliar não está sendo utilizado como forma de repensar a prática, mas sim como meio de julgamento, o que acaba por desestimular os alunos que não chegam ao quantitativo esperado.

Medir significa determinar a quantidade, a extensão ou o grau de alguma coisa, tendo por base um sistema de unidades convencionais. Na nossa vida diária estamos constantemente usando unidades de medidas, unidades de tempo. O resultado de uma medida é expresso em números. Daí a sua objetividade e exatidão. A medida se refere sempre ao aspecto quantitativo do fenômeno a ser descrito. (HAYDT, 2000, p. 9)

O que vem acontecendo na maioria das vezes, é que segundo HOFFMANN (2003, p. 11) “... a avaliação é uma tentativa de definição do significado primordial de sua prática educativa. Vários educadores notáveis e com formação diversa voltam sua atenção para o processo de avaliação educacional.”

Destacando a avaliação como um grande poder atribuído ao professor, nela se torna possível verificar o quanto de assimilação de conteúdo foi alcançado, diante dessa dimensão educativa, faz-se necessário a reflexão do nível qualitativo do trabalho escolar do professor e do aluno, sabendo da sua complexidade que vai além de provas e testes. Diante disso Luckesi afirma que:

A atual prática da avaliação escolar estipulou como função o ato de avaliar a classificação e não o diagnóstico, como deveria ser constitutivamente. Ou seja, o julgamento de valor sobre o objeto avaliado passa a ter a função estática de classificar um objeto ou um ser humano histórico, num padrão definitivamente determinado. Do ponto de vista da aprendizagem escolar, poderá ser definitivamente classificado como inferior, médio ou superior. Classificações essas que são registradas e podem ser transformadas em números e por isso, adquirem a possibilidade de serem somadas e divididas em médias. (LUCKESI, 1999, p. 34).

Nessa perspectiva ressaltada por Luckesi, a avaliação não se reduz à medição de competências e habilidades, em que o aluno aprendeu ou não o conteúdo, mas à necessidade de mudanças nas práticas educativas, buscando atualizá-las de forma que seja possível a adaptação das mesmas em função da realidade que se encontra inserido do aluno.

Os métodos avaliativos aplicados nas escolas, mantêm os métodos tradicionais condicionando os alunos a buscarem médias boas, implantados desde a década de 1980, dentre alguns objetivos específicos para uma avaliação, destacam-se:

[...] identificar os problemas do ensino e suas diferenças regionais oferecer dados e indicadores que possibilitem uma maior compreensão dos fatores que influenciem o desempenho dos alunos; proporcionar aos agentes educacionais e à sociedade uma visão dos resultados dos processos de ensino e aprendizagem e das condições em que são desenvolvidos; desenvolver competência técnica e científica na área de avaliação educacional, ativando o intercâmbio entre instituições educacionais de ensino e pesquisa; consolidar uma cultura de avaliação nas redes e instituições de ensino. (BELTRÃO et al, 2001, p. 112)

Conduzir a Avaliação em busca do alcance desses objetivos é que não tem se tornado fácil, visando o fato da escola usar um sistema classificatório, modelo que utiliza notas que pretendem medir somente a aprendizagem dos estudantes em “aprovado” ou “reprovado”, tendo isto como apenas parte do processo em que realizar provas e testes, atribuir notas e conceitos são apenas imposições do sistema educativo.

Quando o professor utiliza as avaliações apenas por caráter classificatório, entende-se um favorecimento por aqueles que conseguiram aprender ainda que não intencional, mas o que acontece com os outros que não batem as metas impostas pelo sistema é de certa forma considerado uma exclusão escolar.

Refletindo os diversos fatores envolvidos diante da avaliação, o principal é a transformação de cidadãos reflexivos e críticos, que busquem mudanças na realidade, quando se sentirem oprimidos, que se tornem capazes de melhorar o futuro.

O avaliar, deve ser pensado no crescimento do aluno e também do professor, é preciso deixar a avaliação quantitativa de lado e focar mais no progresso do ensino, considerando o resultado da prática docente como objetivo central. A auto avaliação é um processo imprescindível para auxiliar o professor na busca pela sua própria melhora antes de exigir dos alunos, refletir seus erros e acertos, e possíveis maneiras de melhorar, assim tentar não usar a avaliação como forma de julgamento, mas sim como mecanismo para progredir nos pontos que necessitam de melhora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tanto conclui-se que a avaliação como prática educacional, requer modificações analisando e diagnosticando, os déficits do sistema avaliativo, que consistem apenas na classificação por meio de notas, visto que isso é exigência do sistema educativo, todavia o professor como mediador carece ter como propósito essa busca por mudanças, mostrando que a concepção de avaliação serve também para o crescimento e auxílio no progresso da aprendizagem, tratando-a como de certa forma um ato amoroso, pois Luckesi afirma:

Na avaliação nós não precisamos julgar, necessitamos isto sim, de diagnosticar, tendo em vista encontrar soluções mais adequadas e mais satisfatórias para os impasses e dificuldades. Para isso, não é necessário nem ameaça, nem castigo, mas sim acolhimento e confrontação amorosa. (LUCKESI, 2005, p. 33).

Essa definição deu-se devido ao sentido da avaliação como ato de acolher e integrar o aluno, de maneira que se evite os julgamentos, considerando mais importante a qualidade do ensino do que o quantitativo de suas notas. Por fim ressalta-se que o professor é o agente do conhecimento capaz de mudar o rumo do ensino e proporcionar o êxtase da aprendizagem.

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D. P; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. *Psicologia Educacional*. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

BELTRÃO, K. I. ; BARBOSA, M. E. N. F. S. ; SANTOS, D. P. ; SUÁREZ, Mayte ; ANDRADE, Adler do Couto . **O SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica**: objetivos, características e contribuições na investigação da escola eficaz. *Revista Brasileira de Estudos da População* , v. 18, n.1/2, p. 111-130, 2001.

CORTI, A. P.; VÓVIO, C. L. *Jovens na alfabetização*: para além de decifrar palavras, decifrar mundos. Brasília: Ministério da Educação / Ação educativa, 2007.

HAYDT, Regina Cazaux. *Avaliação do processo ensino-aprendizagem*. São Paulo: Ática, 2000.

HOFFMANN, Jussara. **O jogo do contrário em avaliação: Tempo de reflexão** – 9º ed. – Porto Alegre: Mediação, 2014, p. 45 – 72.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio. Uma perspectiva construtivista**. 33ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

LIBANEO, José Carlos. **Didática: O planejamento escolar** – 2º ed. – São Paulo: Cortez, 2013, p. 245-269.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da Aprendizagem Escolar*: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1999, p. 34.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e criando a prática*. 2 ed. Salvador: Malabares Comunicações e eventos, 2005.

MOREIRA, M. A. O que é afinal aprendizagem significativa? **Revista cultural La Laguna Espanha**, 2012. Disponível em: <http://moreira.if.ufrgs.br/oqueefinal.pdf> Acesso em 20 de Agosto. 2021.

THOMAZI, áurea R. G.; ASINELLI, Thania M. T. **Prática docente**: considerações sobre o planejamento das atividades pedagógicas. *Educar*, Curitiba, n. 35, p. 181-195, 2009. Editora UFPR.

PLANEJAMENTO E EMPATIA: AULAS PRESENCIAIS NA PANDEMIA DA COVID-19

Eluzainy Souza de Paiva
Valderlane Pantaleão da Silva

RESUMO

A família, os professores, os funcionários e os alunos empenharam-se, reconstruíram-se e tiveram a competência de fazer acontecer a educação através de aulas remotas. Estamos de parabéns por chegar até aqui, nos ressignificados! Mas o momento de voltar ao ensino presencial chegou. Neste artigo buscamos mostrar como foi planejada e executada a volta às aulas, as mudanças implementadas e a empatia de todos envolvidos no ambiente escolar, na qual foi feita uma pesquisa de campo e levantamento bibliográfico, para embasar o que estamos falando, assim descrevemos as experiências presenciadas no Instituto Batista regular de Tabatinga, uma escola privada do município de Tabatinga, no ano de 2021, pois as instituições privadas, diferentes das públicas e municipais, voltaram muito antes com suas atividades presenciais, neste município, possibilitando discorrer sobre este tema. O artigo está estruturado em três tópicos, o planejamento é abordado em todos, entra um título do porquê optou-se em trabalhar com projetos e a última falando sobre empatia, todas relacionadas a pandemia do covid-19.

Palavras-chave: Planejamento; Pandemia; Empatia.

INTRODUÇÃO

A família, os professores, os funcionários e os alunos empenharam-se, reconstruíram-se e tiveram a competência de fazer acontecer a educação através de aulas remotas. Diante dessa ressignificação em tão pouco tempo, que fomos obrigados a nos adequar, estamos de parabéns por chegar até aqui, nos ressignificados! Mas o momento de voltar ao ensino presencial chegou. Turmas reduzidas, carteiras afastadas, janelas abertas, ambientes devidamente higienizados, todos de máscaras e pouca (ou quase nenhuma) aglomeração. Esse é o novo cenário das escolas brasileiras, que ainda exige cuidados de prevenção ao vírus.

Diante de tudo isso fica impossível não falar sobre empatia e, como é importante estarmos atentos a isso na hora de planejar nossas aulas e acolhermos nossos alunos, somos seres humanos frágeis e diante da dificuldade de enfrentar uma pandemia assoladora que levou familiares e amigos, onde vimos o sofrimento do próximo e também sentimos na pele, angústias e perdas, nos torna incapazes de passar por tudo isso, sem mudanças e olhar diferenciado, principalmente no que confere a educação de nossas crianças e jovens. Pois como afirma DE' CARLI JUNIOR:

O mundo vive constantes tensões. Diante de nossos olhos, desfila todos os dias, a morte pela fome, por pestes, pelas guerras. Em meio a tantas desigualdades, somos ainda uma raça carente de desenvolvimento e entendimento social. [...] Nesse coquetel, a informação surge como a mais poderosa ferramenta para evolução social (DE' CARLI JUNIOR 2005, p.16, 17).

Neste artigo buscamos mostrar como foi planejada e executada a volta às aulas, as mudanças implementadas e a empatia de todos envolvidos no ambiente escolar, na qual foi feita uma pesquisa de campo e levantamento bibliográfico, para embasar o que estamos falando, assim descrevemos as experiências presenciadas no Instituto Batista Regular de Tabatinga, uma escola privada do município de Tabatinga, no ano de 2021, pois as instituições privadas, diferentes das públicas e municipais, voltaram muito antes com suas atividades presenciais, neste município, possibilitando discorrer sobre este tema. O artigo está estruturado em três tópicos, o planejamento é abordado em todos, entra um título do porquê optou-se em trabalhar com projetos e a última falando sobre empatia, todas relacionadas a pandemia do covid-19.

Planejar a mudança se torna fundamental e prioritário, tanto para a escola, quanto para as pessoas deste meio, assim temos estratégias pautadas na nova realidade, pois rapidamente o mundo e o universo escolar se transformaram e se disruptivo, conferindo a todos uma vida de incertezas. Pois como afirma Luckesi (1992, p. 119), planejamento é um ato ao mesmo tempo político-social, científico e técnico: político-social, na medida em que está comprometido com as finalidades sociais e políticas; científico, na medida em que não se pode planejar sem um conhecimento da realidade; técnico, na medida em que o planejamento exige uma definição de meios eficientes para se obter o resultado.

Conforme planejamos e vivenciamos a volta dos alunos a sala de aula, nos adaptamos e planejamos, ações e atitudes sempre que foram necessários, o que faz do ensino, eficaz. Na época atual, implicou em refletir e projetar a reorganização do calendário, os cuidados de biossegurança, higiene, circulação e distanciamento interpessoal nos ambientes da escola, bem como questões de acolhimento sócio emocional de professores, estudantes e famílias, trabalhando a empatia como nos fala Olmos:

A empatia nos ajuda a viver melhor em sociedade, a trabalhar melhor em equipes, valorizando as contribuições únicas que cada indivíduo pode trazer. Quando apreciamos as motivações, medos, pontos fortes e fraquezas dos outros, podemos atuar em conjunto para a resolução de problemas complexos que afetam a todos nós. Nesse sentido, é também a alma do processo democrático. Portanto, a empatia – o conectar-se com aquilo que lhe é externo, mas lhe toca profundamente – é uma habilidade chave da vida em sociedade e ainda mais relevante para participar de um mundo globalizado e em constante mudança como o de hoje (OLMOS et al., 2016, p. 10)

Pois como se discute desde 2015, o texto da Base Nacional Comum foi criado a partir do Plano Nacional de Educação (PNE). O documento prevê um conteúdo mínimo que abrange os ensinamentos desde a creche ao ensino médio, em todas as escolas, tanto municipais, estaduais, federais e particulares. Onde a proposta-base contou com três macro competências: as socioemocionais, as comunicacionais e as cognitivas (conteúdo das disciplinas). A inclusão das habilidades socioemocionais, como empatia, cooperação e liderança, assim como a competência comunicativa, devido às

múltiplas linguagens do mundo atual, visando promover uma formação mais completa para os alunos, muito além das disciplinas que já existem tradicionalmente na grade escolar.

PLANEJAMENTO ESCOLAR NA PANDEMIA

Sabemos que a pandemia da covid-19 é letal, tanto que é enorme o número de mortes em todo mundo, hoje ainda se tem uma elevada porcentagem de óbitos, como citam os jornais, entretanto houve uma flexibilização no isolamento social, possibilitando a volta das aulas presenciais, com restrições, algumas delas difíceis de cumprir, pois o distanciamento entre alunos é obrigatório, bem como o uso de máscaras, sem contar que não podemos nos abraçar, e tantas outras recomendações, pois como afirma DE' CARLI JUNIOR (2005, p.21), as coisas vão sempre mudar. As coisas têm que mudar. Difícil é aceitar. Às vezes, mais difícil ainda é entender.

Durante todo o período de pandemia, cada cidadão buscou obedecer às normas propostas pelas autoridades políticas a fim de amenizar o avanço da Covid-19, assim ficamos à mercê dos decretos estaduais e municipais para continuarmos nossas vidas, diante do decreto municipal N° 127/GP-PMT de 15 de março de 2021, art. 7° que autorizou o funcionamento dos estabelecimentos educacionais de ensino, o instituto Batista Regular de Tabatinga, com essas novas diretrizes, iniciou suas atividades presenciais em 22 de março de 2021, posteriormente houve outro decreto municipal N° 187/GP-PMT de 03 de maio de 2021, art. 9° que continuava autorizando o funcionamento dos estabelecimentos educacionais de ensino, pois a gestão da escola tem uma ressalva no §3° que concerne ao cumprimento do Plano de Ação que foi apresentado às autoridades, desde então não parou de funcionar.

A escola que durante o isolamento social devido às normas de segurança contra a covid-19, deu seguimento em suas atividades adotando estratégias não presenciais, através de aulas remotas, enviando por pendrive aulas elaboradas e gravadas pelos professores da instituição, tarefa árdua que dobrou o trabalho dos professores, estes agora se veem novamente diante de seus alunos, para aulas presenciais. A escola agora tem novos desafios, pois o maior desafio a ser realizado com os alunos, é sobre questões emocionais, de acordo com Gilber Machado, CEO da Kuau:

A saúde mental é base para qualquer aprendizagem. Você não consegue ter um ambiente produtivo de aprendizagem se você não tem uma situação de saúde mental estável ou equilibrada. A escola tem um tremendo desafio em como lidar com o lado emocional dos estudantes. Esses alunos estão vindo de um momento que não foi férias, um simples recesso, foi algo de muito abalo para essas pessoas. Todos estão com saudades, sofrendo com a crise, seja de saúde ou financeira, ou com a perda de familiares. Portanto, as escolas têm esse enorme desafio pela frente (MACHADO, 2020, p.01).

Cria-se, portanto, a necessidade de planejamento e de acolhida desses alunos, os professores se viram em um momento de felicidade, mesmo tendo em mente que a pandemia não tenha chegado ao fim, deu um importante salto na conquista por nossas vidas normais, ou o novo normal, seguindo algumas regras de proteção. Portanto planejar a volta às aulas é primordial, gera um momento de reflexão, por tudo que foi passado, pois como afirma SAVIANI (1987, p. 23), "a palavra reflexão vem do verbo latino 'reflectire' que significa 'voltar atrás'. É, pois um (re)pensar, ou seja, um pensamento em segundo grau. (...) Refletir é o ato de retomar, reconsiderar os dados disponíveis, revisar, vasculhar numa busca constante de significado. É examinar detidamente, prestar atenção, analisar com cuidado. Exatamente por se voltar atrás a uns meses, sabemos das perdas e devemos ter o cuidado ao falar e agir com os alunos.

Depois dessa reflexão, o planejamento em si é, de acordo com FUSARI (1989, p. 10), o processo que envolve "a atuação concreta dos educadores no cotidiano do seu trabalho pedagógico, envolvendo todas as suas ações e situações, o tempo todo, envolvendo a permanente interação entre os educadores e entre os próprios educandos". Por termos esse olhar e sabermos das dificuldades de nossos alunos, pelos livros e atividades que a nos foram enviadas para correção, sabemos que o planejamento de início seria sanar as dúvidas de assuntos anteriores, então o primeiro mês foi de revisar e explicar mais uma vez os conteúdos enviados por videoaulas, feito esse passo o próximo passo do planejamento, foi o envolver cada vez mais os alunos nas atividades, sempre levando em consideração as medidas de proteção contra a propagação do vírus.

PLANEJAMENTO E PROJETOS

Precisávamos de aulas diferenciadas que envolvessem os alunos e como fazer isso, foi a questão, sanada através aulas interdisciplinares e projetos planejados, envolvendo toda a escola, em todas as disciplinas, tais como ciências e artes por exemplo, no qual os alunos puderam criar as formas de locomoção dos protozoários com guloseimas, tendo um excelente aprendizado e notamos a alegria de poder desenvolverem esta atividade ao ar livre e depois degustar os doces que levaram, bem como foram desenvolvidas aulas que envolveram mais disciplinas, como artes, ciências, educação física, geografia, foi planejado um circuito com charadas a serem devolvidas pelos alunos, todas essas aulas envolveram os alunos e por certo tempo esquecemos os dias tristes dessa pandemia. Pois como afirma Libâneo:

O planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social. [...] é uma atividade de reflexão acerca das nossas opções e ações [...] é, antes, a atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções político pedagógicas, e tendo como referência permanente as situações didáticas concretas (LIBÂNEO, 1994, p. 222).

Sobre o planejamento de projetos, pois é a partir de questões ou situações reais e concretas, contextualizadas, que interessem de fato aos alunos, que se fundam os mesmos. “Se pretendemos que os alunos continuem sendo eternos aprendizes, precisamos instrumentalizá-los com procedimentos que coloquem à prova e desenvolvam sua capacidade de autonomia, e os projetos parecem também ser meios para isso”. (NOGUEIRA, 2008, p.53).

No decorrer do ano, os professores junto com a gestão escolar, colocaram em pauta vários projetos a serem desenvolvidos ao longo do ano, citaremos dois, que mais nos chamou atenção, o Projeto incentivo, que não tem prazo para terminar, o objetivo é mediar a aprendizagem socialização, responsabilidade respeito e amizade dos alunos, motivando o contato da família dos discentes com a escola, dessa forma incentivar os alunos com selos e adesivos, elogiando-os e valorizando cada atitude positiva que eles realizavam, por mais pequena que fosse, fortalecendo os hábitos de boas maneiras. Não podemos mudar todo o mundo, mas podemos fazer em nosso meio pessoas mais felizes e confiantes, pois como fala PESSOA (2017, p.18), tratando bem aqueles que chegam até a mim, fazendo alguém sorrir, plantando uma sementinha do bem no coração de cada um. E, assim, fazê-los sorrir para a vida. [...]. Essa é a forma de alcançar até mesmo o mais impossível.

O outro projeto realizado foi sobre Datas comemorativas, onde foi trabalhado sobre os valores éticos e sociais, valorizando cada profissional, disseminou-se ações e responsabilidades dos profissionais que foram homenageados, informações de como se prevenir enfermidades, destacando os feitos realizados pelos desbravadores de ideias que contribuíram para a humanidade, a respeito desse projeto, diante da realidade que estamos vivendo, foi-se feita uma homenagem aos profissionais da saúde, no dia 12 de Maio. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), “A autonomia refere-se à capacidade de posicionar-se, elaborar projetos pessoais e participar enunciativa e cooperativamente de projetos coletivos, ter discernimento, organizar-se em função de metas eleitas, governar-se, participar de gestão de ações coletivas, estabelecer critérios e eleger princípios éticos etc”. (BRASIL, 2001, p. 94).

Os alunos da escola escreveram cartas a esses profissionais, cartas estas, que foram entregues em hospitais, UPA's e postos de saúde, foram selecionados alunos que quisessem ir fazer a entrega das cartas, o que mais nos chamou atenção foi um aluno insistir em ir entregar as cartas, por que seu pai, neste dia em questão, estava internado numa dessas unidades de saúde, daí vê-se a importância de sermos empáticos diante desses dias difíceis. A escola deve, em sua concepção de ensino e em suas escolhas metodológicas, criar condições para que os alunos desenvolvam atitudes solidárias. E como é um conceito relacionado à ação e não apenas ao sentimento e à cognição, a escola não só deve propor atividades que possam vir a colaborar para o desenvolvimento dessa postura como também deve incentivar que os próprios alunos criem e realizem ações nessa direção, (OLMOS et al., 2016, p. 50).

Homenageados e por saberem que seus esforços foram reconhecidos, os profissionais de saúde sentiram-se renovados e com mais forças para continuar seus trabalhos, enquanto os alunos que perderam seus entes queridos ou que foram curados, puderam prestar sua gratidão aos cuidados recebidos pelos médicos e enfermeiros, valorizando esses profissionais, pois como afirma LIBÂNEO, o planejamento escolar tem como uma de suas funções, prever objetivos, conteúdos e métodos a partir das considerações das exigências postas pela realidade social, do nível de preparo e das condições socio-culturais e individuais dos alunos, (LIBÂNEO, 1994, p. 223)

PLANEJAMENTO, EMPATIA E MUDANÇAS

Sabemos que tudo mudou inclusive a escola se adaptou para receber os alunos, agora pias ficam espalhadas por toda escola, mãos precisam ser lavadas constantemente, faz-se necessário o uso de álcool e máscaras, o distanciamento dos colegas é essencial; ao se chegar na escola precisa-se aferir a temperatura, como notamos, tudo mudado, costumes novos e procedimentos que precisam ser realizados constantemente todos os dias, para que assim possamos conviver uns com os outros dentro dessa nova realidade, e desenvolver a empatia é fundamental nesse processo de novas adaptações.

Nem sempre sabemos o que nossos alunos estão passando, por isso é tão importante sermos empáticos com todos, fala-se tanto em empatia, mas afinal o que significa? Segundo OLMOS et al., (2016, p. 49), O termo “empatia” é usado em educação como a capacidade de educandos e educadores se identificarem com o outro, sabendo se colocar no lugar do outro do ponto de vista tanto cognitivo como afetivo.

O primeiro dia de aulas presenciais, mostrou a empolgação de todos e quase esquecemos das regras de segurança, a vontade de abraçar, mas nos mantivemos nas conversas, e reforçamos a importância de cumprir os protocolos de segurança. Como a escola é particular, a quantidade de alunos por sala não é superior a 23, o que facilitou a inserção de todos em sala, como as escolas municipais e estaduais não retornaram às suas atividades, a demanda de alunos teve uma alta considerável, precisando de um novo planejamento, pois os pais solicitaram que se evitassem as faltas programadas, então como fazer isso sem aglomeração e salas lotadas. Assim, precisamos ser flexíveis, o planejamento deve ter flexibilidade, é um guia e não uma decisão inflexível, (LIBÂNEO, 1994, p. 225)

Houve um novo planejamento e a mudança nos horários para colocar os alunos que estavam com faltas programadas a participarem de aulas na escola. O Instituto dispunha de duas salas vazias, que foram usadas como “salas seriadas”, para alocar os alunos, que teriam aulas com os professores, fosse para repor conteúdos atrasados, adiantar conteúdos que ainda não foram vistos na sala principal ou então tirar dúvidas dos alunos, isso vai de acordo com o planejamento de cada professor, pois somente os professores têm a capacidade de detectar as defasagens de seus alunos e supri-las da melhor forma.

Com o novo planejamento pode-se abrigar todos os alunos, sem descumprir os protocolos estabelecidos pelos órgãos de saúde, satisfazendo a coletividade, minimizando os impactos que a pandemia trouxe no último ano, adotando novas estratégias. Replanejar também é ter empatia, pois mostra que podemos buscar soluções em meio aos desafios, vivemos as transformações próprias de nosso tempo. Tais transformações geram frequentemente situações de crise que podem acarretar, para alguns, a interrupção de um processo, e para outros, a possibilidade de crescimento. O desfecho de uma crise depende não apenas de fatores externos, mas também da capacidade que uma estrutura tem de adaptar-se a uma realidade em transformação (OLMOS et al., 2016, p. 58).

Essa pandemia por mais triste que seja, mostrou que precisávamos nos ressignificar, PESSOA, em seu livro “o Catador de sonhos”, mostra a vida com um olhar diferenciado, fala em sonhos e ter nossas vidas de volta, e a pandemia acabar, hoje é um sonho, pois a vida tem o reflexo que costumamos dar a ela. Não seja reprimido por seus sonhos. Seja um líder para si mesmo e, quando não alcançar aquilo que quer, sorria como eu... E saia colecionando os sonhos que chegaram para serem transformados em realidade. Siga olhando a vida como um lindo panorama de emoções. Transforme cada emoção em uma energia revitalizadora para que assim possamos continuar. E, quando este lindo cenário se fechar, estaremos prontos para servir de exemplos para outros que desejam sonhar, PESSOA (2017, p.25).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto em tempos de pandemia, a escola, família e alunos constroem o centro de novas mudanças, para nos acostumarmos com o presente, com suas dificuldades e superar a cada dia o máximo que pudemos conseguir, ampliando nossas visões, bem como a empatia pelo próximo. Agora sabemos que pequenos gestos carregados de afeto, um sorriso, uma aula acolhedora e diferenciada, pode trazer enormes ações positivas, não muda o mundo todo, mas pode mudar o mundo de seus alunos, transformando ambientes de aprendizado em ambientes de cooperação e superação.

Neste artigo pudemos entender que a empatia é um conceito precioso e poderoso, particularmente dentro das condições que vivemos nessa pandemia, inseridos em um mundo cada vez mais inconstante. Esse processo de imersão na perspectiva do outro é fundamental para superarmos e vivermos em uma sociedade caritativa, para compreender diferentes situações e visões de mundo.

A essência do ser humano é ser sociável, portanto, reconhecer o outro é essencial para o processo de comunicação. Junta-se ainda que, entender o próximo nos faz crescer como indivíduos, sendo um importante passo para a formação da identidade. Como vimos dentro da sala de aula a empatia é extremamente importante de ser aplicada, tendo em vista que, facilita ao aluno entender que o mundo é composto pela diversidade e entender essa diferença o torna mais benevolente.

A empatia na escola ajuda na formação do indivíduo. Trabalhando a empatia dentro da sala de aula, o professor consegue trabalhar muitas competências socioemocionais, tomamos como exemplo a solidariedade, ao fazer com que o estudante esteja aberto ao novo, seja cooperativo. Ou seja, competências que são importantes para uma vida plena e produtiva desses alunos e, futuramente, para quando essas crianças e adolescentes ocuparem posições no mercado de trabalho.

Fazendo da escola uma extensão da família. Sempre planejando e replanejando quando se fizer necessário, e como não ter empatia diante de tudo que temos enfrentando, terminamos com um pouco mais do livro o catador de sonhos, “Tudo que o homem passa irá transparecer em sua forma de olhar o mundo, em sua forma de viver, pois os sonhos não realizados podem ser feridas sem tamanhos, acabando em tortura para carne. Devemos sempre levar em nossos penduricalhos da vida, uma palavra, uma mensagem, um olhar para cada pessoa que encontramos, no intuito de aliviar a dor daquele que a vida não lhe trouxe o que tanto ele desejava.” PESSOA (2017, p.38).

REFERÊNCIAS

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Introdução. MEC / SEF – 3 ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

DE’ CARLI JUNIOR, Carlos Alberto. **Mudanças e contextos** - De Jesus Cristo a Bill Gates. Manaus: Grafisa, 2005.

FUSARI, J. C. **O Planejamento do Trabalho Pedagógico:** Algumas Indagações e Tentativas de Respostas. Artigo Série Ideias n. 8. São Paulo: FDE, 1998, p. 44-53.

LIBÂNEO, José C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, C. C. **Planejamento e Avaliação na Escola:** articulação e necessária determinação ideológica. Artigo da Série Ideias, n. 15. São Paulo: FDE, 1992. p.115-125.

MACHADO, Gilber. **A importância que as escolas devem dar ao lado emocional dos alunos no retorno às aulas, entrevista concedida a José Renato Campos**. Folha Vitória, 13 de agos. De 2020. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/geral/blogs/educatech/2020/08/13/a-importancia-que-as-escolas-devem-dar-ao-lado-emocional-dos-alunos-no-retorno-as-aulas/>. Acesso em 24, jun,2021.

NOGUEIRA, Nilton Ribeiro. **Pedagogia dos projetos:** etapas, papéis e atores. 4. ed. São Paulo: Érica, 2008.

OLMOS, Ana et al. **A importância da empatia na educação**. Rio de Janeiro: Todotipo Editorial, 2016. Disponível em: https://escolastransformadoras.com.br/wp-content/uploads/2016/11/PUBLICACAO_EMPATIA_v6_dupla.pdf. Acesso em 24, jun,2021.

PESSOA, Zélia. **O catador de sonhos**. Rio de Janeiro: Editora Autografia Edição e Comunicação Ltda, 2007.

SAVIANI, D. **Educação; do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1987.

PONDERAR ATITUDES PENSANDO COLETIVAMENTE NA CONSCIENTIZAÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE IMPORTÂNCIA DA DISCUSSÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA

Geisiane Morais Briglia

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade salientar a importância do cuidado com o meio ambiente, este estudo foi realizado através da análise documental, dessa forma proporcionando a criação da responsabilidade desde de cedo com a conscientização, o respeito, e a valorização do meio ambiente natural e aquele que o cerca diariamente, construindo no indivíduo valores, habilidades, conhecimentos, atitudes e competências direcionadas para a conservação do meio ambiente, de maneira sustentável, viabilizando a sobrevivência humana no planeta, assim como do próprio planeta. Os movimentos ambientais têm como interesse o debate para obter a diminuição da poluição do ar, das águas, do solo, entre outros, conscientizando o indivíduo no diálogo e atos, transformando o indivíduo em um ser consciente das atitudes prejudiciais ao planeta, devido ao consumo excessivo e desnecessário para a vida humana e de todos os seres existentes no meio ambiente, evitando um possível colapso na natureza e na forma de existência de todos.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Preservação; Conferências Mundiais.

INTRODUÇÃO

O meio ambiente por anos foi definido como um fornecedor de recursos naturais inesgotável dos mesmos, não havendo preocupação na conservação ou conscientização do uso, com o passar dos anos foi notável alguns resultados negativos, devido às ações inconsequentes do ser humanos, visando evolução e globalização, sem se preocupar com as consequências da manipulação humana. Com o objetivo de repensar e proteger o meio ambiente natural através da diminuição das interferências humanas de forma negativa sobre o meio ambiente, foram criados movimentos, conferências, declarações, acordos, entre outros após o ano de 1970 com a finalidade de preservar o meio ambiente e diminuir a poluição do ar, das águas, dos solos, etc. conscientizar que o meio ambiente é a casa de todos e que deve ser cuidado da melhor forma possível, melhorando a qualidade de vida no planeta.

Cada país iniciou os movimentos ambientais em períodos diferente, sendo que um influenciou o outros para iniciar as observações no tema ambiental, no Brasil não sendo diferente, tendo seu engajamento na estruturação e formalização da educação ambiental na esfera federal, em todos os níveis de ensino, sendo considerada e aplicada de forma quase que exploratória sendo introduzida de maneira simplificada, com pequenos hábitos, mas que ao longo dos anos vem ganhando espaço, proporcionando ao indivíduos acesso a novas metodologias e sendo formalizada e implantada a educação ambiental nas escolas, com o objetivo de debater, elaborar, promover a conscientização da

necessidade e importância da conservação dos recursos naturais do meio ambiente e do meio em que se vive, de forma sustentável abordando os aspectos políticos, ecológicos e socioeconômico.

A educação ambiental tem ganhado bastante destaque nacional e internacional ao longo dos anos. Tendo demonstrado como é importante a relação existente entre o ser humano e o meio ambiente. Procurando informar aos indivíduos como é indispensável a preservação a respeito da natureza, assim como o meio em que vive. A história tem mostrado que os recursos naturais, não são infinitos, ou seja, são infinitos e com isso comprovou mostrou que o ser humano depende do meio ambiente, seja ele natural ou o meio em que está próximo. Após anos de uso inconsciente de diversos recursos naturais, percebeu-se a necessidade de preservar, fazer uso de forma consciente, respeitando os limites adequados para uma correlação saudável. A educação ambiental tem como interesse despertar no indivíduo a capacidade de ver e entender como funcionam os ambientes em que estão inseridos com uma visão crítica, e perceber como o indivíduo depende do meio ambiente, incentivando o despertar para ações sustentáveis, para preservação e valorização ambiental.

PRINCIPAIS CONFERÊNCIAS AMBIENTAIS DO MUNDO

O meio ambiente por muitas décadas, o pensamento foi votado como uma fonte inesgotável de recursos naturais, com isso até então não havendo preocupação com a possibilidade de não ser inesgotável. A partir do ano de 1970, frente ao fenômeno da globalização, e a evolução industrial, que visa o desenvolvimento industrial e econômico como objetivo da humanidade, com um período de exposição do meio ambiente de forma irregular, ou seja, sem haver cuidado e preocupação com os impactos negativos dessa mesma industrialização, essas observações aconteceram de maneira gradual, conforme a utilização dos recursos naturais, e os pontos negativos começaram a ser notados como rios poluídos, florestas sendo desmatadas sem controle, poluição atmosférica nos grandes centros urbanos, secas de rios e lagos de forma repentina, assim criando a pergunta, será que os recursos naturais são ilimitados ou limitados? Através desses questionamentos foram elaborados eventos, conferências para questionar e construir meios que favoreçam a preservação do meio ambiente, com isso os problemas ambientais ganharam forças e atenção mundial, voltados para movimentos ecológicos.

Em 1972 aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente, que foi realizada em Estocolmo, na Suécia, também ficou conhecida como Conferência de Estocolmo, sendo a primeira conferência ambiental no mundo, reunindo líderes de 113 países e 250 organizações internacionais, voltado a discussões para enfrentamento dos problemas ambientais, através dela surgiram políticas ambientais na tentativa de diminuir os impactos ambientais negativos, dessa forma identificou a necessidade de elaborar ações que possa conter os impactos ambientais. Nesse mesmo evento elaborou a Declaração de Estocolmo, este documento aborda sete questões principais e vinte e seis

princípios referente às responsabilidades dos países para com a preservação ambiental em contexto mundial.

Sendo os principais pontos abordados são: a preservação da fauna e da flora como atitude essencial; redução do uso de resíduos tóxicos; apoio ao financiamento do desenvolvimento para que países subdesenvolvidos atinjam o processo esperado. O Plano de Ações para o Meio Ambiente, que é constituído por cento e nove recomendações, convocando os países e as organizações internacionais a buscar soluções e alternativas para os problemas ambientais, esse plano foi elaborado na Conferência de Estocolmo.

Em 1997 foi assinado o Protocolo de Montreal sobre Substâncias que destroem a Camada de Ozônio que contou com a participação de 150 países, esses que firmaram o comprometimento em diminuir a emissão de substâncias nocivas à camada de ozônio, entrando em vigor no dia 16 de setembro, foi declarado como o Dia Internacional para a Preservação da Camada de Ozônio. Nesse mesmo ano em Kyoto, no Japão foi assinado o Protocolo de Kyoto que visa a redução das emissões de gases do efeito estufa da década de 1990, os países integrantes da ONU, sendo na totalidade de 175 países, entre eles o Brasil que passou a valer a partir de 2004, representando uma proposta na redução de 5,2% das emissões nos anos seguintes, com três ações como parceria entre os países para criação de projetos ambientais, a compra de crédito de carbono e o mercado de crédito de carbono.

A ECO – 92, ou Conferência das Nações Unidas, ou Rio – 92, foi organizada pela ONU, no ano de 1992, no Rio de Janeiro, sendo retomado os projetos formulados na Conferência de Estocolmo, e debatendo sobre o clima, água, transporte coletivo, turismo ecológico e reciclagem, observando que ainda está sendo utilizado os recursos naturais de maneira predatória, visando apenas a economia.

Em 2002 na África do Sul, na cidade de Johannesburgo aconteceu a Rio +10 como Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, os 189 países que reafirmaram em relação do desenvolvimento sustentável e conservação de recursos naturais renováveis, tanto como criação da Declaração de Johannesburgo que destacou sobre a fome e a miséria.

A Rio +20 foi realizada na cidade do Rio de Janeiro no Brasil, no ano de 2012, participando assim 193 países – membros da ONU, sendo debatido os resultados das conferências e protocolos anteriores, dessa forma elaborando outras metas válidas por mais 20 anos, tendo sido fixada no documento chamado O futuro que queremos.

O Acordo de Paris, se tornou o sucessor do Protocolo de Kyoto, com a finalidade de reduzir as emissões de gases de efeito estufa na camada de ozônio, com a proposta de fazer com que a temperatura do planeta tenha um aumento no máximo abaixo menor que 2° C para os próximos anos, sendo firmado por 195 países em 2015. O Brasil se comprometeu em diminuir a poluição e recuperar florestas na tentativa de conter o aquecimento global.

Essas conferências, acordos e protocolos demonstraram a necessidade de preservar o planeta, com isso a vida na Terra, as metas são bastante relevantes no avanço sustentável de forma contínua, os países que fazem parte, ou seja, cumprir os acordos firmados, mas ainda há um longo caminho nessa jornada extensa.

A CAMINHADA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

A educação ambiental no Brasil tem ganhado espaço na discussão da importância da mesma através de experiências vividas e aquela que ainda está se vivendo hoje, surgindo no Brasil de uma forma não sistematizada, ou seja, não houve elaboração aprofundada sobre o tema, sendo introduzida pelo Estado primeiramente, havendo a influência e persistência de movimentos de Educação Ambiental até ao início dos anos 70, impulsionado por movimentos internacionais ecológicos que vinha sendo realizado na Europa e nos Estados Unidos da América entre os anos 60 e 70, ainda de forma simplória. Ao longo dos anos as conquistas e experiências não oficiais foram acontecendo através de pequenas ações de organizações da sociedade civil, ONGs e de prefeituras municipais e governos estaduais com atividades voltadas para ações de conservação, preservação, recuperação e melhoria do meio ambiente, no qual todo ser vivo está inserido. Nesse mesmo período acontecem as iniciativas para a execução de cursos de especialização voltados para a Educação Ambiental nas universidades públicas brasileiras, essa que foi uma grande vitória para o país.

Na esfera federal ao comando do Estado iniciou-se o processo de institucionalização da Educação Ambiental com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), no ano de 1973 vinculada à Presidência da República e subordinada ao Ministério dos Transportes. Em 1981 foi iniciado o segundo passo para a conclusão da institucionalização, pois foi estabelecida a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Dando início a discussão para a inclusão da Educação Ambiental ser introduzida em todos os níveis de ensino, mas sendo promulgado apenas sete anos mais tarde devido a promulgação da Constituição Federal de 1988, garantindo legalmente a PNMA. No inciso VI do artigo 225, da Carta Magna apontando a necessidade de Promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Em 1991, foi criada a Comissão Interministerial para a preparação da Rio 92 que levou em consideração a Educação Ambiental como um dos instrumentos da política ambiental brasileira, sendo implantada duas instâncias no Poder Executivo, destinada para a finalidade: o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do MEC, quem em 1993 se transformou na Coordenação-Geral de Educação Ambiental (Coea/MEC), e a Divisão de Educação Ambiental do Instituto Brasileiro de meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Em 1994 foi criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA) como ministério. Na Rio 92, foi produzida a Carta Brasileira para Educação

Ambiental visando viabilizar a sustentabilidade como estratégia de sobrevivência, sendo criado também o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) tendo a execução pela Coordenação de Educação Ambiental do MEC e pelos setores correspondentes do MMA/IBAMA. Em 1995, foi criada a Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental no Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). Após dois anos de debates, em 1997 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram aprovados pelo Conselho Nacional de Educação. O PCN é um subsídio para que a escola possa elaborar projetos educativos, inserindo procedimentos, atitudes e valores no convívio escolar, assim com a necessidade de tratar alguns temas sociais urgentes de abrangência nacional, denominados como temas transversais.

Em 1999, foi aprovada a Lei nº 9.795, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, com a criação da Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA) no MEC e da Diretoria de Educação Ambiental (DEA) no MMA. Em 2002, a Lei nº 9.795/99 foi regulamentada pelo Decreto nº 4.281, que definiu as bases para a execução de ações em Educação Ambiental no governo federal, primeiramente assinando um Termo de Cooperação Técnica para a realização conjunta da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Em 2004 tendo início um novo Plano Plurianual, o PPA 2004-2007, em consonância com as novas funções das diretorias e sintonizado com o PRONEA.

A definição da educação ambiental é elaborar, buscar, aprimorar a conservação dos recursos naturais, e garantir a sustentabilidade, abordando aspectos políticos, ecológicos e socioeconômicos. Melo (2007) define como:

O artigo 1º da Lei nº 9.795/99 como “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”. Mesmo apresentando um enfoque conservacionista, essa definição coloca o ser humano como responsável individual e coletivamente pela sustentabilidade, ou seja, se fala da ação individual na esfera pública.

Os princípios contidos no artigo 4º da lei buscam reforçar a contextualização da temática ambiental nas práticas sociais quando expressam que ela deve ter uma abordagem integrada, processual e sistêmica do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, com enfoque humanista, histórico, crítico, político, democrático, participativo, dialógico e cooperativo, respeitando o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Dessa forma, a educação ambiental tem a função de abordar temáticas socioculturais visando refletir e buscar soluções aos problemas gerados pelos aspectos principalmente pela crise ecológica.

Por isso é imprescindível abordar os temas relacionados com a ecologia para a garantia de futuras gerações conscientes através de debates e ações voltadas para a valorização das relações sociais entre o ser humano e o meio ambiente. Boff (2004) define que o ser humano está inserido na questão ambiental.

O que se visa é o meio ambiente, mas o ambiente inteiro. Um ser vivo não pode ser visto isoladamente como um mero representante de sua espécie, mas deve ser visto e analisado sempre a relação ao conjunto das condições vitais que o constituem e no equilíbrio com todos os demais representantes da comunidade dos viventes em presença. (BOFF, 2004, p.17).

A educação ambiental é uma prática social de conjunto de ações sustentável centrada na conservação do meio ambiente, objetivando o trabalho de preservação da inter-relação entre o meio ambiental e o ser humano, construindo um futuro sustentável para o planeta. A educação ambiental é importante para a sobrevivência e o futuro da sociedade, por consequência o planeta, promovendo a conscientização dos cidadãos, visando aumentar as práticas sustentáveis, diminuindo o comportamento nocivo para o meio ambiente.

Os processos por meio dos quais os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Lei 9.705 de 27/04/1999).

A educação ambiental não é meramente uma forma de educar o ser humano, mas sim uma ferramenta voltada para resolução de problemas ambientais que se encontra no meio que se vive. É necessário construir, desenvolver o sentimento que se faz parte do meio, da natureza, em uma relação saudável e pródiga entre o ser humano e o meio que se está. A sociedade precisa perceber a importância de ações, movimentos, debates voltados ao papel fundamental do meio ambiente exercendo a função de um indivíduo comprometido na mudança do pensamento social, econômico e cultural. Para Minimi, o caminho que viabiliza essa mudança é a Educação Ambiental – EA:

A EA é um processo que consciente em propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa, a respeito das questões relacionadas com a conservação e adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado. (MINIMI, 2000 *apud* DIAS, 2004, P. 99)

Os profissionais da educação possuem um papel fundamental na disseminação da educação ambiental, juntamente com debates, discussões, pesquisas, seminários entre outros mecanismos de

propagação de um tema tão importante para a sobrevivência uma, não sendo somente humana, mas também do planeta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho demonstra que a história mostra a importância da conservação do meio ambiente, aos longos das décadas movimentos ecológicos criaram eventos, conferências, debates voltados para a conscientização da utilização dos recursos naturais, que é possível perceber que são de fontes que pode chegar ao fim, essa possibilidade por muito tempo não foi considerado, pois era pensado como fontes inesgotáveis de recursos naturais, sendo utilizados sem controle algum, assim como a poluição do ar, da água e do solo, que também acontecia de forma excessiva, prejudicando o planeta e por consequência os seres existentes nele. Os acordos firmados por países referentes a diminuição da degradação do planeta pelo ser humano.

A educação ambiental vem com o objetivo de formar, assim, proporcionar a conscientização do cidadão, tornando-o consciente das suas atitudes, exercendo a criticidade voltada para ações transformadoras e adequadas. Com isso, levando a repensar as atitudes desenvolvidas ao longo prazo para o bem estar do indivíduo e do planeta.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **A implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Secretaria de Educação Fundamental / Coordenação de Educação. Brasília: 1998.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Declaração Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20): O futuro que queremos**. 2012. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-que-queremos1.pdf>. Acesso em 21 Nov. 2021.

CONFERENCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2014. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>. Acesso e,

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do Sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2017.

CARVALHO, Edileide Almeida. **Educação Ambiental, Eco pedagogia e Sustentabilidade**. Dialética: 2020.

BOFF, Leonardo. **Ecologia: Grito da Terra, grito dos pobres**., 1º Ed. 2004.

MELLO, D. Soraia, Rachel. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola** / [Coordenação: - Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

248 p.: 23 x 26 cm. Vários colaboradores. ISBN 978-85-60731-01-5 1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL – Brasil. 2. Educação básica – Brasil. I Título.

MONTEIRO, Rafael de Araújo Arosa. **Diálogo e Educação Ambiental:** Desafios para a prática educadora dialógica [livro eletrônico]. São Paulo: Editora Na Raiz, 2020.

REFLEXÕES SOBRE A ETNOMATEMÁTICA NO NOVO ENSINO MÉDIO

Hellen Grace Melo Gomes

RESUMO

O Novo Ensino Médio (NEM) ora em implantação no Brasil traz várias inovações institucionais onde se propõe a rever o papel da escola, ampliar os horizontes e expandir as possibilidades nessa transição. Esse estudo busca trazer uma reflexão sobre a relação entre a multiperspectiva e a interculturalidade tendo a Etnomatemática na perspectiva do NEM. O objetivo deste estudo é analisar os fatores relacionados a Etnomatemática no âmbito da multi perspectiva e interculturalidade que podem ser influenciadas pela implementação do Novo Ensino Médio. Trata-se de uma pesquisa básica, com metodologia indutivo, com abordagem qualitativa, a partir da pesquisa bibliográfica, com objetivo exploratório, realizada entre abril e maio de 2022 sobre a temática em tela nas plataformas Scielo, CAPES e Google Acadêmico, composto de livros, teses, dissertações e artigos publicado entre 2012 e 2022. Conclui-se que no processo educacional, devido ao rápido desenvolvimento tecnológico dos últimos 20 anos estabeleceu novos padrões de estudo por meio do NEM, no campo da Etnomatemática essa percepção ainda está um tanto em aberto.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio; Etnomatemática; Interculturalidade.

INTRODUÇÃO

O Novo Ensino Médio (NEM) é visto como uma grande oportunidade de mudança, uma vez que o Ensino Médio atual (tradicional) foi formatado para um outro perfil de aluno que já não existe mais em outro cenário focado em frequentar as nossas escolas. E até quem foi aluno do Ensino Médio, já mudou muito na exposição com as novas tecnologias e com os desafios do mundo contemporâneo.

Há de se refletir se realmente o NEM irá provocar mudança. Percebe-se que simplesmente melhorar o ensino médio que estava ali não surtiria o efeito desejado então precisa-se buscar mudanças que possam provocar maior engajamento, mais autonomia a esses estudantes para que eles possam aprender a aprender e continuar seu caminho de forma cada vez mais protagonista, para garantir não só a aprendizagem, mas principalmente o desenvolvimento integral dos alunos (FERNANDES et al., 2017).

A principal mudança é esse olhar sobre os jovens, sobre as culturas juvenis e pensar em como fazer escola para esta geração já nascida no século XXI, que também precisa se preparar para desafios que nem sabe quais serão porque o futuro é muito incerto e que precisa investir muito no desenvolvimento de competências que permitam a esses jovens avançar e progredir conforme o mundo também vai se transformando.

Muito se fala de carga horária, de flexibilização e atualização curricular que é digamos os cernes também das mudanças, falar das mudanças também em relação às práticas pedagógicas que

precisam ser mais interativas e inclusivas e diversificadas com essa proposta de que não adianta botar o currículo se continuar conduzindo a escola da mesma maneira.

Outro aspecto pouco explorado refere-se à questão envolvendo a multiperspectividade e interculturalidade que se relacionam a Etnomatemática (CUNHA; PEPE; MORES, 2017). A multiperspectividade desempenha um papel importante quando busca-se conhecer a correlação de estudos voltados a uma abordagem de aprendizagem intercultural, no âmbito da Etnomatemática.

Isso é ainda mais relevante quando se avalia a recepção de debates e modo de vida de outras Nações como é o caso dos indígenas e quilombolas, por exemplo, onde se deve estabelecer correlações socioculturais envolvidas no ensino da matemática sobre as diferenças e busca definições, conceitos e critérios que está em aulas e transportados para a perspectiva da Etnomatemática. Uma vez que no campo da etnomatemática concorda-se que:

A etnomatemática preocupa-se, então, com as matemáticas que se manifestam em algumas atividades de culturas ou de instituições: os conhecimentos oriundos de práticas quantitativas e qualitativas, tais como contar, pesar e medir, agrupar e classificar. Mas ela, a priori, não se interessa em estudar diretamente os meios nem as condições de transmissão desses conhecimentos (BROUSSEAU, 2006, p. 269 apud DE OLIVEIRA, 2020, p. 34).

As ligações entre matemática e cultura tornam-se aparentes quando se questiona a relação entre humanos e matemática. A questão do que é a matemática e como ela se relaciona com as pessoas teve respostas diferentes ao longo da história e ainda está sendo respondida hoje.

Fundamental para o presente trabalho de pesquisa é o afastamento das visões platônicas, segundo as quais objetos e leis matemáticas (como números, estruturas, sentenças) têm uma existência independente do pensamento humano e do tempo e espaço e, portanto, não são inventados, mas só pode ser descoberto. Em contraste com isso está a visão da matemática como um produto cultural. Como representante de tal sociedade, tendo como foco o Novo Ensino Médio na perspectiva da aplicação de conceitos voltados a Etnomatemática.

Diante dos cenários apresentados, pode-se levantar alguns questionamentos quais são os objetivos da reforma do EM? Como isso ocorrerá no campo da Etnomatemática? São questões que se almejam refletir neste estudo.

Almeja-se assim levar ao professor de matemática a refletir e repensar sobre como esses fatores (Novo Ensino Médio, multiperspectividade interculturalidade na perspectiva da Etnomatemática) se interrelacionam e influenciam nessa nova fase do Novo Ensino Médio.

Definiu-se como objetivo geral analisar os fatores relacionados a Etnomatemática no âmbito da multiperspectividade e interculturalidade que podem ser influenciadas pela implementação do Novo Ensino Médio. Especificamente irá: caracterizar os aspectos socioeducacionais e culturais que

envolvem a Etnomatemática; estabelecer correlações entre multiperspectividade e interculturalidade no âmbito da Etnomatemática; e inferir sobre a percepção da Etnomatemática está sendo tratada no Novo Ensino Médio.

ETNOMATEMÁTICA: ASPECTOS SOCIOEDUCACIONAIS E CULTURAIS

Olhando para a história que envolve a matemática, podemos descobrir que a "matemática étnica" foi definida em diferentes níveis. Está definida nas áreas de antropologia cultural da matemática e educação matemática, e é um campo de novo interesse. Os etnomatas surgiram mais tarde do que outras etnociências, limitados pela visão de que a matemática é uma forma de conhecimento transcultural, cosmopolita e essencialmente inata (SACHS; FERNANDES, 2019).

A matemática etnográfica é a matemática que é praticada dentro da mesma comunidade cultural. Durante o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, os matemáticos tornaram-se cada vez mais conscientes dos aspectos sociais e culturais da matemática e da educação matemática. Nesse período, Ubiratam D'Ambrosio propôs o currículo etnomatemático como metodologia para traçar e analisar o processo de popularização, transmissão, síntese e criação do conhecimento matemático em diferentes sistemas culturais (D'AMBROSIO, 2019).

Em contraste com a matemática acadêmica, que significa matemática ensinada e aprendida nas escolas, D'Ambrosio refere-se à "matemática étnica" como matemática praticada em comunidades culturais que podem ser consideradas homogêneas, como sociedades tribais, grupos de trabalho, crianças homogêneas de faixas etárias, profissionais aulas, etc. (BAPTISTA et al., 2018).

No entanto, essas formas originais foram reduzidas a uma versão codificada à medida que as instituições escolares substituíram esses exercícios por outros estudos equivalentes que alcançaram status matemático. Antes de entrar na escola e fora dela, quase todas as crianças do mundo desenvolvem naturalmente a capacidade de usar números e quantidades, bem como compreender os conceitos de equivalência e de proporções (como os utilizados pelos indígenas na Amazônia).

No entanto, quando o conhecimento originalmente adquirido encontra um gargalo de aprendizagem na escola e não pode ser assimilado pela matemática padronizada, o referido potencial é degradado, suprimido e esquecido (JESUS; RAHME; FERRARI, 2018). Neste ponto surge a pergunta: devemos abandonar a "matemática escolar" e continuar com a matemática nacional? claro que não!

Do ponto de vista de D'Ambrosio, a "matemática escolar" deve ser capaz de manter a forma da cultura, o que significa que alguns exercícios populares podem ser integrados ao currículo para facilitar a compreensão e a absorção do conhecimento. Em outras palavras, a matemática nacional é reconhecida e incorporada ao currículo (D'AMBROSIO, 2021).

Nas décadas de 1970 e 1980, conceitos relacionados à matemática nacional germinaram entre professores e instrutores de matemática em países em desenvolvimento localizados principalmente na América Latina e na Ásia, e uma resistência gradual à matemática, principalmente contra a matemática e sua história, emergiu em outros países como pode ser observado em países como Estados Unidos e Canadá onde os povos autóctones discutem ainda hoje assimilação ou não de outras culturas.

Eles enfatizam que há, e continua a haver, outras matemáticas além do ensino de matemática em sala de aula. Assim, foi proposto um conceito diferente da resistência da matemática acadêmica.

Por exemplo, a diferença entre aquilo que ele denomina “M” e “m”. M significa matemática desenvolvida com uma atitude científica rigorosa, dentro ou fora da sala acadêmica. Em outras palavras, esse é o conhecimento matemático que matemáticos e acadêmicos altamente treinados em física ou engenharia possuem (D’AMBROSIO, 2019).

Por outro lado, as habilidades e rotinas de cálculo, medição, etc. conhecidas por um grupo ou uma pessoa comum e usadas na vida diária são coletivamente referidas como “m’s”. Pode haver alguma sobreposição entre M e m, mas na maioria das vezes os dois são claramente demarcados.

No entanto, diante do desafio de ensinar matemática, a pergunta é tão aguda: devemos sustentar que o M do matemático é algo que todos devem aprender a adquirir, ou devemos desenvolver o m que pertence à nossa cultura dominante? As duas opções são realmente tão irrelevantes quanto costumamos pensar?

A matemática etnográfica é basicamente um campo de estudo muito novo e em rápido desenvolvimento, e é muito cedo para tirar conclusões. O estudo da etnomatemática revelará aplicações históricas, matemáticas, educacionais e filosóficas mais interessantes. Isso estimulará mais pesquisas e experimentações em pedagogia (PEREIRA-GONZÁLEZ, 2019).

O estudo da matemática inspirará todos a repensar a história da matemática, revisar o modelo cognitivo de aprender matemática e, mais uma vez, refletir sobre os objetivos, conteúdo e métodos da educação matemática; deixar as pessoas revisarem o papel cultural da matemática e repensarem todo o quadro da matemática. Pode-se assim pensar a etnomatemática sobre os aspectos que envolvem a multiperspectividade e interculturalidade.

CORRELAÇÕES ENTRE MULTIPERSPECTIVIDADE E INTERCULTURALIDADE

Para uma integração social e societária bem sucedida envolvendo as minorias desempenham um papel fundamental no sistema educacional. No entanto, se considerarmos a participação educacional de alunos indígenas, quilombolas, e mais recentemente migrantes notadamente haitianos e venezuelanos que adentraram na no sistema escolar brasileiro notadamente no Ensino Médio, pode-se

observar que há anos há uma tendência para que este grupo substitua suas percepções, perspectivas a partir das realidades locais, o que nos parece uma tendência natural (RODRIGUES, 2018).

Não se pode utilizar os percursos educativos da mesma forma que as crianças e os jovens sem antecedentes migratórios ou provenientes das diversas etnias existentes. Um pré-requisito para o desempenho escolar de conteúdo curriculares de matemática, diz respeito não apenas uma disciplina como o português, onde se esperaria que a língua tivesse uma grande influência de qualquer maneira, mas também disciplinas como a matemática.

Por si só, esse já é um desafio a ser superado por essas minorias, há indícios de que há um atraso sério quando se trata de competência linguística na língua escolar de alunos de origem migratória ou de indígenas, por exemplo.

Essas correlações multi perspectivas e interculturais se refletem nas formas e funções da ativação de recursos multilíngues no âmbito dos processos de compreensão matemática no contexto escolar predominantemente monolíngue. Em uma abordagem de pesquisa interdisciplinar, ele combina perspectivas didáticas e linguísticas sobre multilinguismo para reconstruir caminhos de aprendizagem individuais e padrões de uso da língua em análises qualitativas de casos (CUNHA; PEPE; MORES, 2017).

Como achado chave, Jesus; Rahme e Ferrari (2018) mostram que os recursos multilíngues dos aprendizes são sucessivamente interligados em rede e assumem funções importantes no processo de aprendizagem, como a criação de multi perspectividade conceitual e a consolidação de ideias.

Contribuições de D'Ambrósio para o desenvolvimento e pesquisa do ensino de matemática refletidos multi perspectivas e interculturais são refletidas nos processos de desenvolvimento de conceitos multilíngues. Estudo do processo de aprendizagem sobre o conceito de participação entre alunos voltados a etnomatemática constituem-se uma das preocupações centrais do desenvolvimento e pesquisa do ensino de matemática refere-se à combinação de trabalho de desenvolvimento construtivo e análises empíricas reconstrutivas das características especiais, pré-requisitos e estruturas dos processos de ensino e aprendizagem (D'AMBROSIO, 2019).

Esta interação é expressa na concepção cuidadosa de formatos de tarefas matemáticas e cenários de ensino e a análise precisa dos processos de aprendizagem iniciados como resultado. Com isso, ao compreender essas correlações, pode levar ao educador a contribuir para uma melhor compreensão de tópicos selecionados e características do ensino e aprendizagem da matemática a partir de uma variedade de perspectivas teóricas e voltadas às realidades dessas minorias.

Para poder examinar os processos de aprendizagem multilíngue, o foco é colocado no tipo de conhecimento que acabou por ser o mais problemático para os alunos com competências linguísticas fracas, nomeadamente ideias sobre o conteúdo de conceitos matemáticos.

Esses modos são uma contribuição interessante para a construção de teorias sobre padrões em processos de aprendizagem multilíngue, que foram aprofundadas e ampliadas no âmbito da Etnomatemática.

O princípio de orientação do aluno de Da Cunha e Da Cunha (2018) leva a novos desafios nas condições complexas da sociedade de hoje: devido à diversidade de migração de trabalho e fuga, a inclusão de minorias, a sociedade é caracterizada pela pluralidade de identidade pós-moderna.

Essas descobertas são particularmente explosivas devido ao conhecimento interdisciplinar de que os processos de pensamento de indivíduos multilíngues são fundamentalmente diferentes dos processos de pensamento de indivíduos monolíngues: Baptista et al. (2018), apontam que pessoas multilíngues podem mostrar um processamento de compreensão interlinguístico, que difere fundamentalmente do processamento monolíngue da compreensão.

Não se pode esquecer que a cultura de cada Nação é um imperativo quando se vai transferir conhecimento, notadamente quando se trata de indígenas e de migrantes. A capacidade linguística de alunos multilíngues, portanto, inclui não apenas diferenças gramaticais e lexicais entre duas línguas, mas também diferentes processos de pensamento através de duas línguas, razão pela qual são esperados efeitos de um potencial ativação do multilinguismo nas aulas de matemática nos processos de compreensão (BAPTISTA et al., 2018).

NOVO ENSINO MÉDIO E ETNOMATEMÁTICA

Lidar com as múltiplas diferenças na escola com foco em áreas extracurriculares, formação de professores: concepção e implementação intercultural-migração, sociedade, competência Intercultural são questões difíceis de se relacionar naturalmente, nesse momento de mudanças no Novo Ensino Médio no âmbito de cidades mais povoadas, e se constituem um desafio a mais em comunidades isoladas, na Escola do Campo ou em aldeias, por exemplo.

As ações pedagógicas dos professores com o contexto da sociedade migratória ou de populações indígenas tem como primícias contribuir para a profissionalização pedagógica intercultural, em uma perspectiva social sobre o ensino e a cultura escolar que almeja abrir novos escopos e possibilidades de ação, que acabam por levar a um processo reflexivo e inclusivo (CUNHA; PEPE; MORES, 2017).

Experiências interculturais que vão além da própria vida também foram incluídas no estudo, como as experiências de guerra da geração dos pais ou avós. A base para esta abordagem é a suposição de que os aprendizes se orientam em primeiro lugar em sua pronúncia ao construir a língua por escrito (fase alfabética). As descobertas do reconhecimento automático de fala e da síntese de fala permitem uma comparação automatizada de atividades.

Primeiro é a ideia de que se tem que fazer uma escola para este aluno que está aí e que muitas vezes o professor conhece pouco desses alunos por incrível que pareça, nesse contexto o professor precisa estudar mais sobre neurociência e educação para entender como essa geração aprende melhor, agora já muitas vezes recorrido mais a aula no YouTube do que aos professores, esses alunos que são nativos digitais que tem uma forma de se relacionar com o conhecimento e com a vida muito distintas.

A Etnomatemática é um novo campo de pesquisa que surgiu nos círculos internacionais de matemática e educação matemática por volta da década de 1980. No que diz respeito ao seu significado básico, a etnomatemática pode ser considerada como uma intersecção da matemática e da antropologia, ou seja, o estudo da antropologia sobre a matemática (educação matemática) (DE OLIVEIRA, 2020).

Uma afirmação clara dos atributos culturais. Entre matemáticos, antropólogos, psicólogos e educadores, Wilder (1896-1982), L. White, Fettweis (1881-1967), Luquet e Raum são considerados pioneiros no estudo da etnomatemática (BANDEIRA; GONÇALVES, 2016; DE OLIVEIRA; ALVES, 2019).

Wilder apresentou um artigo intitulado "A base cultural da matemática" em uma conferência internacional em 1950, argumentando que, de uma perspectiva cultural (pesquisa), a matemática não é nova e que os seres humanos limitado à aritmética nas culturas primárias, com algumas exceções. Wilder resumiu seu ponto de vista no fato que existem certos elementos que podem ser encontrados em diferentes culturas do homem chamado matemática (FERNANDES et al., 2017).

Nas primeiras culturas do homem, a matemática em diferentes culturas era tão diferente que dentro de uma cultura os elementos que pertencem à matemática dificilmente são considerados matemática em outra cultura, por exemplos índios não aculturados não tem a percepção de contagem, mas usam representações para indicar uma certa quantidade similarmente a muito e a pouco por exemplo.

A difusão cultural aumentou devido à pesquisa e invenção, e à adoção de representações cada vez mais apropriadas, seguidas de padronização e divulgação em revistas, os elementos matemáticos nas culturas mais avançadas estão se aproximando cada vez mais até que haja consistência substancial. isso não é uma coisa fixa, mas uma coisa que continua a mudar.

Nem todas as mudanças indicam que novas coisas surgem, e por causa de mudanças culturais, alguns elementos não são mais considerados matemáticos. Na verdade, a pesquisa de White começou pensando sobre a questão: a matemática existe em outro mundo? As pessoas estão descobrindo ou inventando matemática? Ele conclui afirmando que a verdade da matemática e seus fatos são parte da cultura humana (D'AMBROSIO, 2021).

Acreditava White, que a matemática foi descoberta e inventada. Ele afirma ainda que a verdade matemática é um produto da consciência humana e das descobertas que os indivíduos encontram

na cultura matemática na qual cresceram. Para White, a matemática não surgiu de Euclides (330-275 a.C.) e Pitágoras (580-501 a. C.) ou anterior Egito e Mesopotâmia. Mas, desenvolvido junto com a cultura humana.

Wilder e White parecem não notar a pesquisa do matemático, etnógrafo e educador alemão Feldworth sobre matemática e cultura primitivas, nem as origens culturais das ideias matemáticas da psicóloga francesa Lucette. Da mesma forma, a Aritmética de Rem na África não atraiu a atenção dos matemáticos e antropólogos de sua época. Gradualmente, outros matemáticos, antropólogos e educadores juntaram-se a Wilder, White, Federworth, Luckett e Rehm em seu pensamento inicial sobre a cultura matemática (ASSUNÇÃO; GUERRA, 2012).

Vale ressaltar que entre todos esses pioneiros, o matemático e educador matemático brasileiro Ubiratan D'Ambrosio ocupa uma posição muito importante. Na sessão plenária da 4ª Conferência Internacional sobre Educação Matemática (ICME), ele publicou seus pensamentos sobre dar importância à compreensão da formação cultural dos alunos como a base sociocultural da educação matemática e apresentou o conceito de "Etnomatemática" por volta da década de 1980.

O conceito de D'Ambrosio é usado principalmente para descrever as atividades únicas de conhecimento matemático de vários grupos étnicos. D'Ambrosio vê a etnomatemática como um método de rastreamento e análise do processo de geração, disseminação, difusão e padronização do conhecimento matemático em diferentes sistemas culturais (D'AMBROSIO, 2021).

Ele compara a "matemática escolar" ensinada e aprendida nas escolas com o que ele propõe como "matemática étnica" (isto é, em uma matemática cultural usada em ocupações etc.) para comparação. Ele destacou que o papel da educação é substituir as práticas que adquiriram status matemático, e essas novas práticas despojadas de sua forma original e assumidas de forma codificada.

Assim, classificação e cálculo, e uma certa forma de raciocínio foi desenvolvida, e as habilidades matemáticas aprendidas na escola eliminam essas habilidades matemáticas espontâneas. Um indivíduo que se destaca em numeramento, computação, formas geométricas e ideias, quando confrontado com a mesma situação nova e formal, desenvolve uma barreira psicológica e uma barreira entre diferentes modos de pensamento aritmético e geométrico.

Imediatamente depois, a educação precoce incute no aluno uma mentalidade de fracasso e dependência. Surge então a questão, o que devemos fazer sobre os efeitos acima mencionados que não queremos que a matemática escolar tenha? Devemos abandonar a matemática escolar e manter a matemática nacional (etnomatemática)? Claro que não. D'Ambrósio acreditava que a etnomatemática deveria ser incluída no currículo de matemática de tal forma que deveria promover a aquisição e compreensão do conhecimento matemático entre os alunos (D'AMBROSIO, 2019).

Tais fatos a princípio ainda não se refletem no Novo Ensino Médio, embora este seja um posicionamento apropriado para a matemática étnica, caso contrário, limitar a educação matemática

em uma cultura à matemática étnica naquela cultura não trará nenhum benefício para os alunos, mas apenas restringe o acesso dos alunos a sistemas de conhecimento matemático mais avançados, educação e desenvolvimento cultural.

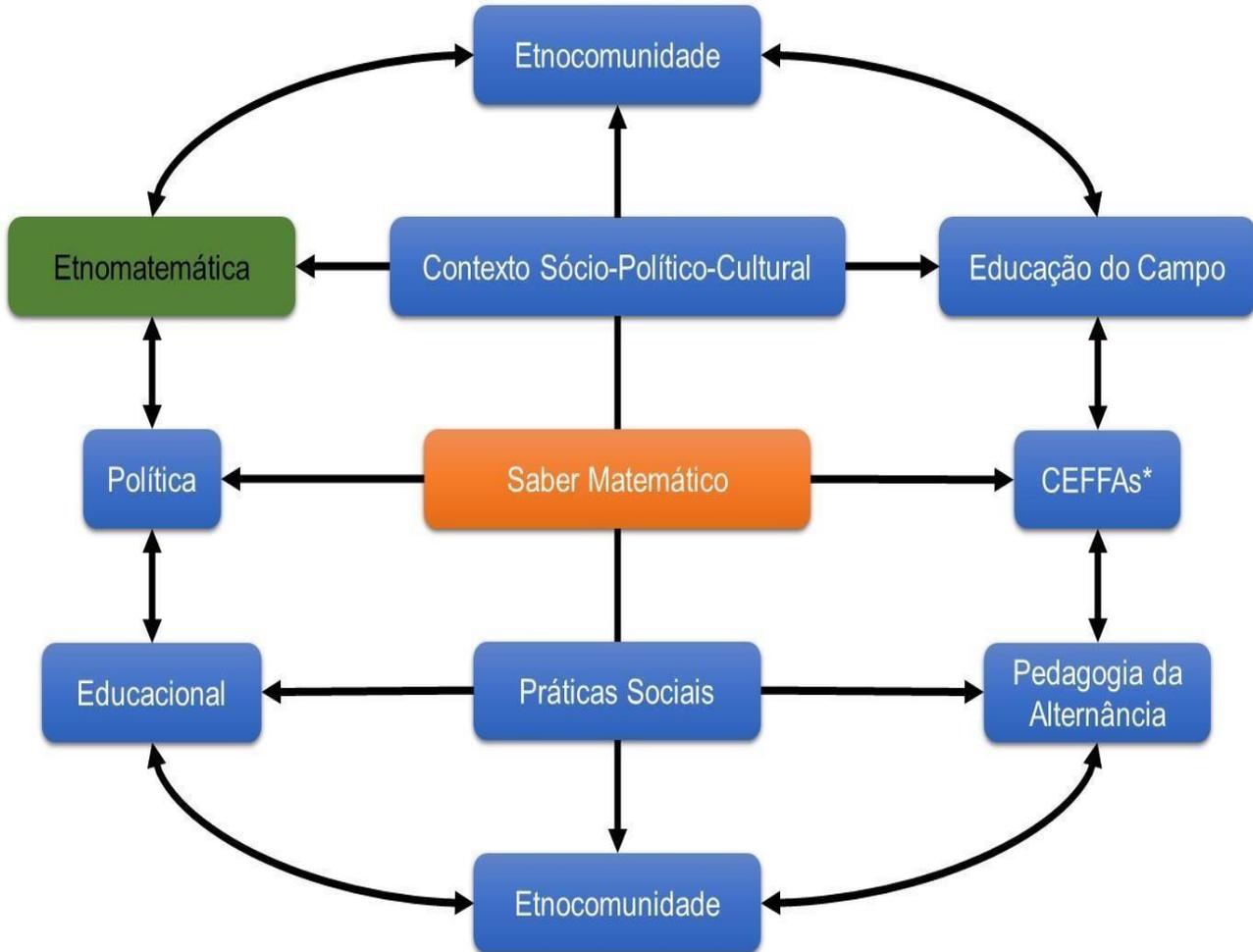
Além disso, do ponto de vista dos aspectos históricos e culturais do desenvolvimento da matemática, diferentes nacionalidades e diferentes regiões tiveram seus próprios brotos de "matemática nacional" em diferentes períodos, e alguns deles se desenvolveram profundamente.

Como por exemplo o antigo Egito, a antiga Índia e a antiga China. Essa tradição matemática inerente, que surge e desce com a cultura nacional, também reflete profundamente as buscas espirituais, conceitos naturais e interesses de pensamento de diferentes nacionalidades.

Não há definição de "etnomatemática" em nenhum dicionário padrão. Para ser mais precisa, a definição de Etnomatemática não foi padronizada. De acordo com a etimologia, a etnomatemática começa com etno e termina com a matemática. Assim, existem dois trabalhos diferentes que podem ser usados para examinar a Etnomatemática: antropologia e matemática (FERNANDES et al., 2017).

Aqui, podemos especular etimologicamente que a Etnomatemática está na interseção da cultura e da matemática. No entanto, se examinarmos a definição da palavra em si e o prefixo etno e a raiz matemática, sabemos que ela é formada por construção. O prefixo etno vem da palavra etnologia. A definição de etnologia no dicionário é a ciência de analisar e comparar culturas humanas; a antropologia das culturas.

Provavelmente, principalmente porque as pessoas acreditam na universalidade da matemática, há pouca pesquisa sobre etnomatemática. Mas essa visão foi recentemente desafiada por pesquisas de antropólogos. A pesquisa de D'Ambrósio, mostra que mesmo a matemática mais típica, como contar, classificar, classificar, medir e pesar, é diferente do que é ensinado no sistema escolar típico (D'AMBROSIO, 2021). Há um emaranhado de relações e inter-relações quando se correlaciona NEM e Etnomatemática, tal como se demonstra na figura 1.

Figura 1 - Entre relações e inter-relações da Etnomatemática

Fonte: Adaptado de Assunção e Guerra (2012), D'Ambrosio (2019, 2021).

Como campo de estudo, a "etnomatemática" é frequentemente definida como o estudo da relação entre a matemática (educação matemática) e o contexto sociocultural correspondente, ou seja, o estudo de como a matemática surge em vários sistemas culturais específicos, sua difusão e especialização.

Obviamente, de acordo com o entendimento acima, a etnomatemática está muito próxima do estudo da antropologia, e pode ser considerada como uma parte importante desta última em grande medida; em particular, a perspectiva do multiculturalismo que é exatamente o estudo da antropologia (RODRIGUES, 2018).

Portanto, devido à existência de muitas formas diferentes de civilização na história humana, devemos também estudar especificamente suas formas matemáticas correspondentes. Deve-se notar que a "matemática" mencionada aqui deve ser entendida em um sentido amplo: isso não significa apenas significa que devemos incluir conhecimento matemático, habilidades matemáticas e pensamento matemático ao mesmo tempo, e também incluir toda aquela matemática que pode não estar totalmente desenvolvida ou mesmo em estado embrionário), ou devemos afirmar explicitamente a diversidade das formas matemáticas.

Além disso, porque o conceito de "cultura" adquiriu um significado mais amplo nos tempos modernos, não se refere apenas a várias civilizações humanas em um sentido macro, como as tradições culturais únicas de diferentes regiões, países e nações, mas também se refere ao "estilo de vida" e ao "estilo de trabalho" exclusivo de cada comunidade em particular.

Com esse entendimento, devemos afirmar claramente o fato de que diferentes comunidades culturais, como diferentes grupos profissionais, alunos de diferentes faixas etárias, etc., podem desenvolver suas próprias formas especiais de matemática. Obviamente, isso realmente amplia muito o escopo de pesquisa da "matemática étnica": não está mais limitado ao escopo tradicional da antropologia, mas inclui pesquisa histórica e realista, macroscópica e microscópica (RODRIGUES, 2018).

Como o acesso ao conhecimento, o processamento, armazenamento e transmissão da informação hoje definem o contexto em que a riqueza é produzida e nossa qualidade de vida é moldada, nossa sociedade tem sido descrita - e não injustamente - como uma "Sociedade da Informação", nesse sentido a busca de mecanismo para tornar mais significativo e contextualizada os objetivos e metas do Novo Ensino Médio, há necessidade de se buscar alternativas para a conciliação das questões étnicas, sociais, educacionais em diferentes perspectiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstrou-se no decorrer desse estudo que não se pode pensar no ensino da Matemática do Ensino Médio eficaz e de qualidade sem ter-se a noção de que a matemática não pode existir independentemente da cultura enfatizada e enraizada das minorias étnicas e raciais. Uma vez que é por causa das atividades culturais, há um maior desenvolvimento da matemática.

Conclui-se que da mesma forma, devido ao desenvolvimento da matemática, ela impulsiona o progresso da civilização e torna a cultura mais colorida as contribuições da percepção de D'Ambrósio na forma da Etnomatemática ainda está ainda longe de se refletir e se fazer presente de forma eficaz no âmbito da multiperspectividade e da interculturalidade no Novo Ensino Médio, em uma repetição de lacunas existentes anteriormente

Uma orientação em nosso estudo se deu na perspectiva das várias classes sociais que influenciam o comportamento, os valores e o conhecimento, não apenas os matemáticos listados em um típico livro de história da matemática. A orientação cultural para estudar a história da matemática traz inspiração para a pesquisa da matemática étnica, que está enfrentando uma cultura completamente diferente daquela do ocidente.

Tais fatos nos levam a outra conclusão: existem diferentes valores, diferentes conhecimentos, diferentes necessidades, diferentes conceitos de tempo e espaço e diferentes cosmologias. Tudo isso, é claro, afeta a maneira como esses povos e Nações "produzem" e "consomem" a matemática.

REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO, Carlos A. Gaia; GUERRA, Renato Borges. Etnomatemática e Pedagogia da Alternância: Elo entre saber matemático e práticas sociais. **Revista Latinoamericana de Etnomatemática**, v. 5, n. 1, p. 4-34, 2012. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3894465>. Acesso em 21 jul. 2022.
- BANDEIRA, Francisco de Assis Bandeira; GONÇALVES, Paulo Gonçalo Farias (Orgs.). **ETNO-MATEMÁTICAS PELO BRASIL: aspectos teóricos, ticas de matema e práticas escolares**. Curitiba: CRV Editora, 2016.
- BAPTISTA, Ana Maria Haddad et al. **Educação e linguagens: Da intuição, do imaginário, da corporeidade**. São Paulo: BT Acadêmica, 2018.
- CUNHA, Camila Santana; PEPE, Pietro Ribeiro; MORES, Eva Aparecida. A relação entre matemática e a pluralidade cultural associada aos direitos humanos. **Dignidade Re-Vista**, v. 2, n. 4, p. 9, 2017. Disponível em <http://periodicos.puc-rio.br/index.php/dignidaderevista/article/view/456>. Acesso em 29 jul. 2022.
- DA CUNHA, Aldrin Cleyde; DA CUNHA, Janielle da Silva Melo. Etnomatemática no contexto da formação de professores indígenas na educação superior. **Science and Knowledge in Focus**, v. 1, n. 1, p. 19-38, 2018. Disponível em <https://periodicos.unifap.br/index.php/scienceinfocus/article/view/3427>. Acesso em 21 jul. 2022.
- D'AMBROSIO, Ubiratan. **Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade**. 6ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- D'AMBROSIO, Ubiratan. A Interface entre História e Matemática uma visão histórico-pedagógica. **Revista História da Matemática para Professores**, v. 7, n. 2, p. 41-64, 2021. Disponível em <https://rhmp.com.br/index.php/RHMP/article/view/67>. Acesso em 25 jul. 2022.
- DE OLIVEIRA, Vanesca Almeida. **A sustentabilidade no ensino da matemática: um estudo de caso em uma escola de ensino médio em tempo integral localizada em Acarape/CE**. 2020. Dissertação de Mestrado em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS). Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus das Auroras. Disponível em <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2043/1/VANESCA%20ALMEIDA%20DE%20OLIVEIRA%20Disserta%20c3%a7%20c3%a3o.pdf>. Acesso em 01 ago. 2022.
- DE OLIVEIRA, Rosaline Bezerra; ALVES, Jose Jakson Amancio. Panorama Histórico da Etnomatemática no Cenário Mundial/Historical Panorama of Ethnomathematics on the World Stage. ID on line. **Revista de psicologia**, v. 13, n. 48, p. 162-176, 2019. Disponível em <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2153/3385>. Acesso em 30 jul. 2022.
- FERNANDES, Crystiane Medeiros et al. Etnomatemática: um novo olhar sobre o ensino matemático. In **Anais do IV Conedu**, João Pessoa, 2017. Disponível em https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2017/TRABALHO_EV073_MD4_SA13_ID4883_22092017152119.pdf. Acesso em 26 jul. 2022.
- JESUS, Jessie Braz; RAHME, Mônica Maria Farid; FERRARI, Ana Carolina Machado. **Educação intercultural indígena e educação matemática: o percurso de um jovem surdo de etnia Pataxó**. Perspectivas da Educação Matemática, v. 11, n. 27, 2018. Disponível em <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/issue/view/627>. Acesso em 30 jul. 2022.

PEREIRA-GONZÁLEZ, Luz Marina. El universo simbólico de los astros como raíz etnomatemática. **Revista Latinoamericana de Etnomatemática**, v. 12, n. 2, p. 82-102, 2019. Disponível em <https://www.revista.etnomatematica.org/index.php/RevLatEm/article/view/474/464>. Acesso em 29 jul. 2022.

RODRIGUES, Thiago Donda. Por que a Etnomatemática Pode Contribuir para o processo de inclusão escolar? **Perspectivas em Diálogo: revista de educação e sociedade**, v. 5, n. 9, p. 120-133, 2018. Disponível em <https://desafioonline.ufms.br/index.php/persdia/article/view/5151>. Acesso em 27 jul. 2022.

SACHS, Línlya; FERNANDES, Filipe Santos. Implicações pedagógicas da etnomatemática no contexto da multisseriação em escolas do campo. **Revista Educação Matemática em Foco**, v. 7, n. 2, p. 243-267, 2019. Disponível em <http://revista.uepb.edu.br/index.php/REVEDMAT/article/view/4580>. Acesso em 20 jul. 2022.

AS PRINCIPAIS TEORIAS E VERTENTES DO CURRÍCULO NO CAMPO EDUCACIONAL

Deigiane Cristina Natividade Barbosa

RESUMO

O currículo é um instrumento pedagógico que coexiste com a realidade escolar, o mesmo busca orientar o percurso educativo que envolve pesquisa, teorias, ensino, aprendizagem e toda a comunidade escolar. Diante disso, este estudo tem como principal objetivo compreender as principais teorias do currículo e sua evolução histórica no campo social, cultural e educacional. Visando atingir com êxito, a metodologia utilizada contou como abordagem a pesquisa qualitativa, subsidiada pela pesquisa bibliográfica, onde foram reunidas as obras mais importantes sobre o tema abordado. A relevância em abordar esta temática consiste no propósito de colocar em evidência as influências das teorias do currículo no processo educacional e compreender as mudanças da sociedade, as quais se refletem na maneira ver a escola, o ensino e a aprendizagem. Assim, foi possível verificar que as teorias do currículo em cada período histórico trouxe novas concepções, traduzidas por valores, pensamentos e ideologias distintas. Tais teorias são: as tradicionais, as críticas e as pós-críticas.

Palavras-chave: Currículo; Teorias; Ensino.

INTRODUÇÃO

O currículo pode ser compreendido como encontro cultural de conhecimentos, experiências e significações que se manifestam na dimensão da interação e prática de ensino no âmbito escolar. É a veiculação de ideias que por sua vez transmitem uma perspectiva do mundo social associada aos interesses dos grupos pertencentes a uma organização social.

Desta forma, a concepção de currículo como uma descrição objetiva de métodos, objetos e procedimentos para se conseguir os efeitos almejados, foi aderida pela maioria das instituições de ensino, envolvendo alunos, professores e gestores. Devido o tema receber relevância diante do processo educativo, o mesmo veio a ser visto como uma área de estudo e pesquisa, fazendo surgir teorias que questionavam e tentavam explicá-lo e compreendê-lo (HORNBERG; SILVA, 2007 apud PEREIRA, 2014). Diante disso, este estudo tem como ponto de partida o seguinte questionamento: quais são as principais teorias do currículo e suas vertentes no campo educacional?

Visando chegar à resolução dessa questão, esta pesquisa tem como objetivo geral: compreender as principais teorias do currículo e sua evolução histórica no campo social, cultural e educacional. E os objetivos específicos consistem em: apresentar os principais conceitos e fundamentos do currículo; caracterizar as teorias tradicionais, críticas e pós-críticas do currículo; refletir sobre a importância das teorias do currículo e suas vertentes na construção e desenvolvimento do processo educativo.

Para atingir os objetivos propostos, a metodologia teve como principal abordagem a pesquisa qualitativa, a qual a interpretação dos fenômenos e atribuição de significados são fundamentais no

processo de pesquisa e não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas (PRODANOV, 2013). É subsidiada pela pesquisa bibliográfica que conforme Gil (2008) é aquela desenvolvida a partir de material já elaborado como livros e artigos, monografias e artigos científicos.

Assim, este estudo se justifica mediante a necessidade de construir novos saberes e olhares a respeito das teorias do currículo e suas influências na educação e nas práticas de ensino e aprendizagem no mundo e no Brasil.

Sua relevância situa-se no sentido de explorar esta temática, visando promover discussões mais aprofundadas e atualizadas, no intuito de ampliar conhecimentos com base nos materiais bibliográficos consultados. Ao buscar uma aproximação de conceitos de currículo e suas teorias, assim como o entendimento sobre seus caminhos percorridos na educação, poderá ser verificada a importância de sua coexistência no âmbito escolar.

CONCEITO DE CURRÍCULO

Ao longo do tempo, a definição de currículo passou por diversas abordagens, tendo a suas primeiras definições ligadas a preocupação com a organização e método de ensino, para em seguida vincular-se às questões culturais, políticas e subjetivas. Sua conceituação é norteadas por questões que debatem o tipo sujeito a ser formado, o tipo de conhecimento a ser ensinado tendo em vista formação do homem ideal (FERNANDES, 2014).

O termo currículo vem do latim *curriculum*, que significa lugar onde se corre ou corrida, derivado do verbo *currere* que significa percurso a ser seguido ou carreira. Neste sentido, currículo refere-se a um curso a ser seguido ou um conteúdo a ser estudado, com base em sequências definidas para o processo de aprendizagem (PACHECO, 2007 apud PEREIRA, 2014).

O currículo pode ser concebido como o resultado de uma seleção de um universo de conhecimentos e saberes, sendo escolhida aquela parte que vai constituir-lo. Assim, pode-se considerar que resulta de um processo que reflete os interesses particulares das classes e grupos dominantes (GONÇALVES, 2012 apud FREIRE; VIEIRA, 2019). Segundo Sacristán (1998, p.3),

O conceito de currículo e a utilização que fazemos dele aparecem desde os primórdios relacionados à ideia de seleção de conteúdos e de ordem na classificação dos conhecimentos que representam, que será a seleção daquilo que será coberto pela ação de ensinar.

É considerado como um conjunto de experiências que objetivam desenvolver a aprendizagem e soma os resultados formulados a partir da reconstrução sistemática do conhecimento e da experiência do aluno (TANNER; WHEELER; GALEÃO, 2005 apud PEREIRA, 2014).

Para Sacristán (1998), o currículo determina que conteúdos serão abordados e ao definir níveis e tipos de exigências para os graus sucessivos, organiza o tempo escolar, proporcionando os

elementos daquilo que entenderemos como desenvolvimento escolar e daquilo que consiste no progresso dos sujeitos durante a sua escolaridade.

Diante disso, pode-se afirmar que o currículo é considerado um dos locais privilegiados onde se cruzam o saber e poder, reprodução e domínio, discurso e regulação. É nele em que se condensam relações de poder que são fundamentais para o processo de formação de subjetividades sociais (SILVA, 1996 apud JESUS, 2003).

Por outro lado, Freire e Vieira (2019) complementam que o currículo deve ser entendido numa perspectiva prática que envolve diversas dimensões, desde as decisões administrativas até a práxis pedagógica, levando em consideração os itinerários formativos, múltiplos e subjetivos. Essa reflexão leva ao entendimento de que o currículo está ligado àquilo que realmente se efetiva na escola.

Assim, considera-se que o currículo não apenas um conjunto de conteúdos a serem seguidos, mas a sua construção demanda de teorias acerca do conhecimento escolar. Necessita de uma compreensão de que é um produto de um processo de conflitos culturais de diferentes pesquisadores que o elaboram (SABAINI, 2007).

TEORIA TRADICIONAL

A teoria tradicional do currículo teve como principal teórico John Franklin Bobbitt (1876-1956). No ano de 1918, explorou o tema currículo, em um momento bastante instável da história dos Estados Unidos, em que diversas forças de caráter político, econômico e cultural queriam envolver a educação de massas conforme as suas ideologias (PACHECO, 2016). Os fatores que contribuíram para a teorização do currículo foram:

- o estabelecimento da educação como objeto próprio de estudo científico;
- a extensão da educação escolarizada em níveis maiores para segmentos maiores da população;
- as preocupações com a manutenção de uma identidade nacional. Como resultado das sucessivas ondas de imigração;
- o processo de crescimento da industrialização e urbanização (SILVA, 2009, p.22 apud FERNANDES, 2014, p.21).

Ainda de acordo com Fernandes (2014), o currículo proposto por Bobbitt buscava atender ao setor econômico da sociedade, incumbindo ao sistema educacional ser tão eficiente quanto uma empresa desse setor, desenvolvendo as funções necessárias aos indivíduos para atuarem no mundo produtivo. Esse sistema de ensino deveria dar ênfase aos objetivos e resultados pretendidos, estabelecendo métodos e formas de avaliação para controle do processo educativo, assim como a indústria faz em seu processo de produção.

Segundo Silva (1999), é nesse momento que se busca responder questões essenciais sobre as finalidades da escolarização de massas. O que se deve ensinar: as habilidades básicas de ler e escrever; as disciplinas acadêmicas e científicas; as habilidades práticas necessárias para as ocupações profissionais? Quais os objetivos da educação escolarizada: formar o trabalhador especializado ou proporcionar uma educação geral, acadêmica, à população?

De acordo com Freira e Vieira (2019) afirmam que tem como base os modelos tradicionais cujo debate não visa problematizar as instituições de ensino, tampouco os processos de configuração da vida social na sua relação com a construção do currículo e processo de ensino-aprendizagem. Está centrado em questões técnicas, fundamentado numa perspectiva fabril, de monitoramento e controle dos envolvidos no processo educacional.

O modelo de currículo de Bobbitt iria encontrar sua consolidação em definitivo por meio da obra de Ralph Tyler, publicada em 1949. O paradigma estabelecido por este escritor iria dominar o campo do currículo nos Estados Unidos, com influência em diversos países, incluindo o Brasil pelas próximas quatro décadas. Com isso, os estudos sobre currículo passaram a se estabelecer em torno da concepção de organização e desenvolvimento (SILVA, 1999).

TEORIA CRÍTICA

Durante a década de 1960, durante o crescimento dos movimentos sociais e da contracultura, surgem as teorias críticas do currículo, as quais buscaram se opor de maneira direta a visão pragmática de educação empregada pelos aspectos tradicionais do currículo. Tinha como base a perspectiva marxista e almejavam a compreensão da real função do currículo e como era desenvolvido (LINHARES; SILVA, 2020). Assim,

[...] Os movimentos de independência das antigas colônias europeias; os protestos estudantis na França e em vários outros países; a continuação do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos; os protestos contra a guerra do Vietnã; os movimentos da contracultura; o movimento feminista; a liberação sexual; as lutas contra a ditadura militar no Brasil: são apenas alguns importantes movimentos sociais e culturais que caracterizaram os anos 60 (SILVA, 1999, p. 29).

Oliveira (2019) menciona que, foi devido à influência dessa condição social e política estabelecida no mundo que, a partir da década de 1970, as teorias tradicionais do currículo começaram a ser refutadas. Teóricos passaram a discutir o status quo, assim como a ideia de currículo aceita até então. Em decorrência disso, difundiu-se a perspectiva de que a percepção crítica das funções e objetivos do currículo é essencial para sua elaboração.

No contexto de lutas e críticas, também se observou no âmbito da produção acadêmica, a emergência da literatura que questiona o pensamento educacional tradicional, os quais ajudaram na

reconceptualização do currículo. De forma conjunta, as teorias críticas não se preocupam em estabelecer modelos ou técnicas de organização do currículo, mas em desenvolver conceitos que levassem a compreensão sobre o que currículo faz com as pessoas (FERNANDES, 2014). A respeito da reconceptualização, pode-se afirmar que

Foi um movimento que revelou a grande insatisfação das pessoas envolvidas com o estudo do currículo em relação aos parâmetros definidos por Bobbit e Tyler. Estas pessoas passaram a constatar que o currículo não poderia ser compreendido unicamente de forma burocrática e mecânica, sem relação com as teorias sociais da época (OLIVEIRA, 2019, p.26).

Fundamentados na teoria de Marx, novos teóricos surgiram como Louis Althusser (1918 - 1990), Pierre Félix Bourdieu (1930-2002), Jean Claude Passeron (1930), Cristian Baudelot, Roger Establet e no Brasil, Paulo Freire. Esses teóricos criticam a necessidade da sociedade capitalista de reproduzir ideologicamente suas práticas econômicas. Para eles, a escola seria o lócus ideal para que o capitalismo pudesse reproduzir sua ideologia (PACHECO, 2016). Diante disso,

[...] as experiências vivenciadas na escola contribuíram para manutenção da divisão e hierarquização das classes sociais. Esses teóricos elaboraram análise sobre o papel da escola na reprodução dos valores sociais e culturais da sociedade capitalista, considerando-a como um dos aparelhos ideológicos do estado, ou seja, são meios de veiculação, reprodução e manutenção dos valores dominantes da sociedade (FERNANDES, 2014, p.27).

De acordo com Sabaini (2007) o currículo crítico é o inverso do currículo tradicional, pois tende a “naturalizar” os acontecimentos. Oferece uma visão da realidade como processo de mudança contínua, cujo agentes são os seres humanos, os quais encontram-se em condições de realizar sua transformação. Busca pensar sobre a realidade social, visando demonstrar que o conhecimento e os fatos sociais são produtos históricos.

Conforme Silva (1999) as teorias críticas sobre o currículo, em contraste, começam por colocar em questão os pressupostos dos arranjos sociais e educacionais. Desconfiavam do *status quo*, responsabilizando-o pela perpetuação das desigualdades e injustiças sociais. Para essas teorias, o fundamental não é desenvolver técnicas de como fazer o currículo, mas elaborar e desenvolver conceitos que permitissem compreender o que o currículo faz.

Esta teoria vê a escola como um instrumento ideológico do Estado que difunde suas ideias e valores por meio do currículo, influenciando a maioria da população de um país por um longo período. Faz crítica aos processos de convencimento, adaptação e repressão da hegemonia dominante, contraposição ao empirismo e ao pragmatismo das teorias tradicionais (OLIVEIRA, 2019).

Neste percurso, destaca-se a crítica neomarxista de Michael Apple às teorias tradicionais do currículo e ao papel ideológico do currículo. Para este autor, a dinâmica da sociedade capitalista gira em torno da dominação de classes, da dominação dos que possuem o controle das propriedades dos recursos materiais sobre aquelas que possuem apenas sua força de trabalho. Essa característica apresentada pela sociedade capitalista afeta diretamente e indiretamente tudo aquilo que ocorre em na esfera social como a educação e a cultura (SILVA, 1999).

TEORIA PÓS-CRÍTICA

As teorias pós-críticas defendem o reconhecimento da pluralidade cultural e diversidade humana, construindo uma concepção de currículo que dialoga com as categorias de identidade, alteridade e diferença. Enfatiza a necessidade de formação humana integral em que seja possível o desenvolvimento da capacidade de olhar através do lugar do outro, da capacidade de compreender e respeitar às diferenças étnicas, culturais, sexuais, etc. (FREIRE; VIEIRA, 2019).

Tal vertente recebe influência da chamada filosofia da diferença, do pós-estruturalismo, dos pós-modernismo, dos estudos feministas e de gênero, dos multiculturalistas, pós-colonialistas e étnicos. No Brasil, tais teorias promoveram rupturas e significativas mudanças em relação às pesquisas críticas. Suas produções passaram a pensar práticas educacionais, currículos e pedagogias que apontam para a abertura, transgressão e multiplicação de sentidos para a diferença (PARAÍSO, 2004 apud RIBEIRO, 2016).

Abrindo um viés nesta discussão, Silva (1999) enfatiza que o multiculturalismo transfere para o campo político uma compreensão da diversidade cultural que até então encontrava-se restrita durante muito tempo, a áreas especializadas com o da Antropologia.

Fernandes (2014) destaca que as teorias pós-críticas são constituídas por diferentes vertentes que em conjunto fazem críticas às análises tradicionais do processo curricular chamadas de pós-moderna, pós-estruturalistas e pós-colonialistas. Para a vertente pós-moderna o currículo é o espaço onde está presente a pluralidade de sujeitos, de culturas e de incertezas. A pós-estruturalista considera o currículo como uma prática discursiva, que abarca diferentes sentidos, linguagens e significações. E os pós-colonialistas destacam as relações de poder entre os países, as culturas e questionam narrativas ou representações existentes sobre elas.

No que se refere aos objetos teóricos a que se destinam, o pós-modernismo e o pós-estruturalismo são diferentes: o primeiro dá ênfase à articulação com o modernismo e segundo com o estruturalismo. Reduzir o pós-estruturalismo a uma espécie de pós-modernidade específica pode significar o empobrecimento da complexidade e heterogeneidade que o constitui. No entanto, é inegável que existem premissas em comum no que diz respeito ao pós-estruturalismo e em sentido mais amplo, ao pós-modernismo (RIBEIRO, 2016).

Segundo Oliveira (2019), as teorias pós-críticas surgiram entre as décadas de 1970 e 1980 e consideram que as diferenças culturais não podem existir fora das relações de poder. Dessa forma, mais que a realidade social dos indivíduos, era preciso entender os estigmas étnicos e culturais, tais como, o gênero, a orientação sexual e todos os elementos próprios das diferenças entre as pessoas.

De acordo com Fernandes (2014), às teorias pós-críticas são formadas por diferentes vertentes que, em conjunto, fazem críticas às análises tradicionais do processo curricular. Essas vertentes são chamadas de pós-modernas, pós-estruturalistas e pós-colonialistas. Neste percurso, a escola com suas estruturas organizativas pode ser compreendida como uma invenção da modernidade, e por isso o currículo tem sido pensado a partir dos princípios do pensamento educacional moderno, tais como: neutralidade, centralidade, racionalidade, disciplinarização, entre outros.

As teorias pós-críticas fundamentam-se em diversos teóricos da contemporaneidade, entre eles recebem destaque os filósofos Gilles Deleuze e Felix Guatarri, Michael Foucault e o sociólogo Michel Certau. Esses teóricos têm influenciado vários pesquisadores do Brasil, levando-os a lançar novos olhares para as questões curriculares, bem como a própria conceituação de currículo (FERNANDES, 2014).

Assim, para os movimentos pós-críticos, o currículo precisa conceber a diversidade como sendo resultado de questões históricas, políticas e culturais. O currículo deve ter um papel crucial na desconstrução do texto considerado oficial, questionando os valores vistos como certos, passando a incluir e valorizar os valores de todos os grupos sociais, sem fazer distinção (PACHECO, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao verificar por meio da pesquisa bibliográfica os aspectos históricos das teorias do currículo pode-se evidenciar que está permeado de ideologias, pensamentos e concepções diferenciadas em relação a construção e desenvolvimento do processo educacional.

Cada teoria possui seus pensadores e pesquisadores distintos, os quais visavam acompanhar as mudanças da sociedade e a escola era o lugar em que refletia tais transformações. Assim, no panorama histórico do ensino e aprendizagem à luz das perspectivas curriculares, foi possível perceber que as ações pedagógicas foram orientadas pelas condições sociais, econômicas e culturais, dentro de um campo político e ideológico formado por grupos sociais.

Desta maneira, este estudo fez compreender que o currículo compreende não apenas conteúdos, disciplinas e competências a serem desenvolvidas pela escola. Mas que dentro do processo educacional são materializadas experiências, representações e saberes dos indivíduos. Nesse sentido, o currículo com base nas teorias tradicionais, críticas e pós-críticas é constituído de práticas culturais e simbólicas e subjetividades.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Natal Lânia Roque. **Currículos e Programas da EPCT**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2014.

FREIRE, Maria Geiza Ferreira; VIEIRA, Demóstenes Dantas. **Reflexões sobre o currículo**: das teorias tradicionais às teorias pós-críticas. CONEDU, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JESUS, Adriana Regina de. **Currículo e educação**: conceito e questões no contexto educacional. 2003.

LINHARES, Guilherme Higor Carvalho; SILVA, Ribamar Nogueira da. Teorias do currículo e relações de poder. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT**, n.2, nov, de 2020.

OLIVEIRA, Warley Rodrigues. **Teorias do currículo**: visando a compreensão e mudança. Brasília, 2019.

PACHECO, Eduardo Felipe Hennerinch. **Aspectos históricos das teorias do currículo**. EDUCERE, 2016.

PEREIRA, Priscila. **O Currículo e as práticas pedagógicas**. Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva. Itapeva, 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Márden de Pádua. **Teorias críticas e pós-críticas**: pelo encontro em detrimento do radicalismo. Ano 3, número 5, 2016.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O que significa o currículo?** Universidade de Valência, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VIDA ACADÊMICA E SAÚDE MENTAL: UM OLHAR SOBRE O CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ (CAMPUS HERÓIS DE JENIPAPO), NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Geisiele Araujo Resende
Msc. Jayra Barros Medeiros

RESUMO

Os denominados “loucos” foram representados de diversas maneiras ao longo dos tempos. Com isso, na presente produção temos o objetivo de entender como a sociedade se referia a esses “diferentes/loucos”, e ainda, de que forma eram vistos e tratados. Para tanto, levaremos em consideração, os tempos históricos e suas diferentes possibilidades em relação à loucura. Com destaque para o período medieval e a contemporaneidade. Tivemos a intenção de demonstrar a importância dos levantamentos históricos em relação à pesquisa aqui destinada, para percebermos como os novos estudos em relação à temática foram alterados durante os anos e o que determinados autores discutem a respeito da saúde mental. Associamos aos estudos e aos teóricos que discutem a temática, em questão, os resultados da pesquisa (formulário) desempenhada para as três turmas de História do Campus Heróis do Jenipapo, Campo Maior – PI. Nesse contexto, foi repassado para os discentes um link que dava acesso às 21 perguntas, em que os próprios alunos opinaram, por exemplo, sobre o que a universidade ainda tem que progredir quando se trata da saúde mental dos acadêmicos.

Palavras-chave: História; Universidade; Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

A temática engloba como foco principal a saúde mental dos estudantes de uma universidade pública localizada na cidade de Campo Maior, Piauí, o campus aqui trabalhado é o Heróis do Jenipapo. Os acadêmicos inseridos na pesquisa serão apenas do curso de Licenciatura Plena em História dos turnos matutino e vespertino. O estudo não abrange os demais cursos, pois necessitaria um pouco mais de tempo para fazer a realização da mesma. Irei falar brevemente sobre alguns pontos que me trouxeram até aqui e sobre a escolha da temática.

O momento mais tenso e ao mesmo tempo mais esperado para nós, alunos, é quando começamos a escrever o projeto de pesquisa. É uma mistura de emoções que sentimos, consideramos apresentar várias ideias que para nós estão adequadas para o problema, mas quando é interpretada por outras pessoas percebemos que existem várias ideias que podem ser aplicadas muito melhor. Particularmente, foi isso que aconteceu no começo desta pesquisa comigo, pois no início tinha interesse de falar somente do suicídio e fazer a pesquisa de campo, porém como abordar um assunto que é tão delicado, dolorido, difícil e sobre o qual ainda existe um grande tabu?

Nem todos os alunos têm condição, por exemplo, de ter um acompanhamento psicológico particular ou ter que esperar pelo atendimento do Sistema Único de Saúde – SUS. O ponto que mais me inspirou em pesquisar sobre essa temática foi lembrar que no quarto período do curso não tinha

ideia que a instituição oferecia assistência psicológica, e assim como precisei desse recurso, outros estudantes podem ter precisado inúmeras vezes.

A instituição é um espaço de aprendizado e descobertas para os alunos que estão iniciando essa nova etapa de suas vidas, pois é o período de responsabilidades, liberdade, da amizade para a vida e de amores que nem sempre são eternos. É o tempo em que você aprende a cair e levantar, porque é necessário para prosseguir até o fim; ou, em diferentes circunstâncias, que em algumas vezes as más escolhas terão consequências e que, elas sim, podem ser eternas.

Frequentar o ensino superior coincide com um período específico de desenvolvimento físico, cognitivo, psicológico e social do indivíduo. A par de lidar com as alterações típicas desse desenvolvimento, como sejam a construção da sua identidade, o estudante enfrenta ainda as exigências próprias da vida acadêmica e da vida social que também se vai transformando (VALADAS; GONÇALVES, 2002).

O processo de adaptação ao ensino superior exige, por parte de alguns estudantes, estratégias que ajudem a minorar os seus sofrimentos, seja físico, seja psicológico (PROTA-NOVA, 2010), estratégias que nem sempre são comportamentos saudáveis (Dias et al, 2001). Estes comportamentos pouco saudáveis ou de risco são, geralmente, a parte visível do conjunto de vivências, experiências, expectativas e desencantos que alguns estudantes apresentam ao longo do seu percurso acadêmico (PROTA-NOVA, 2010).

O público-alvo do presente estudo foram os estudantes do curso de Licenciatura Plena em História com a idade de 19-25 e 26-33 anos. Foi possível obter esses dados através da pesquisa realizada em forma de formulário. De acordo com o autor Ronald Kessler (2005), os estudantes do ensino superior estão na faixa etária de 18-25 anos, em que têm início os primeiros sintomas de perturbações da saúde mental como sejam os distúrbios depressivos ou os distúrbios psicóticos.

Se atribuirmos estas informações com o período acadêmico e as suas barreiras (stress, adaptação, ansiedade e competitividade), visualizamos que poderá haver um agravamento dos distúrbios ou dos problemas de saúde mental que já existem ou, sob outra perspectiva, levar a novos problemas.

O presente estudo tem como questões de investigação: Como podemos abordar as questões de saúde mental e a História; qual a importância dos levantamentos históricos para a temática e quais as relações entre memória e a temática estudada.

O estudo trabalhará a importância dos levantamentos históricos sobre a temática, será apresentado como a Idade Média visava os assim “loucos” nesse período. Abordará à saúde mental e à universidade, sobre as adaptações dos jovens na universidade e mostrará como esse assunto vem se aperfeiçoando cada vez mais durante os estudos realizados, sendo assim serão usadas as literaturas encontradas dos anos 2003 a 2020.

Consistirá em uma breve discussão no que se refere à memória, visto que é um aspecto utilizado por nós sempre que precisamos nos recordar de algo e os alunos a utilizarão para estar respondendo o formulário. Para finalizar, será revelado os resultados da pesquisa e, principalmente o que os discentes acreditam que pode ser feito para que a universidade se desenvolva ainda mais no que diz respeito à saúde mental de seus acadêmicos.

A IMPORTÂNCIA DOS LEVANTAMENTOS HISTÓRICOS A RESPEITO DO TEMA DA PESQUISA

Com os levantamentos históricos é possível analisar e entender, por exemplo, como as mulheres viviam na Idade Média, como era seu cotidiano, sua luta diária, entre outras vertentes. Em todas as pesquisas existem os levantamentos bibliográficos, onde o pesquisador fará leituras das fontes encontradas e, a partir disso, levantará indagações sobre o determinado assunto onde continuará a pesquisa com mais esclarecimentos a respeito de algumas questões.

O documento histórico auxilia o historiador, é como uma ferramenta para entender o passado, presente e futuro. Segundo o autor Eric Hobsbawm:

A história, unidade de passado, presente e futuro, pode ser algo universalmente apreendido, por mais deficiente que seja a capacidade humana de evocá-la e registrá-la, e algum tipo de cronologia, ainda que irreconhecível ou imprecisa segundo nossos critérios, pode ser uma mensuração necessária disso (HOBSBAWM, 2013, p. 42).

Ao se falar da História que surgiu com o início de registros feitos no período da História Antiga, podemos lembrar Heródoto, conhecido como o “Pai da História”, pois foi a partir dele que a História ficou conhecida enquanto um campo, tanto de pesquisa como de estudo.

Heródoto passou por vários lugares durante sua vida como, por exemplo, o Egito. Em todas as suas passagens, ele escutava diversas histórias, porém ele sempre desconfiava, duvidava e criticava tais histórias com argumentos. Ele tinha duas regras usadas para o questionamento das histórias, a primeira seria ver com seus próprios olhos e a segunda era confiar no depoimento oral que escutava de quem participou de uma determinada história.

Sobre as fontes históricas, Ana Maria Mauad e Paulo Cavalcante ressaltam que

Os registros, ou documentos históricos, comprovam que algo existiu no passado, nos comunicam de diferentes maneiras um conjunto variado de atividades sociais. Entretanto, acima de tudo os documentos comprovam a existência de relações sociais e, mais do que isso, são suportes de relações sociais (MAUAD; CAVALCANTE, 2010, p. 29).

INTERPRETAÇÃO HISTÓRICAS SOBRE OS DITOS “LOUCOS” NO PERÍODO DA IDADE MÉDIA

Os problemas de saúde mental passaram a ser abordados não apenas no século XXI, mas a grande diferença é que hoje sabemos do que se trata e como é necessário levantar um debate sobre essa questão.

Na Idade Média não se tinha muito conhecimento do que seria a saúde mental e como proceder de forma correta com as pessoas que apresentavam comportamentos ditos “diferentes” na sociedade. Sendo assim, em tempos anteriores, os sujeitos considerados como “loucos”, eram trancados em casa, o lugar de dormir era afastado dos outros cômodos, até mesmo poderia ser expulso de seu próprio domicílio.

No período medieval acreditavam que o demônio operava nos organismos das pessoas, assim podendo causar dores e doenças gerais. Quem sofria com transtornos mentais recebia diversos diagnósticos sobre aquilo que estavam passando, tal como, eram loucos, possuídos, amaldiçoados e até mesmo que aquilo era resultado de feitiçaria.

A população das cidades expulsava os considerados loucos, fazendo com que eles corresse por lugares distantes até ficarem bem longe da cidade. Isso ocorria quando eles não eram entregues a grupo de mercadores e peregrinos. Existiam barcos que levavam os alienados de uma cidade para outra, e como andantes eles vagavam de cidade em cidade.

A obra de Michel Foucault, *A História da Loucura na Idade Clássica*, faz ilustração da loucura apresentada na pintura que seria *O Nau dos Loucos* uma antiga alegoria muito usada na cultura ocidental, na literatura e nas artes visuais. Imbuída de um senso de autocrítica, ela descreve o mundo e seus habitantes humanos como uma nau, cujos passageiros perturbados não sabem e nem se importam em saber para onde estão indo.

O Nau dos Loucos era um estranho barco que deslizava ao longo dos calmos rios da Renânia e dos canais flamengos. Esses barcos levavam seus fardos insanos de uma cidade para outra. As cidades para onde eles iam não os tratavam diferentes dos lugares que moravam antes de serem mandados, eles expulsaram-nos de seus muros, deixava que corresse para lugares distantes da cidade com o intuito de eles não voltarem mais.

Na Idade Média, a religiosidade grega pensava que a origem dos desequilíbrios mentais existia como “ocorrências naturais do corpo”. Os médicos desse período faziam uso de laxantes, sanguessugas bem como substâncias que ocasionavam vômitos. Ter na família pessoas consideradas doentes mentalmente, tinha como resultado um defeito que poderia acarretar na desqualificação da linhagem, e também levavam consigo o estigma da vergonha para seus familiares.

Na idade média iniciou-se a predominância da loucura como possessão diabólica feita por iniciativa própria ou a pedido de alguma bruxa. Havia duas possibilidades de possessão, sendo a primeira o alojamento do diabo no corpo da pessoa, e a segunda a obsessão, na qual o demônio altera percepções da pessoa. (FIQUÊIREDO; DELEVATI; TAVARES, 2014, p.124).

O pensamento medieval em relação à loucura tinha duas percepções. Nas possessões, o louco incorporaria o caos, a desordem e a oposição da estabilidade da vida adulta. A outra seria o campo oposto a esta descrição do primeiro, o alienado poderia ser caracterizado como um símbolo da pureza original, da humildade, da inocência, o conhecedor de saberes imunes e incompreensíveis aos homens comuns.

Segundo Philippe Ménard, depois da leitura sobre a literatura medieval dos séculos XII e XIII, a loucura também tinha indício distintivo imposto pela sociedade: o corte do cabelo. Esta ação era usada, ao mesmo tempo, como um meio de identificação e de “cuidado” com o indivíduo. De modo que existiam muitos errantes (pessoas sem residência fixa), era necessário, portanto, diferenciar um eremita de um louco e se proteger em relação ao segundo. Por essa razão, a cabeça dos “doentes mentais” era raspada ou era feito um corte em forma de cruz. Tal prática do mesmo modo servia para “proteger” o cidadão de seus ataques de fúria, no qual nesse ato ele poderia arrancar os próprios cabelos com as mãos.

Na Idade Média, o conceito de “louco” e o de “pecador” – em razão da ignorância da época e do fervor religioso fanático e doentio – tinham definições similares. Aqueles que infringiam os mandamentos da lei de Deus – os chamados pecadores – e os portadores de transtornos mentais – os intitulados de loucos – encontravam-se no mesmo barco, pois tanto uns quanto outros não “reconheciam” o caminho que levava ao Paraíso, segundo as crenças de então.

SAÚDE MENTAL E A UNIVERSIDADE

A partir desse momento, discutiremos alguns tópicos que podem dificultar a adaptação e transição do aluno à universidade, como também quando teve início os estudos sobre a saúde mental dos estudantes universitários e o quanto abrangente está se tornando essa questão. Para o melhor entendimento do tema, a principal metodologia utilizada foi a pesquisa de fontes bibliográficas de alguns autores que trabalham com as temáticas de saúde mental e a universidade.

A saúde mental dos estudantes universitários brasileiros passou a ser objeto de estudo de pesquisadores, em 1958, com Galdino Loreto. A partir daí outros incentivos científicos pioneiros também começaram a debater o tema, como Fortes (1972), Albuquerque (1973) e Gligio (1976).

Aos alunos que adentrarem na universidade, certamente, é um momento em que é apresentado para uma nova realidade e demandas sociais, emocionais e também psicológicas, o que vai exigir uma nova adequação aos mesmos. A entrada em direção à vida universitária é sinônimo de vários

fatores de alterações e transformações em se tratando de amizades e da base social dos universitários calouros. O mundo universitário é bem diferente do ensino secundário. Neste, os jovens têm o seu âmbito de amigos e afetos, alguns construídos ao longo de anos.

Já na universidade haverá a precisão de estabelecer novas relações afetivas para o que vão enfrentar durante o período do curso, tendo em vista apenas seus próprios recursos psicológicos e com uma rede construída de amigos e familiares. Um fator essencial para o apoio emocional durante esse período é o suporte familiar.

Os serviços remediativos podem fornecer apoio aos discentes para lidar com problemas de adaptação com um novo contexto e atividades acadêmicas, questões relacionadas às tarefas sociais e decisões vocacionais (GONÇALVES; CRUZ, 1988). É importante ressaltar, desse modo, que as universidades são consideradas não somente como um ambiente educacional, no entanto também como provedora de meios para possibilitar saúde mental e bem-estar nos estudantes, os funcionários e a comunidade.

A transição e adaptação ao ensino superior são dois conceitos que diversos autores consideram como momentos críticos, em especial em alunos do 1º ano na entrada para a Universidade, ao ponto de poderem ser geradores ou potenciadores de crises desenvolvimentais (ALMEIDA; SOARES; FERREIRA, 2000).

Alguns autores expõem a importância de dimensões psicológicas dos alunos, tais como as ideias de autoconceito, autoeficácia, a autonomia, a coerência de interesses e maturidade vocacional para a sua adaptação e envolvimento acadêmico. Desse modo, não podemos deixar de lado o efeito do contexto acadêmico no processo psicossocial dos estudantes universitários. Os espaços físicos do campus (salas de aula, espaço de lazer, arquitetura, serviços e limpeza, etc..) podem afetar o comportamento, a produtividade acadêmica e o desenvolvimento dos alunos.

Por vários motivos, a transição para a universidade é vivenciada para o jovem de forma ambígua. Tal como de um lado, ela é pautada por enormes expectativas de conquista de liberdade e autonomia, e pela percepção de quem muito lutou ao longo do Ensino Secundário, e, de um outro lado, é vivida por sentimentos de ansiedade e estupefação face à novidade e aos desafios da transição (ALMEIDA (2003), FERNANDES (2003), SOARES ET AL, 2003; SOARES, 2003).

De fato, a experiência universitária não se resume apenas à formação profissional. Especialmente nos anos iniciais, e para aqueles jovens que concluem o ensino médio e ingressam logo em seguida em um curso superior, a universidade tem um impacto que vai além da profissionalização (ALMEIDA (2003); SOARES, 2003).

As soluções a estas dificuldades envolvem diferentes tipos de adaptação, se referindo as áreas mais relevantes, segundo Santos (2011), citando Baker e Siryk (1989): 1) a adaptação acadêmica (que envolve o desempenho, mas também a motivação, a identificação de objetivos acadêmicos, a

satisfação com o ambiente acadêmico); 2) a adaptação social (que compreende as relações interpessoais, as redes de suporte social e a satisfação com a socialização); 3) a adaptação pessoal e emocional (que diz respeito tanto ao bem-estar psicológico como ao físico); 4) o vínculo institucional (forma como o estudante se sente em relação à instituição e quanto ligado está a ela).

As mudanças geram expectativas nos estudantes que começarão a frequentar a Universidade. Os indivíduos, ao receberem a notícia de aprovação no Ensino Superior (ES), começam a imaginar como será o seu relacionamento com os novos colegas e professores, como lidarão com as demandas acadêmicas e como poderão usufruir da estrutura e das atividades que essa nova instituição oferecerá (ALMEIDA, 2007).

A transição faz-se, assim, passando por um vasto conjunto de desafios e tarefas que irão exigir um maior ou menor número de adaptações, sendo que estas são influenciadas pela percepção que os estudantes têm da situação e do estresse gerado.

Sobre o processo de transição para a universidade, a pesquisa realizada por Clarissa Tochetto de Oliveira, Anelise Schaurich dos Santos e Ana Cristina Garcia Dias, que tinha como objetivo ouvir sugestões dos discentes sobre a universidade facilitar a adaptação acadêmica na universidade, é colocado que

Os participantes do estudo sugeriram que o processo de transição a universidade fosse trabalhado com eles antes do ingresso na instituição. Nesse sentido, as escolas do Ensino Médio poderiam preparar os alunos para a realidade universitária, por meio de orientações profissionais, do estímulo para conhecer a universidade [...] a própria universidade poderia oferecer palestras sobre o seu funcionamento [...] (OLIVEIRA, SANTOS e DIAS, 2016, p. 47).

Ao apontar à facilitação da inclusão dos estudantes ao ambiente do ES, várias universidades norte-americanas criaram programas de adaptação à universidade, sobretudo para os jovens que estão iniciando no ambiente acadêmico. Nessas universidades, além disso, é comum a realização de grupos de base para os calouros, com o propósito de discutir sobre a vida no ES.

A RELAÇÃO VIDA ACADÊMICA E MEMÓRIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

A memória resgata o passado, se torna como um refúgio para que as pessoas possam conseguir trazer à tona tais lembranças para o meio onde está inserida, em uma conversa com amigos, com a família sobre sua infância, levar para o âmbito do trabalho suas experiências em lugares anteriores, terá momentos os quais só de a pessoa observar determinado objeto conseqüentemente irá remeter a algo que ocorreu no seu passado e permaneceu marcado para ela. Por meio da ativação natural ou não, do ato de lembrar os homens a partir disso, podem reviver sonhos de um tempo anterior que marcou sua vida individual, relembrar seus hábitos, seus valores e práticas do seu cotidiano.

O autor Júlio Pimentel Pinto diz que “a memória é esse lugar de refúgio, meio história, meio ficção, universo marginal que permite a manifestação continuamente atualizada do passado” (p. 307). Isso faz com que percebemos como a memória se faz perduravelmente rica em suas demonstrações. Existem algumas perspectivas diferentes sobre a memória, por exemplo, de Marilena Chauí onde ela ressalta que “a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total” (CHAUÍ, 1995, p. 125).

A memória está dividida em memória imediata, memória de curto prazo e memória de longo prazo. O neurocientista austríaco Eric Kandel dedicou uma boa parte de seus estudos às questões relacionadas à memória e é compreendido por ele tudo o que fica registrado na memória a longo prazo, somos levados a “passeios” que a partir disto é possível recordar acontecimentos e sentir as mesmas emoções que sentimos no dia em que alguma coisa aconteceu.

A memória de curto prazo, dura de 30 minutos a aproximadamente 6 horas, no tempo em que a de longo prazo perdura por horas, dias e até anos. Tanto a memória de curto quanto a de longo prazo fazem o mesmo percurso cerebral, entretanto são armazenadas em lugares diferentes (CAMMAROTA *et al*, 2008).

Na pesquisa que será feita com os discentes do curso de Licenciatura Plena em História do Campus Heróis do Jenipapo, sucederá fazendo o uso da memória de longo prazo, uma vez que o questionário será relacionado aos anos de 2020 e 2021.

ESTUDO A RESPEITO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA ACERCA DA SAÚDE MENTAL NO DECORRER DA PANDEMIA NOS PERÍODOS DE 2020 A 2021

A pesquisa contemplará os alunos de História do turno matutino que atualmente estão no VII período, como também do vespertino que se encontram no V e VIII períodos. O objetivo central da pesquisa é indagar se todos os discentes relacionados a esses períodos mencionados acima sabiam que a universidade oferecia acompanhamentos psicológicos, principalmente antes da pandemia da Covid-19, assim como durante a pandemia nos períodos de 2020 e 2021.

O formulário foi direcionado para essas três turmas, porque os alunos que formam essas classes do V, VII e VIII blocos passaram por esse momento de pandemia, por estudos remotos recentemente e podem trazer opiniões que possam ajudar outros futuros discentes a terem uma clara ideia de como a universidade pode melhorar para acompanhar seus alunos nesse “novo normal”.

A metodologia da pesquisa contará com um formulário no *Google Forms* (plataforma usada para criar formulário), contendo 21 perguntas sendo essas objetivas e dissertativas, discutindo sobre a vida acadêmica do aluno como também a vida pessoal. Para o envio do formulário, entrei em contato

com o aluno de cada turma para saber se poderia ser adicionado ao grupo da rede social WhatsApp para estar explicando e enviando o formulário.

O envio aconteceu no dia 14 de junho para as turmas do V e VII bloco e, para o VIII foi enviado dia 18 de junho. Para tanto, foi ressaltado que todos os dados fornecidos por eles serão usados apenas para a pesquisa, e não serão usados para outros meios.

O envolvimento dos alunos foi melhor que o esperado, pois antes de mais nada, eles me deixaram ter acesso aos seus grupos do WhatsApp para poder descrever um pouco sobre minha temática. Eles se prontificaram no mesmo instante após o envio a responder o formulário e estarem me avisando que já tinham respondido. Os demais responderam alguns dias depois e teve um número de respostas maiores, nos primeiros três dias foram registradas 11 respostas e, a partir do quinto dia do envio, já estava com 27 respostas e foi finalizado com 33 respostas.

A amostra dos resultados obteve a participação de 19 mulheres e 14 homens. Percebemos que as mulheres tiveram mais disposição em responder às perguntas. Os 33 estudantes iniciaram na Universidade Estadual do Piauí - UESPI nos anos de 2018 (54,5%) e 2019 (27,3%). O turno com maior colaboração foi o vespertino (63,6%), uma vez que dois blocos estudam nesse horário e o turno matutino (36,4%). Considerando a classificação usada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a maior parte dos alunos se declarou parda (69,7%), negra (21,2%) e branca (9,1%).

Em prosseguimento à pesquisa, serão mostradas na **Tabela 1** a frequência e porcentagens dos alunos que sabiam que a instituição disponibilizava acompanhamento psicológico e, se só tiveram conhecimento após a pandemia, ficaram sabendo.

Tabela 1: Conhecimento com relação ao acompanhamento psicológico na UESPI

	N	%
Antes da pandemia da Covid-19, você tinha ciência que a UESPI disponibilizava para seus alunos acompanhamento psicológico?		
Sim	8	24,2
Não	25	75,8
Se teve essa informação só após o início da pandemia, como ficou sabendo?		
Fui atrás	0	0
Através de amigos	9	32,1
Através de parentes	0	0
Através da UESPI	19	67,9
Você acha que a instituição tem uma assistência psicológica que consegue atender o aluno?		
Sim	9	28,1

Não 23 71,9

Como é possível observar, um grande número de alunos antes da pandemia não tinha conhecimento que a UESPI oferecia assistência psicológica. Essas informações foram ganhando amplitude entre os alunos só após a pandemia, como se os discentes precisassem desse amparo apenas no período da pandemia. A **Tabela 2** fornecerá resultados no que diz respeito aos sintomas que os dois anos sem aulas presenciais e pandemia desencadearam nos alunos.

Tabela 2. Sintomas que floresceram diante de dois anos sem aulas presenciais

	N	%	
Durante os dois anos sem aulas presenciais, por conta da pandemia, quais desses sintomas descritos abaixo você sentiu ou ainda sente? (Pode marcar mais de uma opção)			
Ansiedade	30	90,9	
Estresse	20	60,6	
Tristeza	17	51,5	
Depressão	4	12,1	
Outros	10	30,3	
Você acredita que a pandemia, isolamento social e as aulas remotas impactaram seu desempenho acadêmico?			
Positivamente	6	18,2	
Pouco positivamente	5	15,2	
Muito positivamente	0	0	
Negativamente	6	18,2	
Pouco mente	5	15,2	negativa-
Muito negativamente	10	30,3	
Não sei opinar	1	3	
Durante a pandemia você pensou em abandonar os estudos?			
Se sim, por quais razões?			
Razões financeiras	4	12,1	
Nível de exigências acadêmicas	4	12,1	
Dificuldades de conciliar estudo e trabalho	2	6,1	
Incompatibilidade com o curso	2	6,1	
Problemas res	2	6,1	familia-
Por sofrer algum tipo de assédio	0	0	
Ter sofrido bullying no meio acadêmico	0	0	
Em razão da pandemia da Covid-19	1	3	
Não	16	48,5	

Nesses dois últimos anos tivemos que nos adaptar às aulas remotas e, como tudo que é novo, sempre existem dificuldades para se adequar. Isso não foi diferente com o “novo normal”. Nas universidades, por exemplo, alguns alunos não tinham acesso à internet em sua residência e a falta de notebook ou até mesmo de celular. A **Tabela 3** mostrará quais foram as dificuldades vivenciadas pelos estudantes para se adaptarem ao ensino remoto.

Tabela 3. Dificuldades associadas ao ensino remoto

	N	%
Durante as aulas remotas, quais foram as maiores dificuldades para se adaptar ao ensino remoto?		
Acesso à internet	4	12,1
Falta de notebook ou celular	4	12,1
Falta de espaço adequado para assistir às aulas	13	39,4
Falta de conhecimento de como utilizar as plataformas de ensino (Google Meet e Classroom)	1	3
Déficit de atenção	11	33,3

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Antigo Testamento, o louco e tolo é aquele que não conhece a Deus, não passa de um pecador que não tem sentido moral. Assim, era carregado de um encargo negativo, representado no seu aspecto exterior e na forma de conduta das palavras.

O objetivo deste estudo não era diagnosticar os transtornos, por exemplo, de ansiedade e depressão dos alunos. Buscou-se historicizar a saúde mental dentro da universidade, nas primeiras décadas do século XXI. Ao realizarmos essa pesquisa com os discentes do curso de História da Universidade Estadual do Piauí pretendíamos buscar resultados que podem demonstrar o porquê que os alunos tentem ter um aumento de sintomas, como ansiedade, depressão e estresse durante sua vida acadêmica.

Apesar dos números de participantes da pesquisa, é possível constatar que os mesmos apresentam interesse quanto ao atendimento psicológico que é oferecido pela UESPI, mas para os acadêmicos a instituição precisa urgentemente pensar melhor sobre a forma de repassar as informações em relação ao atendimento. Sendo essencial que se criem condições de acessibilidades aos serviços de apoio e políticas de divulgação como também de incentivo. Isso resultará no fato de os alunos passarem a ter acesso com facilidade ao acompanhamento.

As perturbações de saúde mental dos discentes prejudicam não apenas o indivíduo, nesse sentido, o estudante, no entanto afeta as pessoas que estão a sua volta e a própria instituição. No caso de ganhos para o estudante e para quem vive e convive mais de perto com ele são claros. Para a instituição esses ganhos também são cruciais e fáceis de notar: menor frustração escolar, uma menor taxa de evacuação, e inclusive enaltecer a reputação da instituição.

É perceptível nos resultados da pesquisa que a saúde mental dos discentes de História aguçou pelo motivo de terem permanecido um ano sem aulas presenciais decorrente da pandemia, muitos deles desanimados por não saberem como e quando seria o retorno das aulas, sejam remotas ou presenciais.

Em período não pandêmico os alunos também vivenciam situações que os deixam inseguros, seja por temor de não alcançar a média necessária em cada disciplina ou por apresentar quaisquer sintomas referentes aos transtornos mentais. Conforme os dados mostrados sobre quais sintomas os alunos sentiram ou ainda sentem a respeito de dois anos sem aulas presenciais, 90,9% disseram ansiedade e 60,6% colocaram estresse, esses indícios podem estar acarretando o empenho acadêmico desses estudantes até o atual período.

Para os acadêmicos a instituição precisa urgentemente repensar a forma de repassar as informações em relação ao atendimento, sendo essencial que se criem condições de acessibilidades aos serviços de apoio e políticas de divulgação, como também de incentivo.

A instituição cria um elo com o indivíduo, o qual é a parte interessada e parte integrante do meio acadêmico. Dessa maneira, é de suma relevância que os meios que já existem assim como a criação de outras medidas em favor da saúde mental dos universitários sejam expandidos. Tendo em vista a relação vida acadêmica e saúde mental desenvolvida neste trabalho, é incontestável que medidas básicas ou isoladas serão inaptas de promover avanços reais nesta questão.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. A. Saúde mental do universitário. **Neurobiologia**, Recife, v. 36. pág. 12. 1973.

ALMEIDA, Leandro S. Transição, adaptação acadêmica e êxito escolar no ensino superior. **Revista Galego-Portuguesa de Psicologia e Educação**, v. 15, n.2. pág. 13. 2007.

Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/279507812_Transicao_adaptacao_academica_e_exitoscolar_no_ensino_superior

Acesso em: 15 Jul. 2021.

ALMEIDA, Leandro S; SOARES, Ana Paula. **Os estudantes universitários: sucesso e desenvolvimento psicossocial**. In: MERCURY, E; POLYDORO, S.A.J. (Ogrs). **Estudante universitário: características e experiências de formação**. Taubaté: Cabral. pág. 14. 2003.

Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/12086>

Acesso em: 15 Jul. 2021.

ALMEIDA, Leandro S; SOARES, Ana Paula; FERREIRA, Joaquim Armando G. Transição e adaptação à universidade: Apresentação de um questionário de vivências acadêmicas (QVA). *Psicologia*, v. 14, n. 2. pág. 20. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v14i2.510>

BAKER, Robert W; SIRYK B. Medindo o ajuste para a faculdade. *Journal of Counseling Psychology*, v. 31. pág. 11. 1984.

Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0022-0167.31.2.179>

Acesso em: 08 Ago. 2022.

CAMMAROTA, Martín; BEVILAQUA, Lia R. M; IZQUIERDO Iván. In: LENT, Roberto. **Neurociência da mente e do comportamento**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. pág. 367. 2008.

Disponível em: <https://docero.com.br/doc/50c8vs>

Acesso em: 05 Jul. 2022.

CASTRO, Vinicius Rennó. Reflexões sobre a saúde mental do estudante universitário: estudo empírico com estudantes de uma instituição pública de ensino superior. *Revista Gestão em Foco*, n. 9. pág. 22. 2017.

Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/043_saude_mental.pdf

Acesso em: 07 Fev. 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática. pág. 567. 2000.

Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/533894/mod_resource/content/1/ENP_155/Referencias/Convitea-Filosofia.pdf

Acesso em: 11 Mai. 2022.

DELEVATI, Dalnei Minuzzi; FIQUÊIREDO, Marianna Lima de Rolemberg; TAVARES, Marcelo Minuzzi. Entre Loucos e Manicômios: história da loucura e a reforma psiquiátrica no Brasil. *Revista cadernos de graduação ciências humanas sociais*, v.2, n. 2. pág. 124-127. 2004.

Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/download/1797/1067/0#:~:text=A%20emerg%C3%AAncia%20dessa%20reforma%20no,dentro%20dos%20manic%C3%B4mios%2Finstitui%C3%A7%C3%B5es%20psiqui%C3%A1tricas>

Acesso em: 20 Mar. 2021.

DIAS, G. F. et al. Serviços de aconselhamento psicológico no Ensino Superior: uma encruzilhada de questões. *Cadernos de Consulta Psicológica*. pág. 15-17, 59-67. 2001.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/93ZSDqyVrzZyqP5GSPSbTJf/?lang=pt>

Acesso em: 12 Fev. 2022.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis, v. 94, n. 3. pág. 14. 2000.

Disponível em: <https://docplayer.com.br/21001675-Historia-do-tempo-presente-desafios.html>

Acesso em: 11 Mai. 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva. pág. 608. 1961.

Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/foucaultianos/pages/arquivos/Obras/HISTORIA%20DA%20LOUCURA.pdf>

Acesso em: 28 Ago. 2021.

FORTES, J. R. A. **Saúde mental do universitário**. Revista da Associação Médica, São Paulo, v.18, n.11, pág. 463-466. 1972.

GONÇALVES, Óscar F; CRUZ, José Fernando A. A organização e implementação de serviços universitários de consulta psicológico e desenvolvimento humano. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 1, n. 1. pág. 13. 1988.

Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/12454/3/gon%c3%a7alves%20%26%20cruz-88-servi%c3%a7os%20de%20consulta%20psicol%c3%b3gica%20universit.pdf>

Acesso em: 15 Fev. 2022.

GONÇALVES, Fernando Ribeiro; VALADAS, Sandra Cristina Andrade Teodósio dos Santos. **As Abordagens à Aprendizagem de Estudantes da Universidade do Algarve**. pág. 22. 2002.

Disponível em: <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/3020>

Acesso em: 08 Ago. 2022.

GLIGIO, Joel Sales. **Bem estar emocional em estudantes universitários**: um estudo preliminar. 188 f. Tese (Doutorado em Psicologia Médica) Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1976.

Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/>

Acesso em: 01 Ago. 2022.

KANDEL, Eric R. **Em busca da memória**: o nascimento de uma nova ciência da mente. São Paulo: Companhia Letras. pág. 499. 2009.

Disponível em: <http://cabana-on.com/Ler/wp-content/uploads/2018/12/Em-Busca-da-Memoria-Eric-R.-Kandel.pdf>

Acesso em: 10 Mai. 2022.

KESSLER, Ronald C. Prevalência, gravidade e comorbidade de transtornos de 12 meses do DSM-IV na replicação do National Comorbidity Survey. **Arch Gen Psychiatry**. pág. 10. 2005.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1001/archpsyc.62.7.709>

Acesso em: 20 Jul. 2022.

MAUAD, Ana Maria; CAVALCANTE, Paulo. **História e Documento**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ. v. 1. pág. 231. 2009.

Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/recurso/5920>

Acesso em: 08 Jan. 2022.

PINTO, Júlio Pimentel. **Uma memória do mundo**: Ficção, Memória e História. Estação Liberdade. pág. 336. 1998.

Acesso em: 09 Jul. 2022.

A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Cleudinéia Gomes Bezerra

RESUMO

O presente artigo visa abordar sobre: “A Importância do Currículo no Processo de Ensino Aprendizagem”. Através dele objetivou-se, focar a grande relevância do currículo para haja uma aprendizagem significativa no aluno. Como resultado pode-se constatar o currículo quando colocado de acordo com a realidade do aluno, tem papel fundamental com sua formação. Recomenda-se que as escolas busquem alternativas para que possam adaptar ou contextualizar o currículo com o cotidiano do aluno e assim fazer com que ele seja o protagonista de sua história.

Palavras-chave: Currículo; Processo; Ensino-Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O ato de ensinar não pode ser percebido como algo mecânico, algo que não necessita de ajustes constantes, a forma de ensinar, os meios utilizados, e a forma de avaliação devem passar por um processo que permita que a aprendizagem seja realmente alcançada. Para isso, este deve ter plena noção de seu papel como mediador dos alunos. Para que se possa haver a aprendizagem o aluno necessita ser estimulado com conteúdo de seu alcance, textos que tratem de sua realidade. Segundo Freitas (2019), somente quando o aluno demonstra através de ações alguma forma de mudança crítica podemos dizer que realmente existiu a aprendizagem.

Diante do exposto o presente trabalho visou abordar sobre: “A importância do currículo no processo de ensino aprendizagem”, abordando questões sobre o currículo, suas teorias e definições, abordou também sobre o processo de ensino aprendizagem e por fim o produto que era verificar a importância do currículo, comprovando assim que o currículo deve estar contextualizado com a realidade dos alunos, só assim haverá uma aprendizagem significativa na vida dos alunos.

O CURRÍCULO: TEORIAS E DEFINIÇÕES

1.1 AS TEORIAS DO CURRÍCULO

1.1.1 TEORIAS TRADICIONAIS

Segundo Silva (2009), a teoria tradicional de currículo busca a neutralidade, tendo como escopo principal promover a identificação dos objetivos da educação escolarizada, formando o trabalhador especializado ou, proporcionando uma educação geral e acadêmica. A teoria tradicional do currículo teve como principal teórico John Franklin Bobbitt (1876-1956), que em 1918, escreveu sobre o currículo, em um momento conturbado da história da educação nos Estados Unidos (em que, diversas forças de

cunho político, econômico e cultural queriam envolver a educação de massas de acordo com suas ideologias).

1.1.2 TEORIAS CRÍTICAS DO CURRÍCULO

Segundo Pacheco (2016), a década de 1960 foi fortemente marcada pela emergência de inúmeros movimentos sociais e culturais que questionavam de forma explícita a sociedade e suas organizações. Nesse contexto, surgiram as primeiras teorias que questionavam o pensamento e a estrutura educacional vigente, em específico, as concepções tradicionais do currículo.

Para Silva (2009), as novas teorias críticas do currículo, preocuparam-se em compreender, baseados na teoria dialética-crítica de Karl Marx (1818-1883), qual era o real papel do currículo na educação.

Já para Silva (2009, p. 29-30), [...] às teorias críticas do currículo efetuam uma completa inversão nos fundamentos das teorias tradicionais [...]. As teorias críticas sobre o currículo, em contraste, começam por colocar em questão precisamente os pressupostos dos presentes arranjos sociais e educacionais. As teorias críticas desconfiam do status que, responsabilizando-o pelas desigualdades e injustiças sociais.

1.1.3 CURRÍCULO OCULTO

Apesar de não se constituir em uma teoria propriamente dita, o currículo oculto está presente de forma marcante no cotidiano dos processos educativos. Segundo Silva (2009, p. 78), “o currículo oculto é constituído por aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazerem parte do currículo oficial, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes”, ou seja, o currículo oculto é caracterizado pelas ações implícitas que permeiam as instituições escolares.

1.1.4 TEORIAS PÓS-CRÍTICAS

As teorias do currículo que vieram após as teorias críticas, iniciadas na década de 1960 e 1970, são denominadas de “Teorias Pós-Críticas”. As teorias pós-críticas trazem em seu âmago uma concepção do currículo como sendo um currículo multiculturalista, e evidenciam as inúmeras diversidades presentes no mundo hodierno. Eyng (2015, p. 138), destaca que, as teorias pós-críticas operam os conceitos fundamentais de: “identidade, alteridade, diferença, subjetividade, significação e discurso, saber-poder, representação, cultura, gênero, raça, etnia, sexualidade, multiculturalismo” (SILVA, 2007, p. 17).

Nessa linha de teorização, os currículos atuam como práticas de subjetivação, de significação e discurso produzidos nas relações de saber-poder, sendo os currículos entendidos como formas de

seleção e representação da cultura, compreendendo demandas das questões de gênero, raça, etnia, sexualidade, multiculturalismo. Os currículos produzem identidades heterogêneas e diversas, que num processo dialógico e ético possibilitam a emancipação a partir da cidadania ativa (EYNG, 2010, p. 37).

Segundo Pacheco (2016), os movimentos pós-críticos, o currículo, necessariamente, precisa conceber a diversidade como sendo fruto de questões históricas e políticas. O currículo deve ter um papel primordial na desconstrução do texto considerado como oficial, questionando os valores tidos como certos, incluindo e valorizando os valores de todos os grupos sociais, sem distinções.

1.1.5 O CURRÍCULO: ALGUMAS DEFINIÇÕES

Na busca de entender um campo de conhecimento como o de currículo – que trata de conhecimento – a primeira assertiva é defini-lo, mas, como bem avisam Deleuze e Guatarri (1992), a construção de conceito é uma tarefa da filosofia, não está sendo das mais fáceis, mas quando em construção representa a dimensão singular do objeto, de uma realidade, de um fato, de um fenômeno, portanto não é uma definição acabada e geral de algo, mas um eterno devir, como bem explicitam os autores:

O conceito é o contorno, a configuração, a constelação de um acontecimento por vir [...]. O conceito é evidentemente conhecimento, mas conhecimento de si, e o que ele conhece é o puro acontecimento, que não se confunde com o estado de coisas no qual se encarna (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 46).

Pacheco (2016), diz que popularmente o termo currículo é utilizado para designar o programa de uma disciplina, de um curso, ou de forma mais ampla das várias atividades educativas, através das quais, o conteúdo é desenvolvido. Sacristán (2013, p. 16), recorda que, por vezes, tentamos fazer parecer que “o currículo é algo evidente e que está aí não importa como o denominamos”.

O Currículo é um plano pedagógico que dirige o trabalho, assim como o método de instrução e aprendizado dos alunos. É uma ação ativa, onde se determina todas as atividades escolares. Além disso, é nesse documento que se implementa o planejamento de toda a vida escolar dos estudantes, instituindo instrumentos que conduzam as demandas da instituição de ensino e de todos os envolvidos no processo, tanto o corpo docente quanto o corpo discente, Nogueira (2020. P. 05).

Corroborando com a ideia de que o currículo tem como objetivo guiar as atividades do professor nas técnicas pedagógicas em sala de aula, Veiga (2002), complementa que currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito, (VEIGA, 2002, p.7).

Segundo Pereira (2017), é preciso rediscutir muitos neologismos em torno do conceito de currículo de maneira a identificar e separar aqueles que são um *arque* (filosófico e científico) de currículo e aqueles que são apenas vãs palavras frutos de modismos, que não se constituem contribuições reais ao campo do currículo, conceitos não oriundos da prática como lugar germinador de concepções de currículo.

Para Sacristán (1998), afirma que o currículo é “uma realidade difícil de aprisionar em conceitos simples, esquemáticos e esclarecedores por sua complexidade e pelo fato de que tenha sido um campo de pensamento de abordagem recente dentro das disciplinas pedagógicas [...]”, como bem expressa esse autor o currículo é um “fenômeno escolar e que reflete determinações mais amplas da sociedade”, (SACRISTÁN, 1998, p. 22).

Sobre a Etimologia do termo currículo Sacristán (2013, p. 16), aborda que:

[...] deriva da palavra latina *curriculum* (cuja raiz é a mesma de *cursus* e *currere*) [...]. Em sua origem currículo significava o território demarcado e regrado do conhecimento correspondente aos conteúdos que professores e centro de educação deveriam cobrir; ou seja, o plano de estudos proposto e imposto pela escola aos professores (para que o ensinassem) e aos estudantes (para que o aprendessem).

Pereira (2017), corrobora enfatizando que currículo é lugar de formação humana e, portanto, a classe que está no poder, se conseguir controlar o currículo, controla a formação humana. Essa é uma questão evidenciada por Burnham (1993, p. 4), quando argumenta sobre a possibilidade de formação de sujeitos críticos pelo currículo, já que ele é o principal meio e processo concreto de humanização. Portanto, o currículo se confunde com o próprio conhecimento porque também produz conhecimento, como acredita Pereira (2006, p. 219), quando afirma que o “currículo é a expressão do conhecimento e a síntese do poder de uma dada sociedade, é a garantia do avanço desse conhecimento e a antítese desse poder”.

Em suma, currículo é tudo aquilo que uma sociedade considera necessário que os alunos aprendam ao longo de sua escolaridade. Como quase todos os temas educacionais, as decisões sobre currículo envolvem diferentes concepções de mundo, de sociedade e, principalmente, diferentes teorias sobre o que é o conhecimento, como é produzido e distribuído, qual seu papel nos destinos humanos, Fernández (1998).

1.1.6 ENSINO APRENDIZAGEM

Aprender é o processo de assimilação de qualquer forma de conhecimento, desde o mais simples onde a criança aprende a manipular os brinquedos, aprende a fazer contas, lidar com as coisas,

nadar, andar de bicicleta etc., até processos mais complexos onde uma pessoa aprende a escolher uma profissão, lidar com as outras. Dessa forma as pessoas estão sempre aprendendo, (LIBÂNEO, 1994).

Ensinar bem não significa repassar os conteúdos, mas levar o aluno a pensar, criticar. Percebe-se que o professor tem a responsabilidade de preparar o aluno para se tornar um cidadão ativo dentro da sociedade, apto a questionar, debater e romper paradigmas. Cury (2003, p.127), afirma que “a exposição interrogada gera a dúvida, a dúvida gera o estresse positivo, e este estresse abre as janelas da inteligência. Assim formamos pensadores, e não repetidores de informações”.

Para que se possa haver aprendizagem é necessário que haja todo um processo de assimilação onde o aluno com a orientação do professor passa a compreender, refletir e aplicar os conhecimentos, que foram obtidos, assim à aprendizagem é observada com a colocação em prática por parte do aluno dos conhecimentos que foram transmitidos durante uma aula ou atividade.

Fernández (1998), em seu estudo cita Jean Piaget, um grande nome da educação, considerava o aprendizado como uma construção que ocorre no processo de desenvolvimento mental do indivíduo. Para que este indivíduo alcance a aprendizagem, ou como J. Piaget, preferiu denominar, aumente seu conhecimento, é necessário que o esquema de assimilação desse sujeito sofra o que por ele era chamado de uma acomodação. Isto quer dizer, que a relação estabelecida entre o sujeito e o objeto da aprendizagem, acontece antes de tudo na mente do indivíduo, ocorrendo assim, uma assimilação de tal situação a ser vivenciada a seguir.

No que se refere ao processo de aprendizagem é comparável a uma forma de arte, que demanda muito mais uma relação de “implicação” do que de “explicação”. Se, por exemplo, através de uma explicação, alguém tentar fazer com que uma pessoa entenda um ponto de vista a respeito de um quadro pintado por um determinado artista, provavelmente essa pessoa teria dificuldades em organizar em sua mente todos os detalhes que ouvira do outro. Mas, se por outro lado, essa imagem lhe fosse mostrada, o aprendiz teria oportunidade de construir sua própria ideia a respeito do que virá. Dessa forma, o processo de aprendizagem aconteceria de uma maneira em que o indivíduo pudesse desempenhar tanto o papel de aprendiz, como o papel de seu próprio educador. Sendo assim, a aprendizagem é o processo pelo qual uma nova informação se relaciona com aquilo que o indivíduo já sabe ou já conhece, possibilitando sua organização, ROSA (2001, p. 05).

A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

O processo de ensino-aprendizagem tem sido historicamente caracterizado de formas diferentes, que vão desde a ênfase no papel do professor como transmissor de conhecimento, até as concepções atuais que concebem o processo de ensino-aprendizagem com um todo integrado que destaca o papel do educando. Nesse enfoque, considera-se a integração do cognitivo e do afetivo, do instrutivo e do educativo, como requisitos psicológicos e pedagógicos essenciais, até mesmo porque, o aprender

não é um processo que dispense rotinas ou que ocorra por mágicas, como qualquer docente já sabe. É um processo intencional, subentendido no conceito de ensinagem, pressupondo a escolha e aplicação de metodologia adequada tanto aos objetivos e conteúdos, quanto aos estudantes, ROSA (2001, P05).

A eficácia do processo de ensino-aprendizagem está na resposta em que este dá à apropriação dos conhecimentos, ao desenvolvimento intelectual e físico do estudante, à formação de sentimentos, qualidades e valores, que alcancem os objetivos gerais e específicos propostos em cada nível de ensino de diferentes instituições, conduzindo a uma posição transformadora, que promova as ações coletivas, a solidariedade e o viver em comunidade.

Dentro desse contexto, o que se pode observar é que o currículo é de suma importância para o processo de ensino aprendizagem, até mesmo porque sua eficácia está totalmente ligada a que tipo de currículo que é utilizada para determinada etapa de ensino, levando em consideração a realidade do aluno.

Essa ideia também está preconizada nos PCNs (Ensino Médio, p.91), onde cita que é importante à contextualização no currículo como forma de facilitar a aplicação da experiência escolar para a compreensão de experiência pessoal em níveis sistemáticos e abstratos e o aproveitamento de experiência pessoal para facilitar a concretização dos conhecimentos que a escola trabalha. A contextualização, nesse sentido, é utilizada como um recurso pedagógico para a constituição do conhecimento; é um processo contínuo de habilidades intelectuais superiores.

O mesmo pensamento é citado em Oliveira (2007), onde corrobora citando que a aprendizagem contextualizada em relação ao conteúdo busca desenvolver o pensamento mais elevado, não apenas a aquisição de fatos independentes da vida real. No processo, a aprendizagem é sócio interativa, envolve os valores, as relações de poder e o significado do conteúdo entre os alunos envolvidos. No contexto, propõe-se não apenas trazer o real para a sala de aula, mas criar condições para que os alunos revejam os eventos da vida real numa outra perspectiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o trabalho pode-se observar que o processo de ensino e aprendizagem é algo complexo, daí a necessidade de que o currículo esteja adequado à realidade do aluno, assim o aprendizado do aluno realmente acontecerá. Nesse contexto o professor é peça fundamental, pois ele planejará suas aulas levando em consideração as necessidades dos alunos.

Outro fato observado com a realização deste trabalho foi verificar as inúmeras definições para o termo currículo, ou seja, não existe uma definição única, uma vez que o mesmo sofre modificações, levando em consideração uma série de fatores, que mesmo com essa complexidade levam em direcionamento para o aprendizado do aluno.

O citado acima pode ser confirmado por Saviani (2008a), onde diz que não se podem apresentar elaborações curriculares comuns, porque deve existir um currículo para cada contexto, desta forma o currículo deve ser elaborado de acordo com o projeto político pedagógico da instituição e ter como objetivo o aprendizado do aluno.

REFERÊNCIAS

BURNHAM, Teresinha F. Complexidade, multirreferencialidade, subjetividade: três referências polêmicas para a compreensão do currículo escolar. **Em Aberto**, Brasília, v.12, n.58, p.3-13, abr./jun. 1993

CURY, Augusto Jorge. Pais brilhantes, professores fascinantes. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é filosofia?** Trad. Alberto Munõz. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

EYNG, Ana. Políticas de currículo e avaliação: os resultados da avaliação definindo práticas curriculares. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, v. 3, n 1, p. 403-418, mar./set. de 2010.

FERNÁNDEZ. Fátima Addine. Didática y optimización del proceso de enseñanzaaprendizaje. IN: Instituto Pedagógico Latinoamericano y Caribeño – La Havana – Cuba, 1998.

Freitas, Suzana Rossi Pereira Chaves de . **O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM: A IMPORTÂNCIA DA DIDÁTICA.** *Universidade Federal do Maranhão. Maranhão, 2019.*

LIBÂNEO, J. C. O processo de ensino na escola. São Paulo: Cortez, 1994

NOGUEIRA, Francinete Pessoa. **Planejamento e o currículo: Importância e contribuição no processo educacional.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 11, Vol. 20, pp. 108-116. Novembro de 2020.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Ensino Médio. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília, 1999.

PEREIRA, Antonio. **Avaliação e reformulação de currículo: relações que se (des)encontram na prática.** Revista e-Curriculum, São Paulo, v.15, n.2, p. 293 – 324 abr./jun.2017.

PEREIRA, Antonio. Pedagogia, formação do(a) pedagogo(a) e reformulação curricular na UNEB: desvelando nexos de uma experiência conflituosa. **Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade**, UNEB, ano 26, V. 15, p. 211-226, julh./dez. 2006.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SAVIANI, N. Currículo e trabalho pedagógico: prescrições políticas, prática negociada. 2008a.

ROSA, Adriana Padilha da. O ensino e a aprendizagem na universidade: os desafios do ensino superior. Universidade Federal de Santa Catarina/br (2001).

SACRISTÁN, José Gimeno (Org.) Saberes e incertezas sobre o currículo. Tradução: Alexandre Salvaterra, revisão técnica: Miguel González Arroyo. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

VEIGA, Alfredo Neto. Currículo e telemática. Currículo, práticas pedagógicas e identidades. Braga: Porto Editora, p. 53-64, 2002.

AS TICS E AS AULAS REMOTAS EM ÉPOCA DE PANDEMIA

Cleudinéia Gomes Bezerra

RESUMO

O presente artigo visa abordar sobre: “As TICs e as aulas remotas em época de Pandemia”, dando enfoque para a importância destas tecnologias para os vários diferentes momentos que a educação possa passar. Através dele objetivou-se mostrar como foi e está sendo essa mudança radical na vida da comunidade escolar, em especial para os professores e alunos. Como resultado pode-se constatar que a dinâmica das aulas que já vinha se adaptando a nova maneira de ser, teve que mudar radicalmente em um curto período, e a EAD e as TICs que já vinham se fazendo presente gradativamente na vida de alguns alunos, virou necessidade número um na vida educacional mundial. Recomenda-se que as instituições escolares possam encontrar um mecanismo para que se possa alcançar uma forma, para que amenize todo impacto desse processo na vida dos envolvidos nesse processo e que possa atingir o mínimo de aprendizagem possível.

Palavras-chave: TICs; Aulas Remotas; Pandemia.

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 foi marcado por uma mudança repentina na vida das pessoas ao redor do mundo. O mundo foi paralisado pelo que chamamos de uma pandemia. O alto grau de infecção de um vírus fez do isolamento social a arma mais poderosa na luta contra o vírus COVID-19. As instituições de ensino tiveram que fechar suas portas e a educação, um dos pilares do desenvolvimento da sociedade, teve que continuar suas atividades por meio da educação à distância, chamando assim de aulas remotas.

Nesse contexto, o objetivo geral da pesquisa foi abordar sobre a tecnologia da informação e comunicação na educação, em especial dando enfoque ao seu uso nas aulas remotas em época de pandemia. A abordagem do tema deve-se ao grande avanço na tecnologia e nas formas de comunicação, a tecnologia aplicada à educação é assunto a se debater, em especial nessa época de pandemia.

Como resultado deste trabalho podemos observar a grande importância das tecnologias de informação e comunicação para as aulas remotas, e mesmo que ainda seja alvo de grande preconceito de grande parte da população, que ainda não acredita que uma maneira diferente de educação possa ensinar qualificar ou formar um profissional, nessa atual conjuntura em que o mundo e o sistema educacional se encontra, esta explicita a necessidade e urgência de adequar as TICs para aulas remotas de acordo com a necessidade de cada região.

AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO - TICS: BREVE HISTÓRICO

As Tecnologias da Informação e Comunicação referidas como TIC são consideradas como sinônimo das tecnologias da informação (TI). Contudo, é um termo geral que frisa o papel da comunicação na moderna tecnologia da informação. Entende-se que TIC consistem de todos os meios técnicos usados para tratar a informação e auxiliar na comunicação. Em outras palavras, TIC consistem em TI bem como quaisquer formas de transmissão de informações e correspondem a todas as tecnologias que interferem e mediam os processos informacionais e comunicativos dos seres. Ainda, podem ser entendidas como um conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si, que proporcionam por meio das funções de software e telecomunicações, a automação e comunicação dos processos de negócios, da pesquisa científica e de ensino e aprendizagem, (Oliveira & Moura, 2015, p. 3 e 4).

Ainda para corroborar (Oliveira e Moura, 2015), diz que:

As TICs são utilizadas em diversas maneiras e em vários ramos de atividades, podendo se destacar nas indústrias no processo de automação, no comércio em gerenciamentos e publicidades, no setor de investimentos com informações simultâneas e comunicação imediata, e na educação no processo de ensino aprendizagem e Educação a Distância. Pode-se dizer que a principal responsável pelo crescimento e potencialização da utilização das TIC em diversos campos foi à popularização da Internet.

O termo TIC's (tecnologia da informação e comunicação) vem sendo objeto de pesquisa há pouco tempo, portanto, no campo da educação, os profissionais ainda têm a definição do termo e a consciência de não o utilizar em sua prática curricular, mas ainda falta um certo entendimento. A tecnologia pode aceitar alguns adjetivos e classificações de acordo com suas características, como tecnologia da informação e comunicação (TIC), inteligência, mídia, novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC), eletrônica. Algumas pessoas pensam que a tecnologia é apenas nova. No entanto, conforme explicado por Kenski (2012), a tecnologia está em um lugar diferente em nosso dia a dia e, em última análise, finge ser natural. O autor entende “um conjunto de conhecimentos científicos e princípios aplicáveis ao planejamento, construção e utilização de equipamentos em uma determinada atividade” como tecnologia; (Kenski, 2012, p. 18), ainda diz que:

Tudo o que utilizamos em nossa vida diária, pessoal e profissional – utensílios, livros, giz e apagador, papel, canetas, lápis, sabonetes, talheres... – são formas diferenciadas de ferramentas tecnológicas. Quando falamos da maneira como utilizamos cada ferramenta para realizar determinada ação, referimo-nos à técnica. A tecnologia é o conjunto de tudo isso: as ferramentas e as técnicas que correspondem aos usos que lhes destinamos, em cada época (Kenski, 2012, p. 19, grifos do autor).

Para Miranda (2007), o termo se refere à combinação de informática ou tecnologia da informação e tecnologia de telecomunicações, que tem a expressão mais forte na Internet. Quando essas tecnologias são usadas para fins educacionais, ou seja, para apoiar e melhorar a aprendizagem dos

alunos e desenvolver um ambiente de aprendizagem, podemos considerar as TIC como um subcampo da tecnologia educacional. Kellner (2001) utilizou o termo: "educação para a mídia" no campo das tecnologias de informação e comunicação e apontou que esses termos devem ser elementos de reflexão e crítica no campo da educação. Aqui, um tema de mídia com temática escolar pode ser proposto para formar uma crítica aos cidadãos e autonomia em relação aos meios de comunicação que nos são impostos.

Muitos veem nas TIC, a perspectiva transformadora e determinante para melhorar a educação, mas deve-se considerar que há muitos problemas ainda associados à incorporação de tecnologias nas escolas. É um desafio para os professores mudar sua forma de conceber e pôr em prática o ensino, através de uma nova ferramenta. Para Imbérnom (2010, p.36):

Para que o uso das TIC signifique uma transformação educativa que se transforme em melhora, muitas coisas terão que mudar. Muitas estão nas mãos dos próprios professores, que terão que redesenhar seu papel e sua responsabilidade na escola atual. Mas outras tantas escapam de seu controle e se inscrevem na esfera da direção da escola, da administração e da própria sociedade.

A tecnologia é apenas mais uma ferramenta para os professores trabalharem, materiais didáticos que podem promover o aprendizado dos alunos. A existência do pensamento ainda é do professor, ele tem capacidade de análise e de tomada de decisão. Portanto, a tecnologia por si só não pode mudar o processo de ensino, pois uma atitude positiva deve ser tomada para atualizar e treinar os professores para entender o uso correto do tempo e como usar as ferramentas técnicas.

AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO DENTRO DO CONTEXTO EDUCACIONAL

Segundo Barros (2018), desde o início dos tempos o homem busca maneiras de transmitir seu conhecimento de maneira mais rápida e precisa, de forma, que possa facilitar a transmissão e também a recepção destas informações, tendo em vista o avanço da tecnologia, utilizou-se este diferencial para também fins educacionais, onde se possibilitou várias novas modalidades de ensino e experimentos.

Para Oliveira & Moura (2015), a inserção das TICs no cotidiano escolar anima o desenvolvimento do pensamento crítico criativo e a aprendizagem cooperativa, uma vez que torna possível a realização de atividades interativas. Sem esquecer que também pode contribuir com o estudante a desafiar regras, descobrir novos padrões de relações, improvisar e até adicionar novos detalhes a outros trabalhos tornando-os assim inovadores e diferenciados.

As tecnologias proporcionam que os alunos construam seus saberes a partir da comunicabilidade e interações com um mundo de pluralidades, no qual não há limitações geográficas, culturais e a troca de conhecimentos e experiências é constante. Dessa maneira as tecnologias de informação e

comunicação operam como molas propulsoras e recursos dinâmicos de educação, à proporção que quando bem utilizadas pelos educadores e educandos proporcionam a intensificação e a melhoria das práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula e fora dela. (Oliveira e Moura, 2015. P. 6).

Ainda no contexto acima e dentro da perspectiva de Barros (2018), Educação e tecnologia caminham juntas, mas unir as duas é uma tarefa que exige preparo do professor dentro e fora da sala de aula. Ao mesmo tempo em que oferece desafios e oportunidades, o ambiente digital pode tornar-se um empecilho para o aprendizado, cabendo ao educador fazer inclusão de conteúdo pertinente à disciplina ministrada. Com alunos cada vez mais conectados, professores e coordenadores de cursos de graduação têm repensado suas metodologias e as maneiras mais eficazes de manter a atenção dos estudantes.

Dentro dessa perspectiva, MORAN (2009), DEMO (2007), ALMEIDA (2003), confirmam e indicam a necessidade de integrar a tecnologia no ambiente educacional para garantir a aprendizagem significativa dos alunos. Através da utilização de novos softwares e endereços eletrônicos de serviços virtuais, e da troca de informações e conhecimentos entre membros de determinados grupos ou comunidades por meio da tecnologia digital, diferentes formas de integração, interação e interação podem ser alcançadas, permitindo a participação ativa de todos os usuários ao mesmo tempo em que possibilita todos se tornarem gestores, produtores e avaliadores do conhecimento.

A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: BREVE COMENTÁRIOS

O avanço tecnológico no âmbito educacional permitiu o surgimento de novas modalidades de ensino, facilitando o alcance de novos territórios e desta forma permitindo que pessoas que antes não tinham acesso à educação. Sendo um dos principais métodos educacionais atualmente, a educação a distância teve grandes melhorias com o avanço tecnológico, possibilitando alcançar pessoas em diferentes regiões, e classes sociais, com o objetivo de expandir os horizontes daqueles que muitas vezes eram impossibilitados de ter uma educação de qualidade por residir longe dos centros educacionais.

A busca da origem da expressão EaD nos leva a um dos pioneiros no estudo da temática, o educador sueco Börje Holmberg, que confessor a Niskier (2000), ter ouvido a expressão na universidade alemã de Tübingen. Para Holmberg (apud NISKIER, 2000), em vez de citar "estudo por correspondência", os alemães usaram os termos Fernstudium (Educação a Distância) ou Fernunterricht (Educação a Distância). Niskier (2000), ainda destaca que o mundo inglês conheceu a expressão a partir de Desmond Keegan e Charles Wedemeyer.

A expressão poderia ser descrita como um sistema maciço de tecnologia de comunicação bidirecional que diverge da sala de aula a preferência de interação entre professores e alunos, pela ação sistemática e conjunta de vários recursos educacionais e apoio de uma organização tutorial que incentiva a aprendizagem independente e flexível dos alunos. Ou seja, nesse modo de ensino não há

dependência direta e supervisão sistemática do professor, mas o aluno recebe o apoio de uma equipe multidisciplinar responsável pelo planejamento do material, seu desenvolvimento, produção e distribuição, além de orientar os alunos aprendizado através de diferentes formas de tutoria, o que garante uma comunicação bidirecional fluida, em oposição à comunicação unidirecional, (Hack, 2011. p. 14).

Segundo Silva (2019), o conceito de educação a distância não está totalmente associado à internet. Pelo contrário, esse é um conceito antigo e sempre utilizou a mídia disponível de seu tempo: jornais, revistas e revistas em quadrinhos, já tinham os cursos modulares consumidos por muitos e atualmente utilizam os meios disponíveis: as TICs.

Moran, (1994) argumentou que a educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem mediado pela tecnologia em que professores e alunos são separados espacial e / ou temporalmente. É no ensino / aprendizagem que professores e alunos geralmente não estão fisicamente juntos, mas podem ser conectados, interconectados por tecnologias, especialmente telemática, como a Internet, correio, rádio, televisão, vídeo, CD-ROM, telefone, fax e tecnologias similares também podem ser usadas. Para o autor, o termo "ensino a distância" é enfatizado no papel do professor (como quem ensina a distância). Preferimos a palavra "educação", que é mais ampla, embora nenhuma das expressões seja perfeitamente adequada.

Para Medeiros 2015, a evolução da EaD se dá em um contexto histórico além do tecnológico apenas. É importante que você compreenda os fatos históricos que ocorreram no mundo e no Brasil e a regulamentação para a Modalidade de Ensino a Distância no Brasil. Acerca disso o autor aborda que:

- Origens históricas da EAD – destacando as gerações da evolução recente da EAD nas Instituições de Ensino Superior no Brasil; e
- Regulamentação e autorização da EAD - Leis, Decretos e Portarias do Ministério da Educação que regulamentam e autorizam a EAD no Brasil.

Segundo Silva (2015), estamos efetivamente experimentando algo que você está fazendo no momento: Educação a Distância. Novas tecnologias da informação e comunicação ocuparam vários papéis na sociedade atual. No ensino, eles fizeram grandes progressos, desde a automatização de tarefas administrativas até o apoio ao processo de aprendizagem.

A caracterização das incertezas que constituem a sociedade constitui o período atual ocorre na realidade à forma de como é percebido e constituem em modo, não podemos esquecer que na sociedade denominada por Manoel Castells (2003), que identifica a questão essencial da emergência dos espaços dos fluxos diante da formação da sociedade contemporânea. Para o sociólogo espanhol estamos no seguinte momento uma era instável, ou seja, eras de certezas onde a ideia de estabilidade é parte da composição da constituição do mundo mais sólido, passando na esfera política dos Estados Nações. De acordo com Castells (2003), um intervalo que substitui a nossa cultura material: pelo

novo paradigma que se organiza em torno da tecnologia e da informação. E assim, Castells adota o conceito de tecnologia.

A combinação de novas tecnologias multimídia com as possibilidades oferecidas pelas telecomunicações e pela Internet revolucionou a maneira como o conhecimento é disseminado na sociedade, principalmente com a Educação a Distância (EAD). SILVA (2015, p. 13), O desenvolvimento tecnológico aplicado ao campo da comunicação e da informação provocou mudanças na evolução do ensino à distância. Essa evolução tecnológica da qual o DE faz parte e, de acordo com Silva (2015), pode ser dividida em fases cronológicas:

1-A primeira ocorreu até a década de 1960 – foi chamada de geração textual e utilizava somente textos impressos enviados pelos Correios.

2-A segunda ocorreu entre as décadas de 1960 e 1980 – foi chamada de geração analógica e utilizava como suporte textos impressos complementados por recursos tecnológico-audiovisuais.

3- A terceira, e atual, é a geração digital – utiliza o suporte de recursos tecnológicos modernos, tais como as tecnologias de informação e comunicação e de fácil acesso à internet e a banco de dados. Neste contexto, a Informática, representada pelos mais diferentes recursos de tecnologia, foi aos poucos sendo incorporada na educação, de tal forma que hoje ninguém consegue imaginar nenhum processo de desenvolvimento cognitivo sem o apoio dela. (SILVA, 2015, p.13-14).

No Brasil a educação à distância (EAD) está oficializada e empregada desde 2005, essa modalidade educacional ocorre quando a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem se faz com a utilização de meios tecnológicos e de comunicação, com pessoal qualificado, também com acompanhamento e avaliações compatíveis e que contribuam para alunos que estejam em lugares distintos e tempos diversos.

AS AULAS REMOTAS E A PANDEMIA

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), que declarou no dia 09 de março de 2020 que a COVID-19 é uma doença infecciosa provocada por vírus que se propaga em humanos, dois dias, foi comunicado pela OMS que a COVID-19 se caracterizava como pandemia, devido aos mais de 118 mil infectados, em 114 territórios naquele momento, dos quais 4.291 pessoas vieram a óbito pelo Coronavírus (OMS, 2020). Nesse contexto, houve a necessidade urgente de toda a sociedade se mobilizar e buscar se adaptar às mudanças ocorridas em todos os setores, seja ele econômico, social e inclusive referente ao sistema educacional, que necessitou estabelecer uma nova perspectiva para conseguir se adaptar a esse novo aspecto social. Como uma forma de prevenir o contágio da doença nesse período anormal, a OMS orientou o distanciamento social entre as pessoas (MÉDICI; TATTO; LEO, 2020).

Os autores ainda complementam que:

Essa medida muito importante para o controle da propagação da doença passou a ser incompatível com o dia a dia escolar. Visto que existe enorme dificuldade de conter a proximidade entre pessoas que circulam no mesmo ambiente escolar, além da característica estrutural das salas, muitas vezes super lotadas, que proporcionam as aglomerações, tornando assim impossível a realização de aulas presenciais (MÉDICI; TATTO; LEAO, 2020).

De certo que estávamos passando por momentos que de nenhuma forma pudéssemos imaginar que pudéssemos passar, nos quais os modelos que dominamos sobre o ensinar e o aprender exigiram mudanças radicais. Para a maioria dos professores, os efeitos da pandemia significaram trabalhar como nunca haviam experimentado.

Moran (2007), já alertava para a nova maneira de pensar e ensinar o mundo, a mídia audiovisual ganha destaque na formação do ensino, constitui técnica e formação, apresenta novas linguagens e, ao mesmo tempo, o uso multimídia de que professores e os alunos devem estar familiarizados para um melhor uso de seus usos. Ao mesmo tempo, devido à nostalgia contemporânea, o professor deve fazer uma leitura crítica, não utilizando sua naturalização como face às contradições e conflitos em seu processo de uso, com vistas ao uso correto de seu uso.

Nesse contexto, a Educação a Distância (EAD), que antes era apenas uma modalidade de ensino aplicada em alguns locais por opção, hoje passou a ser uma necessidade obrigatória. E no contexto atual por consequência da pandemia esta modalidade é a maneira encontrada pelas instituições educacionais para não deixar seus alunos desassistidos.

Morin (2002), já dizia que este é um momento de transição na EAD, pois embora ainda predominem as interações virtuais frias (questionários, e-mails) e poucas interações online (ferramentas síncronas), já se inicia um processo no qual é possível sair do modelo tradicional de interações individuais e ir para as grupais (interações coletivas). É o momento de fazer dos avanços tecnológicos que uma vez já modificaram a sociedade fazer mudar o ambiente escolar, até mesmo porque o aluno deixa de ser receptor de conhecimento e é desafiado a construí-lo norteado pela contextualização de conhecimentos que lhe são úteis. Neste momento surgem então novos conceitos, novas relações e definições de tempo e espaço.

O professor que desde muito tempo atrás, vem cada vez mais buscando mecanismos para tornar sua aula atrativa aos olhos do educando, viu a necessidade de forma emergencial, de se adaptar com as ferramentas da EAD e assim dar continuidade às aulas, agora de maneira remota. O que era necessidade virou algo emergencial, o professor que antes estava começando a se inserir no contexto tecnológico, teve que de um momento para o outro fazer o novo acontecer em uma velocidade jamais imaginada.

Miranda (2020), explica que as aulas remotas realizadas no contexto do coronavírus são atividades de ensino mediadas pela tecnologia, mas que se orientam pelos princípios da educação presencial. Aulas remotas oferecem a continuidade da escolarização por meio de recursos tecnológicos, só que a distância. Normalmente, as lições são encaminhadas às turmas pelos professores de cada matéria, no mesmo horário da aula presencial. A impossibilidade de realizar os encontros presenciais entre professores e alunos, devido às medidas de isolamento social, as aulas remotas surgem como alternativa para reduzir os impactos negativos no processo de aprendizagem.

Com as aulas suspensas, muitas escolas, educadores, pais e alunos tiveram que passar do ensino presencial para o ensino a distância (EaD) sem muito tempo de preparação, o que é um desafio bem grande para todos e principalmente para o professor, esse último é um fato muito importante de se destacar, pois as aulas desse tipo, estão deixando os professores mais exaustos, talvez pelo aumento da carga de trabalho. A verdade é que se está trabalhando muito mais em casa do que quando estão na escola, além do que o gasto está sendo maior, e o retorno não está sendo o esperado, nem com a aprendizagem e nem com a participação, uma vez que os alunos e seus familiares também parecem estar esgotados, muitos com a necessidade materiais que não estão conseguindo suprir, outros pela ociosidade do isolamento, outros pelas perdas que foram e estão sendo constantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que o uso das tecnologias trouxe muitas vantagens para a sociedade em todo o decorrer de seu processo de existência. E na época atual que estamos passando ficou evidente a necessidade de adaptar o novo papel que as TICs assumiram dentro do contexto educacional.

É importante frisar que diante de toda essa mudança que o mundo e conseqüentemente a educação vem passando, o modo de ensinar nunca mais voltará a ser o que era antes, o ensino nunca mais voltará a ser o que era. O que será necessário para isso com maior urgência, será o sistema educacional identificar as desigualdades presentes em nossa sociedade e trabalhar as devidas adaptações de cada região.

Pode-se observar também que os professores durante o ensino remoto, estão fazendo o uso de cada vez mais das TICs, e até mesmo aqueles que não tinham conhecimento de como usá-las tiveram que aprender em um pequeno espaço de tempo, observou-se também a falta de materiais ou recursos para desenvolver suas aulas, pois percebeu-se que maior é a necessidade dessas ferramentas e o recurso usado pelo professor que parte do seu salário não dar para suprir essa necessidade, uma vez que os gastos para aulas remotas aumentou muito. Em suma, essa pesquisa alcançou o objetivo almejado e trouxe informações significativas sobre a temática estudada.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Aline Fabiana de. **O uso das tecnologias na educação como ferramentas de aprendizado**. Centro de Ensino Superior Universitário de Maringá - Unicesumar. 2018
- CASTELLS, M. (2003). **A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4. ed. 11. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.
- HACK, Josias Ricardo. **Introdução à educação à distância**. Florianópolis: Ilv/cce/ufsc, 2011.
- IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- LÉVY, P. **As tecnologias das inteligências: o futuro do pensamento na era da Informática**. Rio de Janeiro, 1993.
- MEDEIROS, Álvaro Francisco de Castro. **Conceitos fundamentais para educação à distância**. Joao Pessoa. UFDB, 2015.
- MÉDICI, M. S.; TATTO, E. R.; LEÃO, M. F. **Percepções de estudantes do Ensino Médio das redes pública e privada sobre atividades remotas ofertadas em tempos de pandemia do coronavírus**. Revista Thema, v. 18, n. ESPECIAL, p. 136-155, 2020.
- MIRANDA ET AL; MIRANDA, Kacia Kyssy Câmara de Oliveira; LIMA, Alzenir da Silva; OLIVEIRA, Valeska Cryslaine Machado de; TELLES, Cinthia Beatrice da Silva. **AULAS REMO-TAS EM TEMPO DE PANDEMIA: DESAFIOS E PERCEPÇÕES DE PROFESSORES E ALUNOS**. Centro cultural de expedições Ruth Cardoso. Maceió, AL, 2020
- MORAN, J. M. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papirus, 2007
- MORAN, J. M., **Novas tecnologias e mediação pedagógica**, Coleção Papirus Educação, Editora Papirus, Campinas, 16. ed., 2009.
- MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Trad.: Eloá Jacobina. 7a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- NISKIER, A. **Educação à distância a tecnologia da esperança: políticas e estratégias para a implantação de um sistema nacional de educação aberta e à distância**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- OLIVEIRA & MOURA. OLIVEIRA, Claudio de; MOURA, Samuel Pedrosa. **TIC'S NA EDUCAÇÃO: A UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO**. UESPI-Campus Dom José Vásquez Díaz, 2015

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **TedrosAdhanomGhebreyesus**. Acesso em: 12 ago. 2020.

SAETLER, P. **A history of instructional Technology**. New York. McGraw Hill. 1968

SILVA, Jonismar Campos. **A EAD como agente de inclusão nas comunidades rurais de Tabatinga-am**. Faculdade Interamericana de Ciências Sociais- FICS. Tabatinga, 2019.

PASINI ET AL. PASINI, Carlos Giovani Delevati; CARVALHO, Élvio de; ALMEIDA, Lucy Helen Coutinho. **A EDUCAÇÃO HÍBRIDA EM TEMPOS DE PANDEMIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**, Universidade Federal de Santa Marta. FAPERGS, 2020.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CONTEMPORANEIDADE: UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Elidiane Vicente
Jacileide Cabocla da Silva
Jaqueline Roberta Andrade Assis

RESUMO

Partindo do pressuposto que a degradação ambiental é um problema que afeta diretamente o Brasil, o presente artigo objetiva apresentar a Educação Ambiental (EA) como proposta interdisciplinar para o surgimento da consciência ecológica nos educandos, através de uma metodologia de projetos ativos e práticos que impactem não apenas na escola, mas na sociedade em geral. O trabalho é uma pesquisa bibliográfica e se baseou em autores como DIAS (2004), FAZENDA (2005), FONSECA (2009) e QUEIROZ (2003), dentre outros e apresenta inicialmente um pouco da trajetória da Educação Ambiental no âmbito educacional brasileiro, segue abordando a importância dessa consciência e por fim sua interdisciplinaridade através da dinâmica de projetos. Dessa forma, promove uma reflexão sobre como a EA é relevante no contexto educacional e deve ser inserida desde cedo na vida escolar das crianças.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Interdisciplinaridade; Consciência ecológica.

INTRODUÇÃO

Implantar a Educação Ambiental nas escolas em uma proposta interdisciplinar pode ser determinante para despertar a consciência ecológica por parte do corpo docente e discente, especialmente quando ela é realizada através de uma metodologia de projetos onde os educandos aprendem e aprendem de forma prática e significativa, pois, de acordo com Carvalho:

As crianças representam as futuras gerações em formação e, como estão em fase de desenvolvimento cognitivo, supõe-se que nelas a consciência ambiental possa ser internalizada e traduzida de forma mais bem sucedida do que nos adultos, já que ainda não possuem hábitos e comportamentos constituídos". (CARVALHO, 2001, p.46).

Partindo dessa premissa, o presente artigo objetiva apresentar a Educação Ambiental como importante instrumento para fomentar nas atuais e futuras gerações uma consciência ecológica, mostrando que as políticas públicas para essa demanda precisam ser urgentes, no entanto, enquanto elas acontecem efetivamente a escola não pode cruzar os braços.

O ensaio está dividido em três subtítulos: A educação ambiental: um pouco de história, A importância de uma consciência ecológica e por fim Educação Ambiental a partir da pedagogia de projetos. Todos ligados pela ideia de que a inserção da EA vai além de apenas conscientizar ecologicamente, mas criar uma cultura ambiental que será levada para a vida.

A temática deste estudo gira em torno da EA como disciplina interdisciplinar ativa e constante nas salas de aula, onde a construção de uma sociedade mais consciente ecologicamente falando seja colocada em prática desde os anos iniciais que o indivíduo ingressa na escola.

A pesquisa apresentada será bibliográfica e para embasamento do artigo foram elencados os autores BRANDÃO, CASTRO, DIAS, FAZENDA, FONSECA, LEEF e QUEIROZ, além de leituras complementares que contribuíram para que o conhecimento prévio/empírico fosse aprofundado, dando uma perspectiva mais científica de como elucidar a problemática de como inserir significativamente a Educação Ambiental nas escolas.

Explorar o tema permitirá ao pesquisador entender que a EA pode sim ser implantada e implementada de forma interdisciplinar com uma gama de possibilidades de contextos em diversas disciplinas de forma significativa, preferencialmente através de uma metodologia de projetos, sendo assim um alicerce para a construção da consciência ecológica.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM POUCO DA SUA TRAJETÓRIA

Os problemas ambientais não acontecem apenas em nosso país, mas no mundo todo, no entanto o Brasil possui a maior reserva de mata Atlântica do mundo, bem como outros recursos naturais, o que desperta a ganância e a ambição de muitos/as onde o que importa é o lucro hoje, amanhã e depois, deixando-nos reféns de um futuro incerto e ameaçado pela própria ambição humana, desfavorecendo centenas de estabelecimentos de ensino tanto público quanto privado em nosso cotidiano, pois sabemos que os direitos humanos precisam ser considerados tanto na escola quanto na sociedade civil, no entanto é necessário repensar projetos que busquem minimizar os impactos negativos que nosso meio ambiente vem sendo vítima desse sistema conservador e capitalista.

Nas últimas décadas, mais precisamente nos últimos anos é notório um total descaso do governo atual no que se refere à implementação de políticas públicas que conscientizem e minimizem a exploração ambiental em grande parte do nosso país e os parâmetros legais precisam ser cumpridos metodicamente, pois estamos abordando uma problemática de grande dimensão, considerando as condições sociais e por intermédio de qual ótica os sujeitos estão sendo conscientizados, sendo perceptível a acentuada complexidade das problemáticas que causam danos irreparáveis ao meio ambiente, por isso na maioria das vezes, o termo Educação Ambiental (EA) não passa de uma mera expressão involuntária, portanto é necessário não apenas um posicionamento político, mas também no âmbito educacional e, sobretudo, uma postura ética no que se refere às questões inerentes à temática que muito tem se discutido no âmbito das pesquisas. Queiroz ressalta que:

A educação ambiental foi instituída pelo governo brasileiro em 1999, visando a qualidade de vida e a sustentabilidade. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) indicam o tema do meio ambiente como um dos temas transversais a serem trabalhados na escola. (QUEIROZ, 2011, p. 107)

Percebemos que a inserção da EA no âmbito educacional foi bastante pertinente, pois além de facilitar estudos e pesquisas contribui significativamente para realização de projetos de intervenções em nossas escolas, objetivando a conscientização dos/as estudantes que por conseguinte, serão multiplicadores dessa ideia por intermédio da educação, propondo que o tema seja vivenciado nas escolas, ou seja no chão da sala de aula e, em todos os componentes curriculares.

Nosso país precisa encarar com responsabilidade as problemáticas que circundam o Meio Ambiente, infelizmente tanto o executivo quanto os legislativos não têm encarado essa situação com seriedade. É necessário ações firmes implementação de políticas públicas que busquem investir no combate ao desmatamento, bem como quaisquer ações que agridam a natureza. Partindo desses pressupostos, podemos lutar juntos/as por possíveis melhorias comportamentais dos/as estudantes, mas essas ações têm que acontecer de maneira vertical e, posteriormente vivenciarmos práticas emancipatórias que politizam os/as estudantes de maneira crítica e responsável e a melhor maneira é vivenciarmos na prática essas ações por intermédios de projetos nos quais eles/as se sintam protagonistas e sujeitos ativos da história da sua comunidade ao analisar em que aspectos e/ou situações podem contribuir efetivamente melhorias no meio ambiente e, conseqüentemente conscientizar-se e conscientizar os/as demais que as melhores condições de vida no planeta depende exclusivamente de nós mesmo.

A IMPORTÂNCIA DE UMA CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA

A Consciência Ecológica (CE) é a principal atitude para uma sociedade consciente na luta e, sobretudo, no zelo pelo Meio Ambiente (MA) e que se obtenha uma relação saudável e responsável com a natureza e, conseqüentemente com o MA, preservando-o e conservando-o de desastre como poluição, desmatamento e caça ilegal de animais, evitando uma crise desenfreada. De acordo com Leef:

A crise ambiental não é crise ecológica, mas crise da razão. Os problemas ambientais são, fundamentalmente, problemas do conhecimento. Daí podem ser derivadas fortes implicações para toda e qualquer política ambiental – que deve passar por uma política do conhecimento –, e também para a educação. Aprender a complexidade ambiental não constitui um problema de aprendizagem do meio, e sim de compreensão do conhecimento sobre o meio (LEEF, 2001, p. 217).

Desta maneira fica perceptível que a EA não se refere apenas a uma maneira de se conscientizar para uma nova visão de mundo, mas a um processo contínuo da cultura ambiental na qual haja uma sistematização e interação assertiva entre os sujeitos, enquanto seres sociais. Portanto, é necessário a ruptura de paradigmas que dizimam o meio ambiente, visto que na maioria das vezes é necessária uma reorganização desses paradigmas que se encontram imbricados a fenômenos sociais viciosos e prejudiciais a todos/as sem distinção de raça e/ou classe social, pois moramos no mesmo planeta.

O MA pode ser considerado um elemento integrado tanto à educação quanto à sociedade, uma vez que está inserido de maneira contextual e a educação como prática social corrobora para o exercício pleno da cidadania. Diante do exposto, podemos considerar a EA numa perspectiva interdisciplinar, visto que prioriza o bem estar do ser humano nos mais diversos âmbitos, objetivando respeitar a coletividade e as relações preestabelecidas do sujeito com o meio em que vive tanto a curto quanto a longo prazo. Neste sentido Fazenda nos assegura que:

No processo interdisciplinar não se ensina nem se aprende: vive-se, exerce-se. A responsabilidade individual é a marca do projeto interdisciplinar, mas essa responsabilidade está imbuída do envolvimento – envolvimento esse que diz respeito ao projeto em si, às pessoas e às instituições a ele pertencentes (FAZENDA, 2005, p. 17).

A EA precisa ser compreendida e considerada por todos/as como uma responsabilidade educacional e, sobretudo, social, pois contempla a vida em sua totalidade. Nesta perspectiva, cuidar do meio ambiente é estar conectado com o presente e zelando pelo futuro mediante uma constante e completa rede de relações na qual se busca uma conscientização ambiental profícua. Partindo desses princípios, precisamos seguir todos os parâmetros que estejam associados ao âmbito da legalidade, buscando uma visão dialógica entre escola e sociedade e cada cidadão e cidadã precisa ser consciente de sua responsabilidade ambiental, bem como conhecer as leis vigentes que contemplem as ações abusivas movendo uma troca de saberes, partindo de uma parte para sua totalidade. Castro & Baeta ressaltam que:

A educação ambiental constitui uma área de conhecimento eminentemente interdisciplinar, em razão dos diversos fatores interligados e necessários ao diagnóstico e à intervenção que pressupõe. Historicamente, ela vem se impondo às preocupações de vários setores sociais como um campo conceitual, político e ético. No entanto, essa área ainda se encontra em fase de construção, o que acarreta diversas confusões conceituais, consequência esperada em um campo teórico recente. Ter a educação ambiental como objeto de reflexão, motivo para a participação em ações em diferentes instâncias sociais, exige a garantia de alguns pressupostos que vêm se concretizando ao longo e por meio de etapas não somente coletivas, como também individuais (CASTRO; BAETA, 2005, p.99).

Os problemas ambientais precisam ser encarados como uma responsabilidade de todos/as, visto que, estamos vivendo no mesmo habitat que é o planeta Terra. Partindo desse princípio de coletividade somos inseparáveis das coisas que compõem a natureza e a complexidade da temática é determinante para que busquemos superar os danos que o ser humano tem causado à natureza e legitimar os cuidados e prevenções cabíveis no âmbito da legalidade. De acordo com essa perspectiva de legitimidade, precisamos lutar por uma reavaliação das normativas e como acontece esse direcionamento aos que desrespeitam nosso meio ambiente. Logo, faz-se necessário uma luta mútua e contínua por intermédio da transversalidade imposta pela temática, abordando métodos, projetos, conceitos na escola, objetivando sua inserção na sociedade.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL A PARTIR DA PEDAGOGIA DE PROJETOS

A vivência de projetos que evidenciam a pertinência desta temática é de suma importância, objetivando a sensibilização e a responsabilidade em cuidar do meio em que vivemos e que será a morada das gerações futuras. Essa sintonia de respeito precisa ser otimizada por intermédio de ações pedagógicas e sociais que ampliem essa consciência ambiental, de modo que contemplem todas as camadas sociais, pois cuidar é responsabilidade de todos/as na perspectiva de uma visão futurista sem isenção de cuidados e prevenções, pois o cuidar é uma condição necessária para se pensar no futuro com positividade.

Tanto a sociedade quanto a escola precisam estar pautada numa postura ética acerca da Educação Ambiental, objetivando o desenvolvimento de ações preventivas e projetos direcionados para cada comunidade na qual os/as estudantes estão inseridos/as, pois não se constrói uma sociedade justa e igualitária sem a cooperação de todos/as.

Essa interação é de suma importância, visto que por esse intermédio é possível uma integração com responsabilidade entre a escola e a sociedade, pois é um compromisso e uma responsabilidade coletiva, dado que se trata de um compromisso plural, requerendo uma ativa discussão, reflexão, pontos de vista divergentes e/ou convergentes para que todos/as se sintam de fato sujeitos ativos dessa construção. Neste sentido Brandão afirma que:

Educação é uma prática social (como a saúde pública, a comunicação social, o serviço militar) cujo fim é o desenvolvimento do que na pessoa humana pode ser aprendido entre os tipos de sujeitos de acordo com os necessidades e exigências de sua sociedade, em um momento da história de seu próprio desenvolvimento. (BRANDÃO, 2007, p. 73)

A escola precisa vivenciar com os/as estudantes práticas por intermédio de projetos que mobilizem o âmbito educacional e reflitam na sociedade. Essa ação mobilizadora que a educação promove pode ser considerada um eixo norteador de uma prática pedagógica comprometida com a inovação, com a ética, com a cultura e, sobretudo com a sociedade na qual todos/as se encontram inseridos/as. Dias menciona que educação ambiental é:

Um processo no qual os indivíduos e a comunidade tomam conhecimento do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornem aptos a agir e resolver problemas ambientais, presentes e futuros. (DIAS, 2004, p. 523).

E neste processo, o/a professor é considerado/a uma referência fundamental para a ação transformadora dos indivíduos. Eles/elas são conscientes de sua responsabilidade social e que podem influenciar os/as estudantes de maneira positiva e/ou negativa. Portanto, o trabalho de sensibilização e conscientização constitui a alavanca para essas mudanças dos/as estudantes e, conseqüentemente, influencia diretamente na sociedade.

O conhecimento prático acerca da consciência ambiental promove uma acentuada interpretação crítica desses problemas, paralisando as ações abusivas de alguns indivíduos e sua relação destrutiva com o Meio Ambiente. É válido salientar que tais ações não são prejudiciais apenas a quem as pratica, mas a todos/as, pois não somos ilhas, ao contrário, somos seres eminentemente sociais.

A escola é uma instituição de cultura tanto intelectual quanto social, logo sua participação precisa ser assídua e ativa, objetivando corresponder suas funções e uma delas consiste na formação e conscientização, pois os sujeitos são dotados de direitos e, sobretudo, deveres em todas as esferas sociais.

Atualmente a escola enfrenta inúmeros desafios e isso implica afirmar a luta por justiça e práticas ambientais que corroborem para a promoção do exercício pleno da cidadania, respeitando as leis ambientais, e realizando de projetos ambientais concernentes às mudanças no âmbito escolar, perpassando pela comunidade na qual cada um/a se encontra inserido/a. Em conformidade com Fonseca ao afirmar que:

O educador deve utilizar os recursos existentes na natureza como ferramenta para trabalhar e despertar aquilo que é desconhecido para uma criança, fazendo com que ela possa desenvolver um aprendizado do uso consciente, criando uma educação transformadora com objetivos de cuidar do meio ambiente. (FONSECA, 2009, p. 23).

Precisamos compreender que precisamos utilizar todos os recursos que o meio ambiente nos oferece, objetivando a sensibilização para o que o/a estudante ainda não conhece e que o respeito

mútuo faz parte de uma sociedade construtiva e responsável que lute pelo exercício pleno da cidadania de maneira ética, política e social por intermédio de uma abordagem interdisciplinar com projeções propositivas de uma educação ambiental consciente e, sobretudo inclusiva, pois os direitos humanos precisam ser o norteado pela transformação social pela qual lutamos com ênfase nas práticas pedagógicas por intermédio de projetos pedagógicos preventivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o exposto no trabalho pode-se afirmar que a Educação Ambiental deve ser considerada por todos como uma responsabilidade educacional e que, ao fomentar à consciência ecológica, acompanhará os cidadãos e cidadãs por toda sua vida.

No entanto, a pesquisa deixou perceptível que a EA ainda é um desafio, dentre tantos outros, enfrentado pela escola e que mesmo interdisciplinarmente acontece de forma pontual e não continuamente como deveria.

Um dos caminhos apontados para minimizar os desafios é a metodologia de projetos que se apresenta como caminho para minimizar o desafio de inserir a Educação Ambiental na escola e não se tornar obsoleta, dessa forma poderá se promover uma reflexão acerca da natureza e dos problemas ambientais. Nesse contexto, a figura do educador é preponderante, uma vez que ele será o mediador da discussão que levará à reflexão e a uma nova tomada de consciência.

Válido ressaltar também que, as políticas públicas no que tange ao tema ainda são escassas e minimamente chegam aos ambientes educacionais, logo essa se torna mais uma luta a ser travada. Faz-se necessário e urgente a implementação dessas políticas por parte dos governantes, para que a Educação Ambiental ganhe mais espaço nos currículos escolares, haja vista a relevância do tema especialmente no Brasil, país detentor de tão grande área verde.

Por fim, fica visível que enquanto as políticas públicas não sejam efetivadas, as escolas deverão promover ações com o objetivo de educar para a consciência ecológica de forma que as novas gerações comecem a preservar o meio ambiente através de projetos contínuos, ativos e significativos.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C.R. **O que é educação?** Editora Brasiliense, Coleção primeiros passos. São Paulo, 2007.

CARVALHO, I, C, M. **Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Alegre: Autores Associados, 2001.

CASTRO, Ronaldo de Souza. BAETA, Anna Maria. **Autonomia Intelectual:** condição necessária para o exercício da cidadania. In: LOUREIRO, C.F.B., LAYRARGUES, P.P. & CASTRO, RS. (Orgs.). **Educação Ambiental:** repensando o espaço da cidadania, 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2005.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental Princípios e Práticas**. 9ª ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FAZENDA, Ivani (Org.). **Práticas Interdisciplinares na Escola**. 10ª ed., São Paulo: Cortez, 2005.
FONSECA, J. S. **A Importância da Abordagem da Educação Ambiental no Ensino Fundamental**. 2009. 39 f. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas) Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas. MG. 2009.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**, São Paulo: Cortez, 2007.

QUEIROZ, Tânia Dias. (Organizadora)- **Dicionário Prático de Pedagogia**. 1ª ed. – São Paulo: Rideel, 2003.

A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO: UM DIÁLOGO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Elidiane Vicente
Jacileide Cabocla da Silva
Jaqueline Roberta Andrade Assis

RESUMO

Este artigo objetiva promover uma reflexão que fomente discussões acerca do currículo e suas transformações ao longo dos anos, especialmente no Brasil. Para tal, discorrer sobre o conceito de currículo, suas mudanças e implicações no processo educacional, enfatizando a luta por sua flexibilização no que tange a diversidade cultural e social (multiculturalismo) sendo posta em prática. A base do trabalho foi a pesquisa bibliográfica através de autores como Antunes, Delors, Queiroz, Sacristán, dentre outros que escreveram sobre a importância do tema em estudo. Assim, o artigo levará a uma visão ampliada do que é o currículo, de como ele pode auxiliar a aprendizagem dos educandos e a prática do educador da relevância de sua aplicabilidade no ambiente escolar contribuindo assim, com o desenvolvimento significativo e qualitativo do processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Currículo; Ensino; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O currículo vem se transformando ao longo dos anos e as discussões sobre o tema tem se fortalecido no âmbito educacional, uma vez que o mesmo é de extrema importância para que uma educação em que se promova a equidade seja colocada em prática nas escolas de todo o país.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo principal fomentar uma discussão sobre a importância do currículo no processo educacional, demonstrando que ao decorrer dos anos o mesmo foi se transformando para considerar todos os sujeitos em sua plenitude e assim promover a educação qualitativa que tanto se almeja, no entanto surge o questionamento se o currículo tem atingido esse fim.

Discutir o tema “A importância do currículo: um diálogo entre a teoria e a prática”, é uma alternativa de conhecer a historicidade do tema e, dentre outros aspectos, descobrir que o conceito que se tem hoje foi sendo construído ao longo dos anos, especialmente com o advento da Escola Nova.

Para a pesquisa bibliográfica, base deste artigo, nomes como ANTUNES (2009), DELORS (2012), QUEIROZ (2003), SACRISTÁN (2017) embasam e ressaltam que, apesar das transformações, a luta por um currículo com equidade ainda se faz necessária.

Pois, este tem ação direta ou indireta na formação e desenvolvimento do estudante e, segundo Moreira e Silva (1997, p. 28) “O currículo é um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação e recriação e, sobretudo de contestação e transgressão”. Assim, a temática será tratada a partir de seu conceito, dando ênfase à sua

importância no contexto do processo ensino e aprendizagem, de modo que a discussão não se restrinja apenas a entender seu significado, mas fornecer um olhar centrado na sua aplicabilidade e relevância.

ABORDAGENS TEÓRICAS ACERCA DO CURRÍCULO

No decorrer dos anos, o currículo passou por inúmeras discussões e, posteriormente, transformações, transformações essas que se instrumentalizam na reflexão e equidade por intermédio dos conhecimentos prévios dos/as estudantes.

De acordo com inúmeras pesquisas que discorrem acerca do currículo sempre houve necessidade e nos anos 70, a escola passou a considerar todos os sujeitos históricos, bem como suas culturas e conhecimentos, isto é, instituí-los/as como sujeitos curriculares, uma vez que, eles/as apresentam elementos culturais que podem e precisam ser validadas no currículo escolar.

No nosso país a ideia de currículo ganhou consistência em 1920 com o advento ou movimento da Escola Nova, iniciando então os estudos sobre o que vai ser ensinado na escola, dando início à era da industrialização, pois anteriormente a escola era tradicional com resquícios do ensino jesuítico. Antunes ressalta que:

Essa escola, singela como outras tantas que ousam inovar seu currículo, buscou dar “cor” e “vida” às aulas e, de forma criativa, mostrou aos alunos que não é necessário existir um abismo entre os saberes essenciais para se viver, e outros, para essa função inútil cultivada pelas escolas apenas para avaliar e atormentar seus alunos (ANTUNES, 2009, p. 16).

O currículo é um eixo fundamental para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, no entanto nem todos/as professores/as são conscientes dessa real importância, descartando a cultura, o modo de vida dos/as estudantes. Segundo diversos pesquisadores que abordam o currículo, havia uma necessidade dele, pois segundo pesquisas surgem nos anos 70, a escola precisa considerar todos os sujeitos históricos e fazedores de cultura, bem como suas culturas e conhecimentos, isto é, instituí-los/ como sujeitos curriculares, dado que, ambos possuem elementos de cultura que podem e precisam ser validadas no currículo e na avaliação escolar.

No Brasil a ideia de currículo ganha consistência em 1920 com o advento ou movimento da Escola Nova, iniciando então os estudos sobre o que vai ser ensinado na escola, dando início à era da industrialização, pois anteriormente a escola era tradicional com resquícios do ensino jesuítico. Portanto, acreditamos que o currículo pode e precisa ser o principal artefato cultural, político, social, epistêmico e pedagógico do sistema escolar, objetivando a construção das identidades. Essas são questões centrais são inerentes ao currículo e de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96 regulamenta no Art., 26.e § 1º.

O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertencente à história do Brasil. (LDB, 9394\96, de 2019, p. 21)

Nesta perspectiva a escola tem uma função essencial no ato de ensinar por intermédio da relação curricular, daí a necessidade que haja uma organização curricular no que se refere aos componentes curriculares (disciplinas), no entanto, mas não se pode priorizar uma disciplina à outra. O dicionário prático de pedagogia ressalva que:

Currículo pode significar as matérias de um curso. Essa definição foi adotada pelo Ministério da Educação e Desporto. Mas currículo pode significar também a expressão de princípios e metas do projeto educativo que precisam ser flexíveis, que foi à concepção adotada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. (2003, p.78).

Currículo na sua totalidade abrange um caráter cultural, político social e pedagógico do sistema escolar para que construa uma cultura que é incorporada pelos grupos e seus respectivos membros, isto é, os elementos de cultura dos povos precisam estar presentes no currículo escolar e a escola não pode se tornar um território excludente, pois a luta pela equidade precisa contemplar a organização curricular de maneira efetiva.

As discussões acerca do currículo tem sido pauta de muitos encontros e eventos sobre educação, visto que, não há currículo pronto, acabado e ingressado, dado que, a flexibilidade é uma das suas principais características, sobrepondo-se ao currículo tradicional, promovendo mudanças estruturais do currículo que precisa contemplar as particularidades de cada estudante, considerando o meio social, cultural e político no qual cada um/a se encontra inserido/a, objetivando a busca por uma justiça social. Acerca do currículo Sacristán afirma que:

O currículo como projeto baseado num plano constituído e ordenado, relaciona a conexão entre determinados princípios e a sua realização, algo que se há de comprovar e que nessa expressão prática concretiza seu valor. (SACRISTÁN, 2017, p.16)

A oficialização das diferenças precisa nortear o currículo, pois sua abrangência precisa ser macro, considerando a emancipação de uma minoria excluída, objetivando a manutenção do poder das classes mais favorecidas, portanto, faz-se necessário um currículo abrangente, diferenciado e, sobretudo, apto às mudanças substanciais para que se referenciam toda história e cultura por intermédio dele. De acordo com Tardif faz-se necessário que os/as docentes busquem e lutem por uma formação de qualidade que seja “um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e

experiências”. (2002, p. 36). O currículo pode e precisa ser compreendido e vivenciado de maneira cultural e prática no âmbito das unidades de ensino, pois são conscientes que a escola é constituída por uma pluralidade de conhecimentos e, como tais não podem ser descartados.

O currículo não pode ser singular, estático e sim plural e essa pluralidade consiste em um grande desafio, rompendo paradigmas tradicionais e práticas conservadoras e padronizadas de ensino por um exercício pleno da inclusão socioeducacional e cultural, promovendo uma construção crítica e reflexiva, considerando as peculiaridades de todos/as envolvidos/as neste processo de ensino e aprendizagem, partindo da organização curricular. Antunes afirma que:

Aprender, hoje em dia, é resolver situações complexas e saber usar o que aqui se conquista ao desafio que logo à frente vai por certo surgir. Essa mudança no conceito de conhecimento e de aprendizagem implica mudança estrutural nos currículos. (ANTUNES, 2009, p. 24).

O processo de organização curricular tem sido pauta de muitas discussões, promovendo mudanças construtivas, incrementando processos inclusivos, ou seja, os conhecimentos prévios dos/as estudantes devem ser considerados contextualmente. Por isso o processo de ensino é indissociável do currículo que tange à relação direta com os/as estudantes com a escola, a sociedade, enfim com sua cidadania. Neste sentido, não se pode excluir o currículo da escola, pois é um instrumento que não pode se desagregar do processo pedagógico, portanto é necessário a valorização desse instrumento em prol da inclusão sociocultural dos/as estudantes. Segundo a LDB, 2017, no Art., 27 ao ressaltar que os conteúdos da educação básica observarão as seguintes diretrizes:

- I – A difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- II- Consideração das condições de escolaridades dos alunos em cada estabelecimento;
- II- Orientação para o trabalho;
- IV- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.

Nem sempre essa flexibilidade que o currículo precisa é promovida efetivamente, infelizmente a luta por uma equidade curricular ainda é muito frágil, apesar de termos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) os livros didáticos não estão em consonância a cada região do nosso imenso país como deveria ser, é o podemos considerar uma exclusão regional ou local. Contudo, em outras circunstâncias os/as professores/as podem promover estratégias didáticas que corroborem para a flexibilidade curricular que cada instituição de ensino precisa. No entanto, não se trata de uma simples estratégia didática, mas focar tanto nas habilidades quanto no desenvolvimento das competências

desses/as estudantes, pois a mediação desses resultados está atrelada ao currículo que precisa ser bem articulado.

A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO NA APRENDIZAGEM ESCOLAR

A aprendizagem escolar pautada nas experiências torna os/as estudantes mais participativos e protagonistas do processo, ao passo que assumem a condição de sujeito de direitos na constituição dessa aprendizagem, tornando-a significativa. Logo, o fazer pedagógico é um desafio que precisa ser dialógico, impulsionando as relações entre escola e a comunidade, portanto o sentido do currículo escolar não pode ser centralizador, sendo assim é fundamental compreender que a educação precisa contemplar todas as culturas e povos, considerando suas especificidades de acordo com sua comunidade escolar. Acerca do processo de aprendizagem Delors ao afirmar que:

O processo de aprendizagem do conhecimento nunca está acabado, e pode enriquecer-se com qualquer experiência. Nesse sentido, relaciona-se cada vez mais com o mundo do trabalho, à medida que este se torna menos rotineiro. A educação pode ser considerada bem-sucedida se conseguir transmitir às pessoas o impulso e as bases que façam que continuem a aprender ao longo de toda a vida, no trabalho e também fora dele. (DELORS, 2012, p. 76).

Somos conscientes da função social da escola e esse é um compromisso abrangente que permeia o currículo, transformando o processo de ensino e aprendizagem excludentes em oportunidades de reflexão, ação e promoção dos sujeitos envolvidos neste processo. Diante do exposto, pressupomos que o currículo precisa apresentar um posicionamento ético, político e social com uma abordagem interdisciplinar da realidade dos/as estudantes, enfatizando as diferenças dos/as envolvidos/as que fazem parte do comprometimento organizacional das instituições de ensino.

Acreditamos que o currículo precisa estar pautado no compromisso social, implicando uma postura ética e responsável na formação dos sujeitos, desenvolvendo ações pertinentes e, sobretudo, direcionadas à realidade dos/as estudantes, pressupondo a construção de uma sociedade que entorne a justiça, a igualdade e a criticidade, considerando os/as estudantes sujeitos integralmente sociáveis, como indivíduo e cidadãos/ãs.

Assim como a escola, o currículo tem um compromisso social, adotando uma postura comprometida com ações que contemplem seu público em sua totalidade, neste sentido, o currículo está pautado no conceito da coletividade, como um processo contínuo, buscando melhores condições para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. É o que nos propõe Albuquerque ao afirmar que “o currículo construído coletivamente é outra tentativa do novo milênio, envolvendo e comprometendo todos os atores sociais em uma postura ativa, crítica, democrática e criativa.” (2006, p.19).

O diálogo remete novas reflexões acerca do currículo que se encontra atrelado à prática pedagógica. Portanto, é necessário que os/as professores/as tenham conhecimento dos conceitos básicos sobre o currículo. Compreendemos que o currículo precisa emanar das práticas sociais dos/as estudantes, considerando seus conhecimentos prévios, isto é, antes do seu ingresso no âmbito escolar, desta maneira a construção do conhecimento que visa fundamentar as diretrizes curriculares das instituições de ensino precisa visar a equidade e a flexibilidade.

Esse posicionamento refere-se ao compromisso social que a educação emana por intermédio da reflexão, ação e práticas pertinentes à comunidade na qual os/as estudantes estão inseridos. Partindo desse princípio, compreendemos que a organização curricular é um compromisso social dos/as professores/as, que é um instrumento fundamental nas possíveis mudanças dos/as estudantes, enquanto seres sociais.

Sabemos que os/as estudantes são sujeitos de direitos e deveres, por isso todos/as independentemente de raça ou religião precisam ser contemplados/as e, sobretudo, respeitados/as e a educação é primordial na formação integral desses sujeitos e o currículo tem uma função primordial, pois seleciona e valida as culturas dos/as estudantes que ocupam um lugar referencial no currículo. Nessa perspectiva ele precisa contemplar as questões socioculturais de todos os sujeitos.

Os sujeitos são constituídos de elementos de cultura, portanto nesta dimensão são constituídos os currículos mediante essas dimensões culturais que são reconhecidas. Daí, a produção de conhecimentos que se dá por intermédio da educação escolar, por isso o currículo precisa ser reflexivo pautado na equidade. Prado no assegura que:

É preciso ter professores capazes de atuar e de recriar ambientes de aprendizagem. Isso significa formar professores críticos, reflexivos, autônomos e criativos para buscar novas possibilidades, novas compreensões, tendo em vista contribuir para o processo de mudança do sistema de ensino. (PRADO, 2000, p. 14).

Vivemos em um novo tempo, no qual o/a professor/a não é o detentor do saber e sim um mediador do conhecimento e os/as estudantes podem e precisam ser protagonistas da sua aprendizagem. Portanto, é de suma importância considerar as experiências dos/as estudantes, não descredenciando as contribuições dos/as professores/as neste processo, mas evidenciando as potencialidades dos/as estudantes numa perspectiva crítica, reflexiva e igualitária.

O currículo é um elemento que norteia a prática pedagógica dos/as docente, eis a real finalidade do currículo e se necessário for repensamos a visão que se tem de currículo e sua contribuição para o processo de ensino e aprendizagem, adequando-se à realidade dos/as estudantes que na realidade não aprendem no mesmo ritmo, daí a importância da flexibilidade curricular, norteando a prática educativa por intermédio de estratégias didáticas lineares, adaptando-se à organização curricular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão e discussão apresentada nesse artigo se mostraram de elevada importância para uma visão mais clara do conceito de currículo e da relevância deste no contexto educacional, uma vez que possibilitou um aprofundamento teórico sobre o tema através dos autores escolhidos e as diversas leituras que embasaram a pesquisa.

É urgente então, tornar prático no universo escolar o conhecimento teórico adquirido para que o currículo não se torne apenas mais um documento burocrático que integra as exigências documentais dos sistemas escolares, e sim, com o entendimento de que ele é um documento “vivo”, colocá-lo em prática no cotidiano diário da escola.

Para isso os estudos que nortearam o trabalho apontam que toda comunidade escolar deve estar sintonizada na mesma frequência, com a consciência de que este documento precisa ser pautado na coletividade, dessa forma então, promoverá a flexibilidade e a equidade que tanto se almeja no processo de ensino e aprendizagem.

Portanto, perceber e entender o currículo como um elemento que norteia a prática pedagógica deve ir além de uma tomada de consciência, deve se tornar uma prática em que a avaliação, o debate, a reflexão, o fazer e refazer curricular, quando necessário, se tornem uma realidade constante.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Targélia de Souza. **Currículo e avaliação: uma articulação necessária- textos e contextos/** Targélia de Souza Albuquerque...[et.al.]. Recife- PE: Centro Paulo Freire: Bagaço, 2006. (Coleção Caminhos da Utopia; v. 2).

ANTUNES, Celso. **A Prática de Nossos Saberes/** Celso Antunes. 2. ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB- 3.ed.-**Brasília:Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019.

_____. Ministério da Educação **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, MEC, CONSED, 2017.

DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir.** 7ª ed. Revisada- São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2012.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu (org.) **Currículo, Cultura e Sociedade.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Escolar, democracia e qualidade de ensino.** Vitor Henrique Paro. – São Paulo: Ática, 2007.

QUEIROZ, Tânia Dias. **Dicionário Prático de Pedagogia.** (Organizadora)- 1ª ed. – São Paulo: Rideel, 2003.

SACRISTÁN, Gimeno José. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática/ José Gimeno Sacristán; tradução: Ernani F. da Fonseca Rosa; revisão técnica: Maria da Graça Souza Horn. – 3ª ed. – Porto Alegre: Penso, 2017.

A PERCEPÇÃO SOBRE A CAATINGA E O CONSUMO CONSCIENTE DA ÁGUA PELOS ALUNOS DO 9º ANO DA ESCOLA Pe. GODOFREDO JOOSTEN

Giovana Barbosa Cavalcante
Solange Batista Dantas Lucena
Valquíria Andrade Bernardo

RESUMO

Nos dias de hoje a água torna-se cada vez mais rara, devido a sua escassez, principalmente no que se refere à água doce, proporcionando uma grande crise hídrica, sanitária e social. Diante de tal crise faz-se necessário uma ação conjunta das autoridades governamentais, da iniciativa privada, da sociedade e dos consumidores domésticos para uma gestão dos recursos hídricos a curto, médio e longo prazo, com impacto direto sobre a segurança hídrica, em especial, a água. Assim, para que haja maior conscientização, é fundamental que todos tenham acesso a informações para que possam exercer sua cidadania, preferindo produtos de empresas comprometidas com a preservação do meio ambiente, ao mudar seu comportamento, evitando o uso indiscriminado da água. Este estudo objetivou analisar o que os alunos do 9º (nono) ano, turma A, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Pe. Godofredo Joosten, no município de Gado Bravo-PB, entende sobre o consumo consciente da água, tendo em vista a realidade do Bioma da Caatinga Paraibana.

Palavras-chave: Água; Caatinga; Consumo consciente.

INTRODUÇÃO

O ser humano já modificou profundamente seu ambiente, moldando-o às condições de suas múltiplas necessidades biológicas e dessa forma originando conflitos entre os elementos que compõem os ecossistemas naturais e artificiais. Podendo se tornar irreversíveis, como explicita Drew.

A ação dos seres humanos sobre o meio ambiente foi e continua sendo descomprometida com a preservação e manutenção do meio em que vivemos, buscando apenas atender às nossas necessidades atuais e esquecendo-se das gerações futuras. Diante de tantos atropelos, deparamo-nos com a incerteza sobre o futuro de nosso planeta e, sobretudo o nosso. (DREW, 2010, p.3.)

Esta realidade se estende do ambiente mais amplo ao mais restrito. Desse modo, percebe-se a necessidade de buscarmos a estabilidade econômica e ecológica por meio do desenvolvimento sustentável, buscando alternativas para conservar e preservar os recursos já existentes, culminando assim em uma melhor perspectiva de vida para os nossos descendentes e das demais espécies, assim como para nós mesmos.

Somente será possível consolidar essa mudança de atitudes frente aos impactos ambientais formando indivíduos críticos, conscientes de sua realidade e capazes de promover mudanças nas

relações dos seres humanos entre si e com o ambiente, possibilitando o desenvolvimento de uma prática contínua e permanente, integrada nas diversas áreas do conhecimento.

Diante da problemática levantada através de leituras referentes à temática proposta, a pergunta norteadora é: Qual a percepção dos educandos sobre o bioma Caatinga? Os mesmos conseguem identificar os impactos ambientais causados pelos seres humanos no lugar onde moram? O que fazem em relação à conservação e valorização dos recursos hídricos? Desse modo, espera-se com esse estudo entender a percepção dos educandos sobre o bioma em questão e ao mesmo tempo colaborar em novas medidas conservacionistas estimulando e contribuindo para uma visão mais ampla, porém, sem interferir em sua cultura estimulando o comportamento de valorização e conservação por meio do conhecimento da importância e das riquezas da fauna e da flora do Bioma Caatinga, bem como sua influência no equilíbrio ambiental.

A Educação Ambiental não se restringe ao âmbito escolar, nem se limita a um período concreto da vida das pessoas, no entanto a escola pode e deve interferir ao propor alternativas e trabalhar incentivando procedimentos dinâmicos nos quais a questão ambiental é encarada como uma prática que diz respeito a todos, uma vez que, o espaço escolar serve como instrumento privilegiado para o desenvolvimento de processos de aprendizagem, objetivando fomentar um movimento de mudanças que habilite em todas as crianças, adolescentes e adultos um sentido de respeito à natureza a partir da colaboração de cada um. O que está em conformidade com o pensamento de Silva et al. (2011). “É fundamental a responsabilidade individual, a organização social e a participação compartilhada, viabilizando ações e decisões para a solução de problemas vivenciados pela comunidade.”

Tal realidade não é diferente no município de Gado Bravo, Paraíba. Em que a população não reconhece a importância da preservação da flora e da fauna, acreditando que as atitudes frente ao meio ambiente são inofensivas e que não vão interferir no meio ambiente ou mesmo na sua saúde.

Diante do exposto, percebe-se à necessidade de mudanças de hábitos, buscando conservar o ambiente em que vivemos e contribuir para a melhoria do mesmo no sentido de minimizar os impactos ambientais causados pela humanidade, além de conscientizar e sensibilizar os educandos dos problemas ambientais existentes, desmistificando o bioma Caatinga como ambiente escasso de biodiversidades e estimulando-os a exercerem o papel de cidadãos.

A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA CAATINGA

A caatinga significa “floresta branca” designação oriunda do Tupi-guarani, é um bioma exclusivamente brasileiro, ao contrário do que muitos pensam, a mesma apresenta grande variedade de paisagens, relativa riqueza biológica e endemismo, ou seja, seu patrimônio biológico não se encontra em nenhum outro lugar.

A percepção ambiental pode ser entendida como a tomada de consciência do ambiente pelo ser humano, percebendo seu papel no ambiente e despertando para atitudes de proteção e cuidado com o mesmo.

Normalmente, por meio de abordagens informais, notam-se alguns preconceitos e desvalorização referentes à paisagem e biodiversidades, sendo consideradas pobres, uma vez que, sua vegetação compreende principalmente árvores e arbustos baixos, muitas delas apresentando espinhos e características xerofíticas ficando esbranquiçada durante o período de seca de até oito meses. Essas plantas se caracterizam principalmente pela perda de folhagem durante a estação seca, entre elas destacam-se os cactos, Ipê, Jurema, Umbuzeiro, Aroeira, Imburana. Sendo seu solo raso e pedregoso, os lajeados cristalinos, os maciços residuais, a irregularidade da distribuição das precipitações, a intermitência da drenagem, a abundância de cactáceas, a aridez e o aspecto caracteristicamente xeromórficos da vegetação conferem a identidade imediata da paisagem com clima semiárido e quente.

A atividade extrativista, a agricultura, a pecuária, a ocupação de áreas sem planejamento, entre outras atividades humanas, vêm aumentando o processo de degradação ambiental, levando algumas espécies à ameaça de extinção. Além de contribuir nas alterações da temperatura atmosférica, levando-o a condição de ecossistema menos preservado. Para reverter esse processo, estudos da flora e da fauna da Caatinga são necessários.

Caatinga, provavelmente devido à sua característica semiárida e relativa pobreza de espécies, é o ecossistema brasileiro mais negligenciado quanto à conservação de sua biodiversidade. Entretanto, o conhecimento de sua fauna e flora, apesar de ainda incipiente, será extremamente importante, justamente para manejo de ambientes em processo de desertificação, cada vez mais comuns nas paisagens do planeta. (ZANELLA; MARTINS, 2003, p.75)

Os dramas sociais se fundem nas agressões ambientais, resultando numa combinação em que a preservação das diferentes formas de vida pesa pouco nas decisões econômicas, de tal modo que a utilização do fogo para a queima das matas visando favorecer a agricultura e a pecuária, a devastação da vegetação nativa para obtenção de combustíveis, a interferência nas cadeias alimentares por meio da caça predatória e da degradação ambiental, entre outros, gera conflito entre o homem e o ambiente que ele próprio modificou, porém não podendo abandoná-lo, uma vez que o mesmo está adaptado, continua o esgotamento dos recursos naturais prejudicando desse modo a qualidade do ambiente. O que é endossado de acordo com Branco (1995):

A interferência do homem, no entanto, não se fazendo de forma cíclica, mas contínua ou desordenada, introduzindo elementos estranhos ou retirando elementos essenciais ao sistema, pode provocar danos irreversíveis – Os impactos ambientais. (BRANCO, 1995, p. 23.).

A proteção ambiental que dispõe sobre o reconhecimento do direito a um meio ambiente sadio como uma extensão ao direito à vida, tal temática vem evoluindo com o passar do tempo e a conscientização ambiental também ao ponto de impulsionar novas leis de proteção ao meio ambiente.

A PERCEPÇÃO DA ÁGUA COMO RECURSO FINITO

Mediante colocações anteriores onde observamos o bioma da caatinga paraibana, juntamente com suas questões ambientais específicas da área, passamos a refletir sobre a questão da água na referida região, no momento onde o mundo inteiro está com os olhos voltados para a COP26 (26ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas da ONU) que acontecerá de 31 de outubro a 12 de novembro de 2021 na cidade escocesa de Glasgow, que discutirá os próximos passos para a completa implementação do Acordo de Paris, o mais importante compromisso multilateral para o clima em anos recentes. E estará em evidência a deterioração da qualidade desse recurso natural, causada pela poluição indiscriminada, o crescente consumo de água no mundo não é sustentável, pois as práticas atuais geram escassez em grande parte do planeta.

A água dos mares e oceanos compreende cerca de 97% (noventa e sete por cento) do total de água no planeta, esta contém muitos sais minerais, o que a torna inapropriada para o consumo humano. Já a chamada água “doce” corresponde a cerca de 1% (um por cento) do total de água do planeta, é ela que depois de tratada, pode ser usada nas diversas atividades humanas. O Brasil conta com uma média de 12% (doze por cento) do total da água doce superficial do planeta, que são as águas de rios e lagos. No Brasil a sua distribuição não é uniforme se considerarmos sua disponibilidade em relação à população. A região Nordeste conta com apenas 3%, nesse contexto, o semiárido paraibano mostra-se com problemas relacionados com sua disponibilidade para atender a demanda da população, uma vez que apresenta baixos índices de precipitação anual, além de altos índices de evaporação de rios que se agrava com o desmatamento, e também por falta de medidas adequadas no que se refere à gestão das águas.

A conscientização do desperdício da água e o seu uso com maior racionalidade é um fator que influencia na qualidade de vida, para que isto aconteça deve começar no ambiente familiar através da mudança de hábitos e de consumo, não apenas da água, mas também dos variados bens e serviços. Conforme Cavalcanti e Mata (2002):

O consumidor consciente das implicações de seus atos de consumo passa a compreender que está ao seu alcance exigir que as dimensões sociais, culturais e ecológicas sejam consideradas pelo setor público e privado em seus modelos de gestão, produção e comercialização, o que requer mudanças de posturas e atitudes individuais e coletivas no cotidiano. (CAVALCANTI; MATA, 2002. p. 185)

A vida humana, assim como de todos os seres vivos do planeta, depende da água, porém, as pessoas dependem desta não só pela necessidade fisiológica como também nas atividades domésticas diárias, na criação de animais, na irrigação de plantações, na geração de energia, nas atividades relacionadas à indústria entre outras atividades. A partir daí, nota-se que muitas dessas atividades comprometem a qualidade da água, produzindo os esgotos que por muitas vezes por falta de tratamento adequado implica no desequilíbrio ambiental, então é fundamental perceber a importância da consciência socioambiental, adotando atitudes voltadas à proteção da natureza e dos recursos disponibilizados, agindo de forma autônoma e com a responsabilidade esperada em prol de ambientes mais saudáveis, sustentável e justo.

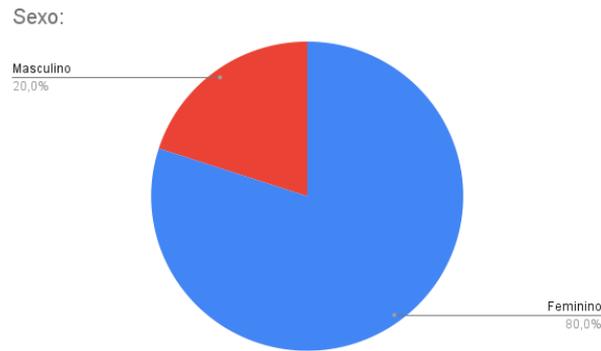
O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

O presente trabalho considera uma metodologia descritiva, com abordagem qualitativa, por meio de uma pesquisa estruturada com questões fechadas e abertas passíveis de serem tratadas quantitativamente possibilitando a observação e análise de dados, utilizando o formulário do *Google forms*. São atores do mesmo os alunos da turma do 9º ano A, do turno da manhã da Escola Municipal de Ensino Fundamental Pe. Godofredo Joosten, possibilitando aos educandos que atuem como sujeitos ativos de sua própria aprendizagem, buscando soluções e realizando suas próprias interpretações, fazendo com que os mesmos se vejam capazes de executar e interpretar situações vivenciadas até então. Sendo assim, no decorrer deste projeto houve a estimulação sobre a problematização cotidiana, relacionados aos conhecimentos formais e informais por meio da curiosidade de entender a dinâmica das modificações observadas na Caatinga decorrente dos períodos chuvosos e de seca.

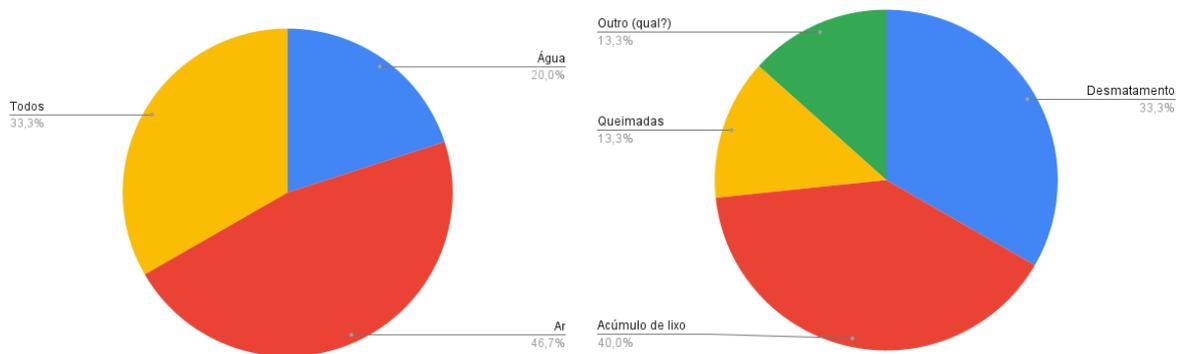
Após ser estimulado o resgate do conhecimento sobre o bioma Caatinga por meio de exposição de fotos de plantas e animais nativos, vídeos e textos buscaram demonstrar as mudanças ocorridas ao longo do tempo de modo a perceber as alterações ocorridas por comparação e por depoimentos informais.

ANÁLISE DOS DADOS

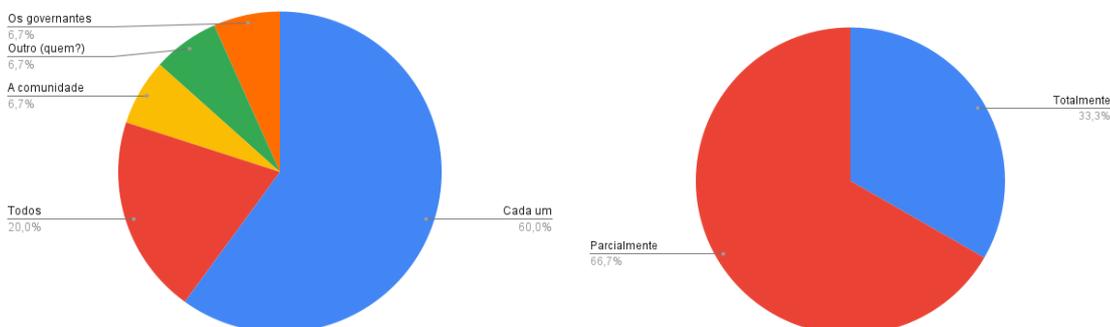
Participaram da pesquisa apenas 15 respondentes de 30 alunos de ambos os sexos, porém, nesse processo de coleta e organização de dados é possível perceber que 80% destes são do sexo feminino e 20% do sexo masculino, todos na faixa etária entre 14 e 15 anos de idade, portanto, dentro do esperado para o ano/série cursado.



Quando se pergunta qual o recurso natural você considera mais importante para a sobrevivência dos seres vivos, sugerindo como respostas as seguintes opções: Ar, solo, água, fogo, madeira, vegetação, animais, todos ou outros. Obtivemos como resposta predominante o ar e apenas um respondente citou a opção outro como resposta, enfatizando a luz solar. Também é percebido que foi destacado o desmatamento ao se considerar o problema ambiental mais evidente na comunidade em que vivem.



Quando questionados sobre quem são os responsáveis por cuidar dos problemas ambientais existentes na comunidade e/ou município, 60% responderam que cada um individualmente. E ainda quando perguntado quanto você se considera uma pessoa que contribui na preservação do bioma em que vive, 66,7% se consideram parcialmente comprometidos.



Apesar de 100% dos respondentes já terem conhecimento sobre o que é consumo consciente, ainda assim, registramos a seguinte frase ao perguntar como faziam racionamento de água: “Não sei,

mas geralmente tem um caminhão pipa por mês, então sendo uma quantidade limitada, a gente não pode desperdiçar”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo buscou analisar o nível de percepção dos alunos do 9º (nono) ano, turma A, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Pe. Godofredo Joosten, município de Gado Bravo-PB, em relação à importância e escassez de água doce na Terra.

Os resultados mostraram que os alunos não são totalmente leigos em relação às questões ambientais. Eles confirmam a possibilidade de degradação ambiental e possível colapso se não forem tomadas sérias providências de cuidado e preservação com o meio. Em relação à possível escassez de água doce, os entrevistados mostraram-se preocupados, porém ainda não tem a consciência formada de que não só é preciso evitar o desperdício dos recursos em suas casas porque são abastecidos com carros pipas e sim que a água é um bem finito e que pode se acabar.

Reconhecem o perigo da escassez de água doce na Terra, porém admitem falhas na defesa, preservação, cuidado e economia desse recurso. Grande parte dos pesquisados demonstraram saber que é preciso economizar água e consumi-la de maneira consciente e tem a percepção que é preciso um trabalho de conscientização na sociedade para se tornarem protagonistas em ações referentes a conservação e proteção ambiental.

REFERÊNCIAS

BRANCO, Samuel Murgel. **O Meio Ambiente em Debate**. Coleção Polêmica. Moderna, São Paulo, 1995.

CAVALCANTI, J.E. MATA H.T.C. **A Ética Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável**. In: Revista de Economia Política, vol. 22, nº 1, janeiro-março/2002 DAEE, Departamento Estadual de Águas e Energia Elétrica. Disponível em: <https://www.scelo.br/j/rep/a/TVxQvv6JJFLPQ8Ltfscsr8Q/?format=pdf&lang=ptem> Acesso em 20/outubro/2021.

DREW, David. **Processos Interativos Homem – Meio Ambiente**. 7ª edição. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2010.

Silva, A. D. V. da, Mendonça, A. W., Marcomin, F. E., Mazzuco, K. T. M., & Becker, R. R. (2012). **Percepção Ambiental como Ferramenta para Processos de Educação Ambiental na**

Universidade. In: *REMEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental*, 27.
<https://doi.org/10.14295/remea.v27i0.3188>.

A SIGNIFICÂNCIA E OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: EQUALIZAR PARA HARMONIZAR A DIVERSIDADE NO HOJE EM PROL DO AMANHÃ

Darlene Rodrigues da Silva

RESUMO

Em cerne, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação onde se pode dizer que a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se inserem e fortalecem a potencialidade existente no presente e futuro, com o propósito de atender às necessidades e pretensões humanas. A relevância do tema se fortalece devido todas as questões envolvidas na temática e por dela depender fatores primordiais à sobrevivência humana, necessitando de um trabalho continuado de conscientização. Para alcançar o objetivo esperado o estudo será embasado em pesquisas bibliográficas e vivências pedagógicas das pesquisadoras, assim como uma atualização sobre as discussões mais recentes sobre o tema. Busca-se ao final da elaboração deste trabalho maior entendimento sobre os significados e os desafios para se conseguir entender e trabalhar o tema.

Palavras-chave: Desenvolvimento ambiental; Educação; Diversidade.

INTRODUÇÃO

O presente estudo se apresenta com o título “A SIGNIFICÂNCIA E OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: EQUALIZAR PARA HARMONIZAR A DIVERSIDADE NO HOJE EM PROL DO AMANHÃ” e nele busca-se descrever sobre a importância do conhecimento sobre o desenvolvimento sustentável, realizando uma abordagem sobre os conceitos bibliográficos e a realidade. A educação está buscando cada vez mais inovar no que se refere às questões ambientais e os resultados deste investimento pedagógico já são vistos no meio escolar.

Nesse processo, os recursos naturais utilizados pela humanidade para a sua sobrevivência, precisa ser compreendido e internalizado como meio de vida pelo qual todos são responsáveis e cuja integridade depende inexoravelmente da manutenção de funções ecológicas essenciais à vida. Dessa forma, conceitua-se recurso ambiental, que abrange a capacidade de fornecer os recursos naturais essenciais, mas também o de ofertar e desempenhar funções de suporte à vida.

Parte integrante da problemática e sendo colocados de uma forma simples, os impactos ambientais referem-se às modificações que o ser humano faz no meio ambiente, sejam pela recarga e/ou pela inserção de elementos no meio (SANCHEZ, 2008). No entanto, apesar do ser humano ser dissociado do meio ambiente por alguns autores, para a maioria destes e a legislação brasileira não, e assim sendo, as alterações no meio socioeconômico causadas pelas atividades antrópicas devem constar nos processos de Avaliação de Impactos Ambientais (AIA).

No Artigo 1º da Resolução CONAMA Nº 01 de 1986 consta a seguinte definição dos impactos ambientais:

“qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - as atividades sociais e econômicas;

III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade dos recursos ambientais” (CONAMA, 1986).

Também é importante citar que as alterações na socioeconômica são consideradas como impactos ambientais e embora alguns autores dissociem o ser humano do meio ambiente, a legislação brasileira e a maioria dos estudiosos da área entendem que o homem é parte do meio ambiente. Assim, além das modificações no meio físico e no meio biológico, as alterações causadas pelas atividades antrópicas no meio socioeconômico também devem ser abordadas nos processos de Avaliação de Impacto Ambiental, cuja a finalidade é considerar previamente os impactos ambientais antes da tomada de qualquer decisão quanto ao meio ambiente e os riscos da degradação ambiental.

DESENVOLVIMENTO

Em uma visão mais ampla, a maior meta do desenvolvimento sustentável é harmonizar os humanos entre si e com a natureza. Para efetivá-la, algo que as instituições econômicas e políticas internacionais e nacionais têm fracassado desde as crises do desenvolvimento e do meio ambiente oriundas da década de 80, requer mudanças sociais e econômicas progressivas, dentre tantas outras.

O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO NO CONTEXTO SUSTENTÁVEL

Numa definição dos objetivos dos desenvolvimentos social e econômico nesse contexto, é preciso considerá-los tanto nos países em desenvolvimento quanto nos desenvolvidos com planejamento central ou com e economia de mercado. As interpretações podem ser múltiplas, contudo, devem ter pontos comuns e consensuais tanto quanto às estratégias para sua efetivação quanto para o seu conceito básico. Nesse contexto:

[...] caso uma via de desenvolvimento se sustente em sentido físico, teoricamente ela pode ser tentada mesmo num contexto social e político rígido. Mas só se pode ter certeza da sustentabilidade física se as políticas de desenvolvimento considerarem as possibilidades de mudanças quanto ao acesso aos recursos e quanto à distribuição de custos e benefícios. (Nosso futuro comum, 1991, p. 46)

Nesse caso, alternativas que visassem melhorias para todos faces aos problemas ligados ao meio ambiente e ao desenvolvimento, facilitariam na busca pelo bem comum. Isto porque, mesmo

numa noção menos ampla de sustentabilidade física encontra-se uma preocupação com a equidade social entre as gerações, a qual, necessariamente deve estender-se à equidade em cada geração, porque:

A pobreza é o nível de renda abaixo do qual uma pessoa ou uma família não é capaz de atender regularmente às necessidades de vida. A percentagem da população que se situa abaixo desse nível depende da renda nacional per capita e do modo como ela é distribuída. Com que rapidez um país em desenvolvimento espera eliminar a pobreza absoluta? (idem, p. 54)

A busca pela geração de renda e a constante degradação ambiental consequente, gera contínuos desentendimentos entre os humanos, uma vez que necessariamente precisa buscar meios para satisfazer as suas necessidades essenciais. Estão diretamente ligadas em parte ao alcance do crescimento potencial pleno e o desenvolvimento sustentável busca evidentemente o avanço da economia nas regiões onde ainda não foram atendidas tais necessidades, pois:

Sustentabilidade opõe-se a tudo o que sugere desequilíbrio, competição, conflito, ganância, individualismo, domínio, destruição, expropriação e conquistas materiais indevidas e desequilibradas, em termos de mudança e transformação da sociedade ou do ambiente. Assim, em seu sentido mais generoso e amplo, a sustentabilidade significa uma nova maneira igualitária, livre, justa, inclusiva e solidária de as pessoas se unirem para construir os seus mundos de vida social, ao mesmo tempo em que lidam, manejam ou transformam sustentavelmente os ambientes naturais onde vivem e de que dependem para viver e conviver. (BRANDÃO, 2008, p. 136)

O reconhecimento de que a degradação ambiental e a pobreza caminham sempre inevitavelmente lado a lado e que, portanto, precisam ser resolvidos concomitantemente, pode converter-se em um dos primeiros passos para a vitória ou fracasso desse desafio fundamentalmente humano no contexto da sustentabilidade e os desafios das gerações presentes e futuras.

Desta forma, em um sentido tão abrangente quanto generoso e amplo, a sustentabilidade traz em si o sentido inovador do igualitário, inclusivo, justo e solidário do qual as pessoas precisam partir juntos para inovarem na construção de seus mundos sociais de vida, lidando, manejando ou modificando de forma sustentável os ambientes naturais onde vivem e convivem.

Nos locais onde as necessidades básicas de vida humana já foram atingidas, ele concerne com o crescimento econômico, desde que neste reflitam-se os princípios da não exploração dos outros e da sustentabilidade. Contudo, apenas o crescimento não é o suficiente, já que a pobreza disseminada pode coexistir com uma atividade produtiva acelerada.

Há muitas maneiras de uma sociedade se tornar menos capaz de atender no futuro às necessidades básicas de seus membros – a exploração excessiva dos recursos é uma delas. Dependendo da orientação do progresso tecnológico, alguns problemas imediatos podem ser resolvidos, mas podem surgir outros ainda maiores. Uma tecnologia mal empregada pode marginalizar amplos segmentos da população. (Nosso futuro comum, 1991, p. 47)

Para evitar que segmentos populacionais sejam segregados e marginalizados, no desenvolvimento sustentável exige-se que as sociedades sejam capazes de suprir às necessidades humanas, por via do aumento do potencial de produção e assegurando as mesmas oportunidades a todos.

Essas intervenções humanas nos sistemas naturais durante o desenvolvimento, até pouco tempo eram em pequena escala e tinham impacto limitado o que se diferencia do atual uma vez que passou a ocorrer em maior escala gerando impactos drásticos tornando-se cada vez mais ameaçadores aos sistemas e à manutenção da vida nas localidades e no planeta.

Em respeito à mínima do que se espera no contexto da sustentabilidade, o desenvolvimento não se converter em risco ou ameaça aos sistemas naturais que mantêm a vida no planeta: a água, a atmosfera, os seres vivos e o solo.

[...] A ecologia ganha uma importância fundamental neste fim de século. Ela tem que estar presente em qualquer prática educativa de caráter radical, crítico ou libertador (...). Neste sentido, me parece uma contradição lamentável fazer um discurso progressista, revolucionário, e ter uma prática negadora da vida. Prática poluidora do mar, das águas, dos campos, devastadora das matas, destruidora das árvores, ameaçadora dos animais e das aves. (FREIRE, 2000, p. 66-67)

Tomar a responsabilidade pelo planeta como universal é algo inexorável aos que realmente reconhecem a significância e buscam ao desenvolvimento sustentável em prol da vida, pois como constante no preâmbulo da Carta da Terra como complemento à Declaração dos Direitos Humanos, tem que ocorrer o reconhecimento de que no mundo, cada pessoa é um cidadão. Assim, todo e qualquer humano tem igual responsabilidade pela comunidade da Terra em sua totalidade, independentemente de suas diferenças individuais quanto ao labor, responsabilidades e funções cotidianas.

A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A CARTA DA TERRA

Diante dos desafios ambientais impostos a esta e às gerações futuras, o mundo se mobiliza em várias frentes e de maneiras diversas na busca de caminhos para a superação dos desafios e preocupações que ainda não foram superadas. Nesse sentido, cinco o grupo de Referência da Década da Unesco tem como orientação básica cinco estratégias:

estabelecer os princípios para uma grande aliança mundial pela sustentabilidade, governamental e não governamental; • concretamente, iniciar pela criação e acompanhamento dos trabalhos das comissões nacionais da Década; • criar centros de referência em diferentes partes do mundo para fomentar a discussão, a pesquisa e a intervenção na EDS; • estabelecer estreita ligação com outras iniciativas e décadas da ONU, tais como: Década da Alfabetização, Educação para Todos, HIV/Aids e os Objetivos do Milênio; • estabelecer uma estratégia de comunicação e informação fortemente ancorada nas novas tecnologias e, particularmente, na internet. (GADOTTI, 2007, p. 20)

Nessa trajetória surgiu a Carta da Terra, com inspiração em fontes variadas, incluindo as tradições religiosas, a ecologia, o desenvolvimento e o meio ambiente, a literatura sobre ética global, os conhecimentos práticos de povos que já vivem de maneira sustentável, além de tratados e declarações e não-governamentais e intergovernamentais significativos à tal busca, convertendo-se assim em um complemento valioso e indispensável da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Em várias situações a Carta da Terra vem sendo utilizada como base para resolver conflitos gerados no modo insustentável de produção e reprodução da existência humana no planeta. Vem configurando-se em valorosa via de superação dos fundamentalismos que atualmente afrontam a paz no convívio das nações e povos terrenos.

Os princípios e valores da Carta da Terra podem ser utilizados para sistematizar a educação de forma global e única, mas, porém, diversa, coordenada pela Unesco, cuja base humanista seria comum a todos os sistemas nacionais de educação. Contudo, sem caracterizar-se como sistemática ideológica única ou totalitária, mas como uma maneira de significar e realçar o que há de comum entre os humanos antes de serem consideradas suas diferenças.

A primeira Conferência em que o tema da educação para o desenvolvimento sustentável foi tratado, ocorreu em 1977, na Rússia, especificamente em Tbilisi. Contudo, somente duas décadas depois retornou de maneira significativa na Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade, Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, realizada pela Unesco, em Tessalônica (Grécia), realizada pela Unesco, reunindo mais 1.200 técnicos de 84 países, entre os dias 8 a 12 de dezembro de 1997.

O objetivo maior da Década é integrar princípios, valores, e práticas de desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da educação e do ensino. Esse esforço educacional deve encorajar mudanças no comportamento para criar um futuro mais sustentável em termos da integridade do meio ambiente, da viabilidade econômica, e de uma sociedade justa para as atuais e as futuras gerações (...). O programa Educação para o Desenvolvimento Sustentável exige que se reexamine a política educacional, no sentido de reorientar a educação desde o jardim da infância até a universidade e o aprendizado permanente na vida adulta, para que esteja claramente focado na aquisição de conhecimentos, competências, perspectivas e valores relacionados com a sustentabilidade. (Unesco, 2005, p.57)

A elaboração de um modelo novo de desenvolvimento implica necessariamente em sustentação ética também renovada, integração está ainda longe de efetivar-se. Nesse contexto, à da Carta da Terra vislumbrou-se o cerne de aporte ético para a Agenda 21, sustentada em valores e princípios fundamentais que nortearam estados e pessoas no que concerne ao desenvolvimento sustentável. Tendo a aprovação das Nações Unidas ela será equivalente à Declaração Universal dos Direitos Humanos no que se refere à equidade, à sustentabilidade e à justiça.

Como via de implementação do princípio da sustentabilidade nos projetos e no Plano de Desenvolvimento Institucional do IPF, foi elaborada nos últimos anos, uma Pedagogia da Terra (Gadotti, 2001), com cerne no paradigma Terra de sustentabilidade ecológica e sinóníma de eco pedagogia, centrada no paradigma Terra de sustentabilidade ecológica.

Tomando a vida como centro, a eco pedagogia: considera as culturas, as pessoas, os modos de viver, o respeito à diversidade e à identidade. Considera o ser humano em movimento, como ser “incompleto e inacabado”, conforme Paulo Freire (1997), em formação permanente, interagindo com o mundo e com os outros. A pedagogia que domina está centrada na tradição, no que congelou, no que humilha o aprendente pelo jeito como o aluno é avaliado.

No eco pedagogia, o educador deve acolher o aluno. A acolhida, o cuidado, é a base da educação para a sustentabilidade promovida desde 2002 pelas Nações Unidas com a criação de uma “Década” dedicada a ela. O conceito de sustentabilidade é paradigmático, como vem sustentando Leonardo Boff em suas obras. O conceito de educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) não tem potencial para transcender a noção ambígua e vaga de desenvolvimento. Só uma visão crítica da EDS poderá nos fazer avançar. (GADOTTI, 2007, p.15)

A Secretaria da Unesco para a Década, baseada em pesquisas e estudos sobre a educação para o desenvolvimento sustentável (EDS), trabalha na produção de material educativo para a necessária formação que facilite a e uma reforma educacional emergente onde esteja inclusa a sustentabilidade como diretriz e princípio que nos leve a uma qualidade nova do ensino-aprendizagem. Nesse viés, a América Latina, com sua tradição longa de educação ambiental, vem se alinhando ao desafio lançado pela Década da Educação para o desenvolvimento sustentável. Dentre as estratégias da região ressaltam-se:

a articulação de esforços convergentes, a integração e harmonização da política educativa em cada país com a EDS, o fortalecimento de marcos normativos e políticas públicas para o seu incremento, a comunicação e a informação acerca do que é sustentabilidade e o fortalecimento da cooperação e da associação estratégica entre os diferentes setores e agentes do âmbito público, privado e da sociedade civil organizada. (idem, p.26)

Além dela, diversos países elaboraram suas estratégias ou planos nacionais para a EDS. Dentre eles estão a Escócia, a Finlândia, a Índia, o Japão, a Alemanha e a Suécia. A Finlândia incluiu incisivamente a educação dos adultos na EDS. No rol dos princípios que norteiam o seu plano

estratégico da Década sobressalta-se: a interdisciplinaridade, a transparência, a participação, a construção de redes e a cooperação, bem como a pesquisa (Finland, 2006).

A tecnologia que impulsiona a década no contexto da globalização, aparentemente torna-se cada vez mais determinante na vida da humanidade. O que é decidido sobre os acontecimentos do cotidiano parecem aleias por serem tratadas distante dos que a vivem, afetando o papel dos sujeitos históricos. Trata-se de algo complexo uma vez que o fenômeno globalização refere-se a um processo irreversível.

Mas não o modelo de globalização “globalista” (Ianni, 1996) ao qual atualmente encontra-se a sociedade: a globalização capitalista. Suas consequências mais imediatas são: a perda de autonomia e poder de muitas nações e estados, o desemprego, a acentuação das diferenças entre os que têm muito e o que tem pouco. Nesse contexto, são distintos os países ricos que atuam como globalizadores e os pobres que passam pelo processo de globalização.

Atualmente, os debates acerca da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e a Carta da Terra estão se convertendo em um importante fator de construção da cidadania planetária. Qualquer pedagogia, elaborada externa à nova globalização e ao movimento ecológico mundial, apresenta problemas sérios de contextualização. Nesse sentido, a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável representa uma grande via para a renovação curricular e dos sistemas formais de educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões direcionadas às questões ambientais englobando o desenvolvimento sustentável são uma constante nos fóruns e reuniões mundiais que buscam insistentemente conscientizar o mundo sobre a importância dos recursos naturais, do quanto estes estão sendo prejudicados com o passar dos anos e de como este processo se mostra tão acelerado.

No entanto, ainda há um longo caminho de estudos e trabalhos de conscientização a ser feito, assim como de enfrentamento à resistência daqueles que não enxergam a sustentabilidade e recursos naturais com os olhos dos ambientalistas e ou simpatizantes da causa.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Minha casa, o mundo**. Aparecida (SP): Idéias e Letras, 2008.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, Resolução CONAMA Nº 1, de 23 de janeiro de 1986. **Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental**. Disponível em: Acessado em: 08 ago. 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2000

GADOTTI, Moacir. **Educar para um outro mundo possível**. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

UNESCO. **Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)**. Brasília: Unesco, 2005.

AMBIENTE, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

Josivania Ferreira Terto
Dorivania Ferreira Cordeiro
Geilza Vieira da Cunha

RESUMO

O tema estudado tem como objetivo geral investigar a importância de se debater em sala de aula sobre a preservação do meio ambiente junto aos alunos. O presente trabalho justifica-se com o objetivo de levar às crianças na escola uma maior sensibilização, proporcionando um melhor aprendizado e interação das crianças com o meio ambiente. Confio na nova geração que sendo educada não repetirá os erros do passado e utilizará os recursos naturais de nosso planeta de modo mais inteligente e consciente. Muito antes da Educação Ambiental, ter essa repercussão atual, já era abordado pelos professores em suas aulas, sendo trabalhado de forma interdisciplinar e transdisciplinar. Entretanto, o que vemos hoje, apesar da legislação, parâmetros e recomendações, o trabalho ainda vem sendo realizado da mesma maneira e a implementação da Educação Ambiental ainda depende do esforço e empenho isolado dos professores.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Preservação; Sala de Aula.

INTRODUÇÃO

A educação ambiental como meio de despertar nas crianças da Escola Estadual de Ensino Fundamental Bernardino Bento o interesse e a importância da preservação do meio ambiente é importante despertar nas crianças o interesse e a importância da preservação do meio ambiente, a economizar a água para que não falte, a poluição do solo, água, ar e crimes ambientais. Despertando-as com o interesse em contribuir no processo de conservação.

Deste modo, o presente estudo tem como objetivo geral investigar a importância de se debater em sala de aula sobre a preservação do meio ambiente junto aos alunos. É através da Educação Ambiental na escola, que se pode apresentar aos alunos ponderações em relação às questões ambientais no qual encontra-se em nosso dia-a-dia. Uma vez que a educação ambiental vai despertar aos alunos uma máxima preocupação com o meio ambiente. Significa este uma nova civilização na conservação da biodiversidade para futuras gerações.

Assim sendo, este estudo tem como problemática: Como o ensino da educação ambiental pode despertar nos alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental Bernardino Bento uma maior preocupação com o meio ambiente?

O presente trabalho justifica-se com o objetivo de levar as crianças na escola uma maior sensibilização, proporcionando um melhor aprendizado e interação das crianças com o meio ambiente, recursos naturais, movendo atos no qual as crianças venham assinalar o certo e o errado em relação às questões ambientais no qual viemos no mundo atual. Foi empregado neste estudo a pesquisa

bibliográfica, utilizando-se de livros, revistas, sites de pesquisa acadêmica como Scielo e Google acadêmico, como embasamento e fonte de pesquisa.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

De início, pode-se dizer que a educação ambiental se compõe e estabelece de uma maneira compreensiva de educação, no qual se sugere apreender todos os cidadãos, por meio de um método pedagógico participativo constante no qual busca vincular no aluno uma consciência crítica a propósito da problemática ambiental, abrangendo-se como análise a aptidão de apreender a origem e o desenvolvimento de problemas ambientais (SILVA, 2010).

De acordo com Salera (2009, p. 12):

A Educação Ambiental busca abrir os nossos olhos, mostrando que o ser humano é apenas mais uma parte do meio ambiente. Ela se contrapõe às ideias antropocêntricas, que fazem com que o homem se coloque egoisticamente como o centro do universo, esquecendo, muitas vezes, da importância dos demais componentes da natureza.

Com a educação ambiental ressalta além disso as proporções, e procura sustentar e conservar o respeito pelos distintos ecossistemas e culturas humanas da Terra. A obrigação de distinguir as semelhanças globais, enquanto se interatuam efetivamente com as especificidades locais, é abreviado no conseqüente lema: Pensar globalmente, agir localmente (SILVA, 2010).

Carece ser aplicada em todas as escolas de ensino infantil a educação ambiental, uma vez que são as crianças o público alvo principal da nova geração e cultura da sociedade.

Em relação a educação ambiental, encontra-se estabelecido na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, no Art. 9 que:

Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privada, englobando: I - educação básica: a) educação infantil; b) ensino fundamental e c) ensino médio; II - educação superior; III - educação especial; IV - educação profissional; V - educação de jovens e adultos.

O planeta carece de metodologias como essa, ao doutrinar e instruir uma criança como reflorestar, fechar a torneira após uso de qualquer higiene, seja corporal ou bucal, isso promove e ajuda o meio em no qual convivemos, para que no amanhã não venha desvanecer-se os recursos naturais.

Como Salera (2009, p. 21), diz:

Praticar Educação Ambiental é, antes de mais nada, gostar de si, do seu próximo e da natureza à nossa volta. Ter consciência ambiental é reconhecer o papel que cada um de nós em na proteção de todos os lugares onde a vida nasce e se organiza. É querer auxiliar as pessoas ao nosso redor. É reconhecer a necessidade de vivermos

em harmonia com a terra, as águas, as plantas, os animais e todas as demais formas de vida. É querer ser feliz sem causar danos a ninguém.

De acordo com o exposto, pode-se dizer que a educação ambiental origina consigo um costume claro e objetivo de doutrinar é instruir as crianças de maneira na qual os nossos ancestrais não têm conhecimento. Por isso, é continuamente bom advertir que as crianças são as melhores pessoas para contrair novas informações para uma nova cultura e geração no qual está por vir.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO QUALIFICADORA DA EDUCAÇÃO

Quando se trata de EA, pode-se mencionar o âmbito escolar como um local rico nesta área, mas, porém, pobre em relação ao desenvolvimento do mesmo. Na escola é possível transformar um ambiente agradável, tais como: cultivar plantas de médio porte e plantas de pequeno porte. Mas ainda há uma grande carência nas dependências da escola em relação à arborização (BORTOLON; MENDES, 2014).

Não se pode enfatizar só as dificuldades que existem na escola ou em qualquer localidade, são necessárias salientar sobre muitas mudanças que já aconteceram nos últimos tempos.

Nos dias atuais, por exemplo, a nossa escola demonstra preocupação com a arborização e recursos para os educandos ter um ar mais puro, criando métodos para ornamentar o ambiente escolar com plantas e árvores, pois há uma grande necessidade na cultivação de plantas. EA é um assunto importante, trata-se de preparar os educando e educadores, preparando-os para que torne o ambiente mais agradável e se sacie de um ar puro.

Destarte, pode-se mencionar uma outra questão de grande importância em relação às dimensões da EA que é a de não considerar desvinculada dos contextos sócio-histórico, ou seja, procurar integrar as dimensões é preciso que aconteçam reflexões sobre o encaixamento de teorias, de práticas e a abordagem do imaginário em escolhas filosóficas, epistemológicas e políticas (CARVALHO, 2006).

Desse modo, essas três dimensões não se podem considerar como entidades abstratas, mas sim como escolhas, intencionais ou não por parte dos educadores ou educadoras ambientais, todo esse contexto se fundamenta em percepções de mundo e suas conseqüentes perspectivas de ação.

De um modo geral, se faz necessário mostrar que a Educação Ambiental na Escola é um fator qualificador da educação. É necessário contextualizar os educandos em seu próprio ambiente histórico, social e cultural. Trabalhando de forma dinâmica e agradável, como por exemplo, fazendo trabalho de campo numa envoltura com o próprio meio ambiente escolar, pois isso faz com que o aluno se infere diretamente com o meio ambiente, aulas ao ar livre, temas geradores, entre outros. Desta forma faz com que se desvie do paradigma tradicional onde o aluno apenas ouve (CUBA, 2011).

No entanto é necessário ressaltar que esses métodos utilizados não são estranhos a metodologias consagradas na educação, podendo citar as de Paulo Freire e Piaget, entre outras. Nota-se em uma frase de Piaget que diz que: o professor não ensina, mas arranja modos de a própria criança descobrir. Cria situações problemas. Segundo o filósofo, pode-se afirmar que métodos diversificados aplicados no ensino aprendizagem são possíveis se ter uma educação de qualidade (CUBA, 2011).

Não se pode deixar de destacar que existe, portanto, ainda expectativa de que alguns grupos tais como os educadores, educando, comunidade, entre outros, desempenham um papel fundamental para a Educação Ambiental, pois assim se pode ter uma qualidade de vida melhor dentro do próprio ambiente em que vive e convive.

Sabe-se que ainda há um paradigma na Educação, mas é necessário que haja um aperfeiçoamento na metodologia usada atualmente para que se tenha um resultado eficaz no ensino-aprendizagem.

Contudo, deve-se mencionar que a EA está se desenvolvendo de forma assimétrica, isso torna relevante o desafio de transformação social.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS DIVERSIDADES ENCONTRADAS

Existem vários espaços que a Educação Ambiental é realizada constantemente, podendo citar órgãos tais como: em escolas, em universidades, em comunidades, empresas, dentre outros, percebe-se que ela acontece basicamente em três dimensões interrelacionadas: a teórica, a prática e a do imaginário (DIAS, 2010).

As dimensões abordadas revelam preciosos aspectos, mas na sua abrangência comporta suas limitações que apresentam questões socioambientais. As dimensões citadas estão de forma clara e objetiva interligada, pois não há uma teoria sem ter uma prática e nem uma prática sem a teoria, a teoria sem a prática pode perder o sentido e não existe a teoria e prática sem o imaginário.

É importante salientar que prática e imaginário parecem obviamente interessantes, pois a teoria sem nenhuma perspectiva de aplicação prática, pode correr o risco de tornar-se pura abstração, assim como a teoria e a prática sem o imaginário pode perder o encanto. Mas quando unificadas se torna eficaz (MELO, 2016).

Essa diversificação é notada no momento em que se tem uma percepção ampla formada por um conjunto de conhecimentos, que auxilia no trabalho dentro do âmbito escolar, pois desta maneira tornar-se-á um trabalho de qualidade. Não se pode esquecer que todo o propósito de trabalhar a EA é de transformar o ambiente escolar mais agradável. Pois desta forma irá despertar nos educando as perspectivas de melhor aprendizado.

POLIDEZ NO MEIO EDUCACIONAL AMBIENTAL

É um pouco complexo se falar de a polidez no meio educacional, e principalmente quando se trata da EA, pois é possível perceber a grande dificuldade de interação em relação ao assunto, na realidade ainda é pouco discutido o assunto e torna-se sendo um paradigma no âmbito escolar (OLIVEIRA; VASCONCELOS; SILVA, 2015).

Quando se fala de polidez no meio educacional, ou seja, no convívio escolar, se quer dizer que há uma grande necessidade de um aprimoramento, principalmente nas dependências escolares, pois é muito visível perceber a falta desta polidez.

No entanto, torna-se tão comum que as pessoas não percebem a ausência da polidez no meio ambiental, ou seja, as pessoas ainda não sabem valorizar o meio ambiente e muitas vezes fazem vista grossa sobre o assunto, principalmente quando se trata de cuidar, zelar e preservar o meio ambiente.

É muito simples quando se fala de modos e maneiras de cuidar e preservar o meio ambiente, ou seja, da forma de zelar o mesmo, quando na verdade não se utiliza destes métodos em muitos e muitos lugares e repartições comerciais e sociais. Pois não a educação ambiental não está inserida apenas em plantar árvores e plantas, mas de ter o cuidado de não poluir o meio ambiente (LOURENÇO, 2019).

Polidez é sinônimo de atenção, civilidade, cuidados e outras ações semelhantes. Portanto é raro se ver certas atitudes como está no meio e convívio social ambiental (TALAMONI; SAMPAIO, 2008).

É importante ressaltar que, é uma atitude fundamental no meio social e educacional o uso da polidez, pois todas as pessoas desejam e gostam de ter um ambiente bem tratado. Deve-se ainda salientar a falta da polidez, pois muitas pessoas ainda não estão aptas a fazer uso da mesma (TEIXEIRA 2016).

É muito comum quando se vê em muitos lugares o meio ambiente sendo depredado, pois se percebe que muitas pessoas ainda não foram polidas para tal situação no âmbito ambiental, e muitos ainda têm em mente que o meio ambiente tem a função apenas de servir, enquanto que precisa ser servido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Meio Ambiente engloba toda a vida no planeta. Por isso é tão importante para nós. Como o corpo de qualquer ser vivo, tudo no meio ambiente precisa funcionar em equilíbrio. Se alguma parte dele desafina ou sobressalta, o planeta pode adoecer, entretanto em um desequilíbrio prejudicial para todas as vidas que vivem nele.

O ritmo alucinado das grandes cidades está fazendo mal ao nosso planeta. Nossos hábitos cotidianos, como a produção crescente de equipamento tecnológico e o acúmulo de resíduos, estão

exigindo da Terra mais do que ela pode suportar. A saída é uma só: A Educação. Só ela permitirá que as pessoas reflitam sobre a importância das ações individuais e da transformação cultural para a construção do planeta e de sociedade sustentável.

Muito antes da Educação Ambiental, ter essa repercussão atual, já era abordado pelos professores em suas aulas, sendo trabalhado de forma interdisciplinar e transdisciplinar. Entretanto, o que vemos hoje, apesar da legislação, parâmetros e recomendações, o trabalho ainda vem sendo realizado da mesma maneira e a implementação da Educação Ambiental ainda depende do esforço e empenho isolado dos professores.

Sabemos que hoje ocorrem grandes programas governamentais e, as ONGs voltadas para este tema são inúmeras, mas o entrosamento entre estas ações não acontece efetivamente nas escolas.

Somos otimistas e temos a convicção de que não caminhamos para o fim do planeta Terra. Confio na nossa capacidade de encontrar meios que sejam ambientalmente sustentáveis. Confio também na nova geração que educo que não repetirá os erros das passadas e utilizará os recursos naturais de nosso planeta de modo mais inteligente e consciente.

REFERÊNCIAS

BORTOLON, B.; MENDES, M. S. S. **A Importância da Educação Ambiental para o Alcance da Sustentabilidade**. Revista Eletrônica de Iniciação Científica. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 5, n.1, p. 118-136, 1º Trimestre de 2014.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CUBA, M. A. **Educação Ambiental nas Escolas**. Professor da Fatea de Lorena. Faculdade Montes Belos, v. 4, n. 1, set. 2011.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2010.

LOURENÇO, Joaquim Carlos. **Educação Ambiental: questões de vida**. São Paulo: Cortez, 2019.

MELO, Ruffo, Thiago Leite de. **Formação continuada e práticas docentes em educação ambiental no contexto do semiárido paraibano**. 2016. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB-2_db7bb802d1b91d685c5b3d8571ec8a73>. Acesso em: nov/2020.

OLIVEIRA, J. C. S.; VASCONCELOS, H. C. G.; SILVA, E. S. **A agroecologia na percepção de alunos de ensino médio de quatro escolas públicas na cidade de Macapá-Amapá**. Biota Amazônia. v. 5, n. 3, p. 98-107, 2015.

SALERA JUNIOR, G. **Educação ambiental**. Gurupi – TO, 2009. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/e-livros/1966292>> Acesso em: 28 de out. de 2021.

SILVA, K., K., da. **Educação ambiental na escola João Paulo II**. Projeto de Educação Ambiental na Escola João Paulo II, apresentado à Universidade Norte do Paraná - UNOPAR, como

requisito parcial para a obtenção de média bimestral na disciplina de Estágio Curricular Obrigatório, Palmas, 2010.

TALAMONI, Jandira L. B.; SAMPAIO, Aloísio C. **Educação Ambiental**. São Paulo: Escrituras/Universo, 2008.

TEIXEIRA, Nágila Fernanda Furtado; MOURA, Pedro Edson Face; BARBOSA, Larissa Neri; SILVA, Edson Vicente da. Educação Ambiental no Espaço Escolar: o caso da Escola Estadual Liceu do conjunto Ceará. 2016. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Computador/Downloads/2347-Texto%20do%20artigo-11948-1-10-20160822.pdf>. Acesso em: 28 de out./2021.

ESTUDOS COMPARADOS EM EDUCAÇÃO: NOVOS ENFOQUES TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Maria José da Silva Lima
Maria Lucelia Marques de Oliveira
Maria Luciete Marques da Cunha

RESUMO

Os estudos comparados na busca pela educação trazem novos enfoques históricos para atender as diferentes preocupações geradas pelas abordagens teóricas passada pela comparação de semelhanças e dessemelhanças entre os sistemas educativos nacionais e internacionais que englobam novas metodologias pedagógicas para a construção do conhecimento conforme a realidade vivenciada e atualizada. O objetivo proposto é discutir novos enfoques teórico-metodológicos dos estudos comparados em educação. Esta pesquisa caracterizou-se por seu caráter exploratório e bibliográfico, com base em material já elaborado, constituído de artigos científicos e outras obras disponíveis em bases de dados eletrônicos. Os estudos comparados tiveram suas relações educativas e variáveis a partir de contextos sociais. Os enfoques propostos sempre propuseram manter uma relação e linha de pesquisa proporcional aos demais países, onde o enfoque empírico-quantitativo pudesse despertar o interesse particular de quantificar, controlar rigorosamente a precisão dos fatos investigados. Durante décadas foram gerados discussões e debates, tornando a Educação Comparada à área de estudo e conhecimento, em contrapartida foi extinta durante anos, devido à falta de profissionais qualificados no campo educacional. Todavia, atualmente tem ganhado força e interesse nas mais diferentes áreas do conhecimento e das ciências.

Palavras-chave: Educação; Estudos Comparados; Teóricos-metodológicos.

INTRODUÇÃO

Na era globalizada os fenômenos de interdependência cultural e econômica têm passado por processo de enfraquecimento do Estado-nação, devido às inúmeras mudanças relativas associadas às reformas educativas. Dessa forma, os estudos comparados têm buscado apresentar soluções que orientem a reforma educativa, ou até mesmo pesquisas que visem à produção de sentidos e de solidariedade simbólicas (DEVECHI; TAUCHEN; TREVISAN, 2018).

No século XX, o objeto de Educação comparada foi criado através de sistemas nacionais de ensino, ou seja, Estados-nação, utilizados como meios de análise no interior do campo de conhecimento educacional, para então compreender a realidade nacional em face de outros países, especialmente no que concerne às relações entre escola e sociedade. O propósito dessa comparação era relacionar o abandono das tradicionais fronteiras nacionais no campo da Políticas públicas e da gestão educacional (CARVALHO, 2014).

No atual cenário, a sociedade contemporânea tem sofrido fortemente influência dos avanços científicos e tecnológicos, e com isso, tem buscado acompanhar as mudanças tecnológicas e educacionais alinhadas aos domínios dos estudos interdisciplinares. Entretanto, os pesquisadores

educacionais têm orientado o emprego dos métodos comparativos para esclarecer os problemas teóricos e práticos referente às necessidades didáticas e institucionais (SANTOS; BAADE; SILVA, 2017).

A educação comparada se materializa como terreno fértil de amplas possibilidades e concepções potenciais que envolvem discussões e debates, como forma de investigar e construir conhecimentos que ultrapassam as fronteiras limitadas do entendimento educacional. Nos relatos da evolução da humanidade, o recurso de comparação já era visto como essencial para o desenvolvimento de atividades e práticas de investigação, bem como para fins da evolução e aperfeiçoamento do pensamento humano (NEVES, 2020).

De maneira geral a educação comparada, tem sido utilizada a partir de métodos inovadores e políticas educacionais mais eficientes. Em termos hierárquicos, o processo de globalização e a necessidade de internacionalização da educação tem se transformado em instrumento de pesquisa inerente ao ato de conhecimento a ser desenvolvido e do compartilhamento de experiências ou até mesmo a hibridação de propostas que se adapte a realidades das políticas educativas (SILVA, 2019).

Em meio aos enfoques teórico-metodológicos propostos por estudos comparativos em educação, justifica-se o presente estudo pela necessidade de discutir e evidenciar alguns conceitos históricos relacionados à educação comparada por meio de diálogos de autores que desenvolveram pesquisas sobre o respectivo assunto e que serão referências para essa linha de pesquisa.

O objetivo proposto é discutir novos enfoques teórico-metodológicos dos estudos comparados em educação. Assim, pretende-se: descrever a perspectiva teórica e investigativa relacionada à educação comparada; refletir a criação da nova organização da Educação Comparada; e captar os enfoques que deram aporte aos estudos comparados. Em seguida, teceremos umas considerações finais sobre a temática em questão.

Esta pesquisa caracterizou-se por seu caráter exploratório e bibliográfico, com base em material já elaborado, constituído de artigos científicos. As estratégias de busca basearam-se na pesquisa pelos descritores: Educação. Estudos Comparados. Teóricos-metodológicos. Utilizando como fonte o Portal de Periódicos da Capes, Dissertações e Teses, e artigos científicos na Base de dados eletrônicos disponíveis. A associação dessas fontes de pesquisa visou assegurar um conjunto substancial das informações teóricas produzidas no período de 2017 a 2022, e nos últimos dez anos que permitisse o mapeamento das publicações.

A PERSPECTIVA TEÓRICA E INVESTIGATIVA RELACIONADA À EDUCAÇÃO COMPARADA

As reflexões acerca da educação comparada têm levantado subsídios teóricos para conhecer e experimentar diferentes realidades dos distintos sistemas educativos e seus elementos. Na

perspectiva teórica a educação sempre foi alvo de discussões, e tem sido responsabilizada por não solucionar problemas tidos como desafios do momento. Todavia, as experiências sociais não podem ser desperdiçadas e devem ser aproveitadas como parte da grade curricular e do aperfeiçoamento em projetos de ação imediatas (MARCONDES, 2005).

Em relação aos fundamentos teóricos e as ferramentas de investigação, Silva (2019) explica que não se constituem em uma simples apresentação, mas na identificação de seus papéis estratégicos na retomada de discussões sobre métodos de comparação no desenvolvimento de estudos em educação, bem como na afirmação da escrita mais rigorosa e menos híbrida, no campo da pesquisa de currículos prescritos.

Para Devechi, Tauchen e Trevisan (2018) a educação comparada passou por impasses da mesma forma que as ciências sociais e humanas, apesar de ambas serem impulsionadas por movimentos, as diferenças significativas na concepção de sujeitos e objetos, natureza e cultura, particular e universal, local e global, contribuíram para o êxito no modelo positivista das ciências. Embora, alinhada em diferentes enfoques epistemológicos, ideológicos e metodológicos, seus interesses de estudos dos sistemas educativos nacionais constituíram-se por sentidos discursivos.

No que concerne à percepção da lógica de comparações e julgamentos, Trevisan, Devechi e Tauchen (2018) explicam que esse processo sempre tomou direções opostas a partir de intervenções e direcionamentos, que buscavam compreender os contextos socioculturais dos sujeitos ou objeto de estudo, e por muito tempo, permaneceram a partir de discursos comparatistas, ignorando o outro, para então compreendê-lo, ou até mesmo trazer soluções metodológicas.

Quanto à perspectiva da escrita, Silva (2016) consolida que entre os vestígios históricos curriculares está delineada em um lado, onde se admite uma lógica de desconstrução, com a introdução de sucessivos discursos sociais, de processos de escolarização, entre o ensino e a aprendizagem como parte integrante de um processo pedagógico. Por outro lado, as expressões da cultura escolar têm englobado normas curriculares presentes em qualquer projeto, cujo alcance dos objetivos comum e respectivamente os métodos educacionais empregados.

À CRIAÇÃO DA NOVA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO COMPARADA

Sobre a criação da Educação comparada, diferentes preocupações e abordagens históricas têm sido geradas enfocando semelhanças e dessemelhanças entre os sistemas educativos nacionais. Na atualidade a educação comparativa revela que a cognição científica tem exigido a investigação de contextos diversificados de maneira a evidenciar problemas comuns, encontrando caminhos cada vez mais adequados às nossas experiências junto ao mundo vivido. Assim, o comportamento humano em meio à educação comparativa é um enfoque de natureza sociocultural (DEVECHI; TAUCHEN; TREVISAN, 2018).

A educação comparada teve início no Brasil no final do século XVIII, como parte integrante da disciplina na formação de professores na Faculdade Nacional de Filosofia, ministrada por Antônio de Carneiro Leão que também contribuiu para as publicações na área internacionalmente. A educação comparada foi incluída na grade curricular do curso de pedagogia, passando por fases de obrigatoriedade e optativa nas Universidades brasileiras a partir do século XX (MADUREIRA; BRANDÃO; LAHAN, 2021).

Para Silva (2018, p.3) “os espaços são apreendidos de duas formas: a) como instâncias de formação escolar, com objetivos educativos explícitos e ação intencional institucionalizada, estruturada e sistemática; e b) como uma possibilidade de produção, seleção e distribuição do conhecimento nas estruturas curriculares do ensino tradicional”. Tal ensaio traz também uma presente crítica aos questionamentos realizados sobre esses espaços e aos grupos menos favorecidos na sociedade.

Trevisan, Devechi e Tauchen (2018) explicam que os sistemas educativos nacionais, os comparatistas buscaram desvendar os princípios de sua organização. No entanto, influenciada pelo positivismo, a abordagem “nacionista” trouxe para o cenário educacional nacional o conhecimento internacional como ferramenta de incentivo e base para organizar e prosperar o seu próprio sistema educativo. No século XX, foram tecidas advertências sobre a transição e importação de modelos educativos mais modernos englobados em contextos culturais diferenciados.

ESTUDOS COMPARADOS E SEUS ENFOQUES

A comparação é considerada como parte integrante de um procedimento cognitivo humano, ligado diretamente à tomada de decisões sobre diferentes aspectos da vida cotidiana, seja para escolhas simples ou até mesmo para necessidades básicas. Sendo assim, o conhecimento do outro e a comparação própria, produz relação de valor, ou até mesmo uma ação mental estabelecida em busca da identidade. Dessa forma, a Educação Comparada, se apresenta como uma importante ferramenta no campo educacional, que está aliada fortemente às políticas educacionais possibilitando (MADUREIRA; BRANDÃO; LAHAN, 2021).

Em relação a estudo de casos comparados, Bartlett e Vavrus (2017) enfocam em suas pesquisas três tipos de autores que influenciaram no interesse pela temática nos Estados Unidos, foram eles: Robert Yin, Robert Stake e Sharan Merriam. Estes embasaram pesquisas científicas durante décadas, utilizando-se de métodos quantitativos e experimentais, que evidenciaram processos e relações específicas, e, portanto, o seu referencial teórico-metodológico serve de incentivo para demais prática e campo científico de análise exploratória e experimental existente nos dias atuais.

Carvalho (2014) explana que entre os princípios teóricos e métodos de investigação estão:

Enfoque de análise de sistema mundial, enfoque sócio-histórico, enfoque feminista, teoria pós-moderna, teoria do pós-colonialismo, teoria da cartografia social, teoria pós-estruturalista, teorias pós-marxista e neomarxistas, teoria crítica, teoria da racionalização cultural, dentre outras (CARVALHO, 2014, p.135-136).

Em meio a esses enfoques de autores, discussões foram geradas sobre a mudança inerente ao processo de globalização, que trouxeram como consequência o enfraquecimento do Estado-nação, devido à crescente tendência à interdependência econômica. Todavia, tais mudanças repercutiram no campo da educação, observadas pelo aumento da “regulação transnacional”. Acompanhando esse movimento, novos desafios acompanharam a Educação Comparada, vindo a repercutir em seus objetos, suas bases e enfoques temáticos a partir dessa realidade (CARVALHO, 2014).

Em diversos países do mundo, inclusive Argentina, Chile e Brasil, foram realizados levantamento de pesquisas relacionadas a tipos de metodologia desenvolvidas e empregadas na área da educação e demais ciências envolvidas, bem como suas Políticas Públicas Educacionais e democráticas. Para Santos e Salotti (2021) o enfoque de análise gerado trouxe a torna a correlações na educação contemporânea e a consolidação do estado, que como meio de defesa própria, apresentou inúmeros estudantes que foram contemplados com essa nova modalidade de ensino experimental. Diferente do esperado, os estudantes alcançaram os objetivos propostos e consolidaram uma capacidade cognitiva ampla, conjuntamente com demais pares que já possuíam inteligências nas modalidades curriculares. Tais resultados são vestígios de um processo de maturação quanto a um percurso de desenvolvimento psicossocial.

Em relação aos estudos comparados e seus enfoques, na área da educação gera-se um dinâmica de raciocínio que aproxima e distancia os diferentes processos e fenômenos educacionais. Nessa relação comparativa é preciso que haja investimentos urgentes e imediatos em projetos, que fundamentam as experiências advindas das ações bem-sucedidas, para que o campo científico produza e apresente suas experiências sociais ao mundo, visto que, não se pode desperdiçar algo que tem dado certo (SILVA; SARTURI, 2020).

Nos estudos comparados em relação ao ensino da matemática, Dias e Gonçalves (2017) explicam que na compreensão curricular tem transcendido a visão tradicional, focando uma racionalidade técnica como parte da construção sociocultural, que foque os discursos e teorias de bases críticas e/ou pós-crítica na legitimação de saberes dos educandos. Dessa forma os estudos comparativos têm se caracterizado a partir de apreensão dos diferentes processos de planificação e implementação curricular em sistemas educacionais, que consideram a conjuntura de diversos discursos imbuídos nas políticas educacionais, cuja lógica seja flexível na determinação de práticas pedagógicas e na avaliação, que resultará das diferentes intervenções que nela operam.

ESTUDOS COMPARADOS VERSUS EDUCAÇÃO COMPARADA

Os questionamentos lançados sobre o processo de globalização influenciaram consideravelmente a metodologia empregada nos estudos comparativos na área de Educação e ciências, especialmente na amplitude acadêmica ao qual aprofundou suas linhas de pesquisas enfocando diferentes temáticas e cenários para serem estudados ao longo dos tempos (SANTOS; SALOTTI, 2021).

Silva (2019) consolida que o interesse pela Educação Comparada tem crescido no âmbito educacional, despertando assim o interesse na produção de textos que expliquem conceitos elementares que possibilitou a construção do conhecimento inerente a investigações em educação e estudos sociais. Enquanto linha de pesquisa, vários autores já haviam posto em prática ao longo dos anos, entretanto, não havia despertado tanto interesse quando comparado aos dias atuais. Despertando investigações importantes na reflexão sobre educação a nível mundial e inclusive na produção científica dos indicadores de qualidade da educação.

Os estudos comparados versus educação surgem como parte de uma alternativa na construção de modelos educativos ao longo do percurso histórico humano, sendo que os autores que abordaram a primeira linha de informação já agregaram uma especificação e finalidade deduzida a cada temática e campo de interesse científico, contemplando as informações levantadas a comparação de pesquisas internacionais, cujo interesse maior era unificar os dados e promover melhor o conhecimento educacional e políticas educativas sólidas (FRANCO, 2016).

No Brasil, a Educação comparada foi divulgada por meio de publicações de obras importantes, da realização de eventos internacionais e da inclusão de disciplinas sobre o assunto na grade curricular de programas de pedagogia a nível superior. Apenas no ano de 1980, esta área perdeu espaço de interesse educacional devido a tendências exploradas envolvendo ideias e inovações oriundas do exterior. Entretanto, com o passar das décadas essa temática aflora ao contexto científico e educacional. Portanto um campo de interesse e de cognição social oriunda de interpretações sobre a educação em contextos sociais diferentes e inovadores (SILVA, 2019).

Entre os obstáculos enfrentados para possibilitar acesso aos estudos comparados é a barreira da língua, devido às produções científicas partirem em grande parte de contextos internacionais, e dificuldades de acesso bibliográfico. O quadro agrava à medida que falta formação acadêmica de docentes qualificados e capacitados para essa área, isto é, menos oferta dessa linha de pesquisa como disciplina de formação acadêmica. Todavia, com o desenvolvimento de estudos comparados surge um ponto nodal que se associa a qualificação profissional e interesse em pesquisas (CARVALHO, 2013).

Segundo Carvalho (2014) às pesquisas realizadas sobre a Educação Comparada foram utilizadas como enfoque para reformulação das políticas educacionais para promover a cooperação entre

os países e as agências internacionais. Dessa forma, Organizações Internacionais e a Organização dos Estados Americanos (OEA) produziram pesquisas e publicações no campo da Educação Comparada, cujo interesse era apenas econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto os estudos comparados, tiveram seu enfoque baseados em abordagens sócio-histórico-cultural, nos mais diferentes contextos internacionais e nacionais interligados a diferentes situações e condicionamentos dos sistemas políticos e práticas sociais de cada país onde se constituiu a pesquisa. No entanto, a evolução histórica da Educação Comparada avulta o desenvolvimento e conhecimento humano, que por muitas décadas já havia sido descrito por autores e campos de interesse despertados. Assim, o exercício de comparação é essencial para o avanço dos sistemas educacionais mundial, visto que, as pesquisas apresentadas aprimoram o conhecimento e evidenciam o que precisa melhorar.

No que tange aos métodos empregados, a depender do tipo de pesquisa que se deseja apresentar, várias informações podem ser extraídas, bem como críticas podem ser levantadas, o conhecimento levantado não pode ser desperdiçado e sim contemplado. Nas Políticas Educacionais, algumas reformas devem ser levadas em consideração, especialmente os investimentos em áreas de conhecimento, bem como enfoques para esse campo que já é considerado uma tendência no cenário globalizado. A partir do estudo pretende-se contribuir com essa investigação no campo científico e acadêmico sobre a temática em questão.

REFERÊNCIAS

- BARTLETT, L.; VAVRUS, F. Estudos de caso comparada. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 899-920, jul./set. 2017.
- CARVALHO, E. Reflexões sobre a importância dos estudos de educação comparada na atualidade. **Revista HISTEDBR** (On-line), v. 13, n.52, p. 416-435, 2013.
- CARVALHO, E. J.G. Estudos comparados em educação: novos enfoques teórico-metodológicos. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 36, n. 1, p. 129-141, jan.-jun., 2014.
- DIAS, A.L.B.; GONÇALVES, H.J.L. Contribuições da Educação Comparada para Investigações em Currículos de Matemática. **Educ. Matem. Pesq.**, São Paulo, v.19, n.3, p.230-254, 2017.
- DEVECHI, C.P.V.; TAUCHEN, G.; TREVISAN, A.L. A figura do outro na educação comparada: uma perspectiva de aprendizagem comunicativa. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p.230055, 2018.
- FRANCO, M.A.R.S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Rev. bras. Estud. pedagog.** (on-line), Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set./dez. 2016.

MADUREIRA, M.L.A.; BRANDÃO, C.F.; LAHAN, S.A.D. Panorama histórico da educação comparada: as contribuições de George Bereday. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, v. 25, n. 4, p. 1881-1898, 2021.

MARCONDES, M.A.S. Educação comparada: perspectivas teóricas e investigatórias. ECCOS – **Revista Científica**, São Paulo, UNINOVE, v. 7, n. 1, p. 139-163, jun. 2005.

NEVES, J.P.S. Educação comparada: fios e desafios das fronteiras e limite da comparação. **Revista Gestão Universitária**, jun.2020.

SANTOS, A. M.; BAADE, J. H.; SILVA, E. Educação Comparada: Relevância Epistemológica e Operacional. **Educação em Revista**, Marília, v.18, n.1, p.41-56, Jan.-Jun., 2017.

SANTOS, R.; SALOTTI, L.S.R. Educação comparada: desafios e possibilidades no campo metodológico. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, v. 25, n. 4, p. 1874-1880, 2021.

SILVA, F.C.T. Estudos comparados como método de pesquisa: a escrita de uma história curricular por documentos curriculares. **Revista Brasileira de Educação**, v.21, n. 64, jan.-mar. 2016.

SILVA, F.C.T. Estudo comparado: fundamentos teóricos e ferramentas de investigação. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, e193081, 2019.

SILVA, K.R.L. Educação Comparada- o conceito que desafia. **BEC: Rev. Bras. Educ. Comp.**, Campinas, SP, v.1, p.1-11, e019001, 2019.

SILVA, T.; SARTURI, R.C. A pesquisa em educação comparada: análise das produções apresentadas nos Congressos Iberoamericanos de Educação Comparada. **Revista Latinoamericana de Educación Comparada**, v.11, n.17, p. 10- 27, 2020.

TREVISAN, A.L.; DEVECHI, C.P.V.; TAUCHEN, G. A figura do outro na educação comparada. In: XVI Congreso Nacional Educación Comparada Tenerife. **Anais [...]** Rio Grande do Sul: Universidade Federal de Santa Maria – RS/Brasil, 2018.

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM NA VISÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ABORDAGEM PEDAGÓGICA E PSICANALÍTICA

Fernanda Ferreira Terto de Luna

RESUMO

Baseados nos princípios teóricos de Piaget e Vygotsky e dos conceitos teóricos da psicanálise, buscamos compreender por meio de pesquisa semiestruturada, o que dizem os professores dos anos iniciais do ensino fundamental sobre as dificuldades de aprendizagem de seus alunos e suas causas. Os resultados mostraram que os professores apresentam três concepções distintas de dificuldades de aprendizagem: Dificuldades na leitura, escrita e interpretação de textos. Ainda evidenciou que a maioria dos professores desconhecem os distúrbios de aprendizagem e que possuem dificuldades em classificar as suas causas e como realizar adequada intervenção para que o aluno supere estas dificuldades. As causas foram atribuídas à família, à criança e à própria escola. Porém acreditam na potencialidade e desenvolvimento dos alunos, o que abre um espaço para o avanço e sucesso acadêmico de todos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Aluno; Professor; Dificuldade de Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Na atualidade, o problema das dificuldades de aprendizagem ainda vem sendo bastante discutido por especialistas em todo o mundo, na tentativa de encontrar soluções para o impasse, controlando as causas e amenizando os efeitos desse problema na vida dos alunos, pais e educadores, que sofrem um grande desconforto ao tentarem entender as causas do crescente número de crianças que apresentam algum transtorno lhe trazendo prejuízos no desenvolvimento cognitivo, nas relações sociais e na aprendizagem.

De acordo com Nogueira:

O processo de ensino-aprendizagem possui um papel de destaque em nossas reflexões, pois é esse processo que permitirá ao homem passar de geração a geração seus conhecimentos, métodos e técnicas para transformar a realidade natural, que antecede sua existência, em uma realidade histórica e cultural, modificada e marcada diretamente por sua atividade no mundo. (NOGUEIRA, 2009, p.19).

A necessidade da aprendizagem é algo inerente a qualquer indivíduo desde o nascimento, não importando o grau de capacidade ou de dificuldade que apresenta, portanto, essa necessidade deve ser estimulada com precisão e sabedoria, e o ambiente escolar, familiar e social é, sem dúvida, o lugar onde essa aprendizagem ocorre com mais satisfação.

Segundo Porto (2007), “a criança é uma pessoa em desenvolvimento, ela deseja e necessita ser amada, aceita, acolhida e ouvida para que possa despertar para a vida e desenvolver sua

curiosidade”. A afetividade e a emoção, nesse processo de interação, constituem elementos básicos e essenciais à aprendizagem da criança.

A aprendizagem e seus caminhos, compreendem não somente a elaboração objetiva, como também a elaboração subjetiva, as quais estão relacionadas às experiências pessoais, afetivas e emocionais.

Partindo desse contexto este trabalho teve o objetivo principal de entender as causas das dificuldades de aprendizagem, através do ponto de vista dos professores do ensino fundamental em uma escola pública no interior do sertão paraibano e analisar sob o viés da educação e da psicanálise meios para trabalhar o problema de forma acertada para que não haja julgamentos errôneos e precipitados a respeito do diagnóstico das dificuldades de aprendizagem dos alunos.

Teve como objetivos específicos definir e diferenciar os transtornos que influenciam nas dificuldades de aprendizagem, identificar métodos que possam contribuir para auxiliar no trabalho com crianças que apresentam dificuldade em aprender e buscar um entendimento na teoria psicanalítica e da epistemologia genética das causas que podem levar um sujeito a apresentar uma dificuldade de aprendizagem, ou mesmo uma dificuldade na aprendizagem de determinado conteúdo ou disciplina.

Apesar de tanta evolução e informações a respeito dos transtornos da aprendizagem, nos deparamos muitas vezes com comentários preconceituosos de professores e familiares que diante de crianças que apresentam dificuldade em seu desenvolvimento acadêmico, cometem bruscamente o erro de considerar essas crianças incapazes de aprender. Foi partindo, desse ponto de vista, que este trabalho se justifica pela necessidade de entender sob a ótica dos professores as causas das dificuldades de aprendizagem. Consta de uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa descritiva, para ressaltar a natureza social da realidade do problema das dificuldades de aprendizagem dos alunos de uma escola pública municipal da cidade de Cacimbas – PB.

O PROCESSO DA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E A APRENDIZAGEM

Aprendizagem é um processo de mudança de comportamento obtido através da experiência construída por fatores emocionais, neurológicos, relacionais e ambientais. É um processo integrado que provoca uma transformação qualitativa na estrutura mental daquele que aprende. Essa transformação se dá através da alteração de conduta de um indivíduo, seja por condicionamento operante, experiência ou ambos, de uma forma razoavelmente permanente.

É de fato, o produto das experiências anteriormente adquiridas, visto que cada experiência acrescenta aos indivíduos novos saberes, e são justamente esses saberes que trazem mudanças de comportamento. Se antes de aprender o indivíduo se relacionava e agia de uma forma agora, com a aprendizagem, irá agir de forma diferente, demonstrando que aprendeu.

O processo de aprendizagem ou fases do desenvolvimento das operações intelectuais da criança é gradativo, as estruturas formam-se passo a passo por meio de degraus de equilíbrio, ou seja, as estruturas intelectuais da criança modificam-se segundo interações múltiplas, obedecendo à ordem de sucessão das aquisições, em que uma experiência anterior se junta à seguinte proporcionando um equilíbrio final.

O vazio de saber é o espaço para buscar o conhecimento e aprender. A consciência de ser ignorante permite indagar e comunicar-se com os outros. Ninguém pergunta o que sabe. Sem ignorância não haveria progresso. A ignorância é o que permite aprender. (PAIN, 1985, p.45).

A motivação é fator determinante para que a aprendizagem aconteça, mas a confiança no sujeito que está mediando o processo de ensinar-aprender na pessoa do professor, também é fundamental para que haja sucesso. Dessa forma constata-se que ensinar e aprender, são fatores interligados e interdependentes.

Nesse sentido, não há como entender o processo de aprendizagem em sua totalidade, principalmente em sala de aula, pois cada criança possui uma maneira pessoal de aprender isso ocorre devido às situações e características psicológicas, genéticas e culturais, pode-se afirmar que todos conhecem o mundo por meio do convívio, da adaptação com o meio social, portanto, o indivíduo inicialmente aprende pela convivência. Dentro do processo de aprendizagem deve-se considerar a construção do conhecimento e a construção de si próprio como ser pensante e criativo.

A APRENDIZAGEM NA CONCEPÇÃO DE FREUD

Sobre o tema Aprendizagem, especificamente não encontraremos textos escritos por Freud. Suas preocupações eram predominantemente as de um clínico interessado em livrar as pessoas do peso das neuroses. No entanto, Freud, por sua própria posição frente ao conhecimento, gostava de pensar nos determinantes psíquicos que levam alguém a ser um desejante do saber.

Para Kupfer (1989) abordar esse tema a partir de uma perspectiva Freudiana é, antes de mais nada, buscar respostas para a pergunta: O que se busca quando se quer aprender algo? Só a partir dela se pode refletir sobre o que é o processo de aprendizagem, pois o processo depende da razão que motiva a busca do conhecimento.

Quando a criança que pergunta por que chove, por que existem noite e dia, por que... e todo o resto, responde Freud, está na verdade interessada em dois por quês fundamentais: por que nascemos e por que morremos, ou dito ainda de modo clássico, de onde viemos e para onde vamos. É interessante observar que o saber está intimamente ligado à curiosidade de entender como algo funciona, o porquê daquela existência e o dominar faz parte da reflexão das respostas para o desvendar do novo conhecimento. O ato de aprender sempre pressupõe uma relação com outra pessoa, a que ensina. Não

há ensino sem professor. O aprender como descoberta aparentemente espontânea supõe um diálogo interior entre aprendiz e alguma figura qualquer, imaginada por ele, que possa servir de suporte para esse diálogo.

A ênfase Freudiana está concentrada nas relações afetivas entre professor e aluno e não no valor dos conteúdos cognitivos que transitam entre essas duas pessoas, ou seja, na informação que é transmitida de um para o outro. Pode-se dizer que, da perspectiva psicanalítica, não se focalizam os conteúdos, mas o campo que se estabelece entre professor e aluno.

A TRANSFERÊNCIA NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

Para Freud transferência são reedições de impulsos e fantasias despertadas e tornadas conscientes durante o desenvolvimento da análise e que trazem como singularidade características a substituição de uma pessoa anterior pela pessoa do médico. Em suas obras completas, Freud esclareceu que a transferência é um fenômeno psicológico ocasionado não somente durante o tratamento psicanalítico, mas que pode acontecer tanto dentro como fora do consultório. Assim, num contexto educacional um professor pode tornar-se a figura a quem serão endereçados os interesses de seu aluno porque é o objeto de uma transferência. E o que se transfere são experiências vividas primitivamente com os pais.

Na relação professor-aluno, a transferência se produz quando o desejo de saber do aluno se aferra a um elemento particular, que é a pessoa do professor. O importante é fixar a ideia de que o desejo inconsciente busca aferrar-se a formas para esvaziá-las e colocar aí sentido que lhe interessa. Transferir é então atribuir um sentido especial àquela figura determinada pelo desejo. Toda transferência é sempre ligada a um desejo, ou seja, transfere-se para alguém um sentido relacionado a um desejo, cuja expressão, ao nível transferencial, pode ser de hostilidade, de agressividade, de amor, e que, psicanaliticamente falando, refere-se a experiências vividas inicialmente com as figuras parentais.

AFETIVIDADE NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Na linguagem geral, afeto relaciona-se com sentimentos de ternura, carinho e simpatia. Nas mais variadas literaturas, afetividade está relacionada aos mais diversos termos: emoção, estados de humor, motivação, sentimento, paixão, atenção, personalidade, temperamento. É na maior parte das vezes, confundida com a emoção.

Quando uma mãe abre os braços para receber um bebê que dá seus primeiros passos, expressa com gestos a intenção de acolhê-lo e ele reage caminhando em sua direção. Com esse movimento, a criança amplia seu conhecimento e é estimulada a aprender a andar.

Piaget considera a afetividade como um agente motivador da atividade cognitiva. Para ele, a afetividade e a razão constituem termos complementares: a afetividade seria a energia, o que move a ação, enquanto a razão seria o que possibilitaria ao sujeito identificar desejos, sentimentos variados, e obter êxito nas ações. A afetividade é a base sobre a qual se constrói o conhecimento racional. “O pensamento é fundamental no processo de aprendizagem por ser ele o principal veículo do processo de conscientização” (PIAGET, 1994).

Vygotsky é considerado, muitas vezes, cognitivista por ter se preocupado principalmente com os aspectos do funcionamento do pensamento. Entretanto, questionava o dualismo entre as dimensões afetivas e cognitivas quando menciona que a psicologia tradicional peca em separar os aspectos intelectuais dos afetivos-evolutivos.

É preciso adequar à educação da criança ao que diretamente afeta seu desenvolvimento global. Precisamos de uma educação mais humanista, voltada para o ser humano em suas características de um ser dotado de corpo, espírito, razão e emoção. O ser humano pensa, sente e age.

Para Balestra, (2007, p.50) “não podemos esquecer que toda relação estabelecida na escola deve ser nutrida com grande dose de afetividade”. O grau de afetividade que envolve a relação do professor com a criança e o que resulta dos laços criados na interação desta com os seus pares representa o fio condutor e o suporte para a aquisição do conhecimento do sujeito.

ORIGEM DO TERMO DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

Para um maior entendimento acerca do tema estudado é importante que se descreva sobre a origem do termo, como surgiu historicamente, onde, com quais necessidades e sua evolução ao longo do tempo na sociedade.

As literaturas, falam sobre o tema desde 1800 e revelam que a não aprendizagem geralmente era centrada na criança. Provavelmente essa posição se deve à forte influência médica que se apoiava apenas nas causas orgânicas e psicológicas. Nesta época as crianças que não conseguiam aprender eram taxadas de crianças anormais como meio para justificar o insucesso escolar dos alunos, já que não se investigava o sistema escolar.

O advento da escola Nova, que norteou a política da educação dos anos 1920 aos 1960, também influenciou na busca de respostas aos problemas educacionais, com forte influência dos Estados Unidos e países da Europa. No entanto, desprezaram os múltiplos aspectos envolvidos quando a criança não aprende. Primeiro enfatizaram uma resposta meramente orgânica e depois começaram a atribuir as causas aos fatores sociais.

Embora as dificuldades de aprendizagem sejam um problema estudado em vários países do mundo, sua origem é norte-americana e canadense. Essa problematização começou a ter um olhar

mais atento e passou a ser oficialmente tratado, após reuniões de pais preocupados com seus filhos, que apresentavam dificuldades persistentes de aprendizagem na leitura. A partir do encontro realizado em Chicago, no dia 06 de abril do ano de 1963.

Nesse mesmo encontro, de acordo com Sisto, (2001), vários profissionais de diversas áreas foram convidados (médicos, neurologistas e psicólogos). A intenção desses profissionais era explicar os motivos dessas crianças não conseguirem ler e indicar soluções, bem como gerar fundos para um futuro apoio a essas crianças com um olhar mais educativo, visto que, elas não poderiam ser atendidas pela educação especial, que tratava apenas dos casos de retardo mental, deficiência auditiva, visual, motora ou múltipla.

Como, é notório, as dificuldades de aprendizagem não aparecem de repente e apenas em 1963. Trata-se de um problema que sempre ocorreu, mas que, a partir desta data, recebeu dos estudiosos uma unificação terminológica e uma limitação de campo, já que a unificação conceitual tem percorrido um longo caminho, com debates, polêmicas, erros e acertos. Por isso, “não se pode deixar de lado certos fatos e interpretações interessantes sobre a história das dificuldades de aprendizagem” (SISTO, 2001, p.22).

A partir de 1970, sob à influência norte-americana, começa-se a responsabilizar as escolas pela aprendizagem dos alunos. Nessa época, fortalece-se a ideia de adaptação da escola ao meio em que o aluno vive. Ela tinha que se adaptar aos alunos sócio culturalmente menos favorecidos. Mais uma vez a criança era indiretamente responsabilizada por sua não aprendizagem.

Segundo estudos realizados por Patto (1999), as explicações das dificuldades de aprendizagem de crianças pobres eram provenientes de suas condições sociais. Dessa forma, nas escolas, os professores discriminavam seus alunos por estes serem de classes pobres e aqueles de classe média, e como as escolas eram orientadas conforme princípios regidos pela classe média, não levavam em conta a realidade dos alunos considerados desfavorecidos socio culturalmente.

Contudo, pesquisas desenvolvidas na época apontaram que crianças desfavorecidas socialmente “[...] demonstram de modo geral ter toda capacidade de pensar sobre a realidade em que estavam inseridas e a respeito daquilo que possui significado para elas” (MANTOVANINI, 2001, p.30).

Desse modo, as escolas desconsideravam as diferenças sociais, e os profissionais responsáveis por dar o parecer em relação às explicações da dificuldade da criança em não aprender, geralmente enfatizavam apenas comportamentos considerados inapropriados para o considerado ideal ou padrão para aprendizagem.

Já na década de 80, o assunto dificuldade de aprendizagem começa a ser discutido por outras causas e não mais focado apenas no aluno, mas atribuindo as causas à estrutura curricular, à formação do professor e à dificuldade do professor em abordar conteúdos em sala de aula. Nesse sentido, muda-

se o foco devido à sociedade entender como preconceituoso atribuir a não aprendizagem do aluno ao resultado de seu meio social.

TRANSTORNOS FUNCIONAIS ESPECÍFICOS DA APRENDIZAGEM

Dislexia

A palavra dislexia, de origem grega, vem das raízes “dis”, que significa distúrbios ou disfunção, e “lexis” palavra em latim que significa leitura. Para Consenza (2001) “A dislexia é um distúrbio neurobiológico caracterizado pela dificuldade no reconhecimento preciso ou fluente das palavras, com dificuldade de soletrar e recodificar os sinais gráficos em sons”. O problema resulta de uma deficiência do componente fonológico da linguagem, que geralmente contrasta com demais habilidades cognitivas do indivíduo que tem inteligência normal.

Desta forma podemos considerar que os disléxicos costumam ter dificuldades com a linguagem e que já podem ser notadas antes da idade escolar. Eles apresentam problemas com a memória verbal e com o aprendizado de palavras novas.

Discalculia

A palavra discalculia vem do grego “dis” (mal) e do latim calculare (contar) formando: contando mal. O termo é usado frequentemente ao referir-se, especificamente, à inabilidade de executar operações matemáticas ou aritméticas. É, pois, um distúrbio neuropsicológico caracterizado pela dificuldade no processo de aprendizagem do cálculo e que se observa, geralmente, em indivíduos de inteligência normal, que apresentam inabilidades para a realização das operações matemáticas e falhas no raciocínio lógico-matemático.

Disgrafia

A escrita é um processo que envolve a conversão de pensamento em símbolos gráficos e sequenciais. A disgrafia é considerada como a principal dificuldade de escrita manual ou, nas palavras de Ciasca (2009, p.187): “É considerada como falha no processo do desenvolvimento ou na aquisição da escrita”. Está relacionada a uma disfunção na interação entre dois sistemas cerebrais, que permitem que a pessoa transforme uma atividade mental em linguagem escrita. Portanto, consideramos uma pessoa com disgrafia aquela que, culturalmente, não consegue produzir uma escrita aceitável, apesar de possuir nível intelectual adequado.

Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade e as Dificuldades de Aprendizagem

A hiperatividade é considerada uma inquietação motora excessiva e agressiva que se repete não só nos momentos de espasmos de nervosismo, mas sim com certa frequência. Quanto à impulsividade, ela está relacionada com o agir sem pensar, sem se preocupar com as consequências. O TDAH é, portanto, um transtorno reconhecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), sendo de origem genética, podendo vir acompanhado ou não de hiperatividade, tendo os sintomas de desatenção como um ponto central, assim como a hiperatividade e impulsividade como resultado do comportamento – os quais são considerados como comportamentos negativos, pois podem originar desobediência, problemas sociais e desorganização.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido dentro do referencial teórico da educação e da psicanálise, buscando entender as causas das dificuldades de aprendizagem apresentadas por crianças no ambiente escolar partindo do ponto de vista dos professores do ensino fundamental. Pois muitos profissionais hoje, apesar de tantas informações disponíveis, não sabem como lidar com estes problemas em sala de aula.

Tratou-se de uma pesquisa de campo, com uma abordagem qualitativa de caráter descritivo, onde teremos o ambiente natural como fonte direta para coleta de dados através de questionários com perguntas abertas e fechadas. Optou-se por uma pesquisa com abordagem qualitativa por buscar uma verdade mais profunda e direta sobre o tema em questão.

A população foi constituída por cinco professores do ensino fundamental de uma Escola Municipal na cidade de Cacimbas no sertão paraibano. A partir da obtenção dos dados descritivos mediante contato direto e interativo com os professores participantes e o objeto de estudo, procuramos entender os fenômenos das causas das dificuldades de aprendizagem, interpretando os dados segundo a ótica dos participantes na situação estudada.

A pesquisa foi realizada em uma Escola Pública Municipal na cidade de Cacimbas – PB, com a devida autorização e consentimento da Diretora Educacional e do Supervisor escolar do estabelecimento de ensino. O questionário foi aplicado na própria sala de aula de cada professor, o que nos possibilitou conhecer as turmas que o professor trabalha. Não foi determinado tempo prévio para preenchimento do mesmo, ou seja, o professor preenche todas as questões num só momento, durante o tempo que julgou necessário.

A razão para a escolha desta escola para o ambiente da pesquisa foi por razões de preocupação pessoal e professores em entender os casos de crianças que não conseguem aprender dentro de um ambiente em que outras crianças da mesma idade aprendem com facilidade.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Após análise dos dados coletados constatou-se que 100% dos professores participantes na pesquisa possuem algum aluno que apresenta dificuldades de aprendizagem em sua turma. Entre os transtornos relacionados à dificuldade na leitura, escrita e interpretação de textos ganharam destaque, entretanto, foram relatados outros problemas tais como: falta de atenção, família desestruturada, falta de compromisso da família, e aluno fora da faixa-etária.

Quando questionados sobre as causas das dificuldades de aprendizagem, os professores indicaram principalmente a falta de compromisso da família com a escola, na crença que a união destas instituições, favorece e auxilia no processo de ensino-aprendizagem do aluno sanando as dificuldades apresentadas em sala de aula. Os educadores, também apontam o próprio aluno, como causa do baixo rendimento acadêmico especificamente suas condições internas de aprendizagens, a falta de atenção na aula, falta de compromisso, dificuldades de concentração e desmotivação nas tarefas escolares.

Segundo Freud (1974), todo comportamento humano é determinado, ou seja, nossos atos estão relacionados a uma série de causas, das quais frequentemente não temos consciência. Freud também afirma que a frustração é necessária ao desenvolvimento saudável dos sujeitos, que necessitam se conformar com a realidade, aceitando leis e regras necessárias para se viver em sociedade. Isso significa que a criança não deve “aprender pela coerção”, mas sim que a educação deva ser prazerosa, porém com limites.

A dificuldade de aprendizagem não se explica unicamente sob uma ótica focada no indivíduo, como se fosse um processo individualizado. O modelo sistêmico possibilita ter um instrumento que auxilia na leitura de um fenômeno pela ordem dinâmica de suas partes e pelos processos de mútua interação. Vê-se a facilidade docente em identificar os sintomas apresentados pelos alunos, não a causa e seus fatores.

Para Lacan (1988) “aos educadores vale a seguinte sinalização: o desejo de conhecer tem também sua marca construtivista; somos sujeitos desejosos de saber”. As experiências oportunizadas para tal e o ensino encontram terreno fértil que não deve ser contaminado com a aridez de uma educação dogmática, mas, deve ser semeado com afeto, carinho, estímulos e estratégias interessantes.

Considerando o processo de aprendizagem como resultante de uma construção que envolve as relações do sujeito que aprende e sua curiosidade, nos vários contextos em que está inserido, torna-se primordial o processo relacional que se estabelece entre escola e família.

Quanto às respostas sobre causas das dificuldades de aprendizagem, o peso recaiu novamente na falta de união entre família e escola, evidenciando que as dificuldades são bastante notáveis no cotidiano escolar. Contudo, recebeu maior destaque as ações voltadas para os problemas de

aprendizagem, a falta de planejamento, metodologia mal aplicada, relação professor-aluno, afetividade e autoestima do professor.

O grau de afetividade que envolve a relação do professor com a criança e o que resulta dos vínculos criados na interação desta com os seus pares representa o fio condutor e o suporte para a aquisição do conhecimento do sujeito. Para Balestra (2007) “não podemos esquecer que toda relação estabelecida na escola deve ser nutrida com grande dose de afetividade”.

A tarefa do educador é excepcional. Adequar os métodos pedagógicos à afetividade específica da criança é a tarefa mais delicada que todo adulto, Pai, educador, ou professor, deve ter sempre em mente [...]. (MORA, 2011, p. 248-249.)

Toda ação educativa supõe a presença de um professor e um aluno interagindo afetivamente, afetando e sendo afetado um pelo outro. Na relação pedagógica podem surgir sentimentos de aceitação ou aversão entre aluno e professor, o que prejudicará o processo de ensino-aprendizagem. E na relação entre ambos.

Para Freud essa formulação tem implicações para o professor, pois instalada a transferência, o professor torna-se depositário de algo que pertence ao aluno. Em decorrência dessa posse a figura do professor fica inevitavelmente carregada de uma importância especial. E é dessa importância que emana o poder que inegavelmente tem sobre o indivíduo. Freud mostra que um professor pode ser ouvido quando está revestido por seu aluno de uma importância especial. Graças a essa importância, o mestre passa a ter em mãos um poder de influência sobre o aluno.

Quanto a nomear as dificuldades apresentadas, a análise da questão evidenciou que os professores pouco conhecem sobre os distúrbios de aprendizagem e que possuem dificuldades em classificar as suas causas, ou nomear o problema em que se depara, até mesmo como realizar adequada intervenção para que o aluno supere estas dificuldades.

Quanto a conceituar dificuldades de aprendizagem observou que os professores apresentam conhecimento pouco fundamentado a respeito das dificuldades de aprendizagem e/ ou transtornos de aprendizagem.

Alguns autores fazem uso de mais de uma terminologia na mesma definição do conceito, como é o caso de Drouet (2000, p. 93, apud LEAL, 2011): “todos os distúrbios da fala, da audição, emocionais, do comportamento etc. – tem sua origem em causas diversas, porém todos eles se constituem em obstáculos à aprendizagem, prejudicando-a ou mesmo impedindo-a.” São, portanto, problemas dentro do processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Freud o desenvolvimento e a aprendizagem da criança necessitam ser estimulados afetivamente, levando em conta o desejo desta, porém não deve confundir afetividade com

permissividade ou, por outro lado, a repressão, a violência e o castigo não educarão a criança adequadamente, é, necessário uma relação de respeito, escuta e amizade para ensinar significativamente.

Diante dos resultados obtidos através dos questionários preenchidos pelos professores participantes e através de observações e conversas informais com os mesmos, e com a direção escolar obtivemos respostas satisfatórias, apesar das dificuldades peculiares encontradas, eles acreditam na potencialidade e desenvolvimento dos alunos, o que abre um espaço para o avanço e sucesso acadêmico de todos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se com esse artigo proporcionar de forma prática e objetiva, uma familiarização com os problemas das dificuldades de aprendizagem enfrentadas por pais, alunos e professores em sala de aula. Com o objetivo de analisar e compreender as causas das dificuldades de aprendizagem do ponto de vista dos professores participantes da pesquisa.

Pretendeu-se ainda expor conceitos fundamentais dentro das teorias da psicanálise e das teorias psicogenéticas e interacionistas de Piaget e Vygotsky para a compreensão da dimensão afetiva, transferencial e da sua relevância no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Além de suscitar reflexões sobre a prática daqueles que se sentem afetados pelo problema das dificuldades de aprendizagem em sala de aula. Ao considerar que problemas de aprendizagem é, igualmente, um problema de ensino, e sua análise deve evidenciar a relação ensino-aprendizagem como uma unidade, sem culpar professor, aluno ou família.

O papel do professor na relação com o aluno é de mediador do conhecimento, a forma como se relaciona com o aluno reflete nas relações do aluno com o conhecimento. O professor é um modelo, na sua forma de relacionar-se, de expressar seus valores, na forma de resolver os conflitos, na forma de falar e ouvir.

Ao final desse trabalho, como contribuição teórica, defendemos que a superação das dificuldades de aprendizagem requer o desenvolvimento de ações interventivas que estejam vinculadas à aprendizagem escolar. Acreditando que os espaços escolares, sejam desejosos de um novo cotidiano, permeado pelos pressupostos da coletividade discente, com o objetivo maior que seja a vivência da amorosidade, compreendida como meio efetivo e que amplia os valores humanos da paz, amor, atenção, respeito, e aprendizagem, caminhando para um novo contexto mediado pelas relações afetivas, avançando através de movimentos existenciais que aumentem as perspectivas do desenvolvimento pessoal para alunos e professores.

REFERÊNCIAS

- BALESTRA, Maria M. Mazaro. **A psicopedagogia em Piaget: uma Ponte para a educação da liberdade.** Curitiba. Ibplex, 2007.
- CIASCA, S. M. (org.). **Distúrbios de aprendizagem: propostas de avaliação interdisciplinar.** São Paulo: casa do psicólogo, 2009.
- CONSENZA, Ramom M., LEONOR B. Guerra. **Neurociência e educação: como o cérebro aprende.** Artmed. Porto Alegre.2011.
- DROUET, R. C. R. Distúrbio de aprendizagem. São Paulo: Ática, 2000. LEAL, Daniela. **Dificuldades de Aprendizagem: um olhar Psicopedagógico/ Daniela Leal, Makeliny Oliveira Gomes Nogueira, - Curitiba: ed. Ibplex, 2011.**
- FREUD, S. A dinâmica da transferência (1912). Artigos sobre técnica (1911-1915 [1914]). In: FREUD, Sigmund. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. XII, p.129-143.
- KUPFER, Maria Cristina. **Freud e a Educação: O mestre do Impossível.** 3ªed. Scipione. São Paulo 1989.
- LACAN, J. **Escritos.** Rio de Janeiro, Zahar, 1988.
- MANTOVANINI, M. Cristina. **Professores e alunos Problema: um Círculo Vicioso.** São Paulo. Casa do Psicólogo.2001.
- MORA, Estela. **Psicopedagogia infantil-adolescente: A infância. Do segundo até o oitavo ano de vida.** 2. ed. Grupo Cultural, 2011.
- PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia.** São Paulo: casa do psicólogo, 1999.
- PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia.** Rio de janeiro: Editora Forense, 1983.
- PAIN S. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem.** Tradução de Machado AMN. Porto Alegre: Artes Médicas;1985.
- SISTO, F.F. **Dificuldades de Aprendizagem no Contexto Psicopedagógico.** Petrópolis 3ªed. RJ. Vozes. 2001.
- VIGOTSKY, L. S. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar.** In: VIGOTSKY, L. S. etal. **Psicologia e Pedagogia I: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento.** 2. ed. Lisboa: Estampa, 1991.

FUNDAMENTOS E PARADIGMAS CONTEMPORÂNEOS DA EDUCAÇÃO: O DESENVOLVIMENTO DO SER HUMANO E A SAÚDE ESPIRITUAL

Maria José Gois Da Silva Fernandes

RESUMO

O desenvolvimento pessoal se trata de um fenômeno constituído por fases que englobam fatores externos e internos ao ser humano, que modificam suas concepções, atitudes e comportamentos. Mediante as suas pesquisas, Carl Rogers afirma que a mudança de um indivíduo depende que se estabeleça uma relação específica em que ele esteja inserido. Contudo, na busca do sentido para o crescimento individual está o estudo da inteligência espiritual, sendo ela ainda um assunto pouco debatido na comunidade científica. O objetivo deste estudo foi contribuir para a educação contemporânea à luz de fundamentos encontrados na psicologia, com base em um levantamento das principais metodologias presentes na literatura. Desta forma, diz-se que foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Foi possível analisar que apesar de válidos e coerentes, todos os estudos apresentados no trabalho ainda podem ser aprimorados caso se tornem alvo de mais pesquisas. Portanto, percebe-se a necessidade de colocar esses temas cada vez mais em evidência.

Palavras-chave: Relações humanas; Comportamento; Inteligência espiritual.

INTRODUÇÃO

Foi em 1961, que a publicação, *Tornar-se Pessoa*, atribuída ao pesquisador e clínico, Carl Rogers, repercutiu de maneira súbita e nacionalmente. A obra inicialmente planejada para psicoterapeutas, findou por abranger um público mais amplo e de diferentes perfis socioeconômicos, o que resultou na venda de milhões de seus exemplares. Assim, a partir de então, Rogers passou a ser declarado como O Psicólogo da América, passível de ser publicamente indagado a respeito das mais amplas questões que envolvessem a mente (ROGERS; FERREIRA; KRAMER, 2017).

Rogers possuía ideias muito bem aceitas e, por sua vez, revolucionárias para o seu tempo. Ele acreditava que o indivíduo necessita ser inserido em relações nas quais é aceito. A concepção rogeriana indica que, como metodologia, o terapeuta deve se valer de habilidades como a empatia e o que é chamado de “consideração positiva incondicional”, que pode ser traduzido como considerar a aceitação por alguém independentemente do que ela seja, assim, vibrando afeto positivo para o outro de maneira incondicional. Esse pesquisador acreditava que, contanto que um indivíduo fosse capaz de oferecer um certo tipo de relação, o outro, através da sua própria psique seria capaz de crescer, o que ocasionaria no inevitável desenvolvimento pessoal (ROGERS; FERREIRA; KRAMER, 2017). Nas próprias palavras de Rogers (2017, online), “quando o homem é mais plenamente homem, ele é merecedor de confiança”.

Em *Tornar-se pessoa*, Rogers inclina seu ponto de vista para um contexto histórico e social, referindo-se diretamente à etologia animal, à psicologia social contemporânea e à teoria das comunicações e dos sistemas gerais. Concentrado a sua herança cultural na filosofia existencialista (ROGERS; FERREIRA; KRAMER, 2017).

Também é proveniente de Carl Rogers o destaque reservado contemporaneamente à autoestima e o seu poder de promover as forças de uma pessoa. Ele também defende a aceitação como uma força libertadora, implicando dizer que pessoas sem enfermidades ainda assim podem enxergar resultados positivos na terapia e que as não-profissionais podem agir como terapeutas. Por exemplo, grupos de auto-ajuda modernos se pautam, quase que diretamente, no movimento de Rogers que diz respeito ao potencial humano (ROGERS; FERREIRA; KRAMER, 2017).

Apesar de parecer uma consequência lógica que a reunião de forças interiores e desenvolvimento da autoestima signifique a promoção da motivação nos indivíduos, o termo “motivação” pode variar nas interpretações de diversos autores. Entre estas, há certas discrepâncias que permitem que o conceito de motivação vá desde o comportamento da pessoa perante fatores externos até atitudes levadas por fatores internos, originados no nível mental inconsciente. Ainda há a concepção de que a motivação pode ser instigada através de recompensas, e até a afirmação de que nenhuma pessoa pode motivar outra (GOMES; QUELHAS, 2003).

Essa flutuação entre cada interpretação pode ser justificada, relativamente, pelo número infinito de fatores que podem vir a desencadear diferentes reações em cada ser, dentre eles podem ser citados os conhecimentos armazenados no nível mental, os estímulos captados do ambiente, situações impulsionadas a nível mental inconsciente, entre outros (GOMES; QUELHAS, 2003).

No século XX, um assunto que adquiriu popularidade foi o QI (Quociente de Inteligência). É justamente com a inteligência intelectual, ou racional, que a humanidade se torna capaz de resolver problemas relacionados à lógica e a outros temas importantes. Profissionais da saúde mental desenvolveram métodos para avaliar o nível de inteligência dos indivíduos, revelando suas habilidades em potencial. Isso significa que, segundo essa teoria, quanto mais alto o nível de QI de um indivíduo, maior é a sua inteligência (ZOHAR; MARSHALL, 2017).

Na década de 1990, Daniel Goleman destacou pesquisas feitas por diversos agentes da saúde mental, que discorreram sobre como a inteligência emocional, também chamada de QE (Quociente Emocional), era tão importante quanto a QI. Essa força é a que concebe a capacidade de sentir não somente os próprios sentimentos do indivíduo, como também o dos outros. Graças a isso, justamente sentimentos como a empatia, compaixão e a motivação podem ser ativados nas pessoas, além da capacidade de reagir a dor ou ao prazer. Goleman observou, conforme a pesquisa, que o QE faz-se de alicerce para o bom funcionamento do QI. Em outras palavras, se as áreas cerebrais com as quais

o ser humano sente emoções estiverem afetadas, significa que ele pensará com menos aplicabilidade (ZOHAR; MARSHALL, 2017).

Foi somente no final do século XX que um conjunto de dados ainda não assimilados foi capaz de revelar a origem de uma terceira força Quociente. A última peça para a totalidade da descrição da inteligência humana veio à tona com a discussão da inteligência espiritual, também conhecida como QS (Quocient Espiritual). Esse aspecto da inteligência torna-se necessário para que possam ser abordados problemas de sentido e de valor; é com essa inteligência que vem a capacidade de ressignificar e se inserir em contextos dos mais amplos e significados; É com essa inteligência que vem o ponderar humano acerca de qual caminho faz mais sentido seguir. O QS representa a inteligência final, o que significa que ele representa o fator necessário para o bom funcionamento do QE e do QI (ZOHAR; MARSHALL, 2017).

Considerando o que foi exposto, este estudo teve como objetivo contribuir para a educação contemporânea à luz de fundamentos encontrados na psicologia, com base em um levantamento das principais metodologias presentes na literatura.

REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento pessoal e a motivação para tal

Durante muitos anos, Rogers se esforçou para a resolução do seguinte dilema: Através de quais subsídios posso ser capaz de ajudar um indivíduo? Com o passar do tempo, através dos seus próprios esforços e métodos desenvolvidos, através da sua experiência profissional e a dos seus colegas de trabalho no Centro de Aconselhamento, de maneira gradual o pesquisador conseguiu desenvolver uma maneira de trabalhar flexível o suficiente para ser remodelada, testada e refinada por pesquisas posteriores (ROGERS; FERREIRA; KRAMER, 2017).

A partir desse momento, sua dúvida filosófica já não era mais acerca de como ajudar ou curar um indivíduo, mas sim refletia sobre como estabelecer uma relação com esse indivíduo de forma que ele a utilize como alicerce para o seu desenvolvimento pessoal. Afinal de contas, as aprendizagens de um ser, sendo elas quais forem, ainda são aplicáveis nas relações humanas de maneira geral. Assim, uma vez que todos estão envolvidos nessas relações, é correto dizer que as experiências que possuem algum significado para uma pessoa, podem também desencadear significados nas experiências de outras (ROGERS; FERREIRA; KRAMER, 2017).

Rogers se deu conta de que uma pessoa perturbada não deve ser atendida por métodos intelectuais ou de treinamento, pois as abordagens que utilizam esses meios, na aceitação de algo ensinado, não se mostra eficaz. Apesar de serem métodos de explicação mais diretos, o psicanalista defendeu que, de acordo com as suas próprias experiências, esses recursos demonstram inconsequência

e futilidade, uma vez que podem até demonstrar resultados, mas que são temporários e que se passam rapidamente, deixando o submetido ainda mais convencido de sua situação degradante (ROGERS; FERREIRA; KRAMER, 2017).

Foi justamente a partir do fracasso, que Rogers percebeu que a mudança efetiva de um indivíduo depende do estabelecer de uma relação para a apreensão de experiências. O autor evidencia que uma relação de ajuda, de maneira essencial parece angariar resultados positivos tanto a partir de experiências quanto de pesquisa (ROGERS; FERREIRA; KRAMER, 2017).

Faz-se necessária, por sua vez, compreender e executar da maneira adequada a criação desse vínculo, conforme prescreve as concepções rogerianas, com um indivíduo que apresente qualquer perturbação. Roger explica que a relação que deve ser estabelecida deve ser genuína para ser efetiva de fato, ao invés de uma simples fachada externa, o que significa que o apoio para o indivíduo deve se manter consciente dos próprios sentimentos o tempo todo. Para evidenciar uma relação verdadeiramente genuína, é requerida a expressão do ser, em seu comportamento, a diversidade de sentimentos e atitudes existentes em si. É somente assim que a relação entre as pessoas pode tomar a dimensão da realidade, sendo esta essencial como uma primeira condição. O conceito rogeriano explica que, é só após um indivíduo apresentar a realidade genuína que habita dentro dele mesmo, que outra pessoa se torna capaz de procurar a realidade dentro de si com êxito (ROGERS; FERREIRA; KRAMER, 2017).

A segunda condição essencial se baseia no não uso de julgamentos, onde é demonstrado aceitação e apreço por este indivíduo, criando uma relação de qual ele poderá utilizar para o autodesenvolvimento. Aceitação nesse contexto significa uma consideração afetuosa com um indivíduo de autovalia incondicional. Significa a aceitação das suas atitudes de forma a independe de quaisquer fatores, tendo sido elas corretas, erradas ou discrepantes com qualquer situação ou concepção. Esse tipo de recepção contribui para que a outra pessoa associe afeição e segurança à relação, a segurança de ser acolhido e prezado ainda pode ter papel importante na relação de ajuda. Com a aceitação, deve vir também o sentimento empático de querer compreender os sentimentos e pensamentos do outro, independentemente de sua natureza, pois é somente após um enxergar da mesma forma que o outro, que vem a aceitação mais genuína e assim, a capacidade do outro de submergir em sua experiência interior e enterrada. (ROGERS; FERREIRA; KRAMER, 2017).

Em síntese, Roger considerou útil uma relação que demonstra transparência, onde o tutor se encontra com seu eu em evidência; que haja a aceitação da outra pessoa dentro da concepção de consideração positiva incondicional; e, por fim, que por meio da compreensão e empatia, consiga mergulhar profundamente no particular do indivíduo. Quando essas condições são atingidas, as duas pessoas se tornam companheiras de uma jornada em busca do autoconhecimento (ROGERS; FERREIRA; KRAMER, 2017).

Contudo, Roger ainda indica que apesar de tudo, nem sempre se é capaz de atingir esse relacionamento com o outro por diferentes motivos, um deles sendo a pessoa ficar assustada ao ver a oferta de ajuda, por exemplo. Mas ainda defende que, quando o indivíduo está disposto a vivenciar pelo menos parte das atitudes oferecidas, isso pode ocasionar em uma construção do desenvolvimento pessoal de maneira exponencial (ROGERS; FERREIRA; KRAMER, 2017).

Findada a parte da relação, Roger afirma que é justamente a partir da utilização dela que um indivíduo pode crescer, uma vez que ele carrega consigo a capacidade e a tendência natural para tornar-se alguém maduro. Essa tendência consegue ser liberada através de um ambiente psicológico adequado, o que faz essa força ser real e não somente potencial. Esse aspecto se mostra na capacidade de cada um de identificar na vida e em si elementos que causam dor e insatisfação, investigando cautelosamente os critérios mais minuciosos em si mesmo. Isso se revela na tendência de reorganizar de maneira mais madura e consciente os aspectos da sua personalidade e da vida. Essa tendência ao crescimento serve tal qual um impulsionador para a vida do indivíduo, e em última análise é a tendência de que toda a psicoterapia depende (ROGERS; FERREIRA; KRAMER, 2017).

A ativação e a expressão de todas as capacidades do organismo refletem a tendência de todo ser vivo de realizar esse ato até que se aprimore como organismo ou pessoa. Contudo, essa força pode estar adormecida nas camadas de defesa da mente; fachadas criadas para contrariar a existência dessa mesma tendência, mesmo que ela exista em todo ser humano e só espere as condições corretas para ser liberta e expressa (ROGERS; FERREIRA; KRAMER, 2017).

Contudo, tendo em vista as mais vastas origens do comportamento, não se torna viável resumir a motivação humana a uma só teoria, como nas palavras de Bergamini (1997, p. 38), “não existe uma única teoria que seja capaz de desvendar todas as características próprias da psicodinâmica motivacional de uma só vez”, mesmo que esses fenômenos possam, por vezes, se parecerem visualmente “as explicações de como têm origem e de como ocorrem não cabem dentro de um só referencial teórico”.

De toda forma, ainda assim é habitual usar o termo motivação para justificar qualquer força externa ou interna que exerce poder sobre o indivíduo e acaba desencadeando e dirigindo o seu comportamento (Sancho et al., 2002).

Para Gomes e Quelhas (2003), a partir do pressuposto de que a motivação seja a influência dessas forças sobre o ser humano, abre-se ampla interpretação que pode flutuar do conceito de motivação como um condicionamento físico – focalizando o destaque nos fatores externos, como é o caso da teoria pavloviana do condicionamento – até a consideração de motivação como sendo alguma espécie de instinto, ou fragmento irascível da alma – O que se relaciona exclusivamente com os fatores internos do ser, como a teoria psicanalítica freudiana, Adriolo (2008) afirma que as motivações de um ser não obrigatoriamente estão relacionadas com a remuneração ou a recompensa, tendo em vista que as necessidades relacionadas à satisfação pessoal não giram em torno somente disso. É

citado pelo autor o caso de Luke Pittard, que após ficar repentinamente milionário, sente-se enfadado por não ter nada para fazer e, assim, sente a necessidade de retornar ao seu emprego no McDonald.

Já a concepção de Maslow (1943), já bem mais arcaica que as demais, compreende a visão do indivíduo como um integrado-organizado. Ou seja, não se pode falar de um órgão ou conjunto à parte senão do corpo inteiro, pois a motivação é exercida por uma pessoa como um todo. Por consequência de levar sua teoria por uma outra margem, Maslow acaba por se distanciar do conceito de pulsão freudiano.

Na época, outros cientistas do ramo consideravam os motivos culturais secundários perante os biológicos, mas Maslow não, ele não distinguia esses dois parâmetros por considerar que essa posição dos pesquisadores representava resquícios da materialista do homem e da visão empirista de ciência.

Inteligência Espiritual

No seu livro *Inteligências múltiplas*, o autor Howard Gardner, de Havard, indica existir pelo menos sete inteligências humanas para além do racional e da emocional. Contudo, a pesquisadora Danah Zohar argumenta que todas as inteligências humanas, potencialmente infinitas, podem estar ligadas a três sistemas neurais cerebrais e que as inteligências apresentadas por Gardner nada mais eram do que ramificações do QI, do QE e do QS e das formas com que eles se configuram (ZOHAR; MARSHALL, 2017).

De acordo com o dicionário Webster, a definição de espírito se dá como um "princípio animador ou vital, o que dá vida ao organismo físico". A humanidade corresponde a um grupo de criaturas espirituais uma vez que são seres filosóficos que fomentam perguntas fundamentais para a existência, determinados pela verdade e pelo valor por trás das suas experiências. O indivíduo possui o anseio de ampliar a sua vida em busca de um sentido para ela, que pode ser atrelado a instituições, outras pessoas, metas, conquistas, dentre outros.

As pessoas buscam itens e agregados o tempo todo, para que possam ir para além deles mesmos e poder obter para si e para suas ações, um senso de valor. Inclusive, segundo antropólogos e neurobiólogos, foi justamente a busca pelo sentido e a arte do questionamento que fizeram com que os ancestrais evolutivos da humanidade descessem dos galhos das árvores e passassem a caminhar a mais de dois milhões de anos atrás. Não só isso, mas, segundo esses cientistas, a necessidade de sentido auxiliou essa espécie a desenvolver seu cérebro e atividades cognitivas cada vez mais notáveis, como o desenvolvimento da comunicação oral, por exemplo (ZOHAR; MARSHALL, 2017).

Segundo Zohar (2017), nem o QE, nem o QI, estando juntos ou separados são suficientes para explicar a complexidade entre o homem, sua alma e a inteligência humana total consagrada graças a isso. Um exemplo comparável é o de máquinas e animais, que podem possuir níveis notórios de QI e

até mesmo executar e se sobressair de situações perfeitamente bem, mas mesmo assim executam suas ações dentro de um jogo finito de possibilidades, dentro das regras e do que é “reto”. A capacidade humana vai para além disso, uma vez que é capaz de indagar, alterar situações, mudar regras e desenvolver processos criativos graças ao QS. Usa-se essa terceira inteligência para ponderar a dualidade entre o bem e o mal, e também para imaginar possibilidades irrealizadas. Isso porque o QS acende no interior humano o senso moral, valores como a compaixão e a compreensão, bem como os limites onde esses sentimentos cessam (ZOHAR; MARSHALL, 2017).

Essa é justamente a diferença determinante que distingue o QS do QE. Daniel Goleman define a inteligência emocional de forma onde explica que ela permite um indivíduo julgar uma situação e, em seguida, desenvolver um comportamento para a situação referente. Ou seja, há uma adaptação a uma situação específica, de forma que a segunda inteligência guie o indivíduo. Enquanto isso, a inteligência espiritual permite que um indivíduo se pergunte desde o começo sobre qual situação ele quer ou não estar inserido específica, discutindo internamente acerca da possibilidade de modificação da mesma, assim, há uma exploração dos limites da situação, fazendo com que a situação se torne cada vez mais controlável (ZOHAR; MARSHALL, 2017).

É interessante perceber que o protagonismo da inteligência espiritual não se dá à toa, pois o mesmo se localiza no centro do cérebro – funções neurológicas que unificam processos cerebrais – e acaba por integrar todas as inteligências humanas. É justo o QS que torna a humanidade plenamente intelectual, emocional e espiritual como é (ZOHAR; MARSHALL, 2017).

Em condições normais, as três forças essenciais da inteligência funcionam juntas e se apoiam mutuamente. Apesar do funcionamento do cérebro humano fornecer as condições necessárias para que elas façam isso, tanto o QS, quanto o QI e o QE, apresentam áreas que dominam e que são mais fortes, mostrando que também podem funcionar de maneira independente. Isto é, o grau de inteligência de cada um desses tópicos pode ser variável de pessoa para pessoa, o que não significa que eles precisam ter valores pareados entre si na psique de cada um (ZOHAR; MARSHALL, 2017).

A psicologia ocidental se fundamenta em dois processos: O primário, representado pelo Quociente Emocional e o secundário, representado pelo Quociente de Inteligência, seguindo modelos à luz das concepções freudianas. Essa articulação esvazia um espaço no centro íntimo da humanidade. A razão e a emoção, de tão distintas que são, tornam-se isoladas, só podendo recorrer a si mesmas e não possuindo conectivo algum entre ambas e, por falta de uma origem comum, não podem ser integradas ou transformadas (ZOHAR; MARSHALL, 2017).

Entretanto, é justamente o Quociente Espiritual, com o seu mecanismo baseado no terceiro sistema neural – oscilações neurais sincronizadas que permitem a unificação das informações no cérebro – que fornece, de maneira inédita para a ciência, um terceiro processo viável. Essa inteligência não só unifica e integra as outras duas, mas também absorve o potencial de transformar o material

proveniente delas. Desse modo, pode-se dizer que o QS cria um câmbio de diálogo entre a razão e a emoção e facilita os processos entre o corpo e a mente. Além disso, ainda se projeta como um núcleo de crescimento e transformação, oferecendo um centro ativo, unificador e que gera sentido ao eu (ZOHAR; MARSHALL, 2017).

Método da pesquisa

O estudo vigente se trata de uma pesquisa qualitativa, acerca de estratégias e metodologias pesquisadas e utilizadas por profissionais da saúde mental para a obtenção do desenvolvimento da saúde do ser a nível intelectual, emocional e espiritual. A pesquisa qualitativa possui os seguintes itens como suas características gerais: 1) foco na interpretação que os autores possuem sobre a situação; 2) interesse principal na perspectiva dos autores sobre os temas correlacionados; 3) segue uma orientação que busca compreender a situação em análise; 4) preocupa-se com o contexto onde os autores estão inseridos, buscando trazer seus assuntos à tona para a atualidade. Assim, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que contempla as principais pesquisas acerca do autoconhecimento de cada indivíduo e o seu consequente desenvolvimento a partir disso.

Levantamento de diferentes concepções filosóficas e metodologias práticas para o desenvolvimento psíquico do ser

Para o levantamento de diferentes concepções filosóficas e metodologias práticas para o desenvolvimento psíquico do ser, foi realizada uma pesquisa bibliográfica não exaustiva em março de 2022. Os arquivos foram consultados através de pesquisas no Google Acadêmico e pelo material de apoio disponibilizado pelo curso de mestrado em educação disponibilizado pela empresa Antropus. Para a pesquisa, termos chave como “relações humanas”, “comportamento”, “motivação” e “inteligência espiritual” foram utilizados. Os arquivos obtidos na busca foram analisados e os seus dados foram cuidadosamente extraídos, assim, fazendo com que as diferentes concepções acerca do que impulsiona o comportamento humano concebidas nesses trabalhos acadêmicos pudessem ser elencadas e devidamente revisadas.

RESULTADOS DA PESQUISA

É notório nos trabalhos de Carl Rogers o seu esforço para tornar explícito um modelo de relação que se torna essencial para a mudança de personalidade, segundo o autor. De acordo com a sua hipótese, graças a essa relação o indivíduo torna-se capaz de se organizar desde os níveis mais rasos da consciência, até os mais profundos da sua personalidade, de modo a encontrar a motivação

necessária para, de maneira mais racional e edificante, torná-la satisfatória e socializada (ROGERS; FERREIRA; KRAMER, 2017).

Os indivíduos submetidos às pesquisas de Rogers realizaram uma série de entrevistas de aconselhamentos que se guiavam à luz das teorias de relacionamento dele. É observado nas pesquisas diversas mudanças em comum entre as pessoas, por exemplo, nota-se que mesmo com pouco tempo de contato dentro da relação, já há resultados positivos na personalidade e nas atitudes dos envolvidos, tornando-os mais integrados e efetivos. Características consideradas como psicóticas ou neuróticas dessas pessoas passam a se abrandar também, fazendo-as adquirir cada vez mais auto aceitação e confiança, tornando sua percepção sobre si e sobre o mundo mais realista e madura. Como consequência disso, nota-se um perfil mais experimentalista e menos defensivo da parte delas, sendo mais adaptativos e motivados a enfrentar situações de forma criativa, sendo mais tolerante quanto a suas atitudes com relação aos outros ao seu redor (ROGERS; FERREIRA; KRAMER, 2017).

Essas afirmações são constatadas através de ciência e são baseadas em evidências objetivas. Segundo Rogers, apesar de precisar de mais pesquisa, seus fundamentos a respeito do relacionamento humano já se mostraram eficazes quanto a mudança de personalidade (ROGERS; FERREIRA; KRAMER, 2017).

Quanto a essa capacidade humana de flexibilidade, de buscar e de trazer sentido às coisas, e de indagar e procurar sanar qualquer dúvida filosófica que possa aparecer pelo caminho, é atribuída à inteligência espiritual. De acordo com Zohar, essa capacidade é tão antiga quanto a humanidade, mas ainda é um conceito pouco desenvolvido e, de certa forma, estigmatizado, apesar da ciência estar à deriva quando o tema da pauta é o sentido e a sua relação com a vida. Esse tema ainda só se torna levantador de suspeitas na comunidade científica, pois, a ciência contemporânea ainda não está preparada para se debruçar sobre o estudo de coisas que não possam ser objetivamente mensuráveis (ZOHAR; MARSHALL, 2017).

Danah Zohar afirma em suas pesquisas que as evidências científicas sobre o Quociente Espiritual são muitas entre estudos recentes nas áreas da psicologia, neurologia e até da antropologia acerca da inteligência humana e também em estudos sobre os processos linguísticos e pensamento humano. É tanto que cientistas já realizaram grande parte da pesquisa que concentram esforços em revelar as bases neurais do QS no cérebro. Entretanto, há o paradigma dominante do QI, que é sobreposto a outras pesquisas sobre seus próprios dados. Em sua obra *Qs: Inteligência espiritual*, a autora desbrava esse tema ao invocar quatro correntes específicas de pesquisa que se mantiveram por muito tempo separadas pelo alto nível de especialização da ciência (ZOHAR; MARSHALL, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática sobre saúde espiritual, é algo que precisa ser analisado de forma ampla e aberta, de tal maneira que não anule relatos de experiências, no tocante à fé. Pois, há coisas que são inteligíveis e que vão além da visão material. Poderia citar episódios de filmes que nos levam a pensar desta forma, onde personagens com senso crítico, entram em debate público, na intenção de defender sua forma de crer, sem deixar de falar no que outras pessoas também acreditam. Levando o telespectador a analisar que existiram causas elementares, desde o gênesis bíblico aos dias atuais, que muitos filósofos tentaram e ainda tentam explicar, porém, sem um sucesso totalmente aceitável, como por exemplo, nos filmes: “Deus Não Está Morto 1”, dirigido por Harold Cronk, e o filme “Uma Questão De Fé”, dos produtores Rich Christiano e Laura Burnell, onde mostram temáticas parecidas sobre a fé, no ambiente escolar e acadêmico, nos faz enxergar que na vida real, grande parte dos professores, que não exercem nenhum tipo de fé, não levam em consideração a forma de crer de outras pessoas e tentam de várias maneiras, refutar, diminuir, humilhar... as questões bíblicas e as várias experiências populares, que se assemelham as passagens descritas. Nem sempre, aquilo que é espiritual será levado em consideração, até mesmo, por psiquiatras, que espalham laudos de loucura sem ao menos dar uma segunda visão sobre a causa.

Os relatos são sempre muito parecidos e podemos até comparar com passagens que aconteceram com o próprio Jesus, como descreve o livro de Marcos, no Capítulo 5, versus do 1 ao 20, citando um fato que ocorreu com um homem, que por muitos era tido como um louco, habitava no interior do cemitério, dormia sobre as catacumbas e se alimentava da carne dos cadáveres, que ali estavam. Até que Jesus se aproximou dele e ordenou que a casta de demônios que o possuía, o deixasse em paz. Ordenando que eles entrassem em porcos e que os mesmos, em estado de loucura e tormento, lançaram-se de cima de um penhasco e morreram. Porém, o homem ficou são e livre daquele tormento espiritual maligno, que o dominava por inteiro.

Em relato pessoal, pude vivenciar momentos como este, do texto bíblico, sobre o endemoniado de Gadar, em minha própria casa. Onde o personagem acometido era a pessoa do meu pai, o senhor João Pedro da Silva, conhecido como João Avelino. Ele era um homem trabalhador, amoroso, porém, começou a sofrer possessões que o levavam a não me reconhecer e nem os demais ao seu redor. Chegando a destruir tudo que tinha dentro da casa de uma vizinha. Ele fugia dos homens que o queriam pegar para amarrá-lo, pulando cercas muito altas, como se tivesse molas nos pés. Eram situações que me faziam sofrer muito, pois, era o meu pai que estava passando por tudo aquilo. Os homens o amarravam e o levavam para o hospital João Ribeiro, em Campina Grande. Conhecido como hospital dos loucos. Os médicos o enchiam de remédios que o deixavam totalmente dopado. E se ficasse sem estes remédios, ele tornava ao estado de insanidade mental. Vivendo por muitos anos

presenciando os autos e baixos de meu pai, pude ter meu primeiro encontro espiritual com Jesus, junto com minha família. E pude ver o milagre do Senhor, libertando meu pai para sempre de tudo aquilo que o deixava fora de si. Os seres espirituais demoníacos, equiparados aos dos textos bíblicos.

Levando em consideração, um dos relatos da bíblia e a experiência pessoal que tive, podemos refletir sobre as diversas vítimas, destas mesmas causas, que se encontram aprisionadas espiritualmente, ou até internadas como loucas por conta da falta de conhecimento espiritual e também, por causa daqueles que negam a existência de Deus e do seu poder sobrenatural eficaz, para tratar causas similares. O próprio Jesus se intitula como sendo Ele, a verdade. E no livro de João Capítulo 8:32 e 36, encontramos o sentido disso, quando descreve: ... e conhecereis a verdade e a verdade vos libertará... Se, pois, o Filho de Deus vos libertar, verdadeiramente sereis livres.

REFERÊNCIAS

ADRIOLO, Leonardo Jose. **Um milionário no balcão do Macdonalds**, artigo publicado em 11/09/2008. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/articles/9234/1/Motivacao-No-Trabalho/pagina1.html>>. Acesso em: 01 abril. 2022.

BERGAMINI, C. W. **Motivação nas organizações**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

GOMES, A. A. P.; QUELHAS, O. L. G. **A motivação no ambiente organizacional**. Revista produção online, v. 3, n. 3, 2003.

MASLOW, A. H. **A theory of human motivation**. 1943. Disponível em: <psychclassics.yorku.ca/Maslow/motivation.htm>. Acesso em: 01 abril. 2022.

ROGERS, C. R.; DO CARMO FERREIRA, M. J.; KRAMER, P. D. **Tornar-se pessoa**. [s.l.] WMF Martins Fontes, 2017. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=HxCbDgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2>

&dq=related:bMfTukNnaEkJ:scholar.google.com/&ots=X39TA02YOm&sig=XXINCxhxoQtbu0SmofKivEXIy00#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 01 abril. 2022.

SANCHO, C. et al. Análisis de la motivación para el estudio en adultos mayores.

R.E.M.E. – Revista Electrónica de Motivación y Emoción, Castellón de la Plana, Espanha, v. 5, n. 10, não paginado, mayo 2002. Publicação em meio eletrônico da Universidad Jaume I. Disponível em: . Acesso em: 01 abril. 2022.

ZOHAR, D.; MARSHALL, I. **QS: Inteligência espiritual**. [S.l.]: Editora Best Seller, 2017. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Sg5QDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT41&dq=danah+zohar+&ots=3Cy-xJW-gIN&sig=z9-xrVcvuDrMbQDq-VbcpVBXIA8#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 01 abril. 2022.

A BÍBLIA. Jesus lava os pés aos discípulos. **Tradução de João Ferreira Almeida**. Rio de Janeiro: **King Cross Publicações**, 2008. 1110 p. Velho Testamento e Novo Testamento. Citação: (A BÍBLIA, 2008) ou A Bíblia (JOÃO, 13:16).

EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA NO PROCESSO EDUCATIVO PÓS-PANDEMIA

Fernanda Ferreira Terto de Luna

RESUMO

As diversas tecnologias digitais existentes começam a ocupar um espaço ilimitado no campo educacional, como prevê a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de modo que não só integrem o trabalho docente. Em um momento crítico diante e, durante a pandemia de Covid-19, a tecnologia didática torna-se um recurso valioso para enfrentar o problema da falta de aulas presenciais. Os aplicativos online proporcionam aos alunos uma forma de compreensão do conteúdo didático e rápida compreensão de seu uso, pois o conteúdo digital oferece a expansão e distribuição do que antes não era visto na aula tradicional. Este trabalho visa contemplar a compreensão do material, frente às necessidades dos alunos em situações escolares e ressaltar a função da linguagem tecnológica, para que o conhecimento das salas de aulas continue acontecendo e, desta forma, haja superação dos docentes em ensinar, e dos educandos em aprender, no pós-pandemia.

Palavras-chave: Educação; Tecnologia Educacional; Pandemia.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa compreender o uso da tecnologia no processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar e se adaptar à situação, enfatizando o uso e desenvolvimento de materiais de construção tanto quanto possível de formas digitais nas unidades escolares. O surgimento dos avanços tecnológicos nas últimas décadas trouxe grandes avanços no desenvolvimento de ferramentas de comunicação em tempo real. Com isso, vemos que a tecnologia digital está entrando no setor educacional de forma mista.

Nessa perspectiva, o conhecimento ganhou credibilidade como ferramenta de ensino, e seu uso em sala de aula faz sentido, pois pode proporcionar uma nova forma de fazer a lição de casa. Portanto, por estar em fase inicial de desenvolvimento no campo da educação, pode ser vista como mais uma nova tecnologia, segundo Curtado (2008, p. 4), para explorar diferentes formas de despertar a instabilidade mental. Portanto, o planejamento eficaz da sala de aula introduz, em primeira análise, a busca de formas inteligentes e flexíveis de expressar a estrutura mental dos alunos”.

Nesse sentido, destacamos alguns fatores, como a adaptação a condições como distribuição e produção e, portanto, aumentar as oportunidades de ensino. Ou seja, no ambiente escolar, o uso de materiais pode incluir ações para aumentar o tempo, por meio da utilização de arquivos de áudio digital para vincular a escuta à fala descritiva em diferentes tempos e espaços, além de proporcionar a reutilização de outros materiais. (FREIRE, 2013).

No entanto, embora suas características técnicas estejam associadas aos arquivos digitais de áudio, a história apresenta recursos de produção e acesso que justificam a viabilidade de um novo

ensino, refletido não apenas em suas capacidades como tecnologia de áudio, mas também na arte de falar e escrever sem ansiedade. Nesse sentido, a afirmação de um conceito comum que entende a educação como função do desempenho escolar é contraditória, sugerindo que o conceito de educação não pode ser dissociado do conceito educacional mais amplo que considera o método de ensino de utilização do material de construção do texto.

As estratégias de ensino a serem utilizadas serão variadas, incluindo alfabetização, e o programa será organizado em sala de aula da unidade de ensino fundamental e definido de acordo com o sistema de monitoramento. Portanto, este trabalho é importante porque busca compreender a inserção do material no trabalho docente, não apenas por refletir o texto que está circulando na sociedade moderna, mas também porque guarda as características humanas mais comuns e a leitura comum: a oralidade e comportamento sensível, consciência ambiental e promoção da comunicação.

É muito importante que, juntamente com outras motivações, a razão deste trabalho seja acreditar que os tipos de material textual aprendido ao longo do currículo podem atender às necessidades dos alunos em situações comuns ou fora da escola quando confrontados com ele. Situações de ação em que precisam ser definidas e discutidas sobre temas específicos.

Em 2020, no final de fevereiro, início de março, o mundo começou a sentir a ameaça infecciosa do Coronavírus, também conhecido como COVID/19. O vírus destrói o mundo, infecta pessoas com infecções respiratórias, as infecta e muitas vezes leva à morte, quase como o resfriado comum, o Coronavírus é altamente contagioso, quando você entra em contato, aperta as mãos ou entra em contato com pessoas infectadas.

A doença criou algo novo na rotina diária das pessoas em todo o mundo, colocando indivíduos, em casa, outras pessoas em risco, incluindo quaisquer escolas, resorts e componentes não essenciais à sobrevivência humana. (Santos, 2020). Com essas mudanças, o cotidiano mudou e muitos alunos e professores estão em casa. Allan (2020) entende que com a continuação do COVID, “muitas escolas e universidades estão começando a rever seus métodos de ensino” e a tecnologia se tornou prioridade.

Como tudo aconteceu tão rápido, não havia flexibilidade, mas flexibilidade em termos de aulas e atividades, o que acontecia muitas vezes ao homem e agora quase exclusivamente, uma grande mudança para "milhares de professores e milhões de alunos", que precisavam "encontrar novas formas de ensinar e aprender". (ALLAN, 2020). Mesmo no crescente mundo dos avanços tecnológicos, onde as gerações atuais estão mais conectadas e mais acostumadas a utilizar os processos tecnológicos, a transição dos tempos presenciais para o ensino superior é difícil e limitada, tanto para professores quanto para alunos.

Siqueira (2020) cria um pensamento profundo, pois “a tecnologia proporciona novas formas de aprender e ensinar, com diversos recursos didáticos que ampliam o acesso à informação, algo que

nunca foi usado em um ser humano”, desta forma, a tecnologia permite a comunicação à distância entre as pessoas.

Por isso, propõe-se, com esse estudo, uma sequência didática, amparada no gênero material digital, entendendo que muitos são os desafios a serem superados, porém, a escola precisa avançar, corresponder e acompanhar o progresso educacional, social e tecnológico para, na verdade, oferecer uma educação qualificada.

TECNOLOGIA EM SALAS DE AULA

O processo de aprendizagem atualmente requer um novo formato educacional de escola e é constituído por formas tecnológicas, especialmente a tecnologia digital, que, em última análise, estão associadas à informação e comunicação relacionadas ao entretenimento, processo áudio e visual, texto e música. Segundo Otto (2016), “televisão, vídeo, computador, internet, educação reduzida” e agrega no processo de aprendizagem para ambas as partes, professores e alunos.

Segundo Ramos (2012), a tecnologia disponível na “sala de aula” varia, desde “simples, como giz, a avançada, como Datashow” e, no momento, está além da fronteira para tablets e computadores. Desta forma, a “tecnologia educacional” visa compreender as estratégias, artes e abordagens que se beneficiam das mídias digitais, para criar um elo de apoio ao professor, que, quando utilizado de forma adequada, contribui significativamente para a educação, aprendizagem e criatividade, também como forma de resolver problemas.

[...] A tecnologia é mais poderosa quando usada com métodos de ensino no ensino, que enfatiza mais a resolução de problemas, o desenvolvimento cognitivo e o pensamento crítico do que a aquisição de informações factuais. [...] A tecnologia não é a solução para a mudança na educação, mas pode ser um importante catalisador para a mudança e uma ferramenta para apoiar as dúvidas, estrutura, colaboração e comunicação dos alunos. [...] O professor, [...] deve estar com seus alunos como aluno, e levar seus alunos a construir e desenvolver seus conhecimentos [...] (DINIZ, 2001).

A forma como a educação está ligada aos fatos tecnológicos é um fenômeno recente no ambiente escolar, algo que tem evoluído em consonância com as mudanças globais e muitos fundamentos controversos desenvolvidos na formação de professores e como eles podem melhorar o “ensino-aprendizagem e o processo”. Portanto, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), que estão disponíveis nos prédios escolares e nas salas de aula, entendidas como dispositivos eletrônicos, computadores e até mesmo celulares, precisam de orientação e supervisão claras dos professores, para que seu uso se destine a um uso eficiente, resultados positivos (RAMOS, 2012)

Na realidade atual, segundo Otto (2016), a maioria das escolas brasileiras, sejam municipais, regionais ou privadas, tem acesso à tecnologia, por meio de um laboratório de informática ou do

próprio celular, que é distribuído publicamente para quase todas as escolas, na maioria das vezes pelo acesso para TVs, vídeos, telefones celulares.

O autor entende que "os computadores (hardware) são muito poderosos, permitindo o surgimento de ferramentas (software) de apoio ao processo de ensino-aprendizagem". Entender que as tecnologias já estão incorporadas ao cotidiano exige a preparação dos destinatários, precisando, portanto, mostrar que "a educação tem valores profundos", e que a sociedade como um todo se destaca pela "diversidade linguística, na busca em tecnologia", tudo em consonância com o desenvolvimento e a melhoria da qualidade da educação, para que os assuntos discutidos em sala de aula estejam vinculados ao essencial do cotidiano (OTTO, 2016).

TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E PANDEMIA

No ano de 2020, no final de fevereiro e início de março, o mundo começou a sentir a ameaça infecciosa do Coronavírus, também conhecido como COVID/19. especialmente em muitos casos que levam à morte, mesmo o resfriado comum, o Coronavírus é altamente contagioso, pelo toque, aperto de mão ou contato com pessoas infectadas. A doença criou um novo sistema com procedimentos de classe mundial, confinamento solitário, domicílio, vários fatores de risco listados, incluindo qualquer escola, área de recreação e componentes não essenciais das salas de aula humanas (SANTOS, 2020).

Com a introdução dessas mudanças, o cotidiano mudou e muitos alunos e professores estão em casa. Allan (2020) entende que com o avanço da COVID, "muitas escolas e universidades estão começando a rever seus métodos de ensino" e a tecnologia se tornou prioridade. Como tudo aconteceu tão rápido, não houve flexibilidade, mas compulsão em termos de aulas e atividades, o que acontecia presencialmente e agora só acontece quase, uma grande mudança nos "milhares de professores e milhões de alunos", que precisavam para "descobrir novas formas de ensinar e aprender" (ALLAN, 2020).

Mesmo em um mundo de crescentes avanços tecnológicos, onde as gerações atuais estão mais conectadas e mais acostumadas a utilizar os processos tecnológicos, a transição dos tempos presenciais para o ensino remoto é difícil e limitada por professores e alunos. Siqueira (2020) cria um pensamento profundo, pois "a tecnologia proporciona novas formas de aprender e ensinar, com diversos recursos didáticos que ampliam o acesso à informação, algo que ele nunca havia usado pessoalmente antes", desta forma, a tecnologia permite a comunicação à distância entre as pessoas, aproximando-as.

ENSINO À DISTÂNCIA EAD

Lopes et al. (2007) explicam que

O ensino a distância não é novidade, é algo que evoluiu com as tecnologias existentes em cada época e suas fontes de informação por volta do século XVIII, “quando os cursos por correspondência eram oferecidos no centro de Boston (EUA)”, tornando a prática difundida. Século XIX, “na Europa, [...] Suécia, Reino Unido e Espanha”. Na virada do século 20, a ideia se espalha, assim como a correspondência para “países como Austrália, Alemanha, Noruega, Canadá, França e África do Sul”, tanto que no mesmo século, com constante adesão ao princípio da correspondência, distância. A educação foi considerada e reconhecida como um “método de ensino” (LOPES et al, 2007).

Até recentemente, como os principais cursos de ensino a distância eram destinados a alunos de graduação e pós-graduação, embora com a chegada trágica da epidemia global em 2020, todo o sistema de rede escolar privada e pública teve que ser paralisado, de forma presencial. - face, remorso e gratificação instantânea, mas desta forma, com a ajuda da tecnologia e da internet, a aprendizagem tornou-se a base para a continuidade do processo de ensino e aprendizagem (BALDEZ, 2020).

Conforme aponta Castro (2020), em reportagem do G1 Notícias, nesse período de transição, quem teve maior dificuldade adaptada foram “alunos do ensino fundamental e médio”, além dos professores, como forma de exclusão trouxe à tona rapidamente as condições que envolviam o ensino à distância, afetando assim “cerca de 480 mil alunos da rede social e mais de 170 mil da rede privada”. O ensino de grau era uma forma acessível de manter parte de sua agenda, pois professores e alunos tinham que aprender a ficar longe e usar a tecnologia disponível para proporcionar esse tempo (CASTRO, 2020).

Pensar na união entre tecnologia, ensino, meio ambiente e pessoas é essencial para o desenvolvimento da educação em todas as partes do mundo. Afinal, hábitos de ensino que ignoram essa relação falharão, principalmente se for voltado para uma nova geração de aprendizado de pequenas impressões digitais altamente conectadas, usando a tecnologia móvel para acessar a internet e as mídias sociais e informações que eles existem (KNUPPEL, 2021).

Agora, vivendo em uma sociedade tão conectada, com a oportunidade de acessar a Internet e as mídias sociais para obter mais informações do que qualquer biblioteca do mundo (contrariando o sonho de Ptolomeu I e da Biblioteca de Alexandria), onde essas oportunidades tecnológicas estão nas escolas e universidades?

Os anos de 2020 e 2021 trouxeram desafios imensuráveis para a educação. Com escolas e universidades fechadas, as atividades de ensino tornaram-se mais complexas e, às vezes, ainda mais difíceis, como aquelas relacionadas ao acesso à Internet, à falta de interação professor-aluno com o

ambiente de aprendizagem e, entre outras coisas, ao aumento da desigualdade. Mas, ao mesmo tempo, surgiram oportunidades através do uso de métodos de ensino flexíveis. (KNUPPEL, 2021).

Há especulações, que continuarão, sobre o futuro da educação, à medida que mais estratégias são usadas para refletir e redefinir os processos educacionais em consonância com as realidades e necessidades sociais relacionadas à alta comunicação e colaboração digital. Mais uma vez a pergunta: qual é o papel da educação nesta sociedade altamente conectada? Esta é uma questão em aberto, com muitas interpretações e muitos argumentos e argumentos.

É preciso pensar além da pedagogia prática, que traz processos e métodos práticos, que são importantes, mas gradativamente se associam a processos mais relacionados a esse período, como, por exemplo, o conceito de ação interligada protegido por Di Feiice (2017). A partir desse fundamento, percebe-se que, nas relações educativas, a tecnologia é apenas um ser humano, uma força natural, um ecossistema que facilita a comunicação humana e a cultura digital em rede. (KENSKI, 2021).

Isso porque a tecnologia por si só não reflete processos de ensino e aprendizagem, mas está relacionada a processos, processos de ensino flexíveis e inteligentes, como oportunidades de repensar currículo, conteúdo, currículo e currículo. Os aspectos técnicos precisam estar vinculados à ação acadêmica e promover conexões sociais e políticas.

Essas ideias nos incentivam a repensar os processos de ensino e aprendizagem na criação da Onlife Educação Digital, como um novo conceito protegido por Moreira e Schlemmer (2020). Dessa forma, o Ensino a Distância, o Ensino Fundamental, o Ensino pela Internet, entre outras oportunidades beneficiam a educação digital. No entanto, na educação digital online, o processo de pensar os processos educativos visa conectar ações que criem uma rede entre atores humanos e não humanos, que pode, por exemplo, ser uma educação híbrida (não apenas método), a partir de uma perspectiva da teoria da comunicação (KNUPPEL, 2021).

O relatório de 2020 da Horizon já destaca a importância de aprender o ecossistema em que o virtual e seus engenheiros associados:

[...] cria uma mudança na forma como as instituições projetam seus ambientes de aprendizagem para alunos e professores. As instituições buscam cada vez mais o suporte de padrões abertos no uso da tecnologia educacional, que permita às instituições levar conhecimento de leitura flexível a mais alunos, ao mesmo tempo e em harmonia. As habilidades oferecidas por essas instalações podem dar aos alunos e professores a oportunidade de 'pensar fora da caixa' e repensar seus métodos educacionais (HORIZON REPORT, 2020, p. 9).

Esses relatórios enfatizam que, diante dos desafios sociais, econômicos e educacionais, as pessoas precisam e precisarão de oportunidades de aprendizagem a qualquer momento e, por meio de

métodos de ensino inovadores, diferenciados, integradores e interativos que destacam a urgência do progresso em aprendizagem, entre outras coisas, de acordo com o novo currículo. (KENSKI, 2021).

O hibridismo no campo da educação digital proporciona aos alunos, que já utilizam plataformas de tecnologia e comunicação em ambientes informais, uma maior participação em ambientes colaborativos de aprendizagem. Assim, em atividades paralelas ou em encontros presenciais, integram e expandem projetos de aprendizagem específicos, aproveitando as colaborações internacionais e digitais de engenharia espacial, através da integração de tecnologias analógicas e digitais, permitindo em muitos casos uma aprendizagem multicultural. (KENSKI, 2021).

Nesses casos, a educação integrada nunca foi tão sensata como agora. Em outubro de 2020, foi lançada a Associação Nacional da Educação Básica Híbrida (ANEBHI), com o objetivo de contribuir para a divulgação dessa estratégia educacional e trabalhar cada vez mais na formação de professores, que vai além do uso e distribuição da tecnologia digital, como esta invenção sugere o processo de integração, interação com pessoas, diferentes organizações, incluindo DT e redes sensíveis, possibilitando mudar radicalmente a forma de pensar e aprender, resultando em sua transformação (KNUPPEL, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, foi possível compreender o uso da tecnologia no ensino e aprendizagem e como essa tecnologia é benéfica neste momento de epidemia e isolamento social. Se você está lidando com essa tecnologia, é possível encontrar recursos técnicos e ferramentas que auxiliam no processo de ensino, mesmo que você esteja longe, os professores estão buscando formas de inovar, para que os alunos compreendam assuntos muito diferentes.

Uma das ferramentas de ensino exploradas nesse sentido, essa ferramenta oferece aos alunos formas de aprender em qualquer lugar, pois a ferramenta é um áudio online, de fácil download, e seu uso é fácil e muitas vezes gratuito. A forma material é transmitida na forma de episódios, como a novela, mas apenas pelo som. Outra coisa importante sobre essa ferramenta educacional conhecida como material é que os próprios alunos poderão fornecer o conteúdo, por exemplo, o professor facilita a pesquisa sobre um determinado assunto e os alunos irão criar um texto e gravação do assunto pesquisado, essa é uma das formas de desenvolver o conhecimento e a curiosidade dos alunos.

Ao final, o material se mostrou uma ferramenta muito útil no processo de ensino e aprendizagem, tornando-se assim o meio digital emergente mais poderoso no ambiente escolar. O trabalho foi baseado em pesquisa bibliográfica e de qualidade, resultados de busca de autores nos meios educacionais e sites relacionados ao tema em discussão, permitindo assim futuras pesquisas sobre materiais e seu desenvolvimento no ambiente escolar, principalmente no período escolar em meio à pandemia,

e todas as mudanças que precisavam ser feitas, imediatamente no contexto da escola, para professores e alunos.

REFERÊNCIAS

ALLAN, L. **Como a tecnologia pode ajudar nossas escolas a vencer o Coronavírus?** Revista Exame, 2020. Recuperado de <<https://exame.com/blog/crescer-em-rede/como-a-tecnologia-pode-ajudar-nossas-escolas-a-vencer-o-coronavirus/>>.

ALTOÉ, A. & SILVA, H. **O desenvolvimento histórico das novas tecnologias e seu emprego na educação.** *Educação e Novas tecnologias*. Maringá: Eduem, 2005, p.13-25.

ALVES, P. **Zoom Meetings:** como funciona o site para videoconferência, 2020. TechTudo. Recuperado de <techtudo.com.br/noticias/2020/01/zoom-meetings-como-funciona-o-site-para-videoconferencia.ghhtml>.

BALDEZ, C. **Pandemia expõe impasses da educação a distância.** Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020. Retirado de <<https://ufrj.br/noticia/2020/05/13/pandemia-expoe-impasses-da-educacao-distancia>>.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Ministério da Educação, Brasília, 2018.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2017. Retirado de <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-dabncc>>.

CASTRO, M. **Educação a distância em tempos de pandemia; veja relato de estudantes e professores do DF.** G1 Notícias, 2020. Retirado de <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/04/15/educacao-a-distancia-em-tempos-de-pandemia-veja-relato-de-estudantes-e-professores-do-df.ghhtml>>.

CONTE, E. & MARTINI, R. M. F. **As Tecnologias na Educação:** uma questão somente técnica? *Educação e Realidade*, 2015, p.1191-1207.

COSTA, K. & FARIA, G. G. **EAD – Sua Origem Histórica, Evolução E Atualidade Brasileira Face Ao Paradigma Da Educação Presencial**, 2008. Congresso FaE/UFMG. Retirado de <<http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/552008104927AM.pdf>>.

DINIZ, S. **O uso das novas tecnologias em sala de aula (Dissertação de pós-graduação).** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. **Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento.** In: DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. Gêneros orais e escritos na escola. [Tradução e organização: Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro]. Mercado de Letras, 2004.

FREIRE, E. P. A. **Aplicações escolares do Podcast.** In *Congresso Nacional de Ambientes Hiper-mídia para Aprendizagem (CONAHPA)*, vol. 6, 2013.

FURTADO, J. C. F. *Aprendizagem significativa*: modalidades de aprendizagem e o papel do professor. Porto Alegre: Mediação, 2008.

KENSKI, Vânia Moreira. **Sociedade Tecnológica**: Tecnologia Digital da Informação e Comunicação (TDIC), E-book, 2021.

LOPES, M. C. L. P; *et al.* **O Processo Histórico Da Educação A Distância E Suas Implicações: Desafios E Possibilidades**. UNICAMP, 2007. Retirado de < http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/GT1%20PDF/O%20PRO-CESSO%20HIST%20D3RICO%20DA%20EDUCA%C7%20C3O%20A%20DIST%C2NCIA%20E%20SUAS%20IMPLICA%C7%D5ES.pdf>.

MATHEUS, S. soluções. **Ensino A Distância (Ead) No Brasil**: Como Surgiu? Matheus Soluções – Sistemas De Gestão Escolar, 2020. Retirado de < <https://matheussolucoes.com/ensino-a-distancia-ead-no-brasil-come-surgiu/>>.

KNUPPEL, Maria Aparecida Crissi; JÚNIOR, Luiz Carlos Knuppel. **Sociedade Tecnológica**: Diálogos, cruzamentos e entrecruzamentos. UNEB – Universidade do Estado da Bahia, E-book, 2021.

OLIVEIRA, E. **Estados adotam plataformas online e aulas na TV aberta para levar conteúdo a estudantes em meio à pandemia de Coronavírus**. G1 notícias, 2020. Retirado de <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/04/09/estados-adotam-plataformas-online-e-aulas-na-tv-aberta-para-levar-conteudo-a-estudantes-em-meio-a-pandemia-de-coronavirus.ghtml>>.

OTTO, P. A. **A Importância Do Uso Das Tecnologias Nas Salas De Aula Nas Series Iniciais Do Ensino Fundamental I** (Trabalho de conclusão de curso – Pós-graduação- Educação na Cultura Digital). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

RAMOS, M. R. V. **O Uso De Tecnologias Em Sala De Aula**. Revista Eletrônica LENPES-PIBID de Ciências Sociais da UEL, 1, nº 2, 2012.

RELATÓRIO DA HORIZON. **HORIZON REPORT**, 2020 SANTOS, V. S. **Coronavírus**: a família de vírus que causou a pandemia de COVID-19. Brasil Escola, 2020. Retirado de <https://brasilecola.uol.com.br/doencas/coronavirus.htm>.

SEGANTINI, J. H. *O Uso Das Tecnologias Na Sala De Aula, Como Ferramenta Pedagógica E Seus Reflexos No Campo* (Monografia – Especialização em Educação). Universidade Federal do Paraná, Foz do Iguaçu, 2014.

SILVA, A. C.; *ET AL.* **O material como objeto de Aprendizagem - Interações em sala de aula**: Um estudo de caso. Nuevas Ideas en Informática Educativa TISE, 2015. Retirado de <<http://www.tise.cl/volumen11/TISE2015/672-677.pdf>>.

SIQUEIRA, C. **Tecnologia assume papel ainda mais importante na educação durante a pandemia**. Iforchannel, 2020. Retirado de <<https://inforchannel.com.br/tecnologia-assume-papel-ainda-mais-importante-na-educacao-durante-a-pandemia/>>

EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE: O ENLACE EDUCACIONAL PARA COM A SUSTENTABILIDADE

Elizandra Oliveira Viana

RESUMO

Inúmeros princípios ambientais visam à proteção de todas as espécies de vida no planeta bem como, melhorias na uma qualidade de vida humana nos presentes e futuras gerações. Abordar a educação ambiental diz respeito a conceitos ecológicos que se enlaçam à medida que avançam e vão sendo incorporados a diversos setores sociais, onde são revertidas de significados diversos. Desta forma o tema se faz relevante devido à necessidade de se manter vivos os projetos direcionados a conscientização sobre a contextualização dos temas meio ambiente e educação. Para alcançar o objetivo almejado o estudo será embasado em pesquisas bibliográficas e vivências pedagógicas das pesquisadoras em seus locais de trabalho. Busca-se ao final da elaboração deste trabalho maior entendimento sobre os conceitos temáticos, conseguindo fazer um paralelo com a realidade encontrada nas escolas.

Palavras-chave: Meio ambiente; Educação; Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

O presente estudo se apresenta com o título “EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE: O ENLACE EDUCACIONAL PARA COM A SUSTENTABILIDADE” e nele busca-se descrever sobre a importância das relações entre o meio ambiente e a educação e de que maneira é possível contextualizar as temáticas para que haja maior entendimento e compreensão. A educação está vivendo um momento inédito no que se refere ao modo de ensinar e aprender, onde além de avaliar os conhecimentos dos estudantes, a avaliação das estratégias usadas para tanto se tornaram mais intensas e praticamente diárias sem que essas práticas se tornem monótonas, desinteressantes.

A realização deste trabalho se justifica quando nos encontramos em um momento extremamente complexo e preocupante para a educação mundial e local. Todos os trabalhos realizados focando a realidade dos estudantes nas nossas escolas locais vêm sem dúvidas contribuir para a educação, assim como para o desenvolvimento dos docentes, discentes e de toda a comunidade escolar.

O objetivo principal que tentaremos alcançar com a elaboração deste estudo é realizar um paralelo, uma conscientização sobre a contextualização da temática para a educação.

EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Múltiplos princípios ambientais visam a proteção de todas as espécies de vida no planeta bem como, melhorias na uma qualidade de vida humana nos presentes e futuras gerações. Nesse cenário, destaca-se o desenvolvimento sustentável em meio às crises ambientais contemporâneas devido à necessidade da manutenção das bases vitais de produção e reprodução humana e nestas atividades, a garantia igualitária e satisfatória entre os homens no meio ambiente em que vivem.

Dessa forma, o princípio do desenvolvimento sustentável busca a conciliação do desenvolvimento socioeconômico com a proteção do meio ambiente. Trata-se de uma busca pela utilização racional dos recursos naturais não renováveis, conhecidos como o meio ambiente ecologicamente equilibrado ou ecodesenvolvimento, legalmente fundamentado nos artigos 170, VI e 225 da CRFB/88.

Surge nesse princípio da reciprocidade entre o direito e o dever como contrapartidas inexoráveis à medida que o desenvolver-se e o usufruir de um planeta plenamente habitável é um direito que não se pode considerar desvinculado da obrigação de dele cuidar. Contudo, com o progresso técnico, as terras e outros recursos comuns estão sob o cerco do desgaste da intensificação da produção e do comércio de mercado e nesse processo, as responsabilidades em torno das decisões estão em um contínuo de mudança em diversos países em desenvolvimento em que, grupos e indivíduos perdem o poder de decidir.

Em termos de responsabilidades, uma legislação rigorosa e garantias no cumprimento das leis surgem como vias para controle de efeitos colaterais danosos. Isto porque, a pressão sobre os recursos tende a aumentar quando as alternativas se tornam escassas e as políticas de desenvolvimento representam importantes vias de opções para que as pessoas disponham de um meio de vida sustentável, principalmente as famílias de poucos recursos e cotidiano de grande desgaste ecológico e necessitam orientação técnica, assistência mercadológica e equipamentos.

Face à complexidade da questão sustentabilidade, o peso da busca pelo interesse próprio, a turbulenta identificação de vítimas e de vilões nos diversos e turvos cenários das relações econômicas, sociais e ambientais, os governos ou as comunidades podem traçar caminhos de compensação em forma de leis, subsídios, impostos, educação, e outros meios. Contudo, há que se considerar que a situação de todos seria melhor se houvesse a consideração dos efeitos de atos próprios sobre os demais, o que infelizmente não vem ocorrendo com frequência.

No âmbito educacional, a Educação Ambiental ressalta a importância da sensibilização, do autoconhecimento, e a ação ambiental na busca de um desenvolvimento em que a qualidade de vida integral seja priorizada em um processo auxiliar de percepção humana de integração e unificação da vida em toda a sua complexidade e amplitude. Nesse sentido, o Governo Federal apresenta uma proposta de Educação Ambiental Crítica pontua, no primeiro, Caderno Orientador de Educação Ambiental da série Mais Educação, que:

Não se trata apenas de reduzir impactos, de mitigar ou minimizar estragos, mas de propor uma mudança na forma como vemos o mundo, a nós mesmo e as nossas relações com os demais seres vivos do planeta, sejam estes humanos ou não. Para isso, precisamos mudar valores, atitudes e comportamentos individuais e coletivos. E a educação – especialmente a educação ambiental está sendo convocada a participar desta discussão. (BRASIL, 2010, p. 9).

Diante do reconhecimento mundial face à crescente complexidade das crises ambientais contemporâneas, a educação ambiental impregnou não apenas o ideário político, mas também passou a destacar-se no contexto pedagógico desde os primórdios da década de 70. Nestas a vinculação da educação ambiental à construção de determinadas atitudes, habilidades e valores ganhou reconhecimento desde a Conferência de Estocolmo/1972, ressaltando a significância de um indivíduo com clareza de discernimento e de ações em sua relação com o meio ambiente e com a natureza para a sua conservação e preservação.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL FACE ÀS CRISES AMBIENTAIS CONTEMPORÂNEAS

Abordar a educação ambiental diz respeito a conceitos ecológicos que se enlaçam à medida que avançam e vão sendo incorporados a diversos setores sociais, nas mais variadas áreas de conhecimentos, onde são revertidas de significados diversos. Na trajetória, acaba-se considerando o meio ambiente como sinônimo de natureza, ou o confundido com a ecologia onde é reduzido ao conceito de ecossistema ou habitat, ou ainda, quando ocorre de ser tratado como algo externo ao homem apenas como fonte de recursos naturais.

Nesse cenário a educação ambiental destaca-se como valioso instrumento de minimização e enfrentamento dos impactos da civilização humana sobre os recursos naturais, pois:

Educação Ambiental é uma prática dialogada com a questão ambiental. E no sensu comum, essa prática visa à mudança de valores, atitudes e comportamentos para o estabelecimento de uma outra relação entre o ser humano e a natureza, que deixe de ser instrumental e utilitarista, para se tornar harmoniosa e respeitadora dos limites ecológicos. Uma relação em que agora a natureza não seja mais compreendida apenas como um 'recurso natural' passível de apropriação a qualquer custo para usufruto humano. (LOUREIRO, LAYRARGUES; CASTRO, 2009, p. 25-26)

A compreensão da educação ambiental, nesse sentido, exige o questionamento da concepção de meio ambiente predominante na atual sociedade e as implicações desta nas interpretações e entendimentos que acabam por definir e defender discursos arraigados a um desenvolver acrítico e distorcido.

Essa “[...] fala que idealiza a educação esconde, no silêncio do que não diz, os interesses que pessoas e grupos têm para os seus usos.” (BRANDÃO, 1980, p. 61) e é na leitura dessas entrelinhas e nuances que se pode perceber uma diversidade de demonstrações de fragilidade de um discurso que não se efetiva em sensibilização e distanciando-se da visada conscientização, revela caos em ações desencadeadas em um processo ecológico determinista, pouco atento à esfera educativa, compreendida em meio a fatores cognitivos, mas intimamente atrelados aos fatores culturais e éticos.

O FAZER PEDAGÓGICO: DO TRADICIONAL ARRAIGADO AO CONTEMPORÂNEO NECESSÁRIO À EDUCAÇÃO

O contexto da educação enquanto processo social de cidadania em que os sujeitos se tornam capazes de compreender as relações complexas entre a sociedade e o ambiente mostra cada vez mais que “os professores precisam propor práticas pedagógicas que focalizem a formação de profissionais, críticos, éticos e reflexivos que atuem com propriedade na sociedade de informação frente ao novo paradigma da ciência” (BEHERENS; ENS, 2015, p. 29).

Articular educação e ambiente é uma necessidade urgente quando se pensa em uma educação mediadora dos processos sociais envolvidos na complexidade de uma sociedade sustentável. Porém, conforme Leff, o que se percebe é que:

O saber ambiental problematiza o conhecimento fragmentado em disciplinas e a administração setorial do desenvolvimento, para constituir um campo de conhecimentos teóricos e práticos orientado, para a rearticulação das relações sociedade-natureza. Esse conhecimento não se esgota na extensão dos paradigmas da ecologia para compreender a dinâmica dos processos socioambientais, nem se limita a um componente ecológico nos paradigmas atuais do conhecimento. (LEFF, 2015, p. 145).

Decorre que “a instituição educativa evoluiu no decorrer do século XX, mas o fez sem romper as linhas diretrizes que lhe foram atribuídas em sua origem: centralista, transmissora, selecionadora, individualista”. (IBERNON, 2011, p. 07). Dessa forma, para que novos olhares e práticas sejam concebidas visando o rompimento e superação de paradigmas arraigados na escola em direção a perspectivas capazes de atender às necessidades sociais contemporâneas, todos os envolvidos nos processos educativos escolares devem transcender a sala de aula em direção à vida e toda sua complexidade, pois:

A instituição que educa deve deixar de ser ‘um lugar’ exclusivo em que aprende apenas o básico (as quatro operações, socialização, uma profissão) e se reproduz o conhecimento dominante, para assumir que precisa ser também uma manifestação de vida em toda sua complexidade, em toda sua rede de relações e dispositivos com uma comunidade, para revelar um modo institucional de conhecer e, portanto, de ensinar o mundo e todas as suas manifestações. (IMBERNÓN, 2011, p. 8)

Nesse viés de raciocínio, Torales (2006), refere-se aos professores como peças-chaves enquanto referência institucional uma vez que são eles que atuam cotidianamente na linha de frente das salas de aulas e, portanto, sentem diariamente as dificuldades e precisam buscar possibilidades de superação para que se torne efetivamente possível a educação ambiental em sala de aula, pois:

[...] a inserção da Educação Ambiental não se efetivará no âmbito escolar, enquanto os professores não tomem para si essa responsabilidade, bem como parte de seu labor profissional, bem como em termos pessoais como coletivos, considerando sua atuação, intencionada ou não, como possibilidade de estímulo à participação da

comunidade escolar, denotando um processo político e ideológico diante da opção pela mudança em sua ação pedagógica. (TORALES, 2006, p. 58)

Contudo, para que os docentes sejam capazes de realizá-lo, há que se ressaltar a significância do seu processo de formação às atuais necessidades sociais, sobretudo quando se trata de uma formação específica de educadores ambientais. Nesse sentido, em 2012 dando continuidade ao processo de institucionalização de Educação Ambiental no Brasil iniciado em 1999 com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) determinam:

Art. 11. A dimensão socioambiental deve constar dos currículos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, considerando a consciência e o respeito à diversidade multiétnica e multicultural do País. Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender de forma pertinente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Educação Ambiental. (BRASIL, 2012, p.3)

Nessa perspectiva, a introdução da questão ambiental deve ocorrer de forma a oportunizar a sensibilização para a percepção dos alunos quanto à importância do respeito, do cuidado e do comprometimento social para com o ambiente, pois como destacam Loureiro, Layrargues e Castro (2009, p. 27) “fazer a Educação Ambiental como compromisso social significa reestruturar a compreensão de Educação Ambiental, para estabelecer a conexão, entre justiça ambiental, desigualdade e transformação social [...]”.

Nesse contexto, a proposta de Educação Ambiental precisa assumir uma natureza multidimensional e, portanto, interdisciplinar, que propicie e possibilite um olhar apurado dos aspectos sociais, ambientais, políticos, econômicos e culturais envolvidos nessas definições essencialmente humanas em termos de decisão e atuação.

Nestes termos, não há espaço para a ingenuidade de defesa de uma escola que se limite à transmissão de conhecimentos onde seu papel seja romantizado com o apelo sentimental de salvadora ou redentora de uma sociedade perdida em meio aos problemas ambientais.

Dessa forma, por um lado há que se questionar a função da educação no atual contexto para a formação de uma “nova ética ecológica”, e por outro, não se pode ignorar as necessidades sociais atuais que precisam necessariamente ser acolhidas e trabalhadas no espaço pedagógico, fato este que a obrigam a rever-se e refazer-se em termos de conhecimento e atuação.

O desafio então imposto a um projeto que se proponha efetivar em termos de educação ambiental perpassa obrigatoriamente pelo desvendar e compreender de mitos, compreensões e desvendar de discursos ecológicos cristalizados, padrões culturais que incidem no ensino, nas abordagens e nas tendências da educação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação ambiental ainda tem uma longa jornada a trilhar no campo da conscientização social, principalmente, até que a temática alcance dentro das instituições educacionais desenvolver projetos vitoriosos. Não podemos afirmar que os projetos não aconteçam, no entanto, seus resultados ainda possuem reflexos acanhados frente à importância dos temas, meio ambiente e educação.

Para tanto, as movimentações direcionadas à conscientização se fazem essenciais para que a educação ambiental e tudo que envolve o tema seja um comportamento cultural, natural, sistemático entre a sociedade.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BEHRENS, Marilda Aparecida; ENS, Romilda Teodora. **Complexidade e Transdisciplinaridade: Novas perspectivas teóricas e práticas para a formação de professores**. 1.ed. Curitiba, Appris, 2015.

BRASIL. Resolução CNE n. 2, de 7 abril de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_ceb_0298.pdf. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. Série Cadernos pedagógicos. **Educação Ambiental**. Programa Mais Educação. Brasília: MEC, [2010?]. Disponível em: http://educacaointegral.mec.gov.br/images/pdf/pme/educacao_ambiental.pdf. Acesso em: 07 abr. 2022.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Docente e Profissional: formar-se para a mudança e a incertezas**. Tradução Silvana Cobucci Leite. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade racionalidade, complexidade, poder**. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philipe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza. **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

TORALES, Marília Andrade. **A práxis da Educação Ambiental como processo de decisão pedagógica: um estudo biográfico com professoras de educação infantil na Galiza (Espanha) e no Rio Grande do Sul (Brasil)**. 2006. 566f. Tese (Doutorado Interuniversitário em Educação Ambiental). Universidade de Santiago de Compostela, Espanha, 2006. Disponível em: <https://mijnerva.usc.es/xmlui/bitstream/handle/10347/9496/b20101545.pdf;jsessionid=C7515A62A165F66230B2DA5928D6112B?sequence=1>. Acesso em: 25 abr. 2022.

ESTRATÉGIA DO PENSAMENTO CRÍTICO PARA A INVESTIGAÇÃO EDUCATIVA

Josivania Ferreira Terto
Dorivania Ferreira Cordeiro
Geilza Vieira Da Cunha
José Pereira da Silva

RESUMO

Este estudo tem como objetivo iniciar uma discussão acerca da formação do sujeito crítico, tendo por meio o uso da educação. Utiliza-se também autores como Adorno, Freire, Deleuze entre outros, para confirmar a ideia central do artigo que é a crítica da razão pedagógica, o sujeito para ser crítico e autônomo, deve ser preparado para questionar suas próprias ações, e também receber informações, avaliá-las e questionar. O pensamento crítico está voltado para o pensar, ou seja, o aluno não pode somente receber informações prontas, ideologias formadas e concepções que ele aceita e não questiona. Enfim o sujeito para se tornar crítico deve estar envolvido em um ambiente onde é estimulado a criticidade, onde a importância de se questionar e de avaliar estejam sempre sendo destacadas e também ter características que formam este perfil de sujeito crítico, buscando sempre a introdução dos conceitos necessários para o alcance da criticidade, como já foram aqui estabelecidos.

Palavras-chave: Pensamento Crítico; Sujeito; Educação.

INTRODUÇÃO

O artigo apresentado tem por finalidade iniciar uma discussão à cerca da formação do sujeito crítico, tendo por meio o uso da educação. Analisa-se a visão do filósofo alemão Immanuel Kant sobre criticidade, razão, maioria e papel da educação, para chegar a um perfil de formação do sujeito crítico.

Utiliza-se também autores como Adorno, Freire, Deleuze entre outros, para confirmar a ideia central do artigo que é a crítica da razão pedagógica, ou seja, capacitar o sujeito para ser crítico e autônomo, um sujeito preparado para questionar suas próprias ações, sua própria razão e também receber informações, avaliá-las e questionar o que lhe é passado.

Deste modo, o desenvolver do presente estudo partiu da seguinte problemática: o que dizem os estudiosos acerca da formação do sujeito crítico, tendo por meio o uso da educação?

No que se refere a metodologia empregada neste estudo, pode-se dizer que a mesma se trata de uma revisão bibliográfica, utilizando-se de livros, artigos, e outros trabalhos acadêmicos que tratam desta problemática.

MAIORIDADE E LIBERDADE PEDAGÓGICA

A liberdade na visão kantiana trata-se do indivíduo ter autonomia para considerar suas próprias razões, saber avaliar onde os limites de sua ação podem alcançar, ou seja, ter autonomia para pensar e criticar, tomar suas decisões e avaliar as informações que lhe são dadas. “[...] lhe é permitido usar sua reflexão e a sua liberdade, desde que submeta uma e outra a certas regras [...]” (KANT 2004, p.30). Portanto é necessário avaliar, questionar, ter liberdade e essa liberdade só é alcançada, no entendimento Kantiano, com o alcance da maioridade.

Kant (1995) afirma que para que o indivíduo alcance a maioridade é necessário que ele saiba pensar por si só, para o autor a maior idade significa saber tomar decisões, pensar, o que pode ser analisado também para crianças. Na visão kantiana para que o indivíduo saia da menoridade seu tutor deve deixar com que ele alce voo sozinho, consiga pensar por si só. Pode-se pensar, dentro da educação, nesse tutor como o professor que deve proporcionar ao aluno o direito de questionar, pensar e criticar por suas próprias conclusões.

A ideia de uma formação crítica parte do pressuposto de que o indivíduo deve ter liberdade. Liberdade esta que está muito além de fazer o que deseja, está no ato de pensar, criticar, construir ideias próprias, conseguir avaliar as situações que lhe são apresentadas e levantar concepções. Em Sobre a Pedagogia (2004), Kant aponta que a criança pode e deve ser estimulada a ter liberdade de pensamento: “[...] é preciso dar liberdade à criança desde a primeira infância e em todos os seus movimentos [...]” (KANT, 2004, p. 33).

É nesta liberdade para a criança que se irá implantar em seu cotidiano o poder pensar por si só, e alcançar o pensamento crítico. Não basta apenas dar informações soltas ao indivíduo é preciso que ele tenha autonomia para avaliar o que lhe está sendo passado e poder questionar, aí sim está contida a liberdade kantiana.

ÉTICA DO IMPERATIVO CATEGÓRICO

Para se pensar em imperativo categórico se faz necessário analisar como Kant chegou a este termo. Ao se falar em sujeito crítico, como suas características e atitudes, deve-se pensar em um sujeito que critica sua razão, que analisa suas atitudes, que julga a si mesmo e que tenta fazer de suas atitudes/ações máximas que podem se tornar leis universais.

Nas palavras de Kant (2004, p. 18-19):

[...] para que a Crítica de uma razão pura prática possa ser acabada, que se possa demonstrar simultaneamente a sua unidade com a razão especulativa num princípio comum; pois no fim das contas trata-se sempre de uma só e mesma razão [...] eis

porque, em vez de lhe chamar Crítica da razão pura prática, eu me sirvo do título de Fundamentação da Metafísica dos Costumes.

Essa é então a crítica das ações que deriva de um consenso da razão, é a avaliação das atitudes, é a maneira de observar o que está sendo feito, é julgar, criticar as próprias ações, observando se elas são corretas para que se tornem máximas, destas análises resulta o imperativo categórico.

Nesta proposta Kant sintetizou o seu pensamento sobre as questões da moralidade como já foi dito, o imperativo categórico é a unidade central do pensamento kantiano. Então para que o homem possa deixar com que sua mente saiba exatamente o que fazer e não correndo o risco de sair do seu raio de ação, é simplesmente pensar na sua máxima como uma lei universal, daí então alcançará a ideia do imperativo categórico kantiano.

O imperativo categórico defendido por Kant (2004, p.17) “metafísica dos costumes, se refere ao fato de avaliar, analisar seu comportamento, um requisito importantíssimo ao sujeito crítico”. A liberdade anunciada pelo autor requer do sujeito uma análise de suas atitudes e é neste contexto que se encaixa o imperativo categórico, analisar as atitudes e pensamentos e observando se a mesma pode se tornar uma lei universal.

Dentro da visão pedagógica o sujeito está sempre submetido ao dever, às obrigações, devendo, portanto, utilizar sua criticidade, sua liberdade e seu pensamento esclarecido em prol de uma atitude que deve ser considerada em um âmbito racional correta, categórica.

Kant (2004 p. 50) afirma: “[...] O imperativo categórico seria aquele que nos representasse uma ação como objetivamente necessária por si mesma, sem relação com qualquer outra finalidade”. Ou seja, a ideia do imperativo categórico é agir de acordo com a razão simplesmente pelo fato de ser certo. Dentro da visão pedagógica o sujeito se vê constantemente nesta situação quando está diante dos deveres educacionais, os deveres de comportamento, enfim, as finalidades pedagógicas têm o dever, a razão sempre presente. Cabe ao sujeito estar preparado para compreender a importância deste dever, desta obrigação, unido à capacidade de criticar, analisar, avaliar.

DEVER SER

Ao se falar em imperativo categórico remete-se a pensar em dever. O dever ser é uma união de todos os quesitos levantados ao longo de uma trajetória filosófica de Kant. A razão tem sua expressividade de poder desde que esteja em volta de um limite, onde deva ser sempre julgada e sempre questionada por ela mesma, razão julga razão. Ao se conquistar esta razão sempre em volta de um juízo próprio abre o caminho para a conquista de uma moral e de uma ética que ao mesmo tempo está envolta com o dever ser, como imperativo categórico. Enfim, para que se alcance a liberdade e a criticidade kantiana é necessário que o sujeito esteja constantemente buscando suas obrigações, suas limitações, para que assim possa ser um ser reflexivo acerca da visão iluminista.

As questões envolvendo o sujeito em Kant abrangem uma postura de dever, uma postura de sempre questionar, sempre observador e sempre colocando a razão em questionamento, sempre analisando a razão. Um ser que deve cumprir leis e que também deve intitular suas próprias leis, através do que por ele foi chamado de imperativo categórico. Imperativo Categórico é, portanto, só um único, que é este: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo quere que ela se torne lei universal” (KANT, 2004. p. 59).

O dever, a obrigação, o fazer por que sua razão ao julgar a si mesma disse que era necessário que fosse feito, fazer, pois, ao analisar chegou a conclusão de que pode esta sua máxima, se tornar uma lei universal. Kant ressalta a ideia de um sujeito livre para pensar, para criticar, porém, uma liberdade que pede desde sujeito ações que vão delimitar ser esta sua liberdade possível ou não. Pois o sujeito tem seus deveres, tem suas limitações de ações que devem ser entendidas. Portanto o sujeito crítico, reflexivo, autônomo em suas decisões é um sujeito cheio de deveres, que deve observar cada atitude, que deve analisar sua mente, observando se sua razão está seguindo trilhos corretos. Um sujeito onde predomina a observação, a criticidade e o julgamento, tanto dos fatos que lhe cercam, quanto e principalmente de si mesmo.

“[...] uma acção realizada por dever deve eliminar totalmente a influência da inclinação e com ela todo o objecto da vontade, nada mais resta à vontade que a possa determinar do que a lei objectivamente [...]” (KANT, 2004, p. 31).

Uma das características do imperativo categórico é o peso do dever. Kant (2004) fala sobre a diferença do agir por dever e do agir por boa vontade, explicando que o sujeito se propõe à prática do imperativo categórico agir por dever e não por ser somente de boa vontade, pois, se o propósito é tornar sua atitude uma máxima universal, não cabe somente o fato do querer, ou da boa vontade, afinal, tornar uma atitude uma máxima universal é fazer desta algo a ser seguido por todos, por este motivo a importância do dever.

Sobre a máxima Kant (2004, p. 31) diz:

Máxima é o princípio subjectivo do querer; o princípio objectivo (isto é o que serviria também subjectivamente de princípio prático a todos os seres racionais, se a razão fosse inteiramente senhora da faculdade de desejar) é a lei prática. (Nota de Kant).

Desse modo, a máxima kantiana é a ação realizada dentro dos ideais kantianos que são citados entre moral, crítica da razão e pelo imperativo categórico, ou seja, uma ação só se torna uma máxima se encaixar-se no perfil de sujeito crítico de Kant. Uma máxima é uma ação que deve ser seguida por todos, uma atitude que tem por base o dever.

Liberdade

A liberdade em Kant deve ser entendida como a autonomia do pensar, do agir, do refletir. Uma liberdade que se alcança com o desfrute de uma razão limitada, com o dever bem estabelecido, enfim, com suas limitações já cercadas. A liberdade na visão kantiana trata-se do sujeito ter autonomia para considerar suas próprias razões, saber avaliar onde os limites de sua ação podem alcançar, ou seja, ter autonomia para pensar e criticar, tomar suas decisões e avaliar as informações que lhe são dadas. “[...] lhe é permitido usar sua reflexão e a sua liberdade, desde que submeta uma e outra a certas regras [...]” (KANT 2004, p.30). Portanto é necessário avaliar, questionar, ter liberdade e essa liberdade só é alcançada, no entendimento Kantiano, com o alcance da maioridade.

Em sua leitura sobre Deleuze (2000) escreveu um livro: A filosofia crítica de Kant. Em uma de suas análises sobre a obra kantiana Deleuze fala sobre a liberdade na visão de Kant, uma liberdade ligada à razão prática, uma liberdade que tem autonomia para fazer.

Deleuze (2000, p. 38) assinala que:

[...] o conceito de liberdade, como Ideia da razão, desfruta de um privilégio eminente sobre todas as outras Ideias: em virtude de poder ser determinado praticamente, é o único conceito (a única Ideia da razão) que dá às coisas em si o sentido ou a garantia de um fato e que nos faz efetivamente penetrar no mundo inteligível.

Portanto, na visão de Deleuze a liberdade é um dos fatores na filosofia de Kant que permitem à razão ir de encontro com o mundo chamado por ele de inteligível. O que vem ressaltar o que já foi dito neste artigo, que a liberdade vem para conceituar o pensamento crítico, onde o sujeito tem a liberdade de pensar, de refletir e de analisar criticamente os fatos que o cercam. A liberdade é a consequência de uma razão limitada, de uma moral adquirida e de um dever pré-estabelecido. Cumprindo as primícias do pensamento kantiano o sujeito estará livre para ser crítico, podendo ser entendido também como estar preparado para criticar.

O conceito de liberdade na visão de kantiana está ligado ao pensamento a priori, refere-se ao sujeito ser racional, que deve ser um sujeito livre em pensamento, que saiba organizar suas ideias. Para se adquirir esta liberdade racional, Kant (2004, p. 97) ressalta:

[...] temos que atribuir a todo ser dotado de razão e vontade esta propriedade de se determinar a agir sob a ideia da sua liberdade [...] da pressuposição desta ideia decorreu, porém também a consciência de uma lei de acção que diz que os princípios subjectivos das acções, isto é, as máximas, têm que ser sempre tomados de modo a valerem também [...] como princípios e, portanto, a poderem servir para a nossa própria legislação universal [...].

Portanto o sujeito com a ideia de liberdade é aquele que usa suas ações como máximas e analisa sempre sua razão, sua prática. É um sujeito adequado ao perfil do sujeito crítico que tem esta liberdade pois faz de suas ações uma máxima adequada ao imperativo categórico.

O SUJEITO CRÍTICO: A PRESENÇA DO EDUCADOR

Depois de se falar sobre tantas características de sujeito crítico na visão kantiana, se faz necessário pensar neste perfil para a educação. Avaliar em como este sujeito pode ser formado através do processo de educação. Para Kant (2004, p. 11) “o homem é a única criatura que precisa ser educada. Por educação entende-se o cuidado de sua infância (a conservação, o trato), a disciplina e a instrução com a formação [...]”.

Kant (2004) entende a educação como formação, como modo de instruir o sujeito, devendo então ser a educação o caminho para haver o alcance do sujeito crítico. Faz-se importante a conquista da autonomia do sujeito, a propriedade das decisões, do pensamento, para que este alcance a liberdade de forma a ser formador de sua própria opinião.

Podem ser percebidos durante a filosofia kantiana fatores que levam à construção de um sujeito crítico, pois, a todo momento Kant traz à reflexão a importância de se questionar, de se criticar para poder chegar a um modelo de sujeito que é crítico de sua própria razão, de suas próprias atitudes e tem a liberdade de conduzir seus próprios pensamentos. Pensando neste sujeito é que se faz necessária a introdução da educação para esta formação.

A educação tem como prioridade formar o sujeito, mas formar um sujeito que tenha capacidade de reflexão, de questionamento, um sujeito autônomo. Características estas, que Kant durante alguns de seus escritos mostra somente ser possível através de algumas posturas que devem ser tomadas pelo sujeito, como: a crítica da razão pura, o esclarecimento, a metafísica dos costumes, o dever, enfim, todas estas terminologias que foram explicadas no decorrer deste artigo.

Portanto, ao se analisar estas características e identificá-las como necessárias para construção de um perfil de sujeito crítico, devem-se uni-las ao papel da educação. Chegando então a este pensamento é que se torna necessário pensar a educação como formadora deste sujeito.

O sujeito crítico não pode simplesmente aceitar as informações que lhe são passadas, ele tem por dever analisar o que lhe é informado, assim também como analisa suas próprias atitudes. O professor tem papel importante nesta formação pois é ele quem vai proporcionar ao aluno esta busca pela autonomia, pela criticidade.

Falar em autonomia, educação que leva à autonomia, à criticidade, torna-se importante falar em Paulo Freire, que foi e é um dos grandes nomes dentro da educação e principalmente dentro da pedagogia. Freire durante seus estudos e seus livros fala da questão da educação como forma de libertação, que é proposta aqui levantada.

Na visão educacional de Freire (1996) a educação deve formar e não apenas instruir, neste livro *Pedagogia da autonomia*, Freire defende que é papel do professor a construção do processo de criticidade, que poderá levar então ao objetivo sempre pensado neste artigo, que é o sujeito crítico.

A educação é o meio de formação deste sujeito crítico, é ela quem vai instigar no sujeito a vontade, a necessidade de se criticar. É este então um papel importante do educador, do profissional, ser formador de sujeitos críticos, sujeitos preparados para analisar, para questionar. Neste ponto consiste a crítica da razão pedagógica, no formar sujeitos críticos, no preparar o sujeito para esta autonomia. Porém, para que esta formação ocorra é fundamental que o profissional da educação, em especial neste caso, o pedagogo, esteja preparado para esta formação, para este preparo, devendo estar também preparado para este universo de criticidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento crítico está voltado para o pensar, ou seja, o aluno não pode somente receber informações prontas, ideologias formadas e concepções que ele aceita e não questiona. É necessário levar o aluno a uma reflexão, questionando as várias formas como algo pode ter acontecido, ou como algo pode ser resolvido.

Esta ideia de educação crítica, emancipatória pode ser trabalhada no dia-a-dia, unindo questões do cotidiano levando-os a avaliar de forma sensata o que acontece, como acontece, porque acontece e a partir destas atitudes formando um sujeito crítico, pois, ao agir desta forma com o sujeito estará preparando um cidadão que terá capacidade de perguntar, questionar e não ser somente mais um aluno alfabetizado, que não entende o que lhe acontece. Esta é uma ideologia filosófica que busca em todos os seus âmbitos uma preparação do aluno para que este se torne um sujeito emancipado e crítico.

Enfim o sujeito para se tornar crítico deve estar envolvido em um ambiente onde é estimulado a criticidade, onde a importância de se questionar e de avaliar estejam sempre sendo destacadas, e também ter características que formam este perfil de sujeito crítico, buscando sempre a introdução dos conceitos necessários para o alcance da criticidade, como já foram aqui estabelecidos, tendo na educação um apoio fundamental para esta conquista de criticidade, de autonomia.

REFERÊNCIAS

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. Lisboa: Relógio d'Água, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KANT, Immanuel (2004). **Crítica da Razão Prática, Tradução e Prefácio de Afonso Bertagnoli,** versão para e-book – eBooksBrasil.com

KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia.** Tradução de Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Editora UNIMEP. 1995.

TEORIA E PRÁTICA DO CURRÍCULO

Jaqueline de Oliveira Araújo
Maria José de Oliveira Araújo
Pedrina dos Santos Silva Oliveira
Auricélia Lopes Pereira

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral analisar os principais trabalhos sobre motivação na concepção de Maslow. No que se refere à metodologia, pode-se dizer que a mesma trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, utilizando-se de livros, artigos e estudos referentes à problemática aqui apresentada. Conclui-se que as necessidades de estima é outro aspecto que tem que ser revisto por parte das escolas, pois o professor gosta de ser ouvido e às vezes tem boas ideias nas quais a escola possa fazer um trabalho de parceria com o professor, a escola só tem a ganhar com esse tipo de atitude. Quanto às necessidades de auto realização, a escola deve proporcionar condições para que professores possam se sentir realizados em sua profissão, seja financeiramente, ou até mesmo com o carinho dos familiares dos alunos, o respeito e admiração dos colegas é que fazem com que esse trabalho seja realizado, gratificante.

Palavras-chave: Motivação; Ambiente Organizacional; Maslow.

INTRODUÇÃO

Ao longo do desenvolvimento da raça humana a sobrevivência marcou de forma decisiva as ações e comportamento do homem. Além da necessidade de se alimentar, ainda precisava se defender dos animais e se proteger das intempéries. Para tal, passou a viver em pequenos aglomerados compartilhando o trabalho e as atividades religiosas e de recreação.

No entanto, observa-se que o comportamento de partilha nem sempre foi visto com o mesmo olhar, sendo que alguns se sentiram injustiçados e insatisfeitos, quer fosse com a distribuição das tarefas, quer fosse com o resultado do trabalho. Dessa forma, em momentos diversos e até os dias atuais o ser humano se viu obrigado a fazer atividades que lhes são prazerosas e, também, outras que lhe trazem o sentimento de aversão e até de punição.

Assim, as relações com o trabalho podem adquirir um sentido positivo ou negativo, gerando estados emocionais de motivação ou desmotivação. A motivação envolve elementos diversos que constituem um processo. Dentre eles destacam-se fatores físicos e de infraestrutura, fatores relacionais e fatores pessoais.

Esta pesquisa se justifica pelo fato de a satisfação e motivação serem elementos de extrema importância dentro das empresas, pois o comportamento dos colaboradores, em relação aos seus clientes, depende muito de seu estado emocional, podendo influenciar as crianças de forma positiva ou negativa em relação ao contexto profissional.

Deste modo, o presente estudo tem como objetivo geral analisar os principais trabalhos sobre motivação na concepção de Maslow.

No que se refere à metodologia, pode-se dizer que a mesma se trata de uma pesquisa de revisão bibliográfica, utilizando-se de livros, artigos e estudos referentes à problemática aqui apresentada.

EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE MOTIVAÇÃO

A administração enquanto ciência surgiu por decorrência das transformações ocorridas na Revolução Industrial. De acordo com Chiavenato (1983) essas transformações levaram os empresários a se organizar de forma racional, buscando a maximização dos lucros e a redução dos custos. As teorias propostas por Taylor e Fayol conduziram a um tratamento específico do ser humano, então considerado apenas uma peça da engrenagem do sistema de produção.

No entanto, essas propostas teóricas encontraram resistência por parte de profissionais da área de sociologia e psicologia tais como Chester Barnard e Mary Parker Follet que desenvolveram estudos privilegiando o ser humano.

Ao se estudar a motivação, não se pode deixar de lado o trabalho de Maslow, consagrado pela Experiência de Hawthorne, que alavancou e deu suporte à divulgação de outros estudos que buscavam melhores condições de trabalho para as pessoas e, também a compreensão de suas relações com os outros e com o trabalho, destacando-se a motivação. Surgiu assim a Teoria das Relações Humanas que abriu o caminho para a aplicação de teorias psicológicas sobre motivação humana dentro das empresas.

Inicialmente pode-se dizer que, para os psicólogos, a motivação é a tensão que leva o indivíduo a um comportamento que vise à satisfação de uma ou mais necessidades, de onde decorre o conceito de ciclo motivacional.

No entanto, é preciso destacar que nem sempre o objeto que conduziu a um determinado comportamento foi alcançado, o que pode levar a um estado de frustração e insatisfação. Dessa forma é preciso, inicialmente, diferenciar os dois conceitos.

Pode-se dizer que Taylor considerou que a motivação tinha como ponto central de partida as recompensas salariais, tanto que sua concepção de homem foi o Homo Economicus. Por outro lado, conforme citado anteriormente, Mayo obteve como resultado de sua pesquisa que o ser humano é motivado por outros elementos, mais subjetivos e pessoais, tais como a necessidade de estar junto aos pares, familiares, de ser reconhecido por seu trabalho, de se comunicar com aqueles que o cercam, dentre outros.

Segundo Maximiano (2000, p. 101):

O comportamento é sempre motivado por alguma causa interna ao próprio indivíduo (motivos internos) ou alguma causa externa do ambiente (motivos externos). [...] Motivação não significa entusiasmo ou disposição elevada; significa apenas que todo comportamento sempre tem uma causa.

Assim, de forma geral pode-se dizer que a motivação é uma força ou impulso que leva os indivíduos a agirem de forma específica em relação a um determinado desejo ou necessidade.

Porém, Bergamini (1997) diz que não se pode motivar alguém e sim estimular o outro a refletir sobre os desejos que acalenta e os processos que poderão conduzi-lo a obter o seu objeto de desejo. Dessa forma, com relação à motivação, todos têm, na maioria das vezes, liberdade e autonomia própria.

Para Bergamini et al (1997, p. 25) a motivação nasce somente das necessidades humanas e não das coisas que satisfazem essas necessidades.

[...] aquilo que se faz em lugar de motivar é satisfazer ou contra-satisfazer as necessidades de outra pessoa. O efeito de um fator de satisfação é diminuir a tensão da necessidade, através da elevação do nível de satisfação. O efeito de um fator de contra-satisfação é aumentar a tensão da necessidade, através da diminuição do nível da satisfação. É possível oferecer fatores de satisfação, tais como água, comida, reconhecimento, progresso, etc. às pessoas, mas isto é satisfação e não motivação. É possível negar ou privar as pessoas de água, comida, reconhecimento, progresso, etc., mas isto é contra-satisfação e não motivação.

De forma semelhante Chiavenato (2004) afirma que a motivação leva a pessoa a buscar um objetivo ou a procurar uma atividade para satisfazer suas necessidades pessoais. Posteriormente, descreveu que as pessoas são diferentes quanto à motivação, ou seja, as necessidades variam de acordo com os indivíduos, produzindo diferentes padrões de comportamento; os valores e as capacidades para alcançar seus objetivos também variam. E conforme o tempo os valores sociais e capacidades podem variar no mesmo indivíduo (CHIAVENATO, 2007).

Como se pode ver existem diferentes olhares e diferentes construções teóricas sobre a motivação. No entanto, aqui será abordada apenas a Teoria das Necessidades de Maslow, por se constituir no suporte da pesquisa de campo.

A TEORIA DE MASLOW

Dentre as teorias mais conhecidas sobre motivação está a Teoria das Necessidades de Maslow, desenvolvida por Abraham Maslow, que nasceu a 1 de abril de 1908, em Nova Iorque e faleceu em 1970. Psicólogo e estudioso do comportamento é conhecido como o pai da teoria da motivação. Licenciou-se na Universidade de Wisconsin (JACOBSEN et al., 2006).

Maslow formulou uma teoria da motivação baseado nas necessidades que influenciam o comportamento humano. Ao satisfazer as necessidades básicas, outras tomam domínio no comportamento do homem (Chiavenato, 2007). Cunhou o conceito de pirâmide das necessidades, destacando-se: necessidades fisiológicas, necessidades de segurança, necessidades sociais, necessidades de estima e necessidades de autorrealização.

As necessidades fisiológicas são consideradas básicas a todo ser humano, pois estão relacionadas à sua própria sobrevivência. São elas: fome, sede, sono, abrigo, sexo, etc.

As necessidades de segurança são as que levam as pessoas a autodefesa, a procura de proteção contra o perigo, ameaça ou privação. É a busca pela tranquilidade em direção a uma situação segura.

As necessidades sociais são (amizade, aceitação social, de pertencer e de relacionamento humano). O homem é um ser social, vive em grupo, ele tem necessidade de interagir com outras pessoas.

As necessidades de estima são (respeito, apreciação, reconhecimento). Ao realizar as necessidades fisiológicas, de segurança, e as necessidades sociais, o indivíduo passa a buscar a necessidade de estima, em busca de autoestima e autorrespeito. O homem tem a necessidade de ser aceito e valorizado pelos outros e por si. Uma vez que esta necessidade não tenha sido atingida aparece a baixa estima e o complexo de inferioridade.

As necessidades de auto realização são as mais elevadas e nem sempre são satisfeitas por completo, pois o homem procura outras satisfações e estabelece novas metas. É o desejo da pessoa de se tornar mais do que é, e de estar sempre se desenvolvendo.

Do ponto de vista organizacional essas necessidades possuem símbolos e significados específicos. No caso das necessidades fisiológicas a empresa precisa disponibilizar aos empregados sanitários que supram suas demandas de micção e excreção. Além disso, precisa ter bebedouros e oferecer alimentação quando a jornada de trabalho ultrapassa quatro horas consecutivas.

No que se refere à segurança é preciso que a empresa promova ações que possam fazer com que seu funcionário se sinta seguro, alguns benefícios como plano de saúde, plano de carreira, condições seguras no trabalho, estabilidade, etc.

Quanto às necessidades sociais um meio de a organização tentar supri-las seria a formação de equipes, incentivarem seus funcionários a participarem de grupos como; associações, sindicatos, clubes esportivos, etc.

Para aumentar a estima de seus colaboradores é necessário que a empresa possa ouvir as ideias e sugestões de seus funcionários, incluindo-os nas atividades de planejamento, que reconheça suas capacidades e os elogiem quando necessário.

Quanto à auto realização um meio de a empresa contribuir seria promover o crescimento profissional ou pessoal de seus funcionários.

A TEORIA DE MASLOW E DOCENTES

Há vários estudos realizados com o objetivo de identificar os fatores motivacionais do mal-estar docente, porém poucas fazem a associação com a pirâmide das necessidades de Maslow apesar de citarem sua teoria.

Segundo Pimenta e Santinello (2008), sua pesquisa analisou a atuação em relação ao cotidiano escolar, demonstrando que os professores têm ciência de que a motivação para seu trabalho depende de seu comportamento, e que este pode ser influenciado pelas mudanças que ocorrem neste ambiente.

A motivação se refere a um estímulo à prática, ou seja, a partir de impulsos, a pessoa passa a agir. Segundo os dados da pesquisa, os professores se motivam ao gostar do que fazem e ao idealizarem metas e objetivos comuns a serem alcançados. A pesquisa, portanto, constata que as técnicas para o bom relacionamento no ambiente de trabalho consistem na adaptação de cada um ao seu ambiente (...). Ainda foi possível identificar como estratégias de trabalho em equipe, ações tais como ouvir, exporem ideias e objetivos comuns. Não se verificou uma técnica específica em relação à motivação na escola, nem tampouco métodos que motivem a equipe escolar. No entanto, verificou-se que cada professor tem consciência daquilo que busca em seu trabalho e em sua profissionalização, sendo esse um comportamento que favorece a automotivação (PIMENTA; SANTINELLO, 2008, p. 91).

Mesmo não tendo verificado métodos que motivaram a equipe, foi percebido que os professores são motivados por gostarem do que fazem, gostam do seu trabalho e com isso são auto motivados.

Já um estudo feito na rede pública de Aracaju mostra que os professores apesar de serem vistos pela comunidade como sofredores tem um alto índice de motivação, pois são em tratados por seus superiores, que possibilitam o crescimento profissional na instituição. Suprindo assim as necessidades de estima de seus professores.

Maslow, em sua teoria, destaca as necessidades sociais como impulsionadores motivacionais. Entretanto, os professores criticam o reconhecimento da comunidade, que expressa destrato quanto ao profissional, pois estes quando se dizem professores, a comunidade costuma comentar: pobre, sofredor, quer morrer de fome, um fardo, pouco valorizada, como faz para sobreviver? A fim de minimizar este impacto a escola pode despertar na sociedade a necessidade e importância do professor, visto que a educação é o maior diferencial nos países mais desenvolvidos, e que o professor é o impulsionador de um senso crítico na comunidade. Quanto ao reconhecimento junto aos superiores ou instituição de ensino (sociedade organizacional), os profissionais mostram-se com elevados níveis de motivação, visto que seus superiores dispensam um ótimo tratamento aos subordinados, e a escola mostra-se sendo sempre receptiva a críticas e sugestões e possibilitando o crescimento dos profissionais na instituição (QUINTELA, 2010, p. 121).

Em uma pesquisa feita por Mendes e Gitahy (2006) na cidade de Maringá - PR foi percebido que aspectos externos negativos interferem na motivação dos professores, entre eles: o descaso da família com a educação dos filhos, a pouca valorização dada pelo governo aos professores,

indisciplina e desinteresse do aluno pelos estudos e alta carga horária do professor para que se tenha um salário razoável.

Na visão destes professores, para iniciar uma reversão do quadro instalado seria necessário um trabalho de conscientização da sociedade quanto à importância da escola e do professor, a participação mais efetiva da família na vida da escola, políticas dignas do governo com relação à escola e ao professor, incentivos constantes à atualização de professores na formação continuada (pós-graduação), mestrado, doutorado, reestruturação das grades curriculares da graduação nos cursos de licenciatura, motivação dos professores para o trabalho em equipe (MENDES e GITAHY,2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste estudo, o objetivo foi, então, verificar o nível de motivação dos professores seguindo como parâmetro a Teoria Motivacional de Maslow.

Seguindo os preceitos da pirâmide das necessidades de Maslow pode-se perceber que: Quanto às necessidades fisiológicas compreende-se o quanto é necessário que ocorra melhorias na infraestrutura para melhor atender a seus professores. No que diz respeito à segurança, os funcionários devem estar sempre satisfeitos com a atual situação.

Quanto às necessidades sociais é importante que a escola possa trabalhar mais o conceito de “equipe”, para a partir daí poder realizar trabalhos que possam ser considerados trabalho de equipe.

As necessidades de estima é outro aspecto que tem que ser revisto por parte das escolas, pois o professor gosta de ser ouvido e às vezes tem boas ideias nas quais a escola possa fazer um trabalho de parceria com o professor, a escola só tem a ganhar com esse tipo de atitude.

Quanto às necessidades de auto realização, a escola deve proporcionar condições para que professores possam se sentir realizados em sua profissão, seja financeiramente, ou até mesmo com o carinho dos familiares dos alunos, o respeito e admiração dos colegas é que fazem com que esse trabalho seja realizado, gratificante.

REFERÊNCIAS

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Motivação nas Organizações**. Cecília Whitaker Bergamini. 4 ed. – São Paulo: Atlas, 1997.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Psicodinâmica da Vida Organizacional: motivação e liderança**. Cecília Whitaker Bergamini, Roberto Coda, -- 2 ed. -- São Paulo: Atlas,1997.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração** / Idalberto Chiavenato. - 3. ed. - São Paulo : McGraw-Hill do Brasil,1983.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de recursos humanos: fundamentos básicos/ Idalberto Chiavenato**. – 6. ed. – 2. Reimpr. – São Paulo. Atlas, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações.** edição compacta/ Idalberto chiavenato. 3. ed. Ver. E atualizada. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 4ª Reimpressão.

CODO, Wanderley. et al. **Por uma Psicologia do Trabalho:** ensaios recolhidos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

JACOBSEN, Alessandra Linhares. **Administração (Introdução e teorias).** Alessandra Linhares Jacobsen, João Benjamim da Cruz Junior, Luis Moretto Neto. - Florianópolis: SEaD/UFSC, 2006.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru, **Teoria Geral da Administração, Da Escola Científica à Competitividade na Economia Globalizada,** 2ª Ed. São Paulo, Editora Atlas – 2000.

PIMENTA, Symone Matioli; SANTINELLO, Jamile. **Relacionamento Humano e Motivação no Trabalho Docente.** Revista Eletrônica Lato Sensu – UNICENTRO, Ano: 2008. Ed. 6.

QUNTELA, Luiz Henrique. **Motivação dos Professores da Rede Pública Federal de Aracajú.** In: Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade,4., 2010. São Cristovão – SE. Anais eletrônicos.

FUNDAMENTOS E PARADIGMAS CONTEMPORÂNEOS DA EDUCAÇÃO

Edileuza Pimentel Gonzaga
Jane Rodrigues Batista
Socorro Santarem de Sousa

RESUMO

Este artigo tem uma abordagem bibliográfica qualitativa sobre os fundamentos e paradigmas contemporâneos da educação. As transformações ocorridas no sistema educacional continua sendo algo complexo e ao mesmo tempo um caminho cheio de possibilidades vivenciadas por docentes que tentam a todo momento buscar desenvolver práticas pedagógicas que ajudem-os a traçar os melhores métodos de ensino. Visando contemplar os discentes para que dialoguem em sala de aula, abrindo leques de possibilidades na educação. Portanto, faz-se necessário repensar os modelos impostos pelas escolas, suas crenças e valores com intuito de restabelecer a conexão com a atualidade. Nesse sentido, as modificações podem fazer com que haja ruptura nos paradigmas escolares e novas ideias venham a ser discutidas a respeito das mudanças que tanto almeja-se alcançar no ambiente escolar. Com as ponderações de autores com renomado conhecimento na área como: Freire (2015), Goleman (2011) Leite (2011), entre outros. Procurou-se desemaranhar as exigências impostas hoje, para os docentes numa perspectiva de mudanças, sobretudo, de qualificação na pós-modernidade.

Palavras-chave: Educação; Paradigmas; Pós-modernidade.

INTRODUÇÃO

São muitas as pesquisas e reflexões feitas a respeito dos paradigmas da educação contemporânea, compreender esse processo é de fundamental interesse para se entender as complexidades do sistema de ensino, pois, a prática pedagógica dos docentes provém das teorias, muitas vezes ensinadas e repassadas como verdades absolutas de uma realidade na qual a maioria destas, ficam fora do contexto escolar.

Uma vez que, os trabalhos pedagógicos propostos para serem trabalhados em sala de aula não corresponde com a realidade, de forma que é necessário e preciso o conhecimento sobre a história e seus fundamentos para buscar analisar os fatos relevantes e se chegar a uma compreensão da educação anteriormente e posteriormente para que não haja repetições arbitrárias na construção de saberes. E, assim, acompanhar as constantes mudanças que ocorrem no cenário educacional.

A maioria dos docentes, tem se preocupado em procurar cada vez mais pela qualificação, na tentativa de encarar e sanar os desafios encontrados em sala de aula, pois não dá para ignorar uma realidade que necessita de modelos inovadores de aprendizagem. Um aperfeiçoamento que os motive a terem atitudes e interesses em fazer a diferença no seu dia a dia. Seja planejando ou organizando seu plano de curso para ministrar suas disciplinas, os professores não podem se submeter a

ensinamentos sistematizados e padronizados, sem que este, como parte fundamental para a educação de todos, expresse seu parecer a respeito daquilo que está sendo transmitido para as crianças.

É válido destacar também, que a diferença no processo de ensino-aprendizagem, está na flexibilidade de lidar com situações que venham interferir na dinâmica e na qualidade do ensino, e para que o professor alcance seus objetivos e melhore sua prática na realidade em que vive, faz-se necessário que esteja em constante aprendizado, construindo saberes e aumentando seus conhecimentos para repassar novos meios de ensinagem aos seus alunos que também vivem equivalentes mudanças.

A grande influência da mídia na modernidade também desencadeou um processo de ensino sistematizado que ao contrário do modelo tradicional, fez com que se tomassem rumos diferenciados no campo educacional, garantindo para muitos a qualificação e a continuação dos seus estudos e pesquisas. Nesse contexto, em meios às mudanças do paradigma educacional, os questionamentos sobre as novas concepções são relevantes e essenciais aos enfoques contemporâneos que se entrelaçam a partir de conhecimentos construídos dialeticamente sobre os fundamentos que norteiam os modelos de ensino.

Vale ressaltar também a relevância quanto a compreensão do paradigma educacional contemporâneo, pois a importância do conhecimento a partir das experiências são verdadeiros, e assim diferentes caminhos e possibilidades são traçados e influenciados pelo sistema educacional de cada época. Desse modo, o ensino é algo muito extraordinário na vida do ser humano, pois é através deste que se alcança os resultados possíveis à interação e ao convívio, que não estão atrelados apenas à educação escolar, mas à instrução familiar, haja vista ser na família que se adquire os primeiros contatos com a adversidade e ensinamentos, então cabe a ela as principais orientações, preparação para a vida, a escola e para o mundo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da análise dos textos sobre paradigmas educacionais contemporâneos, verificou-se uma abordagem que versa sobre as teorias e fundamentos educacionais embasados na transmissão de conhecimentos em diferentes contextos e períodos. Promovendo assim, uma reflexão da prática pedagógica, que visa como meta, transformar professores em educadores de fato.

Os estudos feitos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014), traz reflexões a respeito da prática pedagógica;

O trabalho como princípio educativo está na base de uma concepção epistemológica e pedagógica que visa proporcionar aos sujeitos a compreensão do processo histórico de produção científica, tecnológica e cultural dos grupos sociais, considerada como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente para a transformação das condições naturais da vida e para a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos. Ao mesmo tempo, é pela apreensão dos conteúdos históricos do trabalho, determinados pelo modo de produção no qual este se realiza, que se

pode compreender as relações sociais e, no interior destas, as condições de exploração do trabalho humano, assim como de sua relação com o modo de ser da educação. Compreensão esta indispensável à luta pela superação da alienação e construção de uma sociedade de novo tipo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS/UFMG, 2014, p. 203).

De modo que, essa transformação prima para a compreensão e acompanhamento dos desafios impostos pelo sistema educacional. Por mais que estas teorias busquem métodos motivacionais que melhorem o aprendizado, o autoconhecimento e a relação professor-aluno, o docente depara-se com grades sobrecarregadas na prática, que perpetuam até a contemporaneidade.

Goleman (2011) fala sobre estas questões;

Com o currículo já assoberbado por uma proliferação de novas disciplinas e programas, alguns professores que compreensivelmente se sentem sobrecarregados resistem a dedicar tempo extra do básico para mais um curso. Assim, uma nova estratégia de educação emocional não é criar uma nova classe, mas fundir lições sobre sentimentos e relacionamentos com as outras matérias. As lições emocionais podem fundir-se naturalmente com leitura e escrita, saúde, ciência, estudos sociais e também com outras disciplinas-padrão (GOLEMAN, 2011, p. 322).

Nesse sentido, o autor destaca o quanto os professores estão sobrecarregados de trabalhos que extrapolam sua carga horária, e com isso, sentem-se desmotivados e desvalorizados, dando margem para estagnarem na graduação. Deixando de aprimorar seus conhecimentos, sua capacidade de transmitir aos discentes métodos pedagógicos eficazes, com intuito de contribuir e proporcionar verdadeiras mudanças significativas e eficientes na vida escolar do educando para que os mesmos não sejam meros reprodutores do conhecimento, mas sim, seres críticos, conscientes de suas responsabilidades, capazes e construir sua própria história em tempos que requerem transformações.

Para Hagemeyer (2004);

Ao refletir sobre a função do professor na atualidade, deparamo-nos com a dificuldade de combinar os muitos fatores que dizem respeito à formação humana. O contexto atual, em que os problemas político-econômicos estão aliados à vertiginosa evolução científica e tecnológica, reflete-se em mudanças nas formas de ser e viver dos homens em todos os níveis, desconcertando a quem tem a profissão de ensinar/formar crianças e adolescentes. Parece que a escola deve mudar e espera-se essa mudança principalmente no foco de atuação do professor (HAGEMEYER, 2004, p. 2).

E nesse contexto, o aperfeiçoamento do professorado deve ser indispensável, para se garantir aos seus educandos possibilidades e métodos que alavanque seus estudos, pesquisas ou aprimorando sua qualificação presencialmente ou a longa distância. Para Sampaio (2009, p.11), “As pessoas que são propelidas pelas necessidades superiores valorizam cada vez mais a oportunidade de serem criativas e autônomas em seu trabalho”. Nesse sentido, a motivação torna - se relevante nas áreas

cognitivas científicas, pois, o apoio dado de fato a quem precisa, faz toda diferença no momento de utilizar as tecnologias (TICs), como uma prática pedagógica.

Nesse sentido, Xavier (S/A) afirma que;

No que se refere à inovação, concebemo-la como um pensar criativo do sujeito que se materializa em um fazer eficaz. Diante de uma necessidade ou movido por uma inspiração, o sujeito consegue gerar a solução tão esperada ou antecipar a resposta a um problema por vir. A simples adaptação de um velho objeto ou a invenção totalmente inédita de um certo produto podem ser classificadas como inovação (XAVIER, S/A, p. 46).

Neste cenário de transformações e mudanças, as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), estão inseridas como métodos de aprendizagem da atualidade, utilizado como uma ferramenta indispensável para a educação, tendo mostrado eficiência quanto o seu uso em prol a construção do ensino, como modelo inovador unido ao processo de aprendizagem, a mesma está relacionada com a necessidade que se tem de criar oportunidades e meios satisfatórios, no que se refere a qualificação do sujeito, que consegue encontrar solução para resolver ou minimizar problemas que dependem de uma boa comunicação para este método de ensino.

Senge (1990) afirma que;

Pessoas com alto domínio pessoal possuem várias características em comum: elas têm um sentido especial de vida que vai além dos objetivos e metas ocasionais; para elas, a realidade do momento é um aliado, e não um inimigo; elas aprenderam a identificar e trabalhar com as forças de mudanças ao invés de resistir a elas; são profundamente inquisitivas, procurando sempre ver a realidade com maior clareza; sentem-se ligadas ao próximo e à vida em si; todavia, não abrem mão da sua individualidade; sentem-se parte de um processo criativo maior, no qual podem influir mas que não podem controlar unilateralmente (SENGE, 1990, p. 2).

Atualmente, os questionamentos feitos a respeito de como ensinar através dos paradigmas inovadores, ainda é uma realidade vivenciada por muitos, porém, vale salientar que as mudanças são necessárias e a flexibilidade faz a diferença no momento de instrumentalizar meios viáveis de ensino, e, assim, aos poucos cada vez mais, o ensino tecnológico vai fazendo parte da rotina diária de todos que procuram aprender e conviver com um ensino sistematizado.

O ser humano é um *processador de informação* - é a metáfora computacional, a visão do ser humano como um organismo ativo que processa informação, primeiro a recebendo, depois a decodificando, a transformando, a armazenando, e recuperando e, por fim, a utilizando. O ser humano é mais do que um processador de informações, porque tem uma consciência que atribui significados a estas informações e decide cursos de ações, mas é certo que ele também é um processador de informações, e o é, quase todo o tempo. (CASTAÑON, 2007, p.).

De modo que, apesar da falta de domínio das tecnologias por parte de alguns professores e alunos, existem outras com vasto domínio, ao utilizar os recursos digitais, fazendo do saber cognitivo científico seu aliado para desenvolver sua criatividade e assim alavancar as informações através da comunicação. Nesse aspecto, os desafios precisam ser superados e seguidos por todos que acompanham as constantes modificações na sociedade. E, principalmente, não esquecer que o aprendizado do estudante faz parte dessa mudança e do lugar onde está inserido.

Nesse contexto, Leite (2011) afirma que;

Conhecer o lugar é fundamental ao estabelecimento de uma noção de cidadania, na medida em que essa signifique a consciência de que deveres e direitos constituem os dois lados de uma mesma moeda e que demande atitudes coerentes em relação a vida em sociedade. Conhecer o lugar é uma construção: das referências pessoais e coletivas, da apreensão da realidade, da percepção das diferenças, da dialética do viver. Conhecer o lugar é uma atividade complexa, portanto, prescindir da oportunidade de descoberta desde processo, perder tal desvelamento, constitui-se uma restrição, impossibilidade, prejuízo ao desenvolvimento pleno do ser (LEITE, 2011, p. 6).

Conhecer a realidade vivenciada pelos educandos, também é um fator importante na busca pelo aprimoramento do seu conhecimento e aprendizado, pois, não se pode renegar sua historicidade nem sua cultura, eles também fazem parte de um repertório constituído de conhecimentos e saberes do lugar onde vivem, deve-se fomentar e instigar as curiosidades pelos distintos caminhos traçados a educação, respeitando seus limites, direitos e deveres para que os mesmo não se sinta excluído das escolas com o ensino contemporâneo.

Não basta constatar a mudança ou a necessidade dela para justificar as tentativas de reforma recentes no ensino. Uma reflexão fundamental à ideia de *necessidade de mudança* nas direções do trabalho do professor encontra-se no fato de que as estruturas básicas da escolarização se estabeleceram em outros tempos, com fins anacrônicos, enquanto a sociedade muda para uma era pós-industrial, pós-moderna (HAGEMeyer, 2004, p. 9).

A autora enfatiza que não basta somente mudar, mas estar apto para aceitar as mudanças que ocorrem em diferentes esferas, no que tange a educação. Para os autores Silva e Kayser (2015, p. 7). “Todo o processo dialógico, visa uma transformação social e a base de todo esse processo é a educação. Porém, quando não bem utilizada, esta pode servir como norteadora no processo de reprodução dentro de um sistema muitas vezes excludente”.

O processo de construção de conhecimento, para o professor universitário, é permanente e é, possivelmente, o caminho por meio do qual poderá mostrar aos seus alunos a necessidade de atualização contínua. A partir das exigências e possibilidades do processo de globalização do mundo de hoje, bem como da revolução nas tecnologias de comunicação da informação, esse professor foi transformado em um educador, cujo papel vai além de seu conhecimento específico (VALENTE, 2019, p. 21).

No entanto, ressalta-se que, oferecer acompanhamento, fomentar as aptidões é importante, para que o educando se sinta parte de uma sociedade que condiz com uma realidade onde há diversidade. Portanto, o diálogo deve ser integrador, a esse processo contínuo de transformações, a escola deve mobilizar-se e estimular também a família, e juntos despertar e estimular a capacidade de aprender do educando diante do ensino e do avanço na educação.

Freire (2003) diz que;

O educador deve ter como ponto primordial uma reflexão crítica para melhor inserir suas ações pedagógicas e esta reflexão deve culminar em uma formação permanente. Propulsora desta reflexão deve ser a realidade de ontem, correlacionando-a com a de hoje, proporcionando uma reflexão crítica do hoje e da manhã, revalidando, desta forma, a esperança em um mundo melhor e isto só é possível por meio do diálogo, da comunicação e da criticidade construtiva (FREIRE, 2003, p. 39).

Para Freire, o educador deve primar por uma educação emancipadora e reflexiva, visando sempre o momento e a esperança de que dias melhores virão, pois a educação sempre sofrerá transformações pertinentes a cada tempo, e, é necessário que o docente esteja apto para acompanhar essas mudanças que muito tem contribuído com a formação do educando. Se reinventar a cada dia faz parte da atual realidade, tornando possível o desenvolvimento do conhecimento construído a partir de uma visão crítica e libertadora.

A conscientização se autêntica nesta ida e volta que é, em última análise, a unidade dialética entre prática e teórica, em que aprendemos que a verdadeira paciência não se identifica, jamais, com a espera na pura espera. verdadeira paciência, associada sempre a autêntica esperança, caracterizada a atitude dos que sabem que, para fazer o impossível, é preciso torná-lo possível. E a melhor maneira de tornar o impossível e realizar o possível de hoje (FREIRE, 1983, p.49).

Os desafios contemporâneos da educação são muitos e influenciam bastante desde o comportamento humano até o ensino aprendido do educando, partindo desse pressuposto é que se deve caminhar junto a essa ação transformadora, tendo como enfoques os paradigmas de ensino, que promovem na atualidade e evolução da construção do conhecimento, e todos envolvidos nesse processo de ensino e aprendizagem, precisam estar engajados e tomar para si a responsabilidade de que tanto a escola quanto a família devem motivar e despertar no educando a capacidade de aprender.

Karen Stone McCown, criadora do Currículo da Ciência do Eu e diretora da Nueva:— O aprendizado não pode ocorrer de forma distante dos sentimentos das crianças. Ser emocionalmente alfabetizado é tão importante na aprendizagem quanto a matemática e a leitura. A Ciência do Eu é pioneira, o primeiro anúncio de uma ideia que se espalha por escolas de todo o país.[1] As disciplinas oferecidas pela Nueva

são “desenvolvimento social”, “aptidões para a vida” e “aprendizado social e emocional” (GOLEMAN, 2011, p. 312).

De forma que a educação não volta e nem para no tempo, as mudanças na atualidade são desafiadoras dentro de uma perspectiva crítica com uma visão inovadora. Nesse sentido, ter atitudes e confiança é algo imprescindível para fazer do impossível o possível, sem medo de arriscar, saindo da uma zona de conforto para melhoria da educação e da prática pedagógica que esteja dentro ou fora da escola numa ação transformadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As constantes mudanças da atualidade no cenário educacional, objetiva haver uma visão analítica, crítica e reflexiva a respeito do fundamento do paradigma da educação. Compreender o desenvolvimento dessa nova prática da ação pedagógica é conviver com realidade onde os modelos construtores do conhecimento fazem a diferença, tanto na vida individual, quanto coletiva dos docentes e discentes visando o aprendizado, apropriando -se do saber científico e tecnológico que faz parte do cotidiano atualmente. Não adianta ficar se questionando para que aprender? Se o mundo que se vive está cercado dos recursos tecnológicos.

A sociedade hoje utiliza tal ferramenta como meio de facilitar a comunicação através das TICs, fazendo dela sua maior aliada para o desenvolvimento das habilidades educacionais e profissionais que vai além dos muros da escola, para uma realidade que exige a capacitação dos docentes para estarem aptos a ensinar e auxiliar os educandos da melhor forma possível. Pois, a busca pela qualificação dos mesmos tem sido constante para compreensão do modelo de ensino utilizado dentro e fora da sala de aula.

Vimos o quanto os fundamentos e paradigmas educacionais mudaram desde a antiguidade e vem ajudando nos bons resultados dos processos pela vitória na educação, os modelos e pensamentos de grandes estudiosos avançaram e conseguiram proporções inimagináveis, dando possibilidades de bons frutos.

Portanto, conclui-se que, as abordagens sobre a educação contemporânea se apresentam como um desafio, onde modelos e métodos inovadores para um mundo em evolução são inquestionáveis, de modo que esta evolução abrange e prepara todos que fazem parte deste contexto mediante a influência propulsora das transformações no meio educacional. Os educandos por sua vez, são motivados a desenvolverem habilidades que condizente com sua realidade e momento para que se sintam capazes de levar seu estudo e aprendizado com responsabilidade, adequando -se ao modelo inovador de ensino.

REFERÊNCIAS

CASTAÑON, *Gustavo Arja*. **O cognitivismo é um humanismo**. *Psicol. Argum.*, Curitiba, v. 25, n. 48 p. 51-64, jan./mar. 2007.

FREIRE, Paulo. **O Papel da Educação Contemporâneo, uma reflexão a partir da pedagogia da autonomia**. *Revista Dynamis*. FURB, Blumenau, v. 21, n. 2, p. 3-15, 2015. <https://bu.furb.br/dynamis/article/viewFile> acesso em:16/12/2021 as 20h.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional** [recurso eletrônico] / tradução Marcos Santarrita. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

HAGEMEYER; Regina Cely de Campos. **Dilemas e desafios da função docente na sociedade atual: os sentidos da mudança**, *Educar, Curitiba, n. 24, p. 67-85, Editora UFPR, 2004*.

LEITE, Cristina Maria Costa. **Educação no Contexto Contemporâneo Possibilidades do Lugar. Eixo Temático: Educação e Ensino de Ciências Humanas e Sociais**. São Cristóvão SE/Brasil .21 a 23 de setembro de 2011.<http://educonse.com.br> Acesso em: 15/12/2021 as 22 horas

SAMPAIO, Jäder dos Reis. **O Maslow desconhecido: uma revisão de seus principais trabalhos sobre motivação**. *Revista de Administração - RAUSP*, vol. 44, núm. 1, enero-marzo, 2009, pp. 5-16 Universidade de São Paulo São Paulo, Brasil.

SENGE, Peter. **A Quinta Disciplina, “The fifth discipline”**. New York, Doubleday, 1990.

SILVA, Marco Aurélio da. Aristeia Mariane Kayser. **O Papel da Educação Contemporânea, uma Reflexão a partir da Pedagogia da Autonomia de Pa**.

SILVA, Marco Aurélio da; **A Ação Cultural Para a Liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.149 p. 21cm (O Mundo, hoje, v. 10)
Bibliografia 1. Alfabetização. 2. Educação de adultos. 3. Educação de adultos – Teoria, métodos etc. I. Títulos. II. Série.

SILVA, Marco Aurélio da; **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 2003.

XAVIER, Antonio Carlos. **Educação, Tecnologia e Inovação: O Desafio da Aprendizagem Hiper-textualizada na Escola Contemporânea**.

Universidade Federal de Minas Gerais/ FaE/UFMG: Faculdade de Educação - **Trabalho & Educação** / n.0 (1996). Belo Horizonte: FaE/UFMG, v.23, n.1, jan./abr.2014.

VALENTE, Paula Mara Rodrigues; **Construção da Aprendizagem Reflexiva no Ensino Superior**, Manaus- AM, 2019.

UMA ANÁLISE DE GESTÃO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Arenilson Lima Moura
Aurisete Pereira da Silva Cunha
Jacilene Barbosa Gomes Pereira

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo, compreender a importância do gestor pedagógico na escola. No que se refere a metodologia empregada neste trabalho, pode-se dizer que foi a bibliográfica, utilizando-se como fontes de pesquisa artigos, revistas, sites de busca acadêmica, entre outros. Ao término deste trabalho foi possível observar que grande parte das atribuições exercidas pelo gestor pedagógico dentro da unidade escolar, tais como, resolver problemas de violência e indisciplina por parte dos alunos, não é sua função. Isso acaba ocorrendo por falta de conhecimento do próprio gestor que não está preparado, pois muitas vezes nem sabe qual é o seu papel, e a própria gestão por falta de funcionários pede para o gestor realizar tarefas que não são de sua competência e com isso acarreta novos problemas de organização pedagógica. O gestor tem como função trabalhar dentro do contexto pedagógico, organizando e coordenando as atividades junto ao corpo docente em prol de uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Gestor; Escola; Professor.

INTRODUÇÃO

O gestor tem grande importância dentro das reuniões pedagógicas, onde estará tratando dos problemas junto aos seus pares, e junto à comunidade escolar, ouvindo os problemas, e levando esses para um debate, onde são ouvidas as opiniões da comunidade e através dessas chegar a uma resolução para que os problemas que estão sendo enfrentados no dia a dia da escola sejam sanados.

Deste modo, o presente artigo tem como objetivo geral compreender a importância do gestor pedagógico na escola, bem como também a questão da aprendizagem da criança. E como objetivos específicos: Compreender as características do gestor e seus desafios; averiguar as funções do gestor pedagógico; identificar o papel do coordenador pedagógico na relação teoria e prática.

Sabe-se que o gestor pedagógico vivência e busca soluções para determinados tipos de problemas, como por exemplo, indisciplina, questões familiares, e de violência de alunos, tendo que deixar de exercer sua função pedagógica dentro da escola, tais empecilhos procedem não por eventualidade, entretanto, porque são dependentes e propiciados a aparecer, pelas próprias políticas públicas de educação, segurança e sociais.

Com isso, este artigo tem a seguinte problemática: qual a importância do gestor pedagógico na escola?

Um dos motivos que podem acarretar problemas para a coordenação é a ausência da participação dos pais nas atividades escolares, tendo em vista que uma parcela dos pais matricula seus filhos na escola, mas não acompanham o andamento do desempenho de seus filhos, deixando isso totalmente a cargo da escola, e deixando de cumprir seu papel que é de suma importância dentro de uma sociedade, o papel de família, que é a base de todo ser humano.

A ausência da participação da família na vida de uma criança acaba muitas vezes levando este a ficar sem uma identidade, sem saber quem ele é, e qual o seu papel dentro da escola e na sociedade.

Pode-se dizer ainda que o trabalho do gestor acaba sendo dificultado dentro da comunidade escolar também, muitas vezes pela própria gestão, que na maioria das vezes não delibera funções e centralizam em si todas as responsabilidades, não dando autonomia para o gestor fazer valer seu trabalho.

A escolha do presente tema se deu com a importância de se compreender as reais atividades exercidas pelo gestor pedagógico dentro da sala de aula. Sabe-se que os gestores encontram em seu cotidiano muitas dificuldades para desempenhar sua função dentro da unidade escolar: Uma das principais dificuldades é a concepção que seus pares têm a seu respeito, ao ver apenas os gestores como responsáveis por todas as demandas dentro da unidade escolar, e com isso os gestores ficam sem saber quem são ou quais são suas funções e até mesmo se sentem totalmente responsáveis pelo andamento da escola, e atribuindo somente para si a responsabilidade que é na verdade de todo o grupo escolar.

CARACTERÍSTICAS DO GESTOR E SEUS DESAFIOS

A coordenação pedagógica tem como característica o desenvolvimento de atividades de apoio pedagógico, dentro das unidades escolares, visando propiciar um bom desempenho de todos os envolvidos nas atividades pedagógicas. Portanto o gestor é de suma importância, pois irá articular as atividades e práticas pedagógica, além de estar constantemente avaliando se estas atividades estão realmente tendo êxito, e se não, encontrar os motivos ou causas dos problemas e procurar juntamente com os pares solucioná-los.

De acordo com Paulo Gomes Lima e Sandra Mendes dos Santos (2007, p. 79):

[...] muitos olhares são lançados sobre a identidade e função do gestor pedagógico na escola, não raras vezes pelos próprios pares e comunidade intra e extra-escolar caracterizando-o em modelos distintos e cobrando-lhe a determinação do sucesso da vida escolar e encaminhamentos pertinentes às problemáticas que se sucedem no cotidiano. Várias metáforas são construídas sintetizando o seu papel e função na escola com distintas rotulações ou imagens, dentre elas, a de Bom-bril (mil e uma utilidades), a de bombeiro (o responsável por apagar o fogo dos conflitos docentes e discentes), a de salvador da escola (o profissional que tem de responder pelo desempenho de professores na prática cotidiana e do aproveitamento dos alunos). Além destas metáforas, outras aparecem definindo-o como profissional que assume uma

função de gerenciamento na escola, que atende pais, alunos, professores e também se responsabiliza pela maioria das emergências que lá ocorrem, isto é, como um personagem resolve tudo e que deve responder unidirecionalmente pela vida acadêmica da escola.

O autor cita que os gestores pedagógicos passam a ser responsáveis por tudo que acontece dentro da escola, esquecendo assim que dentro de qualquer unidade de trabalho, o êxito ou o fracasso não é responsabilidade somente de um indivíduo, mas de todo o grupo. Além disso, todos os pares devem saber qual sua função dentro do grupo e buscar colaborar com os demais para o bom funcionamento da unidade.

É muito comum ver gestores chamarem o diretor para resolver problemas, ou tomar decisões que seria de sua responsabilidade. Isto ocorre na maioria das vezes, não pôr o gestor não saber o que fazer, mas sim porque a direção escolar monopoliza todas as atribuições, não seguindo os princípios da gestão democrática.

A centralização das tomadas de decisões acaba por prejudicar os trabalhos pedagógicos, pois as ideias que serão apresentadas no cotidiano não são do grupo todo, mas de poucos. Porém, dentro da escola existem várias situações que necessitam de olhares e ideias diferentes para serem solucionadas ou até mesmo usadas para o bom andamento pedagógico. Entre todas as dificuldades encontradas pelos gestores no cotidiano, a maior é na realidade a falta de sua formação inicial para o exercício desta função.

Segundo Alarcão (2008, p. 32):

Os atuais gestores de nossa rede de ensino, com raras exceções, não foram formados para tal atuação. Formaram-se professores em diversas áreas do conhecimento, participaram de processo seletivo na sua unidade de ensino e encontram-se nas escolas premidos pelas urgências do cotidiano, envolvidos em alguns projetos pedagógicos específicos ou atendendo a requisições pontuais da direção da escola.

Os gestores são escolhidos por seus pares em uma eleição e vão desempenhar suas funções, as quais na maioria das vezes ele não sabe quais são de verdade, e com isso muitas vezes acaba por deixar de realizar suas atribuições para fazer a de outros. Isso é muito comum, por exemplo, quando falta o agente de pátio o diretor geralmente pede para um dos gestores ficarem no pátio para fazer a função deste funcionário, levando com isso muitas vezes os gestores se sentirem sem importância real dentro da escola, pois vai cumprir a função de outro funcionário, e não cumpre a sua, como se esta não tivesse nenhuma importância para a escola.

A maioria dos gestores considera como maior empecilho ou seu trabalho, o tempo que gasta em tarefas burocráticas, e resolvendo problemas de indisciplina dos alunos e a falta dos professores, problemas que se potencializam mutuamente, uma vez que, quando o professor falta, há que se arrumar esquemas para a permanência dos alunos, e fazer valer e ter o dia letivo (GARRIDO, 2008).

Outro empecilho é a falta de participação dos pais e responsáveis na vida dos alunos, os quais são enviados para a escola, e geralmente só são acompanhados pelos professores e gestores, pois os pais na maioria das vezes consideram a escola e seus agentes os únicos responsáveis pela formação escolar de seus filhos. Geralmente quando os pais são solicitados a participarem de reuniões escolares, ou até mesmo em situações de indisciplina é muito comum que estes na sua grande maioria não compareçam (GARRIDO, 2008).

Para que o trabalho dos gestores seja desenvolvido em sua plenitude, é necessária a participação efetiva de toda a comunidade escolar, com cada um de seus pares fazendo sua parte, e não somente isso, mas também colaborando para ajudar a solucionar as dificuldades dos demais. Com a participação dos pais e responsáveis juntamente com os profissionais da educação nas reuniões pedagógicas, é possível que todos exponham seus anseios e ideias, e juntos cheguem a um meio de solucionar os problemas, e com isso potencializar o trabalho educacional dentro da escola.

GESTOR PEDAGÓGICO: FUNÇÕES E INTERPRETAÇÕES

Durante este curso foi possível observar quais as funções atribuídas para o gestor pedagógico sugeridas pelas literaturas e pesquisas educacionais. Além disso, também foi possível observar que algumas das práticas que são atribuídas para a função de coordenação são mitos que estão muito presentes dentro da cultura neoliberal presentes dentro da comunidade escolar, pode-se constatar também que a grande maioria dos gestores não sabe qual é sua real função que deve ser desenvolvida dentro da escola. Deste modo, Paulo Gomes Lima e Sandra Mendes dos Santos (2007) entendem a coordenação pedagógica como:

a) acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação; b) fornecer subsídios que permitam aos professores atualizarem-se e aperfeiçoarem-se constantemente em relação ao exercício profissional; c) promover reuniões, discussões e debates com a população escolar e a comunidade no sentido de melhorar sempre mais o processo educativo; d) estimular os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que aparecem (LIMA & SANTOS 2007. p. 79).

O gestor é de suma importância no acompanhamento do professor tanto na semana pedagógica, onde são traçadas as metas que serão atingidas durante o ano letivo, quanto no decorrer das aulas, onde o gestor estará acompanhando os resultados das aulas e analisando se esses estão dentro do esperado, e se não, ele estará juntamente com esse professor buscando identificar e sanar os problemas para que se tenha um bom resultado.

Outra função do gestor pedagógico é subsidiar os professores dentro da formação continuada a estarem se atualizando, e com isso inovando e buscando superar os desafios que surgem no cotidiano escolar (NOGUEIRA, 2008).

Além disso, o gestor pode estar desenvolvendo ações em conjunto com o corpo docente para solucionar problemas que surgem dentro da escola, tais como a indisciplina, excesso de faltas dos alunos e até mesmo problemas de dificuldade no processo de ensino e aprendizagem. No decorrer desta especialização, foram abordados dois temas que tem tido grande repercussão na mídia e também na grande maioria das escolas brasileiras tanto públicas quanto privadas: A indisciplina em sala de aula e a violência escolar (NOGUEIRA, 2008).

Esses têm sido grandes problemas enfrentados por professores, gestores, diretores e até mesmo para a maioria dos estudantes. A indisciplina em sala de aula teve grande aumento nos últimos anos, principalmente nas escolas públicas brasileiras. A respeito disso, Celso dos S. Vasconcellos (1997) enfatiza que:

Existem algumas reclamações por parte dos professores, reclamações essas que estão relacionadas a falta de interesse dos alunos, a falta de respeito nas relações humanas. Atualmente observamos várias mudanças no cenário educacional, uma delas é o avanço e o acesso tecnológico que a cada dia está mais presente em nosso cotidiano.

Nesse sentido é necessário que os professores se modernizem e não se limitem apenas ao uso do quadro e giz. Outro ponto muito importante em relação à indisciplina é a falta de acompanhamento dos pais no dia a dia dos alunos e quando acontece esse acompanhamento os pais muitas vezes se deparam com situações que não sabem nem como proceder.

É interessante ressaltar aqui que essa falta de procedimentos não surge apenas com famílias carentes, mas sim com toda estrutura de sociedade. Essa indisciplina tem causado grande desconforto e desânimo tanto nos profissionais da educação que se sentem impotentes frente esse problema quanto na maioria dos estudantes que vão para a escola em busca de novos conhecimentos, e acabam encontrando pessoas que vão à escola não com o objetivo de estudar, mas somente para atrapalhar as aulas e praticarem atos ilícitos (NOGUEIRA, 2008).

A violência escolar tem tido também grande aumento nas últimas décadas, e além disso tem tido grande repercussão nos meios de comunicação, o que pode acabar levando a banalização da violência dentro da escola e da sociedade. É comum vermos nos jornais televisivos e escritos notícias onde é mostrado alunos se agredindo dentro das escolas ou em seus arredores e na grande maioria das vezes essas agressões ocorrem por motivos banais, e podem levar à morte. A respeito disso Aída Maria Monteiro Silvia enfatiza:

Neste quadro, merece destacar que boa parte da população brasileira que sofreu alguma forma de agressão parece desconhecer as formas, os mecanismos de reparação ou encarar com descrédito as instituições públicas. A maioria não procura a justiça para reclamar a violação de seus direitos. Pesquisa recente, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE mostra que metade da população pesquisada que declarou ter-se envolvido em algum conflito afirmou não ter ido à justiça, e que mais de 50% dentre essas pessoas afirmaram fazer justiça "por conta própria",

o que de certa forma reforça a necessidade dessas pessoas de resolver seus problemas de modo individual e privado. Esta forma de tentar resolver ou reparar violações não contribui para o avanço da democracia, uma vez que são priorizados não os mecanismos de atendimento público, mas aqueles que atendem a parte da população (SILVIA, 2018, p.02).

O aumento da violência e da indisciplina escolar acaba por aumentar os casos de desistência e de repetência, pois na grande maioria dos estudantes de escolas públicas a escola é vista como um meio de ascensão social, que os possibilitará ter uma profissão melhor remunerada e com isso condições de vida melhor. Porém ao encontrarem uma escola com muita indisciplina e violência, o estudante acaba por se desmotivar em decorrência da situação da escola, que não supre suas necessidades sociais e pessoais (GARRIDO, 2008).

Dentro deste aspecto o gestor pedagógico tem um grande desafio a ser superado, pois ele terá que buscar junto aos profissionais da educação e a comunidade escolar meios de resolver tais problemas, analisando e encontrando o motivo destes, o que poderá possibilitar resolver estes problemas.

Com relação ao PPP (Projeto Político Pedagógico) pode-se dizer que ele é de suma importância para que a escola desenvolva suas atividades com qualidade e eficiência, pois é nele que estarão todas as metas a serem atingidas e os caminhos para serem trilhados. Esse projeto tem que ser desenvolvido pela comunidade escolar, intermediado pela coordenação pedagógica que irá buscar junto aos pares os problemas e os anseios da comunidade escolar, e com isso o desenvolver. O PPP não deve ser algo imutável, pronto e acabado, mas sim aberto a mudanças, pois podem surgir situações que no momento de seu desenvolvimento não existiam. A respeito disso Selma Garrido Pimenta (2018, p. 21) enfatiza:

O projeto político-pedagógico resulta da construção coletiva dos atores da Educação Escolar. Ele é a tradução que a Escola faz de suas finalidades, a partir das necessidades que lhe estão colocadas, com o pessoal professores/alunos/equipe pedagógica/pais e com os recursos de que dispõe. Esses elementos todos são mutáveis, modificam-se de ano para ano, no mesmo ano; de Escola para Escola, na mesma Escola. Por isso, o projeto não está pronto, mas em construção. Nele, a equipe vai depurando, explicitando, detalhando a inserção dessa Escola na transformação social.

O gestor pedagógico estará constantemente avaliando as atividades escolares, e constatando juntamente com a comunidade escolar se as metas traçadas dentro do PPP estão sendo alcançadas, e se não, identificando os motivos e buscando meios de os superar. Com uma constante avaliação das atividades pedagógicas e identificação dos problemas que a escola está passando é possível se chegarem a uma educação de qualidade, que por sua vez estará formando cidadãos preparados para viverem em sociedade.

A coletividade dentro do trabalho pedagógico é de grande importância para a eficácia do ensino, pois com o envolvimento de toda a comunidade escolar e comprometimento de todos os

membros dessa comunidade em realizarem suas atribuições nada deixará de ser realizado. Com essa coletividade o estudante estará se tornando um cidadão desde sua casa onde seus pais o estão educando, construindo a base do ser humano e o preparando para receber a educação escolar. Com isso esse aluno passa a se tornar um cidadão que sabe qual o seu lugar na sociedade, passando de um mero coadjuvante da sociedade à um ser transformador. A respeito disso Selma Garrido Pimenta ressalta que:

O resultado que a Escola pretende - contribuir para o processo de humanização do aluno-cidadão consciente de si no mundo, capaz de ler e interpretar o mundo no qual está e nele inserir-se criticamente para transformá-lo - não se consegue pelo trabalho parcelado e fragmentado da equipe escolar - à semelhança da produção de um carro, onde um grupo de operários aperta, cada um, um parafuso, sempre da mesma maneira, conforme o que foi concluído fora da linha de montagem -, mas sim com o trabalho coletivo. Neste há a contribuição de todos no todo e de todos no de cada um. A especialização de um não é somada à especialização de outro, mas ela colabora com e se nutre da especialização do outro, visando a e por causa de finalidades comuns (PIMENTA, 2018, p.03).

Com essa participação coletiva da comunidade escolar, será possível realmente se ter uma gestão democrática, e com isso ter uma escola voltada a suprir as necessidades da comunidade escolar, tendo uma educação significativa para os estudantes, educação essa que será levada e usada em sua vida social e pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho foi possível observar que grande parte das atribuições exercidas pelo gestor pedagógico dentro da unidade escolar, tais como, resolver problemas de violência e indisciplina por parte dos alunos, não é sua função.

Isso acaba ocorrendo por falta de conhecimento do próprio gestor que não está preparado, pois muitas vezes nem sabe qual é o seu papel, e a própria gestão por falta de funcionários pede para o gestor realizar tarefas que não são de sua competência e com isso acarreta novos problemas de organização pedagógica.

O gestor tem como função trabalhar dentro do contexto pedagógico, organizando e coordenando as atividades junto ao corpo docente em prol de uma educação de qualidade.

Portanto neste trabalho buscou-se apresentar alguns pontos que permeiam a vida profissional dos gestores pedagógicos e espera-se que este possa contribuir para que a função de gestor pedagógica possa ser melhor entendida.

Após o começo deste curso comecei a observar que minha prática está sendo modificada e acredito que todos os profissionais da educação deveriam procurar mais teorias para que suas práticas

sejam reformuladas ou pelo menos para que estes profissionais possam ter vários olhares sobre a sua ação para a formação do cidadão.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. **A Formação do Professor Reflexivo**. In: ALARCÃO, I. Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARRIDO, E. **Espaço de Formação Continuada para o Professor-Gestor**. In: BRUNO, E. B. G., ALMEIDA, L. R., CHRISTOV, L. H. S. (orgs.) O gestor pedagógico e a formação docente. 9ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LIMA, Paulo Gomes; SANTOS, Sandra Mendes dos. O Gestor Pedagógico na Educação Básica: Desafios e Perspectivas. Revista Educere et Educare. Vol. 02. N°04. 2007. P. 79.

NOGUEIRA, V.S. **O Papel do gestor pedagógico**. Colunista Brasil Escola. 2008. Disponível em: <http://pedagogia.brasilecola.com/trabalho-docente/o-papel-gestor-pedagogico.htm>. Acessado em: 20 de abril 2014.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidades de ensino**. SÃO PAULO: ÁTICA, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido. **Questões Sobre a Organização do Trabalho na Escola**. Disponível em: <http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/ufmt/mod/data/view.php?id=1762>. Acesso em: 05 ago. 2022.

SILVIA, Aída Maria Monteiro. **A Violência na Escola: Percepção dos Alunos e Professores**. Disponível em: <http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/ufmt/mod/data/view.php?id=1762> Acesso em: 05 ago. 2022.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Os Desafios da Indisciplina em Sala de Aula e na Escola**. Disponível em: <http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/ufmt/mod/data/view.php?id=1762>. Acesso em: 05 ago. 2022.

INTERVALO ESCOLAR: UM DIÁLOGO SOLIPSISMO OU DIALÉTICO ENTRE O LAZER E O RISCO DA COVID 19

Samuel de Vasconcelos Sales

RESUMO

Buscamos compreender como foi a construção social do intervalo escolar praticado na Escola Municipal Irmão Damião com a volta das aulas presenciais. Fundamentamos a pesquisa á luz da pedagogia freiriana que coloca a comunicabilidade dialética e o engajamento social como um fator primordial para a transformação social do homem e da sociedade. A pesquisa é o Estudo do Caso, na modalidade qualitativa e quantitativa para analisar também o nível de entendimento sobre o papel social do intervalo entre os professores, o nível de satisfação dos alunos sobre a blocagem do intervalo em 4 momentos distintos, e por fim, se os objetivos propostos com a redistribuição do intervalo alcançaram os objetivos primários.

Palavras-chave: Intervalo Escolar; Comunicabilidade dialética; Covid 19.

INTRODUÇÃO

O artigo “Intervalo Escolar: um diálogo solipsismo ou dialético entre o lazer e o risco da Covid 19”, é fruto do Estudo de Caso do Intervalo Escolar praticado na Escola Municipal Irmão Damião localizada no município de Lagoa Seca-PB. Diante da volta às aulas presenciais depois das duas ondas da COVID no País, a escola organizou no início do ano letivo de 2022 o intervalo escolar para evitar inicialmente as aglomerações e a disseminação da Covid 19, como também ofertar este importante espaço de descanso pedagógico tão necessário de interação e lazer para os educandos. Como a escola conta com uma infraestrutura bem precária com a inexistência de pátio, má circulação e ventilação nos corredores, o intervalo foi organizado em quatro blocos para atender aos quase 600 alunos no turno matutino e 400 no vespertino.

O objetivo de nosso estudo, foi inicialmente estudar como este intervalo foi construído, se houve uma construção com a participação da comunidade escolar caracterizando uma comunicação dialética que atenda aos interesses da comunidade escolar, ou se o mesmo foi construído na solidão de algumas cabeças pensantes que aqui intitulamos de “trio gestor”, caracterizando um diálogo solipsismo. Buscamos também analisar a compreensão do nível de entendimento sobre o intervalo escolar entre os professores; o nível de satisfação dos alunos quanto a divisão do intervalo; por último, buscamos analisar se o intervalo praticado estava atingindo seus objetivos primários. Para atender a nossa aventura investigativa, o método utilizado foi o “Estudo do Caso”, analisando de forma qualitativa e quantitativa os dados coletados pelas impressões nas visitas presenciais à escola, nas entrevistas e questionários aplicados aos públicos de alunos, professores e gestão escolar à luz da pedagogia freiriana que faz um recorte a comunicabilidade dialética e libertária do homem no mundo e do seu papel

social transformador na história. O artigo foi estruturado com o primeiro capítulo para a fundamentação teórica da comunicabilidade dialética de Paulo Freire que trata o homem como ser social, histórico e transformador da realidade, no segundo capítulo, a metodologia ou caminhos da pesquisa para alcançar os objetivos propostos no projeto de pesquisa e no terceiro capítulo, as discussões e resultados da pesquisa.

DISCUSSÃO TEÓRICA

O artigo “Intervalo: entre o lazer e o risco da COVID” é fruto do Estudo de Caso do Intervalo Escolar praticado na Escola Irmão Damião, escola esta que trabalha com as séries finais do ensino fundamental com o ensino regular e na modalidade EJA. O público atendido é de aproximadamente mil alunos nos turnos manhã e tarde, cinquenta e oito professores, vinte profissionais de apoio e um trio gestor composto pela direção e vice, orientação educacional e supervisão escolar. Esta unidade educacional voltou com as aulas presenciais com 100% dos alunos, e para evitar as aglomerações e a disseminação da COVID 19 vem praticando um intervalo estruturado em quatro blocos distintos. A partir das oito e trinta minutos e quatorze e trinta minutos respectivamente nos turnos manhã e tarde, a cada quinze minutos a começar pelos 6º anos até os 9º anos e EJA. Nosso problema aqui é investigar se este intervalo praticado foi capaz de evitar as aglomerações e a disseminação da COVID 19. De acordo com a organização mundial da saúde e política de muitos países, mesmo com o avanço da vacinação, isto só será alcançado caso permaneçamos com os cuidados de higiene, uso de álcool em gel, evitando as aglomerações e fazendo um monitoramento ou rastreio dos possíveis casos positivos, só assim seremos capazes de tal empreitada.

Paralelo à esta política, é fundamental investigar como se deu a construção do intervalo escolar, se o mesmo foi construído escutando os atores da comunidade escolar e chamando todos para dentro do debate e das responsabilidades dessa grande tarefa. Para tal tarefa, tomamos como norte a visão freiriana no livro: “Extensão ou comunicação”? Que trata o homem como ser social, histórico e transformador da realidade. A proposta do intervalo foi solipsismo? Ou dialética solidária?

Paulo Freire (2001 p. 62) já citava em seus estudos sobre reforma agrária sobre a mudança de percepção para buscar transformação social, ou seja, a estrutura vertical, que é histórica e cultural precisa ser contestada criticamente, não só intelectualmente, mas sim na práxis verdadeira, que demanda ação constante sobre a realidade e a reflexão sobre esta ação. Pensar na estruturação de um intervalo com a comunidade escolar é o melhor caminho para se conceber uma educação transformadora e libertária.

Construir uma organização escolar onde se exclui a comunicabilidade dialética e solidária, é reduzir ao pensamento solipsismo, quando se pretende que somente eu existo e que sua consciência alcança tudo. É negar o homem como presença no mundo e seu papel social na história.

Para isto, buscamos analisar a compreensão do nível de entendimento do papel social e pedagógico desse período de parada, recuperação e interação social dos alunos, como também o nível de satisfação dos alunos quanto a divisão do intervalo, e se o mesmo estava atingindo seus objetivos primários.

CAMINHOS PARA A PESQUISA

Para subsidiar nossa pesquisa utilizamos os textos, artigos, slides e a vídeo aula ministrada pela professora Dra. Elisângela Araújo Silva da disciplina: Seminário de Interfaces entre Sociologia, Linguagem e Política pelo Instituto Antropos Educacional. Além de outros textos que nos subsidiaram na elaboração e produção do projeto e artigo em questão.

A metodologia utilizada é o *Estudo de Caso*, será de *cunho qualitativo*, embora seja necessário fazer um levantamento estatístico para analisar qualitativamente. Este tipo de pesquisa busca uma compreensão extensiva e com mais objetividade e validade conceitual, do que propriamente estatística, acerca da visão de mundo de setores populares. Interessa ainda as perspectivas que apontem para um projeto de civilização identificado com a história desses grupos, mas também fruto de sonhos e utopias. (ROCHA,2008).

A pesquisa foi aplicada com três grupos distintos: O trio gestor, os docentes e os alunos, através de questionários específicos para cada público. Para complementar os dados dos conteúdos subjetivos coletados, fizemos visitas à escola para atestar os relatos e a práxis do intervalo praticado na escola e dos documentos que subsidiam as medidas administrativas da blocagem do intervalo.

A análise dos dados será feita a partir dos seguintes materiais coletados: questionários estruturados, documentos normativos se existir, relatos, e das fontes que ajudarão na montagem do estudo de caso. Resumidamente, esse estudo será realizado em três etapas: convite para escola participar da pesquisa e coleta de dados e informações pelos questionários. Visitas na escola e observação direta do intervalo e na análise dessas situações. Ao final do desenvolvimento desse projeto, serão gerados dados e discussões teóricas “artigo” que contribuirão para a compreensão de aspectos do desenvolvimento do processo construtivo de um intervalo estruturado e significativo, não só para gestão escolar, mas para todos os atores educacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O intervalo foi estruturado em quatro momentos distintos. A cada quinze minutos a partir das quinze horas um bloco de turmas saem para o intervalo, a começar pelos 6º anos até os 9º anos e EJA que encerram o intervalo.

Para melhor atender essa demanda, dividimos os horários em 4 intervalos, pensando na não aglomeração dos alunos e no melhor supervisionamento dos mesmos. Sendo assim, a cada 15 minutos revezamos as turmas para troca de intervalos, a partir do horário estipulado.

Na fala da gestora escolar, ela afirma, no plural, que dividimos os horários em quatro momentos. Mas não afirma quem foram os atores da proposta. Acredito que o trio gestor.

O primeiro ponto em comum que precisa ser destacado é que o intervalo praticado na escola não foi pensado coletivamente com todos os setores populares da escola, ou seja, como a comunidade escolar. No questionário dos professores, onde 100% dos entrevistados responderam que não participaram da construção do intervalo praticado atualmente na escola. O mesmo é uma reprodução do praticado no ano passado entre os meses de outubro e dezembro com o retorno das aulas presenciais de 50% nas bolhas A e B.

Sobre os objetivos pelos quais o intervalo foi estruturado, não podemos precisar se os objetivos foram totalmente alcançados, porque durante a pesquisa não foram feitos exames sorológicos dos alunos na escola, até mesmo daqueles que apresentaram atestados com SID que se relacionam com síndrome gripais, febres e dores de cabeça.

Nas observações sobre o intervalo, a média de alunos por bloco de intervalo era entre 100 e 120 alunos. Outro ponto que precisa ser levantado é que os quinze minutos de intervalo são insuficientes para hora do lanche e do tempo livre para as interações. O pouco tempo causa alvoroço, os alunos se apertam na fila para pegar sua merenda e não mantém o distanciamento social idealizado na proposta. Observamos as mesas, onde deveriam ficar apenas quatro alunos, mas que no modelo citado, temos em torno de dez ou mais alunos, em cada mesa, sem falar que todos ficam sem máscaras, mesmo com a equipe de apoio orientando. O ideal seria que a merenda fosse distribuída por turmas e que os alunos merendassem na sala de aula e respeitando o distanciamento social, e que os quinze minutos destinados ao intervalo, fossem apenas para o tempo livre e para a interação e lazer, e não para merendar.

Vamos observar o relato de uma aluna onde ela coloca nas entrelinhas que o tempo de intervalo é insuficiente para as duas coisas:

“Cada turma tem seu horário de intervalo só que uma coisa que não está me agradando é que os 8º anos demoram muito pra entrar na sala depois que o intervalo deles acaba, isso acaba atrasando nosso intervalo dos 9º anos.”

Os docentes e a gestão escolar têm a plena convicção que o intervalo tem uma função social e pedagógica. Socialmente na tarefa de interação entre os alunos da mesma turma como de outras turmas. Pedagogicamente, um período de recuperação e alívio das tensões nas aulas e deixá-los mais

relaxados para o segundo período das aulas depois do intervalo. Acompanhemos no quadro abaixo os relatos dos docentes:

É no momento do intervalo que os alunos podem se relacionar com aqueles a quem tem mais afinidades, ou mesmo com os que não compartilham as mesmas ideias, é nesse momento que é possível interagir com grupos de série diferentes e buscar se inserir.
O intervalo é um tempo dos alunos se socializarem entre si. Conhecer novos amigos e ter um tempo para descansar um pouco a mente.
A função social do intervalo consiste na socialização entre os educandos, como momento de descansar das atividades em classe e estabelecer contatos amigáveis entre alunos.
A função social do intervalo é permitir aos educandos a oportunidade de socializarem com sua turma e com demais turmas da escola. Além de ser o momento da tão esperada merenda (Sabemos que muitos não comem antes de saírem de casa e a merenda é sua primeira refeição do dia)
Deve-se ter mais estrutura como espaço, para os alunos lanchar melhor, e poderem ter mais interação com as demais turmas.
O intervalo é o momento mais esperado não só pelo aluno, mas sobretudo, pelo professor, pois é a hora que todos relaxam um pouco, pode conversar com os colegas, de alguma forma ajuda a refrescar a mente para melhor assimilar o que vai ser ensinado e aprendido nas últimas aulas.
O intervalo é um momento de socialização e também um espaço de ludicidade. Por isso creio que é de suma importância que se valorize esse espaço com um ambiente apropriado e com um tempo mais adequado. Infelizmente o intervalo ainda é visto por muitas escolas apenas como um momento de merendar.

Perguntamos no questionário ao trio gestor se os mesmos estavam satisfeitos com o tempo pedagógico do intervalo e se tinham pensado mudanças para o mesmo. A resposta foi que estão satisfeitos sim com a estrutura do intervalo e que mediante o controle da pandemia e com os novos decretos, iriam adaptar os horários do intervalo.

Perguntamos aos professores se o intervalo praticado na escola atende as necessidades dos alunos e aos protocolos sanitários para evitar a disseminação da COVID, e 28,57% responderam que atendiam sim, mas pontuaram apenas que os quatro blocos de intervalo evitavam as aglomerações. Enquanto que 71,42% responderam que não atendiam, devido principalmente às condições físicas, salas pequenas e lotadas, sem ventilação, e que o distanciamento social é impraticável e o uso de máscaras é relaxado em função do lanche e das aglomerações que o mesmo provoca.

Durante a pesquisa saíram dois decretos municipais, que flexibilizaram o uso de máscaras em ambientes fechados. O primeiro, que o uso de máscaras não era mais obrigatório e sim facultativo. A escola continuou orientando que os alunos deveriam usar máscaras no interior da escola. Quem não estivesse de máscara levava um sermão, recebia uma máscara descartável e adentrava na unidade escolar. Alguns dias, os horários do intervalo foram modificados de quatro para dois intervalos, 6º e 7º anos no primeiro momento, e 8º, 9º e EJA, no segundo intervalo. Acredito que tal mudança seja devido ao último decreto. No segundo decreto, manteve a facultatividade do uso de máscaras, mas

recomendou que os portadores de doenças imunossuprimidos usassem as máscaras nos ambientes fechados, já que os mesmos fazem parte do grupo de risco de desenvolver o quadro grave da COVID.

Neste momento, o uso de máscaras não foi mais obrigatório, e poucos alunos utilizavam máscaras no interior da escola. Alguns dias os horários do intervalo foram ampliados para o maior número de alunos, e reduzido de quatro para dois intervalos para se ver na prática com funcionária. Após os testes, o mesmo foi mantido até a presente data. Esperamos que o este novo decreto, e com a sensação de relaxamento, a comunidade escolar entenda que a Pandemia não acabou e que devem manter as medidas sanitárias par evitar a disseminação da COVID, mesmo sem testagem em massa que comprove que tais medidas tenham cumprido sua tarefa inicial pelo plano de retomada às aulas presenciais.

Esperamos, que estas reflexões através das escutas de diversos atores da comunidade escolar tenham contribuído para um saber coletivo, dialético e solidário, e que a comunicabilidade e debate dos temas relevantes deste educandário fuja cada vez mais do pensamento solipsismo, e que o trio gestor amplie a participação aos demais segmentos da comunidade escolar, e que esta unidade escolar saiba não só confirmar, e ou, ressignificar o seu intervalo, tenham as condições de refletir sobre a organização e do tempo pedagogicamente necessário para se promover as aprendizagens, e que estes sejam capazes de gerar outros debates vinculados à estrutura organizacional da escola.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Sobre arte, técnica, linguagem e política**. Tradução de Maria Luz Moita, relógio D'água editores, Lisboa, 1992.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra. 2001.

LOPES, Maria Immacolate Vassalo de. **Pesquisa em comunicação**. 7ª ed. São Paulo: Loyola, 2003.

ROCHA, José Cláudio. **A Reinvenção Solidária e Participativa da Universidade: Um Estudo sobre Redes de Extensão Universitária**. EDUNEB: Salvador, 2008.

ROGER, Chartier. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Rio de Janeiro. 2002.

MULHERES: DESAFIOS E CONQUISTAS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Nivanira Ferreira da Costa
Nivanete Ferreira da Costa

RESUMO

Esta pesquisa analisa o papel da mulher na sociedade, principalmente na área da Ciência e Tecnologia, uma vez que ambas estão interligadas aos conhecimentos científicos. Com o intuito de demonstrar o contexto histórico da mulher na busca incessante de sua representatividade, abordaremos a seguinte temática: Mulheres: Desafios e Conquistas em Ciência e Tecnologia, que busca a verificação dos desafios que as mulheres enfrentam em seu cotidiano, em uma sociedade tão desigual. A pesquisa visa analisar o contexto familiar e profissional em que a mulher está inserida, os recursos e oportunidades que possuem para o seu desenvolvimento intelectual. Diante desse contexto, esta pesquisa tem como relevância, resgatar a historicidade das mulheres, que lutam por igualdade e respeito, quer seja no ambiente familiar ou profissional. Portanto, essa pesquisa visa conhecer a história da mulher, que almeja conquistar seu espaço com dignidade, em uma sociedade preconceituosa, onde enfrenta inúmeros desafios, mas mesmo assim, conseguem vencê-los com determinação.

Palavras-chave: Mulheres; Ciência; Tecnologia.

INTRODUÇÃO

A mulher tem um papel crucial na nossa sociedade, sua atuação sempre consistia em zelar pelo bem-estar dos seus pais, após casada cuidava do esposo e conseqüentemente dos filhos. Além disso, atribuíam-lhe os afazeres domésticos e a educação da prole, dessa forma se dedicava exclusivamente a cuidar da família e do lar.

Esse tipo de pensamento perpassa até atualmente, onde enfrenta todo tipo de desafios, principalmente em se tratando de respeito, igualdade e oportunidades, que na maioria das vezes era inexistente em determinada sociedade.

Diante desses inúmeros desafios, podemos observar no decorrer da história que a mulher vem se destacando no cenário mundial, embora de forma limitada, mas está traçando sua trajetória de conquistas de forma autêntica.

Essas conquistas foram ocorrendo gradativamente, mas foram eficazes para o despertar feminino. A mulher passou e tem passado por inúmeros desafios, uma vez que, era vista como cuidadora da casa e da educação dos filhos, ou seja, a responsabilidade pelo bem-estar da família era incumbida-lhe, que exercia múltiplas tarefas.

Mas, o que constatamos durante todo o seu percurso é que a mulher nem sempre aceitou passivamente essa tarefa tão árdua. Começou a buscar e a querer mais do que era concedido ou permitido

a ela. Por esse querer mais, a mulher foi conquistando o seu espaço fora do ambiente familiar, ganhando visibilidade no mercado de trabalho.

Vale ressaltar que a mesma demonstrou capacidade de exercer qualquer profissão, podendo cuidar da família e ser profissional em simultâneo. Mas, infelizmente as mulheres, são muitas vezes desvalorizadas, acarretando preconceito que geram vários fatores, tais como: a falta de políticas de incentivo, à renda inferior, desigualdades, falta de oportunidades e acima de tudo, os fenômenos sociais que a cultura machista impõe, causando a desvalorização da mesma.

Portanto, a mulher deve romper esses paradigmas, de que é um ser frágil, pelo contrário já demonstrou inúmeras vezes, capaz de ser tão profissional quanto o homem. A sua atuação está conquistando respeito e valorização na área que atua. Mas, sabemos que a luta é grande para romper os preconceitos que a sociedade machista persiste em afirmar, que não consegue ser tão atuante quanto o homem.

DESENVOLVIMENTO

A história da mulher é movida por lutas, por igualdade, respeito e valorização. Essas lutas muitas vezes são marcadas pela violência, pela intolerância, pela ignorância ou simplesmente pelo machismo. A violência contra a mulher é bem visível, começa pelo lar e perpassa na sua vida profissional, podemos constatar tal fato na família, onde é muitas vezes agredida fisicamente, moralmente e psicologicamente.

Quando a mulher consegue, estudar e exercer uma profissão, ela se depara com outra realidade: a falta de empatia, surgindo a desvalorização profissional. Diante desse contexto, a mulher trava uma batalha árdua no que tange a aprovação de sua capacidade de ter o direito de exercer a profissão que escolheu.

Em se tratando desta questão, a mulher por mais que faça o mesmo trabalho que o homem, sempre terá um salário inferior. De acordo com Perrot (1998, p. 177), “Essa exclusão das mulheres pouco condiz com a Declaração dos direitos do homem, que proclama a igualdade entre os indivíduos”.

Essa igualdade faz-se necessária na nossa realidade como uma expressão verdadeira, que possibilite à mulher uma vida plena, sem medo do outro de ser coagida, quer seja em seu lar ou no meio profissional.

Todavia, a exclusão que a mulher sofre traz sérias consequências, para o seu desenvolvimento cognitivo, causando traumas que persistiram pela vida toda, isto afetarà à sua maneira de pensar e conceber dada realidade.

Em se tratando da sua inserção no mercado de trabalho, a mulher na maioria das vezes se sente insegura, mesmo que tenha uma excelente formação na área, sempre é questionada da sua competência.

Podemos verificar que no mercado de trabalho a mulher precisa estar constantemente provando ser tão capaz quanto o homem. No que lhe concerne os homens colocam, dificuldades, pois muitas das vezes não conseguem ser liderados por uma mulher.

Podemos constatar isso também, na falta de políticas de incentivo voltadas para fomentar o ingresso a uma carreira científica. Vale mencionar que, quando tais oportunidades acontecem, a mulher trava outra batalha para conseguir uma vaga e atuar na área de pesquisa. Como nos afirma Soares (2001, p.281-282):

Duas perspectivas diferentes têm sido propostas para explicar as causas da representação desproporcional de mulheres em C&T. Uma delas atribui o problema a diferenças biológicas, cognitivas ou de socialização entre os dois sexos. Os argumentos mais comuns em favor desta hipótese são que mulheres não possuem controle emocional para suportar as pressões frequentes em cargos de comando, que mulheres não tomam decisões objetivas e são socialmente educadas para serem “protegidas” e desta forma não adquirem a “agressividade” necessária para competir. Uma segunda perspectiva propõe que os padrões institucionais determinam as escolhas individuais, que mantêm e reforçam ciclicamente estes mesmos padrões. Em outras palavras, a estrutura das organizações não propicia o sucesso profissional do sexo feminino.

Diante dessa realidade, as mulheres têm vários outros desafios, atribuídos no decorrer de sua trajetória profissional. Só o fato de ser mulher já é pesado em um mundo machista, onde o pensar do outro consiste em vê-la como um objeto e não como um ser humano dotado de sentimentos e capacidades.

A falta de empatia, torna o mundo da mulher um lugar cheio de obstáculos, desafios que tornam um fardo pesado, que diariamente precisa tomar decisões que demonstrem a sua capacidade de liderança.

Essa concepção errônea, que o homem traz consigo, torna árduo o dia a dia da mulher. Em seu lar, muitas vezes, não é compreendida, respeitada e valorizada. Nesse ambiente a mulher será vista, como um ser incapaz que não tem autonomia, para fazer suas escolhas na vida e conseqüentemente não se tornará a protagonista de sua história. Como afirma Ferreira et al. (2008, p. 141):

Aqui não se trata apenas das novas sociabilidades diferenciadas com que as mulheres se articularam e puderam escapar das redes do poder em várias épocas, transgredindo os códigos sociais impostos, burlando as normas e questionando a estrutura do poder patriarcal. Também não se tratam apenas das inúmeras estratégias. Informais de sobrevivência com que driblaram as dificuldades econômicas, os impedimentos paternos, as imposições familiares do matrimônio e da maternidade as condenações do adultério ou do aborto [...].

Essa realidade, consiste infelizmente até atualmente, mas percebemos também que mesmo persistindo tal situação, as mulheres têm conquistado o seu espaço, principalmente na sua forma de pensar e conceber o mundo ao qual está inserida.

Saber desenvolver estratégias para burlar, driblar determinada situação preconceituosa, foi um fator decisivo para a mulher conquistar o seu espaço na sociedade. Porém, vale ressaltar, que essa luta se deu a partir do momento que este ser considerado frágil, se impôs aos caprichos dos pais e dos maridos, dizendo ‘Não’, ao domínio patriarcal.

Ao longo da história das lutas das mulheres, podemos constatar que mesmo perante os desafios, a mulher se impôs a batalhar para vencê-los, ela não aceitou pacificamente tal situação. Pelo contrário, a mulher conseguiu romper paradigmas, foi ousada e determinada em diversas situações as quais foram impostas a ela. Conforme Cardoso e Vainfas (1997, p. 278), ressaltam:

Até a década de 1970, muito se discutiu acerca da Passividade da mulher, frente à sua opressão, ou da sua reação apenas como resposta às restrições de uma sociedade patriarcal. Em oposição à história “miserabilista” na qual se sucedem “mulheres espancadas, enganadas, humilhadas, violentadas, sub-remuneradas, abandonadas, loucas e enfermas...” emerge a mulher rebelde. Viva e ativa, sempre tramando, imaginando mil astúcias para burlar as proibições, a fim de atingir os seus propósitos.

Sua capacidade de lutar pelos seus objetivos é impressionante. Como um ser considerado tão frágil conseguiu se impor às tantas adversidades?

Simplesmente porque houve uma necessidade de uma mudança, transformação, naquele contexto tão hostil que a mulher na maioria das vezes era obrigada a viver. A sua revolta revisitou, uma coragem que antes não conhecia, porque era dominada e o medo era constante.

Ao perceber a força interior que tinha buscou se libertar, primeiramente da submissão e da aceitação, muitas das vezes em um ambiente tão hostil. Mas no decorrer da história podemos constatar que, essa ‘rebeldia’, assim era conhecida, custou-lhe a vida.

Por esses feitos, temos que valorizar todas as mulheres, independentemente de sua classe social, origem, crença, costume ou tradições, são todas mulheres que precisam e devem ser respeitadas.

Atualmente devemos desenvolver a empatia, por tudo que as mulheres já passaram, seus desafios, suas conquistas, são merecedoras de respeito, nada mais de discriminação é hora de equidade. Segundo a revista amazonense de história (2002, p.71):

A produção historiográfica brasileira sobre as mulheres desenvolvidas nos últimos 20 anos apresenta variadas abordagens, que analisam aspectos diferenciados da questão, tendo-se procurado resgatar as múltiplas estratégias e resistências criadas e recriadas pelas mulheres no cotidiano, bem como sua capacidade de explorar as

inconsistências ou incoerências dos sistemas sociais e políticos para encontrar brechas através das quais pudessem se expressar ou, ao menos, sobreviver.

Somente agindo assim, teremos uma sociedade com menos violência contra a mulher, mais tolerância, menos discriminação e agressão. Para isso ser possível, temos que repensar nossas atitudes, nossas práticas, nossa concepção de mundo, das coisas, dos nossos valores, do que acreditamos ser certo ou errado e acima de tudo se faz necessário haver mudanças.

Para que essas mudanças possam acontecer, precisamos desenvolver o altruísmo em nossas vidas, somente assim deixaremos de ser preconceituosos e conseqüentemente as nossas ações serão condizentes com uma sociedade igualitária que tanto almejamos ou pregamos.

O ser humano em geral, precisa mudar, encontrar o seu eu, a sua paz interior, perceber que o outro é digno de respeito, de cuidado, de atenção, o querer bem, ou seja, um cuidando do outro, isto é altruísmo.

Mas, o que presenciamos no dia a dia, são mulheres vitimadas de várias formas, quer seja pela violência sexual, violência física, violência moral e violência psicológica, que estão impregnadas dentro de uma sociedade tão excludente.

Essas violências são vivenciadas pelas mulheres diariamente, praticadas na família ou fora dela, nas ruas, nos locais de trabalhos, dentre outros. Todavia, essa realidade traz consigo muita dor, humilhação e, em simultâneo, a desvalorização.

A mulher é vista como um ser inferior, por isso, não sabe (segundo a visão machista), dirigir bem, liderar, exercer uma profissão e seu lugar segundo o universo masculino era apenas para ser mãe, educar os filhos, cuidar do marido e dos afazeres domésticos.

Por séculos esse era o papel que os homens incumbiam as mulheres e infelizmente ainda persistem em algumas culturas. Conforme nos afirma Schenberg (2010, p.93 e 94):

A mulher branca era, em geral, vista apenas como geradora de herdeiros. Não possuía voz ativa. [...]. O casamento da filha era uma decisão paterna e, em geral, ela se casava com um parente próximo. A submissão da mulher passava do pai para o marido. A outra alternativa era o convento.

Portanto, acreditamos que no decorrer da história feminista, as mulheres não precisam mais provar do que conseguem fazer, entretanto, podemos constatar que a discriminação está arraigada culturalmente.

Parece que essa questão perpassa de geração a geração e observamos que muitas das vezes é tido como normal. O agressor acredita que tudo é natural, discriminar, agredir, violentar, humilhar, somente por considerar um ser inferior a ele.

Por isso, vivemos atualmente em uma sociedade dotada de direitos, previsto na Constituição de 1988, que em seu artigo 5º, estabelece que:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I. homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

II. ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei.

III. ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

Podemos não ter a força (músculo), que um homem possui, mas temos uma força interior, capaz de realizar qualquer tarefa que nos é incumbida. Essa força que nos move a lutar perante a tantos desafios, que enfrentamos na sociedade.

Entretanto, para isso acontecer presentemente temos que repensar o modo de como lidamos com determinada situação na sociedade. Não estamos aqui nos referindo somente com a intolerância contra a mulher, mas queremos chamar a atenção também para os preconceitos contra as crianças, idosos, grávidas, dentre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto neste artigo, as mulheres romperam barreiras na busca de sua autonomia para a inserção em universo pré-concebido e pré-formulado pelos homens que lhe impunha severas regras preconceituosas e discriminatórias, apenas pelo fato de ser mulher. Mas mesmo convivendo com essa exclusão social, a mulher não aceitou passivamente a condição imposta pelos homens e independente do século em que viveram, utilizaram de estratégias para burlar essa discriminação. Essas mulheres, lutaram contra as injustiças, umas dessas lutas conquistadas foi o direito ao voto, a candidatura a cargos eletivos, pois além de escolherem os representantes também puderam candidatar-se. Conquistaram a liberdade de escolher o parceiro para casar, sem a imposição de um casamento imposto pelos pais, por conveniência ou posição. Obtiveram o direito à educação elementar a princípio, chegando à educação superior e até mesmo a uma carreira científica, tornando-se mulheres cientistas, mesmo de forma limitada. Saíram da vida privada para a vida pública, ou seja, de dona de casa que provavelmente era dependente do esposo para auxiliar ou ser (co)provedora da família. Além disso, as mulheres em 1948 através da declaração universal dos Direitos Humanos, são reconhecidos os seus direitos. Enfim talvez o século XX, pode ser considerado o século das mulheres, onde os direitos sociais, educativos, políticos e econômicos foram conquistados. Hoje, as mulheres continuam lutando para que esses direitos conquistados sejam de fato respeitados.

REFERÊNCIAS

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. 14 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CARDOSO, CIRO, Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Orgs. **Domínio da história; Ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier. 21ª reimpressão. 1997.

FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; Lucas, Tânia Regina de. (orgs.). **O tempo e a história**. São Paulo: UNESP: ANPUH, 2008.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**; tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Teoria. 1988.

Revista Amazonense de História da Universidade Federal do Amazonas, v, 1, n.1. Manaus: EDUA, 2002.

SHNEERBERG, Carlos Alberto. **Manual Compacto de História**. 1ª ed. São Paulo: Rideel, 2010.
SOARES, Thereza Amélia. **Mulheres em ciências e tecnologias: ascensão limitada**. *Quim. Nova*, São Paulo, v.24, n. 2, p.281-285, Abr, 2001.

O DESAFIO DO ENSINAR ATRAVÉS DO USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DURANTE A PANDEMIA

Giovana Barbosa Cavalcante
Solange Batista Dantas Lucena
Valquíria Andrade Bernardo

RESUMO

O presente artigo foi uma proposta de análise sobre os desafios para a formação e atuação de docentes diante do uso de tecnologias na educação, portanto, como base para a pesquisa questionamos os professores das escolas Pe. Godofredo Joosten e Irmão Damião Clemente sobre as dificuldades no uso das tecnologias digitais? Se já as utilizavam como ferramenta de trabalho? Se estes foram capacitados para utilização destas tecnologias e o domínio das mesmas como recursos para o ensino? Ao final detectamos que a maioria dos docentes (professores) teve dificuldades de lidar com as novas tecnologias digitais, que diante da pandemia da Covid-19 não houve capacitação adequada para prepará-los para esta nova realidade do ensino a distância, mesmo assim a maioria deixa claro que pretendem fazer uso das tecnologias digitais quando retornarem as aulas presenciais.

Palavras-chave: Professores; Ensino; Tecnologias Digitais.

INTRODUÇÃO

O impacto causado pela pandemia do coronavírus vem impondo drásticas mudanças na educação mundial e principalmente na educação brasileira, no que tange a inclusão da EAD (ensino à distância) nas escolas como alternativa à interrupção das atividades presenciais. Esse dispositivo surge como possibilidade para que os alunos possam cumprir a carga horária mínima exigida de horas-aula. Ao longo do tempo o processo de ensino e aprendizagem vem sofrendo várias modificações, buscando adequar as atuais abordagens a fim de transformar o espaço escolar em um ambiente de inclusão, respeito mútuo, oportunidades, conhecimentos e interação social. Nessa perspectiva, busca oferecer oportunidades a todos de forma igualitária, propondo uma formação mais ampla no sentido de promover uma interação com a realidade do outro, conhecendo novas culturas.

Porém, os avanços tecnológicos e a velocidade no processo de comunicação refletem diretamente na cultura da sociedade. Sendo assim, a educação deve acompanhar esse ritmo e buscar minimizar as desigualdades, uma vez que nem todos têm acesso a tais inovações. Neste caso, a escola passa a assumir o papel de mediadora.

SUPERANDO O ANALFABETISMO DIGITAL: O USO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS DIGITAIS NO PROCESSO EDUCATIVO

A educação mostra-se fundamentalmente importante na sociedade desde os primórdios da humanidade. Inicialmente nas sociedades primitivas as crianças e os jovens aprendiam técnicas de sobrevivência que eram repassadas de pai para filhos. Já na Grécia antiga a educação sofre uma significativa mudança, em que os filhos de aristocratas após os sete anos de idade aprendem a formação harmônica através do desenvolvimento de todo o corpo e toda a consciência com o mestre-escola. Só depois da invenção da escola de primeiras letras é que o estudo pouco a pouco foi incorporado à educação de meninos nobres. No Brasil, o processo de educação surge com os padres jesuítas que buscavam catequizar os índios. Os filhos dos portugueses também frequentavam as aulas dos jesuítas, porém, também recebiam o ensino mais aprofundado e abordando outras matérias, não se restringindo a apenas o ensino religioso. Esse processo de educação era exclusivo para os homens, restando para as mulheres apenas a educação para a vida doméstica e religiosa.

Já o ensino público tem sua criação influenciada pelas ideias iluministas de Marquês de Pombal, e com essa reorganização o professor se tornou uma figura central no processo educacional. As aulas eram ministradas na casa dos próprios professores, o que dificultou para alguns dos alunos na época.

Com a chegada da família real ao Brasil houve investimentos significativos na educação, que tinha como foco preparar os filhos da nobreza portuguesa e dos aristocratas brasileiros. As mulheres só foram inseridas posteriormente, quando foi sancionada a primeira lei que orientava para que em todos os lugares mais populosos houvesse escolas de primeiras letras. Atualmente o sistema de ensino brasileiro conta com o regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Estes são responsáveis por atender o ensino infantil, fundamental, médio e superior. Dessa forma, o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) representa o governo federal responsável por organizar e financiar o sistema federal de ensino e presta assistência técnica e financeira aos demais.

Ao fazermos uma análise comparativa no processo de ensino da educação brasileira, percebe-se que este passou por significativas mudanças nas últimas décadas, principalmente no que diz respeito às inovações tecnológicas e ao acesso a informações em um mundo cada vez mais globalizado. De modo que, buscando adequar-se às mudanças ocorridas na sociedade, à educação deve acompanhar esses progressos. O que é reforçado Brandão (1989. p.84), ao salientar que, “A Educação é hoje considerada como um fator de mudanças: um dos principais instrumentos de intervenção na realidade social com vistas a garantir a evolução econômica e a evolução social e dar continuidade a mudança no sentido desejado”.

Em meio a tais transformações da sociedade está à prática pedagógica dos professores, que perceberam a necessidade repentina de inserir em suas aulas recursos tecnológicos digitais até então

desconhecidos para poder se adequar a uma nova realidade. Para tanto, devemos levar em consideração o questionamento de Gadotti (2000, p 41), que é ainda hoje atual, quando fala: “Que tipo de educação necessita os homens e as mulheres nos próximos 20 anos, para viver nesse mundo tão diverso?”

Buscando oferecer educação de qualidade aos educandos, os professores buscam inovar suas práticas pedagógicas para tornar as aulas mais atrativas planejando e sistematizando o processo de aprendizagem de modo a garantir que os conteúdos sejam abordados com suas respectivas atividades de maneira tal que contribuam na sua formação e desse modo despertar a consciência crítica dos mesmos.

Nota-se ainda a falta de preparação por parte dos professores devido a pouca oferta de cursos de formação continuada o que é essencial para que haja aperfeiçoamento e transformação na sua prática pedagógica e ao mesmo tempo acompanhar as mudanças no processo de ensino, além de minimizar o receio de não conseguir dominar a tecnologia disponível para ministrar aula. Fato ressaltado na fala de Chimentão quando afirma:

A formação continuada passa a ser um dos pré-requisitos básicos para a transformação do professor, pois é através do estudo, da pesquisa, da reflexão, do constante contato com novas concepções, proporcionado pelos programas de formação continuada, que é possível a mudança. Fica mais difícil de o professor mudar seu modo de pensar o fazer pedagógico se ele não tiver a oportunidade de vivenciar novas experiências, novas pesquisas, novas formas de ver e pensar a escola.” (CHIMENTÃO, 2009.n.p).

Essa realidade se torna ainda mais desafiadora para os professores de escola pública, as quais não disponibilizam tais tecnologias por falta de recursos das mesmas. Considerando que muitos dos professores não dominam os recursos tecnológicos digitais disponíveis e por estão adaptados às aulas tradicionais no interior de uma sala de aula, utilizando apenas os recursos disponibilizados pela escola, sentem-se desconfortáveis na utilização dos mesmos. Por outro lado, alguns poucos já utilizam recursos mais inovadores com o objetivo de tornar as aulas mais dinâmicas, porém de forma moderada, já que os alunos também sentem dificuldades de aceitação e de acesso a tecnologia.

Diante de toda situação atual, muitos professores tiveram que assumir a responsabilidade de aprender errando, buscando auxílio de outros colegas de trabalho que já usavam esses recursos, procurando utilizar plataformas digitais, formulários, murais digitais, entre outros. Dessa forma é possível perceber que a falta de domínio dos recursos tecnológicos e digitais por parte dos professores principalmente causa certa resistência para aceitar esses instrumentos como recurso no processo de ensino. Principalmente por esse motivo, algumas dificuldades serviram de empecilho no sentido de aperfeiçoar e dinamizar as aulas, uma vez que, até mesmo os professores não conseguem orientar os

seus alunos, gerando assim uma frustração e desestímulo. O que também é esclarecido por Chimentão:

Tais deficiências nos programas de formação continuada, muitas vezes, têm levado ao desinteresse e reações de indiferença por parte dos professores, por perceberem que certas atividades que prometem ser de formação, quase sempre, em nada contribuem para seu desenvolvimento profissional. Conseqüentemente, sua realidade do dia-a-dia em sala de aula também permanece inalterada. Esta sensação de ineficácia dos processos de formação continuada é o sentimento que tem acompanhado muitos professores atualmente. (CHIMENTÃO, 2009, n.p.)

Baseado na problematização buscou-se relacionar os conhecimentos tomando como ponto de partida as dificuldades prévias sobre a utilização e aplicação dos recursos tecnológicos na prática dos professores diante da atual necessidade.

RESISTÊNCIA ÀS NOVAS TECNOLOGIAS

Quando observamos a aceleração do uso das novas tecnologias de forma absurda devido à pandemia, evidenciamos uma rejeição por conta dos docentes na faixa etária acima de 50 anos. Fomos inseridos na geração 4.0 da educação devido ao isolamento provocado pela Covid-19, essa imposição levou muitos profissionais fazerem uso das novas tecnologias digitais do dia para a noite. A falta de conhecimento e domínio sobre as tecnologias levam a uma rejeição, o que acaba comprometendo a praticidade do processo ensino-aprendizagem. O processo de inclusão digital atualmente tão discutido e esperado somente será possível se as novas tecnologias educacionais forem usadas, caso contrário se tornará cada vez mais difícil. O que não quer dizer que o uso desordenado dessas tecnologias será bem aproveitado, pois o que importa é saber usá-las e não apenas usar.

Mesmo que sendo utilizadas outras nomenclaturas, é possível afirmar que as tecnologias sempre existiram. Elas são recursos que facilitam a solucionar, da melhor forma, questões as quais levariam, talvez, muito tempo para resolvê-las, sendo assim é possível perceber sua praticidade e conforto no que concerne à excussão das nossas atividades diárias. Assim como no setor educacional, influenciando no processo de ensino-aprendizagem, as novas tecnologias estão em todo e qualquer lugar, como em fábricas, empresas diversas ou em outros segmentos. Apesar da disponibilidade dessas ferramentas e desta vir a facilitar o trabalho tanto no âmbito escolar quanto fora dele, é notório que há uma resistência, pois, há uma grande quantidade professores e de outros profissionais da educação, que sentem dificuldade em aceitar as novas tecnologias como instrumento transformador na sua atividade pedagógica.

A Internet juntamente com o computador é a nova tecnologia que tem se mostrado eficiente na transmissão de informações e na comunicação, importantíssima na construção do conhecimento.

Por meio dela é possível ter acesso aos diversos tipos de atividades de pesquisas, a conteúdos completos de livros e revistas, bem como comunicar-se com o mundo adquirindo informações em tempo real. Ambos nos permitem o acesso rápido e nos potencializa para uma grande mediação das informações permitindo a interação global através de todas as tecnologias de comunicação já inventadas pelo ser humano, o qual passa a se aliar ao conhecimento de forma transformadora.

A tecnologia da informática evoluiu rapidamente e o computador e seus periféricos, além do correio e do telégrafo, passaram a integrar todas as tecnologias da escrita, de áudio e vídeo já inseridas na sociedade: máquina de escrever, imprensa, gravador de áudio e vídeo, projetor de slides, projetor de vídeo, rádio, televisão, telefone e fax. (PAIVA, 2008. p.9).

O ser humano moderno traz na comunicação por meio da internet uma forma mais eficaz para suprir essa necessidade de comunicar-se rapidamente sem a necessidade de estarem no mesmo local ou até no mesmo momento. Com o domínio da tecnologia da informática, o ser humano passou a utilizar inúmeras novas tecnologias, sem desprezar as já existentes, reportando-nos, por exemplo, a tecnologia educacional, denominadas por Zanela de TIC. “Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), é o conjunto de tecnologias microeletrônicas, informáticas e de telecomunicações, que produzem, processam, armazenam e transmitem dados em forma de imagens, vídeos textos ou áudios.” (ZANELA, 2007. p.25).

Um grande problema vivenciado na utilização das novas tecnologias da informação pelos docentes em sala de aula é a falta de planejamento, fortalecendo o ideário de resistência para utilizá-lo como ferramenta pedagógica essencial no processo de ensino-aprendizagem. Paiva apresenta este processo, numa classificação de estágios: rejeição, adesão e normalização.

Quando surge uma nova tecnologia, a primeira atitude é de desconfiança e de rejeição. Aos poucos, a tecnologia começa a fazer parte das atividades sociais da linguagem e a escola acaba por incorporá-la em suas práticas pedagógicas. Após a inserção, vem o estágio da normalização, definido por Chambers e Bax (2006, p.465) como um estado em que a tecnologia se integra de tal forma às práticas pedagógicas que deixa de ser vista como cura milagrosa ou como algo a ser temido. (PAIVA, 2021. p.1).

Mediante tais colocações se faz necessário que toda equipe pedagógica seja preparada ou orientada, através de um planejamento prévio sobre o uso das novas tecnologias nas escolas, o que observamos principalmente nesta época pandêmica que todo este processo foi atropelado e que os educadores tiveram que buscar conhecer todas as ferramentas necessárias para transmitir de maneira, clara, eficaz, lúdica e dinâmica os conteúdos via computadores, celulares como também as velhas atividades em folhas e papel ofício. Cabendo ao professor buscar o conhecimento sobre o uso

adequado das novas tecnologias, uma vez que todo e qualquer instrumento utilizado para mediar a interação professor/aluno é considerado ferramenta tecnológica. Quando o professor faz uso destas ferramentas em prol da educação, lhe proporciona a praticidade de adquirir informações necessárias para a construção do conhecimento ao longo da vida.

Usar a tecnologia como suporte a favor da educação é buscar a qualidade no processo educacional. “Tecnologia é um conjunto de discursos, práticas, valores e efeitos sociais ligados a uma técnica particular num campo particular” (BELLONI, 1997. p.53). No entanto, cabe ao professor perceber qual o melhor momento e o recurso disponível que deverá usar durante esse processo. Apesar das novas tecnologias de informação, o papel, o perfil e as tomadas de decisões continuam o mesmo para os educadores, diferenciando apenas pelo uso do computador que se faz à distância, principalmente neste momento de isolamento total devido à pandemia como veremos. O educador precisa ter flexibilidade, paciência e ser crítico naquilo que se propõe fazer e ser. O educador deve sempre estar engajado na pesquisa científica. Neste processo a subjetividade dos indivíduos torna-se um pouco obsoleta, a relação professor/aluno é menos afetiva.

As tecnologias na escola poderão elevar o potencial cognitivo do ser humano, desenvolvendo os sentidos, estimulando e ampliando os limites dos sentidos. As ferramentas tecnológicas vêm provocando visíveis transformações nos métodos de ensinar e na própria forma do discurso escrito que apresenta considerável adaptação às novas tecnologias. “Ensinar com a Internet será uma revolução, se mudarmos simultaneamente os paradigmas do ensino. Caso contrário servirá somente como um verniz, um paliativo ou uma jogada de marketing para dizer que o nosso ensino é moderno e cobrar preços mais caros nas já salgadas mensalidades”. (MORAN, 2021. p.8).

Buscando facilitar o acesso ao conhecimento, faz-se necessário que haja a adesão as novas tecnologias na educação, pois é extremamente importante, uma vez que facilita o acesso ao conhecimento e permite que ao educando e ao professor, bem como outros atores da educação, que tenha autonomia para escolher entre as diversas fontes de pesquisas. “Os recursos da web 2 oferecem ao aprendiz tecnologia que lhe permite, efetivamente, usar a língua em experiências diversificadas de comunicação”. (PAIVA, 2021. p.10). As novas tecnologias permitirão ao ser humano mais rapidez e precisão em seu processo de evolução e de conhecimentos. Sendo necessário, apenas, dominá-las.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa é de cunho quantitativo e qualitativo, ambas importantíssimas para análise do objetivo proposto, pois cremos que em educação não podemos somente nos ter em aspectos quantitativos, o que nos confirma Marinas:

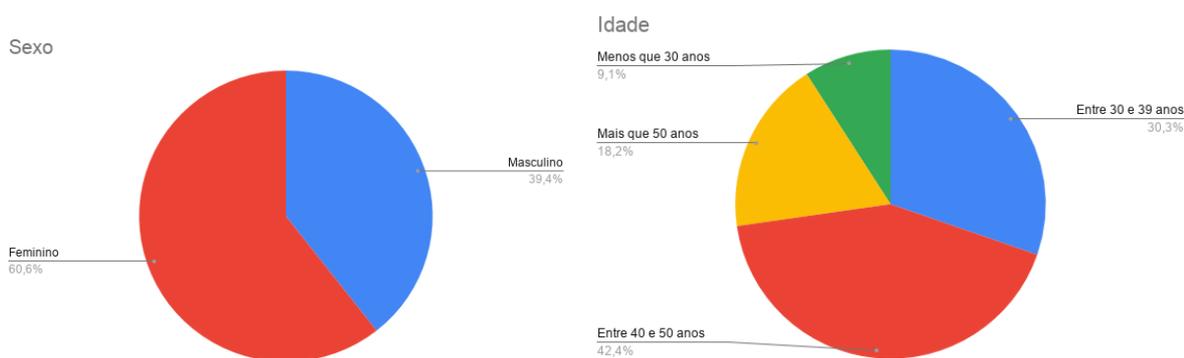
Numa época como a nossa, em que só é teoria o decifrável, aquilo que pode ser transformado em dados, contabilizando e despojado de identidade própria, em função da inquestionável estratificação (sic), propor encontramos com a substância do peculiar, o fatal da experiência, a pesquisa do relato anônimo, parece ser em si mesmo algo arriscado, já que implica uma experiência viva de deciframento do outra, das relações, da realidade, e inclusive de um mesmo (MARINAS, 1993, p9)

O desenvolvimento desta pesquisa ocorreu junto aos professores da rede pública de ensino das escolas de ensino fundamental, Pe. Godofredo Joosten localizado na cidade de Gado Bravo e Irmão Damião Clemente situado na cidade de Lagoa Seca, ambas no Estado da Paraíba. Os professores que aceitaram participar da pesquisa também exercem a função de professor nas cidades de Campina Grande, Aroeiras, Queimadas. Considerando também que alguns desses participantes também lecionam em escolas particulares dos municípios mencionados. Diante dessa perspectiva este estudo possibilita aos professores participantes da pesquisa tornarem-se sujeitos da mesma.

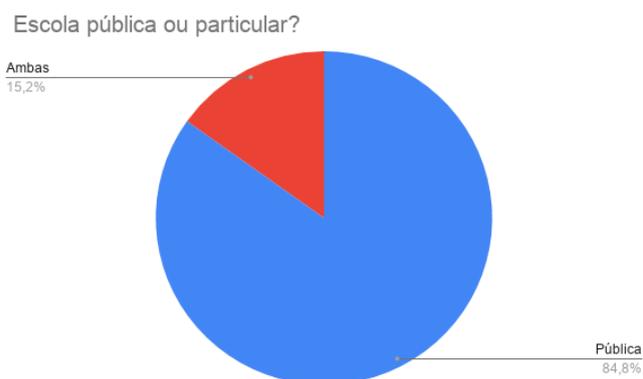
Tivemos como principal fonte de coleta de dados um questionário objetivo com oito (08) perguntas para análise por meio de formulário digital (Google forms), sendo as duas primeiras relacionadas a identificação e as demais ao processo de ensino por meio de tecnologias digitais. Nesse processo de coleta e organização de dados é possível perceber que a prática e a aceitação na utilização das ferramentas digitais são mais comuns em professores de faixa etária menor, ao mesmo tempo percebe-se que a dificuldade se torna mais evidente em professores acima de 50 anos.

ANÁLISE DOS DADOS

Participaram da pesquisa 33 respondentes, de ambos os sexos, porém 60,6% do sexo feminino e 39,4% do sexo masculino. Dentre estes, 9,1% apresentam idade abaixo de 30 anos, sendo 30,3% entre 31 e 40 anos, 42,4% com faixa etária entre 41 e 50 anos e 18,2% acima de 50 anos de idade. Um dado interessante é que a maioria dos que responderam o questionário está na faixa etária de 41 a 50 anos, pessoas maduras com carreira definida e economicamente ativas.



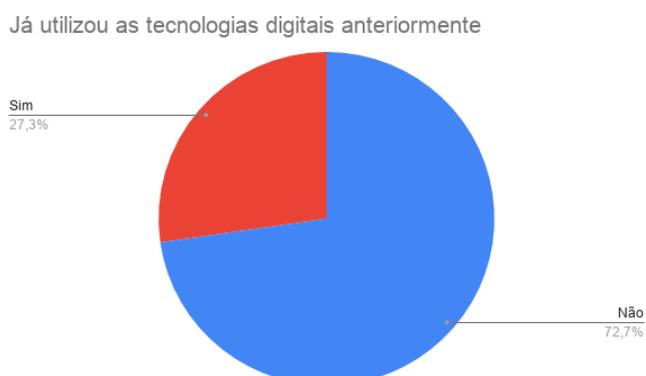
Ainda foi possível perceber que apenas 15,2% dos entrevistados trabalham em escola pública e particular e a maioria composta por 84,8 % são da rede pública de ensino.



Foi questionado sobre as dificuldades de utilizar as tecnologias digitais de modo repentino devido à necessidade urgente por causa da pandemia do covid-19. E 69,7% responderam que sentiram dificuldades, enquanto 30,3% não sentiram dificuldades de usar tais tecnologias propostas pela escola. Destes respondentes a maioria está na faixa etária de 40 à 50 anos, porém, há uma variação de respostas entre os mais jovens.



Também foi perguntado se já utilizavam esse tipo de tecnologia digital em suas aulas de forma presencial, tais como plataformas digitais, formulários, murais digitais entre outros. 72,7% dos respondentes afirmaram que não utilizavam e apenas 27,3% já utilizavam essas tecnologias digitais. No entanto, dos 33 (trinta e três) participantes, apenas 7 (sete) já utilizavam essa tecnologia e 4 (quatro) deles também trabalham na escola particular.

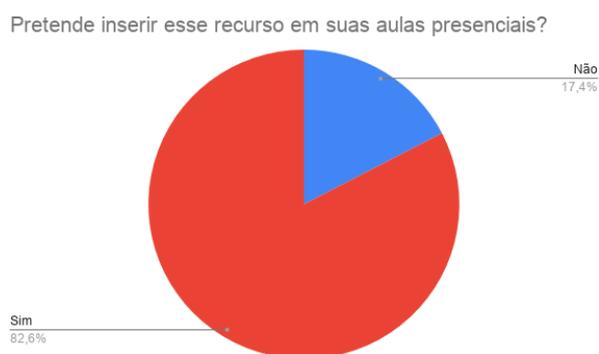


Quando se perguntou se participaram de curso de formação/capacitação, 63,6% responderam que sim e 36,4% responderam que não. Perguntamos também se o professor apresentava domínio no

sentido de saber usar a tecnologia adotada e 78,8% responderam que sim, enquanto 21,2% responderam que não.



E finalmente quando perguntamos se pretendiam utilizar esses recursos em suas aulas presenciais, 82,6% responderam que sim e 17,4% responderam que não.



Analisando individualmente as respostas dos respondentes é possível perceber que apesar de a maioria terem participado de cursos de formação ainda assim sentiu dificuldades no domínio das tecnologias. Como a formação foi on-line não permitindo uma interação maior, ou seja, o profissional explicando e os professores realizando esse treinamento presencial, notamos que possivelmente este tenha sido um dos fatores que contribuíram para a dificuldade que os mesmos sentiram. Apesar disto fizeram uso das novas tecnologias, aprendendo na prática, no dia a dia fazendo, na busca de proporcionar aos educandos uma aula dinâmica e com qualidade de conteúdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo nos proporcionou refletir sobre o uso das novas tecnologias na educação, visto a evidente necessidade de acender uma nova visão no processo de ensino-aprendizagem, dentro deste período dito fora do normal em decorrência da pandemia. Tendo como obstáculo peculiar o conhecimento sobre as novas tecnologias digitais e a questão da capacitação dos mesmos para inserir esta nova modalidade de ensino num mundo de práticas pedagógicas tradicionais, não permitindo a facilidade na prática pela mudança no processo de normalização das novas tecnologias na educação.

A aprendizagem pode acontecer de diferentes maneiras, uma rede se estabelece com pessoas e não precisa de tecnologia para acontecer essa interação. O processo de desenvolvimento é influenciado pelas interações realizadas pelos sujeitos, independentemente do local que se encontre, pois todos os espaços são significativos, facilitando, entretanto, a colaboração de todos os participantes, onde existe grande chance de que os envolvidos adotem uma postura ativa no processo uma vez que podem interagir com maior ou menor intensidade, tendo sempre como ponto fundamental a rede que se estabelece a cumplicidade e a nova dinâmica de aprender e de se desenvolver.

As escolas deverão proporcionar aos educandos atividades que potencializam as habilidades cognitivas, além de promover a autonomia no processo de aprendizagem, cabendo aos mediadores criar novos estímulos ou novas aprendizagens aos mesmos, que proporcione um processo de desenvolvimento cognitivo e do ser como um todo.

A educação do homem existe por toda parte e, muito mais do que a escola, é o resultado da ação de todo o meio sociocultural sobre os seus participantes. É o exercício de viver e conviver o que educa. E a escola de qualquer tipo é apenas um lugar e um momento provisórios onde isto pode acontecer. Portanto, é a comunidade quem responde pelo trabalho de fazer com que tudo o que pode ser vivido-e-aprendido da cultura seja ensinado com a vida – e também com a aula – ao educando. (BRANDÃO, 1989. p. 47.)

Ademais a exigência desse novo século precisará de profissionais comprometidos, preparados e capacitados que dominem os conteúdos e as novas tecnologias da informação, assumido os 04 (quatro) pilares da educação de Jacques Delors, o saber fazer, conhecer, ser e conviver, habilidades de suma importância para uma boa prática docente. Mediante tais colocações e pesquisa realizada analisamos que o professores que fizeram parte da pesquisa respondendo às nossas indagações, assumem perfeitamente as habilidades acima citadas para que a educação aconteça de maneira que os seus educandos tenham uma formação completa, que os moldem como cidadãos e os preparem não só para o mercado de trabalho, mas também para por meio das habilidades cognitivas alcançadas na escola, sejam capazes de viver harmoniosamente em sociedade.

REFERÊNCIAS

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. 2. ed. São Paulo: Editora Autores Associados, 1999. (p.53-77).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CHIMENTÃO. Lilian Kemmer. **O significado da formação continuada docente**. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/conpef/conpef4/trabalhos/comunicacaooralartigo/artigocomoral2.pdf>

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.2000.

MARINAS, Miguel José, SANTAMARINA, cristina. **La história oral: Métodos y experiencias.** Madrid, Debates, 1993, p.9

MORAN, José Manuel. **Como utilizar a Internet na Educação.** Disponível em <www.scielo.br/pdf/ci/v26n2/v26n2-5.pdf> Acesso em 28 fev.2021.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. **O Uso da Tecnologia no Ensino de Línguas Estrangeira: breve retrospectiva histórica.** Disponível em <www.veramenezes.com/techist.pdf> acesso em 28 fev.2021.

ZANELA, Mariluci. **O Professor e o “laboratório” de informática: navegando nas suas percepções.** 43f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. (p. 25-27).

O USO DAS FERRAMENTAS DIGITAIS EDUCACIONAIS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Alcineide Neves Batista

RESUMO

O artigo retrata a utilização de ferramentas tecnológicas digitais que possam contribuir no contexto escolar dos alunos com deficiência. Tem como objetivo geral analisar as práticas educativas baseadas em ferramentas tecnológicas, para facilitar a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais. Os procedimentos metodológicos compreenderam estudos bibliográficos e a pesquisa de campo foi de natureza qualitativa, valorizando os aspectos descritivos. Para a coleta de dados, fez-se uso de entrevistas semiestruturadas e observação participante. Obteve-se como resultados que os professores necessitam de formação continuada em relação às ferramentas digitais, alguns usam notebook, com software educativo e outros utilizam aplicativos educacionais nos dispositivos móveis para auxiliar na alfabetização. No que se refere aos alunos, foi perceptível a satisfação na realização das atividades nos recursos tecnológicos, notou-se que eles podem contribuir para as práticas pedagógicas inclusivas.

Palavras-chave: Deficiência; Tecnologias; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Atualmente, o avanço das tecnologias vem contribuindo com o processo de ensino e aprendizagem, estando cada vez mais presente nas escolas, sendo que a incorporação destas novas ferramentas no contexto escolar inclusivo caracteriza-se como uma transformação necessária para o âmbito escolar, assim ela estará em constante sintonia, com as demandas geradas pelas mudanças da sociedade contemporânea (FANTIN; GIRRARDELLO, 2012).

Na Educação Especial, é fundamental que os professores e gestores, obtenham conhecimentos nesta área, além de integrar na sala de aula saberes sobre as novas tecnologias de informação. Frequentemente, são necessários esses recursos para auxiliar os alunos com deficiências que removem obstáculos comportamentais e corporais que poderão ser empecilhos na sua escolarização (GIROTO et al., 2012).

A utilização adequada dessas novas tecnologias acaba sendo uma grande aliada na inclusão, visto que, escolas e professores reclamam da falta de infraestrutura e de formação. Elas estão sendo aplicadas em sala de aula para proporcionar diferentes aprendizagens, quando o aluno possui alguma deficiência, o docente poderá utilizar essas ferramentas como aliadas, para atrair sua atenção, promover o aprendizado e adequar os conteúdos às necessidades dele (PARENTE, 2018).

A escolha da temática “O uso das ferramentas digitais educacionais no processo de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais” teve como motivação a observação realizada na Sala de Recursos Multifuncionais, onde os alunos com deficiências mostram dificuldades na

aprendizagem. Com a utilização dos recursos tecnológicos educativos, espera-se que as dificuldades sejam amenizadas e evidencie os aspectos positivos, melhorando assim, o aprendizado destes alunos.

O objetivo geral do trabalho é analisar as práticas educativas baseadas em ferramentas tecnológicas, para facilitar a aprendizagem dos alunos, com necessidades educacionais especiais. A metodologia utilizada neste trabalho, para obter as informações de maneira a cumprir o objetivo, fundamentou-se em analisar as práticas educativas que se utilizam de recursos digitais educativos que poderão facilitar a aprendizagem dos alunos portadores de necessidades especiais. Baseiam-se em uma Revisão Bibliográfica, métodos e procedimentos com vistas a prover uma análise dos processos envolvidos no estudo, e os tipos de pesquisas abordados para explicar os resultados encontrados.

O trabalho está organizado da seguinte forma: Seção 1, Introdução. A seção 2 apresenta os conceitos básicos para o entendimento do trabalho. A seção 3 retrata a metodologia adotada, enquanto a seção 4 mostra os resultados e as discussões. A seção 5 apresenta as conclusões e os trabalhos futuros.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Tecnologias na Educação para Alunos com Necessidades Educacionais Especial

A relevância da utilização das tecnologias como ferramenta no processo de inclusão educacional e social, como forma de ensinar e aprender faz repensar em novos e desafiadores métodos, na mudança da prática do professor para uma metodologia diferenciada e inclusiva, tanto em aspectos físicos e digitais, contribuindo para o ensino aprendizagem (TRINDADE, 2014).

Observa-se que as novas tecnologias já são apreciadas pelas crianças, elas têm afinidade com essas ferramentas, torna os alunos mais receptivos ao aprendizado, quando são utilizadas na sala de aula. Os diversos sentidos são estimulados por esses recursos se forem usados de forma adequada, o aluno com deficiência tende a ficar mais concentrado durante a aula, as tecnologias possibilitam a construção de múltiplos estímulos (PARENTE, 2018).

Relação entre as Tecnologias Digitais e os Professores

Para desenvolver uma aprendizagem juntamente com os demais colegas, o professor deverá utilizar e conhecer metodologias e as tecnologias para ensinar, e fazer com que os alunos consigam obter um aprendizado satisfatório. Com intuito de acontecer a inclusão, faz-se necessário a capacitação de professores para que possam compreender as peculiaridades de cada aluno, oferecendo assim uma qualidade de ensino a todos (BARBOSA et al., 2013).

Por isso, cabe aos gestores, pedagogos e professores, buscar e promover novos métodos pedagógicos com o uso das tecnologias da informação e comunicação que propiciam um

aperfeiçoamento dos seus conhecimentos e de suas habilidades, com distintas abordagens utilizando as novas tecnologias digitais, de modo a identificar os anseios dos alunos com necessidades especiais, amparando-os na construção da sua aprendizagem e autonomia (CORTELAZZO, 2012).

Utilização de Softwares Educacionais na Educação Inclusiva

O uso do computador como ferramenta tecnológica na mediação da aprendizagem do discente com deficiência pode proporcionar maior incentivo, como forma de superação, especialmente na utilização de recursos visuais, como fotografias, jogos didáticos, filmes, desenhos, dentre outros. Pois os alunos com necessidades educacionais especiais se apropriam das imagens e aprendem com mais facilidade (SILVA e GUIMARÃES, 2014).

É nessa perspectiva que os recursos tecnológicos utilizados por alunos com deficiência, necessitam de um planejamento pedagógico. A intervenção do professor é significativa no uso destes. Dessa maneira, os educandos terão à sua disposição, os softwares e aplicativos educativos, como ferramenta didática, que contribuirá de forma planejada e sistematizada no desenvolvimento de sua aprendizagem (PEDRO; CHACON, 2013).

METODOLOGIA

A temática investigada necessitou de uma revisão bibliográfica, com intuito de reunir informações para a construção da investigação proposta, a pesquisa é de caráter descritivo. Na Pesquisa Descritiva, ressalta Andrade (2009, p.114) que “os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador”, além de ter como característica a padronização da coleta de dados, também busca entender os fatos pesquisados.

A modalidade aliada a esta pesquisa é a Pesquisa de Campo. Conforme Marconi e Lakatos (2003, p.186), “a pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar”, bem como procura-se o aprofundamento de uma realidade específica.

Para o norteamento desta pesquisa, o percurso investigativo foi fundamentado nos pressupostos metodológicos da abordagem Qualitativa. Para Knechtel (2014, p.97), “a pesquisa qualitativa busca entender fenômenos humanos, buscando obter uma visão detalhada por meio de uma análise científica do pesquisador”, desse modo, o pesquisador poderá chegar mais próximo das necessidades dos investigados, principalmente no âmbito educacional.

A pesquisa foi realizada em uma Escola no município de Silves, Amazonas, que funciona nos turnos matutino e vespertino com a clientela de Creche (3 e 4 anos) a Ensino Fundamental 2. Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas elaboradas com cinco perguntas, direcionadas a cinco professores da sala regular, onde os alunos com necessidades educacionais especiais

frequentam, para colher informações relevantes de como eles se sentem em frente à inclusão dos educandos com deficiências, e acerca do uso das tecnologias digitais como instrumentos pedagógicos em seu ambiente de trabalho.

Também foi realizada a Observação Participante, na Sala de Recursos Multifuncionais, com quatro discentes de Educação Infantil (5 anos) e de 1º ao 7º ano do Ensino Fundamental, com idade entre 5 anos a 17 anos. Para atingir os objetivos propostos, a Observação foi executada através de um Plano de Intervenção pedagógica, planejado com seis aulas, duração de duas horas, onde foram desenvolvidas as atividades individuais nos aplicativos LER E CONTAR, SILABANDO e no software SEBRAN.

Descrição da aplicação do Plano de Intervenção Pedagógica:

1ª Aula

Apresentação dos aplicativos LER E CONTAR, SILABANDO instalados nos dispositivos móveis e do software SEBRAN no notebook. Explicação das funcionalidades e os recursos das ferramentas digitais.

2ª Aula

Apresentação, explicação e demonstração de como realizar as atividades nos aplicativos e software. Em seguida, foi a vez dos alunos se exercitarem, conforme Figura 1.

3ª Aula

Leitura e explicação das atividades desenvolvidas no aplicativo LER E CONTAR e no software SEBRAN, sobre o conteúdo Alfabeto. Realização das atividades, pelos alunos nas ferramentas digitais em relação ao conteúdo citado.



Figura 1- Apresentação dos aplicativos, softwares e das atividades aos alunos

Fonte: Arquivos da autora, 2019

4ª Aula

Leitura e explicação das atividades direcionadas a leitura e escrita de palavras, desenvolvidas nos aplicativos. Realização das atividades pelos alunos, sobre o conteúdo Sílabas simples e Complexas, através dos jogos nas ferramentas digitais. Como pode ser visto na figura 2.



Figura 2 – Realização das atividades nos aplicativos sobre Alfabeto, sílabas Simples e Complexas
Fonte: Arquivos da autora, 2019

5ª Aula

Leitura e explicação do direcionamento das atividades desenvolvidas no aplicativo LER E CONTAR sobre os números de 0 a 100. Realização das atividades acerca dos numerais, pelos educandos.

6ª Aula

Explicação e orientação sobre as atividades desenvolvidas no aplicativo LER E CONTAR e no *software* SEBRAN, em relação às noções de Adição e Subtração. Realização das atividades pelos discentes no aplicativo e *software*, de acordo com a Figura 3.



Figura 3 – Alunos praticando as atividades dos numerais e das operações de adição e subtração
Fonte: Arquivos da autora, 2019

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Resultados obtidos na pesquisa com os alunos

Os resultados obtidos por meio dos instrumentos de coleta de dados, de acordo com Moraes e Galiazzi (2014, p. 7) “correspondem a uma metodologia de dados e informações de natureza qualitativa com a finalidade de produzir novas compreensões sobre os fenômenos e discursos”.

Para a coleta de dados foi realizada a técnica de Observação Participante na Sala de Recursos Multifuncionais e foi executada através de um plano de Intervenção Pedagógica, os resultados obtidos estão distribuídos da seguinte maneira:

Aluno 1- Cursa o 7º ano, tem 16 anos de idade, desenvolveu as atividades sobre o alfabeto e noções de adição e subtração no *software* SEBRAN, demonstrava satisfação quando executava com rapidez e êxito. No aplicativo SILABANDO, apresentou dificuldades acerca das sílabas simples, pois ainda consegue ler apenas algumas palavras com essas sílabas.

Aluno 2- Tem 05 anos de idade, cursa a Educação Infantil, realizou as atividades no aplicativo LER E CONTAR, sobre o alfabeto e numerais desenvolveu com êxito as ações que envolviam as vogais e os números de 0 a 10. Teve dificuldades nas consoantes e nos outros numerais, nesse momento se fazia a intervenção necessária.

Aluno 3- Cursa o 1º ano tem 07 anos de idade, durante a aplicação das atividades no aplicativo LER E CONTAR, sobre o conteúdo alfabeto e numerais, demonstrou bastante interesse, principalmente nas ações acerca das vogais e dos números de 0 a 10. Muitas interferências foram feitas devido à baixa concentração e dificuldades na assimilação das consoantes e demais numerais.

Aluno 4- Tem 14 anos de idade, cursa o 5º ano, realizou as atividades nos aplicativos LER E CONTAR, SILABANDO e no *software* SEBRAN, nas ações que envolviam as sílabas simples e as noções de adição e subtração mostrou habilidades ao fazê-las e nas demais sobre as sílabas complexas apresentou dificuldades, mas com ajuda conseguiu realizá-las.

Percurso investigativo para análise dos resultados

Nesta seção os dados foram obtidos por meio de Entrevistas Semiestruturadas, elaboradas com cinco perguntas direcionadas a cinco professoras da sala regular em que os alunos com deficiência frequentam. Os resultados alcançados quanto a prática pedagógica e o uso de tecnologias são apresentados a seguir:

Quando questionadas sobre formação para trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais, 4 professoras responderam que não possuem formação e a escola não oferece cursos nessa especialidade e apenas uma tem 60h no componente de Teoria e Prática na Educação Especial.

Sobre a pergunta se elas utilizam atividades adaptadas para os alunos com deficiência, 4 professoras disseram que não, e uma disse “sim, uso meu celular com jogos lúdicos composto de atividades auditivas e visuais”.

As professoras relataram na pergunta acerca do uso de recursos tecnológicos na sala de aula, que utilizam *notebook*, celular e *tablet* para auxiliar na aprendizagem dos discentes, uma das entrevistadas mencionou “*quando utilizamos esses recursos tecnológicos os alunos sentem-se mais motivados a aprender*” e uma respondeu que não utiliza porque a escola não disponibiliza.

Ao serem perguntadas se a escola possui recursos tecnológicos disponíveis aos professores e alunos para fazer as atividades escolares, todas as entrevistadas afirmaram que a escola não fornece nenhum recurso tecnológico, não possui laboratório de informática.

As entrevistadas disseram que as aulas com ferramentas digitais educativas, contribuem na aprendizagem dos alunos, pois ficam mais motivados e concentrados nas atividades propostas, na opinião de uma docente “*os alunos compreendem melhor quando utilizam esses recursos digitais*”.

Sendo assim, obteve-se como resultados que os professores necessitam de formação continuada para trabalhar com os alunos com deficiência, em relação às ferramentas digitais alguns usam *notebook* com *software* educativo e a maioria utiliza aplicativos educacionais, usados através dos dispositivos móveis para auxiliá-los na alfabetização. No que se refere aos alunos, foi perceptível a realização das atividades no *notebook* e no celular e *tablet*, ficaram felizes e entusiasmados ao realizá-las corretamente, os *softwares* e aplicativos educativos criam um ambiente de aprendizagem lúdica, auxiliando o processo educativo de forma privilegiada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada, que teve como objetivo geral analisar as práticas educativas baseadas em ferramentas tecnológicas para facilitar a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, foi concluído que a utilização do *software* SEBRAN e dos aplicativos LER E CONTAR, SILABANDO, para alunos com deficiência, trará inúmeros benefícios, como a facilidade e acessibilidade no entendimento dos conteúdos apresentados, o interesse passa a ser maior, pois os sons e as cores farão com que haja um destaque e cativem-os às imagens chamativas; abordando o lúdico desperta a curiosidade, tornando as atividades mais prazerosas.

Dessa forma, os professores vendo um avanço significativo ou um pequeno desenvolvimento do seu aluno, durante o atendimento, se sentirão motivados e seu trabalho terá maior resultado

fazendo com que busque se aperfeiçoar e usar essas ferramentas tecnológicas durante suas aulas, adequando assim às necessidades de cada aluno.

Este estudo foi relevante para apontar que as tecnologias digitais educativas, associadas com as técnicas pedagógicas adequadas de ensino podem subsidiar a aprendizagem de alunos com necessidades especiais educacionais, porém, ainda nota-se a pouca utilização pelos professores. Esta pesquisa constitui-se como uma referência para as futuras ações, assim como para a continuidade e o aprofundamento de outras investigações que envolvam uma maior amostragem, bem como a proposição de projetos que venham fortalecer e promover a formação continuada aos docentes para a utilização dos instrumentos tecnológicos como também as metodologias de aprendizagens significativas e adequadas às necessidades educacionais de nossos alunos com deficiências.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. M de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 160 p.
- BARBOSA, A. M; ZACARIAS, J. da C; MEDEIROS, K. N; NOGUEIRA, R. K. Silva. **O papel do professor frente à inclusão de crianças com autismo**. Congresso Nacional de Educação, 2013, Curitiba, *Anais [...]*, p. 19777-19792.
- CORTELAZZO, I. B. de C. Formação de professores para uma educação inclusiva mediada pelas tecnologias. *In*: GIROTO, C. R. M; POKER, R. B; OMOTE, S. **As tecnologias nas práticas inclusivas**. Marília: Cultura Acadêmica, 2012.
- FANTIN, M.; GIRARDELLO, G. (Org.). **Liga, Roda, Clica**: Estudos em mídia, cultura e infância. 2. Ed. São Paulo: Papyrus, 2012. 171 p.
- GIROTO, C. R. M; POKER, R. B; OMOTE, S. **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. Marília: Cultura Acadêmica, 2012. 235 p.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p.
- MORAES, R; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2014. 264 p.
- PARENTE, R. **O que as novas tecnologias podem pela educação inclusiva- PORVIR**. 2018. Disponível em: <http://porvir.org/o-que-as-novas-tecnologias-podem-fazer-pela-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 28 Ago, 2019.

PEDRO, K. M; CHACON, M. C. M. Softwares educativos para alunos com Deficiência Intelectual: estratégias utilizadas. **Revista Brasileira Educação Especial**. Marília, v 19, n. 2, p. 195-210, 2013.

SILVA, N. B.; GUIMARÃES, M. I. P. **O uso da informática no processo de ensino/ aprendizagem de alunos/as com necessidades educacionais especiais (deficiente auditivo)**. 2014. 20 p. Artigo Científico. UNINTER.

TRINDADE, Jucelem H. **A importância das tic na inclusão escolar realidade do município de Restinga Sêca**. 2014. 26 p. Artigo Científico. Pós- Graduação Universidade Federal de Santa Maria.

OS DESAFIOS PEDAGÓGICOS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Marciele Barreto de Carvalho Rabelo

RESUMO

Relacionar educação e realidade local do aluno não é tarefa fácil, sobretudo no momento delicado que o mundo enfrentou, a crise causada pela COVID-19. Ao assumir esse desafio, a escola parte do entendimento que é preciso ampliação e concretização da possibilidade de continuar o ensino em uma realidade onde não existe acesso à internet e também considerar a distância geográfica dos alunos e família até a escola. Sob a perspectiva curricular nos propomos a analisar as práticas de ensino. A burocracia do ensino remoto e o despreparo na utilização das tecnologias de informação e outros aspectos que dificultam a construção do conhecimento. O presente livro pondera acerca das dificuldades enfrentadas pela comunidade escolar nessa nova realidade imposta e mostra alguns obstáculos enfrentados por professores, principalmente da zona rural, em estruturar um currículo com o desafio de manter o interesse dos alunos nas aulas não presenciais.

Palavras-chave: Currículo; Pandemia; Desafios.

INTRODUÇÃO

Quando o mundo se deparou com uma pandemia global onde a relação interpessoal representa um risco a saúde do ser humano, surgiram vários empasses a serem resolvidos, entre eles o questionamento: como formular planejamentos pedagógicos que alcancem o aluno de forma segura e produtiva assegurando os direitos da criança a educação? Segundo o ECA, “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”, e mesmo em meio a uma crise de saúde não poderia ser diferente.

A Pandemia ocorreu em todo o mundo e diante da suspensão das atividades escolares consequência da pandemia do Covid-19 a educação se viu do dia pra noite em uma situação de incertezas de quando iriam voltar se aulas à distância seria a saída para a problemática surgida tão repentinamente. Adaptação frente à nova realidade de ensinar à distância foi uma medida para reprimir a propagação do vírus e não foi de maneira planejada, pois tudo aconteceu inesperadamente. Nestas circunstâncias inusitadas do isolamento social veremos que o objetivo principal é analisar como a família e as escolas se viram também a meio ao desafio tão grande de criar um modelo pedagógico quanto o combate em si ao coronavírus.

Diante de escolas fechadas por tempo indeterminado, gestores e autoridades enfrentam dificuldades de ajustar e solucionar o meio estudantil as novas aprendizagens pedagógicas, onde num território marcado de desigualdades econômicas, sociais e culturais possam ter o mesmo acesso aos conteúdos das disciplinas. Onde também para os professores, uma prova desafiadora, pois os recursos

tecnológicos eram suporte para enriquecer as aulas e de repente é a principal ferramenta agora para enriquecer suas atividades escolares, uma estratégia para as práticas pedagógicas essenciais para possibilitar aos seus alunos um ensino à altura até que se passe essa pandemia. Plano este que reduz de uma forma ou de outra os efeitos negativos deste distanciamento, mas vale destacar que diversos tropeços serão criados diante da falta de interação presencial dos alunos, fundamental para alcançar resultados satisfatórios.

A solução foi organizar um currículo pedagógico de acordo com a realidade vivida no momento, respeitando as normas de segurança em saúde e simultaneamente ofertar um ensino mais eficiente possível. Para obter êxito deve-se perceber as particularidades exigidas no currículo mais apropriado para o desafio proposto, alinhar-se às peculiaridades e ainda assim adaptar-se as suas modificações necessárias no decorrer do seu progresso. E compreender que para cada prática faz-se necessário novos mecanismos e possibilidades a serem exploradas.

O QUE É CURRÍCULO

Do ponto de vista pedagógico, currículo é um conjunto estruturado de disciplinas e atividades organizado com o objetivo de possibilitar o alcance de determinada meta proposta e fixada em função de um planejamento educativo. Em perspectiva mais reduzida, indica a estruturação dos conhecimentos que integram determinado domínio do saber, de modo a facilitar o aprendizado.

Segundo Silva,

[...] o currículo é visto como um processo de racionalização de resultados educacionais, cuidadosa e rigorosamente especificados e medidos. O modelo institucional dessa concepção de currículo é a fábrica. Sua inspiração “teórica” é a “administração científica”, de Taylor. No modelo de currículo de Bobbitt, os estudantes devem ser processados como um produto fabril. No discurso curricular de Bobbitt, pois, o currículo é supostamente isso: a especificação precisa de objetivos, procedimentos e métodos para a obtenção de resultados que possam ser precisamente mensurados [...]. (SILVA, 2000, p. 12.).

Outrora as várias teorias sobre o currículo focavam mais em como organizar os conteúdos a serem transmitidos aos educandos, de acordo com a dificuldade individual de cada aluno, e transpondo é claro as dificuldades escolares enfrentadas em cada época. E acabavam esquecendo-se de priorizar o que deveria ser ensinado. Mediante consenso em torno do elenco de aprendizados que deveriam fazer parte dos currículos escolares. Mais recentemente, passou-se a discutir a questão de o que ensinar, isto é, a discutir a questão de quais conteúdos são mais importantes e que devem participar dos currículos escolares.

O currículo escolar é entendido hoje como um documento importante para a construção da identidade dos alunos, esses alunos podem a partir do currículo escolar ter condições de construir suas identidades.

Pensar currículo e prática docente é compreender o currículo como uma construção cultural diretamente ligada à forma de organização social, logo nem ele nem as práticas docentes são neutros e imparciais.

Nesse contexto, uma intervenção sistemática dos profissionais de ensino se faz presente e um rearranjo dessa estrutura excludente pode ser evidenciado quando cursos de alfabetização forem ministrados por profissionais que compreendam o seu papel como educadores e, acima de tudo, estejam motivados em suas tarefas diárias.

ENSINO DE CASA EM CASA

Mesmo em lugares onde a tecnologia faz parte do cotidiano da maioria dos brasileiros, a comunidade escolar não estava preparada para essa mudança repentina (TRAUTWEIN, SANTOS, 2020). Nesse cenário, os currículos estão em constante adaptação, e professores aptos para usar as plataformas virtuais que estão disponíveis, porém enfrentam várias dificuldades no processo de manuseio das ferramentas tecnológicas. Muitos deles não têm conhecimentos e recursos suficientes para trabalhar com essas tecnologias.

Diante da nova realidade imposta pela Covid-19, cabe questionarmos não somente acerca do acesso às tecnologias, mas, sobretudo, da possibilidade de serem ofertadas a professores e alunos condições para uso pleno dos recursos tecnológicos, de modo a favorecer uma aprendizagem interativa e colaborativa. Sabemos que são muitos os desafios e os fatores implicados, desde a falta de estrutura tecnológica das escolas, formação dos próprios professores e alunos para um uso crítico das tecnologias. (CANI et al., 2020, p. 24)

Na zona urbana o grande desafio foi reorganizar um currículo e todo o planejamento, colocando como protagonista o uso da tecnologia. Entretanto, na zona rural isso não era uma possibilidade. Em comunidades rurais onde 99% dos alunos não têm qualquer acesso à internet, nem mesmo um celular. Ofertar aulas online não era opção. A forma que o corpo docente encontrou de levar o ensino aos alunos foi a aprendizagem através de aulas remotas. Para isso, foi preciso todo um remanejamento curricular, destacando como protagonista os projetos didáticos. Organizados em apostilas impressas de atividades remotas entregues pelos professores, utilizando meio de transporte pessoal e com recursos próprios, nas residências dos alunos. Buscando “ensinar” ao máximo possível os conteúdos abordados nas atividades em tempo delimitado, às vezes dentro de canoas com remos que serviam de “mesa”, as “aulas” eram dadas aos inquietos alunos, que já indagavam quando poderiam

voltar para a escola. Tomando todos os cuidados necessários possíveis no momento, mas sem deixar de ter por companhia o medo de contrair ou transmitir o vírus aos estudantes e famílias. Numa corrida contra o tempo, educadores tiveram que se reorganizar e reestruturar currículos outrora acertados. Pesquisas (CORRAGGIO, 2001; CORREIA, 2007) revelam que escolas que adotaram e/ou adotam em seus currículos projetos e programas que discutem o desenvolvimento local concluíram que a qualidade da educação e de vida melhorou na comunidade em que os alunos estão inseridos.

O fato de não haver um currículo específico para essa modalidade de ensino, os docentes precisaram adequar os conteúdos e metodologias do currículo feito para o ensino presencial à nova realidade. A UNESCO estima que 87% dos alunos de todo o mundo ficaram afastados das escolas e as aulas remotas foi uma das alternativas para amenizar esse prejuízo. A falta de aulas presenciais tornou-se uma preocupação e um desafio sem precedentes. Outra problemática foi o cumprimento de todos os conteúdos curriculares, pois é pouco provável que os educadores, diante de tantos desafios, conseguissem cumprir toda a grade curricular. Porém, como ressaltam Oliveira e Mousinho (2020), mesmo em tempos de pandemia há um enaltecimento dos conteúdos curriculares.

Essa evidenciação é ressaltada pelos currículos tradicionais que ainda são os protagonistas nas escolas do Brasil. Entretanto devemos ressaltar, não só as dificuldades enfrentadas na oferta do ensino, mas também considerar que tanto estudantes como professores perderam entes queridos, às vezes mais de um nessa luta contra um inimigo invisível. Faz-se necessário, portanto, repensar nossas práticas e planejamentos, para não sobrecarregar o aluno e a família. Famílias essas que muitas vezes, mesmo querendo auxiliar o estudante na aula remota, não era capaz, haja vista não concluíram os estudos, ou até mesmo nunca pisaram em uma sala de aula. A grande maioria das famílias relataram as dificuldades encontradas na hora de “ajudar” os filhos. Por isso, faz-se necessário, como afirma Silva (2020),

Um currículo que[...] não se limita às definições e deliberações, às ordens emanadas dos gabinetes e governos, que não se detém ao que foi traçado na esfera jurídica ou no legislativo, mas que vai muito além... que tem vida, que tem cara, que tem cor, que tem identidade, que tem marcas, traços, sonhos, experiências, que envolve uma complexidade, e não é, mas que está sendo. Um currículo em movimento! (SILVA, 2020, p. 35).

Uma pesquisa recente feita pelo Datafolha mostrou que 24% dos alunos das escolas municipais e estaduais do Brasil não estão realizando atividades pedagógicas em casa. Na justificativa de 40% dos pais e responsáveis cujos filhos estão nessa situação, o problema se deve à falta de comunicação das escolas, que não teriam entrado em contato ou passado informações. Outra parcela considerável (38%) disse simplesmente não saber o motivo de seus filhos não estarem estudando. Se pararmos para analisar, encontraremos inúmeros motivos pelos quais os estudantes não tiveram acesso a nenhum tipo de acompanhamento pedagógico durante esse período pandêmico. Realidades

distintas, diferentes motivos. Cabe à escola identificar os alunos “abandonados” dentro de casa, e resgatá-los com uma educação realista, porém acolhedora. Usando estratégias coerentes e adaptáveis à realidade da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a pandemia nos proporcionou novos olhares em relação à educação, em uma atualidade onde os profissionais da educação estão cada vez mais desvalorizados, foi necessária uma crise global de saúde para perceber-se a importância de tais profissionais. Percebeu-se também como a interação e relações interpessoais são relevantes para a construção pedagógica do indivíduo, como afirma Kruppa (2020),

Esta experiência para leva-nos a afirmar que temos uma oportunidade para refletirmos e trazermos para a escola pública e para a sua comunidade o debate sobre as mudanças da forma escolar, sem abirmos mão do princípio segundo o qual a educação escolar é uma relação humana mediada pelo conhecimento e só realizada plenamente quando de forma presencial, num diálogo cara a cara: educandos e educadores em diálogo em mesmo ambiente físico– no prédio escolar ou em atividades planejadas fora dele (KRUPPA et al, 2020).

Mas além da importância das relações interpessoais faz-se necessário que o currículo de ensino não seja algo permanente, ao contrário, deve ser adaptável às inúmeras realidades. De acordo com a realidade do aluno, já que a aprendizagem do mesmo é o principal objetivo. A pandemia da Covi-19 nos mostrou que o currículo deve ser repensado de acordo com a realidade escolar vivida no momento, e reescrito quando percebido a necessidade de mudança. É preciso abrir mão do tradicionalismo e reconhecer que cada momento requer um plano e cada plano uma nova decisão. As escolas precisaram se reinventar, para enfrentar e obter êxito nesse momento pandêmico, mesmo diante de tantos entraves e objeções, não abriram mão de seu compromisso de ofertar o ensino.

Apesar de as atividades remotas com apostilas impressas entregues aos estudantes, ter sido uma boa saída para escolas da zona rural. Constatamos que o acesso à tecnologia, mas que nunca, se faz necessário. O educador precisa estar atualizado para aproveitar-se das ferramentas tecnológicas, tanto no seu planejamento curricular como na sua prática docente. Sendo assim, “mesmo neste contexto, pode-se buscar formas de a educação se beneficiar da crise para se fortalecer e se reinventar”. (TRAUTWEIN; SANTOS, 2020, p. 131)

Dessa maneira, avaliamos como necessário o uso de ferramentas tecnológicas básicas em sala de aula como aliadas dos estudos. Pois, assim poderemos continuar nos adequando com o propósito de um ensino cada vez mais apazível e relevante com o uso de metodologias atuais e atrativas ao público que já faz uso da tecnologia, em seu cotidiano.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo. **Avaliar a escola e a gestão escolar: elementos para** uma reflexão crítica. In: ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Escola, Currículo e Avaliação**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL, Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB**. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 28 de julho 2022.

COSTA, Jorge Adelino (1991). **Gestão Escolar. Participação. Autonomia. Projeto Educativo da Escola**. Lisboa: Texto Editora.

FERNANDES, MARIA ESTRELA ARAUJO. **Avaliação institucional da escola e do sistema educacional: base teórica e construção do projeto**. Fortaleza, Demócrito Rocha, 2007.

FREITAS, L. C. et al. Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas. In: **Escola Viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social**. GERALDI, C. M. G.; RIOLFI, C. R.; GARCIA, M. F. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda., 2004.

CALDEIRA, Anna M. S.; ZAIDAN, Samira. Prática pedagógica. In: OLIVEIRA, Dalila A.; DUARTE, Adriana C.; VIEIRA Livia Maria F. (Org.). **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: GESTRADO/FaE/UFMG, 2010. v. 1.

CANDAU, V. M. (Org.). **Reinventar a escola**. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CARBONARI, F.J. **Municipalização do ensino: das velhas práticas às novas perspectivas**. In: MARTINS, A.M.; OLIVEIRA, C.; BUENO, M.S.S. (Org.) **Descentralização do estado e municipalização do ensino: problemas e perspectivas**. São Paulo: DP&A, 2004. p. 211-223.

PLANEJAMENTO, PROJETO, DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO CURRICULAR

Josefa Vieira da Cunha Leite

Rogério Ferreira Terto

Teófilo Ferreira Terto Neto

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral analisar o processo de planejamento, projeto, desenvolvimento e avaliação curricular. Para alcançar o objetivo proposto, o estudo foi elaborado por meio de uma revisão de literatura, ao qual utilizou-se de livros, revistas, artigos científicos e trabalhos acadêmicos aos quais tratam da presente temática. A mediação do professor no momento avaliativo, a aproximação e o diálogo, são fatores de grande relevância na educação, é, na verdade, o acompanhamento da maneira de ser de cada aluno, assim como ser histórico pessoal e familiar. Um professor mediador e familiar. Um professor mediador se interessa com as aprendizagens de seus alunos, e suas observações são uma aliada de grande valia para seus alunos na construção de seus conhecimentos, e ao observar seus alunos estará apto para reconhecer suas habilidades e identificar suas dificuldades procurando alternativas junto com o aluno.

Palavras-chave: Avaliação; Luckesi; Planejamento; Projeto.

INTRODUÇÃO

A avaliação pode se dá em diferentes vertentes, como parte do próprio processo e aplicada pelo professor. Esse tema tem sido pesquisado e discutido entre os educadores que se preocupam com a oferta de uma educação de qualidade, onde muito mais do que o acesso do aluno à escola, lhe seja garantida a permanência e o sucesso do aluno em sala.

Alguns estudos sobre o tema avaliação apontam que existe uma necessidade de se rever os modelos avaliativos e os instrumentos de avaliação adotados atualmente na escola. Nesse contexto, deve-se se o professor deve considerar que para realizar a avaliação, alguns aspectos que interferem na condução do seu processo avaliativo, ou seja, os dados relevantes que permitam o reconhecimento da aprendizagem do aluno, a forma de avaliar que mais se aproxime e melhor atenda à metodologia trabalhada em sala de aula.

Pesquisar sobre avaliação da aprendizagem é de suma importância, pois possibilita, a partir de questionamentos, configurar reflexões sobre as práticas avaliativas dos professores, verificando as diferentes perspectivas que promovam a produção de conhecimentos, contribuindo para a qualidade de ensino na formação cidadã dos alunos.

Avaliação é um tema indissociável do processo de ensino aprendizagem, sua complexidade transcende os diferentes níveis e modalidades da educação. De tal modo, este artigo tem como problemática: Como ocorre o processo de planejamento, projeto, desenvolvimento e avaliação curricular?

O interesse pelo tema diz respeito a sua relevância e pertinência, como um elemento próprio e indissociável do processo ensino aprendizagem, a avaliação assume diferentes características e objetivos na escola, ela se concentra em parte dos casos no campo dos resultados, preocupada com a medição do aprendizado, e até mesmo coma punição daqueles que não atenderam os objetivos proposto e dificilmente é vista como elemento de ensino e aprendizagem.

Este assunto pode contribuir para reflexão do processo avaliativo, numa perspectiva que veja a avaliação para além de um problema dos professores, mas sim como uma discussão que pode contribuir para um melhor conhecimento dos problemas educacionais, que através de processos frag ilizados de avaliação podem levar ao fracasso escolar, aprendizagem deficitária, sem contribuir para a formação de jovens cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar o processo de planejamento, projeto, desenvolvimento e avaliação curricular.

AS DIRETRIZES EDUCACIONAIS E OS MÉTODOS AVALIATIVOS

Inicialmente, pode-se dizer que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, de 20 de dezembro, promulgada através do Ministério da Educação, propaga a política e o planejamento educacional do país. Deste modo, é importante lembrar da importância dessas diretrizes no que se refere à Constituição Federal, visto que em seu art. 206 determina que o ensino deve ser ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1996).

Assim, percebe-se que a LDB tem como desígnio, instituir, estruturar os princípios pronunciados no texto acima mencionado para o seu aproveitamento à situações reais nos quais abrangem diversos assuntos, à exemplo: o funcionamento das escolas, o desenvolvimento de especialistas e docentes, os recursos, sejam eles, financeiros, materiais, técnicos ou humanos para uma boa qualidade de ensino, entre outros.

No que se refere à avaliação, a LDB em seu Art. 13, menciona que os compete aos docentes:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996).

Nas palavras de Luckesi (1998), grande parte das instituições de ensino com o ensino regular excepcionalmente faz uso da avaliação como ferramenta de categorização, como produto final e não um processo de aprendizagem, aferindo a competência e revelando se o aluno aprendeu ou não o conteúdo escolhido pelo professor através de uma nota; de qualquer maneira, impossibilita o aluno de avançar ou desenvolver-se.

De tal modo, percebe-se que a prática da avaliação escolar, ao invés de ser uma forma de poder melhor compreender como os alunos prosseguem na construção de seus conhecimentos, a mesma opera como um fim de um processo. Neste caso, a avaliação é utilizada como um organismo para escolher ou qualificar o aluno.

Contudo, na LDB, pode-se destacar três eixos amplos, transversalmente incluídos à constituição do projeto pedagógico com intuito do progresso da qualidade de ensino, no qual, pode-se mencionar:

O eixo da Flexibilidade: vincula-se à autonomia, possibilitando à escola organizar o seu próprio trabalho pedagógico.

O eixo da Avaliação: reforça um aspecto importante a ser observado nos vários níveis do ensino (Artigo 9º, inciso VI).

O eixo da Liberdade: expressa-se no âmbito do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (Artigo 3º, inciso III) e da proposta de gestão democrática do ensino público (Artigo 3º, inciso VIII), a ser definida em cada sistema de ensino (BRASIL, 1996).

Assim, a partir do momento em que a escola apresenta a capacidade de estabelecer, de praticar e de avaliar o seu projeto pedagógico, a mesma propicia uma educação de qualidade e desempenha sua autonomia. Logo, a partir do momento em que exerce sua autonomia, a mesma, conciso de sua missão, passa a operacionalizar um processo comum de planejamento e debate por suas atuações e seus resultados.

AValiação ESCOLAR NA CONCEPÇÃO DE CIPRIANO LUCKESI

A avaliação no Brasil serve ao modelo social liberal conservador, então, por mais que a sociedade garanta liberdade e igualdade, cada indivíduo, de acordo com as leis, deve, através de seu próprio esforço, conseguir auto realização pessoal, conquistando e usufruindo bens e propriedade privada.

Consequentemente, a avaliação educacional em geral e da aprendizagem em específico, contextualizadas dentro dessas pedagogias, estiveram e estão instrumentalizadas pelo mesmo entendimento teórico-prático da sociedade. (LUCKESI, 2010).

Esse modelo produziu três pedagogias: a tradicional, renovada (escolanovista) e tecnicista. A primeira é centrada no professor, no intelecto e na transmissão de conteúdo. A segunda, tem seu ponto central no sentimento, na diversidade e individualidade, e espontaneidade da produção do conhecimento. Já a terceira, centra-se na relevância dos meios técnicos de transmissão e apreensão dos conteúdos e no princípio do rendimento. Portanto, se as três pedagogias foram produzidas a partir do modelo social conservador, não há como superá-los (LUCKESI, 2010).

Tendo em vista, este atual modelo social anseia-se a real liberdade e igualdade, não somente com caráter legal. Educacionalmente, este anseio traduziu-se na pedagogia libertadora, de Paulo Freire, sua marca é a transformação que virá das classes sociais mais baixas através da emancipação das mesmas. Entretanto, prevalece a pedagogia libertária, a qual possui a ideologia de uma escola como instrumento de conscientização e organização política dos educandos; ainda, está se formulando a pedagogia dos conteúdos sociais, que é centrada na ideia de igualdade, de oportunidade para todos no processo de educação na compreensão de que a prática educacional se faz pela transmissão e assimilação dos conteúdos de conhecimentos sistematizados pela humanidade na aquisição de habilidades de assimilação e transformação desses conteúdos, contexto de uma prática social (LUCKESI, 2010).

Há um ritual envolvendo a prática da avaliação: o professor, após o fim de uma unidade de ensino ou até mesmo após um período de aulas, inicia o processo de atos e atividades que compõem a avaliação da aprendizagem escolar provas ou testes, os quais são construídos a partir das unidades trabalhadas, dependendo da relação professor-aluno, desde que os alunos não sejam indisciplinados, do contrário, isso revelará o humor do professor, que elaborará provas a fim de punir esses alunos. Em seguida ele analisa novamente, caso perceba uma certa facilidade, ele remete-se ao comportamento trabalhoso de seus alunos e decide apertá-los, deixando o teste mais difícil, muitas vezes incompreensível. No dia da aplicação, os alunos não recebem explicações, nem auxílio, todavia, não permite que as avaliações sejam entregues em branco. Após o recolhimento, as provas são corrigidas e os resultados são passados para a caderneta, e os alunos são classificados em bons ou ruins. Sem contar

a atribuição de pontos positivos e negativos. Todas essas notas são equacionadas em médias que comporão a nota final, a qual determinará aprovação ou a reprovação do aluno (LUCKESI, 2011).

Assim como diz Luckesi (2006) "entendemos avaliação como um juízo de qualidade sobre dados relevantes, tendo em vista uma tomada de decisão. Esse juízo incide sobre um objeto, os dados, os quais indicam a qualidade".

Analisando cada estrato da avaliação temos: juízo de qualidade, que em função de um padrão, julga-se a qualidade do objeto; os dados relevantes da realidade são incididos pelo juízo de qualidade, a partir do objetivo que se obtém com o objeto a ser avaliado; a tomada de decisão, que corresponde às ações para chegar à qualidade em relação ao objeto a qual se objetiva, dado o juízo de qualidade. Logo, transformando a qualidade em quantidade, não permite que o professor diagnostique a verdadeira condição do aluno, conseqüentemente nem mesmo o aluno saberá sua condição em relação à aprendizagem.

Como já citado anteriormente a avaliação escolar atual não facilita o processo de democratização do ensino, pois, está ligado à expansão do ensino e não à qualidade. Primeiramente, a avaliação classificatória deveria ser alterada pela diagnóstica, compreendendo a etapa de aprendizagem que o aluno se encontra. Assim, averiguar-se-á conhecimentos e habilidades que ainda lhe são necessários nesse processo. Ainda, para fazer valer a avaliação diagnóstica, necessita-se compreendê-la e realizá-la comprometida com uma concepção pedagógica, histórico-crítica, visando à perspectiva do aluno. Logo, será um instrumento auxiliar da aprendizagem.

Segundo Luckesi (2012), a avaliação é um juízo de valor, por uma afirmação qualitativa a respeito de um determinado objeto e o ideal é que o resultado seja aproximado do que se estabelece como satisfatório; segundo dados da realidade, isto é, indicadores específicos, com a finalidade de identificar na aprendizagem um posicionamento condizente a uma tomada de posição. Logo, a avaliação pode tomar arbitrariamente um caminho autoritário. Lembrando que atualmente a avaliação escolar ainda tem um caráter classificatório e não diagnóstico, quando se reflete sobre a prática, retornando a ela e a fim de consolidá-la. Todavia, a classificação não auxilia na aprendizagem, no avanço, pelo contrário, a aprendizagem fica estagnada, o aluno é julgado, estigmatizado.

Não há nenhuma atitude para que esse aluno saia dessa condição, mesmo que haja uma chance de recuperação, não existe um critério a demonstrar o real avanço. O julgamento de valor se dá pelo objeto da avaliação, logo não é inteiramente subjetivo, portanto, não analisa o aluno como um todo, de acordo sua condição social. Por fim, o julgamento de valor, finalidade do resultado da avaliação deve compor uma tomada de decisão, sobre o que se fazer para a aprendizagem daquele aluno.

As fases da avaliação podem ser imbuídas de autoritarismo, principalmente na tomada de decisão, uma vez que todas essas fases estão em posse do professor. As avaliações atuais são classificatórias não diagnóstica como seria mais adequado, isso classifica os alunos em inferior, médio ou

superior. Por mais que os próprios professores defendam o crescimento, na prática não é o que ocorre. Dessa forma, o ato de avaliar não serve como pausa para pensar a prática e retomar a ela; mas sim como um meio de julgar a prática e torná-la estratificada. (LUCKESI, 2012).

Com a avaliação diagnóstica há a possibilidade de visualizar o quanto falta para os objetivos estipulados. Do contrário, ao produzir médias para classificação não se possibilita produzir intervenções para o real avanço, nada se faz para modificar a situação do aluno classificado como inferior. Mesmo após uma recuperação, isto é, uma nova prova, o que não garante, pois não recupera fundamentalmente o que o aluno não alcançou, essa nota não é válida como progresso, mas média novamente, então, não considera o avanço desse aluno. Essa situação reproduz a condição social de médios, inferiores e superiores; traduzindo o pensamento liberal conservador. Tais resultados não modificam a situação social, mas sim, um meio autoritário, possibilitando a continuidade ou não desses alunos. Por tudo isso, a avaliação torna-se um instrumento disciplinador, enquadrando os alunos na normatividade social estabelecida.

Logo os resultados dependerão com o estado de humor do educador responsável, o qual pode até mesmo hostilizar os alunos com testes surpresas, como cita o autor pegando os despreparados e derrubando os indisciplinados. Ainda, há um outro, porém, no caso de alunos capazes, ao serem coagidos pelo autoritarismo, não conseguem demonstrar seu desempenho, conclusão, o professor o classifica com incompetente. Existem problemas de ambiguidades geradas por determinadas questões não tão bem formuladas, geralmente, os alunos fazem uma leitura e, o professor autoritário quer exatamente outra. O castigo em forma de avaliação também é recorrente, punindo às vezes uma sala inteira pelo acometido dos indisciplinados (LUCKESI, 2014).

Outro ato arbitrário de um professor munido do autoritarismo é a concessão e retirada de pontos da nota, sem maiores critérios para com a real aprendizagem, reprimindo uns e agradando outros. Para a mudança social é imperativa a mudança primeiramente na pedagogia, traduzida em forma de avaliação, assumindo de vez por toda, seu papel diagnóstico para o crescimento, abrindo caminhos para perspectivas democráticas. Os elementos educacionais podem e devem ser ponto de partida para transformação da sociedade, em detrimento, em uma sociedade democrática não caberia uma pedagogia autoritária. Ainda, para uma mudança social, é preciso conscientização de todos os envolvidos para uma conversão da teoria em prática a fim de uma nova pedagogia (LUCKESI, 2014).

Entretanto o resgate da avaliação educacional deve ser em prol do julgamento de valor para uma tomada de valor eficiente em prol da transformação social. Para isso a avaliação há de ser um instrumento de identificação de novos rumos, diferente da avaliação autoritária que somente conserva a sociedade, domesticando os educandos.

Uma avaliação pode ser considerada uma crítica ao percurso de uma ação', pois subsidia a construção da aprendizagem e possibilita dois tipos de decisão. Primeiramente, através dela se pode

perceber defasagens e necessidades de adequação do que foi projetado; também subsidia continuando a construção desse projeto, tendo em vista as mudanças e impasses, desde que esse projeto tenha essa mobilidade para esse tipo de ação.

Quando se fala em avaliação como crítica ao percurso de uma ação', crítica quer dizer que se busca identificar as condições políticas e sociais do mesmo projeto, logo determina a análise e verificação de que falta, do que não está claro, ou até mesmo o que não está sendo relevado, consequentemente, aponta caminhos para melhoria (LUCKESI, 2013).

Mesmo que aja percalços, a avaliação crítica possibilita sanar esses desvios, portanto, o diretor deve manter um ambiente de relações dialógicas, saudáveis, sabendo ouvir a todos, trabalhando em prol de um consenso coletivo. Assim a avaliação crítica será um ato amoroso, trabalhando pelo crescimento do educando (LUCKESI, 2013).

A avaliação subsidia a verificação da construção do projeto, enquanto o planejamento é a etapa da decisão do que será construído. A avaliação como crítica, uma vez que subsidia a construção do projeto, é como se fosse um instrumento necessário nesse processo de construção, pois visa resultados planejados, assim como redireciona ações, portanto faz parte do modo de agir do ser humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação precisa ser uma prática com muitas dimensões, e os educadores por sua vez, devem compreender que o ato de avaliar engloba vários aspectos importantes, como a valorização e compreensão do outro, é imprescindível construir um laço afetivo bem como reconhecer que é de fundamental importância conhecer a criança e suas particularidades, para que efetivamente a educação seja transformadora.

Contudo, pode-se dizer que a educação e avaliação estão entrelaçadas ambas andam juntas, o professor deve estar avaliando constantemente e observando os acontecimentos na sala de aula, e construir conhecimentos com seus alunos.

O educador deve repensar acerca da sua prática através da reflexão, gerando oportunidade aos seus alunos para obterem também uma ação reflexiva. O papel do professor inclui sobretudo, a investigação séria da ação física e mental das crianças, proporcionando mediação entre o ensinar e o aprender.

A mediação do professor no momento avaliativo, a aproximação e o diálogo, são fatores de grande relevância na educação, é, na verdade, o acompanhamento da maneira de ser de cada aluno, assim como ser histórico pessoal e familiar. Um professor mediador e familiar. Um professor mediador se interessa com as aprendizagens de seus alunos, e suas observações são uma aliada de grande valia para seus alunos na construção de seus conhecimentos, e ao observar seus alunos estará apto

para reconhecer suas habilidades e identificar suas dificuldades procurando alternativas junto com o aluno.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso e: 07 de ago. 2021.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem Escolar**. 18. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

_____. **Avaliação da aprendizagem na escola**. In: LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (Orgs.). *Temas da Pedagogia/diálogos entre didática e currículo*. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico**. – São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **Sobre notas escolares: distorções e possibilidades**. São Paulo: Cortez, 2014. 120 p.

PROCESSOS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO COMPARADA

Arnaldo Goottbergue Manguera
Jailson Freire da Silva Junior

RESUMO

O artigo faz uma proposição de análise da educação Comparada, seus limites, processos e desafios. Partindo de uma abordagem teórico-crítica acerca desta modalidade de pesquisa. O ato de comparar neste recorte nos possibilita ter uma visão mais abrangente dos elementos que compõem a educação e que práticas podemos implementar em nossa metodologia. No segundo momento é ilustrada Educação Comparada por meio de uma pesquisa nas Redes Estadual, Municipal e Privada da cidade de Serra Talhada, ao comparar os três modelos de ensino pretende-se exemplificar como as redes apresentam características específicas.

Palavras-chave: Educação Comparada; Desafios; Processos Estruturais.

INTRODUÇÃO

A educação comparada (ED) propôs-se ao longo da sua existência, a estabelecer descrição e comparação de sistemas de ensino adotados em diferentes países do mundo. Esses desafios são encarados por pesquisadores ligados às questões educacionais e a transformações importantes nos processos educativos. Esses pesquisadores percorrem o mundo em busca de informações sobre experiências educacionais que alcançaram sucesso ou não.

A pesquisa inclui também aqueles sistemas que não tiveram o êxito esperado, para que a partir dessas pesquisas, discutir, analisar e propor soluções por meio de debates, seminários, palestras e outros paradigmas de estudos e observações das realidades educacionais comparadas, na busca por melhores caminhos para a educação.

A Educação Comparada busca encontrar sentido nos processos educacionais. O seu maior objetivo não está em observar semelhanças ou diferenças de qualquer natureza nos sistemas educacionais. Apesar das diferentes culturas, mundialização, das ideologias, os processos educacionais não são homogêneos, pois as sociedades são multiculturais e multifacetadas.

Os povos das mais diversas regiões têm culturas diferentes, pautadas nas suas histórias e costumes modos de vida. Cada sociedade anda no seu ritmo, na sua cadência cultural, histórica, empenho ideológico, disposição do poder público. Independentemente destas variantes e de tantas outras, a educação Comparada tem se preocupado prioritariamente com escolarização dos indivíduos.

A comparação acontece por meio de vivências do outro nos caminhos escolhidos para estruturação do seu sistema educacional. É nesse paradigma de ação que os olhares se voltam. Ao buscar no outro um modelo para se estabelecer um determinado processo, coloca-se, automaticamente, esse outro como objeto de extrema importância que irá servir como modelo para construção

de ideias e ações previstas no planejamento em pauta. Ele será alvo de todo um processo de investigação que resultará numa análise profunda e cuidadosa acerca daquela estrutura educacional observada dentro do seu contexto cultural, social e econômico. A educação comparada compõe um campo de poderes no qual se estruturam práticas de ordem discursivas que definem caminhos a serem seguidos na conjuntura em que cada processo se encontra.

Os questionamentos vão surgindo e em função deles, tornam-se extremamente necessárias, discussões mais amplas sobre educação, seus desafios, trajetórias, influências, processos e políticas públicas destinadas ao setor, no contexto educacional brasileiro e mundial no intuito de empreender desenvolvimento no setor de forma consistente e com qualidade.

Vale ressaltar que a Educação Comparada está intimamente ligada aos interesses das entidades políticas, portanto surgem as críticas, uma vez que dados quantitativos dá margem a diferentes formas de abordagem, correndo risco de deixar de lado uma análise mais comedida, cuidadosa e refletida daquilo que apresenta as pesquisas. Investigar a história e os possíveis caminhos é um dos principais objetivos.

A educação comparada surgiu no século XIX, mas só despontou mesmo no âmbito acadêmico no século XX, de forma ainda pouco divulgada. A história da (EC) tem se voltado especialmente para discussão do destino das análises comparativas sobre educação nas suas estruturas políticas, culturais, sociais e, principalmente aspectos metodológicos que marcam, estabelecem e dominam o pensamento crítico dos especialistas que se aprofunda e investigam os métodos acerca de influências das instituições educacionais implementadas pelos países mundo afora.

Depois, com o passar do tempo, ela se tornou campo de reanálise e investigação dos processos e estruturas educacionais, iniciando uma caminhada mais firme como produto de intermináveis mutações nas esferas econômicas e políticas. É normal que a educação comparada se firme como lugar de construção reflexiva educacional, no século XIX, visto que suscitam dela outros processos de estudo, como por exemplo, o direito comparado.

Esse artigo traz a proposta de apresentar a história da educação comparada, percorrendo caminhos complexos, colocando-se entre uma reflexão e outra nas fronteiras dos desafios, a compreensão de que estruturas de investigação precisam empreender indagações permanentes e intensas para afastar os equívocos e segue em frente construindo múltiplos diálogos sobre as conjunturas em observação para conclusões precisas e confiáveis.

Objetiva-se neste explorar, analisar e investigar procedimentos e estruturas educativas, observando concepções dentro do contexto cultural e econômico dos processos educacionais vigentes no Brasil. Neste sentido, Ferreira (2009) nos diz que comparar não é uma prerrogativa da educação, da pedagogia ou de alguma área específica do campo educativo; portanto, este artigo não se limitará

unicamente em instituir comparações entre sistemas educacionais e seus métodos de procedimento operacionais.

O texto encontra-se estruturado na base de duas visões de análise. A primeira parte ocupa-se em discorrer sobre enfoques sobre a educação comparada, sendo chamada de processos, meios, observando a organicidade dessas estruturas no âmbito dos contextos em que estão inseridos.

Na segunda, uma análise sobre os avanços da educação comparada, seus limites e desafios. O objetivo é construir diálogos pertinentes e reflexivos no que se refere às proposições para o demarcar educacional.

LIMITES, DESAFIOS E PROCESSOS ESTRUTURAIS

Considerando o processo de evolução, a educação comparada é de extrema importância para o desenvolvimento de ações no sentido de melhorar o pensamento social e suas estruturas.

Desta forma, especialistas se lançam à luta para descobrir questões práticas e teóricas que estejam ligadas diretamente ao seu campo de pesquisa. A educação comparada tem o objetivo de desvendar estudos que apresentem a observação e comparação de forma consistente, clara e reflexiva do campo educativo, se constituindo como objeto de estudo, os sistemas de ensino. Nesse sentido, Correa (2011) diz:

A educação comparada é marcada pela complexidade e possibilidade de ser amplamente utilizada para levantamentos e estudos comparados que busquem a transformação educacional, bem como visando à dominação pela imposição de modelos de sucesso de gerenciamento educacional a partir da importação de modelos estrangeiros. (CORREA, 2011, p. 254)

Quando ocorre a descrição e o confronto, e educação comparada, se preocupa em fazer uma análise detalhada das semelhanças e diferenças no conjunto das estruturas observadas em todos os seus aspectos no que se refere ao contexto educacional com suas nuances.

Vale lembrar que cada sistema deve ser visto com suas peculiaridades, contextos e formas de estruturação política, cultural e econômica. A análise fora dessa esteira corre o risco de perder sua consistência e o seu comprometimento com uma investigação que mostre de fato a realidade dessas estruturas. Não se pode de forma alguma desconsiderar as circunstâncias de cada nação, quando a comparação for com outros países e aspectos importantes como geográfico, cultural, número de habitantes, costumes etc.

No âmbito das formas institucionais de ensino, e educação comparada objetiva o aprofundamento de análises de cada processo e estrutura de ensino observando as diversas relações políticas e sociais que nelas estão inseridas devido a existência de inúmeros grupos que influenciam nos rumos que tomam a sociedade em todas as suas estruturas. Nesse sentido Hans (1971), diz:

Algumas circunstâncias são de fácil discussão, pois derivam do espaço de cada nação, sua geografia, da composição e distribuição populacional, a uma discussão, é quase trivial estes assuntos, no entanto, se desdobram em problemáticas secundárias que precisarão de reflexões terciárias que servirão de aporte reflexivo transcendente às limitações primárias.

Se tornar presente faz com que uma estrutura e suas propostas políticas durem mais tempo. Dominação é o termo adequado. Essa é uma filosofia que na prática funciona. A ausência enfraquece o processo de continuidade e pode levar ao fracasso qualquer estrutura. Ou seja, o afasta a possibilidade de domínio que logo adiante serão vistos e certamente irreparáveis. A constante comunicação entre si e outras gerações, contribuem para uma sistematização crescente até a consolidação das estruturas e processos, atingindo estabilidade.

Ao se consolidar um pensamento político dominante, atraindo-se grupos pequenos, porém com projetos e objetividades mais amplos, no intuito de estabelecer estruturas organizadas. Uma Nação, por assim dizer, é um povo organizado por um sistema político. Será essa estrutura que estabelecerá todos os parâmetros para engrenagem dos sistemas educacionais dos países. Esse regime será responsável por tomar decisões que encaminharão para o sistema educacional ao futuro.

O objetivo da educação comparada não é necessariamente apresentar soluções, após suas análises. Os sistemas educacionais devem passar por longos processos de reflexão, tendo como ponto de partida a individualidades e peculiaridades das estruturas. Ela cumpre o papel de levar a sociedade entender sua cultura, os caminhos que estão percorrendo, organização e finalidades para que dessa forma, busquem modelos de desenvolvimento longe das amarras que a prende e não permite, de forma racional, criar sistemas educacionais que verdadeiramente se encaixe na realidade da população.

No decorrer da sua história, a educação comparada desenvolveu estudos objetivando mapear os sistemas educacionais, para compreender seu enredamento. Ela não é um sistema de análise estável, mas está sempre em construção, apresentando problemas e necessidades no âmbito das organizações, demarcando objetivos e métodos para produção consciente, organizada e efetiva de uma educação de qualidade. Isso, claro, depende de como as redes se estruturam, se organizam.

Muitos eventos ocorrem ao longo da história que foram decisivos nas transformações da conjuntura mundial no que se refere à educação. No caso da educação comparada, ela sempre se empenhou no sentido de entender como a dinâmica dos sistemas educativos funcionam e como eles têm contribuído para reestruturação da educação nas mais diversas regiões.

A educação comparada deve ser entendida como um método que se preocupa com análise dos sistemas educacionais no decorrer da história, acompanhando as mudanças sociais, o pensamento humano e se inserindo nesse contexto como ferramenta importante no processo de ensino e da sua efetiva melhora.

A educação comparada não pode deixar de ser produto de uma história e de uma sociedade. A comparação sempre deve ter marcado a evolução do pensamento humano, por isso, sempre esteve presente na própria construção do saber. No entanto, só num período recente da história utilizaram-na de forma sistemática. (FERREIRA, 2009, p.137).

A educação comparada ajuda a compreender o funcionamento e a estrutura dos sistemas educacionais dentro dos mais complexos contextos culturais, sociais e econômicos que se encontram, comparando métodos de ensino utilizados nas salas de aula.

METODOLOGIA

Ao analisar estes elementos teóricos sobre a temática, é oportuno que utilizamos exemplos da realidade local para compreendermos como funciona os dispositivos empregados na Educação Comparada, partindo desta premissa utilizou-se um questionário como instrumento para a pesquisa:

Para a coleta de dados nos levantamentos são utilizadas as técnicas de interrogação: o questionário, a entrevista e o formulário. Por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado. O formulário, por fim, pode ser definido como a técnica de coleta de dados em que o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas. (GIL, 2002, p.115)

Inferimos que este tipo de instrumento é mais indicado para o tipo de elementos que se pretende coletar, levando em consideração o contexto epidêmico o formulário foi construído e aplicado virtualmente.

O contexto da pesquisa são as redes Pública Municipal, Pública Estadual e Privada da cidade de Serra Talhada PE, o recorte é o 6º ano do Ensino Fundamental II, este recorte é o único possível, uma que a rede municipal não tem instituições de Ensino Médio. Os profissionais da cada instituição responderam quatro perguntas norteadoras: Quantas turmas do sexto ano a escola tem em 2021? Quantitativo de alunos? As aulas acontecem em qual modelo? e quanto aos dispositivos eletrônicos e internet dos alunos, qual a estiva? A proposição da pesquisa não apresenta um caráter de aprofundamento teórico-filosófico, mas apenas compreender como é o processo da consolidação da Educação Comparada.

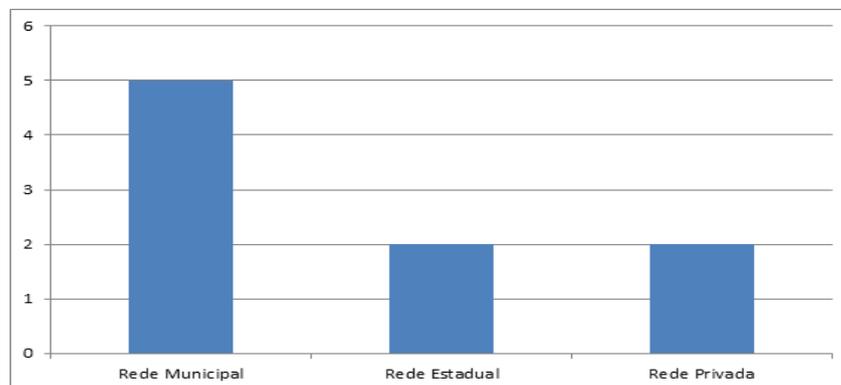
ANÁLISE DE DADOS

Os elementos captados foram confrontados com a teoria e pontuaram com considerações que se achou pertinente para exemplificar as impressões construídas a partir do exposto.

Qualquer que seja o instrumento utilizado, convém lembrar que as técnicas de interrogação possibilitam a obtenção de dados a partir do ponto de vista dos pesquisados.

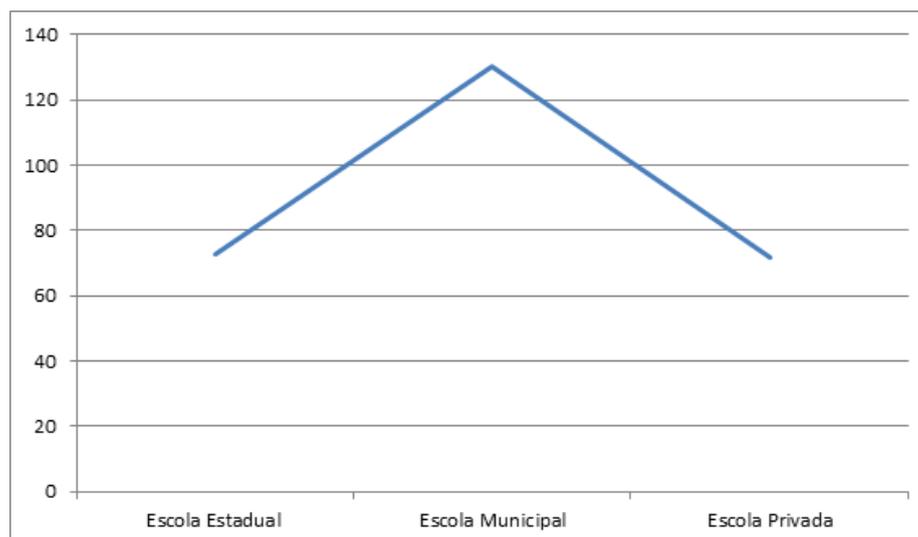
Assim, o levantamento apresentará sempre algumas limitações no que se refere ao estudo das relações sociais mais amplas, sobretudo quando estas envolvem variáveis de natureza institucional. (GIL, 2002, p. 116).

3.1. Quantas turmas do sexto anos a escola tem em 2021?



A escola municipal tem um número superior de turmas, algumas questões tem ser pontuadas a escola em questão localiza-se na área periférica da cidade, um bairro iniciado a partir do programa Federal “Minha Cansa, Minha Vida”, vale salientar que a escola em questão é a única a ofertar ensino Fundamental I e II.

Quantitativo de alunos?



Os percentuais de quantitativo por escola Estadual tem uma média de 36,5 alunos por turma, enquanto a Escola Estadual tem o número de 36 alunos, nesta análise os números são equipados. Contudo a Escola Municipal tem uma média de 26 por turma, 10 a menos que as outras redes, outras particularidades que estes alunos se subdividem nos turnos matutino e vespertino.

AS AULAS ACONTECEM EM QUAL MODELO?

Antes de termos acesso aos dados é oportuno rever os conceitos de Ensino Presencial, Híbrido e Remoto:

O Presencial é o modelo mais tradicional de ensino e o mais conhecido entre todos os estudantes. Trata-se da modalidade em que há um local físico, o professor e os alunos reunidos dentro de uma sala de aula.

Nesse modelo, os alunos têm sua presença marcada em sala de aula de forma presencial e todas as atividades necessitam do aluno no local para serem realizadas. O curso presencial tem, entre suas vantagens, a presença do professor fisicamente. Assim, é possível tirar as dúvidas na hora e compartilhar o conhecimento com outros alunos do curso.

Também é importante que o aluno atinja um mínimo exigido na carga horária para concluir o curso. Geralmente isso corresponde a 70%. As atividades ocorrem dentro de um local com horário marcado e, conseqüentemente, o aluno que estuda no modelo presencial tem no convívio diário com os colegas um diferencial no seu aprendizado.

É o modelo mais comum. O estudante entra em uma turma e com ela tem acesso a todas as atividades necessárias para a sua formação. Ele comparece às aulas conforme a instituição define e assina a lista ou responde à chamada para confirmar a sua presença.

O que normalmente é chamado de ensino semipresencial é na realidade um modelo híbrido em que coexistem atividades presenciais e a distância. Assim, ele pode ser semipresencial quando for composto por ao menos 20% de atividades a distância dentro de seu programa.

Nesse tipo de curso, mesmo as provas podem ser feitas presencialmente ou a distância. É possível que as aulas sejam realizadas em um polo específico ou de forma online, dentro de um ambiente virtual de aprendizagem.

Existem diferentes tipos de cursos semipresenciais, que podem ter maior ou menor quantidade de matérias feitas a distância. Ainda assim, o que os caracteriza é a porcentagem delas no conjunto de atividades que o programa apresenta. Hoje já existem cursos semipresenciais em que boa parte do aprendizado é feito online, enquanto outros apresentam uma menor quantidade de matérias nesse modelo.

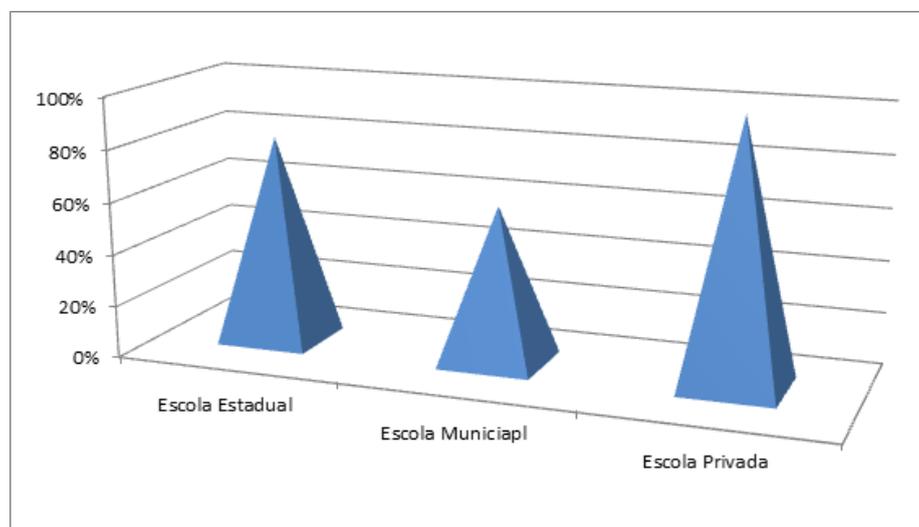
Fazer um curso semipresencial costuma ser uma solução interessante para muitas pessoas. Principalmente para quem não tem como comparecer diariamente a uma instituição de ensino, mas que deseja ter a experiência em sala de aula e pretende estudar, encontrando tempo para ir eventualmente a um dos polos. Contudo, no contexto atual esta modalidade de ensino teve que ser adotada na Educação Básica.

Por fim o Ensino Remoto ou EAD, sigla para Educação a Distância, é uma alternativa de ensino, reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), que permite que os estudantes conquistem seu tão sonhado diploma de forma online, com horários e turnos de aulas mais flexíveis. Ela acontece dentro de um ambiente virtual de aprendizagem onde as aulas gravadas ficam disponibilizadas para os alunos, que podem acessá-las quando for de seu interesse.

Voltando a pesquisa, as Escolas Estadual e Privada adotaram o modelo Híbrido, em contrapartida a Escola Municipal continua no sistema remoto, desde a sua adoção em 2020.

Este recorte do aluno é o mais penalizado, embora a secretaria de Educação de Serra Talhada adotando algumas medidas para minimizar os efeitos, como: material impresso, criação de plataformas e canal no Youtube, podemos inferir que as consequências negativas ainda serão sentidas por um longo período, isso levando em consideração que este recorte da educação já apresentava anteriormente baixo desempenho nas avaliações externas. Outro entrave desta modalidade de ensino será evidenciado no próximo elemento da pesquisa.

Quanto aos dispositivos eletrônicos e internet dos alunos, qual a estiva?



A problemática das aulas remotas fica explicitada a partir destes dados. A Escola Estadual a estimativa é que de 60% a 80% dos alunos tem dispositivos eletrônicos e internet, enquanto a Escola Privada chega ao percentual de 80% a 100% os alunos têm dispositivos eletrônicos e internet. Em contrapartida, os alunos da Rede Municipal têm apenas 40% a 60% têm dispositivos eletrônicos e internet. Este percentual vai de encontro às informações disponibilizadas pelo IBGE mostram que apesar do crescimento do acesso à Internet entre estudantes maiores de 10 anos, 4,3 milhões ainda não utilizavam o serviço no último trimestre de 2019. A maioria desses estudantes, 95,9%, eram alunos da rede pública de ensino. Na rede privada de educação, apenas 174 mil alunos não tinham

conexão à rede mundial de computadores no mesmo período. Uma das saídas para superar esse problema seria a liberação dos recursos do Fust para conectar escolas.

Os dados do IBGE da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) Contínua, que investigou no último trimestre de 2019 o acesso à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no País.

Realidade diferente vivem os alunos da rede privada, na qual quase todos os estudantes de escolas particulares, 98,4%, tinham acesso à Internet. No ensino público, esses números eram 83,7%. Quando se analisam os dados por região, nota-se uma diferença ainda maior. No Norte e Nordeste, o percentual de estudantes da rede pública que utilizaram a Internet foi de 68,4% e 77,0%, respectivamente. Nas demais regiões esse percentual variou de 88,6% a 91,3%.

Estas informações locais reproduzem os dados locais e evidencia a falta de investimento na rede pública acentuada na Rede Municipal de Ensino, este de comparação é indispensável para que possamos compreender como funciona na prática a Educação Compara, sobretudo na perspectiva de alunos do Curso de mestrado, poder fazer este tipo de análise é uma experiência fundamental até para que possamos combater e minimizar esta realidade da nossa educação nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão dos estudos comparados apresenta diversas vertentes de análise que buscam dar conta das dimensões amplas do universo pesquisado. A abordagem histórica deste trabalho é indispensável para que possamos compreender as características da Educação Comparada nos dias atuais

A Educação Comparada busca encontrar sentido nos processos educacionais. O seu maior objetivo não está em observar semelhanças ou diferenças de qualquer natureza nos sistemas educacionais. Apesar das diferentes culturas, mundialização, das ideologias, os processos educacionais não são homogêneos, pois as sociedades são multiculturais e multifacetadas.

E mesmo dentro de uma mesma cidade encontramos particularidades nas diferentes redes. Neste sentido foi oportuno confrontar as redes Municipal, Estadual e Privada com o objetivo de analisar o contexto da pandemia. Os números retiraram a disparidade de investimentos e como o aluno da Rede Municipal é mais penalizado, como a pesquisa apontou o número de alunos que tem um aparelho eletrônicos e sinal de internet é mínimo, conseqüentemente o baixo rendimento dos discentes é uma realidade complexa que se acentuou recentemente.

Este tipo de análise ilustra a importância da Educação Compara e como ele nos fornece indícios de como podemos superar as adversidades

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação/SETEC. **Currículo Referência:** políticas públicas para a educação profissional e tecnológica. Brasília: MEC, 2004.

CORREA, João Jorge. **Educação comparada:** um esboço para compreender as fronteiras e os limites da comparação. Revista Visão Global, 2011.

FERREIRA, A.G.O. **O sentido da educação comparada:** uma compreensão sobre a construção de uma identidade. In MARTINEZ, S.A.; rotas do além-mar. São Paulo: Xamã, 2009, p. 137-166.

GIL, Antonio Carlos. **Método e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo, SP: Atlas, 1994.

HANS, N. **Educação comparada.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

A TEORIA EMOCIONAL NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL: A INFLUÊNCIA DA SUA INSERÇÃO NAS ESCOLAS

Regiane de Jesus

RESUMO

O trabalho acadêmico científico, apresenta um preâmbulo sobre a aprendizagem e suas construções como teoria da educação, enfatizando-se a abordagem emocional e sua utilização dentro das escolas, somando-se a cognitiva e construtiva ou ainda para além destas massivamente utilizadas, inseridas na educação no Brasil, e que podem influenciar para um 5-aprendizado significativo nas instituições de educação, levantando fatores, características e 6-situações de vida que interferem diretamente nos resultados do aprendizado em sala e os desdobramentos causados por sua falta nas escolas. O artigo busca, fazer uma breve análise das origens da utilização dessa teoria emocional, nos berços gregos e romanos apresentando uma série de fatores que já influenciavam na época em questão. O objetivo do trabalho é demonstrar possibilidades de uma visão impactante e positiva com a adesão da teoria emocional dentro das escolas, levantando argumentações que levem a compreensão que um indivíduo com emocional comprometido, pode implicar no rendimento do aprendizado.

Palavras-chave: Teoria da Educação; Paradigmas; Teoria Emocional.

INTRODUÇÃO

O artigo, aborda a temática: Teoria Emocional nas Escolas de Ensino Fundamental: A influência da sua inserção nas escolas: possibilidades de sua utilização cotidiana conjuntamente com a teorias da educação mais utilizadas, sua influência no grau de aprendizado e suas implicações e sua origem de inserção no ensino desde os primórdios do mundo antigo.

O trabalho, faz uma breve abordagem sobre este conceito de inteligência emocional como propósito do indivíduo saber gerir os próprios sentimentos para que consiga ter um aproveitamento de aprendizado dentro da sala de melhor performance, comparados aos que se observa hoje. Isto porque este ponto permeia bases como conflitos, autoconhecimento emocional, automotivação, relacionamentos interpessoais dentre outros, que diretamente encontram-se nas escolas de nível fundamental.

A pesquisa de caráter Bibliográfica, pois tem como principal instrumento, as leituras de obras e autores que já desenvolveram estudos sobre Teoria Emocional nas Escolas de Ensino Fundamental: A influência da sua inserção nas escolas

Através deste estudo, busca-se refletir sobre a forma como estão aprendendo hoje, e como as teorias de educação na linha emocional contribuiria para um aproveitamento significativo e positivo nas escolas, considerando que a escola por vezes se torna palco de ações mais explícitas como início de relacionamentos, bullying conflitos familiares e abusos dos mais diversos aspectos.

Busca-se verificar as teorias de abordagem do ser humano, considerando-se a complexidade do homem e entender que seus variados comportamentos são determinados por inúmeras motivações devido a socialização do meio que permeia, e não dependente de uma limitação biológica. O homem assim e sua construção seria resultado do impulso das suas vontades e desejos arraigado a um termo de homem racional, dessa forma compreende-se dentro da psicologia, que o homem sempre está orientado por variadas motivações das mais infinitas ordens e necessidades.

Pressupõe-se que no final do desenvolvimento do artigo mostra-se possibilidades de uma visão impactante e positiva com a adesão da teoria emocional dentro das escolas, levantando argumentações que levem a compreensão que um indivíduo com emocional comprometido dentro da instituição de educação, pode também comprometer de forma bastante considerada o desempenho do rendimento do aprendizado, e com isso obter a melhor maneira de trabalhar as ações que interfiram e amenizem ainda que paliativamente neste setor do ensino-aprendizagem e que contribuam no meio educacional.

A ORIGEM DA INSERÇÃO DA TEORIA EMOCIONAL NA ANTIGUIDADE

Desde os tempos históricos antigos, as afirmações ou mesmo conceitos de como lidar com a inteligência emocional para atividades triviais comportamentais ou mesmo educacionais já eram levantadas com a finalidade de compreender como o homem lida com os acontecimentos do seu dia a dia e como esta emoção interfere no seu processo cognitivo de ensino ou controle da própria vida. O conceito do mundo antigo que colabora com esse entendimento para ter o controle de si, fazendo com que manobre, dê a dobra para entendimento das próprias emoções, ficou conhecido como Enkrateia, que é um termo grego que quer dizer controle sobre si que vem ganhando uma larga escala de público desde os anos 90, mas que não é um debate recente e sim de séculos, o que chamamos hoje de alfabetização emocional, onde, dominar sua inteligência emocional, significa ser capaz de perceber suas emoções, saber nomeá-las entendendo os gatilhos, para então, desenvolver maneiras de lidar com eles, porque são muitos: mágoa, raiva, medo alívio dentre outros. Neste sentido, ressalta GOLEMAN (2011, p.29)

Como observa Aristóteles, o problema não está na emocionalidade, mas na adequação da emoção e sua manifestação. A questão é: como levar inteligência às nossas emoções, civilidade às nossas ruas e envolvimento à nossa vida comunitária.

Administrar essa carga emocional no circuito da vida em vários âmbitos, perpassa por falar da escola, visto que é um lugar de socialização, aproximações e não mais somente de apenas levar ou compartilhar conhecimentos para estudantes. Neste sentido a escola deve estar atenta, pois os alunos não são mais nem nunca foram sujeitos individuais cujo o objetivo na escola era unicamente de

aprender, mas que são seres carregado de muitos sentimentos particulares, e dentro das instituições educacionais terão contatos com outros sentimentos que juntos aos seus, poderão de alguma maneira favorecer ou não seu processo de ensino aprendizagem, segundo SANTOS:

A educação com objetivos exclusivamente cognitivos tem se mostrado insatisfatória, pois apesar de tantos avanços tecnológicos, da televisão, de computadores e, multimídias utilizados no processo educacional, as novas gerações tem mostrado crescente falta de competência emocional e social (SANTOS, 2000, p.22)

Na visão de Santos, para a escola ter esse olhar para o indivíduo, observando o sentimento, ela deve ser uma mediadora para ações educativas, um palanque para saberes entrecruzados, que prime pelo sujeito dando margem as suas inteligências, aptidões, onde o indivíduo pode expressar sua liberdade, suas emoções numa visão de escola que oportuniza construção de conhecimento a partir de socialização de compartilhamento de saberes, o que chamou de paradigma emocional.

Esse ponto muito tem a ver como circuito de divisão das mentes em emocional e racional. A primeira, que tem a ver com sistemas de impulsividade rápida que permite respostas instantâneas informando que a vida está em perigo e em qual a demora na resposta poderia levar a morte, motivação pela qual existem em se tratando de saúde mental, opções terapêuticas de acalmar a mente através de meditações, canto, dança, pintura, atividades que de alguma forma levem a mente do sujeito a um outro patamar para desviar das situações de risco que a mente criou, o que pode ser usado perfeitamente dentro das escolas, tornando-as um espaço motivador e socializador; mas considerando também a mente racional, outra divisão da mente, que é capaz de ponderar, refletir e que permite ações mais demoradas aos estímulos, que conjuntamente com a mente emocional se completam, e fazem juntas um sujeito com compreensão melhor do seu entorno, conforme Santos:

Os centros superiores não podem controlar totalmente a vida emocional e a Educação Emocional objetiva exatamente criar condições para o controle dos impulsos emocionais. Existe uma área do cérebro emocional, acima do tronco cerebral, denominada de amígdala, que é fundamental para a vida emocional. Foi verificado que a vida sem amígdala é destituída de significados emocionais: animais que têm a amígdala retirada são incapazes de sentir medo ou raiva e perdem o impulso para competir ou cooperar, ficando com as emoções embotadas ou ausentes de um modo geral. Sabe-se hoje que, quando há uma situação desencadeadora de medo, a amígdala estimula a secreção dos hormônios que vão desencadear a reação de "luta-fuga", determinando também a contração dos músculos faciais relacionados com o medo. (SANTOS, 2000, p. 39)

O medo, principalmente no antes, durante e pós pandemia do Corona Vírus, pode ser visto no semblante de cada ser social envolvido no processo ensino aprendizagem das instituições, e conhecer as razões científicas e saber trabalhar gatilhos dentro da escola, onde o público concentra-se em

grande número com os mais variados aspectos de problemas familiares, financeiros, culturais, se fazem fundamentais nestes tempos atuais.

Compreender como sujeito que aprende, lida com o compartilhamento de conhecimento que recebe e a porcentagem que retém, considerando os níveis de carga emocional envolvidos em si, é um desafio deste século, pois é notadamente percebido que esta relação é nitidamente preponderante no resultado do ensino-aprendizagem dos estudantes da escola pública, considerando que é nesta fase do ensino fundamental que ocorre números elevados de conflitos, assim pode -se inferir que o papel da escola atual é criar mecanismo que promovam o aprendizado mais socializador e prazeroso, pois como Goleman afirmou “ aprendemos sempre melhor quando o assunto a ser estudado nos interessa e nos dá prazer. Neste sentido, à escola e aos docentes restam, conforme Cassassus:

A educação também resulta das relações que acontecem com as interações entre professores e alunos e as relações são, por definição, emocionais. Para transmitir o gosto pelo conhecimento um professor dominar os conteúdos de sua disciplina, e também acolher as turmas, identificando e trabalhando interesse e sentimentos. (CASSASSUS, 2009, p.203)

Desta forma, a aceitação por parte do sujeito que aprende seria positiva e traria maior segurança para os estudantes, deixando-os seguros, relaxados, e com atenções participativas e espontâneas, sem receios de cometimentos de erros tão naturais em sala de aula, e que no fim servem para aprender mais e deixá-los mais confiantes. A ideia de compreensão, empatia com relação ao sujeito que aprende, desenvolve abertura de conhecimento por parte do aluno de adquirir aprendizado de coisas mais motivantes e com o isso o desinteresse e a indisciplina ficam em números baixos. Faz-se necessário aqui os acolhimentos e o olhar nestas emoções que escola ainda não conseguiu compreender o que leva a reflexão do pensamento de Kondo:

... as necessidades humanas não ascendem à hierarquia em sequência ordenada, ou seja, todas as cinco necessidades estão sempre presentes, mas sua importância relativa gradativamente varia de um nível baixo para um alto, conforme nosso padrão de vida se eleva [...]. Ao pensar a respeito da motivação humana, é importante reconhecer que os seres humanos estão sempre sentindo necessidades de vários tipos. (KONDON, 1994, p.17)

Nesse sentido, e ao tratar de motivações e inteligências emocionais dos estudantes em salas de aula, há de se considerar refletir e atuar diante daquilo que impulsiona-os a aprender, compreendendo o grau das suas relações familiares e ao redor dos outros círculos sociais, pois nos dias atuais é notadamente percebido transformações nas vidas individuais dos alunos em geral, que comprovadamente bloqueiam a suas aberturas para socialização do aprendizado, suas interações com o mundo, fazendo com que se fechem o que implica diretamente nos resultados do sistema educacional e pessoal, ao considerarmos ambos, conforme aponta Golleman:

“[...] Havia conjecturado que as crianças de hoje seriam vítimas involuntárias dos progressos econômico e tecnológico, inábeis em QE porque seus pais passam mais tempo no trabalho do que as gerações anteriores, porque a mobilidade crescente cortou os laços com a família mais ampla e porque o tempo “livre” se tornou estruturado e organizado demais. Afinal, a inteligência emocional sempre foi tradicionalmente transmitida nos momentos da vida cotidiana —com os pais e os parentes, e na desordem das brincadeiras livres — que os jovens estão perdendo. E também há o fator tecnológico. Atualmente, as crianças passam mais tempo sozinhas do que nunca na história da humanidade, olhando para um monitor. Isso significa um experimento natural numa escala sem precedentes. Essas crianças peritas em tecnologia, quando se tornarem adultas, se sentirão tão confortáveis com outras pessoas como se sentem com seus computadores? Em vez disso, desconfio que uma infância cuja relação seja com um mundo virtual desprepararia nossos jovens para as relações face a face. (GOLLEMAN, 2011, p. 19)

Adaptar ou seguir currículo com os temas de interesse deles, e não sua utilização única e exclusiva tanto nos tratos familiares ou escolares, se faz necessário. Afinal, o aprendizado exige uma motivação interna de quem aprende. Por exemplo: se preciso falar História, de expansões e navegações de conceitos como monarquias e Império Brasileiro para o universo de adolescentes; será possível encontrar caminhos para que esse entusiasmo se encaixe no planejamento curricular. Dessa forma, consigo elaborar dezenas de atividades. Trata-se de adaptar o conhecimento a uma maneira compatível com o fluxo natural em que a turma está inserida naquele momento.

SUJEITOS COM A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL COMPROMETIDA APRENDEM?

Saber que o interesse dos estudantes está relacionado às suas condições de vida e que se pode explicar qualquer matéria adaptando-a a essa lógica; desencadeia também em saber que é preciso estar preparado para situações inesperadas, encontrando soluções inéditas e criativas em vez de recorrer sempre ao mesmo jeito de ensinar, o método da pedagogia tradicional. Um bom professor, que conhece sua disciplina e as emoções de seus alunos, é proposto que conseguirá fazer isso.

As emoções se classificam como uma resposta a fatos marcantes. Embora muitos a considerem como uma disposição para a ação. Entretanto, a emoção é mais do que a simples experiência fisiológica ou psicológica. É uma energia vital, que liga os acontecimentos do mundo externo com o mundo interno de cada um de nós. Muitas de nossas atitudes são disparadas por uma emoção. Então, o que aprendemos e como aprendemos depende das emoções. As pesquisas da chamada "década do cérebro", os anos 1990, ressaltam que percebemos o mundo antes pelos nossos sentimentos, por meio de estímulos recebidos pelos sentidos, do que pela razão. Daí a importância de um ambiente de respeito mútuo como estímulo para a aquisição de conhecimentos, conforme afirma Goleman:

As emoções, por tanto, são importantes para a racionalidade. Na dança entre sentimento e pensamento, a faculdade emocional guia nossas decisões a cada momento, trabalhando de mãos dadas com a mente racional e capacitando—ou incapacitando—o próprio pensamento. Do mesmo modo, o cérebro pensante desempenha uma função de administrador de nossas emoções – a não ser naqueles momentos em que elas lhe escapam ao controle e o cérebro emocional corre solto. Num certo sentido, temos dois cérebros, duas mentes - e dois tipos diferentes de inteligência: racional e emocional. Em geral, a complementaridade de sistema límbico e neocórtex amígdalas e lobos pré-frontais significa que cada um é um parceiro integral da vida mental. Quando esses parceiros interagem bem, a inteligência emocional aumenta- e também a capacidade intelectual. (GOLEMAN, 2011, p. 59-60)

Assim, precisa-se repensar modelos do século XIX, quando os sistemas educativos nacionais foram criados, e que predominava uma visão racionalista do ser humano. Tudo que tivesse a ver com corpo e emoções tinha de ser afastado porque ia contra o desenvolvimento da faculdade superior de raciocinar, vista como o caminho do progresso e da felicidade. O resultado disso foi a criação de uma organização anti-emocional, onde prevalecem as humilhações, as comparações, os juízos de valor e as desqualificações. O resultado é uma escola indisciplinada, com pouco grau de aprendizado apesar da gama tecnológica que hoje se tem, bem como uma escola agressiva.

Na contramão dessas teorias do século XIX, temos outras afirmativas que atuam nas assertivas que a partir de uma inteligência emocional trabalhada, pode-se alcançar autocontrole, persistência, zelo, explicando assim o fato do sucesso de muitas pessoas com a base das emoções controladas, fiquem em muitos casos à frente daquelas cujo o quociente de Inteligência-QI impera, nas informações de Goleman:

Se há um remédio, acho que ele consiste na preparação de nossos jovens para a vida. Atualmente, deixamos a educação emocional de nossos filhos ao acaso, com consequências cada vez mais desastrosas. Uma das soluções é uma abordagem da parte das escolas em termos da educação do aluno como um todo, ou seja, juntando mente e coração na sala de aula. Nossa viagem termina com visitas a escolas inovadoras, que visam dar às crianças rudimentos da inteligência emocional. Já antevejo o dia em que o sistema educacional incluirá como prática rotineira a instilação de aptidões humanas essenciais como autoconsciência, autocontrole e empatia e das artes de ouvir, resolver conflitos e cooperar. (GOLEMAN, 2011, p.28)

Na BNCC (2018), a Competência é definida como a mobilização do conhecimento, habilidades, atitudes e valores para resolver as demandas complexas da vida cotidiana no pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho onde

A educação básica deve visar a formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão

intelectual(cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa ainda assumir, uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto, considerando-os como sujeitos da aprendizagem- e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, as suas singularidade e diversidades [..]. (MEC, 2018, p.14)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sujeito da Educação, docente e discente, deve deixar de ser encarado como puramente racional. Ele é um indivíduo que se divide em três partes: razão, emoção e corpo. Essa forma diferente de pensar muda completamente a maneira de ensinar, que até agora tem sido condutivista - ou seja, baseada na ideia de estímulo resposta: a crença de que bastava o professor explicar a matéria para que todos aprendessem. Isso vem fracassando diariamente e o que se observa, em geral, é uma desmotivação fenomenal dos estudantes.

É possível desenvolver algumas atitudes para o desenvolvimento da Educação Emocional. A primeira é dar-se conta dos próprios sentimentos. A segunda, observar o que ocorre com a turma. A terceira, entender as pessoas para estabelecer conexões com elas. A quarta, cuidar da qualidade dessas interações. A quinta, ter consciência das ligações entre as coisas que acontecem na aula. A sexta, demonstrar empatia pelo que acontece com o outro. E, por fim, se responsabilizar pelo que ocorre em sala, sem ficar procurando fora dela culpados pelos insucessos.

Logo o ambiente favorável à aprendizagem na escola - mais especificamente, a necessidade de um clima emocional adequado dentro da sala. Das instituições fará com que alunos se deem bem com os colegas, sem clima de muitas brigas, e o relacionamento harmonioso predomina, bem como o sentimento de segurança e proteção.

Concluiu -se evidentemente não há nada acabado, não se pode afirmar que a Educação Emocional é uma receita pronta ou um tutorial de como resolver os problemas da Educação Básica. O objetivo é disseminar a importância da Educação Emocional como aliada no processo de ensino-aprendizagem, e que esta deve estar presente e ser vivenciada no cotidiano escolar também.

REFERÊNCIAS

CASASSUS, Juan. **Fundamentos da Educação emocional**. Brasília: UNESCO, Liber Livro Editora, 2009.

Goleman, Daniel. **Inteligência emocional [recurso eletrônico] / Daniel Goleman; tradução Marcos Santarrita**. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.recurso digital.

KONDO, Yoshio. **Motivação humana: um fator chave para o gerenciamento**. São Paulo: Gente, 1994.

MEC. Ministério da Educação e Cultura. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versãofinal_site.pdf>.

SANTOS, Jair de Oliveira. **Educação Emocional na Escola: a emoção na sala de aula**. 2ª Ed. Salvador, 2000.

TEORIAS EDUCACIONAIS E A DIMENSÃO INTERATIVA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO PROCESSO EDUCATIVO

Isa Maria Pimentel
Valmir Campos Gil

RESUMO

O presente artigo aborda, inicialmente, uma breve revisão conceitual das teorias educacionais, tentando evidenciar alguns pontos da sua evolução histórica desde os primórdios da humanidade. Para o segundo momento discute relevantes características da educação a distância em seus diversos aspectos, bem como leis que regem a legalidade desta modalidade educativa e algumas demandas do sistema educacional. E a importante relação das tecnologias de informação e comunicação com o processo de ensino aprendizagem na vida do ser humano tornando-os participantes da sociedade do conhecimento.

Palavras-chave: Teorias Educacionais; Educação à Distância; Sistema de Ensino.

INTRODUÇÃO

Segundo Platão, todos já nascem com um estoque pronto, de informações e saberes. O mestre estimula no aluno a transferência desse conhecimento para a consciência. Já Sócrates propõe o empirismo onde o conhecimento está no meio exterior diferente de Platão que teoriza dizendo que o conhecimento está no ser. Para a óptica aristotélica há uma outra perspectiva da dimensão educacional: a felicidade é o bem maior. E só a educação pode promover a felicidade ideal. O construtivismo de Piaget nos apresenta que o conhecimento é erguido gradativamente pelo próprio sujeito tendo como facilitador o educador. E tudo deve convergir para o aluno para formar essa pessoa, esse sujeito em alguém digno de entrar para a sociedade não só como usufruir dos bens sociais, mas também como um promotor dos bens sociais. Na visão teórica do construtivismo de Vygotsky segue uma linha da construção do ser; da construção gradativa do ser, respeitando-se o avanço mental com as adequadas cargas de saberes e comportamentos.

Para o momento seguinte, faz-se uma discussão sobre os primórdios da humanidade, os processos de ensino eram muito rudimentares – ensino e aprendizagem eram muito mais visuais e ilustrativos do que formal. A história da educação teria assim começando de uma maneira intuitiva e natural, com as crianças aprendendo com os mais velhos por meio da observação, da mesma forma como fazem os animais. Quando exatamente isso aconteceu é algo que não se pode definir com exatidão. A partir do início da idade média o aprendente passa a ter um comportamento mais passivo, onde ele vai aprender a ouvir e aprender a fazer suas anotações e a educação passa a ser mais direcionada.

Os grandes pensadores da educação a partir dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX apresentaram uma educação mais massificada, mais aberta, pública, global, contrapondo-se aquela educação mais direcionada do período da idade média. A partir desse período temos na escola uma educação formal, uma transmissão de saberes comportamentais e integrativos; uma retomada do ensinar o comportamento e também a transmissão dos saberes técnicos científicos.

A educação a distância surgiu por volta do século XIX com o curso de contabilidade por correspondência na Suécia naquele momento caracterizado como um nascedouro bem de um sistema bem simplório. Um pouco mais tarde, o sistema de ensino e aprendizagem ofertou cursos e tele aulas a distância. Atualmente, utiliza-se uma educação a distância via internet, com um percentual de uso digital crescente de equipamentos informatizados e de recursos com a disponibilização de apostilas, artigos, textos digitais e diversos vídeos para alunos, materiais teóricos virtualizados.

A ideia de que tecnologias de informação e comunicação facilitam o processo de ensino-aprendizagem está ligada ao fato de que a tecnologia entra na vida do homem para facilitar, desenvolvendo habilidades, tornando-os participantes da sociedade do conhecimento. (VIEIRA, 2003).

[...] tecnologias criam novas chances de reformular as relações entre alunos e professores e de rever a relação da escola com o meio social, ao diversificar os espaços de construção do conhecimento, ao revolucionar processos e metodologias de aprendizagem, permitindo à escola a um novo diálogo com os indivíduos e com o mundo. (LEOPOLDO, 2002).

BREVE REVISÃO CONCEITUAL DAS TEORIAS EDUCACIONAIS

Então de acordo com a teoria de Platão o conhecimento é inato, onde o indivíduo já nasce com uma carga de conhecimento, de saberes e a educação formal ou informal apenas despertará no indivíduo para que ele pense os conhecimentos de cada momento da sua vida que já estão nele e aplique trazendo esses conhecimentos para a consciência. Platão defendia que,

(...) o Inatismo, nascemos como princípios racionais e idéias inatas. A origem das idéias segundo Platão é dado por dois mundos que são o mundo inteligível, que é o mundo que nós, antes de nascer, passamos para ter as idéias assimiladas em nossas mentes. Quando nós nascemos no mundo conhecidos por todos, o mundo em que vivemos, denominado por Platão como mundo sensível nós já temos as idéias formuladas em nossas mentes, mas muito guardadas que para serem utilizadas é necessário “relembrar” as idéias já conhecidas através do mundo inteligível. (grifo nosso).

E Sócrates diz que o conhecimento está no meio exterior, ou seja, os cinco sentidos nos permitem observá-los – um novo cheiro, um novo sabor, um novo jeito de um objeto a ser palpável ou tocado – e isso vai trazer então ao conhecimento do indivíduo; ao aprendente o despertar cognitivo fazendo com que o aluno assimile esses despertamentos; por exemplo, a criança vai aprender

o que é uma árvore por olhar para a árvore; ela vai tocar e vai conhecer pelos seus sentidos o que está ao seu redor, diferente do que propôs Platão de que tudo já está no indivíduo, mas o mestre vai conduzi-lo aquilo; vai estimular a transferência desse conhecimento que está no indivíduo para a sua consciência, para o seu pensamento.

O empirismo é caracterizado pelo conhecimento da ciência, sendo que a sabedoria é adquirida pelas percepções sensoriais, sem depender de objetivos e significados primários. Consiste em uma teoria epistemológica que diz que todo e qualquer conhecimento deve ser fruto de uma experiência, sendo que essa é a responsável por estabelecer valores, origens e limites desse saber. (grifo nosso).

Para isto, a vida do cidadão deve ser voltada para a *pólis* e para o convívio ético em sociedade. E somente a educação formal e a informal pode promover a felicidade enquanto indivíduo, enquanto família, enquanto sociedade. Para Aristóteles

(...) a felicidade se define em uma ação perfeita e no exercício da virtude. A felicidade do Estado está ligada ao saber e à vontade dos cidadãos. Ela é a atividade para a qual tende a virtude, é o resultado da virtude humana e, sendo assim, pertence à categoria dos bens divinos por excelência. É uma atividade que possui seu fim próprio, enquanto que as outras tendem para ela. (BRASIL ESCOLA, 2021).

Então o cidadão deve ser levado com sua consciência para o convívio em sociedade. Só que o sujeito veio da base educacional que é o seio familiar em seguida na escola já sendo alimentado. Seus primeiros anos educacionais é a família sendo moldada com conteúdos cognitivos impregnados a mente do senso ético, do senso moral; do senso do seu direito que não pode invadir o direito do outro.

A visão Piagetiana defende que esse agente facilitador vai levar o indivíduo a defrontar-se com situações, com objetos que requeiram as esperadas soluções, neste caso o sujeito central do processo da educação é o aluno. Para este teórico, o conhecimento

(...) não pode ser concebido como algo predeterminado nem nas estruturas internas do sujeito, porquanto estas resultam de uma construção efetiva e contínua, nem nas características preexistentes do objeto, uma vez que elas só são conhecidas graças à mediação necessária dessas estruturas, e que essas, ao enquadrá-las, enriquecem-nas (PIAGET, 2007, p.1).

Na concepção do construtivismo o sujeito vai recebendo cargas periódicas de ensinamentos, justamente o que vai sendo construído na sua consciência para então dar sequência na sua vida social.

Piaget ainda pontua que “para cada aprendiz, ou grupo de aprendizes “pares”, crianças de uma mesma faixa etária, adolescentes, jovens, níveis de avanço equivalentes (amadurecimento e

desenvolvimento). Gradativamente vão chegando à consciência do indivíduo os saberes em níveis de complexidade e utilidade adequados.

Na visão teórica do construtivismo de Vygotsky “Todos nascemos com cargas psicológicas básicas (reflexos) e, com o passar do tempo, pela interação com o meio externo, desenvolvemos componentes psicológicos mais avançados como a linguagem e a elaboração de conceitos”.

Para isso, o construtivismo de Vygotsky ainda propõe que o aluno participe ativamente do próprio aprendizado, mediante a experimentação, a pesquisa em grupo, o estímulo à dúvida e o desenvolvimento do raciocínio, entre outros procedimentos. O que vai de encontro a análise do Art. 205 da Constituição Federal de 1988

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O construtivismo procura explicar como a inteligência humana se desenvolve partindo do princípio de que o desenvolvimento da inteligência é determinado pelas ações mútuas entre o indivíduo e o meio, ou seja, o homem não é passivo sob a influência do meio, isto é, ele responde aos estímulos externos agindo sobre eles para construir e organizar o seu próprio conhecimento, de forma cada vez mais elaborada

CONTEXTO EVOLUTIVO DA EDUCAÇÃO NA MENTE HUMANA

Nos primórdios da humanidade não existia educação formal, não existiam escolas muito menos governos, estados ou nações. Os processos de ensino eram muito rudimentares – ensino e aprendizagem eram muito mais visuais e ilustrativos do que formal. Uma aprendizagem mais haver com o visual ilustrativo ou com o auditivo, algo rudimentar em termos de ilustrações, alegorias com transmissão meramente oral e lúdica. Algo simplório mais haver com o rudimentar. E mais adiante com o advento da escrita e a transmissão do conhecimento de geração para geração também pode ser feita através da escrita. Um processo relacionado muito mais à sobrevivência do que propriamente a outras dimensões da vida humana.

Na Grécia antiga ocorreu o nascimento de uma educação mais personalizada. A formação do cidadão, a formação do agente público. Quando o indivíduo ia para Pólis discutir o bem estar comum da sociedade ele precisava estar preparado para aquele momento com cargas suficientes de saberes. A questão da observação do indivíduo enquanto agente social do que ele era de acordo com o seu comportamento.

E o que prevalecia nessa época eram os saberes comportamentais; mais o pensar – pensamento – mais o fazer estratégias do que propriamente a operacionalidade, o fazer, a mão na massa. Nesta época a educação tinha em vista preparar sim o cidadão enquanto componente social com seus saberes comportamentais. Nesse período ficou mais evidente uma metodologia mais ativa do aprendizado.

A partir do início da idade média o aprendente passa a ter um comportamento mais passivo, onde ele vai aprender a ouvir e aprender a fazer suas anotações e a educação passa a ser mais direcionada. A igreja apresentava esse método de transmissão de saberes filosóficos e dogmáticos numa proporção oitenta e de transmissão de saberes teológicos comportamentais numa proporção vinte. Principalmente no período da alta idade média, também conhecida como idade das trevas ou período do obscurantismo. Não dá para compreender como uma educação adequada, há um grande desequilíbrio porque o comportamento do indivíduo deixou de ser um grande foco. E o que prevaleceu foi o saber filosófico dogmático da igreja.

Os grandes pensadores da educação a partir dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX apresentaram uma educação mais massificada, mais aberta, pública, global, contrapondo-se aquela educação mais direcionada do período da idade média.

A aprendizagem humana é tida como um processo contínuo de transformação onde o educador atua como colaborador para o desenvolvimento dos seres humanos. (FERREIRA, 2007).

CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O nascedouro legal da educação a distância a partir do Decreto nº 5.622/2005 estabelece no

Art. 1º. Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Para Silva (2001) é evidente que o professor na era tecnológica está sendo desafiado a modificar sua forma de educar e se comunicar com seu aluno, é preciso inventar um novo modelo, pois nos encontramos em uma nova época que favorece a disseminação do saber.

Sua utilização deve ser para buscar uma evolução da educação, pois permite a exploração e a construção do conhecimento oferecendo aos alunos experiências de forma imersiva e interativa com o conhecimento, auxiliando para que as informações sejam totalmente adquiridas e adequadamente assimiladas. (BRAGA, 2001).

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO UTILIZADAS NA EAD

Desde o final dos anos 80, as escolas públicas vêm sendo equipadas com grande quantidade de tecnologia, sendo encontrada atualmente várias escolas tanto públicas como privadas, que tem disponibilizado acessos a inúmeras mídias que podem ser inseridas no desenvolvimento da aprendizagem. (ALMEIDA; PRADO, 2005).

Contar com o apoio das máquinas contribui imensamente para o desenvolvimento do conhecimento, pois, ela é uma ferramenta capaz de melhorar a prática pedagógica, por meio da estimulação, da participação e da intervenção dos processos de pensamento dos alunos. (PRADO, 2005).

A utilização de tecnologias como meio de apoio para o ensino-aprendizagem está evoluindo rapidamente nos últimos anos, mídias digitais tornam possíveis diálogos entre diferentes linguagens transformando a maneira de expressar o pensamento e de se comunicar, a interação entre tecnologia, linguagem e representações tem papel fundamental para a formação de pessoas, estabelecendo condições para convívio e a atuação em meio à sociedade. (ALMEIDA; PRADO, 2005).

Estudos demonstram que utilizar novas tecnologias, seja as de informação ou as de comunicação, trazem enormes contribuições em todos os níveis de ensino, apresentando múltiplas possibilidades segundo uma determinada ideia de educação que ultrapassa atividades escolares. (VIEIRA, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossas considerações finais evidenciamos que em meio a essa realidade vivida pelo sistema de ensino, anseia-se por métodos diferentes de ensinar, para que o aluno tenha uma aprendizagem significativa, indo muito além da transmissão de conteúdos. Na busca de novos métodos de ensino-aprendizagem, uma ferramenta que se mostra com muito potencial para evoluir a educação é a tecnologia.

Recursos tecnológicos auxiliam a dinâmica do aprender, sua utilização enriquece as situações de aprendizagem e colabora para que o conhecimento adquira um grau maior de significação para os alunos. (GABINI; DINIZ, 2009)

Utilizar recursos tecnológicos vai muito além de tornar aulas apenas mais dinâmicas. A tecnologia estimula e incentiva os alunos, despertam o interesse e a vontade de aprender, tornando a aprendizagem mais “divertida”, fazendo com que os alunos passem de meros ouvintes e virem atores principais e ativos na construção de seu conhecimento.

Na educação a distância o ensino se torna individualizado. Da perspectiva do aluno ele é único a partir de uma personalização, no seu espaço e tempo, adequada ao seu ritmo na sua capacidade de assimilação, onde tudo foi feito exclusivamente para um determinado aluno, único. Ele vai determinar a hora e o lugar de acordo com a sua vontade de como estudar – deitado, caminhando, sentado, escutando música, entre outros – enfim ele vai estudar do jeito que ele quiser em momentos e espaços diferentes.

As tecnologias trouxeram à escola novos horizontes, onde o professor está mais próximo do aluno, adaptando suas aulas de acordo com o ritmo de cada um, fazendo com que o aprender ocorra por meio de descobertas, facilitando a criação de projetos pedagógicos e desenvolvendo o conhecimento de forma integrada. (LEOPOLDO, 2002).

Para VALENTE (1999) com o auxílio do computador os alunos se veem diante de situações problema tendo que utilizar toda sua estrutura cognitiva para buscar a solução. Com a disseminação dos computadores se evidencia a necessidade de planejamento para que se possa fazer uso de suas linguagens e seu potencial tecnológico para a concepção e a realização de ações educacionais inovadoras. (ALMEIDA; PRADO, 2005).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S. **Facilitar a aprendizagem: ajudar os alunos a aprender e a pensar. Psicologia escolar e educacional**, v. 6, n. 2, p. 155-165, 2002.

ALMEIDA, M. E. B., PRADO, M. E. B. B. **Integração tecnológica, linguagem e representação**. 2005.

BRAGA, M. **Realidade virtual e educação. Revista de biologia e ciências da terra**, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2001.

CABRAL, João Francisco Pereira. "**Aristóteles e a educação**"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/aristoteles-educacao.htm>. Acesso em 12 de novembro de 2021.

GABINI, W. S.; DINIZ, R. E. S. Os professores de química e o uso do computador em sala de aula: discussão de um processo de formação continuada. p. 343-58, 2009.

LEOPOLDO, L. P. M. **A Internet como ambiente auxiliar do professor no processo ensino-aprendizagem**. 2002.

PIAGET, Jean. **Epistemologia genética**. Tradução de Álvaro Cabral. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PISTORI, J. Tecnologias na Educação a Distância. Material de apoio do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade Católica Dom Bosco e Portal Educação. Campo Grande, MS 2002

PRADO, M. E. B. B. Integração de tecnologias com as mídias digitais. Integração tecnológica, linguagem e representação. 2005.

SILVA, M. Sala de aula interativa: a educação presencial e a distância em sintonia com a era digital e com a cidadania. Boletim Técnico do SENAC, v. 27, n. 2, 2001.

VALENTE, J. A. Diferentes abordagens de educação à distância. Campinas: NIED/UNICAMP, 1999.

VIEIRA, F. M. S. A utilização das novas tecnologias na educação numa perspectiva construtivista. 2003.

A INFLUÊNCIA DA LINGUAGEM VIRTUAL E DO USO DAS REDES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO ADOLESCENTE MODERNO: UM ESTUDO DE CASO

Susane Alves Vieira de Mendonça
Chiara Andrezza Alves Furtado

RESUMO

A partir das percepções sobre o avanço tecnológico presenciado em nossa sociedade e a forma como o uso da internet e as redes sociais passaram a fazer parte da vida das pessoas, principalmente dos jovens, esse trabalho traz a análise da influência da linguagem virtual e do uso das redes sociais na produção dos discursos orais e escritos realizados em sala de aula, através do estudo de caso realizado com os alunos da Escola Estadual Vicente Telles, onde foi verificado o uso de gírias e expressões virtuais na realização de atividades pedagógicas, mostrando os impactos dessa nova realidade na vida dos adolescentes.

Palavras-chave: Linguagem virtual; Estrangeirismo; Discurso.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista que as novas gerações já nascem imersos nesse mundo tecnológico e que uma grande parcela desses jovens faz uso da internet, percebe-se o papel social que a internet assumiu, já que se tornou instrumento de interação em todos os âmbitos da sociedade, passando a ser essencial para a criação e manutenção de vínculos sociais, pois como afirma Gasperetti (2011, p.2) a Internet é a aldeia global. Tudo está disponível em tempo real, sendo, portanto, impossível desvincular o uso da internet da construção e interação social moderna, principalmente para jovens e adolescentes que se veem conectados quase que em tempo integral por meio das chamadas Redes Sociais.

Essa nova configuração das relações em redes digitais vem sendo debatida de maneira ampla ao se perceber que os sujeitos, nascidos concomitantemente ou não a esse novo contexto, mudam em algum nível sua forma de lidar com o outro nas relações sociais desenvolvidas no cotidiano. (ROSADO; TOME, 2015, p.16)

As novas tecnologias passaram a ser uma parte significativa da vida, já que em uma sociedade moderna os sistemas de informação se desenvolvem cada vez mais rápido e o acesso a aparatos tecnológicos se tornaram mais fácil, por meio da popularização dos smartphones e do uso da internet, chegando até os adolescentes e rapidamente sendo integrado de forma excessiva às suas realidades, com as mais diversas finalidades, facilitando o acesso à informação e como instrumento de comunicação.

Assim, ao analisar o papel da internet na troca de informações nos dias atuais e, principalmente, o comportamento do jovem nesse contexto é visível como a tecnologia influenciou a mudança

de rotina de pessoas das mais variadas classes sociais, bem como na linguagem utilizada para se comunicar entre esses mais diversos grupos, que vem sofrendo constantes transformações não só em sua oralidade, mas também na forma escrita de se expressar.

Para o presente trabalho nosso público alvo são os adolescentes matriculados no 3º ano do Ensino Médio de uma escola pública da zona urbana de Manaus, partindo da necessidade de se analisar até que ponto as redes sociais e o uso frequente da internet interferem na sua construção discursiva, considerando ainda o fato de que, pelo acesso à internet, tem se inserido nesse processo comunicativo, cada vez mais, o uso de termos vindos da realidade virtual. Assim, trabalharemos partindo do seguinte ponto: de que forma o uso excessivo das redes sociais e da internet interferem positiva ou negativamente na construção discursiva dos adolescentes.

O JOVEM MODERNO E AS REDES SOCIAIS

Ao se falar da inserção dos aparatos tecnológicos em nossa sociedade e a frequência com que as pessoas fazem uso da internet para realizar as mais diversas tarefas do dia a dia, não tem como deixar de fora dessa análise a “dependência” que se criou no que diz respeito ao uso excessivo dos smartphones e conseqüentemente das redes sociais, principalmente por grande parte dos jovens em nossa sociedade, acabando por influenciar seu comportamento social e muitas vezes seu desempenho escolar.

É possível verificar que as redes sociais fazem parte da vida dos adolescentes de forma profunda e exerce grande e evidente influência no modo de agir, se relacionar, se comunicar, tornando-se cada vez mais reféns do que a moda e “life style” ditam. Mizruchi (2006, p.73) afirma que os jovens são influenciados pelas redes sociais e pela popularidade de indivíduos que têm maior influência, verificam como agir, se vestir, falar, etc.

E fica cada dia mais perceptível, a forma como isso vai exercer influência na escola e no desenvolvimento cognitivo do jovem, sendo de essencial análise. Nota-se que as redes sociais hoje são mais do que voltadas apenas para relacionamentos, e sim para a vida como um todo, fazendo parte da vida de forma intensa, de modo que podem interferir ainda no psíquico dos jovens. De acordo com Papalia e Feldman (2013, p.443), a maioria das postagens irão conter a perfeição, como corpos perfeitos, o que causa transtornos alimentares em jovens que acabam tendo depressão pela comparação e por não se encaixarem nos padrões ditados pelos mais populares.

As redes sociais contêm muito mais do que apenas relacionamento, possibilitando ainda a interação em pesquisas, tornando possível não só o acesso às informações, mas possibilitando a produção de novas; tudo pode ser modificado e evoluído, sendo o usuário considerado não apenas leitor, mas autor de novas informações ou ainda editor de conteúdo (Vermelho, Velho, Bonkovoskin &

Pirola, 2014, p.185). Sendo assim, esse universo se torna cada vez mais atrativo, pois mais do que coadjuvantes, eles podem se tornar protagonistas de uma rede, podendo alcançar milhares de pessoas.

Pertile e Busse (2014, p.01) afirmam que atualmente, a leitura de livros, jornais e revistas estão cada dia mais maçantes e precárias para os alunos, e como eles acabam passando muito tempo na internet, nas redes sociais, acabam escrevendo sem muita clareza e utilizam-se da correção ortográfica e isso muitas vezes é prejudicial, pois acabam não prestando atenção na hora da escrita, atrapalhando a aprendizagem. Os conteúdos mais pedagógicos acabam sendo massacrados por uma cultura de imediatismo que cada dia mais atrai a sociedade que se vê tão instigada pelas redes sociais.

É preciso que os alunos voltem a ter o apreço pela escrita mais literárias, textos bem escritos e prestigiosos, pois isso foi se perdendo com o passar do tempo, sendo deixado de lado e Saussure afirma que muitas vezes a glória presente na forma escrita acaba ofuscando a tradição oral, que é independente da escrita. As mídias tão objetivas, tão superlotadas de informações, acabam por repelir os leitores, que não estão mais acostumados a lerem textos mais profundos e longos.

Santos e Archer (2016, p.384) afirmam que o leitor midiático se encontra muito mais crítico, pois existem textos dos mais diversos autores, já nas redes sociais a leitura é mais rápida, logo, o leitor se torna ainda mais crítico e se depara com textos de pessoas de culturas diferentes, pois não há fronteiras geográficas que os diferem. Ou seja, nas redes sociais os leitores são convidados a compartilhar informações que sejam consideradas boas, editando-as para causar uma boa impressão, logo o porquê desse criticismo e todo esse cuidado de editar e reescrever sobre o tema escolhido para ser compartilhado, buscando o impacto esperado. Tal comportamento faz com que, na maioria das vezes, as redes sociais, passem uma imagem que não condizem com a realidade e que geram em quem consome esse conteúdo a necessidade de uma busca para alcançar a perfeição e a felicidade retratada muitas vezes, de forma enganosa, em perfis das redes sociais.

E ainda assim, atualmente, as redes sociais são as maiores fontes de influência para esses jovens, acarretando transformações em seu modo de ser, agir, falar, escrever e se relacionar em sociedade, o que nem sempre é algo benéfico no processo de desenvolvimento cognitivo e comportamental de um indivíduo.

A INFLUÊNCIA DA INTERNET NA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DOS JOVENS

Ao se tratar sobre tal tema, deve-se ressaltar que a língua é um mecanismo dinâmico, que se manifesta das mais diversas formas em acordo com a situação comunicativa em que se encontra e a internet é considerada um ciberespaço que rompe com diversas regras tradicionais da norma padrão do uso da língua. Isso levanta a discussão acerca dessa nova forma de escrita que vem sendo utilizada, em sua grande maioria, por jovens, que se encontram submersos nesse universo virtual, na qual ao interagir, o adolescente desenvolve uma escrita com características que a aproxima da oralidade,

tornando a interação semelhante à uma conversa informal feita pessoalmente, mesmo por meio da escrita.

E apesar de se entender todas as transformações da língua ao longo do tempo, acredita-se que a internet tem modificado a escrita dos jovens, porém em função das demandas da sociedade, ainda é papel da escola trabalhar com esses alunos, as múltiplas possibilidades de uso da língua dentro de diferentes contextos.

A língua tanto falada quanto também escrita, passa por constantes processos de manutenção e renovação, é pois, o falante, o indivíduo que a utiliza, concretizando-a por meio da fala e/ ou da escrita e adequando seu uso, sendo ele a peça chave que mantém a língua viva. (SANTOS, 2015. p. 43).

De acordo com a teoria Bakhtiniana, a comunicação verbal não pode ser excluída de uma situação concreta, cujo contexto é importante para a compreensão do aspecto dialógico da linguagem. Para ele, todo enunciado possui dois aspectos: o linguístico e o contextual. Dessa forma, a questão aqui não seria colocar o uso da linguagem virtual como sendo “correta” ou “incorreta”, mas sim ter a percepção da necessidade de se ater para o contexto em que essa escrita está inserida, bem como seu objetivo, não excluindo o conhecimento acerca da linguagem padrão exigida em sociedade para contextos específicos em que não cabe a informalidade trazida por essa aproximação com a oralidade.

Nesse caso, a linguagem utilizada na internet, em aplicativos de comunicação ou nas redes sociais, que apresenta características próprias, como abreviações, reduções, gírias, emojis, expressões típicas do contexto virtual, palavras em caixa alta, bem como a alteração na escrita de diversas palavras, passou a ser conhecida como “internetês”. E é perceptível que, quanto mais acesso ao ambiente virtual, maior é a transferência de termos com essas características e que só podem ser compreendidos por usuários adaptados a essa nova forma de se apresentar a língua, para a produção escrita do adolescente, mesmo em situações que exigem o uso da língua padrão formal.

Sendo assim, é importante colocar que apesar de se entender a dinamicidade da língua dentro dos mais diversos contextos comunicativos em que os interlocutores se encontram, não restringindo o ensino da língua no âmbito do que é “certo” ou “errado”, é ainda, de extrema importância que durante o processo de construção discursiva do adolescente, ele seja capaz de diferenciar os contextos comunicativos em que está inserido e as exigências impostas em cada um deles, entendendo até que ponto é aceitável o uso do “internetês” em sua escrita e quando o mesmo deveria ser evitado, para que se atinja o objetivo e o público alvo de cada situação comunicativa.

METODOLOGIA

Foi analisada primeiramente a problemática do uso de expressões, gírias e de linguagem tipicamente virtual nos discursos dos alunos e, posteriormente, desenvolveu-se o trabalho de pesquisa em busca de respostas e aprofundamentos relacionados ao tema.

A partir daí um estudo de caso foi realizado na Escola Estadual Vicente Telles de Souza, com alunos do 3º ano do Ensino Médio, onde foram analisadas atividades orais e escritas pedagógicas das disciplinas de Língua Portuguesa e Inglesa de forma orgânica. A pesquisa considerada foi a qualitativa, por considerar a subjetividade das respostas dos alunos em seu cotidiano e para Denzin e Lincoln (1994, p.04) o vocábulo qualitativo foca em definições e procedimentos que não podem ser mensurados, com vigor, em relação à quantidade, volume, frequência ou intensidade.

Sendo assim, foram analisados discursos orais e escritos dos alunos em que eles utilizaram linguagem virtual ou estrangeirismos, assim como foi debatido o assunto de forma que os alunos puderam expor suas opiniões sobre o tema, utilizando palavras e exemplos. Assim sendo, “os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em fenômenos descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico” (Bogdan e Bilken, 1994, p.16).

A pesquisa é considerada ainda um estudo de caso, realizada com o intuito de verificar a utilização de linguagem virtual pelos alunos, provenientes do uso de novas tecnologias e internet e como isso pode influenciar o discurso e produção textual, mesmo que em nível formal, prejudicando a escrita formal, por muitas vezes exceder o limite ou ainda utilizar os vocábulos de maneira errônea. Segundo Dooley:

“Investigadores de várias disciplinas usam o método de investigação do estudo de caso para desenvolver teoria, para produzir nova teoria, para contestar ou desafiar teoria, para explicar uma situação, para estabelecer uma base de aplicação de soluções para situações, para explorar, ou para descrever um objeto ou fenômeno”. (DOOLEY, 2002, p. 343-344)

Foi possível perceber que essa geração passou a ter tanto contato com a linguagem usada na internet, que transformou isso em um vocabulário constante, usado não somente na oralidade, como também sendo usado em produções escritas, não respeitando as regras da formalidade ao se produzir um discurso de forma escrita. Verificando assim, a influência, muitas vezes negativa, desse tipo de linguagem na construção discursiva do adolescente que tem o ambiente virtual como uma realidade constante, não diferenciando o “virtual do real”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Houve a necessidade de se analisar os discursos dos alunos do 3º ano do Ensino Médio ao verificar-se o uso excessivo de termos estrangeiros, gírias e linguagem tipicamente virtual, provenientes da cultura das redes sociais, internet e comercialização de novos produtos com origem americana. Foi-se verificado que os alunos se constituem de vícios de linguagens virtuais mesmo em ambiente formal, como apresentações de trabalhos e escrita de textos discursivos utilizados com intuito pedagógico.

Após a discussão do tema com os alunos, eles continuaram utilizando os termos de forma excessiva nos seus discursos orais e escritos, o que denota que estão impregnados na sua linguagem de forma vigorosa, por estar presente no seu cotidiano de maneira enraizada. A preocupação maior é que eles, mesmo com orientações, não consigam separar o virtual do real, a linguagem formal da informal, e todos os excessos vindos desse tipo de realidade virtual, que influencia diretamente a escrita, fala e o estilo adotado para a vida dos adolescentes da atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da experiência realizada com alunos do 3º ano do Ensino Médio, durante este trabalho, verificou-se que a linguagem nas redes sociais mediada pela internet, pode sim, influenciar e alterar significativamente e até negativamente a escrita convencional dos adolescentes que têm acesso constante a esses ambientes. Partindo para a importância do professor de se trabalhar com a compreensão do estudante de saber identificar e diferenciar o contexto comunicativo em que o mesmo está inserido, para ter a percepção da necessidade de adequação da linguagem a ser utilizada em cada situação.

Salientando ainda, a importância na prática pedagógica, de proporcionar aos alunos ter contato e saber diferenciar os usos da linguagem formal e informal, principalmente para saber o uso adequado da língua, dependendo do ambiente em que se encontram, pois apesar do grande aumento do “mundo tecnológico” e suas novas formas de linguagem, o mesmo não substitui em situações específicas a necessidade de se conhecer o uso adequado da língua, pois a mesma é essencial na rotina de cada cidadão que se encontrará em situações diferentes, como o ambiente profissional, acadêmico ou mesmo em sua rotina diária, com a ressalva de que não se trata do que é certo ou errado, mas sim da necessidade de reconhecer e se adaptar a cada situação e o papel do professor nesse processo é fundamental.

REFERÊNCIAS

- BAKTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec. 1997.
- BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora. 1994.
- DENZIN, Norman Kent; LINCOLN, Yvonna Sessions. **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks (CA): Sage Publications, 1994.
- GASPERETTI, Marco. **Computador na educação: guia para o ensino com as novas tecnologias**. Editora Esfera, 2011.
- MIZRUCHI, Mark Sheldon. **Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais**, *Rev. adm. empres.* vol.46 no.3 São Paulo, 2006.
- PAPALIA, Diane E. & FELDMAN Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano**. 12º ed. Artmed Editora, 2013.
- PERTILE, Ema Regina; BUSSE, Sanimar. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor**, *Cadernos PDE, Paraná*, 2014. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unioeste_port_artigo.
- ROSADO, Luiz Alexandre da Silva; TOME, Vitor. **As redes sociais na internet e suas apropriações por jovens brasileiros e portugueses em idade escolar**. *Rev. Bras. Estud. Pedagog.*, Brasília, v. 96, n. 242, p. 11-25, abr. 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217666812015000100011&lng=e&nrm=iso.
- SANTOS, Adrian Maria; ARCHER, Cláudia Maria Costa. **Análise sobre o uso das redes sociais como instrumento estratégico nas atividades de leitura e escrita**, *Revista Intersaberes*, 2016. Disponível em: <https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/921>.
- SANTOS, Juliana Lopes dos. **Entre a internet e a escola: A influência do código de escrita virtual sobre a modalidade padrão escrita do português brasileiro em redações escolares**/ Juliana Lopes dos Santos, orientador Paulo chagas de Souza– São Paulo, 2015.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Organização Charles Bally e Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012.
- VERMELHO, Sonia Cristina; VELHO, Ana Paula Machado; BONKOVOSKI, Amanda & Pirola Alisson. **Refletindo sobre as redes sociais digitais**. *Educ. Soc.* vol.35 no.126, Campinas, 2014.

BOAS PRÁTICAS DE PLANEJAMENTO, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO: PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ESCOLARES

Regiane de Carvalho Arimateia Martins
Maria José Pessoa de Andrade Araújo

RESUMO

Compreende-se que em todos os momentos da vida se faz necessário boas práticas de planejamento e que estas estão entrelaçadas ao currículo e a avaliação no âmbito escolar. Uma vez que estas ações se objetivam atingir as atividades escolares propostas pelas instituições escolares de ensino. É por isso que se compreende que o planejamento é de fundamental relevância em proporcionar com que os objetivos a que se dispõe a instituição de ensino, possam ser atingidos. Entendendo que este assunto do planejar e do replanejar se mostra necessário em praticamente todos os aspectos da vida. Em que para fazer qualquer coisa, primeiramente se necessita, pensar e repensar. E isso ocorre em nosso planejamento escolar, que geralmente acontece no início do ano letivo. Em que nós planejamos sobre o currículo que vamos trabalhar durante o ano escolar. Mas que na maioria das vezes, este precisa ser modificado, para que as avaliações atinjam os seus objetivos. Que é proporcionar o pleno desenvolvimento das atividades escolares. Que visam à preparação dos alunos para a sua real integração na sociedade. Com o objetivo de proporcionar a melhoria da qualidade de vida de todos os atores inseridos neste processo educacional de ensino.

Palavras-chave: Planejamento; Currículo; Avaliação.

INTRODUÇÃO

A questão do Planejamento, Currículo e Avaliação é um assunto que merece consideração, em virtude de que nós planejamos o tempo todo. Planejamo-nos quando queremos comprar alguma coisa ou se estamos pretendendo fazer uma viagem. O planejamento serve para avaliarmos se teremos ou não condições de honrar com os nossos compromissos. E desta forma concretizarmos o adiarmos algo que nos é de grande relevância.

O planejamento é algo que fazemos a todo o momento. Se em nossa vida particular nos planejamos o tempo todo. Isso não é diferente do que acontece nas instituições escolares de educação. Geralmente nas instituições regulares de ensino nos planejamos no início do ano letivo. Com as propostas que pretendemos atingir durante todo o ano escolar. Claro que na grande maioria das vezes precisamos nos adequar de acordo com o que observamos em sala de aula.

Uma vez que nas instituições de ensino. Planejamo-nos de acordo com o Currículo escolar, que nos é proposto pelo Ministério da Educação. Tendo em consonância que este Currículo visa na preparação dos alunos e alunas, para que estes adquiram os conhecimentos necessários. Que possibilitarão com que possam ter êxito e serem aprovados nos concursos vestibulares ou terem a sua aprovação no ENEM.

É claro que nós avaliamos de acordo com a nossa realidade e a realidade dos nossos alunos. No entanto, na grande maioria das vezes o nosso planejamento precisa ser revisto. Porque nem sempre o currículo está de acordo com a realidade dos alunos. E neste caso específico, nós profissionais de educação precisamos nos reinventar de acordo com o que vivenciamos. Nas instituições de ensino do qual fazemos parte.

Por isso, se faz necessário de quando em quando, modificarmos o nosso planejamento. Para que possamos atingir as nossas propostas, de acordo com o nosso planejamento inicial. Para que desta forma os objetivos possam ser atingidos. Que é a assimilação dos conteúdos transmitidos, durante o transcorrer do ano letivo. Que visa à preparação dos alunos em serem indivíduos atuantes e comprometidos na sociedade em que vivem. Desta forma se entende que se faz necessário, boa prática de planejamento, currículo e avaliação. Para o pleno desenvolvimento das atividades escolares.

O RELEVANTE PAPEL DAS PRÁTICAS DE PLANEJAMENTO, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO

Não cabe nenhuma dúvida que as boas práticas de planejamento, contribuem para a melhoria da qualidade de educação. Pois possibilitam com que os objetivos que se desejam alcançar possam ser atingidos. E desta maneira as propostas objetivadas possam ser concretizadas a contento e ocorra o pleno desenvolvimento das atividades escolares

Mais uma vez se reitera que a proposta de um bom planejamento é de real importância no processo educacional. Mas não apenas no processo educacional, como também em qualquer aspecto da vida. Sim, o bom planejamento possibilita que as metas sejam atingidas em qualquer área do conhecimento. Desta forma as propostas que foram mensuradas podem ser atingidas.

Como nos diz Lück (2011, p. 60):

- Definir o escopo do trabalho como um todo e de seu significado no contexto escolar;
- Dimensionar a ação pretendida, relacionando-a com outras de sentido mais amplo ou de sentido conexo;
- Definir e ordenar a finalidade, os objetivos amplos e específicos a serem alcançados;
- Estruturar e ordenar as ações a serem encetadas;
- Estabelecer a articulação e a integração vertical e horizontal das ações, garantindo a sua unidade em um conjunto de trabalho pedagógico contínuo;
- Tornar claras e precisas às responsabilidades quanto ao desenvolvimento das ações;
- Diminuir a possibilidade de omissão de pessoas em relação à responsabilidade que devem ser por elas mesmas assumidas;
- Racionalizar a distribuição e o uso do tempo, de energia e de recursos;
- Evitar a duplicação do uso de recursos e de esforços ou o desenvolvimento desse uso, em relação aos objetivos pretendidos;
- Promover a maximização e o reforço necessário às ações desencadeadas e aos seus resultados;

- Facilitar o monitoramento efetivo das ações e garantir sua avaliação;
- Promover o desenvolvimento do interesse e do envolvimento de educadores na realização das ações pedagógicas;
- Antecipar e controlar o surgimento de dificuldades e de empecilhos ao desenvolvimento dos objetivos propostos;
- Assegurar o máximo aproveitamento e desenvolvimento do potencial humano e da dinâmica social da escola;
- Garantir um sentido de unidade ao trabalho da Orientação Educacional, no contexto do projeto político-pedagógico da escola.

Segundo a fala da referida autora, o planejamento escolar é de singular relevância no processo de educação. É mediante o ato de planejar que se define o escopo do que será trabalhado. Através do planejamento que se dimensiona a ação pretendida. E define os objetivos a serem alcançados. Com também de estruturar as ações que serão usadas. Bem como de diminuir a possibilidade de omissão que foram assumidas.

Nesta proporção se evitará que os trabalhos se dupliquem. E promoverá a maximização das ações. E ao mesmo tempo contribuir na promoção das ações pedagógicas. Em consonância com isso assegurar o máximo aproveitamento do potencial humano de acordo com a dinâmica da escola. Assim fica explicitado que o ato de planejar é de essencial significância no processo educacional.

Relacionando o planejamento das instituições escolares. Sendo que este planejamento é singular. Uma vez que se traçam as metas que se pretende atingir. De acordo com os currículos que nos são fornecidos pelo Ministério da Educação. Tendo em vista que estes proporcionam com que os alunos adquiram conhecimentos, que lhe irão auxiliar na conquista dos seus objetivos.

Como destaca SONIA (2004, p.17):

O planejamento é um importante instrumento de gestão que auxilia, consideravelmente, o administrador educacional em seu processo decisório na busca de resultados mais efetivos e competitivos para a instituição de ensino.

Na fala da referida autora percebemos que o planejamento contribui em auxiliar o administrador educacional. No processo que vise à busca dos resultados efetivos das instituições de ensino. É por este motivo que o bom planejamento é de grande relevância em propiciar com que os resultados sejam atingidos, de forma significativa.

Isso mesmo, de acordo com a autora, o planejamento constitui um importante instrumento de gestão, que possibilita com que o trabalhador educacional, possa atingir as metas propostas que são colocadas pela instituição de ensino. Para o pleno desenvolvimento dos alunos, em possibilitar com que os alunos atinjam os seus objetivos no mercado de trabalho.

Este é o drama que vive o profissional de educação. Em se planejar para o relevante papel das boas práticas de Planejamento, Currículo e Avaliação no processo de educação. Uma vez que a

questão do planejamento é uma constante em toda a história da nossa existência. Nós paramos refletimos e pensamos sobre o que nos é mais importante, e atuamos de acordo com este ato de planejar.

Como nos destaca ARENDT (2005, p. 247).

Esse é um drama que vive todo educador. Seu papel é introduzir, no mundo dos homens em que vive os recém-chegados. Por essa razão, deve responsabilizar-se por esse mundo sob pena de, não o fazendo, não deve tomar parte na educação das crianças, pois isso significaria expulsá-las dele e abandoná-las aos seus próprios recursos. Todavia, ao mesmo tempo, educação e renovação; não se deve arrancar das mãos das crianças “a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum”.

Na fala da referida autora. Percebe-se que é mediante o planejamento que o educador buscará meios que irão propiciar o pleno desenvolvimento dos alunos que nos foram confiados. E desta forma preparar os alunos e alunas que serão indivíduos que irão desenvolver todas as suas potencialidades na nossa sociedade contemporânea que está em um eterno processo de transformação.

Isso vem de encontro com o que nos fala Bovo (2001, p. 108),

se a educação visa ao desenvolvimento da pessoa como um todo, a dimensão pedagógica da educação de jovens e adultos deverá estar voltada para a promoção dessa pessoa.

Os conteúdos devem ser selecionados a partir do universo temático dos alunos, desenvolvendo-se por meio de temas geradores, norteadores pela tomada da consciência dos indivíduos sobre os referidos temas.

De acordo com o comentário do referido autor. Será somente através de uma educação de qualidade que os alunos se desenvolverão neste processo da construção do conhecimento. Em que os alunos irão desenvolver todas as suas potencialidades. Sendo que para que isso ocorra, os conteúdos precisam estar relacionados com as propostas curriculares. E em consonância com isso, os alunos terão êxito em seu processo de avaliação. Somente assim é que teremos os futuros cidadãos e cidadãs. Como indivíduos, capacitados e comprometidos no processo de educação. Processo este que objetiva na preparação de indivíduos conscientes da sua importância nesta sociedade.

A CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURRÍCULO NO PROCESSO EDUCACIONAL

No que diz respeito ao currículo no processo educacional. Temos que entender que este é um dos locais de privilégio na perspectiva de interagir o saber e o poder. Sendo que é na escola que o homem e a mulher adquirem conhecimentos que possibilitarão com que possam conseguir com o passar do tempo a sua colocação no mercado de trabalho que se mostra cada vez mais competitivo e exigente.

Como nos explicita Silva (1996, p. 23):

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais.

Percebemos no comentário do autor. Que o currículo é um local onde se encontram o saber e o poder. Uma vez que é através do currículo que as relações se condensam no processo das formações sociais. Desta forma entende-se que o currículo está inserido no contexto social, como um local de significância que poderá ser crucial no processo educacional.

Desta forma específica é possível compreender que é mediante o currículo escolar. Que são elaborados os planejamentos avaliativos que serão desenvolvidos no interior das instituições educacionais com a proposta de adequação da realidade que se vivencia em sala de aula. E dependendo da assimilação dos alunos para identificar se estes estão compreendendo de forma sistemática os assuntos abordados.

E se identificarmos que os alunos, não estão entendendo o conteúdo ministrado. Iremos procurar nos adequar para que o conhecimento ocorra a contento, tendo em vista que o currículo é essencial neste processo educacional. E cabe ao professor avaliar a melhor maneira de administrar estes conhecimentos, que possibilitarão com que tenhamos cidadãos comprometidos e ativos na vivência da melhor qualidade de vida.

Pois reconhecemos que em virtude de vivermos em uma sociedade que evolui constantemente, se necessita que o homem acompanhe este processo evolutivo da nossa atual sociedade. Destacando que o conhecimento se mostra como o meio de aperfeiçoamento deste processo de transformação, em que o currículo se mostra de grande significância neste contexto social.

É por isso que se destaca que o Currículo contribui para que ocorra a ligação entre a cultura e a sociedade fora da escola. Por que o que se aprende através do currículo escolar. O aluno irá levar para a sua vida fora da escola, o aluno levará estes conhecimentos, para a sua vida social e para a sua vida do mercado competitivo do trabalho. Ou, para qualquer outro em que este se encontre inserido.

Como destaca Sacristán (1999, p. 61). Ao afirmar que:

O currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdadas e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (idéias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições.

É evidenciado no comentário de Sacristán, de quão significativo é o currículo, em propiciar conhecimentos que contribuirão para uma melhor qualidade de vida. Pois este se mostra imbricado entre a cultura e a sociedade. Sim, as coisas estão entrelaçadas, entre a cultura do que se aprende na escola. E os conhecimentos adquiridos no decorrer do processo de educação exterior do contexto escolar.

Uma vez que aprendemos no processo educacional. Mediante o currículo, possibilitará com que os conhecimentos que são assimilados tanto na escola. Como exterior a ela, possibilite a construção da aprendizagem dos alunos, entre as ideias e as suas aspirações. Desta forma identificamos a ligação entre a teoria e a prática educacional.

Tendo em vista que o currículo tem a finalidade de transmissão de conhecimentos que irá contribuir para o pleno desenvolvimento das capacidades de integração entre os homens e a sociedade. Pois entendemos, que este é o papel da escola, capacitar os sujeitos para a sua existência plena de direitos e deveres de uma sociedade em um constante processo de desenvolvimento.

Como refletido no discurso de McNeil (2001c):

a finalidade da educação, segundo o currículo acadêmico, é a transmissão dos conhecimentos vistos pela humanidade como algo inquestionável e principalmente como uma verdade absoluta. À escola, cabe desenvolver o raciocínio dos alunos para o uso das idéias e processos mais proveitosos ao seu progresso.

Percebemos no comentário acima, que a finalidade da educação consiste na transmissão de conhecimentos. Como um meio de preparar os alunos para a sua inserção como pessoas comprometidas com o planeta em que vivem. Que terão um compromisso de melhorar a qualidade de vida de si próprios e daqueles que estão ao seu redor, bem como de suas próprias famílias.

Tendo em vista que o papel central e motivador do campo educacional. Consiste em propiciar compreensões possíveis da realidade em que vivem os alunos e suas famílias. Entendendo que as práticas curriculares fazem parte do contexto atual em que vivemos no tocante do auge da tecnologia. Compreendendo que esta é de fundamental importância nestes momentos da era da informação.

É claro que se faz de grande compreensão para todos os envolvidos neste processo de ensino e aprendizagem. Que as coisas estão inter-relacionadas. O bom planejamento está atrelado ao currículo. Que possui o foco de atender aos alunos em todas as fases do seu desenvolvimento cognitivo. E capacitar estes para a sua inserção na vida, como agentes atuantes e críticos da sua realidade.

Pois, a realidade do trabalho tem mudado muito no decorrer dos anos. Como observado no que nos diz Bovo (2001, p. 107),

Que a revolução tecnológica vem alterando, profundamente, as formas do trabalho. Estão sendo desenvolvidas tecnologias e novas formas de organizar a produção, que elevam bastante a produtividade, e delas depende a inserção competitiva da produção nacional numa economia cada vez mais mundializada. Essas novas tecnologias e sistemas organizacionais exigem trabalhadores mais versáteis, capazes de compreender o processo de trabalho como um todo, dotados de autonomia e iniciativa para resolver problemas em equipe. Será cada vez mais necessária a capacidade de se comunicar e se reciclar continuamente, de buscar e relacionar informações diversas.

Já que o currículo, principalmente o acadêmico. Propicia a transmissão de conhecimentos para a inserção dos alunos no seio de uma sociedade cada dia mais exigente. Em que se desenvolvem novas tecnologias que exigem trabalhadores mais bem preparados, para desenvolver as suas funções no processo de trabalho como um todo. Sendo preciso que estes sejam dotados de autonomia e iniciativa.

Não podemos esquecer que este é o papel do currículo, inserido no campo educacional. Servir como proposta de melhorias, para o bom viver dos alunos e de seus familiares. É por isso que se mostra cada vez mais necessária a capacidade de compreender os assuntos ministrados, mediante os componentes curriculares. Para que o aprendizado seja de excelência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho investigativo. Compreendeu-se como é imprescindível um planejamento de qualidade. Uma vez, que mediante este o planejar se define entre o que será trabalhado no decorrer do tempo estipulado e o que poderá ser alterado. E devido aos diferentes fatores se este sofrerá alguma alteração na confecção das suas metas. Pois sabemos que muitas vezes é necessário se replanejar, para que os objetivos sejam concretizados.

Uma vez que o ato de planejar é algo que fazemos a todo o momento. Para que assim, possamos atingir aos nossos objetivos pretendidos, seja em nossa vida pessoal ou em nossa vida em comunidade. São nestes momentos em que fazemos os nossos planejamentos, que também avaliamos se o que queremos conquistar se mostra viável ou se este sofrerá mudanças no seu percurso, de sua inicial proposta.

Também se evidenciou que se necessita que a boa prática de planejamento. Esteja vinculada ao currículo e a sua avaliação. Para que desta forma o desenvolvimento das atividades escolares possibilite a preparação do indivíduo para os desafios sempre constantes da nossa exigente sociedade. Que cobra cada vez mais a boa preparação daqueles que vão atuar no mercado de trabalho.

Ficou-nos entendido, que mediante o currículo que se define o escopo do trabalho escolar. E desta maneira dimensionar a ação pretendida. Como também de definir e ordenar a finalidade,

estruturar e ordenar ações a serem encetadas. E ainda de facilitar o monitoramento efetivo das ações e garantir sua avaliação. Bem como de antecipar e controlar o surgimento de dificuldades encontradas.

Desta forma importante se percebeu que é mediante o currículo e do bom planejamento. Que avaliamos e somos avaliados a todo instante. O que aprendemos na escola, e muitas vezes fora dela. Possibilita que cada indivíduo construa ao longo dos anos a sua personalidade. Como cidadão ou cidadã comprometido e responsável dos seus direitos e deveres. E desta forma possa atuar de forma igualitária em nossa sociedade contemporânea, que se mostra cada vez mais exigente e desafiadora.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BOVO, V.G. **O uso do computador na educação de jovens e adultos**. Revista PEC, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 105-112, jun. 2001/jul. 2002.

MCNEIL, John. **O currículo acadêmico**. Tradução de José Camilo dos Santos Filho. Campinas: editora, 2001c.

SONIA, Simões Colombo. **Gestão Educacional: Uma Nova Visão**/organizado por Sonia Simões Colombo...[et.al.]. – Porto Alegre: Artmed, 2004).

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SACRISTAN, J. Gimeno. **Poderes instáveis em educação**. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LÜCK, Heloísa. **Planejamento em orientação Educacional**. 22.ed. – Petrópolis, RJ:Vozes, 2011.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E O ENSINO MIDIÁTICO

Edileuza Pimentel Gonzaga
Jane Rodrigues Batista
Socorro Santarém de Sousa

RESUMO

Este artigo apresenta uma abordagem qualitativa bibliográfica sobre Ensino a Distância e seus desígnios para uma aprendizagem efetiva. Partindo das investigações feitas por pesquisadores e estudiosos que tiveram a preocupação em mostrar através de fundamentação teórica que a educação apesar de complexa vai além do âmbito escolar, pois a mesma abrange vários setores da sociedade. Nesse sentido, a educação a distância faz toda diferença pelo fato de usar a tecnologia como ferramenta para a informação e a comunicação com o intuito de levar o ensino nos lugares mais longínquos, tornando possível a construção do conhecimento como alternativa para a aplicação de métodos viáveis capazes de transformar uma sociedade, dentro de uma eticidade dialética, respeitando a história e a cultura dos povos que vem se adaptando às novas metodologias midiáticas exigidas no mercado de trabalho. Para firmar estas questões usaremos o arcabouço teórico de renomados pesquisadores da temática, como: Souza, Garcia, Vieira entre outros.

Palavras-chave: Educação; Mídia; Ensino à Distância.

INTRODUÇÃO

O Ensino a Distância (EAD), surgiu como alternativa para efetivar a Inclusão Digital nas escolas, com o intuito de democratizar e acessibilizar o uso das novas tecnologias, uma vez que, as escolas precisam preparar e incluir seus indivíduos perante a sociedade midiática na qual se encontram, de modo a contribuir para a formação escolar dos educandos residentes em áreas isoladas ou mesmo para amparar os que não tem condições de frequentar o ensino regular.

Atualmente o ensino EAD serve para todas as modalidades e cursos profissionalizantes, seja ele referente a educação ou não, tem contemplado também todas as áreas de conhecimento e vem ganhando grande proporção ao longo dos anos. Isso porque, o momento exige que mesmo a distância, as pessoas fiquem conectadas e seguras para desenvolverem trabalhos utilizando a tecnologia que se tornou indispensável para a educação.

Facilitar o ensino é um dos objetivos da tecnologia, por isso, estudar a distância tornou-se de grande relevância, porém um pouco complexo para alunos e professores que não tem acesso ao mundo digital, mas que precisam estar conscientes da importância dessa ferramenta midiática para viabilizar o desenvolvimento dos seus estudos.

As mudanças repentinas fizeram com que professores e alunos buscassem a inserção no mundo digital em busca de conhecimentos, visando um aprendizado capaz de suprir suas necessidades e especificidade, partindo de um pressuposto que favoreça meios que possam contribuir para uma educação de qualidade.

As possibilidades de ensinar através dos recursos tecnológicos, reforçam a ideia de oferecer ajuda aos estudantes sempre que necessário, já que, o apoio da família nesse momento é fundamental para o desenvolvimento das ações e trabalhos a serem realizados.

O planejamento e a organização das aulas online, precisam acima de tudo de coerência, objetividade e flexibilidade para cada situação que vierem a ser modificadas. Mas, os livros e as apostilas ainda são meios utilizados que contribuem na educação à distância e levam conhecimento a quem de fato precisa ser assistido, fornecendo assim, um aprendizado eficaz aos educandos.

DESENVOLVIMENTO

A história educacional é abrangente e se apresenta em vários níveis e métodos de aprendizagem, para que através das alternativas inovadoras o ensino a distância aconteça de forma positiva e significativa, explorando assim as possibilidades de um saber que vai além dos muros da escola, pois seus caminhos são diversos. Os autores Hermida e Souza (2006), enfatizam a importância do surgimento e uso da Educação a Distância no Brasil;

No Brasil, a EAD surge em 1904, quando as Escolas Internacionais (representação de uma organização norte-americana) lançaram alguns cursos por correspondência, mas a partir dos anos 1930 é que se deu maior ênfase, com enfoque no ensino profissionalizante, funcionando como alternativa especialmente na educação não formal. Passou então a ser utilizada para tornar o conhecimento acessível às pessoas que residiam em áreas isoladas ou não tinham condições de cursar o ensino regular no período normal. A EAD passou a ser conhecida no Brasil a partir de projetos de ensino supletivo via televisão e fascículos. Porém, adquiriu popularmente o significado de “educação pela televisão”, tal como, para a maioria das pessoas, os telecursos eram (e são ainda) “cursos pela televisão”. (HERMIDA & SOUZA, 2006, p.173).

No setor educacional, o rádio também teve sua relevância e ainda tem, por ser de fácil acessibilidade, pois havia a necessidade de uma ferramenta de comunicação que alcançasse as pessoas onde quer que estivessem, para que assim, pudessem ter acesso ao ensino sem precisar se deslocar para outras cidades, e, tudo isso só foi possível com a utilização do rádio que foi um facilitador para a educação a distância, “em todas as décadas, o rádio conseguiu se transformar e se adaptar às inovações tecnológicas sem nunca perder o lugar no cotidiano das pessoas, mais recentemente, conquistou um novo público e ganhou modernidade com os áudios dos podcasts” Eneus Trindade et al. (2021, p. 100).

Hack (2011) enfatiza a versatilidade e a importância do rádio para a educação à distância;

O rádio passou a ser largamente empregado no processo educativo a distância devido à sua versatilidade e ao seu alcance. O Brasil deu seus primeiros passos em direção à radiodifusão com finalidades educativas em 1923, quando Edgard Roquette Pinto

e um grupo de amigos fundaram a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. A emissora era operada pelo Departamento de Correios e Telégrafos, que transmitia programas de: 1) literatura; 2) radiotelegrafia e telefonia; 3) línguas; 4) literatura infantil; 5) outras temáticas de interesse comunitário. No ano de 1936, a emissora foi doada ao ministério da Educação pelo seu fundador. (HACK, 2011, p.53).

Dessa maneira, o rádio passou a ser um meio de comunicação que viabilizou o acesso aos estudantes em diferentes esferas, mas com a evolução tecnológica, o rádio foi perdendo espaço no contexto educacional, por conta do desenvolvimento e estruturação da aprendizagem virtual que se destacaram e se destacam em larga escala, a maioria dos estudiosos tiveram essa preocupação de conciliar o ensino presencial através do ensino a distância, tornando o ensino e aprendizado mais envolvente.

Souza et.al. (2021), enfatiza o quanto é imprescindível propor políticas públicas para a Inclusão Digital;

Com essa ascensão educacional e a chegada das tecnologias digitais no contexto escolar tornou-se imprescindível propor políticas públicas, através de programas e projetos de cunho federal, para promover a Inclusão Digital nas escolas brasileiras. Políticas voltadas à informatização dos espaços escolares, sejam elas urbanas ou rurais, foi um avanço significativo para impulsionar a inclusão digital nas escolas (SOUZA et al., 2021, p. 380).

Analisar e refletir sobre as Teorias e a Educação à Distância é de fundamental importância para a sociedade que caminha em busca de transformação e de uma visão emancipadora através de métodos eficazes e ferramentas tecnológicas que viabilizem múltiplas possibilidades de construção de saberes. Dessa forma, Souza e colaboradores (2021), destacam a necessidade de criar programas voltados para a inclusão digital nos ambientes educacionais.

Na tentativa de efetivar a Inclusão Digital nas escolas, o governo federal tem criado programas para concretizar as políticas públicas educacionais de democratização e acesso às novas tecnologias uma vez que essa evolução tecnológica conduziu o ser humano a ter direito às políticas de inclusão digital. Nesse prisma, as escolas devem se preparar para incluir digitalmente seus sujeitos diante da sociedade midiática que se apresenta (SOUZA et al., 2021, p., 380).

Para os autores as transformações são necessárias, principalmente porque o ser humano precisa ser resiliente na questão, para compreender esse processo de ensino e aprendizagem, que tem exigido formas dinâmicas de como ensinar. Mudar uma sociedade do dia para noite não é fácil, mais ao longo do tempo as questões sociais fazem com que aos poucos a adaptação adentre a sociedade que precisa se libertar para as mudanças ocorridas atualmente na educação.

Garcia, Rabelo, Silva e Amaral (2011) ressaltam que;

Podemos pensar então na importância de expandir o repertório tecnológico dos docentes como meio de instrumentalizá-los para uma prática pedagógica fundamentada em um novo paradigma, diferente do tradicional, que mantém distantes alunos e professores. Para além de uma questão técnica de capacitar a instituição de ensino com equipamentos tecnológicos trata-se, mais profundamente, de tornar o docente um profissional crítico, reflexivo e competente para o domínio das novas tecnologias digitais (GARCIA; RABELO; SILVA; AMARAL, 2011, p. 80).

A interseção da realidade para o virtual exige o desenvolvimento de formas mais dinâmicas, participativas e descentralizadas das práticas pedagógicas, fomentando a autonomia dos discentes. A ponderação sobre as novas competências docentes frente às tecnologias digitais interativas é importante pela necessidade de (re)orientação do papel e do trabalho do professor diante da cultura digital tende a colocar em cena no contexto educacional não apenas a questão do uso de novos equipamentos para a apreensão do conhecimento, mas também novos comportamentos de aprendizagem.

Na visão dos autores Hermida e Souza (2006), a educação à distância apresenta vários pontos positivos, mais o que ganha destaque;

É a possibilidade do acesso à informação a pessoas diversas em locais diversos geograficamente. No entanto, o processo de ensino-aprendizagem requer habilidades diferenciadas na apresentação, planejamento, desenvolvimento e avaliação da aprendizagem, bem como o domínio das ferramentas de transmissão a serem utilizadas. (HERMIDA E SOUZA, 2006, p. 168).

Com o avanço em massa da tecnologia, a educação carrega muitos desafios e novos métodos de aprendizagem são inseridos no contexto educacional, que vai do fácil ao complexo, essa diversidade dão a amplitude sobre determinado assunto a ser abordado entre todos que atuam nessa esfera da virtualidade, fundamentando histórias, culturas e valores que se entrelaçam dialeticamente dentro de uma sociedade que procura compreender os fatos e as possibilidades do ensino que vão além de uma investigação.

Perceba, então, que a adoção de múltiplas tecnologias permite que o processo de construção do conhecimento a distância seja particularizado e personalizado. Por isso, é necessário que as ferramentas tecnológicas estejam adaptadas a cada contexto e permitam que docentes e discentes utilizem-nas de forma otimizada no ensino e aprendizagem. Se o ambiente de estudo dos alunos a distância estiver equipado com as tecnologias necessárias e uma conexão rápida para a comunicação educativa, a distância será apenas física, pois alunos, tutores, professores, enfim, toda a comunidade acadêmica virtual estará conectada e construirá um processo comunicacional dialógico. (HÁCK, 2011, p.68).

Essa afirmação é valorosa, uma vez que, o domínio das ferramentas de mídia e a transmissão do seu conteúdo são fatores essenciais para o desempenho dos docentes e discente que estão aos

poucos se profissionalizando e se adequando ao novo normal, adquirindo habilidades em determinadas fontes de informação tecnológica, pois nem tudo se sabe, porém o ser humano está sempre em constante aprendizado e o uso da tecnologia a favor da educação está sendo algo primordial para a vida de todos aqueles que estão sempre disposto a aprender.

A utilização das tecnologias digitais na educação visa, fundamentalmente, potencializar o aprendizado dos alunos, através de uma melhor organização e acesso ao conhecimento digitalmente disponível ou através de ferramentas ampliadas de comunicação, interação e difusão do conhecimento, largamente utilizadas pelos jovens nos tempos atuais. Ressaltamos que para além de encarar a tecnologia como simples suporte pedagógico, defendemos o seu uso na educação como possibilidade significativa de melhorar e contribuir para o desenvolvimento educacional dos alunos, com ênfase no acompanhamento do modo como os sujeitos se apropriam dela em seu processo de conhecer (GARCIA; RABELO; SILVA; AMARAL, 2011, p. 86).

Para Gandra (2015), o tutor deve despertar a confiança dos alunos na plataforma de ensino, auxiliando-os a explorar as ideias e demais contidas na matéria de estudo. O encorajamento, a motivação, são recursos imprescindíveis na educação a distância (GANDRA, 2015, p. 1). Portanto não há prática sem a teoria, praticando aprendemos e evoluímos e melhoramos com o tempo, tornando o aprendizado com mais eficácia e eficiência.

Vieira, Afirma que.

São abundantes os enunciados sobre uma nova Era, resultante da conjugação da informática com as telecomunicações (as tecnologias da informação e comunicação) apresentando-a como sendo o único caminho possível – a prosperidade futura dependerá dos processos de manipulação, transmissão, armazenamento e controle da informação. (VIEIRA, 2005, p. 6).

Sistematizar o ensino tem sido um dos objetivos da educação a distância, e o contato com os instrumentos tecnológicos, facilitou o acesso às informações e a manipulação dessas ferramentas. Braga (2006, p.3) afirma que; “Nos espaços em que nem a família nem a vida ensinam, entra então a Escola como planejadora, organizadora e fornecedora de aprendizagem via ensino – atividade em que a Escola fala pela sociedade e é por esta legitimada”.

A EaD caracteriza-se por ser um processo composto por duas mediações: a mediação humana e a mediação tecnológica, imbricadas uma na outra. A primeira pelo sistema de tutoria, a segunda pelo sistema de comunicação que está a serviço da primeira para viabilizar a mediação pedagógica. A mediação pedagógica, resultante da concepção planejada entre estas duas mediações, é potencializada pela convergência digital que disponibiliza acesso e portabilidade por meio de dispositivos de comunicação síncrona e assíncrona cada vez mais integrados, velozes e potentes. As tecnologias da comunicação utilizadas na EaD oferecem diversas linguagens que favorecem a aprendizagem. As linguagens oral, escrita,

audiovisual e multimídia fazem-se presente de modo a facilitar a aprendizagem, tornando o processo mais desafiador, por um lado, e, por outro, sintonizado com a base sociotécnica de nossa sociedade, o que ativa matrizes culturais e abre perspectivas para a EaD. Além das perspectivas, impõe desafios que colocam docentes em frente a diversas questões relativas à qualidade do ensino, às perspectivas dos estudantes quanto à modalidade educativa que estão conhecendo e de novas possibilidades pedagógicas para a prática docente (SOUZA, SARTORI e ROESLER, 2008, p., 335 e 336).

Desse modo, o ensino EaD nos permite o direito a escolha de determinado ambiente onde possamos estar conectados, pois a cada momento nós somos surpreendidos com novas ferramentas tecnológicas, processo contínuo e que cada instante se renova, com esse método, professores e alunos encontram alternativas para desenvolver suas atividades, principalmente quando se trata de lugares mais distante.

As novas tecnologias de informação e comunicação conduzem ao desenvolvimento de diferentes formas de ler, de interpretar e de se relacionar com o mundo. Alunos e professores encaram o desafio de organizar novos esquemas de ação e de representação, desenvolver novas competências, atitudes e habilidades e pesquisar e experimentar novos processos de produzir conhecimento e de aprender. [...] O amplo leque de recursos informacionais disponíveis e as possibilidades de interação instantânea com eles; as variadas formas de acompanhamento simultâneo das ações e necessidades de aprendizagem; a multiplicidade crescente de ferramentas de cooperação, interação e troca grupal; a formação de redes de intercâmbio de informação e saber, de formação cooperativa e de criação coletiva, onde todo o saber individual é parte essencial do conhecimento coletivo, possibilitam ao aluno a distância um conhecimento fundamentado na experiência prática e na análise teórica e crítica (FONSECA, 2015, p. 21).

Contribuir com o aprendizado do educando é o papel crucial da escola, assim sendo, a mesma precisa dar suporte para que os alunos estejam todos inseridos no mundo digital, fomentar e instigar a curiosidade pelo saber via tecnologia é essencial, pois é algo que cresce a cada dia que passa, ampliar e torna acessível as TICs é de suma importância para que possa se expandir as diversas interação e possibilidades de saberes.

Assim, as metodologias a serem adotadas em educação a distância espelham-se, basicamente, nas disciplinas ligadas à gestão de projetos de capacitação, compreendendo fases diversas – que vão desde o levantamento de dados e o planejamento do curso até a avaliação e promoção de melhorias para turmas futuras (ENAP, 2006, p. 53).

Ampliar os meios de comunicação em diversos campos de aprendizagem é imprescindível para que os docentes, discentes e demais profissionais se qualifiquem e estejam aptos e informatizados, proporcionando assim, maior segurança em relação as aulas à distância, legitimando as ideias e a interação dos mesmos no contexto escolar.

Um dos desafios atuais da EaD hoje é construir um aparato pedagógico em que o aluno sinta-se participante, “vivo” no processo, mesmo não vendo os outros colegas e o espaço demarcado fisicamente; mesmo não tendo um horário fixo, predeterminado, sinta-se impelido a aprender de forma interativa e compartilhada (SOUZA; SARTORI; ROESLER, 2008, p., 337).

Nestes aspectos, percebe-se que a tecnologia está presente no nosso dia a dia, isso é inevitável principalmente no momento em que estamos vivenciando a pandemia do coronavírus, essa ferramenta se destaca no processo do ensino, diante disso, alunos e professores têm que se adequar no novo modelo de ensino a distância (EaD).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente o campo educacional tem se transformado, e alternativas vem surgindo como forma de ajuda a desenvolver o processo de ensino e aprendizagem, que por necessidade precisa chegar aos professores e estudantes que moram distante ou vivem em lugares isolados e precisam concluir seus estudos ou pesquisas.

A educação a distância, trouxe essas possibilidades e meios viáveis de fazer com que, o conhecimento caminhe de várias formas, dinâmica e a distância, pois metodologicamente as TICs, ajudaram e contribuíram muito com essa formação acadêmica.

As mudanças surgiram acompanhadas de novos desafios e experiências compartilhadas que deram certo no meio educacional. As ferramentas tecnológicas serviram para transmitir as informações, utilizando meios já existentes nas práticas educativas pedagógicas, de forma mais ampla, outras inovações que precisaram ser testadas e comprovadas com fundamentos teóricos e eficazes.

Os instrumentos utilizados são fundamentais nesse processo de conhecimento principalmente em relação ao ensino a distância, como por exemplo: a experiência via rádio método que serviu para levar as aulas nos lugares onde não tem energia, porém chegou de forma segura acompanhada dos livros e apostilas impressas, o rádio ajudou os professores a fazerem suas explicações sem precisar ir até a casa do aluno. *Whatsapp* contribui bastante através dos grupos de estudos, ajudando assim os alunos que têm acesso a internet. Ligações diretas também foram utilizadas para auxiliar alunos e famílias que sentiram dificuldades que não foram poucas.

Ao considerar todas as hipóteses e afirmações concluiu-se que a Educação à Distância é de grande relevância para fazer reflexão sobre a ensino, que se apresenta em diversos caminhos e possibilidades. Pois, essa prática de instrução é ampla e a interação de conhecimento requer um conjunto de planejamentos com métodos precisos e coerentes, que contribuíram com a melhoria na construção de saberes, mediados por recursos digitais, para que o acesso a essa ferramenta seja facilitado. Sabe-

se que a escola não educa, mas ela ensina todos os valores que os estudantes precisam aprender para o desenvolvimento da educação a distância.

REFERÊNCIAS

BRAGA, José Luiz. **Aprendizagem versus educação na sociedade mediatizada. Educação e sociedade da informação. Uma perspectiva crítica sobre as TIC num contexto escolar.**

Educação a distância em organizações públicas; mesa-redonda de pesquisa-ação. Brasília: ENAP, 2006.

Eneus Trindade ... [et al.]. **Comunicação e Mediações [recurso eletrônico]: novas perspectivas / organização:** São Paulo: ECA-USP, 2021.

FONSECA, João José saraiva da Educação **a distância: um conceito a erradicar.** Sobral-CE, FUNDECT, 2015.

FREIRE, Paulo, 1921 – **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam** – São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

GANDRA, Daniella Caruso; **A importância do feedback na Educação a Distância.** Revista: aprendizagem em EAD-2015, volume -1 Taguatinga- DF.

GARCIA, Marta Fernandes, Dóris Firmino Rabelo, Dirceu da Silva, Sérgio Ferreira do Amaral. **Novas competências docentes frente às tecnologias digitais interativas.** *Rev. Teoria e Prática da Educação*, v. 14, n. 1, p. 79-87, jan./abr. 2011.

HACK, Josias Ricardo. **Introdução a Educação à Distância-** Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

HERMIDA, Jorg Fernando, BONFIM, Cláudia Ramos de Souza; **A educação à distância: história, concepções e perspectivas.** Campinas, n. especial, p.166–181, ago 2006.

SOUZA, Alba Regina Battisti de; Ademilde Silveira Sartori; Jucimara Roesler; **Mediação pedagógica na educação a distância: entre enunciados teóricos e práticas construídas.** *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 8, n. 24, p. 327-339, maio/ago. 2008.

SOUZA, Marilene Proença Rebello de, Gloria Anísia Fariñas León, Luciane Maria Schindwein. (org.). **Políticas públicas e prática docente em países da América Latina,** São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2021.

VIEIRA, Maria Alexandra Nogueira, **Educação e sociedade da informação: Uma perspectiva crítica sobre as TIC num contexto escolar.** s/a.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: DESAFIOS NECESSÁRIOS REALIZADOS PELA PANDE- MIA COVID19/ BENJAMIN CONSTANT

Marcelo Fabiano de Oliveira Farias
Cleoneice Neves Farias

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo informar as mudanças drásticas e necessárias no município de Benjamin Constant, quando se refere a Educação a Distância, pois, a educação de forma geral desde o ensino fundamental ao superior passou por etapas abruptas com a finalidade de dar continuidade ao período letivo que foi prejudicado. Precisamente neste cenário as universidades e faculdades do país abrangeram massas e viram o ensino EAD crescer de tal forma que chegaram a lugares remotos com muita mais intensidade, neste sentido o Município de Benjamin Constant se viu favorecido, pois muitas faculdades passaram a oferecer diversos cursos de forma EAD. A metodologia adotada, em relação à natureza, é aplicada; quanto à forma de abordagem do assunto, é qualitativa; do ponto de vista de seus objetivos, é descritiva; e com relação aos procedimentos técnicos, é bibliográfica.

Palavras-chave: Impactos; EAD; Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

A modalidade de Educação a Distância está sendo cada vez mais utilizada na Educação Básica, Educação Superior e em cursos abertos, entre outros. Sendo assim, o objetivo deste artigo é abordar a Educação a Distância de forma local ou específica do município de Benjamin Constant sob os aspectos conceituais e legais. Verificou-se que a Educação a Distância é entendida como modalidade de educação mediada pelas tecnologias de informação e comunicação, a fim de proporcionar a interação entre professor e estudante; que passou por momentos históricos, desde cursos por correspondência até aos nossos dias, por meio de cursos que usam a Internet; e que hoje, no Brasil, tal modalidade está largamente amparada em legislação específica.

Desta forma afirma-se que a Educação a Distância, no Brasil, é uma modalidade de educação que contribui para um ensino ampliado e que essa legitimação, através do amparo legal, foi um ponto fundamental para acabar com possíveis preconceitos a essa modalidade e inseri-la, oficialmente, no ensino brasileiro.

O estado do Amazonas conta com diversas Universidades, Faculdades assim como também Institutos tecnológicos, neste caso o município de Benjamin Constant conta com a Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Universidade Paulista - UNIP, Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM, e demais escolas de ensino básico, todas as supracitadas tiveram que adotar medidas tais como aulas remotas e EAD, vale ressaltar que a UNIP tem implantado cursos na

modalidade EAD há muito tempo, com isto, levou vantagem na sua abrangência educacional, pois proporcionam um leque de cursos em licenciatura e bacharelado.

O lado positivo de toda esta mudança radical é que a educação básica, técnica e superior realizaram esforços conjuntos permitindo destrinchar alternativas dentro da educação EAD, pois consolidaram outras modalidades paralelas (remotas usando diversas ferramentas ou aplicativos tecnológicos).

Desta forma se garantiu o direito social à educação formal, mesmo que tenha sido através de mediação didático pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem, apesar de ter sido por meio de utilização de tecnologias de informação, com professores nos mais diversos lugares ou tempos diversos.

Apesar das diversas dificuldades dos professores e alunos, seja pelas tecnologias, carências de qualificação e internet precária, a comunidade estudantil teve que se esforçar e adaptar a nova realidade que a pandemia de certa forma impôs, entretanto, com medidas assertivas enquanto ao uso de educação EAD, se conseguiu dar continuidade às aulas, mesmo sendo diferente se atingiu ou se recuperou as horas acadêmicas necessárias para não perder o ano letivo.

ASPECTOS LEGAIS

Pode-se dizer que o marco legal da expansão apresentada foi o artigo 80 da LDB (Lei 9.394 de 1996), cujo caput dispõe que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”

Diversas regulamentações anunciadas pelo art. 80 da LDB, em seus parágrafos, como o credenciamento de instituições, os requisitos para a realização de exames e registro de diplomas, foram objeto de normatização pelo Decreto no. 2.494/98, substituído, em 19 de dezembro de 2005, pelo Decreto no. 5.622, que caracteriza a educação a distância:

como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (Art. 9º).

Tal definição constituiu um avanço em relação ao decreto anterior, pois explicitou a necessidade de professores desenvolvendo a mediação pedagógica. Também servem como referência alguns requisitos a serem cumpridos pelas instituições que demandam credenciamento (Art. 12):

Projetos pedagógicos para os cursos e programas que serão ofertados na modalidade a distância; apresentar corpo docente com as qualificações exigidas na legislação em vigor e, preferencialmente, com formação para o trabalho com educação a distância.

Outra disposição legal federal de grande importância é a Portaria no. 4.059, de 10 de dezembro de 2004, pelas consequências que traz para a educação presencial. É conhecida como a Portaria dos 20%, pois permite às instituições de ensino superior à oferta de disciplinas que utilizem a modalidade semipresencial, caracterizada como “quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota”.

EAD: MODALIDADE, FORMA OU CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO?

Apesar de ser corrente a referência à educação a distância como uma modalidade, o termo pode trazer confusão com especificidades educacionais tais como Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional, Educação Indígena, estas sim modalidades educacionais. A imprecisão é tanta que há normas legais que chegam a dizer que EAD é uma modalidade educacional que poderá ser aplicada a diversos níveis e modalidades de ensino

A distinção deve ser estabelecida, sobretudo, em relação a concepções de educação. Neste caso, a confusão pode trazer consequências mais graves, tendendo a cair nas polarizações extremadas a que aludi, tanto de rejeição automática, quanto de adoção acrítica.

Alguns consideram que educação a distância, por sua natureza, é sinônimo de educação massificada, de qualidade inferior. Efetivamente, tal característica foi marcante nas origens da EAD. Muitas dessas práticas foram de cunho tecnicista, enfatizando o material pedagógico (pacotes instrucionais) em detrimento da mediação pedagógica exercida pelo professor.

A falta da presença física do professor condenaria, portanto, a educação a distância a um estilo frio, impessoal, mais próprio de pedagogias “bancárias”. Sem dúvida, a existência de cursos de má qualidade reforça a imagem da EAD como negócio de instituições não idôneas que a têm como estratégia de corte de custos, para aumentar sua lucratividade.

É preciso deixar claro que EAD não prescinde de professor, como se sua mediação pedagógica pudesse ser exercida por técnicos especialistas em informática. Ao contrário, a função docente se alarga. Segundo Belloni (2006, p. 84),

Consideradas do ponto de vista da organização institucional, podemos agrupar as funções docentes em três grandes grupos: o primeiro é responsável pela concepção e realização dos cursos e materiais; o segundo assegura o planejamento e organização da distribuição de materiais e da administração acadêmica (matrícula, avaliação); e o terceiro responsabiliza-se pelo acompanhamento do estudante durante o processo de aprendizagem (tutoria, aconselhamento e avaliação).

EAD NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT

A instituição de ensino superior Universidade Paulista - UNIP se consolidou como pioneira no âmbito EAD e semipresencial dentro do município supracitado, alcançando a massificação e adesão de cursos EAD, durante a pandemia reforçou sua importância na forma de ensino, pois todas as instituições de abordagem presencial tiveram que fechar, somente após um período de tempo procuraram migrar a alternativas educacionais, no caso desta instituição continuo suas atividades acadêmicas.

Inclusive esta instituição realiza de forma híbrida, complementa sua modalidade EAD, com aulas presenciais, entretanto, na pandemia as aulas era cem por cento EAD, vale destacar que atualmente a UNIP é líder e pioneira no que tange a instituição particular, pois, os valores das mensalidades são bem acessíveis acompanhando a condição da população.

Neste sentido, a Universidade Federal do Amazonas, passou a usar mediação de forma remota para não perder mais semestres que já estavam comprometidos. No que tange a educação básica igualmente se reinventaram como por exemplo a educação do ensino fundamental municipal aderiu a usar rádio frequência modulada local, em horários específicos, pois a questão da internet é um caso sério a ser observado, já o rádio chegaria a todos os lares em todas as comunidades do município, as escolas do ensino médio da esfera estadual, passaram a utilizar o ensino remoto via whats App, da mesma forma o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM, passou a utilizar o ensino remoto, somente na capital manteve cursos à Distância. Com isto o município de Benjamin Constant passou por uma série de transformações no âmbito da educação intermediada por meios digitais, e outras alternativas através dos meios de informação, assim como também a EAD passou a ter um outro olhar, realçando a relevância desta alternativa educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste breve olhar podemos demonstrar que a educação de hoje configura novos desafios a serem conquistados, entre eles a forma EAD, precisa ser consolidada em cada escola brasileira em todos os níveis (básico ou superior). Também ficou evidente que por anos as escolas não estavam preparadas ou sequer tinham planejado estratégias para adequações pertinentes ao momento tecnológico em que vivemos.

Cabe ressaltar que muitos dos professores sequer estão familiarizados com as novas tecnologias, com isso desconhecem as plataformas EAD; se faz necessário a capacitação e interação de professores e alunos, pois o modelo de educação tem que acompanhar as tendências do mundo globalizado em que nos encontramos.

Assim, é preciso que as políticas públicas educacionais na EAD estejam alinhadas às possibilidades de transformações e emancipação voltadas para as necessidades brasileiras, e não para a reprodução dos interesses hegemônicos internacionais. É necessária a mudança do cenário apresentado, de fragilidades, contradições, ações desintegradas, perdidas na linha do tempo de uma redundância, principalmente no que diz respeito a uma formação de qualidade voltada para formar cidadãos críticos e reflexivos, capazes de criar sua própria história.

O olhar urgente que as autoridades e representantes do governo para o interior do estado Amazonas, se faz fundamental, especificamente quando se trata de estrutura física e de equipamentos assim como a implementação de meios e mecanismos tecnológicos, entre eles a internet, pois convivemos com uma precariedade no sinal de internet, fator fundamental para o seguimento massivo e de qualidade no que tange EAD, e demais formas educacionais emergentes.

Por outro lado, vale ressaltar o esforço que cada professor fez para se adequar à nova realidade imposta pela pandemia, a EAD para muitos deles já é uma realidade e não desmerece em nada a qualidade do profissional envolvido na forma de estudar, pois, cada profissional é responsável pelas atitudes e habilidades cognitivas colhidas durante o ensino EAD. É de suma importância destacar o desempenho e inserção dos profissionais graduados nesta modalidade, muitos dos mesmos se encontram empregados conforme observa-se na cidade de Benjamin Constant.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. LDB 9394/96. **Diário Oficial da União**, Ministério da Educação - MEC. p. 1-32, 23 dez. 1996. Disponível em: Acesso em: 28 jan.2022.

BELLONI, M. L. **Educação a Distância**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

_____. Decreto N° 5.622/05. Brasília, DF, 19 dez. 2005. Disponível em: . Acesso em: 15 jan. 2022.

Guia Metodológico para o Ensino Remoto. Centro de Educação Tecnológica do Amazonas. Escola de Educação Profissional a Distância CETAM EAD. MANAUS – Amazonas. 2021

ELY, Débora. Aulas presenciais nas escolas do RS não têm prazo para retorno. **GAÚCHAZH**, Porto Alegre, 29 abr. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2020/04/aulas-presenciais-nas-escolas-do-rs-nao-tem-prazo-para-retorno-ck9lwcmibi00oj017ndtzewi2r.html>. Acesso em: 25 maio. de 2021.

ENSINO Remoto Emergencial: a oportunidade da escola criar, experimentar, inovar e se reinventar. SINEPE/RS, Porto Alegre, 17 abr. 2020. Disponível em:

<https://www.sinepers.org.br/noticias/ensino-remoto-emergencial-a-oportunidade-da-escola-criar-experimentar-inovar-e-se-reinventar>. Acesso em: 25 jun. 2020

LUK, H. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. 2. Ed. Vozes: Petrópolis, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** Nº 9.394/96. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: Acesso em: 16 jun. 2022.

RUSSO, M.A. & CATANI, A. (Orgs.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SINEPE/RS, Porto Alegre, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://www.sinepers.org.br/noticias/974-das-escolas-privadas-usam-plataformas-online-e-aplicativos-para-o-ensinoremoto>. Acesso em: 25 jun. 2020.

_____. Medida provisória n 934, de 1 de abril de 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei n 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Diário Oficial da União**: seção 1 – Extra, Brasília, DF, 2020 ed. 63-A, p. 1, Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medidad-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020250710591>>. Acesso em: 13 mai.2021.

_____. Lei n 14040, de 18 de agosto de 2020. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n 11.947, de 16 de junho de 2009. **Diário Oficial da União**, Ministério da Educação – MEC. P. 1-4, 18 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.040-de-18-de-agosto-de-2020-272981525>>. Acesso em: 14 mai.2021.

_____. Portaria 376, de 03 de abril de 2020 que dispõe sobre as aulas nos cursos técnicos de nível médio, enquanto durar a situação da pandemia do - Covid 19 disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=66&data=06/04/2020>. Acesso em 09 de maio.de 2021.

_____. Parecer CNE/CPn 5/2020 de 02.04.2020 que dispõe sobre a organização do Calendário Escolar e da possibilidade do cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da covid19. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em 09 de maio de 2021

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Ivany da Costa Almeida
Maria Edwiges Rosa Tavares

RESUMO

A preocupação básica deste presente artigo é refletir sobre “A importância do estudo da educação ambiental para a sociedade contemporânea: um estudo bibliográfico”, estudo que se faz imprescindível à formação e conhecimento para solucionar possíveis problemas surgidos no meio social. Este artigo teve como propósito estudar, analisar e buscar compreender por meios de autores teóricos qual a função primordial da educação ambiental e que contribuição este estudo traz à sociedade. Para compreender e alcançar os objetivos propostos no trabalho, utilizou-se a metodologia embasada na pesquisa bibliográfica, onde fez -se uma revisão de literaturas das obras de diversos autores que entendem da temática, tais: Brasil (1999), Brasil (1998), Carvalho (2012), Dias (1992), Fiorillo (2015), Guimarães (2005), Guimarães (2004), Lanfredi (2002), Leff (2012), Libâneo (1994), Rauber (2005), Sato (2004), Silva (2021) e dentre outros, procurando ressaltar a importância do estudo da educação ambiental e suas contribuições à sociedade contemporânea. Mediante a revisão de literatura dos autores, conclui-se que através do estudo da educação ambiental, é possível obter conhecimentos que contribuirão à sociedade, onde as pessoas que perpassam por essa educação têm muito a aprender, tornando-os mais conscientes sobre a grande importância de construir um futuro saudável.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Sociedade Contemporânea; Formação.

INTRODUÇÃO

O presente artigo vem discutir um assunto de extrema relevância intitulado “A Importância do Estudo da Educação Ambiental para a Sociedade Contemporânea: Um Estudo Bibliográfico”. Pois quando se fala de educação, devemos nos atentar não somente para os conteúdos estabelecidos nas grades curriculares de uma escola, mas sim para nossa realidade como o meio ambiente por exemplo, porque de certa forma as pessoas precisam aprender como preservar-los, sendo isso necessário para que possamos ter uma vida saudável dentro da sociedade.

A educação ambiental direciona tanto a educação quanto a sociedade, dessa forma o presente artigo teve como propósito estudar, analisar e buscar compreender por meios de teóricos qual a função primordial da educação ambiental e que contribuição o estudo dessa educação traz à sociedade.

Justifica-se o presente artigo com base nas leituras teóricas sobre os textos disponibilizados na disciplina: Ambiente, Educação e Sociedade para buscar não apenas conhecimentos, mas compreender de que forma o termo ambiente é estudado na educação para contribuir com a sociedade.

Na atualidade, observa-se que a sociedade contemporânea tem enfrentado uma crise ambiental relacionada a vários fatores, e como consequência, o desequilíbrio do bem-estar e da qualidade de vida. Nessa perspectiva, surgiu a ideia de aprofundamento no estudo em questão, para buscar mostrar

por meio dos teóricos, como os conhecimentos obtidos na educação ambiental podem contribuir na resolução dos problemas que tem afetado grande parte da sociedade.

Mediante a essa situação, algumas questões foram construídas como norteadoras para melhor desenvolver o presente artigo, tais como: Qual a função e a contribuição da educação ambiental para a sociedade? Como uma escola pode preparar um cidadão para resolução de crises ambientais?

A metodologia empregada neste trabalho consistiu em uma revisão de literatura, que de acordo Rauber apud Köche:

[...] O objetivo da revisão de literatura é aumentar o acervo de informações e de conhecimentos do investigador com as contribuições teóricas já produzidas pela ciência para que, sustentando-se em alicerces de conhecimentos mais sólidos, possa tratar seu objetivo de investigação de forma mais segura. [...] A revisão de literatura provoca um abrir de horizontes, habilitando o investigador para a análise do seu problema. (RAUBER apud KOCHE, 1999, p. 131-132).

Ressalta-se que, para fazer a revisão de literatura sobre o tema em estudo, buscou-se na internet obras de vários autores que apresentam conhecimentos e contribuíram de forma satisfatoriamente para que os resultados fossem alcançados, dentre eles: Brasil (1999), Brasil (1998), Carvalho (2012), Dias (1992), Fiorillo (2015), Guimarães (2005), Guimarães (2004), Lanfredi (2002), Leff (2012), Libâneo (1994), Rauber (2005), Sato (2004), Silva (2021).

DESENVOLVIMENTO

Para melhor compreensão do tema em estudo, faz-se necessário primeiramente definir o conceito de educação, e posteriormente aprofundar no assunto. Não se pode falar de ambiente e sociedade sem falar de educação que é um elemento imprescindível no processo de ensino/ aprendizagem e formação de qualquer cidadão que vive em uma determinada sociedade.

Libâneo, apresenta em seu livro chamado “Didática” um excelente conceito sobre educação, onde afirma que:

A educação é um conceito amplo que se refere ao processo de desenvolvimento unilateral da personalidade, envolvendo a formação e qualidade humana – físicas, morais, intelectuais, estéticas – tendo em vista a orientação da atividade humana na sua relação com o meio social, num determinado contexto de relações sociais. (LIBÂNEO, 1994, p.22).

Vimos que a educação é de fundamental importância, e é através dela que o ser humano busca adquirir conhecimento e ao mesmo tempo formação, não apenas para conviver no meio da sociedade, mas também para resolver problemas que surgirem no contexto das relações sociais.

Brasil (2005), traz uma contribuição enfatizando que:

[...] a educação assume posição de destaque para construir os fundamentos da sociedade sustentável, apresentando uma dupla função a essa transição societária: propiciar os processos de mudanças culturais em direção à instauração de uma ética ecológica e de mudanças sociais em direção ao empoderamento dos indivíduos, grupos e sociedades que se encontram em vulnerabilidade face aos desafios da contemporaneidade.

De acordo com a citação, é imprescindível analisar que a educação traz contribuições significativas ao indivíduo e a sociedade. E essa educação é desenvolvida no espaço escolar. A escola, enquanto instituição de ensino, desempenha um excelente papel no desenvolvimento e formação dos seus educandos, oferecendo-lhes perspectivas para a ampliação de uma sociedade desenvolvida e sustentável.

Na escola não se estuda apenas os conteúdos curriculares, mas assuntos os mais relevantes do nosso dia-a-dia, como por exemplo, o meio ambiente, conceituado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais como tema transversal, e tratado de forma sistemática em toda disciplina escolar, é considerado primordial dentro da sociedade contemporânea. Por isso faz-se necessário seu estudo, devendo estar presente no cotidiano educacional, como descreve a Lei 9.795/1999:

Art. 1o Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Art. 2o A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, 1999).

A partir da descrição, analisa-se o quanto a educação ambiental é um componente essencial à formação e desenvolvimento do ser humano por levá-los a construir valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que ajudam a conservar e preservar o meio ambiente, repassando e desenvolvendo nas pessoas uma boa qualidade de vida, e por construir esses valores jamais deve ser deixada de ser lado, pois traz contribuições ao desenvolvimento e formação dos alunos. Para enriquecer a fundamentação, Fiorillo (2015), contribui afirmando o seguinte:

A educação ambiental deverá ser implementada no ensino formal, sendo desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando a educação básica, a superior, a especial, a profissional, e a de jovens e adultos. (FRIORILLO, 2015, p.136).

O estudo sobre a educação ambiental traz grandes contribuições ao processo de ensino e aprendizagem, por isso, o Parâmetros Curriculares Nacionais enaltece sobre sua importância na educação, preconizando que os Temas Transversais devem ser trabalhados de forma que os alunos desenvolvam a capacidade de posicionar-se diante das questões que interferem de forma significativa na vida coletiva, de superar a indiferença, e ainda intervir de forma responsável.

Durante o processo ensino-aprendizado, principalmente no contexto educacional, aprende-se sobre o meio em que se vive, e que este deve ser preservado limpo e saudável, uma vez que é direito de todos zelar e viver em um ambiente equilibrado. O artigo 225 da Constituição Federal, esclarece:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

Estudar educação ambiental, é obter conhecimentos que contribuirá para a vida do educando. Esses saberes são desenvolvidos por meio de processos educativos e na construção de conceitos, onde o aluno torna-se autor do saber ambiental ao participar das práticas sustentáveis e assumir uma reflexão crítica perante o ambiente. (LEFF, 2012).

Carvalho (2001), expressa que o estudo da educação ambiental:

[...] possibilita a construção de uma visão mais abrangente geralmente complexa, como é o caso das questões ambientais e que abra possibilidades para uma ação em busca de alternativas e soluções.

Dias (1992), corrobora afirmando que o estudo sobre a educação ambiental “levam à autoconfiança, a atitudes positivas e ao comprometimento pessoal com a proteção ambiental implementados de modo interdisciplinar”. (Dias, 1992). De acordo com as citações, percebe-se quão grande e importante é o estudo sobre educação ambiental.

De acordo leituras realizadas em artigos científicos, constatou-se que a escola pode contribuir de diversas formas para que os alunos obtenham conhecimentos e que futuramente possam resolver possíveis problemas direcionadas à crise ambiental, como afirma Brasil (2021):

A escola deve iniciar a tratar a educação ambiental a partir dos conhecimentos prévios dos alunos permitindo que os alunos analisem a natureza de acordo com as práticas sociais. Uma análise crítica poderá contribuir profundamente para as mudanças de valores sobre o cuidado com o meio ambiente. O aprender a cuidar da natureza é algo gradativo, onde o ser humano compreende que o uso indevido dos recursos naturais pode afetar sua qualidade de vida e do resto do mundo e que o cuidado com o meio ambiente não é somente responsabilidade dos órgãos governamentais. Além disso, os cidadãos devem ter a possibilidade de participar ativamente nos processos

decisórios para que assumam sua co-responsabilidade na fiscalização e controle dos agentes responsáveis pela degradação ambiental.

Constata-se dessa forma que a escola tem um poder muito grande sobre a preparação e formação dos seus educandos, levando-os a aprenderem sobre os cuidados que precisam ter com a natureza a qual faz parte. O ambiente escolar é considerado como um dos locais privilegiados onde os educandos darão os primeiros passos para sua conscientização no que diz respeito aos cuidados com o meio ambiente. É na escola que se dará sequência ao processo de socialização iniciado em casa. Nesse sentido, possui papel importante no que diz respeito ao processo de formação.

Assim como já foi exaustivamente abordado, a escola tem papel fundamental na formação dos alunos ao direcioná-los à sociedade. Nota-se que ela concretiza as mudanças, as atitudes, e os comportamentos dos educandos no que se refere ao meio ambiente partindo do enfoque da Educação Ambiental desenvolvida dentro da sala de aula.

Dessa forma Sato (2004), alega que:

[...] o aprendizado ambiental é um componente vital para oferecer motivos que levam os alunos a se reconhecerem como parte integrante do meio em que vivem e os fazer pensar nas alternativas para soluções dos problemas ambientais e ajudar a manter os recursos para as futuras gerações. (2004).

Seguindo linha de pensamentos Guimarães (2004), traz uma contribuição afirmando que:

[...] o processo da construção do conhecimento interdisciplinar na área ambiental possibilita aos educadores atuar como um dos mediadores na gestão das relações entre sociedade humana, em suas atividades políticas, econômicas, sociais culturais e a natureza. O fato da EA se voltar para o interdisciplinar decorre da compreensão de que o meio ambiente é um todo complexo, com partes interdependentes e interativas em uma concepção sistêmica. (2004).

As citações acima são esclarecedoras em relação a contribuição da educação ambiental para a vida e formação do aluno, uma vez que possibilita ao educando colocar em prática o que aprendeu e ainda ser atuante diante das problemáticas surgidas na sociedade em que vive.

Para finalizar esse assunto Lanfredi (2002), vem defender que a educação ambiental traz contribuições à formação da personalidade do ser educando, quando cita que:

A educação ambiental objetiva a formação da personalidade despertando a consciência ecológica em crianças e jovens, além de adulto, para valorizar e preservar a natureza, porquanto, de acordo com princípios comumente aceito, para que se possa prevenir de maneira adequada, necessário é conscientizar e educar. A educação ambiental é um dos mecanismos privilegiados para a preservação e conservação da

natureza, ensino que há de ser obrigatório desde a pré-escola, passando pelas escolas de 1º e 2º grau, especialmente na zona rural, prosseguindo nos cursos superiores

De um modo geral, pode-se ressaltar que o estudo sobre educação ambiental no ambiente escolar em muito contribui para a formação dos educandos, assim como nas possíveis soluções em relação ao cuidado, preservação e conservação do meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, pode-se dizer que o presente artigo trouxe por meio da revisão de literatura uma breve análise e reflexão sobre o tema “A Importância do Estudo da Educação Ambiental para a Sociedade Contemporânea: Um Estudo Bibliográfico”. No presente artigo, os autores trouxeram conhecimentos que colaboraram na construção e desenvolvimento do estudo em tela. Baseado nesses conhecimentos, os objetivos e questionamentos foram alcançados, obtendo-se assim, resultados satisfatórios.

O trabalho vem mostrar que o estudo sobre educação ambiental traz contribuições significativas à sociedade contemporânea, possibilitando aos indivíduos uma visão sobre o mundo que o cerca a partir do conhecimento teórico e prático, assim como a obtenção de novos modos de vida, consumo, produção, e de alternativas que viabilizam a existência. Dessa forma Guimarães (2005), expõe que “é por meio da educação ambiental que se pode ter o embasamento necessário para as futuras ações e criações[...]

Portanto, os autores utilizados trouxeram grandes conhecimentos que enriqueceram o estudo, proporcionando um olhar mais atento e reflexivo sobre educação ambiental e sua contribuição à sociedade. Sem dúvida que é na educação que se aprende e se adquire bons modos e conhecimentos sobre o meio, colocando-se em prática na sociedade em que se vive aquilo que aprendeu.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Coleção de Leis da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao>. acesso: 10 de outubro de 2021.

CARVALHO. I. G. de M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2012.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo, Gaia, 1992. Educação ambiental: planejamento e uso de trilhas ecológicas interpretativas para estudantes com deficiência intelectual. Disponível em: http://www.bdttd. ucb.br/tede/tde_busca /arquivo.php? codArquivo=1043> acessado em 10 de outubro 2021.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 16^a. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental da educação**. 7.ed. Campinas,SP: Papirus, 2005. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais**. Campinas. São Paulo: Papirus, 2004. p. 82 - 83.

LANFREDI, Geraldo Ferreira. **Política ambiental – Busca da efetividade de seus instrumentos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. p. 197.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 9.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática** / José Carlos Libâneo. São Paulo: Cortez, 1994.

RAUBER, Jaime José. **Apresentação de trabalhos científicos: normas e orientações práticas**. Passo Fundo: UPF, 2005.

SATO, Michele; CARVALHO, Isabel. **Educação ambiental. [recurso eletrônico]: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SILVA, Márcia Nazaré. **A educação ambiental na sociedade atual e sua abordagem no ambiente escolar**. Âmbito Jurídico. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11367&revista_caderno=5. Acesso em: 5 outubro 2021.

GESTÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Arenilson Lima Moura
Aurisete Pereira da Silva Cunha
Jacilene Barbosa Gomes Pereira
Ivan Bim Requena

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo, compreender a importância do gestor pedagógico na escola. O gestor é de suma importância no acompanhamento do professor tanto na semana pedagógica, onde são traçadas as metas que serão atingidas durante o ano letivo, quanto no decorrer das aulas, onde o gestor estará acompanhando os resultados das aulas e analisando se esses estão dentro do esperado, e se não, ele estará juntamente com esse professor buscando identificar e sanar os problemas para que se tenha um bom resultado. No que se refere a metodologia empregada neste trabalho, pode-se dizer que foi a bibliográfica, utilizando-se como fontes de pesquisa artigos, revistas, sites de busca acadêmica, entre outros. Ao término deste trabalho foi possível observar que grande parte das atribuições exercidas pelo gestor pedagógico dentro da unidade escolar, tais como, resolver problemas de violência e indisciplina por parte dos alunos, não é sua função. Isso acaba ocorrendo por falta de conhecimento do próprio gestor que não está preparado, pois muitas vezes nem sabe qual é o seu papel, e a própria gestão por falta de funcionários pede para o gestor realizar tarefas que não são de sua competência e com isso acarreta novos problemas de organização pedagógica. O gestor tem como função trabalhar dentro do contexto pedagógico, organizando e coordenando as atividades junto ao corpo docente em prol de uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Gestor; Escola; Professor.

INTRODUÇÃO

O gestor tem grande importância dentro das reuniões pedagógicas, onde estará tratando dos problemas junto aos seus pares, e junto à comunidade escolar, ouvindo os problemas, e levando esses para um debate, onde são ouvidas as opiniões da comunidade e através dessas chegar a uma resolução para que os problemas que estão sendo enfrentados no dia a dia da escola sejam sanados.

Deste modo, o presente artigo tem como objetivo geral compreender a importância do gestor pedagógico na escola, bem como também a questão da aprendizagem da criança. E como objetivos específicos: Compreender as características do gestor e seus desafios; Averiguar as funções do gestor pedagógico; Identificar o papel do coordenador pedagógico na relação teoria e prática.

Sabe-se que o gestor pedagógico vivência e busca soluções para determinados tipos de problemas, como por exemplo, indisciplina, questões familiares, e de violência de alunos, tendo que deixar de exercer sua função pedagógica dentro da escola, tais empecilhos procedem não por eventualidade, entretanto, porque são dependentes e propiciados a aparecer, pelas próprias políticas públicas de educação, segurança e sociais.

Com isso, este artigo tem a seguinte problemática: qual a importância do gestor pedagógico na escola?

Um dos motivos que podem acarretar problemas para a coordenação é a ausência da participação dos pais nas atividades escolares, tendo em vista que uma parcela dos pais matricula seus filhos na escola, mas não acompanham o andamento do desempenho de seus filhos, deixando isso totalmente a cargo da escola, e deixando de cumprir seu papel que é de suma importância dentro de uma sociedade, o papel de família, que é a base de todo ser humano.

A ausência da participação da família na vida de uma criança acaba muitas vezes levando este a ficar sem uma identidade, sem saber quem ele é, e qual o seu papel dentro da escola e na sociedade.

Pode-se dizer ainda que o trabalho do gestor acaba sendo dificultado dentro da comunidade escolar também, muitas vezes pela própria gestão, que na maioria das vezes não delibera funções e centralizam em si todas as responsabilidades, não dando autonomia para o gestor fazer valer seu trabalho.

A escolha do presente tema se deu com a importância de se compreender as reais atividades exercidas pelo gestor pedagógico dentro da sala de aula. Sabe-se que os gestores encontram em seu cotidiano muitas dificuldades para desempenhar sua função dentro da unidade escolar: Uma das principais dificuldades é a concepção que seus pares têm a seu respeito, ao ver apenas os gestores como responsáveis por todas as demandas dentro da unidade escolar, e com isso os gestores ficam sem saber quem são ou quais são suas funções e até mesmo se sentem totalmente responsáveis pelo andamento da escola, e atribuindo somente para si a responsabilidade que é na verdade de todo o grupo escolar.

CARACTERÍSTICAS DO GESTOR E SEUS DESAFIOS

A coordenação pedagógica tem como característica o desenvolvimento de atividades de apoio pedagógico, dentro das unidades escolares, visando propiciar um bom desempenho de todos os envolvidos nas atividades pedagógicas. Portanto o gestor é de suma importância, pois irá articular as atividades e práticas pedagógica, além de estar constantemente avaliando se estas atividades estão realmente tendo êxito, e se não, encontrar os motivos ou causas dos problemas e procurar juntamente com os pares solucioná-los.

De acordo com Paulo Gomes Lima e Sandra Mendes dos Santos (2007, p. 79):

[...] muitos olhares são lançados sobre a identidade e função do gestor pedagógico na escola, não raras vezes pelos próprios pares e comunidade intra e extra-escolar caracterizando-o em modelos distintos e cobrando-lhe a determinação do sucesso da vida escolar e encaminhamentos pertinentes às problemáticas que se sucedem no cotidiano. Várias metáforas são construídas sintetizando o seu papel e função na escola com distintas rotulações ou imagens, dentre elas, a de Bom-bril (mil e uma

utilidades), a de bombeiro (o responsável por apagar o fogo dos conflitos docentes e discentes), a de salvador da escola (o profissional que tem de responder pelo desempenho de professores na prática cotidiana e do aproveitamento dos alunos). Além destas metáforas, outras aparecem definindo-o como profissional que assume uma função de gerenciamento na escola, que atende pais, alunos, professores e também se responsabiliza pela maioria das emergências que lá ocorrem, isto é, como um personagem resolve tudo e que deve responder unidirecionalmente pela vida acadêmica da escola.

O autor cita que os gestores pedagógicos passam a ser responsáveis por tudo que acontece dentro da escola, esquecendo assim que dentro de qualquer unidade de trabalho, o êxito ou o fracasso não é responsabilidade somente de um indivíduo, mas de todo o grupo. Além disso, todos os pares devem saber qual sua função dentro do grupo e buscar colaborar com os demais para o bom funcionamento da unidade.

É muito comum ver gestores chamarem o diretor para resolver problemas, ou tomar decisões que seriam de sua responsabilidade. Isto ocorre na maioria das vezes, não por o gestor não saber o que fazer, mas sim porque a direção escolar monopoliza todas as atribuições, não seguindo os princípios da gestão democrática.

A centralização das tomadas de decisões acaba por prejudicar os trabalhos pedagógicos, pois as ideias que serão apresentadas no cotidiano não são do grupo todo, mas de poucos. Porém, dentro da escola existem várias situações que necessitam de olhares e ideias diferentes para serem solucionadas ou até mesmo usadas para o bom andamento pedagógico. Entre todas as dificuldades encontradas pelos gestores no cotidiano, a maior é na realidade a falta de sua formação inicial para o exercício desta função.

Segundo Alarcão (2008, p. 32):

Os atuais gestores de nossa rede de ensino, com raras exceções, não foram formados para tal atuação. Formaram-se professores em diversas áreas do conhecimento, participaram de processo seletivo na sua unidade de ensino e encontram-se nas escolas premidos pelas urgências do cotidiano, envolvidos em alguns projetos pedagógicos específicos ou atendendo a requisições pontuais da direção da escola.

Os gestores são escolhidos por seus pares em uma eleição e vão desempenhar suas funções, as quais na maioria das vezes ele não sabe quais são de verdade, e com isso muitas vezes acaba por deixar de realizar suas atribuições para fazer a de outros. Isso é muito comum, por exemplo, quando falta o agente de pátio o diretor geralmente pede para um dos gestores ficarem no pátio para fazer a função deste funcionário, levando com isso muitas vezes os gestores se sentirem sem importância real dentro da escola, pois vai cumprir a função de outro funcionário, e não cumpre a sua, como se esta não tivesse nenhuma importância para a escola.

A maioria dos gestores considera como maior empecilho ou seu trabalho, o tempo que gasta em tarefas burocráticas, e resolvendo problemas de indisciplina dos alunos e a falta dos professores,

problemas que se potencializam mutuamente, uma vez que, quando o professor falta, há que se arrumar esquemas para a permanência dos alunos, e fazer valer e ter o dia letivo (GARRIDO, 2008).

Outro empecilho é a falta de participação dos pais e responsáveis na vida dos alunos, os quais são enviados para a escola, e geralmente só são acompanhados pelos professores e gestores, pois os pais na maioria das vezes consideram a escola e seus agentes os únicos responsáveis pela formação escolar de seus filhos. Geralmente quando os pais são solicitados a participarem de reuniões escolares, ou até mesmo em situações de indisciplina é muito comum que estes na sua grande maioria não compareçam (GARRIDO, 2008).

Para que o trabalho dos gestores seja desenvolvido em sua plenitude, é necessária a participação efetiva de toda a comunidade escolar, com cada um de seus pares fazendo sua parte, e não somente isso, mas também colaborando para ajudar a solucionar as dificuldades dos demais. Com a participação dos pais e responsáveis juntamente com os profissionais da educação nas reuniões pedagógicas, é possível que todos exponham seus anseios e ideias, e juntos cheguem a um meio de solucionar os problemas, e com isso potencializar o trabalho educacional dentro da escola.

GESTOR PEDAGÓGICO: FUNÇÕES E INTERPRETAÇÕES

Durante este curso foi possível observar quais as funções atribuídas para o gestor pedagógico sugeridas pelas literaturas e pesquisas educacionais. Além disso, também foi possível observar que algumas das práticas que são atribuídas para a função de coordenação são mitos que estão muito presentes dentro da cultura neoliberal presentes dentro da comunidade escolar, pode-se constatar também que a grande maioria dos gestores não sabe qual é sua real função que deve ser desenvolvida dentro da escola. Deste modo, Paulo Gomes Lima e Sandra Mendes dos Santos (2007) entendem a coordenação pedagógica como:

- a) acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação;
- b) fornecer subsídios que permitam aos professores atualizarem-se e aperfeiçoarem-se constantemente em relação ao exercício profissional;
- c) promover reuniões, discussões e debates com a população escolar e a comunidade no sentido de melhorar sempre mais o processo educativo;
- d) estimular os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que aparecem (LIMA & SANTOS 2007. p. 79).

O gestor é de suma importância no acompanhamento do professor tanto na semana pedagógica, onde são traçadas as metas que serão atingidas durante o ano letivo, quanto no decorrer das aulas, onde o gestor estará acompanhando os resultados das aulas e analisando se esses estão dentro do esperado, e se não, ele estará juntamente com esse professor buscando identificar e sanar os problemas para que se tenha um bom resultado.

Outra função do gestor pedagógico é subsidiar os professores dentro da formação continuada a estarem se atualizando, e com isso inovando e buscando superar os desafios que surgem no cotidiano escolar (NOGUEIRA, 2008).

Além disso, o gestor pode estar desenvolvendo ações em conjunto com o corpo docente para solucionar problemas que surgem dentro da escola, tais como a indisciplina, excesso de faltas dos alunos e até mesmo problemas de dificuldade no processo de ensino e aprendizagem. No decorrer desta especialização, foram abordados dois temas que têm tido grande repercussão na mídia e também na grande maioria das escolas brasileiras, tanto públicas quanto privadas: A indisciplina em sala de aula e a violência escolar (NOGUEIRA, 2008).

Esses têm sido grandes problemas enfrentados por professores, gestores, diretores e até mesmo para a maioria dos estudantes. A indisciplina em sala de aula teve grande aumento nos últimos anos, principalmente nas escolas públicas brasileiras. A respeito disso, Celso dos S. Vasconcellos (1997) enfatiza que:

Existem algumas reclamações por parte dos professores, reclamações essas que estão relacionadas a falta de interesse dos alunos, a falta de respeito nas relações humanas. Atualmente observamos várias mudanças no cenário educacional, uma delas é o avanço e o acesso tecnológico que a cada dia está mais presente em nosso cotidiano.

Nesse sentido, é necessário que os professores se modernizem e não se limitem apenas ao uso do quadro e giz. Outro ponto muito importante em relação à indisciplina é a falta de acompanhamento dos pais no dia a dia dos alunos e quando acontece esse acompanhamento os pais muitas vezes se deparam com situações que não sabem nem como proceder.

É interessante ressaltar aqui que essa falta de procedimentos não surge apenas com famílias carentes, mas sim com toda estrutura de sociedade. Essa indisciplina tem causado grande desconforto e desânimo tanto nos profissionais da educação que se sentem impotentes frente esse problema quanto na maioria dos estudantes que vão para a escola em busca de novos conhecimentos, e acabam encontrando pessoas que vão à escola não com o objetivo de estudar, mas somente para atrapalhar as aulas e praticarem atos ilícitos (NOGUEIRA, 2008).

A violência escolar tem tido também grande aumento nas últimas décadas, e além disso tem tido grande repercussão nos meios de comunicação, o que pode acabar levando a banalização da violência dentro da escola e da sociedade. É comum vermos nos jornais televisivos e escritos notícias onde é mostrado alunos se agredindo dentro das escolas ou em seus arredores e na grande maioria das vezes essas agressões ocorrem por motivos banais, e podem levar à morte. A respeito disso Aída Maria Monteiro Silva enfatiza:

Neste quadro, merece destacar que boa parte da população brasileira que sofreu alguma forma de agressão parece desconhecer as formas, os mecanismos de reparação ou encarar com descrédito as instituições públicas. A maioria não procura a justiça para reclamar a violação de seus direitos. Pesquisa recente, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE mostra que metade da população pesquisada que declarou ter-se envolvido em algum conflito afirmou não ter ido à justiça, e que mais de 50% dentre essas pessoas afirmaram fazer justiça "por conta própria", o que de certa forma reforça a necessidade dessas pessoas de resolver seus problemas de modo individual e privado. Esta forma de tentar resolver ou reparar violações não contribui para o avanço da democracia, uma vez que são priorizados não os mecanismos de atendimento público, mas aqueles que atendem a parte da população (SILVIA, 2018, p.02).

O aumento da violência e da indisciplina escolar acaba por aumentar os casos de desistência e de repetência, pois na grande maioria dos estudantes de escolas públicas a escola é vista como um meio de ascensão social, que os possibilitará ter uma profissão melhor remunerada e com isso condições de vida melhor. Porém, ao encontrarem uma escola com muita indisciplina e violência, o estudante acaba por se desmotivar em decorrência da situação da escola, que não supre suas necessidades sociais e pessoais (GARRIDO, 2008).

Dentro deste aspecto, o gestor pedagógico tem um grande desafio a ser superado, pois ele terá que buscar junto aos profissionais da educação e a comunidade escolar meios de resolver tais problemas, analisando e encontrando o motivo destes, o que poderá possibilitar resolver estes problemas.

Com relação ao PPP (Projeto Político Pedagógico) pode-se dizer que ele é de suma importância para que a escola desenvolva suas atividades com qualidade e eficiência, pois é nele que estarão todas as metas a serem atingidas e os caminhos para serem trilhados. Esse projeto tem que ser desenvolvido pela comunidade escolar, intermediado pela coordenação pedagógica que irá buscar junto aos pares os problemas e os anseios da comunidade escolar, e com isso o desenvolver. O PPP não deve ser algo imutável, pronto e acabado, mas sim aberto a mudanças, pois podem surgir situações que no momento de seu desenvolvimento não existiam. A respeito disso Selma Garrido Pimenta (2018, p. 21) enfatiza:

O projeto político-pedagógico resulta da construção coletiva dos atores da Educação Escolar. Ele é a tradução que a Escola faz de suas finalidades, a partir das necessidades que lhe estão colocadas, com o pessoal professores/alunos/equipe pedagógica/pais e com os recursos de que dispõe. Esses elementos todos são mutáveis, modificam-se de ano para ano, no mesmo ano; de Escola para Escola, na mesma Escola. Por isso, o projeto não está pronto, mas em construção. Nele, a equipe vai depurando, explicitando, detalhando a inserção dessa Escola na transformação social.

O gestor pedagógico estará constantemente avaliando as atividades escolares, e constatando juntamente com a comunidade escolar se as metas traçadas dentro do PPP estão sendo alcançadas, e se não, identificando os motivos e buscando meios de os superar. Com uma constante avaliação das atividades pedagógicas e identificação dos problemas que a escola está passando é possível se chegar

a uma educação de qualidade, que por sua vez estará formando cidadãos preparados para viverem em sociedade.

A coletividade dentro do trabalho pedagógico é de grande importância para a eficácia do ensino, pois com o envolvimento de toda a comunidade escolar e comprometimento de todos os membros dessa comunidade em realizarem suas atribuições nada deixará de ser realizado. Com essa coletividade o estudante estará se tornando um cidadão desde sua casa onde seus pais o estão educando, construindo a base do ser humano e o preparando para receber a educação escolar. Com isso esse aluno passa a se tornar um cidadão que sabe qual o seu lugar na sociedade, passando de um mero coadjuvante da sociedade a um ser transformador. A respeito disso Selma Garrido Pimenta ressalta que:

O resultado que a Escola pretende - contribuir para o processo de humanização do aluno-cidadão consciente de si no mundo, capaz de ler e interpretar o mundo no qual está e nele inserir-se criticamente para transformá-lo - não se consegue pelo trabalho parcelado e fragmentado da equipe escolar - à semelhança da produção de um carro, onde um grupo de operários aperta, cada um, um parafuso, sempre da mesma maneira, conforme o que foi concluído fora da linha de montagem -, mas sim com o trabalho coletivo. Neste há a contribuição de todos no todo e de todos no de cada um. A especialização de um não é somada à especialização de outro, mas ela colabora com e se nutre da especialização do outro, visando a e por causa de finalidades comuns (PIMENTA, 2018, p.03).

Com essa participação coletiva da comunidade escolar, será possível realmente se ter uma gestão democrática, e com isso ter uma escola voltada a suprir as necessidades da comunidade escolar, tendo uma educação significativa para os estudantes, educação essa que será levada e usada em sua vida social e pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho foi possível observar que grande parte das atribuições exercidas pelo gestor pedagógico dentro da unidade escolar, tais como, resolver problemas de violência e indisciplina por parte dos alunos, não é sua função.

Isso acaba ocorrendo por falta de conhecimento do próprio gestor que não está preparado, pois muitas vezes nem sabe qual é o seu papel, e a própria gestão por falta de funcionários pede para o gestor realizar tarefas que não são de sua competência e com isso acarreta novos problemas de organização pedagógica. O gestor tem como função trabalhar dentro do contexto pedagógico, organizando e coordenando as atividades junto ao corpo docente em prol de uma educação de qualidade.

Portanto, neste trabalho buscou-se apresentar alguns pontos que permeiam a vida profissional dos gestores pedagógicos e espera-se que este possa contribuir para que a função de gestor pedagógica possa ser melhor entendida. Após o começo deste curso comecei a observar que minha prática está

sendo modificada e acredito que todos os profissionais da educação deveriam procurar mais teorias para que suas práticas sejam reformuladas ou pelo menos para que estes profissionais possam ter vários olhares sobre a sua ação para a formação do cidadão.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. **A Formação do Professor Reflexivo**. In: ALARCÃO, I. Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARRIDO, E. **Espaço de Formação Continuada para o Professor-Gestor**. In: BRUNO, E. B. G., ALMEIDA, L. R., CHRISTOV, L. H. S. (orgs.) O gestor pedagógico e a formação docente. 9ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LIMA, Paulo Gomes; SANTOS, Sandra Mendes dos. O Gestor Pedagógico na Educação Básica: Desafios e Perspectivas. Revista Educere et Educare. Vol. 02. N°04. 2007. P. 79.

NOGUEIRA, V.S. **O Papel do gestor pedagógico**. Colunista Brasil Escola. 2008. Disponível em: <http://pedagogia.brasilecola.com/trabalho-docente/o-papel-gestor-pedagogico.htm>. Acessado em: 20 de abril 2014.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidades de ensino**. SÃO PAULO: ÁTICA, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido. **Questões Sobre a Organização do Trabalho na Escola**. Disponível em: <http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/ufmt/mod/data/view.php?id=1762>. Acesso em: 05 ago. 2022.

SILVIA, Aída Maria Monteiro. **A Violência na Escola: Percepção dos Alunos e Professores**. Disponível em: <http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/ufmt/mod/data/view.php?id=1762> Acesso em: 05 ago. 2022.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Os Desafios da Indisciplina em Sala de Aula e na Escola**. Disponível em: <http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/ufmt/mod/data/view.php?id=1762>. Acesso em: 05 ago. 2022.

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: COMO PROPOSTA DE MELHORIAS PARA A VIDA NESTA SOCIEDADE DE CONSTANTES MUDANÇAS

Fábio Batista Martins

Fábio Alves Gomes

RESUMO

Estamos vivendo em tempos cada vez mais complicados, para o desenvolvimento da sociedade humana, no que diz respeito para com o meio ambiente e o seu ecossistema. Em que se percebe uma degradação muito acentuada do nosso habitat natural, em que devido a poluição dos nossos rios e dos nossos oceanos. Está acontecendo uma contaminação, de maneira acelerada das águas através dos despejos de esgotos sem tratamento. Tanto pela população, como pelas grandes fábricas e indústrias. Infelizmente essa poluição não acontece apenas com as nossas águas, mas também ocorre com a contaminação do nosso ar atmosférico. Em que devido a poluição do ar, através dos veículos e também com as grandes queimadas, que tem acontecido com a devastação das nossas florestas, bem como a queima dos combustíveis pelos veículos. O buraco da camada de ozônio, tem aumentado nas últimas décadas. E desta forma, temos o aquecimento global, em decorrência disso. Está acontecendo o derretimento das calotas polares, e em consequência disso o aumento do nível dos mares e dos oceanos. É por este motivo, que entendemos que se nada for feito. Com o passar do tempo será inviável a vida, aqui neste planeta terra. Devido a isto entendemos o papel fundamental de uma educação ambiental, que se mostre pautada no bem comum, e que prepare os futuros habitantes do planeta. A respeitarem o meio ambiente do qual fazem parte, na certeza de que se nada for feito. Infelizmente não teremos futuro neste planeta, e em consequência disso a devastação do nosso habitat natural, poderá tornar insustentável a vida em nosso lindo e belo planeta.

Palavras-chave: Meio ambiente; Poluição; Educação Ambiental.

INTRODUÇÃO

Se destaca que a educação ambiental possibilita inserir, o homem e a mulher em um processo de transformação. Possibilitando com que os conhecimentos transmitidos neste processo de educação, contribua para a construção do caráter do indivíduo de hoje. Que este mediante os conhecimentos assimilados, ao longo da sua trajetória educacional, venha a se tornar um cidadão responsável e consciente da sua realidade, para que desta maneira este possa interagir com o meio ambiente, de forma equilibrada e sustentável.

Uma vez que se nota que o nosso habitat natural, vem sendo destruído de forma muito acelerada. Principalmente nas últimas décadas, em que a poluição da atmosfera terrestre tem aumentado grandemente. E como consequência disso, estamos tendo um aumento muito acentuado na camada de ozônio, e devido a isto estamos observando um aumento do derretimento das calotas polares, de que devido ao aquecimento global. Vem acontecendo o derretimento do gelo, e como consequência disto o aumento das águas dos oceanos.

Por isso, que se necessita de uma educação ambiental, que promova esta reflexão de que precisamos cuidar do nosso planeta, com os devidos cuidados. Porque se nós não preservamos o nosso ecossistema, poderemos ter uma vida insustentável em nosso planeta. Com o aumento do aquecimento global, será ocasionado cada vez mais problemas em todo o globo terrestre. Sendo que em alguns lugares da terra, teremos enchentes de grandes proporções, enquanto que em outros lugares da terra queimadas cada vez maiores.

Devido a isto, entendemos do grande valor que desempenha a educação ambiental. Por meio desta os conhecimentos serão administrados, e possibilitarão com que os discentes e docentes, entendam qual é o seu papel nesta sociedade de grandes transformações. De que se nós, não preservarmos os nossos biomas, teremos o desaparecimento de diversa espécies da nossa flora e da nossa fauna terrestre.

Em virtude de tudo o que foi abordado, é compreensível do valor inigualável. De uma educação ambiental, que se mostre engajada em proporcionar os conhecimentos necessários. Que possibilitarão com que os homens e mulheres deste planeta, encontre possibilidades de usar dos recursos da terra com os devidos cuidados, na certeza de que se nós não cuidarmos. Poderá já ser tarde com a perda das nossas florestas, bem como com a destruição do planeta, e desta afirmativa a vida no planeta será cada vez mais difícil tanto para nós que ainda estamos aqui, como para aqueles que ainda virão a existência.

O DESTACADO FATOR NORTEADOR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONTRIBUINDO PARA A PRESERVAÇÃO DO NOSSO MEIO AMBIENTE.

É destacado, que a educação é primordial para a evolução de qualquer sociedade. E no caso específico da educação ambiental, esta não é diferente uma vez que entendemos que se nós não cuidarmos dos nossos ecossistemas. Poderemos ao longo do tempo perder tudo o que se nos é oferecido de forma gratuita, pela natureza, no entanto para compreendermos este aspecto da vida humana, nada mais relevante do que termos uma educação ambiental, que se mostre comprometida com as melhorias da vida em nosso planeta.

Nesta proposta se objetiva mais do que nunca, que o papel da educação visa preparar os indivíduos de hoje, para o enfrentamento dos desafios sempre intercorrentes. Para a resolução dos problemas que a todos nós somos impostos, por vivermos em uma sociedade de mudanças, sempre tão pertinentes. E no campo da educação ambiental, muito mais intrigante e desafiadora. Em virtude de que se não houver esforços neste sentido de preservação, teremos uma devastação dos recursos indispensáveis a existência de vida na terra.

Como nos diz a este respeito. PAULO FREIRE (2011, p. 121). Quando este nos objetiva que:

(...) É preciso que a escola instigue constantemente a curiosidade do educando
 (...) É preciso, por outro lado, e sobretudo, que o educando vá assumindo o papel de sujeito da produção de sua inteligência do mundo e não apenas o de receber da que lhe seja transferida pelo professor.

Desta afirmativa, se percebe que a função da escola é primordial. No processo de possibilitar, com que mediante uma educação escolar ambiental, se proporcione o interesse dos alunos, na busca da preservação dos nossos ecossistemas. Na proporcionalidade, de que se nós não cuidarmos poderemos perder recursos indispensáveis a vida com qualidade. Como dito se fazendo necessário, que o educando venha a assumir o papel que lhe é de direito, em produzir as melhores para a vida em sociedade.

Ainda nesta perspectiva temos a fala de ARENDT (2005, p. 247). Ao nos dizer que:

Esse é um drama que vive todo educador. Seu papel é introduzir, no mundo dos homens em que vive os recém-chegados. Por essa razão, deve responsabilizar-se por esse mundo sob pena de, não o fazendo, não deve tomar parte na educação das crianças, pois isso significaria expulsá-las dele e abandoná-las aos seus próprios recursos. Todavia, ao mesmo tempo, educação e renovação; não se deve arrancar das mãos das crianças “a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum”.

Como destacado pelo autor em questão, este é o drama que vive o educador. Que é o de introduzir uma educação que proporcione ao homem, tomar decisões em conformidade com os moldes de uma vida integrada com o meio ambiente. Respeitando os recursos tão importantes do nosso planeta, para que se possa ter uma vida em equilíbrio com o nosso habitat natural, na proporcionalidade de ter respeito e ética por todos os seres que habitam este planeta terra. Ou seja, relevante é o papel de uma educação ambiental, realmente engajada com o nosso meio, que promova uma renovação para um mundo melhor.

É por este motivo, que destacamos do fator norteador. Que possui a educação ambiental, na busca de proporcionar a preservação do nosso meio ambiente. Entendendo que se faz necessário, ensinar o aluno e a aluna de hoje. A desenvolver o respeito para com os biomas que compõem o nosso planeta, na certeza de que se nós não nos responsabilizarmos por ele. Poderemos ter problemas bem maiores, do que os que já temos hoje.

Sendo destacado que esta educação ambiental, é algo primordial para o respeito para com a natureza. Bem como o respeito, para com as outras gerações que ainda estão em vias de aparecer. Sintetizando, não resta nenhuma dúvida do relevante papel, que possui as instituições de educação na preparação do homem e da mulher do amanhã. Para que estes meninos e meninas, cresçam em um mundo de respeito e ética, entre o homem e o meio ambiente.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PROPOSTA DE MELHORIAS: PARA A VIDA EM NOSSA SOCIEDADE DE TRANSFORMAÇÃO

Se entende que tudo passa pela educação. Se nós não dispuséssemos dos conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, ainda estaríamos em um processo inicial, na busca de se assimilar conhecimentos indispensáveis para a nossa melhoria de vida em nosso planeta. Sendo por isso, indispensável valorizarmos a educação conquistada ao longo da nossa trajetória humana.

Como nos demonstra neste sentido McNeil (2001c): Ao nos comentar que:

a finalidade da educação, segundo o currículo acadêmico, é a transmissão dos conhecimentos vistos pela humanidade como algo inquestionável e principalmente como uma verdade absoluta. À escola, cabe desenvolver o raciocínio dos alunos para o uso das idéias e processos mais proveitosos ao seu progresso.

Desta singularidade se percebe, que todos os conhecimentos assimilados ao longo do nosso trajeto educacional, tem a função de preparar a humanidade para uma vida mais absoluta, sendo respeitado o meio do qual se faz parte, e nesta perspectiva se compreende do papel vital da educação ambiental. Em proporcionar, com que mediante uma educação de qualidade, se possa usar com responsabilidade dos recursos que o nosso planeta nos proporciona.

Ainda nesta proposta temos o comentário de BARBIERI (2011, p. 1). Quando este nos comenta de modo incisivo que:

Entende-se por Meio Ambiente, o natural e o artificial, ambiente físico e biológico originais, e o que foi alterado, destruído e construído pelos humanos. Além de ser o espaço onde os seres vivos existem, é também a própria condição para a vida na Terra.

No exposto se identifica do valor inestimável, de uma educação ambiental que se mostre envolta na solução dos problemas pertinentes a nossa sociedade. Que se mostra em um acelerado processo de desenvolvimento, sendo necessário que esta educação ambiental seja efetivamente e qualidade. Que proporcione o devido respeito pelo planeta e pelas mais diversas formas de vida. Compreendendo, que se nós habitantes do planeta não cuidarmos dos diferentes biomas do planeta, poderemos perder uma valiosa fonte de conhecimentos, indispensáveis a vida.

É por isso que se faz necessário, que se invista no profissional de educação. Por que infelizmente muitas das vezes este profissional, não é capacitado para trabalhar diferentes formas de melhoria, na disciplina de educação ambiental. Não restando nenhuma dúvida do valor que desempenha

este profissional, no preparo dos alunos e alunas que necessitam serem educadas, a terem respeito pelo meio ambiente do qual estas fazem parte.

Como falado por MANZANO (2003, p. 10). Quando está nos esclarece que:

(...) os professores das séries iniciais do Ensino Fundamental têm apresentado uma formação, em geral, deficiente em conteúdos específicos. Apesar da dedicação desses profissionais, carecem de estudos sobre a presença de atividades, projetos e ações sobre o tema meio ambiente em suas práticas, bem como sobre a origem das informações utilizadas por esses professores em sua atividade docente.

Dito de forma simples, se destaca que os professores precisam de capacitação. Para que somente assim, estes possam desempenhar as funções do respeito ao meio ambiente da melhor maneira possível. No caso específico dos ensinamentos da educação ambiental, que esta proporcione o aprendizado que respeite o meio ambiente, bem como todas as suas formas de vida.

Como nos ajuda a compreender, esta questão do respeito para com a natureza. Tercemos o comentário de SANTOS (1996, p. 27). Quando nos comenta que:

[...] a biodiversidade são alguns recursos que, se não forem geridos por trustes da comunidade internacional em favor de gerações futuras, sofrerão um desgaste tal que a vida na terra se tornará intolerável, mesmo dentro de guetos de luxo que compõem o apartheid global.

Nesta especificidade, fica-nos claro que se nós não cuidarmos com respeito da natureza e das diferentes formas de vida. Que habitam o nosso planeta, perderemos recursos indispensáveis para a nossa vida, bem como para com as futuras gerações. Desta maneira, mais do que nunca consideramos de valor inestimável, termos uma educação ambiental que proporcione melhorias na qualidade de vida de todos neste impressionante planeta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo científico, se procurou abordar a temática dos desafios da Educação Ambiental, em buscar proporcionar melhorias na qualidade de vida de todos em nosso planeta. Sendo destacada com isso, a grande importância que tem esta educação, em proporcionar nos educandos o valor que se deve dar ao nosso planeta, na real incumbência de que se nós não cuidarmos deste, o perderemos.

Mediante esta educação ambiental, se mostrará para os meninos e meninas de hoje. Que se nós não cuidarmos da nossa flora e da nossa fauna, bem como dos recursos hídricos. Estes irão

desaparecer, é por isso, que devemos ter os devidos cuidados, usando do que o planeta nos fornece com responsabilidade, caso contrário daqui a curto espaço de tempo a vida será insuportável.

Devido a isto, que se destaca da grande relevância da educação ambiental. Em possibilitar, proporcionar a preservação dos nossos ecossistemas. Na compreensão de se fazer necessário, educar o aluno e a aluna da nossa atual sociedade. A demonstrar o devido respeito para com as diferentes formas de vida que compõem o nosso planeta. Mais uma vez destacamos o valor imensurável de uma educação ambiental.

Engajada na busca de procurar meios de amenizar, os problemas tão recorrentes pela qual passa a nossa sociedade, de constantes mudanças. Na plena certeza de que se nós não cuidarmos, de que se nós não usarmos com responsabilidade do que se nos é dado pelo nosso planeta, teremos uma devastação total. Finalizamos este trabalho, destacando do valor que desempenha os professores neste processo de uma educação. E na qualidade de vida, de uma sociedade que se encontra em um processo de grandes transformações.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, H. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BARBIERI, J.C. **Gestão Ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo, Saraiva, 2011.

MANZANO, Maria. **A temática ambiental nas séries iniciais do ensino fundamental: concepções reveladas no discurso dos professores sobre sua prática**/Maria Anastácia Manzano. – 2003.

MCNEIL, John. **O currículo acadêmico**. Tradução de José Camilo dos Santos Filho. Campinas: editora, 2001c.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia-saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

SANTOS, Boaventura de S. A queda do Angelus Novus: **Para além da equação moderna entre raízes e opções**. Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra, n. 45, maio 1996.

O ENSINO MEDIADO PELA TECNOLÓGICA: SEUS DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Juliana Veras de Sousa
Luciana de Carvalho Nogueira Albuquerque

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir acerca do ensino mediado pela tecnologia, assim como seus desafios e potencialidades no ensino público. Haja vista que, na contemporaneidade, pensar sobre as mais diversas áreas sociais sem o uso das ferramentas e dispositivos tecnológicos torna-se impossível, tendo em vista que é muito comum vermos crianças, jovens e adultos conectados. O uso da tecnologia é frequente na vida de todos, principalmente dos estudantes e no âmbito escolar e uma realidade, podendo oportunizar diversos benefícios para professores e alunos, despertando a criatividade, o interesse, novas formas de se comunicar, pensar, estudar e aprender, porém, ainda existem impasses ao que concerne aos usos favoráveis dos meios tecnológicos no processo de ensino aprendizagem e para essa discussão, o presente trabalho apropriou-se da pesquisa bibliográfica de revisão analítica e explicativa, dividindo-se em quatro seções. Na primeira, discute-se a educação mediada por tecnologia e seus conceitos, segundo Cavalcante (2013), Coutinho (2019) e Diniz (2021). A segunda trata das políticas educacionais tecnológicas, com enfoque no programa nacional de tecnologia educacional (Proinfo), segundo Silva (2011), Lucena e Oliveira (2014). A terceira seção refere-se à tecnologia e à prática pedagógica conforme os autores Gomes (2014) e Matias (2018). Por fim, a quarta seção discute a democratização da educação na era da tecnológica, tendo como aporte teórico Camillo e Mullet (2020) e Silva (2021). Assim, tendo como base a pesquisa realizada, conclui-se que para que o uso das tecnologias na educação seja efetivo é preciso apresentar um conteúdo atrativo, sem esquecer que ela deve ser usada de forma crítica, significativa, reflexiva e ética.

Palavras-chave: Tecnologia; Educação; Democratização.

INTRODUÇÃO

É sabido que a tecnologia vem transformando as relações pessoais e interpessoais, tornando-se marca expressiva da sociedade desde seu surgimento na década de 70 período nomeado por Lucena e Silva (2007) de “uma nova revolução” que se diferencia das revoluções anteriores, já que atualmente o centro da discussão principal e a tecnologia assim como seus impactos, em diversos setores como sociais, políticos, econômicos, culturais, filosóficos e educacionais, dentre outros, cabendo salientar que o último terá enfoque no presente trabalho, em que será trabalhado o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) considerando os desafios e as potencialidades que tal processo pode provocar na educação contemporânea.

Assim, pensar acerca das mais diversas áreas sociais sem o uso da tecnologia tornou-se impossível, é comum vermos crianças, jovens e adultos conectados. Sua utilização é frequente na vida de todos, principalmente dos estudantes, o uso das tecnologias na escola é hoje uma realidade na educação do século XXI, seu uso pode oportunizar diversos benefícios para os alunos, ela desperta a

criatividade, o interesse, novas formas de se comunicar, pensar, estudar e aprender, mas para que seu uso seja efetivo é preciso apresentar um conteúdo atraente, sem esquecer que ela deve ser usada de forma crítica, significativa, reflexiva e ética

Metodologicamente, para a elaboração do presente trabalho, utilizou-se a pesquisa bibliográfica de revisão analítica e explicativa, dividindo-se em quatro seções. Na primeira, discute-se a educação mediada por tecnologia e seus conceitos utilizando-se da teoria de interação social de Vygotsky (1978), assim como Cavalcante (2013), Coutinho (2019) e Diniz (2021). A segunda trata-se acerca da política educacionais tecnológicas, com enfoque no programa nacional de tecnologia educacional (Proinfo), segundo Silva (2011) e Lucena e Oliveira (2014). A terceira seção refere-se a tecnologia e prática pedagógica conforme os autores Gomes (2014) e Matias (2018). Por fim, a quarta seção discute a democratização da educação na era da tecnológica, tendo como aporte teórico Camillo e Mullet (2020) e Silva (2021).

A EDUCAÇÃO MEDIADA PELA TECNOLOGIA

Segundo Cavalcante (2013) os ambientes de aprendizagem mediados por tecnologia referem-se a configurações em que aplicativos e simulações baseadas em computador, dispositivos de computação pessoal e móvel, como smartphones ou tablets, plataformas baseadas na Web, programas de ensino on-line ou à distância, videogames, exposições ou instalações que apresentam mídia digital, tecnologia vestível ou outras ferramentas apoiam o envolvimento dos participantes com novos conhecimentos, habilidades ou práticas

Que para Duffy e Cunningham (2016) o surgimento das novas tecnologias de aprendizagem coincidiu com uma crescente conscientização e reconhecimento de teorias alternativas para a aprendizagem, teorias que sugerem muitos problemas e ineficiências com as formas convencionais de ensino. As teorias de aprendizagem que sustentam a maior influência hoje são aqueles baseados em princípios construtivistas.

Esses princípios postulam que a aprendizagem é alcançada pela construção ativa de conhecimento apoiado por várias perspectivas dentro de contextos significativos. Em construtivistas teorias, as interações sociais são vistas como tendo um papel crítico nos processos de aprendizagem e cognição (VYGOTSKY, 1978). A força do construtivismo como teoria da aprendizagem reside na sua descrição da aprendizagem como um processo de compreensão pessoal e construção de significado que é ativo e interpretativo.

A aprendizagem é vista como a construção de significado e não como a memorização de fatos. Abordagens baseadas em tecnologia para aprender oferecem muitas oportunidades para a aprendizagem construtivista através da sua provisão e apoio para configurações baseadas em recursos e

centradas no aluno e permitindo que o aprendizado seja relacionado contexto e para a prática (COUTINHO, 2019).

Que segundo Matos (2016) um corpo crescente de pesquisas sobre aprendizagem fora da escola documentou a rica diversidade de contextos e materiais por meio dos quais são desenvolvidas a compreensão e passa-se a participar de formas de atividade. Esta entrada elabora o conceito de mediação e descreve os papéis que a tecnologia pode desempenhar no apoio à aprendizagem em uma variedade de configurações.

A tecnologia tem impactado quase todos os aspectos da vida hoje, e a educação não é exceção. De certa forma, a educação parece a mesma de muitos anos. As salas de aula hoje não parecem muito diferentes, embora possa-se encontrar alunos modernos olhando para seus laptops, tablets ou smartphones em vez de livros. Um cínico diria que a tecnologia não fez nada para mudar a educação (DINIZ, 2021). No entanto, de muitas maneiras, a tecnologia mudou profundamente a educação. Por um lado, a tecnologia expandiu muito o acesso à educação. Nos tempos medievais, os livros eram raros e apenas uma pequena elite tinha acesso a oportunidades educacionais.

Conforme ressalta Bento e Belchior (2016) os indivíduos tiveram que viajar para centros de aprendizagem para obter uma educação. Hoje, grandes quantidades de informações (livros, áudio, imagens, vídeos) estão disponíveis na ponta dos dedos através da Internet, e oportunidades de aprendizado formal estão disponíveis online em todo o mundo por meio programas tradicionais de graduação online e muito mais. O acesso a oportunidades de aprendizado hoje é sem precedentes em escopo graças à tecnologia.

As oportunidades de comunicação e colaboração também foram ampliadas pela tecnologia. Tradicionalmente, as salas de aula eram relativamente isoladas e a colaboração era limitada a outros alunos na mesma sala de aula ou prédio. Diniz (2021) ressalta que hoje, a tecnologia permite formas de comunicação e colaboração inimagináveis no passado. Estudantes em uma sala de aula na zona rural, por exemplo, podem aprender sobre o Ártico acompanhando a expedição de uma equipe de cientistas na região, lendo postagens de cientistas em blogs, vendo fotos, enviando perguntas por e-mail aos cientistas e até mesmo os conhecendo através de videoconferência.

De tal modo os alunos podem compartilhar o que estão aprendendo com alunos de outras salas de aula em outros estados que estão acompanhando a mesma expedição. Esses jovens também podem colaborar em projetos em grupo usando ferramentas baseadas em tecnologia, e documentos do Google (COUTINHO, 2019).

Conforme ressalta Diniz (2021) a tecnologia também começou a mudar os papéis de professores e alunos nos dias atuais. Escolas e universidades de todo o país estão começando a redesenhar os espaços de aprendizagem para viabilizar esse novo modelo de educação, promovendo mais interação e trabalho em pequenos grupos. Com o alcance mundial da Internet e a presença de dispositivos

inteligentes que podem se conectar a ela, uma nova era de educação a qualquer hora e em qualquer lugar está surgindo.

No entanto, devido ao acesso à informação e à oportunidade educacional que a tecnologia permitiu, em muitas salas de aula hoje vemos o papel do professor mudando para o “guia ao lado”, à medida que os alunos assumem mais responsabilidade por seu próprio aprendizado usando a tecnologia para coletar informações relevantes (BENTO, BELCHIOR, 2016). Nota-se que a tecnologia é uma ferramenta poderosa que pode apoiar e transformar a educação de várias maneiras, desde tornar mais fácil para os professores criar materiais instrucionais até permitir novas maneiras de as pessoas aprenderem e trabalharem juntas (DINIZ, 2021). Assim, a invenção e a adoção da Internet têm um impacto na educação a distância e no ensino tradicional em sala de aula. A aprendizagem baseada na Web (WBL) tornou-se uma grande tendência no ensino e aprendizagem. Podendo ser tanto síncrono e assíncrono.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS TECNOLÓGICAS: PROGRAMA NACIONAL DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL (PROINFO)

Conforme Silva (2011) a iniciativa da isenção das tecnologias da informação e comunicação (TICs) nas escolas públicas pelo Ministério da Educação (MEC) teve início na década de 1980, por meio de programas voltados para o uso pedagógico da tecnologia na educação da rede pública, aqui podemos citar o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) que tem como objetivo segundo a Portaria nº 522 (BRASIL, 1997) a distribuição de equipamentos eletrônicos nas escolas públicas municipais e estaduais e a inclusão social dos profissionais da educação, assim como de contribui para a qualidade do processo de ensino aprendizagem, o uso de tecnologias nas escolas, com a educação voltada para o incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico e a educar para uma cidadania global e desenvolvida. Com a implantação do programa e seus objetivos surgiam os laboratórios de informática.

Ainda segundo Silva (2007) umas das metas do ProInfo era priorizar a formação continuada de professores, meta que sofreu retrocessos, ao consideramos que os cursos disponibilizados tem baixa carga horaria , assim como podemos citar que na formação inicial dos professores, não tem matérias acerca da tecnologia na educação, e quando oferecidas são como optativas ou complementar, ou seja, a matéria não está inserida no currículo profissional, o que pode caracteriza-se como um novo desafio ao que se refere a inserção da tecnologia nas escola, desde a formação dos docentes, desafios esses que foram acentuados e expandidos na atual conjuntura do país, com o ensino remoto e híbrido nas escolas públicas, em que a tecnologia foi usada como instrumento emergencial e primordial para a continuidade das aulas.

O uso da tecnologia na educação e a sua utilização por meio de professores nas escolas públicas, contribuiriam para que os alunos saíssem menos prejudicados e continuassem a ter aulas mesmo que de forma remota ou híbrida. Ao questionar o uso das novas tecnologias na educação Moreira e Kramer (2007) argumentam que para uma educação de qualidade, demanda-se dentre diversas questões, ter uma visão crítica dos processos escolares, assim como o uso apropriados dos instrumentos das novas tecnologias.

Vale ressaltar, que segundo Silva (2011) o programa viria mais tarde a sofrer alterações, transformando-se no Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007, passando a ser chamar Programa Nacional de Tecnologia Educacional, permanecendo apenas com a mesma nomenclatura PROINFO, mas sem muitas diferenciações de metas e objetivos do programa da década de 1990.

Como adiante reforça Silva (2011, p. 539):

As novas tecnologias [...] desconectadas de um projeto pedagógico, não podem ser responsáveis pela reconstrução da educação no país, já que por mais contraditório que possa parecer, a mesma tecnologia que viabiliza o progresso e as novas formas de organização social também têm um grande potencial para alargar as distâncias existentes entre os mundos dos incluídos e dos excluídos.

As reflexões de Silva, nos remete que trabalhar com tecnologia na educação não se resume meramente a mais uma nova metodologia de ensino ou meio apenas de transmitir conteúdos, e da mesma maneira que seu uso de maneira eficaz, podem contribuir para a produção e reprodução de novos conhecimentos e pouco exploradas podem ser objeto de exclusão, ao não consideram os sujeitos que se apropriam desses meios como pensantes, que produzem conhecimentos e saberes, que compartilhar projetos, planos e ideias, com o auxílio da tecnologia.

Como ressalta as reflexões de Moreira e Kramer (2007) os autores questionam o uso de tecnologia na educação ao entenderem que a revolução científica tecnológica, ocorre em todo o mundo e tem reflexos nas salas de aulas, e para muitos gestores e professores as problemáticas presentes na escola, podem ser resolvidos com a tecnologia, o que ocasionam uma fetichização como se os objetos técnicos pudessem ser a solução para garantir uma educação de qualidade e mudanças no processo de ensino aprendizagem, minimizando as lacunas entre as práticas educativas e sociais de alunos e professores.

Entretanto, como ressaltados nos estudos como de Silva (2011) e Lucena e Oliveira (2014) foi possível perceber que o projeto não trouxe grandes avanços a educação no que diz respeito ao processo de ensino, muitos desafios ainda eram impostos, e contrariados as expectativas governamentais, o gasto não surtiu efeito esperando para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas das redes públicas, já as problemáticas escolares e a aprendizagem significativa não ocorreria apenas com a chegada dos meios tecnológicos e a internet.

Como discorre Lucena (204, p. 40):

Falta, dentre outras coisas, infraestrutura na escola tanto no aspecto físico como também de melhoria da rede elétrica e disponibilidade de conexão à internet. Além disso, é preciso pensar na formação de professores, no currículo e na gestão da escola que precisará desenvolver outras formas de interagir com os alunos frente ao uso das tecnologias digitais.

Assim, nota-se que trabalhar com tecnologia na educação, não cabe apenas disponibilizar aparelhos eletrônicos como os computadores, tablets ou notebooks, necessita-se de meios apropriados para seu uso de maneira efetiva e que possa garantir qualidade da aprendizagem, que ocasionem a inclusão de todos os envolvidos no processo de ensino, assim destacamos a importância do espaço físico, de internet e conexão adequada, sem esquecer do treinamento de professores para manuseio e compreensão dos instrumentos eletrônicos, os propiciando receberem as demandas de crianças, jovens e adultos, cada vez mais conectados e informados.

A TECNOLOGIA E A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Conforme Gomes (2014) e como já retratado nos tópicos anteriores, a introdução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) tem um longo caminho de insucesso na educação, mas precisamente em sala de aula, pois precisaria romper com o que as escolas foram ou são retratadas, como um espaço conservador e pouco atrativo para os mais jovens, com professores no papel de detentores do conhecimento, com assuntos e temáticas repetitivas, com o intuito apenas da memorização de conteúdo, o que cabe refletir que a sala de aula deve ser um espaço em que os alunos possam projetar e pensar seu futuro e nunca uma experiência dolorosa com utilidades duvidosas.

Assim como, ressalta Gil (2020) os professores no processo de ensino limitavam-se ao uso de quadros e projetores de transparência, que hoje não são atrativos aos olhos dos alunos, mas com o aprimoramento da tecnologia, oportunizou-se as possibilidades de uso das TICs na sala de aula, contudo, cabe ressaltar que o uso da tecnologia na educação não diz respeito apenas acerca das salas de informática nas escolas, mas a utilização de todos os recursos tecnológicos para facilitar a aprendizagem como televisão, vídeos, retroprojetores, tablets, celulares e até mesmo de sua junção como o quadro e ao auxiliar o professor em seu papel como mediador do conhecimento.

Conforme Gomes (2014, p. 20):

O ambiente escolar deverá incentivar o professor a manter esta experimentação permanente, dando ao aluno a noção de que a escola é um lugar aberto à modernidade tecnológica, sem atingir um deslumbramento que cegue a realidade permanente de que a aprendizagem exige trabalho reflexivo, disciplina e perseverança, e nunca se poderá reduzir a um jogo para entretenimento.

Isso permite asseverar, que não se sabe os caminhos que a utilização da tecnologia poderá vim a impactar no processo de ensino aprendizagem, mas concordamos que a sala de aula não poderá

mante-se por mais tempo como um espaço apenas em que os alunos desempenham papel de receptores de conteúdos, de memorização, de padronização, devemos insistir na modernização, em uma realidade que já está presente cotidianamente na vidas dos estudantes, sem transformar a sala de aula em “entretenimento”, mas sabendo utilizar desses instrumentos como colaborativa para uma aprendizagem significativa, ou buscar compatibilidade dessas tecnologias com as atividades a serem desenvolvidas em sala de aula. Contudo, professore e aluno devem construir o conhecimento juntos, com diálogos, discussões e interatividade, de forma que haja um progresso real.

Como ressalta Matias (2018) são inúmeras as possibilidades de uso das novas tecnologias em sala de aula, porém os professores devem ser capacitados para o seu uso e façam planejamentos pra sua utilização em sala de aula, com o intuito de alcançarem os objetivos propostos, segundo Gomes (2014, p. 40) “todos os professores, em todas as escolas, têm de ter acesso aos meios e aos apoios de que vão precisar para recriar a sala de aula”, isso refere-se a apoio financeiro para aquisição de novos equipamentos e formação adequada dos profissionais para suas necessidades.

Gomes (2014) ressalta que os alunos são diferentes de escola para escola, e os educadores com perfil diferentes em suas formações, e sugere a criação de políticas sociais e programas que estimulem e motivem a todos os professores, deixando de lado políticas uniformizadoras e universalistas, e com isso abrir espaços para a descentralização do sistema da gestão da educação e a autonomia do professor, para que possam decidir acerca das melhores ferramentas de trabalho, escolhendo as estratégias pedagógicas que mais se adequam as suas aulas e a experiencia de aprendizagem de seus alunos.

O USO DA TECNOLOGIA PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

Segundo os autores Lucena e Oliveira (2014) vivemos em uma época de crise das antigas ordens de representação de saber, ou seja, pensar a educação em tempos de expansão tecnológica muitas vezes tornar-se um desafio, ao consideramos que as informações podem ser acessadas por estudantes com maior rapidez e sem muitas dificuldades, já que para isso e necessário um aparelho conectado em rede, assim, repensar a educação e seu papel em tempo de ensino mediado pela tecnologia, torna-se primordial, principalmente em meios aos desafios que a educação pública vem enfrentando nos últimos dois anos com a pandemia de Covid – 19.

O atual contexto, concretizou, apenas mais uma nova maneira de ensinar, mas que já vinha se expandindo na educação superior com o ensino Semipresencial e o Ensino a distância (EAD), na educação básica, ainda sua utilização era pouco discutida, cenário que mudou durante a Pandemia, com a instauração de aulas transmitidas por aplicativos e plataformas, momento em que começou-se a repensar o papel da escola no processo de ensino aprendizagem, já que a cultura digital seria a principal aliada dos educadores e educados.

Como destaca Lucena & Oliveira (2014):

Com as culturas digitais, as pessoas produzem, socializam culturas, sonhos, desejos, textos, imagens, sons, e a combinação destes. Vivem, constroem e reconstróem suas vidas e relações em seus cotidianos, participam da vida política, econômica, cultural e participam em instituições públicas e privadas. Influenciam e são influenciados pelas mídias em sinergia entre o mundo presencial e digital em múltiplos tempos e espaços.

Portanto, seria necessário utilizar da ferramenta que já fazia parte do cotidiano de boa parte dos estudantes que tem livre acesso à internet e aos dispositivos moveis, tais como os tablets, celulares, notebooks e demais aparelhos tecnológicos, valendo-se salientar que nem sempre e a realidade de estudantes de escolas públicas, terem esse mesmo acesso a era da democratização do conhecimento, como aulas gratuitas em todos os níveis educativos, a exemplo as disponibilizadas pelo Youtube e nas redes sociais, em que professores disponibilizam conhecimento acerca de uma pluralidade de temáticas, com interatividade e pautados no protagonismo estudantil, considerando que o aluno escolhe o dia e hora para acesso ao conteúdo.

Porém, é inegável que a tecnologia faz parte do cotidianamente da vida principalmente de jovens e adultos e as disseminações das informações cresce de forma exponencial e de forma significativa e se transformando a todo instante, desenvolvendo-se e tomando formas diferentes, a cada nova ferramenta disponibilizadas e utilizadas pelos seus usuários, que ao pensamos remetendo-se ao campo da educação essa atividade difere-se da pedagogia tradicional, que segundo os autores Silva *et al.* (2021, pg. 06) “faz referência às práticas educativas focadas no conteúdo a ser ensinado e no professor como detentor do conhecimento” que apesar do métodos serem criticados, ainda são práticas educativas da grande maioria das escolas brasileiras. Assim como, em concordância com as palavras de Camillo e Mullet (2020, pg. 3) “elas surgem no intuito de contribuir e não de substituir educadores, outras fontes e recursos educacionais, tais como: livros e cadernos”, mas sim como instrumentos que viabilizam o processo de ensino e aprendizagem.

Como bem reforçar Lucena e Oliveira (2014) deve-se:

Também compreender como esses meios digitais podem contribuir significativamente para a ampliação de espaços de cidadania, de participação social, de acesso aos direitos individuais e coletivos, de acesso à informação e ao conhecimento, à leitura e à escrita no mundo contemporâneo, à aprendizagem e ao ensino, enfim, de mais equidades de oportunidades aos brasileiros em geral.

Portanto, não pretendemos aqui desqualificar ou desvalorizar o importante papel da escola para a toda a sociedade, nossa intenção é visar contribuir com uma nova construção de saberes, aliando a escola e seus agentes a tecnologia, já que a democratização da educação tende à conscientização de mudança. Assim, almejando que a democracia seja, mais do que um conceito, uma forma de realidade, visando, que a partir do

momento em que os sujeitos se apropriam dele, os transformando em um exercício cotidiano de ação individual e coletiva, podem gerar mudanças das realidades sociais.

Conforme ressalta, Camillo e Mullet (2020) a tecnologia é um instrumento de sociabilidade, que reduz as expansões territoriais e geográficas ao levar conhecimento a estudantes que antes não teriam facilmente acesso ao ensino, principalmente aos que não viviam em grandes centros, assim como podem ser uma ferramenta indispensáveis para a formação continuada de professores, sem que precisem ir muitas vezes até a instituição presencialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notou-se que mesmo em tempos que o uso da tecnologia como instrumento aliado a educação, pouco se fala sobre o aperfeiçoamento das políticas públicas de uso das (TICs) na educação básica, descanso por parte do estado em oferecer formação continuada para os professores. Portanto as políticas e programas voltados para a implantação e implementação da tecnologia nas escolas, devem ser reformuladas e pensadas para além de computadores em laboratórios de informática, a era tecnológica está presente cotidianamente na vida dos estudantes, hoje não cabe questionar se seu uso seria maléfico ou benéfico em sala de aula, a tecnologia é uma realidade, que se acentuou no país nos últimos dois anos e que fará parte da rotina das atividades pedagógicas.

Cabendo ainda, destacar que as mídias tecnológicas presentes nas escolas não podem ser consideradas como um parâmetro de educação de qualidade, pois ainda existe um abismo entre os discursos acerca da inserção da tecnologia em sala de aula, ao que é realmente oferecido para os alunos e professores, que como citado ao longo do texto podem ser tanto fatores internos, como externos. Cabendo mais tarde a estudos mais aprofundados por pesquisadores que se interessam pelas temáticas educação e tecnologia em discutir acerca do melhoramento do processo de ensino aprendizagem nas escolas públicas com o uso das tecnologias nas aulas, considerando as políticas, projetos e programas realizados durante o isolamento social em decorrência da pandemia de Covid-19.

REFERÊNCIAS

- BENTO, L. BELCHIOR, G. **Mídia e educação: o uso das tecnologias em sala de aula.** *Revista de Pesquisa Interdisciplinar*. Cajazeiras, v. 1, Ed. Especial, set./dez. 2016.
- CAVALCANTE, R. S. **Tecnologias móveis em educação: o uso do celular na sala de aula.** *EC-COM*, v. 4, n. 7, jan./jun.2013.
- COUTINHO, C. P. **Tecnologias web 2.0 na sala de aula: três propostas de futuros professores de português.** In *Educação, Formação & Tecnologias*; vol. 2, n. 1; maio/2019.

DINIZ, S. N. F. **O uso das novas tecnologias em sala de aula.** Universidade Federal de Santa Catarina. jun./2021.

DUFFY, T., & CUNNINGHAM, D. **Construtivismo: Implicações para o design e entrega de instrução, Manual de pesquisa para telecomunicações educacionais e tecnologia.** 2016.

GOMES, José Ferreira (2014). **A tecnologia na sala de aula. Novas tecnologias e educação...** Porto: Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Pp. 17-44

LUCENA, Simone; OLIVEIRA, José Mario Aleluia. **Culturas digitais na educação do Século XXI.** Revista tempos e espaços em educação, p. 35-44, 2014.

MATOS, M. M F. R. M. **Novas tecnologias, novas pedagogias? Universidade do MINHO,** out./2016.

PRENSKY, Marc. **O papel da tecnologia no ensino e na sala de aula.** Conjectura: filosofia e educação, v. 15, n. 2, 2010.

SILVA, y. r. c. SILVA, k. w. g. GAMA, t. m. r. **Desafios para a democratização da educação no Brasil** . Ensino em Perspectivas, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 1–10, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6615>. Acesso em: 18 jan. 2022.

Vygotsky, L. **Mente na sociedade.** Harvard. 1978.

OS DESAFIOS DO EJA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Marli Saraiva de Souza

RESUMO

O estudo tem por finalidade propor e abordar a educação de jovens e adultos no processo de alfabetização a inserção social e sua relevância e seus desafios vivenciados no período da pandemia. É evidente e necessário um diálogo/ debate no que discerne a educação EJA, onde percebe-se um agravamento no período de pandemia. Desta forma pautar-se de novos conceitos, a fim de solucionar ou sanar os prejuízos causados pela pandemia. Sendo assim, a análise da prática educativa tornou-se alvo de análise das fragilidades do ensino.

Palavras-chave: EJA; Pandemia; Processo de Alfabetização.

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo os jovens que não tiveram acesso à educação na idade certa foram excluídos do mercado de trabalho por não atender aos critérios exigidos, “o ensino médio”. Eliminemos antes as falsas afirmações nas quais a sociedade diz que alunos da EJA, foram alunos que não deram certo, e sim fomentar o desejo que cada jovem, ou adulto traz consigo de concluir o ensino básico, ou simplesmente ter acesso à educação.

Sendo assim, não se trata de apontar possíveis culpados, e sim buscar meios que possibilitem o favorecimento de cada indivíduo o acesso e a sua permanência na educação. Conforme Libânio (2010, p.32), que cita Schmied-Kowarzik, para o autor, a educação é uma função parcial integrante da produção e reprodução da vida social, que é determinada por meio da tarefa natural, e ao mesmo tempo cunhada socialmente, da regeneração de sujeitos humanos, sem os quais não existiria nenhuma práxis social.

A educação se associa aos processos de transmissão de interação de uma sociedade onde se assimila saberes entre várias perspectivas, sobre a prática de ensino aprendizagem na eja. Os principais desafios atribuídos ao Eja se articulam entre o saber e as mazelas que perduram desde a antiguidade. A história da educação também esboça um percurso que apesar dos avanços, a democratização do ensino ainda é visto como algo que precisa romper horizontes. Sendo assim, Gadotti (2008, p.213) ressalta a importância de sabermos que o conceito de alfabetização já não pode mais ser considerado como um simples processo, que deve se expandir e favorecer a emancipação e a participação ativa da sociedade como um todo.

OS DESAFIOS DO EJA EM TEMPOS DE PANDEMIA

A ESCOLA NECESSÁRIA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Durante muito tempo o ensino de jovens e adultos não era uma realidade para todos, e com isso o número de alfabetos crescia no país. Desta maneira, a pandemia ocasionada pela coronavírus no início de 2020, a educação brasileira teve que se adaptar a um novo conceito de ministrar suas aulas. No esforço de engrenar as aulas online, expôs as graves desigualdades sociais que já desempenham parte do cotidiano da população suscetível ao descaso. Desta maneira, o ensino híbrido durante a pandemia agravou um grande desafio para os profissionais da educação, pois a maioria não estava, e continua não estando preparados para o desafio, tendo como empecilho, a falta de ferramentas adequadas para dar início ao trabalho. Cabe aqui, enfatizar que o processo de inclusão da Educação de Jovens e Adultos no Brasil passou por longos períodos de transformação. somente década de 1930, que a educação de jovens e adultos começou a se delimitar seu espaço na história da educação. Vale ressaltar que por muito tempo nem todos tinham acesso à educação. Libânio (2010, p.39) pontua que a escola é um meio insubstituível de contribuição para as lutas democráticas e este cenário começa a tomar visibilidade na década de 1945 com o fim da ditadura militar, onde houve grande efervescência que por sua vez ocasionou a redemocratização da educação no país. Pinheiro (2008, p. 37) relata que até outubro de 1945, quando foi derrubado por um golpe comandado pelos generais Dutra e Góes Monteiro, que eram os mais influentes no estado novo, Getúlio Vargas, procurou manobrar, e buscar uma saída digna à frente do seu governo. Cabe ainda enfatizar que na antiguidade a classe trabalhadora não tinha acesso à educação, tudo era transmitido através do ensino oral, de pai para filho. Corroborando com esta ideia, Gadotti (2008, p.204) pontua que na década de 1980, não se apresentavam teorias ou paradigmas pedagógicos, no entanto se tratava de uma crise e perplexidade.

Vale ressaltar que durante esse período a efervescência política dominava o cenário educacional movido pela ditadura militar. Pinheiro ainda pontua que a proposta dita “liberal”, de democratização não correspondia aos interesses do partido PCB. Libânio pontua que a escola de décadas atrás serviu de interesses das camadas dominantes da sociedade e para isso estabeleceu seus objetivos. O autor ainda relata que a verdadeira democratização do ensino é aquela capaz de promover a autonomia, sustentada nos princípios da igualdade. A prática de enfrentamento da crise na educação pertinente à educação na pandemia, parece juntar duas práticas recorrentes ao ensino, a falta de oportunidade que muitos não tiveram, e a busca incansável pela valorização do ensino.

A pandemia trouxe à tona uma realidade mascarada da educação Brasileira, trazendo à tona desafios que antes eram invisíveis aos olhos da realidade. E nesse período os professores e alunos tiveram que se adaptar a uma realidade pouco conhecida no âmbito educacional, o uso das tecnologias como suporte e aporte para o ensino. Partindo desse pressuposto, cabe pontuar que dentre vários

desafios enfrentados por alunos e professores foi a falta de preparo para atender as necessidades, a falta de acesso à internet, e também a ausência de habilidade em manusear contribuiu bastante para a ineficiência do ensino. Cabe ainda enfatizar que muitos professores e alunos tiveram muita dificuldade, no entanto o principal desafio foi a falta de habilidade em manusear o ensino remoto. Corroborando com esta ideia Ferreira; Nogueira; Monteiro, p.60, que cita ALMEIDA afirma que:

O imediatismo, a competição, o midiático e o falsete de que o professor deve estar preparado para tudo, discurso capitalista neoliberal, assolou sua prática pedagógica” (BRESSANIN; ALMEIDA, 2021, p. 45).

Outro desafio que a educação de jovens e adultos enfrentou foi a possibilidade de conciliar trabalho e estudo, tendo em vista que são trabalhadores. Desta forma, cabe enfatizar que os prejuízos e desafios ocasionados pela pandemia vão demorar para serem superados. No que concerne ao trabalho com a EJA, previamente temos que abolir em nós esse julgamento de que essas pessoas são as responsáveis por essa situação. A história relata o descaso que sempre houve com a educação. Para Gadotti (2008, p.23), a escola que temos hoje nasceu com a hierarquização e a desigualdade gerada por aqueles que se apoderaram do excedente produzido pela comunidade primitiva. O autor ainda pontua que a história da educação desde então se constitui em um prolongamento da história das desigualdades. Corroborando com esta ideia, Libânio (2010, p.73) explica que a educação é também, uma prática ligada à vida social ligada à produção e a reprodução social. Sendo assim, o ensino remoto surgiu como alternativa para amenizar prejuízos.

Para Rodrigues (2021, p.25), O ensino remoto emergencial requereu da comunidade educacional a adaptação, a ressignificação e o enfrentamento de diversas situações, tais como a ausência do relacionamento presencial de alunos e professores, a necessidade de maior autonomia dos alunos na aprendizagem e dos pais coadunam o trabalho e o estudo dos filhos, bem como a complexa realidade de sobrecarga de trabalho dos educadores. Paulo Freire em suas obras sempre enfatizou a necessidade de um processo de alfabetização baseado na realidade de cada indivíduo. No que concerne a aprendizagem o processo é lento. Para Emília Ferreira;

“A concepção de aprendizagem (entendida como um processo de obtenção de conhecimento) inerente à psicologia genética supõe, necessariamente, que existem processos de aprendizagem do sujeito que não dependem dos métodos (...) O método (enquanto ação específica do meio) pode ajudar ou frear, facilitar ou dificultar, porém, não criar aprendizagem. A obtenção de conhecimento é um resultado da própria atividade do sujeito.” (FERREIRO, 1985, p. 28-29).

A ligeireza com que o vírus retumbou no mundo, logo se alastrou nos principais setores de ponta: saúde, economia e educação. Os desafios da educação ainda são imensos, e com o fechamento

das escolas e outros segmentos alastro as desigualdades. Para os autores, Costa; Santos; Rodrigues (2021 p.159) “Ao nosso ver, as atividades escolares/acadêmicas poderiam voltar, mas na forma do ensino híbrido – haveria um momento presencial e outro a distância – o que perduraria até que os riscos de contaminação fossem mínimos. Didaticamente, a questão é pensar mais nas competências que precisam ser desenvolvidas nos estudantes do que propriamente no calendário escolar, pois reduzir os dias letivos e permanecer a carga horária anual como propõem o Ministério da Educação – não é solução, principalmente porque a aprendizagem é um processo contínuo e que vai se consolidando em etapas sociocognitivas”. Para Gadotti (2008, p.214), o processo de alfabetização deve ser entendido como parte do processo cultural em sua totalidade, e que as contradições devem ser encaradas de forma a superar as expressões inerentes ao contexto social de cada indivíduo. É desafiador tanto para educadores quanto para os alunos, pois não é fácil.

Para o economista, Milko Matijascic, um dos responsáveis pelo estudo do IPEA. “Foi preciso manter as crianças afastadas e as escolas fechadas, mas sem um planejamento prévio maior “, afirmou Matijascic. O economista ainda destacou que, ao contrário do que as pessoas em geral pensam, é uma tarefa complexa transpor o ensino presencial para o formato a distância, exigindo muito empenho e capacidade do professor além das plataformas específicas de ensino online. “A maior dificuldade foi para os alunos. Uma parte muito pequena está preparada, com internet, mas a ampla maioria das pessoas mais pobres não possui acesso à internet banda larga, nem espaço adaptado para o ensino em casa”, explicou Matijascic.

O economista apresentou uma previsão pessimista quanto aos próximos exames de avaliação do ensino no Brasil, acreditando que haverá uma regressão nos índices de aprendizado. Mediante a tantas dificuldades no ensino remoto na perspectiva do EJA, a preocupação é maior, pois esses estudantes muitas vezes chegam na escola cansados desmotivados a aprender, ocasionando ainda mais a evasão escolar e o crescente número de analfabetos funcionais. O propósito da educação deve ser pautado na unificação dos direitos, apesar dos avanços da democratização da educação, as classes dominantes ainda ocupam o centro, para controlar a classe trabalhadora. Desta forma, podemos analisar e conceituar a educação de jovens e adultos uma forma de repressão que durante muito tempo foi renegada a quem de fato merecia, isso implica na diversidade de alunos que têm em sala. A discussão sobre os desafios do professor e aluno do EJA, está relacionada com a falta de estrutura, pode se enfatizar que os argumentos que é concebido como uma prática social, caracteriza como uma influência entre indivíduos de um mesmo grupo. Questões relevantes não podem ser desconsideradas, pois o EJA é uma das modalidades onde o aluno é visto como um indivíduo pertencente a sociedade e desempenha seu papel de cidadão. E esses saberes dizem respeito a uma cultura, a uma bagagem de aprendizado que cada um traz consigo. Sendo assim:

leitura do mundo significa a possibilidade de conhecê-lo, compreendê-lo e agir nele, por isso a necessidade de partir da realidade do aluno. A educação ideal talvez nunca teremos, mas podemos traçar novas metas, e perspectiva que possa valorizar a mediação de saberes, na prática no cotidiano de cada indivíduo, não cabe aqui fazermos um levantamento sucinto da precariedade do ensino, mas buscar métodos e medidas que possam favorecer e melhorar a vida de cada um. Ao considerarmos que os alunos são portadores de conhecimento, por suas experiências individuais e coletivas, temos de observar que são conhecimentos muitas vezes diferentes daqueles que a escola trabalhará, e é necessário ao educador ter claro aonde pretende chegar com seu trabalho. (MOVA, 2007, p.23).

A transição e a mudança não são processos automáticos, a informatização trouxe benefícios em alguns aspectos, pôr a educação ser uma das áreas que ainda não passou por uma inovação, aceitação em manusear as tecnologias voltadas para a educação. Para Rodrigues (2021, p.29), na maioria dos trabalhos selecionados para a análise, os alunos explicitam as condições restritivas do ensino remoto quanto à interação, o engajamento, a socialização e o acompanhamento significativo dos professores. Não se trata de requerer um retorno midiático, Paulo Freire defendia uma educação para a emancipação, libertação, e essas duas características estão constantemente em confronto, pois a educação é voltada em alguns aspectos para o mercado de trabalho, de uma maneira robotizada, mecânica. Dentro de uma concepção pluralista, a educação de jovens e adultos tende a assumir um papel e integrar diferentes enfoques no cenário educacional. Sendo assim, o que seria da educação de jovens e adultos de um ponto de vista crítico, onde se pudesse distinguir o saber necessário e o mercado de trabalho, seria um diálogo bastante estimulante pautado numa compreensão do processo educativo, e como torná-lo um aperitivo dos processos práticos da emancipação do indivíduo, como pertencente uma cultura. Para Gadotti (2008, p.171) debater a educação também significa com ela, e esse debate poderá assumir diversas formas particulares, que dependerão das circunstâncias e dos aspectos do ato de ensinar. Desta maneira, o autor ainda pontua, que se espera da educação uma postura que explicita, elabore e aprofunde seus pressupostos e interrogações, e interesses, aceitando retificar lós em contato com a realidade que se vivencia a educação.

Em síntese, nos artigos examinados, os pesquisadores ressaltam a necessidade de favorecer políticas públicas voltadas para uma educação emancipadora e democrática. A pandemia vai trazer impactos em todas as modalidades de ensino, a professora Maria Margarida explica que a escola deve preparar os alunos para lidar com o mundo de hoje e para entender a si e aos outros enquanto seres humanos que vivem coletivamente, capazes de alterar o meio. Não é um certificado que garante isso”, diz a professora. Para os autores Silva; Souza; Netto (2021, p. 07) “no contexto pandêmico, temos acompanhado, no cenário brasileiro, a tecnologia se impondo como modo preponderante de acesso ao ensino remoto emergencial e do acompanhamento do processo ensino-aprendizagem, instigando, pois, diferentes práticas de letramentos digitais e provocando reflexões sobre os processos avaliativos”.

A educação vem se perpetuando ao longo dos tempos, e os esforços para amenizar os prejuízos no entorno educacional, esforços esses que devem ser pautados no processo de ensino aprendizagem capaz de formar cidadãos críticos e conscientes, que por sua vez deve ser impulsionado a superar ou amenizar os prejuízos ocasionados pela pandemia. Não podemos deixar nos guiar pelo discurso alienante que o processo de alfabetização é algo fácil, pois o mesmo exige o saber necessário, exige consciência política para convergir para o trabalho emancipatório, democrático a fim de possibilitar habilidades e domínio para através dessa autonomia, possam desenvolver a criticidade desse indivíduo dentro de uma sociedade democrática. Para Libâneo (2010, p.83), uma aprendizagem efetiva acontece quando, pela influência do professor, são mobilizadas atividades para assimilação ativa. O mesmo autor ainda pontua, que “permite-nos entender que o ato de aprender é um ato de conhecimento pelo qual assimilamos mentalmente os fatos, fenômenos e relação do mundo, da natureza, e da sociedade”. Libâneo ainda esclarece que, a aprendizagem escolar, tem vínculo direto com o meio social, e que essa aprendizagem traz implicações de acordo com a interação e leitura de mundo que se compreende. O mesmo autor, ainda enfatiza que “se a educação é uma ação, é a educação-processo que caracteriza mais propriamente o fato educativo. (LIBÂNEO, 2010, p.85).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que o processo de alfabetização no Brasil vem ao longo do tempo tentando se aprimorar para atender as necessidades do seu público, que cada vez cresce. Desta forma, o ensino de jovens e adultos requer dos profissionais de educação uma postura voltada para suas realidades. É nesse entendimento que alguns estudiosos da educação se apropriam de concepções visando um melhoramento na educação. As concepções programáticas concebem a educação como um processo inerente ao desenvolvimento humano. O modelo de educação alinha se a lógica do indivíduo, a identificação e o pertencimento a uma determinada cultura de uma sociedade. Cabe enfatizar que o neste período de pandemia a crescente pela busca na EJA vem crescendo, e os prejuízos estão longes de terem fim. O crescimento das possibilidades de escolarização não atende a toda camada social.

No ensino do EJA, há uma relação de sublimação entre a sociedade e democracia que rege o ensino no Brasil, que por muito tempo a educação não foi um privilégio de todos, colocando a educação como ações que favoreciam uma camada social. Por fim, pontuamos a necessidade de uma escolarização que seja pautada no ensino na apropriação de conhecimento como objeto de autonomia, que possibilite igualdade de condições para que esses jovens se apropriem de um entendimento e uma postura crítica diante da realidade. Surge a relevância de um diálogo, onde a educação, onde não podemos confundir os direitos de uma educação que seja pautada no cumprimento de acesso e permanência de todos. Consideremos equivocado o entendimento onde se assume uma postura que a escolarização de jovens e adultos é uma modalidade alheia a sua realidade.

REFERÊNCIAS

A Influência De Paulo Freire No Processo De Ensino-Aprendizagem Da Educação De Jovens E Adultos. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br> Seção Temática: A educação em tempos de pandemia.

Educação remota em tempos de pandemia: ensinar, 1. ed. aprender e ressignificar a educação [livro eletrônico] / organização Tiago Eurico de Lacerda, Raul Greco Junior. – 1. ed. – Curitiba-PR: Editora Bagai, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br> > bitstream > capes

Educação De Jovens E Adultos Trabalhadores: História, Lutas E Direito Em Risco-1ª Edição Eletrônica, Uberlândia / Minas Gerais Navegando Publicações 2019, Rummert, Sonia Maria-organizadora, II, capítulo, Pinheiro, Marcos Cesar de Oliveira.

Gadotti, Moacir- história das ideias pedagógicas- ed. Ática- 2008 8ª edição.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para que?** – 12, Ed.-são Paulo, cortez,2010.

Orientações Didáticas: Alfabetização e Letramento Eja e MOVA. Disponível em: EJA e MOVA <https://www.escrevendoofuturo.org.br>

Impactos da pandemia na Educação e oportunidades para amenizar as desigualdades brasileiras. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br> > matérias >senado federal.
Morand, Franc. **Introdução a pedagogia.** São Paulo: ática, 2008.

ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS: Alfabetização e Letramento – EJA e MOVA São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica.

Orientações Didáticas: Alfabetização e Letramento - EJA e MOVA / Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME / DOT, 2008.

SILVA. Antônia Maria Cardoso. **Revista Educação Básica em Foco**, v.2, n.4, janeiro a março de 2021-Alfabetização E Letramento Em Tempos De Pandemia: Realidades E Desafios.

Letramento E Avaliação Em Tempos De Covid-19: Uma Análise Com Estudantes Da Eja . Silva; Marcio Serafim Da, Souza; Maria Celeste Reis Fernandes De; Netto; Cristiane Mendes. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br>

REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO E DA AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

Adailson Moçambique Seabra
Meirene Magalhães da Costa Seabra

RESUMO

O presente artigo visa realizar algumas breves reflexões sobre a importância do planejamento e da avaliação no contexto escolar. Através deste objetivou-se mostrar a importância de se planejar e avaliar dentro do contexto escolar, visando a formação do aluno. Como resultado pode-se afirmar que o processo de formação do aluno não depende somente do planejamento escolar, porém ele dará o norte para que isso ocorra. Recomenda-se que os estudos acerca desta temática sejam cada vez mais intensos, pois é um tema complexo e dinâmico e que não pode ficar em hipótese algum esquecido.

Palavras-chave: Planejamento; Avaliação; Escola.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo focar a importância do planejamento e da avaliação no contexto escolar, fazendo uma abordagem sobre os tipos de planejamento, e a importância da avaliação de aprendizagem dentro do planejamento escolar.

Este trabalho tem grande importância para não só para os acadêmicos do curso de mestrado em Ciências da Educação, mas para todos que se interessem pela temática, uma vez que é um tema de constante debate, através de pode-se verificar que muito se fala em planejamento em todos os aspectos, porém na prática ainda continua somente nas folhas de papel.

O trabalho realizou-se a partir das pesquisas bibliográficas e das experiências do dia a dia como gestora escolar, através dele pode-se comprovar a importância que o planejamento e a avaliação da aprendizagem têm para a escola.

HISTORIZANDO E DEFININDO PLANEJAMENTO

O ato de planejar acompanha o homem desde os primórdios da evolução humana. Mas não é só na vida pessoal que as pessoas planejam suas ações, o planejamento atinge vários setores da vida social. Mengolla diz que “O planejar é uma realidade que acompanhou a trajetória histórica da humanidade. O homem sempre sonhou, pensou e imaginou algo na sua vida”. É importante compreender a importância do ato de planejar, não apenas no nosso dia-a-dia, mas principalmente, no dia-a-dia de sala de aula.

Para Madalena freire “O planejamento é um processo ininterrupto, processual, organizador da conquista prazerosa dos nossos desejos onde o esforço, a perseverança, a disciplina são armas de luta cotidiana para a mudança pedagógica.”

Segundo Piletti (2010), “planejar é estudar”, pois trata-se de uma atitude metódica e reflexiva imprescindível na prática docente, em que é necessário “assumir uma atitude séria e curiosa diante de um problema”. Na área da educação existem alguns tipos de planejamento, são eles: Planejamento educacional, o qual abrange todo o sistema de ensino; Planejamento Curricular, o qual baseia-se nas guias curriculares oficiais e o Planejamento de ensino que compõe uma das temáticas de nossa pesquisa. São componentes básicos do planejamento de ensino: objetivos, conteúdos, procedimentos (metodologia) e recursos de ensino.

Para Moretto (1997, pg. 9) “O planejamento é o resultado de um projeto de escola e de educação sonhado e idealizado pelo coletivo escolar. Há que se buscar uma proposta de planejamento das ações pedagógicas”. Nessas ações são traçadas as metas escolares, visualizando não apenas o centro escolar, como também a comunidade atendida.

É o planejamento geral que envolve o processo de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento e a proposta pedagógica da instituição. É um processo de organização e coordenação da ação dos professores. Ele articula a atividade escolar e o contexto social da escola. É o planejamento que define os fins do trabalho pedagógico. (PCNs BRASIL, 1997, pg. 42).

Para Haidt (2000, p. 327), planejar é analisar uma dada realidade, refletindo sobre as condições existentes e prever as formas alternativas de ação para superar as dificuldades ou alcançar objetivos desejados. Essa seria uma realidade do professor em sala de aula. Por isso a necessidade de acompanhar as mudanças ocorridas nos diferentes contextos da educação, manter atento às inovações a ponto de participar ativamente dessas transformações para formar base crítica e reflexiva do trabalho docente. Pois as realidades se transformam a cada momento e o professor deve estar preparado ao interagir ou, se necessário, interferir na construção do conhecimento com seus alunos de forma organizada e planejada. De acordo com Maria Lúcia Vasconcelos (2012, p.79).

De acordo com Libâneo (1994), há três modalidades de planejamento escolar: O Plano de Escola, o Plano de Aula e o Plano de Ensino. Sendo que eles se articulam entre si para melhor desenvolvimento e aproveitamento das relações entre as atividades escolares. O Plano de Escola ou Projeto Político Pedagógico requer participação coletiva na elaboração, finalização e efetivação do documento, pois reflete diretamente na prática pedagógica adotada pelos professores e expressa posicionamento adotado referente as teorias educacionais existentes, ato que requer

Quanto as características do planejamento ele precisa contemplar, de algum modo, quatro dimensões: a continuidade e a diversidade dos conteúdos, a provisoriade e o coletivo como instância privilegiada de discussão e construção do próprio planejamento. Quanto aos níveis de planejamento

o planejamento possui níveis diferenciados de planejamento, que aqui estão abordados em quatro tipos: anual, periódico, quinzenal ou semanal (da rotina) e diário. Quanto a finalidade de um planejamento é permitir que se pense previamente no que se quer e no que se pode fazer, em função da criança com que se trabalha e da sociedade em que se vive e se quer viver. Vasconcelos (2012, p.85).

Neste contexto Libâneo (2001, p. 225), da sua contribuição abordando que o planejamento “[...] É o documento mais global; expressa orientações gerais que sintetizam, de um lado, as ligações do projeto pedagógico da escola com os planos de ensino propriamente ditos”. Então, planejar é toda atividade que abrange a técnica de imaginação, de decisões sobre a organização, o funcionamento e parecer pedagógico da instituição escolar.

Nesse mesmo pensamento MENEGOLA e SANT’ANNA (2001) corrobora confirmando que é necessário compreender que planejar o processo educativo é planejar o indefinido, porque educação não é o processo, cujos resultados podem ser totalmente pré-definidos, determinados ou pré-escolhidos, como se fossem produtos decorrentes de uma ação puramente mecânica e impensável. Devemos, pois, planejar a ação educativa para o homem não lhe impondo diretrizes que o alheiem. Permitindo, com isso, que a educação, ajude o homem a ser criador de sua história. (MENEGOLA & SANT’ANNA, 2001, p. 25)

REFLEXÕES SOBRE A AVALIAÇÃO

O termo avaliar tem sua origem no latim, provindo da composição a-valer e que quer dizer “dar valor a ”, porém o conceito “avaliação” é formulado a partir da determinação da conduta de atribuir um valor ou qualidade a alguma coisa, ato ou curso de ação”. O que nos leva refletir a ação da avaliação da aprendizagem perante a prática docente, sabemos que o investimento pedagógico ainda é bastante baixo, os professores, alunos e pais ainda se interessam pela aprovação e reprovação. (Luckesi, 2010)

A questão da avaliação é tão antiga quanto a racionalidade humana. É inerente ao ato de pensar de julgar, que supõe a referência de um valor. A ilusão de que a avaliação pode se executar com critérios de objetividade e neutralidade, durante muito tempo, foi elevada à condição de mito na educação. Hoje, a identificação do ato de avaliar com o juízo de valor deixa claro, pelo menos aos estudiosos do assunto que toda avaliação tem por referência um padrão, que representa o valor vigente, dependente da questão cultural e, portanto, variável no tempo e no espaço. (RAPHAEL, 2002, p. 159).

O termo avaliação da aprendizagem surgiu em 1930 e é atribuído a Ralph Tyler (apud SAKAMOTO, 2016), importante curricularista norte-americano, que propunha uma educação por objetivos, de modo que o ensino fosse racional e eficiente. Tais práticas tinham por objetivo que a avaliação subsidiasse um modo eficaz de ensinar. É muito necessário cotejar cada instrumento de avaliação que

foi proposto com os objetivos que se têm em mira e ver se aquele utiliza situações capazes de evocar a espécie de comportamento que se deseja como objetivo educacional. (TYLER, 1981, p.166 apud SAKAMOTO, 2016, p.2)

Para Saul (2002), o vocábulo avaliação é polissêmico, significando muitas coisas e muitas possibilidades teóricas e metodológicas. No entanto, o que importa é que “o ato de avaliar requer análises, julgamentos e posicionamentos conclusivos sobre a relevância dos objetos que estão sendo avaliados; trata-se, pois, de atribuição de significados”. Avaliação nesse conceito assume a práxis como possibilidade que inclui diversas outras noções, como: “emancipação, decisão democrática, transformação e crítica educativa” (SAUL, 2002, p. 102 – Grifo da autora). Essa autora afirma ainda que não existe neutralidade no ato de avaliar por ser uma ação política que encerra em si valores frutos dos embates políticos e ideológicos e das contradições socialmente travadas, arquitetadas.

No que se refere as formas de avaliação pode-se citar três principais: Avaliação diagnóstica, Avaliação formativa e Avaliação mediador. a avaliação diagnóstica tem como principal representante Cipriano Luckesi, que uma avaliação diagnóstica em detrimento à classificatória (exame), tão comumente utilizada. Luckesi (apud SAKAMOTO, 2016), designa a avaliação como “um ato de amor”. Segundo ele, ocorre um grande equívoco ao se denominar como “avaliação” enquanto se pratica a “pedagogia do exame”, sendo necessário avaliar para intervir. A respeito das formas de avaliação:

Na Avaliação formativa tem como principal representante Philippe Perrenoud, o autor (apud SAKAMOTO, 2016) considera a avaliação como forma de exclusão social, visto que, demonstra muito mais a posição de um aluno em relação às normas do que sobre os conhecimentos por ele adquiridos. Avaliação mediadora tem como sua principal representante, essa abordagem tem Jussara Hoffmann (1993), que defende ser necessária uma mediação entre o professor e o aluno e que sejam respeitadas as diferenças entre eles, sejam elas quais forem. Nesse sentido, Hoffmann pontua a necessidade de que o professor reconheça seu papel como mediador intervindo quando necessário, proporcionando situações onde é possível o aluno construir um conhecimento significativo, respeitando seu tempo/ritmo e motivando-o constantemente, sendo então parceiros na construção do conhecimento. (MARUCCI; SILVA; MARTINS, 2016, p. 09-08)

Pode-se observar diante do enunciado acima que cada tipo de avaliação visa a formação do aluno em seu produto final, o que diferencia é a forma como isso vai ocorrer, para isso é muito necessário cotejar cada instrumento de avaliação que foi proposto com os objetivos que se têm em mira e ver se aquele utiliza situações capazes de evocar a espécie de comportamento que se deseja como objetivo educacional, afinal a Avaliação se caracteriza pelo processo de comparar metas estabelecidas com os resultados que foram obtidos. Estudiosos contemporâneos vêm defendendo a substituição da tradicional avaliação unilateral, opressora, quantitativa e muitas vezes até mesmo punitiva, por uma avaliação que promova e integre o aluno (TYLER, 1981, p.166 apud SAKAMOTO, 2016, p.2)

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO E DA AVALIAÇÃO NA FORMAÇÃO DOS ALUNOS

Avaliar não é só quantificar e medir, embora esta tendência tecnicista ainda predomine nos instrumentos avaliativos. A avaliação traduz a concepção teórica da sociedade liberal conservadora, um “modelo social nascido da estratificação dos empreendimentos transformadores que culminaram na Revolução Francesa” (FUSARI, 2011, p. 77). Assim, está embutida na avaliação alguns valores resultantes deste contexto social, tais como: competição, classificação e exclusão.

As observações e experiências na formação levam o docente a questionar a eficiência da aprendizagem por abordagens essencialmente práticas. O planejamento escolar para os professores é como uma bússola que temos, serve para nos orientar em plena sala de aula, é nele que colocamos tudo que achamos necessário para ter uma aula com bons êxitos, desde atividades a materiais que norteiam e ajudam o professor para aulas, plano de escolas e planos de ensino nos quais são fundamentais a objetividade, a coerência, e a flexibilidade.

O planejamento e a avaliação permitem que o professor contemple uma visão sistêmica, assim como facilitam a comunicação entre ele e o estudante, ampliando o olhar pedagógico para perspectivas de aprofundamento nas ações cotidianas durante as aulas, enriquecendo as abordagens dos conteúdos, quer seja teórico ou prático, com aplicação de metodologias diversificadas. A competência para isso acontecer, segundo Rios (2003), envolve direitos e deveres de práticas que vão além do simples domínio de métodos e técnicas até o comportamento autônomo na aprendizagem.

Vale ressaltar que o plano em si não garante um bom desempenho, deve ser acompanhado de conhecimentos pedagógicos e de vivência prática, pois já foi concluído e praticado, só precisamos agregar experiência à sala de aula, e com o tempo podemos mostrar alguma forma de Atividade ou não, em geral, o plano realmente agi como um norte, mas o bom desempenho ou não depende de todos.

Em um contexto geral, Rocha (2018) corrobora que, para que o estudante tenha um desenvolvimento positivo ao fim do trabalho em sala de aula, a construção de fatores pedagógicos é fundamental. Aqui, entram em cena a metodologia de ensino e os chamados métodos avaliativos. Mas não existem receitas. Falar de avaliação é sempre um desafio, pois não como indicar qual tipo será mais adequado ou eficiente. Ainda assim, o modelo precisa estar claro para o estudante desde o primeiro dia de aula. É importante, ainda, que ele veja a aprendizagem e a avaliação como processos necessários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como professora é importante refletir sobre essa temática, pois é algo dinâmico e de constante mudança, por isso cada vez mais as metodologias devem estar sendo adequadas. Sabe-se que planejar e avaliar, não é uma tarefa fácil, porém somente a partir daí que se pode encontrar meios para um desenvolvimento satisfatório para o processo de ensino aprendizagem

Para que a avaliação se tome um instrumento subsidiário significativo da prática educativa, é importante que tanto a prática educativa como a avaliação sejam conduzidas com um determinado rigor científico e técnico. A ciência pedagógica, hoje, está suficientemente amadurecida para oferecer subsídios à condução de uma prática educativa capaz de levar à construção de resultados significativos da aprendizagem, que se manifestem em prol do desenvolvimento do educando. (Luckesi, 2010)

Espera-se que cada vez mais essa temática seja motivo de debate e que possam contribuir para a comunidade e a sociedade, formando cidadão crítico e reflexivo. Que o planejamento e a avaliação possam ser refletidos nas salas de aulas, contextualizando os temas com as realidades dos alunos e, por consequência, fazendo com que aumente o interesse dos alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL: PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Apresentação dos temas transversais, ética. Secretaria da Educação Fundamental. –Brasília: MEC/SEF, 1997 B. 147 Pg. V. 7.

HAIDT, Regina Celia Cazaux, **Curso de Didática Geral** – São Paulo: Editora Ática, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos, Didática. São Paulo. Editora Cortez. 1994.

_____, Organização e gestão escolar: teoria e prática. 4. ed. Goiânia: Editora alternativa, 2001.

MENEGOLLA e SANT'ANA, Maximiliano e Ilza Martins. Porque Planejar? Como Planejar? Currículo e Área-Aula. 11º Ed. Editora Vozes. Petrópolis. 2001.

MORETTO, Vasco Pedro. **Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MARUCCI ET AL. Luciana Rodrigues de Sousa, MARUCCI; Marlene Aparecida Romoaldo da SILVA; Maria Cristina Bortolozo de Oliveira MARTINS. **Currículo e avaliação: um estudo da teoria**. UNILAGO, 2016.

PILETTI, Claudino. **Didática Geral**. 24 ed. São Paulo: Ática, 2010.

SAKAMOTO, Bernardo Alfredo Mayta. **A avaliação em questão: Perrenoud e Luckesi**. Disponível em: <<http://ltc-ead.nutes.ufrj.br/constructore/objetos/Artigo%20sakamoto.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

VASCONCELOS, Maria Lúcia, **Educação Básica**: a formação de professores, relação professor-aluno, mídia educação – São Paulo: 1.ed. – Contexto, 2012

A IMPORTÂNCIA DE HUMANIZAR O HOMEM: UMA ABORDAGEM DESSE PROCESSO NA FAMÍLIA, NA SOCIEDADE E NA ESCOLA

Fabiana Cunha Lucena
Giovana Matildes Silva Alexandre
Mauriceia Soares de Lima Brito
Auricélia Lopes Pereira

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo, discutir a construção do processo de humanização e sua importância para a vida pessoal e social. O ser humano não nasce humanizado, ele necessita de uma preparação para desenvolver as habilidades de um ser com características humanas para viver em sociedade. Para esse processo acontecer deve haver a contribuição da família, da sociedade e da escola. Cada uma dessas instituições citadas tem papel importante para preparar o ser humano para a vida em sociedade, porém é na escola que o indivíduo recebe uma educação intencional. Atualmente, a escola vem desenvolvendo um papel muito importante na preparação do homem como ser humanizado. Ao invés de preparar apenas para o trabalho, a educação escolar também está buscando preparar para a vida. Nesse contexto, a humanização tem papel de destaque nas discussões, práticas e atividades escolares. O aluno tem a oportunidade de vivenciar e praticar atividades que o tornam mais humano, valorizando a inclusão, a solidariedade, o respeito, e a democracia. Logo, é fundamental conhecer a contribuição da família, da sociedade e da escola na construção da humanização do homem e como esta é importante para a organização e estruturação das sociedades atuais.

Palavras-chave: Humanização; Família; Escola.

INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a discutir a importância da humanização e sua construção na família, na sociedade e na escola. Atualmente, boa parte dos indivíduos mostra-se pessoas desumanas e despreparadas para as relações interpessoais, dessa forma as relações sociais tornam-se conflituosas e excludentes. No lugar do respeito, da solidariedade, da democracia, da tolerância e da inclusão social, impera o etnocentrismo, comportamento egocêntrico, que torna grupos e pessoas intolerantes, racistas e preconceituosas.

Nesse contexto, o eu torna-se o centro da sociedade e o outro cada vez mais é ignorado e excluído. Logo, a discussão e aprofundamento da temática sobre o homem humanizado torna-se fundamental, a medida que aborda sua construção na família, na sociedade e na escola, bem como a importância de se tornar humano de fato, para contribuir para a organização de sociedades mais democráticas, inclusivas e justas.

A abordagem dessa temática está dividida em três partes: A primeira aborda as características do homem humanizado e desumanizado. Após essa discussão abordamos, a construção da humanização e sua importância, e para finalizar analisaremos a humanização na família, na sociedade

e na escola.

CARACTERÍSTICAS DO HOMEM HUMANIZADO E DEZUMANIZADO

Segundo Mendonça (2006, pg.21) “O humanismo, numa perspectiva filosófica, é toda reflexão em torno do ser humano, reconhecendo, portanto seus valores, suas buscas, seus limites, suas possibilidades de liberdade, seus interesses e todos os aspectos a ele relacionados”.

Portanto, quando falamos sobre o processo de humanização estamos focando em princípios e valores como a tolerância, o respeito, a empatia, a resiliência, a solidariedade, a democracia, etc. Tais valores são fundamentais para o desenvolvimento e fortalecimento da humanização do homem e da sociedade.

O ser humanizado é um indivíduo que tem respeito para com o outro e suas diferenças, é aquele que tem empatia em suas relações e visões, sabe-se adaptar e se transformar diante das dificuldades encontradas, assume o compromisso com o outro para tornar sua vida mais fácil e produtiva. É aquele que busca controlar seus impulsos devastadores e egoístas, se preocupa com o bem-estar e também preocupa-se com o bem-estar coletivo, além disso é capaz de acalmar os ânimos dos devastadores e destruidores.

Já o homem desumano é o inverso. Apenas só ver e defende suas necessidades, seu bem-estar político, social e econômico. E em nome disso, destrói mata, reprime, oprime e desola qualquer um que passe no seu caminho. Para comprovar tais afirmações basta observarmos o que está acontecendo atualmente no mundo. Nos últimos dias o mundo está vivendo momentos de tensões por causa da guerra travada pela Rússia contra a Ucrânia. Em nome da soberania nacional, do status político e econômico do seu país, Vladimir Putin destruiu vidas, sonhos e está devastando um país inteiro sem nem um tipo de escrúpulo. Atitude totalmente desumana por parte de Putin.

Quanto mais a humanização fizer parte da vida do homem, menos problemas, sociais, políticos e econômicos vão existir. As injustiças, as guerras e a intolerância vão perder força. Pois, quando humanizamos o homem, humanizamos a sociedade, já que é o homem o agente de transformação e construção da sociedade.

A CONSTRUÇÃO DA HUMANIZAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA

Ao nascer, o homem tem por natureza a garantia da sua existência como ser humano, porém essa existência não é suficientemente completa do ponto de vista humanizado, pois apesar de ser humano, ele não é humanizado, ou seja, não tem as habilidades necessárias para uma vida em sociedade. Ele vai aprender a falar, se comunicar, andar, cuidar da higiene corporal, da alimentação, a se relacionar, etc, na interação e no convívio familiar, social e escolar.

Segundo Rodrigues (2014, pg. 81)

O homem não possui características ecategorias/estruturas psíquicas a priori constituídas, o desenvolvimento do psiquismo humano ocorre na medida em que o homem se apropria das objetivações genéricas nas esferas cotidianas e não-cotidianas de sua vida (...).

Para cada fase ou etapa da vida, a pessoa tem algumas habilidades e responsabilidades pessoais e sociais para serem desenvolvidas. Tudo que é aprendido nessas etapas vai sendo aperfeiçoado ou mudado de acordo com as mudanças e transformações que ocorrem na família e na sociedade.

Logo, podemos afirmar que a humanização é um processo contínuo, pois a sociedade e a família vivem em constante transformação. Todos os dias novas invenções e transformações sociais, tecnológicas, estruturais e culturais mudam a forma de agir e de se relacionar do homem. Essas mudanças exigem do ser humano uma convivência ativa, consciente e responsável. Quando o homem assimila bem esse processo ele se prepara para os desafios e possibilidades da vida humanizada.

Segundo Júnior e Nogueira (2011, pg. 2):

O ser humano não pode ser considerado como uma realidade pronta, acabada, mas sim como um ser em busca constante de autorrealização e crescimento, o que pode ser identificado com o seu processo contínuo de humanização.

Nesta perspectiva, o processo de humanização torna-se necessário para a vida em sociedade, pois o homem não é um ser isolado no mundo, ele convive com o outro, serve e precisa desse outro. Para um convívio saudável é fundamental o conhecimento e o bom relacionamento pessoal e interpessoal. Ademais, a humanização além de favorecer, uma melhor qualidade de vida, também favorece um bom relacionamento individual e coletivo. Por isso é fundamental seu fortalecimento nas sociedades atuais, que são tão desumanas, egoístas e excludentes. Pois, só o ser humano humanizado, é o único capaz de transformar essa realidade social. Segundo Freire apud Junior e Nogueira (2011, pg. 3) “os seres humanos não são seres que apenas existem no mundo, mas que estão em plena relação com este mundo, e dessa forma são capazes de tomarem consciência de si e do mundo.

A HUMANIZAÇÃO NA FAMÍLIA, NA SOCIEDADE E NA ESCOLA

A sociedade está em constante processo de transformação, as mudanças acontecem de forma

tão rápida que o homem muitas vezes não consegue acompanhar essas transformações, que não se restringem apenas ao campo tecnológico, científico e informacional. Elas também são de ordem econômica, social, política, cultural e principalmente humana, pois à medida que a sociedade se transforma, mesmo o homem não acompanhando as mudanças, ele está inserido nesse contexto social e sua vida e comportamento serão afetados de alguma maneira.

Esse processo constante de transformação produz um indivíduo programado e adaptado a viver e agir como máquina, esquecendo-se de ser humano. Ele não desenvolve habilidades para agir e tratar o outro com cordialidade, respeito, tolerância e empatia. Nesse processo cada vez mais, o homem torna-se etnocêntrico e reproduz na sociedade a intolerância, o desrespeito e a violência.

Vale salientar que para ser humano de fato, o homem necessita além de receber instrução familiar e social também necessita/carece de instrução escolar, só assim haverá a possibilidade do processo de humanização ser completo e menos falho.

Esse processo começa com a família, que ensina os princípios básicos de convívio, respeito e tolerância. Porém/contudo, no convívio familiar se aprende valores educacionais culturais que estão restritos a um grupo específico: a família. Esses valores não são suficientes para uma vida plena em sociedade, devido não haver o preparo para lidar com a diversidade em todas as suas dimensões.

Já no convívio social, apesar de surgirem novas oportunidades de aprendizagem e de convívio com diferentes valores, na maioria das vezes as relações são conflituosas. Isso devido ao encontro da diversidade de valores, pois nem sempre há a compreensão, o respeito e a reciprocidade diante da diversidade cultural.

Logo, o preparo intelectual e psicológico é fundamental para que o eu consiga entender e aceitar o outro dentro desse universo da diversidade que o homem está inserido. É nesse contexto que a educação surge como caminho para preparar o homem para essa sociedade da diversidade e da mudança, pois o homem necessita de orientação e de instrução para saber conviver em sociedade/coletividade. Só assim ele desenvolverá um comportamento humanizado para garantir uma vida mais tranquila, autônoma e consciente para lidar com o outro.

Segundo Mendonça (2006, pg.11)

Os desafios no campo da educação contemporânea, tendo em vista as grandes transformações sociais, as novas dinâmicas de relações políticas e culturais, a internacionalização das comunicações, o avanço da tecnologia, colocam novas responsabilidades de interação social, a partir de novas práticas educativas que vislumbrem a participação e a interação consciente de homens e mulheres na realidade, tendo como horizonte sua constante humanização.

Nesse contexto, o educando não é visto apenas como objeto do processo educativo, mas também como sujeito que será conduzido à aquisição de novas aprendizagens, assimilação e reconhecimento de suas práticas e responsabilidades sociais. O conhecimento de si e do mundo torna-se fundamental para que as injustiças e as opressões presentes na maior parte da humanidade se tornem visíveis e combatíveis pelo novo homem que surge a partir desse processo humanizado. Segundo Junior e Nogueira (2011, pg.6) “por esse motivo, torna-se necessária uma compreensão da educação como projeto libertador e que esteja fundada sobre a ideia de uma utopia possível”.

Dessa forma, a aprendizagem escolar deve partir de uma educação problematizadora, na qual o diálogo seja o ponto de partida entre o educador e o educando. Essa prática favorecerá o desenvolvimento consciente e crítico para uma vida mais humanizada. Segundo Mendonça (2006, pg. 8) “A construção de um mundo mais justo e humanizado exige a contribuição de processos educativos críticos e transformadores”. É na escola que aprendemos a pensar, analisar, problematizar, criticar e tomar consciência das nossas ações no mundo, pois o conhecimento escolar, que é um conhecimento intencional, nos possibilita tudo isso. E quando este é construído através da interação professor e aluno, a educação torna-se libertadora, realista, concreta e acima de tudo transformadora. Quando o homem se transforma através da educação ele torna-se mais humano, visto que a educação problematizadora traz à tona a realidade humana e social em todos os seus aspectos.

Segundo Júnior e Nogueira (2011 pg. 12).

... na Educação Problematizadora, os educandos devem, acima de tudo, tornarem-se sujeitos de seu próprio processo educativo. E como já se afirmou anteriormente, isto se dará através do processo contínuo de Conscientização e Diálogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A humanização é essencial para o bom funcionamento e desenvolvimento saudável das pessoas e da sociedade. Seu processo é contínuo e perpassa pela família, pela sociedade e pela escola. Sendo a escola a maior facilitadora e orientadora para que o homem torne-se humano de fato e de direito. Pois a humanização familiar e social necessita de complemento, de ajustes e correção, que é uma responsabilidade da escola, pois é ela que planeja e pratica uma educação intencional e transformadora.

REFERÊNCIAS

JÚNIOR¹,Ebenezer da Silva Melo; NOGUEIRA², Marlice de Oliveira. **A humanização do ser humano em Paulo Freire: a busca do “ser mais”**. Artigo (1Mestre em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. 2Doutora em Educação pela UFMG).Belo Horizonte, 2011.

MENDONÇA, José Nelson Azevedo. **A humanização na pedagogia de Paulo Freire**. Dissertação (Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pernambuco). Recife, 2006.

RODRIGUES, Bruno Alysson Soares. **[Des]humanização do homem: um estudo preliminar sobre as bases ontológicas da psicologia de Leontiev**. Artigo (Graduado em pedagogia pela Universidade do Ceará). Ceará 201

A TECNOLOGIA NO ESPAÇO ESCOLAR: UMA FERRAMENTA DE INCLUSÃO DIGITAL E DINAMIZAÇÃO DO ENSINO

Fabiana Cunha Lucena
Giovana Matildes Silva Alexandre
Mauriceia Soares de Lima Brito
Rodrigo Pontes de Mello

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo, discutir a importância da tecnologia em sala de aula como recurso necessário para a dinamização do ensino, assim como à construção de conhecimentos e habilidades que possibilitem a inclusão digital e social do educando. A tecnologia se faz presente no cotidiano de boa parte da sociedade que se encontra conectada à internet para os mais diversos fins, dentre eles, a busca do conhecimento. Nesse contexto, a escola deve estar atenta às necessidades do seu tempo, ofertando um ensino que priorize a formação do indivíduo em todas as suas possibilidades, preparando-o para atuar em uma sociedade em constantes transformações, sobretudo na área tecnológica. Assim, no processo de ensino-aprendizagem, é fundamental conciliar os conteúdos estudados aos recursos tecnológicos que propiciem a dinamização do espaço escolar, ofertando aulas mais interativas e atrativas a esse público que desde a infância, encontra-se conectado ao mundo digital. Contudo, encontrar-se nesta realidade, não significa usufruir desse universo de possibilidades, pois a inclusão digital, é algo real que exclui indivíduos de diferentes campos da vida social. Logo, é fundamental que escola e tecnologia estejam engajadas para promover um ensino que contemple a aquisição de múltiplos conhecimentos, a inclusão digital e conseqüentemente, reduzindo a desigualdade social.

Palavras-chave: Tecnologia, Escola, Inclusão.

INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, é inevitável a invasão das novas tecnologias de formação e comunicação nos diversos campos da vida social. Os avanços tecnológicos vêm mudando a forma como nos comunicamos, interagimos e atuamos em nossa vida, pois vivemos conectados boa parte do tempo, utilizando a internet para os mais variados fins como trabalhar, conversar, divertir-se e sobretudo adquirir conhecimento.

Mediante essa realidade, a sala de aula necessita acompanhar as transformações sociais que ocorrem além do espaço escolar, ofertando um ensino que atenda às exigências da sociedade onde atuará o aluno preparado nesta instituição. Logo, a tecnologia como ferramenta auxiliadora no processo ensino-aprendizagem, proporciona ao educando a construção do conhecimento e a ressignificação de saberes já adquiridos, tornando-o sujeito em sua aprendizagem e conseqüentemente no seu projeto de vida.

O presente artigo se propõe a discutir a importância da tecnologia em sala de aula enquanto ferramenta que oportuniza a dinamização do ensino, assim como a inclusão digital indispensáveis à conquista de uma sociedade que ainda se encontra marcada pelas desigualdades. Sendo a escola um local cuja principal

característica é a valorização da diversidade nas mais diversas acepções da palavra, caberá a esta, aliar em sua prática pedagógica ferramentas tecnológicas e os conteúdos estudados em sala. Através dessa parceria, é possível combater a exclusão digital, e conseqüentemente reduzir as diferenças sociais.

A abordagem dessa temática está dividida em três partes: A primeira abordará o uso da tecnologia enquanto recurso em sala de aula que oportuniza novos saberes. Após essa discussão, discorreremos acerca da dinamização do espaço escolar através das ferramentas tecnológicas e seus impactos positivos na aprendizagem. Para finalizar, refletiremos sobre a importância da inclusão digital na educação ofertada nas escolas como instrumento indispensável na formação de alunos sujeitos de sua aprendizagem e capacitados para atuarem em prol da construção de uma sociedade menos excludente.

A TECNOLOGIA ENQUANTO FERRAMENTA NO ESPAÇO ESCOLAR

O desenvolvimento da tecnologia tem acarretado diversas transformações na sociedade contemporânea, gerando mudanças no nível econômico, político e social. Partindo-se do pressuposto que a sala de aula é um espaço dinâmico que está voltado aos valores e interesses da sociedade em que se encontra, subentende-se que o avanço tecnológico disseminado por os diversos setores sociais adentre o espaço escolar, promovendo uma educação engajada com os avanços tecnológicos e as necessidades do indivíduo imerso em um mundo marcado pela constante evolução do conhecimento em todas as áreas de sua vida.

Contudo, isso não acontece na prática. A escola ainda se encontra, de certa forma, estagnada no tempo e indiferente às necessidades do seu público, sobretudo quando falamos acerca da tecnologia enquanto ferramenta auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, fundamental à dinamização do ensino e inclusão social que ultrapassa os muros da escola e permeia toda a vida do aluno.

Segundo Passerino (2001, pg.04) “As tecnologias aliadas à educação devem ter como função principal serem ferramentas intelectuais que permitam aos alunos construir significados e representações próprias do mundo de maneira individual e coletiva.”

A utilização das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem constitui um fator de inovação pedagógica, uma vez que através desta, torna-se possível dinamizar o ensino, atrair o aluno através de uma educação conectada com sua realidade, portanto mais significativa e voltada aos seus interesses individuais e coletivos. Ou seja, a interação entre educação e tecnologia possibilitará ao educando uma visão mais ampla da realidade na qual está inserido e a partir do desenvolvimento do senso crítico, construir a sua forma de ler, interpretar o mundo que o cerca e, acima de tudo, exercer sua cidadania de forma plena, atuando e contribuindo para a construção da sociedade que almejamos.

Educar é colaborar para que professores e alunos transformem suas vidas em processos permanentes de aprendizagem. É ajudar os alunos na construção da sua identidade, do seu caminho pessoal e profissional e a tornarem-se cidadãos realizados e produtivos. Na sociedade da informação todos estão reaprendendo a conhecer, a comunicar-se a ensinar e a aprender, a integrar o humano e o tecnológico; a integrar o individual, o grupo e o social. (MORAN, 2000, p.139)

Sendo assim, precisamos de uma escola que contemple uma formação comprometida com as particularidades dos alunos, auxiliando na construção de sua identidade e projeto de vida, sem deixar de prepará-lo para atuar em coletividade na vida pessoal e profissional. Vale salientar que na sociedade da informação em que vivemos, a tecnologia e o conhecimento evoluem constantemente, portanto professores e alunos estão aprendendo reaprendendo a todo momento, pois não há espaço para a estagnação de ideias ou para conhecimentos absolutos que não possam ser questionados ou mudados conforme às demandas sociais.

Nesse contexto, a escola de hoje faz parte de um movimento tecnológico revolucionário, e para que esta possa cumprir a sua função social, deve estar atenta às mudanças comportamentais e evoluções tecnológicas que fazem parte da vida dos indivíduos, ou seja, a educação ofertada pelas escolas deve conciliar inovação tecnológica com inovação pedagógica para que haja uma ressignificação do processo de ensino-aprendizagem.

CRIATIVIDADE E DINAMIZAÇÃO DA SALA DE AULA

No mundo moderno, é inevitável a invasão das novas tecnologias de formação e comunicação, tanto no processo educativo, quanto na sociedade em geral. Assim, a sala de aula precisa atender as expectativas do seu público, ou seja, ofertar uma educação que esteja voltada às necessidades do seu tempo e prepare o aluno para atuar em uma realidade cada vez mais conectada aos avanços tecnológicos. Para alcançar tal propósito, faz-se necessário a implementação de metodologias de ensino pautadas com as ferramentas digitais tão comuns ao cotidiano dos educandos e fundamentais à dinamização do espaço escolar. Gadotti (2000, p.5) discute:

Os que defendem a informatização da educação sustentam que é preciso mudar profundamente os métodos de ensino para reservar ao cérebro humano o que lhe é peculiar, a capacidade de pensar, em vez de desenvolver a memória. Para ele, a função da escola será, cada vez mais, a de ensinar a pensar criticamente. Para isso é preciso dominar mais metodologias e linguagens, inclusive a linguagem eletrônica.

Nesse sentido, Zwierewicz (2013) corrobora ao afirmar que é papel fundamental do professor proporcionar aos seus alunos auxílio na criação de conhecimento, sendo este, importante na estimulação e motivação dos alunos em sala de aula, sendo ainda, tanto transmissor como também receptor de informações e, deste modo, de conhecimento. Dessa forma, a informatividade da educação é

primordial para desenvolver dentre outras coisas, a linguagem eletrônica que a cada dia ganha mais destaque na vida do indivíduo, ou seja, fazer da sala de aula um espaço atrativo e dinâmico, assim como revela-se o mundo digital na nossa sociedade.

Cabe ressaltar que o professor exerce um papel relevante nesse processo, uma vez que caberá a este desenvolver metodologias que conciliem o conteúdo abordado em sua disciplina específica com os recursos tecnológicos disponíveis para inovar e dinamizar o conhecimento estudado em sala de aula.

Quando mudamos a forma de ensinar, mudamos também o modo como a aprendizagem acontece. Com a inserção de tecnologias no processo de ensino, os alunos tornam-se mais motivados e participativos, pois há uma certa quebra da barreira que separa professor e aluno. Anteriormente, este apresentava uma atuação passiva diante da aquisição do conhecimento e aquele era considerado o detentor do saber, ou seja, sem qualquer interação entre ambos. O uso da tecnologia no processo ensino-aprendizagem, transforma essa realidade: professor e os recursos tecnológicos tornam-se mediadores de uma aprendizagem onde o educando é sujeito na aquisição de novos saberes, assim como desenvolve um pensamento crítico e aprende a posicionar-se de forma questionadora e também transformadora em relação a sua realidade.

“Todo processo de aprendizagem requer a condição de sujeito participativo, envolvido, motivado, na posição ativa de desconstrução e reconstrução de conhecimento e informação, jamais passiva, consumista, submissa.” (DEMO, 2009) Nesse contexto, caberá à escola ofertar uma educação que contemple a construção de sujeitos ativos em sua aprendizagem, ou seja, que saibam ressignificar os saberes construídos em sala de aula, tornando-se autor de sua própria história e participativo nas decisões de sua comunidade e possibilitando a construção de uma sociedade mais igualitária, com mais inclusão digital e sucessivamente menos exclusão social.

A SALA DE AULA: ESPAÇO DE INCLUSÃO DIGITAL

Quando se fala em inclusão digital, a tecnologia é uma aliada que agrega tanto para os educandos que podem buscar conhecimento de uma forma dinâmica, quanto para o professor que pode organizar melhor seus planos de aula, direcionando suas atividades de acordo com a necessidade dos alunos. Nessa perspectiva, aprimorar as formas de ensinar e aprender constitui um modo de incluir aqueles que ainda estão nas estatísticas de inclusão digital, pois apesar das facilidades de acesso ao mundo tecnológico, ainda há desigualdade social nesse campo. Assim, é papel da escola promover um ensino voltado à inserção daqueles que estão à margem, nesse processo e, respectivamente eliminar barreiras intelectuais e sociais.

O perfil do trabalhador é baseado em conhecimentos atualizados, iniciativa, flexibilidade, atitude crítica, competência técnica, capacidade de criar novas soluções, tendo competência para lidar com a grande e crescente quantidade de informações em novos formatos com novas formas de acesso. Dessa forma, temos na educação a esperança de redução das diferenças e das desigualdades. Nesse sentido, é imprescindível que a escola ofereça uma formação que contemple os seguintes aspectos: informações técnicas, desenvolvimento de habilidades e atitudes e formação de cidadãos críticos e reflexivos. Além disso, é fundamental que os alunos conheçam as tecnologias e aprendam a utilizá-las (PEREIRA, 2007, p. 19)

Esse processo constante de transformação no mundo moderno, requer da escola uma formação voltada às demandas sociais do seu tempo, ou seja, é urgente uma educação que contemple as necessidades individuais e coletivas para que o aluno possa desenvolver habilidades como capacidade de solucionar problemas, trabalho em equipe e atitude crítica e reflexiva mediante a realidade na qual se insere.

Vale destacar que para que os objetivos acima mencionados, sejam alcançados, faz-se imprescindível a educação tecnológica em sala de aula. É impossível educar para a vida em sociedade sem que a inclusão digital faça parte desse contexto, pois a evolução tecnológica faz parte do cotidiano de todos nós, e um indivíduo que não esteja capacitado para atuar em uma sociedade baseada na informação digital e nos avanços tecnológicos, terá grandes dificuldades para atuar no mercado de trabalho, na vida intelectual e pessoal, ampliando a margem das desigualdades sociais que persistem no nosso país.

Corroborando com essas premissas, Mercado (1999, p.27) afirma:

As novas tecnologias criam novas chances de reformular as relações entre alunos e professores e de rever a relação da escola com o meio social, a diversificar os espaços de construção do conhecimento, ao revolucionar os processos e metodologias de aprendizagem, permitindo à escola um novo diálogo com os indivíduos e com o mundo.

Assim, tendo em vista a inclusão da tecnologia na educação, pode-se dizer que a mesma poderá ser de grande colaboração quando se tratando da relação entre professores e alunos, visto que o uso das ferramentas digitais torna a aula mais atrativa para o aluno que tem nestes recursos, um mediador dos conteúdos estudados e, portanto, maior facilidade de compreensão e ressignificação dos conhecimentos adquiridos no espaço escolar que serão utilizados em outros espaços de sua vida.

Cabe lembrar que a implementação das tecnologias na escola como forma de inclusão digital e sucessivamente, inclusão social, é uma metodologia fundamental no processo ensino-aprendizagem. Para que os objetivos já mencionados, possam concretizarem-se a formação adequada ao docente é fundamental para que este possa acompanhar as mudanças que estão ocorrendo na sociedade de modo geral, evitando que a escola não se torne obsoleta:

Diante desse contexto de transformação e de novas exigências em relação ao aprender, as mudanças prementes não dizem respeito à adoção de métodos diversificados, mas sim à atitude diante do conhecimento e da aprendizagem, bem como a uma nova concepção de homem, de mundo e de sociedade. Isso significa que o professor terá papéis diferentes a desempenhar, o que torna necessários novos modos de formação que possam prepará-lo para o uso pedagógico do computador, assim como para refletir sobre a sua prática e durante a sua prática [...] (ALMEIDA, 2000, p.11).

No atual contexto educacional, entende-se que já não é mais possível pensar a formação docente sem que a utilização das tecnologias digitais em prol do ensino seja discutida, uma vez que o professor de hoje, já atua em uma sala de aula formada por alunos que já nasceram conectados à internet. Além disso, é comum ainda nos depararmos com docentes que não estão familiarizados com o uso das tecnologias, ou seja, a inclusão digital mencionada acima, deve partir do professor, pois não é possível desenvolver habilidades e aprendizagens nos alunos quando aquele que é o mediador do conhecimento não se encontra preparado para tal processo.

Dessa forma, a inclusão digital que é necessária à sociedade contemporânea, deve iniciar-se pelo professor, através de uma formação continuada, prática e também reflexiva. Não basta saber utilizar. É necessário apropriar-se criticamente dos recursos tecnológicos, fomentando discussões e posicionamentos críticos sobre o seu uso e os impactos em nossas vidas, ou seja, formar professores autônomos e críticos para que estes possam através do diálogo e da troca de conhecimento, atuar em uma sala de aula comprometida com a inclusão em todas as suas formas, combatendo as desigualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos estudos feitos, pode-se concluir que os recursos tecnológicos se constituem ferramentas indispensáveis no processo ensino aprendizagem.

O espaço escolar precisa está voltado às necessidades do seu tempo. Para isso, é relevante que as práticas pedagógicas atendam as demandas do mundo social em que o aluno se encontra inserido. Assim, uma educação tecnológica que concilie os conteúdos estudados com o mundo digital propiciará uma aprendizagem dinâmica e atrativa, agregando diversos saberes e contribuindo para que o educando realmente torne-se sujeito de sua aprendizagem, adquira habilidades e conhecimentos indispensáveis à vida em sociedade.

Assim sendo, a tecnologia aliada à educação também atuará como ferramenta de inclusão social, haja vista que no acesso ao mundo digital viabiliza a abertura de um campo de infinitas possibilidades dentro e fora do espaço escolar, principalmente no que diz respeito à formação dos futuros profissionais que atuarão em nossa sociedade. A inclusão digital é também uma inclusão social.

Cabe ressaltar que são os professores os atores principais na disseminação do conhecimento. Para tanto, faz-se necessário uma formação continuada para que este possa contribuir de maneira

efetiva na conquista do ensino que almejamos. A inclusão digital e dinamização do ensino não ocorrem quando o professor não conquistou sua própria autonomia e consciência crítica em relação aos recursos tecnológicos. Dessa forma, uma formação adequada que capacite o educador e promova uma reflexão crítica sobre o mundo tecnológico em nossa prática cotidiana é o primeiro passo para que possamos realmente ofertar uma educação comprometida com os anseios e necessidades daqueles a quem se destina o processo educativo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. **Informática e formação de professores**. ProInfo. v.2. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2000.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

MERCADO, Luiz Paulo Leopoldo. **Formação continuada de professores e novas tecnologias**. Macaíó: EDUFAL, 1999.

MORAN, J. M. **Ensino e aprendizagem inovadores com te tecnologias**. 2000. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/moran/inov.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2012

PASSERINO, L. M. Informática na Educação Infantil: perspectivas e possibilidades. In: ROMAN, E. D.; STEYER, V. E. (Orgs.). **A criança de 0 a 6 anos e a Educação Infantil: um retrato multifacetado**. Canoas: Editora da ULBRA, 2001. Disponível em: . Acesso em: 19 jul. 2012.

PEREIRA, A. H. N. B. **Informática na educação**. Caderno de Referência de Conteúdo. Batatais: Centro Universitário Claretiano, 2007.

UMA ANÁLISE DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

Josefa Alcione de Sousa e Silva

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a atuação da tecnologia e sua importância na educação escolar. No que se refere a metodologia empregada neste estudo, pode-se dizer que a mesma se trata de uma revisão bibliográfica, utilizando-se de livros, artigos, e outros trabalhos acadêmicos que tratam desta problemática. O processo educacional deve estar pronto para atender as novas exigências da população, ou seja, do seu público alvo, pois, estes já se encontram na era da informática, portanto, já possuem conhecimento do conteúdo contido na internet e muitos já fazem uso dela para pesquisas escolares. Um dos desafios da educação tecnológica é levar os alunos a buscar informações significativas, buscando conteúdos importantes e úteis e, para que isso aconteça o supervisor escolar juntamente com o professor deve guiar e orientar os alunos nesse sentido. O supervisor educacional é um condutor do processo de aprendizagem e para isso deve estar capacitado, com ferramentas que venham dar suporte ao seu trabalho, precisa sempre estar fazendo cursos de atualização, procurando se renovar e criar mecanismos de ação que façam com que o ato de aprender a lidar com o novo, realmente se efetue.

Palavras-chave: Tecnologia; Escola; Educação.

INTRODUÇÃO

No mundo moderno é inevitável a invasão das novas tecnologias de formação e comunicação, tanto no processo educativo, quanto na sociedade em geral. A tecnologia como ferramenta de estudo e trabalho proporciona ao sujeito a construção de conhecimento preparando-o para saber, criar e desenvolver artefatos tecnológicos, interferindo no cotidiano.

O planejamento dos objetos tem como referência um sistema de técnicas que envolvem a análise, planejamento, desenvolvimento, implantação e avaliação. Considera-se que, o desenvolvimento das tecnologias provoca mudanças profundas na sociedade e a escola deve contribuir para formação de cidadãos criativos, críticos e que desenvolva suas atividades com autonomia. Compreendeu-se que os recursos tecnológicos oferecidos são amplamente qualificados e desenvolvidos para atender as necessidades dos alunos.

Percebe-se que o uso das novas tecnologias também desenvolve uma característica tecnicista por envolver aprender, desenvolver, aperfeiçoar e produzir conhecimento, sendo que o computador é um equipamento tecnológico que permite a utilização de muitos meios de informação representados de mais variadas formas, inclusive possibilidades de simular aspectos da realidade.

Entende-se que as escolas deveriam ter uma estrutura adequada para receber esta nova metodologia, pois os desafios encontrados pelos professores e alunos são: condições socioeconômicas,

dificuldades em trabalhar com esses aparelhos, carência de recursos, responsabilidade e desvalorização perante a própria sociedade.

Contudo, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a atuação da tecnologia e sua importância na educação escolar.

Cabe a estes educadores encontrar um bom senso dentro da sua realidade municipal, regional, respeitando as leis, que na maioria das vezes acaba por defender somente o aluno, concluindo nosso assunto fica claro dizer, o profissional aceitando ou não, o mundo esta cheio de novos avanços científicos, tecnológicos e a cada dia, a uma necessidade maior de usufruirmos destas tecnologias estamos rumo a um novo aprendizado e ficar para traz não será possível por muito mais tempo, cabe ao profissional da educação refletir o assunto e decidir aonde quer chegar.

Deste modo, o desenvolver do presente estudo partiu da seguinte problemática: qual a atuação da tecnologia e sua importância na educação escolar?

No que se refere a metodologia empregada neste estudo, pode-se dizer que a mesma trata-se de uma revisão bibliográfica, utilizando-se de livros, artigos, e outros trabalhos acadêmicos que tratam desta problemática.

TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Entende-se por tecnologia como uma ciência formando por uma série de instrumentos, técnicas e métodos, com o objetivo de solucionar os problemas, também é um meio muito utilizado na atualidade como forma de comunicação entre as pessoas. Essa aplicação e uso da tecnologia ocorrem em todos os segmentos e é muito utilizado em várias áreas de pesquisa. Nesse sentido o significado do termo tecnologia em grego é:

O verbo grego *ticein* significa criar, produzir e *téchne*, para os gregos era o conhecimento prático que objetivava um fim concreto. A combinação com *logos* (palavra, fala) diferenciava um simples fazer de um fazer com raciocínio. Aristóteles identificava-a com um fazer que abordava uma linha de raciocínio, que extrapolava as matérias-primas, as ferramentas, mas envolvia as ideias originárias da mente do produtor até o produto final (SAWAYA, 1999).

Observa-se, portanto, que a tecnologia contribui para o desenvolvimento de todos os setores, sejam eles, indústrias, comerciais, educacionais e sociais. Na indústria ela proporcionou maior rapidez e segurança na produção, principalmente nas empresas que trabalham utilizando peças pequenas, com a tecnologia o robô ou mão mecânica passou a fazer essa tarefa.

De acordo com Sawaya (1999, p. 12).

A *téchne* abrangia um todo sobre o como e o porquê da produção. Na civilização industrial, a tecnologia era enfatizada na forma do produto e não mais na forma de

produção. Assim reduziu-se a sua noção aos instrumentos; perde assim a tecnologia a dimensão da subjetividade.

No comércio, a tecnologia abriu excelentes oportunidades, pois, proporcionou as vendas online, ou seja, pela internet, o que veio a trazer mais lucro para as empresas.

Hoje as pessoas não conseguem mais viver sem tecnologia, ela faz parte do dia a dia do ser humano. Ninguém mais se imagina sem usar um celular, sem o computador, sem uma televisão de alta geração e de todos os outros bens de consumo proporcionados pela tecnologia a qual não para de criar novos produtos, facilitando assim a vida do ser humano.

Na educação ela fez com que os alunos mudança a maneira de ver as coisas, na realização de atividades, nas pesquisas e para se ter notícias em tempo real.

Segundo Moran (2009), a tecnologia constitui um novo tipo de sistema cultural que reestrutura o mundo social e ao escolhermos as nossas tecnologias nos tornamos o que somos e desta forma se faz uma configuração do nosso futuro. Existe, historicamente, um vínculo entre tecnologia e o sonho de progresso que por sua vez está associado a alguns valores judaico-cristãos nas sociedades ocidentais, o argumento da evolução na produção de máquinas que gera uma desculpa para o seu uso a partir de problemas gerados pelas necessidades ou ainda pela decisão de uso.

Observa-se que a tecnologia sempre esteve presente na vida do ser humano, porém, caminhando em passos pequenos, somente na no século XX foi que ela deu um grande salto.

Juntamente com a tecnologia veio à internet, que revolucionou os meios de comunicação transformaram a forma de se relacionar da sociedade. A internet trouxe com ela o e-mail, as redes sociais, a compra e venda de diversos produtos, a educação à distância entre outros.

Porém, Maturana (2001, p.199) fala sobre a internet e a abrangência que ela tem em todo o mundo:

Sem dúvida, a interconectividade atingida através da Internet é muito maior do a que vivemos há cem ou cinquenta anos atrás do telégrafo, rádio ou telefone. Todavia nós ainda fazemos com a Internet nada mais nada menos do que desejamos no domínio das opções que ela oferece, e se nossos desejos não mudarem, nada muda de fato, porque continuamos a viver através da mesma configuração de ações (de emocionar) que costumamos viver.

Todos têm conhecimento da transformação que a internet fez acontecer no mundo. Hoje além dos telefones fixos e moveis, o segundo maior meio de comunicação é a internet, com um número surpreendente de acesso diariamente, conectando as pessoas de todos os lugares umas com as outras.

CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO

Conforme entendimento de Souza e pinho (2016) assinala que em relação à prática didática e pedagógica, o sistema educacional tem passado por amplas modificações. O professor anos atrás apresentava certa “autoridade” em relação aos seus alunos, tendo em vista que o mesmo era estimado como sendo o “portador do saber”.

Segundo Zwierewicz (2013) é papel fundamental do professor proporcionar aos seus alunos auxílio na criação de conhecimento, sendo este, importante na estimulação e motivação dos alunos em sala de aula, sendo ainda, tanto transmissor como também receptor de informações e, deste modo, de conhecimento.

No entendimento de Cavallo et al. (2016) atualmente, existe a necessidade do homem se habituar-se em sua formação com embasamento nas requisições de um aspecto de cidadão e profissional no qual possa encontrar-se suscetível a arcar o maior número plausível de ocasiões sociais. Assim, pode-se complementar ainda que é de suma importância o senso crítico como ferramenta para esta adaptação.

É necessário que o sujeito possa passar por um sistema educacional no qual possa estar interagido com os elementos da própria realidade, para que assim, possa-se melhor adaptar-se a este ambiente. Não se pode haver na formação a abreviação das teorias e ideologias, é necessário que se possa procurar no dia-a-dia as chaves para promover a educação (SILVA, 2013).

De acordo com Almeida e Lopes (2015) a importância de que a tecnologia se apresenta como sendo algo frequente e comum aos alunos, é necessário conduzir o educador a fazer bom proveito destes recursos para que se possa atingir seus objetivos. Deste modo, depara-se o foco do estudo proposto, passando a ser identificado o uso da inovação tecnológica como um componente e ferramenta propulsora para o aprendizado, fazendo-se uso com criatividade para melhoria da educação e acarretar desenvolvimento.

Silveira de Almeida (2018) alude que, para que se possa consentir as perspectivas de um novo método de ensino informatizado, a escola deve capacitar não só seu alunado, mas também seus professores, fazendo com que a proposta pedagógica possa consentir um nível de formação construtiva e participativa.

Cavallo et al. (2016) diz que é necessário por parte dos educadores, praticar a criatividade com intuito de que possa acarretar respostas diversas, em distintas situações para que possam apresentar decorrências idênticas, e assim, pode-se complementar que a utilização das novas tecnologias faz parte desta adaptação.

Assim, tendo em vista a inclusão da tecnologia na educação, pode-se dizer que a mesma poderá ser de grande colaboração quando se tratando da relação entre professores e alunos, visto que o

uso da tecnologia torna as aulas mais divertidas, criativas, chamando a atenção dos alunos para os conteúdos ensinados através destas ferramentas digitais.

A ATUAÇÃO DO SUPERVISOR ESCOLAR NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS TECNOLÓGICOS EM SALA DE AULA

O mundo está em constante transformação e dentro deste contexto observa-se que o supervisor escolar é essencial na instituição de ensino, pois, sabe-se que suas funções são direcionadas para a melhoria do ensino e aprendizagem. Para acompanhar as mudanças tão presentes no mundo atual é preciso que o processo educacional também assim o faça (ARAÚJO; SILVA, 2012).

O supervisor escolar deve se preparar para atender as exigências na nova sociedade que a cada dia impõe que a escola também acompanhe essas transformações e prepare a criança para ser uma pessoa atuante e pronta para enfrentar os desafios que a vida apresenta.

Para se obter uma nova escola é essencial de se mude a maneira de produzir o ensino e a aprendizagem. Dentro das mudanças que ocorreram e que ainda estão ocorrendo na educação, o uso da tecnologia já se encontra presente nos ambientes educativos. Segundo Perrenoud (2000, p.128):

Formar para as novas tecnologias é formar o julgamento, o senso-crítico, o pensamento hipotético e dedutivo, as faculdades de observação e de pesquisa, a imaginação, a capacidade de memorizar e classificar, a leitura e a análise de textos e de imagens, a representação de redes, de procedimentos e de estratégias de comunicação.

Nesse contexto, o supervisor escolar deve estar apto para lidar e conduzir o uso adequado da tecnologia, nesse caso, o computador para que este se torne um instrumento e um recurso no processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com Kenski (2007, p.25),

O homem transita culturalmente mediado pelas tecnologias que lhe são contemporâneas. As tecnologias transformam sua maneira de pensar, sentir e agir. Por isso devem ser utilizadas como meio de democratizar o saber, favorecer a aprendizagem, porém tudo que as tecnologias podem propiciar só terá significado quando usadas com objetivos claros.

O supervisor escolar deve ser um articulador da educação, objetivando a qualidade do ensino e da aprendizagem, ser um coadjuvante do professor nesse processo, principalmente na inserção das tecnologias utilizadas em sala de aula. Sobre a qualidade na educação Ramos (1992) e Barbosa et al. (1995) dizem que:

Qualidade na educação: é a capacidade de atender as expectativas de alunos, pais, professores e a própria sociedade. É um julgamento de valor. Cada instituição educacional deve elaborar seu próprio plano de implantação da Qualidade, através de um roteiro individualizado que leve em conta suas principais necessidades de melhorias e suas restrições, utilizando as forças e os recursos disponíveis dentro e fora da organização.

Nesse sentido preciso que o supervisor estabeleça momentos de planejamento voltado para o trabalho com as novas tecnologias, o trabalho desenvolvido pelo supervisor é muito importante, significativo e necessário no âmbito educacional, no sentido de levar a si mesmo e aos demais profissionais a (re) pensarem e modificarem as práticas pedagógicas, tornando o ensinar e o aprender um processo mais prazeroso, dinâmico e interessante para todos os envolvidos nessa atividade.

O uso das tecnologias trouxe uma nova visão sobre os métodos pedagógicos e também na maneira de aplicar os conteúdos, pois, os conteúdos disponíveis nos sites relacionados com a educação trazem materiais diversos, criativos e enriquecedores e, também de acordo com os temas transversais.

A informática vem sendo utilizada na Educação de diversas formas provavelmente desde os anos 1960. No entanto, apenas na década de 1980, com a diminuição dos preços dos computadores e a invenção das interfaces amigáveis (que facilitaram a vida do usuário comum), que se tornou possível instituírem projetos de utilização de informática na educação de modo mais sistemático e segundo abordagens sistêmicas (ALMEIDA, 2015, p. 69).

Não se pode questionar que o mundo e a sociedade estão em constante transformação, e deixa a todos perplexos e sem saber se essas mudanças são benéficas ou vou trazer algum malefício para a população, porém, enquanto não se obtém essa resposta, continua em ritmo acelerado, pode-se citar o uso da televisão o qual era restrito às famílias de alta renda, hoje são raras as residências que não possuem uma TV.

Gadotti (2000, p.5) discute:

Os que defendem a informatização da educação sustentam que é preciso mudar profundamente os métodos de ensino para reservar ao cérebro humano o que lhe é peculiar, a capacidade de pensar, em vez de desenvolver a memória. Para ele, a função da escola será, cada vez mais, a de ensinar a pensar criticamente. Para isso é preciso dominar mais metodologias e linguagens, inclusive a linguagem eletrônica.

O supervisor escolar tem que se adaptar às novas mudanças, pois, ele lida diretamente com as pessoas que vivenciam as mudanças, principalmente as crianças as quais precisam de orientação para lidar com as novas tecnologias, no sentido de utilizá-las para o bem e não utilizar, por exemplo, o computador e a internet para prejudicar ou serem prejudicados por alguém como no caso de pedofilia

visual. Nessa situação o supervisor escolar deve auxiliar o professorado no sentido deste orientar os alunos sobre o uso adequado das tecnologias principalmente da internet.

O papel que o supervisor escolar exerce é insubstituível, pois, com as constantes mudanças tecnológicas é necessário que haja uma pessoa capacitada para auxiliar os alunos e professores a serem críticos e analisarem o que é válido e o que não é. Masseto (2000, p. 152) entende que:

Por novas tecnologias em educação, estamos entendendo o uso da informática, do computador, da internet, do CD-ROM, da hipermídia, da multimídia, de ferramentas para educação a distância como chats, grupos ou listas de discussão, correio eletrônico etc. e de outros recursos de linguagens digitais de que atualmente dispomos e que podem colaborar significativamente para tornar o processo de educação mais eficiente e mais eficaz.

A utilização do computador como recurso pedagógico tem sido empregado na educação buscando fazer com que os alunos potencializem a construção do conhecimento. Hoje muitos alunos já estão integrados com o uso do computador e muitos próximos dos diversos aparelhos tecnológicos, por esse motivo é fundamental que estes alunos tenham uma boa orientação.

Hoje a sala de aula deve ter o tamanho do mundo. Observa-se, portanto, que supervisores, professores e alunos têm em mãos um recurso que possibilita emergir em um mar de conhecimentos, dando a eles oportunidades de conhecer o mundo através da internet e, principalmente adquirir diferentes saberes e o que só vai trazer o crescimento deles e a possibilidade de ser um cidadão mais consciente e participativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos estudos feitos, pode-se concluir que os recursos tecnológicos estão presentes em todo o mundo, de diversas formas e com variadas utilidades.

O processo educacional deve estar pronto para atender as novas exigências da população, ou seja, do seu público alvo, pois, estes já se encontram na era da informática, portanto, já possuem conhecimento do conteúdo contido na internet e muitos já fazem uso dela para pesquisas escolares.

Um dos desafios da educação tecnológica é levar os alunos a buscar informações significativas, buscando conteúdos importantes e uteis e, para que isso aconteça o supervisor escolar juntamente com o professor deve guiar e orientar os alunos nesse sentido.

O supervisor escolar precisa buscar integrar as novas tecnologias com os métodos de ensino e aprendizagem, procurando favorecer o conhecimento e a curiosidade que existe em cada aluno.

Ensinar hoje deve ser muito mais do que transmitir conteúdos, deve ensinar o aluno a procurar, a pesquisar, a ser autor do seu próprio conhecimento, só que para isso ele precisa ser encaminhado,

precisa receber orientações e explicações que venham de encontro com seus anseios, dúvidas e questionamentos. Hoje ensinar a partir das novas tecnologias requer uma revisão feita pelo supervisor escolar dos paradigmas ultrapassados e que já não atingem os objetivos propostos.

Observa-se que o supervisor escolar tem papel fundamental no dia a dia da vida escolar, ele desempenha diversas funções e também é o principal articulador na construção do conhecimento, pois, o mesmo orienta e auxilia o educador na sua prática pedagógica.

O supervisor educacional é um condutor do processo de aprendizagem e para isso deve estar capacitado, com ferramentas que venham dar suporte ao seu trabalho, precisa sempre estar fazendo cursos de atualização, procurando se renovar e criação mecanismos de ação que façam com que o ato de aprender a lidar com o novo, realmente se efetue.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Douglas Vieira de; CORDEIRO, Carla Priscilla Barbosa Santos; PALMEIRA, Lana Lisiêr de Lima. **O uso das tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDIC) como estratégia pedagógica na educação infantil.** Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 6, n. 7, 42841-42857 jul. 2020.

ALMEIDA, Suzana Silveira; LOPES, Bruna Luz De Mattos; **Estratégias criativas em EaD na Educação Profissional e Tecnológica.** In: Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, PE, 2015.

ARAÚJO, A.; SILVA, M. **Ciência, Tecnologia e Sociedade; Trabalho e Educação:** possibilidades de integração no currículo da Educação Profissional Tecnológica. Revista Ensaio, v. 14, n. 1, p. 99-112, 2012.

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura.** São Paulo: Cortez, 1995.

CAVALLO, David; SINGER, Helena; GOMES, Alex Sandro; BITTENCOURT, IgIbert; SILVEIRA, Ismar Frango. Inovação e Criatividade na Educação Básica: Dos conceitos ao ecossistema. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v.24, n.2, 2016.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias:** o novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus, 2007.

MASETTO, Marcos T. **Mediação pedagógica e o uso da tecnologia.** In _____ . MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 12 ed. Campinas: Papirus, 2000. 173p.

MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana.** Organização e tradução Cristina Magro, Victor Paredes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

MORAN, José Manuel. **A contribuição das tecnologias para uma educação inovadora**. Revista Contrapontos, Itajaí, SC., v. 4, n. 2, mar. 2009. I

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

RAMOS, Cosete. **Excelência na educação: a escola de qualidade total**. Rio de Janeiro: Quality-mark, 1992.

SAWAYA, Márcia Regina. **Dicionário de Informática e Internet**. São Paulo: Nobel, 1999.

SILVA, V. L. de S. e. Estágio na formação de professores no ensino superior: uma vivência transdisciplinar. In: TORRE, S. de la et al. (Coord.). **Inovando na sala de aula - instituições transformadoras**. Blumenau: Nova Letra, 2013.

SOUZA, Kênia Paulino de Queiroz; PINHO, Maria José de. Criatividade e inovação na escola do século xxi: uma mudança de paradigmas. **RIAAE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 4, p. 1906-1923, 2016.

ZWIEREWICZ, M. Projetos criativos eco-formadores – PCE: uma via metodológica desde e para o paradigma da complexidade. In: TORRE, S. de la et al. (Coord.). **Inovando na sala de aula - instituições transformadoras**. Blumenau: Nova Letra, 2013.

A ONILATERALIDADE EM MARX: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

Raphael Bispo Milhomens
Francisco Samuel de Sousa e Silva

RESUMO

O presente artigo visa pesquisar como se desenvolveu a construção do conceito de onilateralidade ao longo da história a partir da investigação e análise de obras marxianas, bem como, referendando-se em teóricos marxistas que discorrem sobre a questão. A onilateralidade é uma categoria fundamental para marxismo na luta pela superação da unilateralidade resultante fragmentação do trabalho e da alienação do homem em busca do desenvolvimento pleno do homem em todas as suas potencialidades. Ademais, a efetivação da onilateralidade se contrapõe a centralidade que a unilateralidade recebe em um sistema sob a égide do capitalismo. O referencial teórico se orienta pelo materialismo histórico dialético, utilizando como base para este fim Caldart (2017 2012); Frigotto (2012); Lombardi (2010); Manacorda (2007); Marx (2012, 2011, 2010, 1987); Nogueira (1993); Ponce (1998) e Sousa Junior (2010, 2014, 2018), etc.

Palavras-chave: Onilateralidade. Marxismo. Educação e Trabalho.

INTRODUÇÃO

O estudo de questões educacionais nos clássicos marxianos sempre suscitou acalorados debates, haja vista que Karl Marx não destinara em seu vasto legado nenhum postulado específico sobre o tema, tampouco se dedicou a desenvolver definições particulares neste campo, como por exemplo, a construção de um conceito próprio de onilateralidade, que em Manacorda (2007, p.77) “é considerada objetivamente como o fim da educação”.

Obviamente, que o fato de Marx não ter desenvolvido um tratado particular sobre a educação não implica de modo algum supor que ele desconsiderava a importância desta para a compreensão das relações sociais de uma sociedade marcada pela luta de classes¹. Não à toa que Marx (1987, p.13) em sua sexta tese sobre Feuerbach vaticinou que a essência humana em sua realidade é o conjunto das relações sociais.

Pois como assevera Lombardi (2010, p.20): “a educação (e o ensino) é determinada, em última instância, pelo modo de produção da vida material”. Trazendo à baila o pressuposto defendido já apresentado por Marx em A ideologia Alemã,

¹ Ligada estreitamente à estrutura econômica das classes sociais, a educação, em cada momento histórico, não pode ser outra coisa a não ser um reflexo necessário e fatal dos interesses e aspirações dessas classes (PONCE, 1998, p. 168-169).

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo este que é condicionado por sua organização corporal. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. (MARX, 1987, p.27).

De modo que “a história humana, nesta perspectiva, é, para Marx, a expressão do ser humano pelo trabalho” (FRIGOTTO, 2012, p.273). A formação onilateral busca manifestação plena do homem em todas as dimensões, isto, pelo trabalho.

De que a educação não pode ser apreendida ou interpretada isoladamente do contexto social na qual está inserida e nem tampouco ignorar as circunstâncias nas quais estão envolvidos os sujeitos que dela participam.

Estou afirmando, portanto, que para o marxismo não faz o menor sentido analisar abstratamente a educação, pois esta é uma dimensão da vida dos homens que, tal qual qualquer outro da vida e do mundo existente, se transforma historicamente, acompanhando e articulando-se às transformações do modo como os homens produzem a sua existência. (LOMBARDI, 2010, p. 20).

A atividade especificamente humana cuja origem coincide com a origem do próprio homem, é no entendimento da realidade humana que devemos buscar o entendimento da educação. (LOMBARDI, SAVIANI, 2010, p. 224).

Para Ponce (1998, 169), “a classe que domina materialmente é também a que domina com a sua moral, a sua educação e as suas idéias”, por isso a busca pela construção de um conceito de onilateralidade a partir da análise dos clássicos marxianos perpassa ademais as relações sociais do contexto e do tempo histórico nas quais se realizam as lutas de classes.

1. ONILATERALIDADE: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO.

No escopo das categorias relevantes ao Marxismo para a compreensão da relação trabalho e educação, sendo estas atividades especificamente humanas (SAVIANI, 2007, p.152), podemos citar a omnilateralidade² que se apresenta como uma perspectiva marxiana de educação que partindo do reconhecimento do trabalho enquanto princípio educativo põe em destaque a relevância da união entre ensino e o trabalho³ para uma formação humana plena.

² O termo omnilateral aparece pela primeira nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844 quando Karl Marx declarava que O homem se apropria da sua essência omnilateral de uma maneira omnilateral, portanto, como um homem total (MARX, 2004, p. 108). O termo supracitado também pode ser encontrado como “universal” e “global” em outras traduções (MARX, 1985, 2017).

³ Para um conhecimento mais amplo do princípio da união entre ensino e trabalho, consultar Nogueira (1993, p. 89-92).

Assim como não se tem nos escritos marxianos um tratado específico sobre educação tampouco postulou o pensador mouro uma definição precisa da omnilateralidade. No entanto, pode-se apreender que Marx “a ela se refere sempre como a ruptura com o homem limitado da sociedade capitalista.” (SOUSA JR, 2008, p. 285). Na busca de uma conceituação, Frigotto (2012, p. 265), assim descreveu o termo *omnilateral*,

Omnilateral é um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa “todos os lados ou dimensões”. Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico.

Della Fonte (2014) ensaia uma definição mais etimológica,

No original alemão, "essência omnilateral" diz-se *allseitiges Wesen*, enquanto "de uma maneira omnilateral" diz-se *auf eine allseitige Art*. O termo omnilateral remete para o adjetivo alemão *allseitig*, composto pela palavra *all*, que significa todo/a, e *Seite* que, entre vários sentidos, indica lado, página. Assim, *allseitig* pode ter como tradução as seguintes palavras: polimórfico, universal, completo, geral; pode ainda vincular-se a *allseits*, que significa de todos os lados, plenamente. Não por acaso, a expressão "de maneira omnilateral" tem sido traduzida para o inglês como *comprehensive manner*, *total manner*; e, em francês, *manière universelle*. A tradução portuguesa recorre ao prefixo latino *omni* ou *oni*, que denota todo ou inteiro junto à palavra lateralidade.

Outras tentativas de conceituação do termo ou mesmo da concepção de omnilateralidade, buscam expressar a ideia de um desenvolvimento mais amplo, uma dimensão mais plena visando alcançar a totalidade das suas faculdades e sentidos.

Neste sentido é que Manacorda (2007, p.90) ao discorrer sobre o homem onilateral para Marx, o descreve como O homem que rompe os limites que o fecham numa experiência limitada e cria forma de domínio sobre a natureza, que se recusa a ser relojoeiro, barbeiro, ourives e se alça a atividades mais elevadas: eis o homem que Marx tem em mente.

De modo que, a onilateralidade, seja qual a terminologia ou definição que a se atribua a ela, enseja a busca pela emancipação humana, contrapondo-se a unilateralidade decorrente da fragmentação do homem pela alienação do trabalho.

2. ONILATERALIDADE X UNILATERALIDADE.

A proposição de uma educação onilateral se torna mais essencial na medida em que se contrapõe a formação unilateral predominante no sistema capitalista, isto é, a unilateralidade se evidencia na sociedade burguesa. Manacorda (2007), um dos mais respeitados estudiosos de Marx, assim registra a unilateralidade nos textos marxianos,

Desde os Manuscritos de 1844 até os últimos livros de O Capital, tanto a unilateralidade de cada pessoa, quanto a contraposição entre trabalhador manual e intelectual, ou ainda o absoluto antagonismo entre o trabalhador e o não-trabalhador, reaparecem, a toda hora, num contexto que - insistimos – adquire cada vez maior rigor científico na medida em que mais se fundamenta sobre a anatomia, cientificamente cognoscível, da sociedade civil, sem todavia perder força especulativa.

Para Sousa Junior (2014, p.284), a formação unilateral é provocada pelo trabalho alienado, pela divisão social do trabalho, pela reificação, pelas relações burguesas estranhadas, enfim. A onilateralidade se apresenta justamente como proposição para superação da unilateralidade resultante deste homem alienado e estranhado.

Uma questão que merece uma sóbria atenção é a relação entre a politecnicidade e a onilateralidade, sendo a primeira pode se realizar mesmo ante a um contexto da sociedade burguesa enquanto a segunda demanda a superação do capitalismo.

3. ONILATERALIDADE E POLITECNIA.

Quando se apresenta a concepção de omnilateralidade quase automaticamente se acrescenta politecnicidade como se fosse um complemento natural daquela ou mesmo um sinônimo, todavia, tal premissa não se sustenta quando exposta a luz dos princípios e fundamentos marxistas.

No que tange a uma definição, a politecnicidade, a exemplo da onilateralidade, sucintas diversas tentativas de conceituação, mas sem nenhuma definição precisa e clara, como registra Pistrak (2015, p.17).

Não temos uma definição de politecnismo bem precisa, clara na literatura. Geralmente, na definição do politecnismo, os autores se apoiam em algumas páginas de Marx e Engels, em poucas declarações de V. I. Lenin a este respeito e em alguns artigos dos nossos maiores pedagogos soviéticos (N. K. Krupskaya, e A. V. Lunacharsky).

Para Sousa Junior (2010, p.77), “a politécnica, em certa medida, é um tipo de formação da força de trabalho posta pelas demandas do próprio desenvolvimento da produção capitalista” e esta por si só, já é uma distinção com a onilateralidade, pois enquanto a aquela se efetua mesmo ante a um sistema capitalista, a segunda só se efetivaria plenamente com a superação do capital.

O capital se assenhora de todos as dimensões que constituem a vida e intente privatizar todos os bens e serviços que for possível e para tanto o controle da educação, da educação básica ao nível superior, mas de uma alternativa, é um imperativo, para que as mentes de crianças e jovens sejam moldadas para atender as demandas do mercado de trabalho. O que implica numa fragmentação e amputação do ensino-aprendizagem,

Nesta proposta situam a escola básica como dever fundamental do Estado e apresentam diferentes formas mediante as quais as empresas podem colaborar com o poder público na educação básica e no tipo de educação demandada pelas empresas (FRIGOTTO, 2003, p. 152).

Podemos deduzir da leitura de Frigotto, primeiro, que o setor privado explicita de forma objetiva de quem é ônus pela educação, isto é, o Estado, mas em segundo lugar, quando se apresentar como possível colaborador condiciona que a formação seja feita ao seu modo e para atender aos fins.

Tendo isso em vista é que Freitas (2018, p.22), denuncia que

A “nova direita”⁴ e seus aliados passam um conjunto de reformas que desestruturam a luta dos trabalhadores e colocam novos marcos de precarização da força de trabalho, ao mesmo tempo que recompõem as garantias do processo de acumulação.

Um mantra conhecido na agenda neoliberal: Precarizar, para privatizar! Pode ser ouvido nos mais diversos setores sociais, mas é na educação que parece um canto mais afinado, pois no ideário capitalista, vendem remédios para as doenças que eles mesmos causaram.

De modo que tais reformas geram um dualismo escolar abissal, pois as “adequações curriculares” impostas as escolas públicas para atender as demandas das empresas não se aplicam indistintamente as escolas privadas, como adverte Sousa Jr (2014, p.62)

Por meio das reformas propostas, visando-se a construção de um currículo desideologizado, ou seja, com “mais instrução e menos educação”. (...) O dualismo é destacado nessa proposta, pois a simplificação dos currículos não é geral, mas atinge apenas a educação das massas as quais devem aprender unicamente o que for útil para o seu desempenho nas funções subalternas do mercado de trabalho.

De modo que, acertadamente, Tonet (2012, 17), assevera que “assim postas às coisas, é compreensível que a preparação para o trabalho seja vista como a função essencial da educação”.

Sendo a educação no Capitalismo uma forma de investimento como tantas outras, “a educação, então, é o principal capital humano enquanto é concebida como produtora de capacidade de trabalho, potenciadora do fator do trabalho. Neste sentido é um investimento como outro qualquer (FRIGOTTO, 2010, p. 51).”

Assim, quando se pensa ou se fala de politécnica em um contexto capitalista se está demasiadamente distante de uma perspectiva marxista onde

O ensino politécnico somado à ginástica e ao conteúdo intelectual deveria elevar as classes trabalhadoras acima das demais justamente porque representa a unidade de duas dimensões importantes do processo de trabalho, ausente na formação dos filhos da burguesia: a dimensão intelectual e dimensão prática. (SOUSA JR, 2010, p. 82).

⁴ A principal proposta da nova direita para elevar a qualidade da escola (inserção da escola no livre mercado pelos vouchers) adotada pela reforma empresarial da educação vem imersa, portanto, nas sangrentas lutas raciais estadunidenses dos anos 1950 (mas que duram até hoje), usada como proteção para uma elite branca, mostrando sua vocação darwinista, que combina a ideia de sobrevivência do mais forte com um “livre mercado” concorrencial. (DUARTE, 2016, p.18).

Todavia, isso não implicaria que a concepção de formação politécnica pensada para a classe trabalhadora seria a mesma proposta pela sociedade burguesa,

Enquanto o ponto de vista de burguês defende a educação politécnica como meio de preparar mão de obra para atender as exigências de expansão do capital ou, quando muito, como preocupação com o desemprego dos trabalhadores, para Marx, contrariamente, o ensino politécnico surge como meio para que os trabalhadores dominem os fundamentos científicos, teóricos e práticos dos diversos tipos de trabalhos. (SOUSA JR, 2010, p.82).

Corroborando com esse pensamento é que Saviani (2008, p.45) enfatiza que “o dominando não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação”. Assim, a politecnia almejada para os trabalhadores não se refere meramente a múltiplas competências ou saberes, como sugeriria numa primeira leitura o nome⁵, mas sim, aquisição de conhecimento para superação do trabalho alienado.

A luta pela educação da classe trabalhadora se torna essencial a formação dos trabalhadores, mas como alertam Lombardi e Saviani (2010, p.236), não a formação de técnicos especializados, mas de politécnicos. Politecnia significa aqui especialização como domínio dos fundamentos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna.

A utilização do termo politecnia, também é discutida, por autores marxistas que preferem a expressão educação tecnológicos, conforme atestam Lombardi e Saviani (2010, p.236),

Entretanto, após minuciosos estudos filológicos da obra de Marx, Manacorda conclui que a expressão “educação tecnológica” traduziria com mais precisão a concepção marxiana do que o termo “politecnia” ou “educação politécnica”.

Tanto a onilateralidade quanto a politecnia possuem sua importância no campo de estudos do marxismo enquanto perspectivas marxianas da educação, embora, conforme adverte Sousa Jr (2010, p.72), algumas interpretações atribuem um exagerado sentido redentor a politecnia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A onilateralidade é por fim uma categoria de suma importância no Marxismo e para compreensão da conturbada – e sempre presente – luta de classes que marca as relações sociais. Marx e Engels (2010, p.47,49) ao se referirem ao proletariado declaram que a “sua luta contra a burguesia

⁵ Embora o termo politécnico, na sua tradução literal signifique muitas técnicas, não se pode depreender que Marx, em algum momento ou em passagem de sua obra, o tenha utilizado no sentido de soma de técnicas fragmentadas ou instrução pragmática e fragmentada. (FRIGOTTO, 2012, p. 276).

começa com sua existência”, mas que “de todas as classes que hoje em dia opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária”.

Os trabalhadores reivindicam uma formação que transcenda o mero adestramento para mercado de trabalho, de modo que, a escola não pode ser compreendida como um *self-service* no qual se ofertam trabalhadores e serviços para atender a todos os gostos e demanda do capital.

A educação, portanto, que se almeja para a classe trabalhadora deve apontar para formação do homem onnilateral, isto é, o homem que busque o desenvolvimento de todas as suas faculdades e sentidos. A escola deve, portanto, propiciar as condições e os espaços na luta por essa formação, embora essa batalha não se restrinja às suas paredes,

Com efeito, se, de um lado, a escola é uma frente de disputa democrática, de outro os educadores revolucionários devem voltar seus olhos para os espaços formativos próprios, forjados nas lutas dos explorados, onde todas as determinações teóricas, metodológicas, didáticas, políticas, etc., são exclusivamente suas (SOUSA JR, 2018, p.24).

A busca por uma educação onilateral é uma forma de resistência contra unilateralidade e contra a formação do homem fragmentado, estranhado e alienado. Considerando que para efetivação plena da onilateralidade, exige-se a superação do capitalismo; superemos.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. 2.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012;

DELLA FONTE, Sandra Soares. A Formação Humana em Debate *in Educ. Soc.* vol.35 no.127 Campinas abr./jun. 2014 disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000200003&lng=pt&tlng=pt acesso em 16.out.2020;

DUARTE, Newton. Os currículos escolares e a ressurreição dos mortos: **contribuição à teoria histórico-crítica do currículo**. Campinas: Autores Associados, 2016

FREITAS, Luiz Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação**: Nova direita, velhas ideias. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018;

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva**: Um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2010;

_____, _____. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2003;

- LOMBARDI, José Claudinei. **Educação e Ensino em Marx e Engels** in *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Lodrina, v.2, n.2, p. 20-42; ago.2010 disponível em <https://portal-seer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9581/0> acesso em 12.out.2020;
- LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. **Marxismo e Educação: debates contemporâneos**. 2.ed. Autores associados, 2010;
- MANACORDA, Mário Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna**. 2.ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007;
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2017;
- _____. _____. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2004;
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985;
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1987;
- _____, _____. **Manifesto Comunista**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2010;
- NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993;
- PEREIRA, Isabel Brasil. **Dicionário da educação profissional em saúde** / Isabel Brasil Pereira e Júlio Cesar França Lima. n. 2.ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008 disponível em <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/omn.html> acesso: 05.out.2020;
- PISTRAK, Moisey M. **Ensaio sobre a Escola Politécnica**. 1.ed. São Paulo: Expressão popular, 2015;
- PONCE, Anibal. **Educação e Luta de Classes**. 16.ed. São Paulo: Cortez, 1998
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008;
- SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos** in *Revista Brasileira de Educação*, v.12, n.34, jan./abr.2007 disponível <http://cev.org.br/biblioteca/trabalho-educacao-fundamentos-ontologicos-historicos> acesso em 12.Out.2020;
- SOUSA JUNIOR, Justino de. **Educação, cultura e luta de classes**. Fortaleza: Nova Civilização, 2018.
- _____, _____. **A Crise da Escola**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014;
- _____, _____. **Marx e a Crítica da Educação: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital**. 2.ed. Aparecida, SP: Ideias & letras, 2010;
- TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 2.ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

POSFÁCIO

Comparando o processo de escrita e produção científica enquanto caminhada, ao nos depararmos com um texto, passamos a entender que este fala além do escrito em suas páginas. tornando toda leitura um um incrível passeio repleto de detalhes.

A coletânea de artigos da obra *DIÁLOGOS: EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E PSICANÁLISE*, nos leva a um intusiamo científico, ao percebermos a riqueza de diálogos e a multidisciplinaridade dos textos.

Ao oportunizar que graduandos, graduados, mestres e doutores possam em uma mesma coletânea ter seus saberes, desde a Iniciação Científica sendo publicados, através desta obra que possibilita perceber uma visão desieraquizada dos saberes.

Surgindo enquanto a primeira oportunidade de publicação para alguns de seus autores, a produção torna-se um momento impar, reflexo de uma visão educacional libertadora, pioneira e visionária na qual sustenta-se no conceito de uma educação autônoma na qual o saber se exhibe enquanto ponto democrático e acessível, guiado pelo rigor do método mas antes de tudo amparado na criticidade, pesquisa e respeito ao saber dos educandos. Sendo assim, a obra *DIÁLOGOS: EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E PSICANÁLISE* cumpre o que se propoe a junção destes três saberes, ao apontar práticas, conceitos e metodologias de análise que proporcionam a renovação do saber.

Percebe-se que o saber encontra-se em constante renovação. Ao contar o uso dos conceitos psicanalíticos, para tecer escritos do campo da educação e da história, os textos aqui apresentados refletem a renovação da escrita científica.

A análise da escrita no campo científico, nos leva a observar que essa é permeada por regras, métodos e técnicas os quais os configuram não apenas como um lugar de produção natural dos conceitos, mas acima de tudo enquanto lugar de disputas, um jogo de interesses no qual a transformação dos paradgmas manifesta-se na escrita.

Lembramos de Freud ao dizer que “Só a experiência própria é capaz de tornar sábio o ser humano.” Logo a experiência de escrita aqui proporcionada visa justamente o enriquecimento do saber científico.

Juliana Nascimento de Almeida

Secretária Acadêmica Grupo Antropus Educacional

Campina Grande, 28 de fevereiro de 2023.

DIÁLOGOS: EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E PSICANÁLISE

O PRIMEIRO E-BOOK DA COLEÇÃO DIÁLOGOS: EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E PSICANÁLISE QUE O LEITOR TEM EM MÃOS, É O QUE HÁ DE MAIS ATUALIZADO E SISTEMÁTICO NO QUE CONCERNE A ESSAS TRÊS DISCIPLINAS QUE CONVERSAM ENTRE SI E ORIENTAM A EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE.

UMA OBRA PRODUZIDA A MUITAS MÃOS ATENDE A UMA NECESSIDADE CIENTÍFICA NA ALTURA QUE SE DEDICA A ESCREVER NÃO APENAS SOBRE EDUCAÇÃO, MAS AS FERRAMENTAS NECESSÁRIAS E, TAMBÉM TEM UM PAPEL IMPORTANTE NA DEMOCRATIZAÇÃO DA PESQUISA E PUBLICAÇÃO DE CONTEÚDO RELEVANTE A ACADEMIA E A SOCIEDADE. CONTENDO ARTIGOS DE GRADUADOS A DOUTORANDOS, ESSE PRIMEIRO VOLUME TRAZ TODA SORTE DE DISCUSSÃO QUE O LEITOR PREOCUPADO COM A EDUCAÇÃO PODE ABSORVER E APLICAR EM SEU DIA A DIA NA SALA DE AULA OU EM QUALQUER ÂMBITO DE SUA VIDA.

PORTANTO, ESSA OBRA É UM PRESENTE A SOCIEDADE BRASILEIRA, O EDITAMOS NA CERTEZA QUE A PESQUISA CIENTÍFICA NACIONAL ESTÁ EM BOAS MÃOS, DE QUE OS PESQUISADORES QUE COMPÕEM ESSE TRABALHO ILUMINARÃO O CAMINHO DAQUELES QUE COMEÇARAM AGORA SUA JORNADA PEDAGÓGICA.

